



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**AFONSO HENRIQUE DE MENEZES FERNANDES**

**NA TRAMA POLÍTICA DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO:  
TRANSFORMAÇÕES E CONEXÕES A PARTIR DO BRASIL E DA ARGENTINA**

**NITERÓI – RJ**

**2022**

**AFONSO HENRIQUE DE MENEZES FERNANDES**

**NA TRAMA POLÍTICA DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO:  
TRANSFORMAÇÕES E CONEXÕES A PARTIR DO BRASIL E DA ARGENTINA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

**Orientadora:** Professora Dra. Sonia Regina de Mendonça

**NITERÓI – RJ**

**2022**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

F363t Fernandes, Afonso Henrique de Menezes  
Na trama política da hegemonia do agronegócio: :  
Transformações e conexões a partir do Brasil e da Argentina /  
Afonso Henrique de Menezes Fernandes. - 2022.  
634 f.

Orientador: Sonia Regina de Mendonça.  
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto  
de História, Niterói, 2022.

1. Agronegócio. 2. Questão Agrária. 3. História da  
América. 4. Hegemonia. 5. Produção intelectual. I.  
Mendonça, Sonia Regina de, orientador. II. Universidade  
Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

**AFONSO HENRIQUE DE MENEZES FERNANDES**

**NA TRAMA POLÍTICA DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO:  
TRANSFORMAÇÕES E CONEXÕES A PARTIR DO BRASIL E DA ARGENTINA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

**Orientadora:** Professora Dra. Sonia Regina de Mendonça

**BANCA EXAMINADORA:**

Professora Dra. Sonia Regina de Mendonça – UFF (orientadora)

Professor Dr. Jorge Romano – UFRRJ (arguidor)

Professor Dr. Valdemar João Wesz Junior – Unila (arguidor)

Professora Dra. Virginia Fontes – UFF (arguidora)

Professor Dr. Demian Melo – UFF (arguidor)

Professor Dr. Rodrigo Lamosa – UFRRJ (suplente)

Professora Dra. Regina Ângela Landim Bruno – UFRRJ (suplente)

**NITERÓI – RJ**

**2022**

## AGRADECIMENTOS

A história desta tese e, portanto, das pessoas que tenho a agradecer por fazerem parte dela, remonta a muitas viagens que produziram em mim o desejo dos historiadores e cientistas sociais em conhecer os diferentes mundos e modos de vida do mundo no tempo e no espaço. Por isso, é impossível não começar lembrando de meus pais, de minha irmã e das muitas (muito menos do que gostaríamos) e inesquecíveis viagens que pudemos fazer juntos. Foi percorrendo de carro a BR040, indo até São Paulo pela Dutra ou por Santos, subindo a 101 até a foz do São Francisco, descendo até Foz do Iguaçu, passeando pelas Minas Gerais, visitando Floripa, conhecendo o Mato Grosso, vivenciando a Catalunya e a Espanha, dirigindo de Buenos Aires ao Rio, cruzando o interior do Uruguai, que dei meus primeiros passos na busca por quem eu queria ser e o que eu queria fazer na vida. Foi em meio a essas andanças que se despertou pela primeira vez para mim a curiosidade sobre a paisagem agrária que passava diante de nossos olhos e era sempre tão entusiasticamente comentada ao longo das viagens. “Mãe, olha, a roça na praia!”, disse eu, um carioca cuja maior parte da infância havia sido em Juiz de Fora-MG, ao pousarmos em El Prat de Llobregat e avistarmos o cinturão verde de produtos hortícolas da região metropolitana de Barcelona. Foi numa dessas também que, passando pela Bahia ou Sergipe em janeiro de 2005, ouvi dela, pela primeira vez, a expressão: “olha o agronegócio aí!”, referindo-se, não me recordo bem, a alguma monocultura que víamos na estrada, provavelmente de cana, eucalipto, cacau ou pecuária. Portanto, em primeiro lugar, agradeço a meu pai Nelson da Nobrega Fernandes (in memoriam), a minha mãe Maria Lucia Pires Menezes e a minha irmã, Flora da Nobrega Fernandes por terem sido as companhias de primeira hora em meu processo de formação e no despertar de meu interesse pelas paisagens – geográficas, sociais e históricas – pelas quais passamos e refletimos.

Em meio a estas andanças, duas novas companhias se somaram, abrindo novos horizontes de alegria e de reflexão. Primeiro Juanita, a quem agradeço pelo amor e carinho de sempre, e por ter me acompanhado ao longo de todo o processo de elaboração e desenvolvimento da pesquisa. Sem estarmos juntos, não teríamos chegado, em 2017, após um congresso do ALAS em Montevideú, a uma feira de movimentos sociais organizada por ocasião da reunião do G20 em Buenos Aires, em frente à Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, onde compramos o livro que seria minha primeira referência para elaborar o projeto do doutorado: *El Agro como negocio*, organizado por Carla Gras e Valeria Hernández. Sua companhia e apoio também foram fundamentais em nossa estadia em Buenos Aires, no primeiro semestre de 2019, e depois, nos últimos anos, sempre se prestando a ser minha principal interlocutora nas angústias e dificuldades enfrentadas pelo espinhoso e – frequentemente – solitário processo de pesquisa, que aconteceu dentro de condições sociais, profissionais e históricas das mais difíceis que nossa geração enfrentou. Por fim, agradeço a Juanita por agora me dar a oportunidade de ter a mais bela companhia que poderíamos ter, nossa filha Violeta, que vem vindo aí, fazendo punho de luta nas consultas médicas, viajando conosco e nos enchendo de esperanças e forças para enfrentar o futuro, apesar dos pesares do passado e do presente. Bienvenida, mi amor!

A trajetória acadêmica que me levou a Buenos Aires em 2017 era resultado já de alguns anos me dedicando ao estudo da questão agrária no Brasil e, particularmente, de suas classes dominantes. Por isso, devo tributo a muitos amigos, colegas, companheiros e professores com quem convivi ao longo da minha graduação em História no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (hoje, Instituto de História) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e de meu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Lembro também dos colegas e funcionários da Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, com quem tive uma das mais gratificantes e prazerosas experiências profissionais com o público nas exposições, hoje tragicamente consumidas pelo incêndio que o desmonte social do Estado tem proporcionado a nossa educação e cultura. Múmias que sobreviveram a mais de onze mil anos, não foram páreo para quase três décadas de neoliberalismo no país.

Ao longo da graduação, através da militância (onde poderia agradecer inúmeros companheiros e companheiras de diferentes organizações e espaços), participei e organizei os Estágios de Vivência em Áreas de Reforma Agrária do estado do Rio de Janeiro, onde aprendi muito sobre o problema e os significados políticos do chamado agronegócio. Nesta oportunidade, no contato com muitos queridos companheiros, conheci alguns estudantes da Faculdade de Agronomia da Universidad de Buenos Aires que vieram ao Rio participar da vivência no MST. Membros do Frente Amplio por uma Nueva Agronomía (FANA) e estudantes de Agronomia da UBA, eles me levaram para conhecer o campus da FAUBA, em minha primeira visita a Buenos Aires, no carnaval de 2011. Além disso, em meu retorno à cidade em 2017, ao entrar em contato com eles, não nos encontramos, pois haviam se mudado para “el campo”. Mesmo assim, foram eles que indicaram para que eu e Juanita fôssemos no evento com os movimentos sociais críticos à reunião do G20, onde compraríamos o livro de Gras e Hernandez. Foi no espaço da vivência também que, ouvindo o companheiro do MST Cosme Henrique, historiador e assentado do Terra Prometida em Nova Iguaçu-RJ, entendi que eventualmente mais valia estudar os padrões do que os sem terras, pois já teria “muita gente estudando a gente”. O que eles precisavam era de mais braços para a luta e mais conhecimento sobre os de “cima”, e não apenas de gente querendo sair da universidade para estudar os sem terra. Não que não fosse importante os laços da pesquisa universitária com os “de baixo”, mas a mensagem era que também precisávamos apostar em outras direções e prioridades de luta e de pesquisa.

Com esta referência iniciei em 2010 minhas atividades como pesquisador com a professora Manoela Pedroza, a quem também devo agradecimentos nesta trajetória, por me proporcionado o primeiro contato com a prática da pesquisa historiográfica e com a bibliografia dos estudos sobre a questão agrária e a história social da agricultura brasileira. A partir daí, conheci os trabalhos de Regina Bruno e Sonia Mendonça sobre o patronato rural brasileiro, direcionando meu interesse de pesquisa para este campo. A elas, que posteriormente também se tornaram minhas orientadoras, de mestrado e doutorado, respectivamente, meu profundo agradecimento por todo o aprendizado teórico, metodológico,

ético e político que tive ao longo desses últimos anos. São, sem dúvidas, as principais referências acadêmicas deste trabalho.

Foi, portanto, após minha passagem por Buenos Aires em 2017 que se acentuou o meu interesse pelo entendimento das conexões entre as transformações que constituíram o modelo do agronegócio no Brasil e na Argentina e, particularmente, entre as associações empresariais que foram porta-vozes deste processo nestes dois países. Nesta ocasião, como já apontei, por ter tido um primeiro contato com a bibliografia argentina sobre o assunto. Neste quesito não me refiro somente ao livro já mencionado, mas também pelo contato, através de nossas conexões acadêmicas contra-hegemônicas, com professores e pesquisadores argentinos do tema. Me refiro especificamente ao contato com Andrea Sosa, que compartilhou comigo importantes referências bibliográficas, inclusive sua tese de doutorado, que também estudou algumas conexões empresariais do agronegócio argentino no Brasil. Embora não a conhecesse previamente, Andrea havia passado pelo CPDA e fomos apresentados pelo querido amigo e companheiro Gabriel Bastos, ou melhor, Mineiro. A ela meu muito obrigado por estas valiosas dicas, que nos encontremos nas próximas milongas da vida!

Como se não bastassem as coincidências, ao propor para minha orientadora no doutorado estudar as conexões e as transformações da trama política da hegemonia do agronegócio a partir do caso brasileiro e argentino, Sonia revelou não só ter contato com um dos grupos de pesquisadores mais ativos no estudo da questão agrária contemporânea da Argentina, como também ter realizado trabalhos em conjunto com eles, particularmente com os professores Noemi Girbal Blacha do CEAR (Centro de Estudios de la Argentina Rural) e Javier Balsa do IESAC (Instituto de Economía y Sociedad en la Argentina Contemporánea), ambos da Universidad Nacional de Quilmes. Através do contato com Balsa, pude ser recebido para um doutorado sanduíche no primeiro semestre de 2019, sob sua supervisão. Por isso, a Javier, professor de inestimável valor e sensibilidade, e a todo o grupo de pesquisadores do IESAC, meu muito obrigado pelos instigantes debates e aprendizados compartilhados comigo. Meus agradecimentos especiais a Dolores Liaudat, pesquisadora do IESAC e professora da Universidad Nacional de La Plata, com quem também tive oportunidade de ter diversas reuniões sobre meu projeto de pesquisa e sobre um artigo que elaboramos e publicamos em conjunto, sistematizando algumas primeiras comparações entre as estratégias de construção de hegemonia da ABAG e da AAPRESID. Muchas Gracias, Loli!

Nesta última estadia em Buenos Aires, também agradeço à professora Carla Gras do Instituto de Altos Estudios Sociales da Universidad Nacional de San Martín, que me concedeu uma breve, mas muito valiosa reunião, onde pude apresentar dúvidas e discutir possíveis caminhos a seguir. Finalmente, agradeço aos professores Pedro Tsakoumagkos, Susana Soverna, María Isabel Tort e Sandra Pereira pela oportunidade de ter acompanhado o Seminário “Elementos Actuales de la Estructura Agraria Argentina”, ministrado por eles no âmbito da Cátedra Horacio Giberti da Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Neste curso, além de aulas de altíssimo nível teórico, tive acesso a um precioso

“pen drive” de bibliografias sobre o mundo rural da Argentina que foi de grande valia para a pesquisa.

Em 2020, com a pandemia (e o pandemônio) as condições de pesquisa praticamente se inviabilizaram para todos, impossibilitando no meu caso, por exemplo, um retorno à Argentina para novos contatos e levantamentos de pesquisa. Porém, em 2021 tive oportunidade de participar da edição online anual do Writeshop do Journal of Peasant Studies, onde pude sair um pouco do “isolamento” e ter acesso a uma bibliografia e a um debate internacional que muito enriqueceu o processo de construção da tese. Por isso agradeço na figura do Collective of Agrarian Scholar-Activists from the South (CASAS) a todos os “comrades”, estudantes, professores e ativistas dos mais diferentes países da Ásia, África e América Latina, que construíram e participaram do encontro.

Agradeço também aos demais membros da banca. Agradeço ao professor Valdemar João Wesz Junior, cuja perspectiva de análise do agronegócio no Cone Sul foi fundamental para este trabalho. Ao professor Jorge Romano meus agradecimentos pelos comentários sempre cirúrgicos e didáticos, capazes de desanuviar os caminhos de pesquisa a serem adotados. Agradeço ao professor Demian Melo, com quem aprendi muito nas aulas, grupos de estudos e reuniões que compartilhamos no IFCS e depois já na UFF, e que esteve presente quando do início da pesquisa que me trouxe até esta tese, participando de minha banca de monografia. Da mesma forma agradeço à professora Virgínia Fontes com quem também pude compartilhar alguns muitos espaços de formação política e acadêmica desde a graduação e que participou também da banca de qualificação dessa tese. Finalmente, agradeço ao professor Rodrigo Lamosa por se dispor a participar como membro suplente da banca.

Além disso, agradeço aos amigos, de vida e de luta, e a nossas histórias compartilhadas. Agradeço a Bel e Mineiro pela partilha de algumas alegrias, formações, lutas e “avisos de incêndio” na vida (Lowy). Na figura deles lembro de muitos outros companheiros que tornariam demasiadamente extensos esses agradecimentos. Agradeço aos companheiros de “bar segunda”, onde lamentamos muitas vezes a tragédia da vida política e acadêmica deste país. Gabi, Breno e Anna, que nos recebeu em Córdoba e nos ensinou muito sobre a cidade e a vida na Argentina, valeu querides! Agradeço às “disgraça” do meu coração, companheiros de tantas “poucas e boas”, Zava, Erica, Brenno (e seus “minino”, Caetano e Ignácio), que mesmo nas distâncias do tempo e do espaço permanecem sempre tão presentes. O mesmo para o meu trio mais antigo, Nasha, Karina e Vanessa. Fabiana também me ajudou na tradução do artigo para o workshop do JPS e nas boas compartilhadas com tantos outros amigos que a “federal de química” me legou. Na figura dessas pessoas lembro também de muitos outros amigos e colegas dos tempos de graduação na UFRJ. Agradeço também ao sempre companheiro e “hermano” Salva, amigo, vizinho e referência de professor que a vida me deu. Thai, Leo, Nobru, Felipe, Anna, obrigado pelas alegrias e diversões compartilhadas num tempo tão bom da vida. Obrigado querides, quantas saudades!

Agradeço ainda aos professores, amigos e colegas de CPDA e de UFF, com quem o aprendizado foi tão rico e prazeroso. Agradeço a todos eles na memória de Fellipe Prado,



peessoa alegre, sensível, empática e professor nato, que infelizmente, aos 32 anos, se somou à estatística de mortos pela Covid 19. Felipe, presente, agora e sempre!

Agradeço à minha família, do tronco “grajaúense” e das bandas de Cascadura. Obrigado, seu Menezes, seu Zeca, dona Vanda e dona Aline (todos in memoriam). Obrigado magra e gorda (in memoriam). Obrigado Luiza, Isadora, Pedro (in memoriam), Paulo, Nilcéa, Zequinha. Obrigado Thai, Juju, Giovanna, Antônia, Patrícia, Vinicius, Gisele, Arthur, Bia, Matheus. Das bandas do outro lado da “poça” também: Obrigado, Pati. À madrinha paulistano-boliviana, Mary Jo Zilvetti, ao pustiço padrinho “paulistano”, Luis, e suas meninas Manu e Carmen. Obrigado também, dona Beth pela sempre agradável e divertida convivência! Obrigado a todes pela alegria compartilhada de sempre!

Não posso deixar de lembrar também de meus alunos, com quem o aprendizado acadêmico e pessoal é sempre permanente e instigante. Por isso, agradeço a todos aqueles que compartilharam seus conhecimentos e trajetórias comigo no Pré-Vestibular Popular +Nós, no CEDERJ e, atualmente, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Por último, agradeço à universidade pública brasileira e sua concepção de educação de qualidade, gratuita, laica e para todos. Sem ela não seria possível o pensamento crítico e democrático no Brasil. Sem ela teria sido impossível eu realizar esta pesquisa através do subsídio da Bolsa de Doutorado da FAPERJ concedida a mim através do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. A todas as instituições e funcionários públicos envolvidos neste processo, meu agradecimento e minha homenagem por fazerem possível alguma produção de ciência e historiografia de qualidade em nosso país.

## RESUMO

O objetivo desta tese é compreender as transformações e conexões políticas, econômicas, sociais e simbólicas entre lideranças políticas, acadêmicas e empresariais do agronegócio brasileiro e argentino, que levaram à constituição de uma mesma trama política composta por uma miríade de diversas formas de organização responsáveis pela disputa e construção da hegemonia do agronegócio no Brasil, na Argentina e em seus vizinhos sul-americanos. Conforme a literatura acadêmica crítica tem indicado, a afirmação deste modelo produtivo a partir da década de 1990 supôs não somente profundas transformações econômicas, como também de ordem sócio-política, que mudaram o mapa institucional do campo de representação de grandes proprietários, produtores e empresários rurais e de seu campo científico correspondente. Para tanto, foi realizado o estudo de três conjuntos de aparelhos privados de hegemonia que protagonizaram este processo e foram fundados ao longo das últimas três décadas (1990 – 2020). O primeiro conjunto se refere às principais associações que foram anunciadoras do “paradigma do agronegócio” em seus países: a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e a Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID). Em segundo lugar, foram estudados dois dos mais importantes programas de pós-graduação em agribusiness, responsáveis em grande medida pela estruturação de um campo de estudos científicos especificamente voltado para esta temática: o PENSA – Centro de Conhecimentos do Agronegócio, vinculado à Universidade de São Paulo, e o PAA – Programa de Agronegócios y Alimentos, vinculado à Universidade de Buenos Aires. Em seguida, a partir dos dois primeiros estudos, foi analisado um terceiro conjunto de redes de articulação internacional que, com diferentes objetivos, têm conectado as lideranças da ABAG e do PENSA, no Brasil, com os representantes da AAPRESID e do PAA, na Argentina, bem como com outras empresas, governos e organizações identificadas com o modelo do agronegócio no plano internacional. Para desenvolver estes estudos foi estabelecido o diálogo com o referencial gramsciano de hegemonia, com a teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu e com a perspectiva de Florestan Fernandes sobre o caráter histórico da associação (econômica, política, cultural) subordinada das classes dominantes nacionais latino-americanas com o capital internacional. Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre temas correlatos e uma pesquisa a partir de consulta ao seguinte corpo documental: publicações institucionais das empresas, associações, pós-graduações, governos e lideranças analisados; levantamentos de imprensa (nos grandes meios e em publicações especializadas); currículos de dirigentes e professores do agribusiness; e entrevistas de algumas lideranças publicadas em meios acadêmicos e de imprensa. Assim, revelou-se uma complexa trama política dedicada não somente à expansão produtiva e geográfica de cadeias globais de produção agroindustrial, como também à afirmação política, social e simbólica do modelo do agronegócio no Cone Sul, partilhando de agendas, estratégias políticas, discursos e visões de mundo em comum e buscando “universalizá-los” como vontade coletiva de “todos”.

**Palavras-chave:** Agronegócio, Hegemonia, Questão Agrária, Estado e Poder.

## ABSTRACT

The objective of this thesis is to understand the political, economic, social and symbolic transformations and connections between political, academic and business leaders of Brazilian and Argentine agribusiness, which led to the constitution of the same political web composed of a myriad of diverse forms of organization responsible for the dispute and construction of agribusiness hegemony in Brazil, Argentina and its South American neighbors. As the critical academic literature has indicated, the affirmation of this productive model since the 1990s has meant not only profound economic transformations, but also socio-political ones, which have changed the institutional map of the field of representation of large landowners, producers, and rural entrepreneurs, and its corresponding scientific field. To this end, I carried out a study of three sets of "private hegemonic apparatuses" that played a leading role in this process and were founded over the last three decades (1990 - 2020). The first set refers to the main associations that heralded the "agribusiness paradigm" in their countries: the Brazilian Agribusiness Association (ABAG) and the Argentine Association of No Till Producers (AAPRESID). Secondly, two of the most important post-graduate programs in agribusiness were studied, largely responsible for the structuring of a field of scientific studies specifically focused on this theme: PENZA - Agribusiness Knowledge Center, linked to the University of São Paulo, and PAA - Agribusiness and Food Program, linked to the University of Buenos Aires. Then, based on the first two studies, a third set of international networks was analyzed that, with different objectives, have connected the leaderships of ABAG and PENZA, in Brazil, with representatives of AAPRESID and PAA, in Argentina, as well as with other companies, governments and organizations identified with the agribusiness model at the international level. To develop these studies, a dialogue was established with the Gramscian referential of hegemony, with Pierre Bourdieu's theory of symbolic power, and with Florestan Fernandes' perspective on the historical character of the subordinate (economic, political, cultural) association of the Latin American national dominant classes with international capital. In addition, a bibliographical review was carried out on related themes and a research based on consultation of the following documentation: institutional publications of the analyzed companies, associations, post-graduate courses, governments, and leaders; press surveys (in the main stream media and specialized publications); résumés of agribusiness leaders and professors; and interviews of some leaders published in academic and press media. Thus, a complex political web was revealed, dedicated not only to the productive and geographical expansion of global agribusiness production chains, but also to the political, social, and symbolic affirmation of the agribusiness model in the Southern Cone, sharing agendas, political strategies, discourses, and worldviews in common, and seeking to "universalize" them.

**Key words:** Agribusiness, Hegemony, Agrarian Question, State and Power.

## RESUMEN

El objetivo de esta tesis es comprender las transformaciones y conexiones políticas, económicas, sociales y simbólicas entre los líderes políticos, académicos y empresariales del agronegocio brasileño y argentino, que llevaron a la constitución de un mismo entramado político compuesto por una miríada de diferentes formas de organización responsables de la disputa y construcción de la hegemonía del agronegocio en Brasil, Argentina y sus vecinos sudamericanos. Como ha señalado la literatura académica crítica, la afirmación de este modelo productivo a partir de la década de los noventa supuso no sólo profundas transformaciones económicas, sino también sociopolíticas, que cambiaron el mapa institucional del campo de representación de los terratenientes, productores y empresarios rurales y su correspondiente campo científico. Para ello, se realizó el estudio de tres conjuntos de aparatos hegemónicos privados que protagonizaron este proceso y se fundaron en las últimas tres décadas (1990 - 2020). El primer conjunto se refiere a las principales asociaciones que fueron anunciadoras del "paradigma del agronegocio" en sus países: la Asociación Brasileña de Agronegocios (ABAG) y la Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID). En segundo lugar, se estudiaron dos de los más importantes programas de postgrado en agronegocios, responsables en gran medida de la estructuración de un campo de estudios científicos centrados específicamente en este tema: el PENSA - Centro de Conocimiento de Agronegocios, vinculado a la Universidad de São Paulo, y el PAA - Programa de Agronegocios y Alimentos, vinculado a la Universidad de Buenos Aires. A partir de los dos primeros estudios, se analizó un tercer conjunto de redes internacionales que, con diferentes objetivos, han conectado a los líderes de ABAG y PENSA, en Brasil, con los representantes de AAPRESID y PAA, en Argentina, así como con otras empresas, gobiernos y organizaciones identificadas con el modelo de los agronegocios a nivel internacional. Para desarrollar estos estudios se estableció un diálogo con el referencial gramsciano de la hegemonía, con la teoría del poder simbólico de Pierre Bourdieu y con la perspectiva de Florestan Fernandes sobre el carácter histórico de la asociación subordinada (económica, política, cultural) de las clases dominantes nacionales latinoamericanas con el capital internacional. Además, la investigación se basó en una revisión bibliográfica sobre temas relacionados y en la consulta del siguiente corpus documental: publicaciones institucionales de las empresas, asociaciones, cursos de postgrado, gobiernos y líderes analizados; encuestas de prensa (en los principales medios de comunicación y publicaciones especializadas); currículos de líderes y profesores del sector agroalimentario; y entrevistas a algunos líderes publicadas en medios académicos y de prensa. Esto reveló un complejo entramado político dedicado no sólo a la expansión productiva y geográfica de las cadenas globales de producción agroindustrial, sino también a la afirmación política, social y simbólica del modelo de agronegocios en el Cono Sur, compartiendo agendas, estrategias políticas, discursos y cosmovisiones en común y buscando "universalizarlas" como voluntad colectiva de "todos".

**Palabras clave:** Agronegocios, Hegemonía, Cuestión Agraria, Estado y Poder

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	20
Tema e objetivos .....	20
Estrutura da tese .....	25
Referencial Teórico.....	26
Procedimentos Metodológicos.....	41
Justificativa .....	42
Algumas notas introdutórias sobre a noção de agronegócio .....	45
CAPÍTULO 1– MODERNIZAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DA PROPRIEDADE DA TERRA: UM HISTÓRICO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NA ARGENTINA.....	69
1.1. Introdução .....	69
1.2. Capitalismo dependente e a “crítica à razão dualista” na América Latina.....	71
1.3. A questão agrária e as vias de modernização no Brasil e na Argentina.....	81
1.4. A consolidação da modernização conservadora na agricultura .....	90
1.5. A “República Unida de la Soja” no Cone Sul.....	121
1.6. Ação e organização política dos atores sociais no campo: hegemonias e contra-hegemonias	134
CAPÍTULO 2 – O ANÚNCIO DE UM “NOVO PARADIGMA”: A ABAG E A AAPRESID NA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO.....	158
2.1. Introdução .....	158
2.2. Origens, fundação e objetivos.....	161
2.3. Formas de associação e perfil social dos associados .....	169
2.3.1. Como funciona o modelo associativo? .....	169
2.3.2. Quais são as instituições associadas? Qual seu perfil? .....	171
2.4. Quais as trajetórias sociais dos dirigentes?.....	183
2.4.1. Dirigentes da ABAG.....	185
2.4.2. Os dirigentes da AAPRESID: .....	200
2.4.3. Algumas conclusões sobre a trajetória social dos porta-vozes do agronegócio.....	210
2.5. Discursos e visões de mundo .....	216
2.5.1. A promoção (ou captura) de um discurso de responsabilidade social e ambiental.....	218
2.5.2. A visão do papel da ciência.....	223
2.5.3. A visão do novo homem no campo.....	225
2.5.4. A perspectiva sobre os outros: movimentos sociais, comunidades tradicionais e os “sem condição” .....	229

2.5.5. O lugar do próprio país no mundo .....	235
2.6. Bandeiras e reivindicações de políticas públicas .....	242
2.6.1. Defesa das biotecnologias .....	243
2.6.2. A questão da Propriedade da Terra .....	249
2.6.3. Política Econômica .....	255
2.6.4. Política de Comércio Internacional .....	259
2.6.5. Infraestrutura logística .....	260
2.6.6. Promoção do biodiesel.....	262
2.6.7. Relações de trabalho e qualificação da mão de obra.....	264
2.6.8. Assistência Técnica e Pesquisa Agropecuária .....	267
2.6.9. Promoção do Turismo Rural .....	269
2.7. Principais estratégias de ação e organização política.....	270
2.8. Conclusão do capítulo.....	284
<b>CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DE “POSIÇÕES” NA UNIVERSIDADE: A DISPUTA POR HEGEMONIA ATRAVÉS DO CENTRO DE CONHECIMENTOS EM AGRONEGÓCIO (PENSA) E DO PROGRAMA DE AGRONEGÓCIOS Y ALIMENTOS (PAA) .....</b>	<b>289</b>
3.1. Introdução .....	289
3.2. A construção do campo de estudos científicos do agronegócio.....	295
3.2.1. Origens e difusão a partir do norte.....	295
3.2.2. A fundação do PENSA: um programa de agribusiness no Brasil .....	302
3.2.3. A fundação do PAA: o agribusiness na academia argentina.....	313
3.3. Quais as trajetórias sociais dos professores do agribusiness? .....	324
3.3.1. Os Professores do PENSA .....	325
3.3.2. Os Professores do PAA.....	335
3.3.3. Algumas considerações sobre as trajetórias sociais dos professores do agribusiness.....	344
3.4. O marco teórico trabalhado no PENSA e no PAA: A análise dos sistemas agroindustriais a partir da Nova Economia Institucional (NEI) .....	349
3.5. A agenda de pesquisa do agribusiness .....	373
3.5.1. A produção do PENSA .....	374
3.5.2. A produção do PAA.....	382
3.6. Interfaces entre pesquisa, ensino e política no campo de estudos sobre o agronegócio .....	387
3.7. Conclusões do Capítulo .....	406
<b>CAPÍTULO 4 – REDES DE AÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA INTERNACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO CONE SUL .....</b>	<b>412</b>
4.1. Introdução .....	412

4.2. Confederação Americana das Associações para a Agricultura Sustentável (CAAPAS).....	416
4.3. Federação das Associações Rurais do Mercosul (FARM).....	421
4.4. Grupo de Países Produtores do Sul (GPS).....	429
4.5. LIDE – Grupo de Líderes Empresariais.....	442
4.6. Round Table on Responsible Soy (RTRS) .....	445
4.7. International Food and Agribusiness Management Association (IFAMA).....	457
4.8. Conclusões do Capítulo .....	469
CONCLUSÕES .....	472
REFERÊNCIAS.....	486
Bibliografia .....	486
Fontes primárias.....	496
Anexo 1: Diretores da ABAG.....	505
Anexo 2: Diretores da AAPRESID.....	519
Anexo 3: Professores do PENSA.....	533
Anexo 4: Professores do PAA .....	552
Anexo 5: Teses e dissertações do PENSA.....	578
Anexo 6: Dissertações do PAA.....	587
Anexo 7: Membros RTRS .....	592
Anexo 8: Objetivos RTRS .....	633

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Empresas ou instituições sócias da ABAG .....	172
Tabela 2. Empresas ou instituições sócias da AAPRESID .....	177
Tabela 3. Diretores da ABAG com presença identificada em instituições acadêmicas.....	191
Tabela 4. Nomes que intitularam os congressos da AAPRESID (1999-2019).....	271
Tabela 5. Nomes que intitularam os congressos da ABAG (2002-2019) .....	272
Tabela 6. Histórico de Presidentes da IFAMA .....	459
Tabela 7. Conferências IFAMA.....	460

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1. Principais exportações agropecuárias e de origem agropecuário da Argentina (em mil tons) ano 2010.....	122
Gráfico 2. Principais exportações agropecuárias e de origem agropecuária do Brasil (em mil tons) 2010. ....	122
Gráfico 3. Produção mundial de soja, em toneladas, por país (1961 - 2012) .....	124
Gráfico 4. Área cultivada (em mil há) e produção de soja (em mil ton) no Brasil (1961/62 a 2012/13). ....	127
Gráfico 5: Área cultivada e produção de soja na Argentina (1970/71 a 2010/11).....	130

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Área cultivada com soja no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia.....	126
--	-----



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

AACREA – Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agropecuária  
AAPRESID – Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa  
ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness  
Abcoop – Aliança Brasileira de Cooperativas  
ABIA – Associação Brasileira da Indústria de Alimentos  
ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos  
ABIOVE – Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais  
ABRASEM – Associação Brasileira de Sementes e Mudanças  
ACA – Asociación de Cooperativas Agrarias  
ACI – Aliança Cooperativa Internacional  
ACSOJA – Asociación de la Cadena de la Soja  
ACTA – Associação de Câmaras de Tecnologia Agropecuária  
ADPC – Associação do Plantio Direto no Cerrado  
ADUSP – Associação de Docentes da USP  
AFA – Agricultores Federados Argentinos  
Agrishow – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação de Ribeirão Preto  
AGU – Advocacia Geral da União  
AIP – Associação de Interesse Privado  
ANDA – Associação Nacional para a Difusão de Adubos  
ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal  
ANEC – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais  
ANFAVEA – Associação Nacional de Veículos Automotores  
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
APROSOJA – Associação de Produtores de Soja de Mato Grosso  
ARES – Instituto para o Agronegócio Responsável  
Argent trigo – Associação Argentina de Trigo  
ARP – Asociación Rural de Paraguay  
ARU – Asociación Rural de Uruguay  
ASAGIR – Asociación Argentina de Girasol  
BBNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo  
CAAPAS – Confederação de Associações Americanas para a Agricultura Sustentável  
CADE – Conselho de Administração e Desenvolvimento Econômico do Governo Federal  
CARBAP – Confederación de Asociaciones Rurales de Buenos Aires e La Pampa  
CARI – Conselho Argentino de Relações Internacionais  
CAS – Conselho Agropecuário do Sul  
CBOT – Chicago Board of Trade  
CEMA – Centro de Estudios Macroeconomicos de Argentina  
CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina  
CFR – Council of Foreign Relations

CGFL – Cairns Group Farm Leaders  
CMPP – Câmara Mercantil de Produtos do País  
CNA – Confederação Nacional da Agricultura  
CNC – Confederação Nacional do Comércio  
CNI – Confederação Nacional da Indústria  
COA – Council of the Americas  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CONABIA – Coordinación de Innovación y Biotecnología  
CONEAU – Comissão Nacional de Avaliação Universitária  
CONFAGRO – Confederación Nacional de Agricultura de Bolívia  
CONGABOL – Confederación de Ganadores de Bolívia  
CONINAGRO – Confederación Intercooperativa Agropecuária  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
Cosag/FIESP – Conselho Superior do Agronegócio da FIESP  
CRA – Confederaciones Rurales Argentinas  
CRB – Confederação Rural Brasileira  
CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)  
CURI – Conselho Uruguaio para as Relações Internacionais  
DENDE – Desarrollo en Democracia  
ECT – Economia dos Custos de Transação  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural  
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz  
ESG – Escola Superior de Guerra.  
ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing  
FAA – Federación Agraria Argentina  
FAAB – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira  
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
FARM – Federação das Associações Rurais do Mercosul  
FARSUL – Federação de Agricultores do Rio Grande do Sul  
FAUBA – Facultad de Agronomía de la Universidad de Buenos Aires  
FEA – Faculdade de Economia e Administração  
FEBRAPDP – Federação Brasileira de Plentio Direto na Palha  
FEI – Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FIA – Fundação Instituto de Administração  
FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo  
FR – Federación Rural de Uruguay  
FSC – Forest Stewardship Council  
Fundação INAI – Instituto para as Negociações Agrícolas Internacionais  
GPS – Grupo de Países Produtores do Sul  
GRSB – Global Round Table for Sustainable Beef  
GTS – Grupo de Trabalho da Soja

HBS – Harvard Business School  
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IEAG – Instituto de Estudos do Agribusiness  
IFAMA – Intertional Food and Agribusiness Management Association  
IFSP – Instituto Federal de São Paulo  
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura  
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana  
INASE – Instituto Nacional de Semillas  
INBIO – Instituto de Biotecnologia Agrícola  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria  
INTA – Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária  
LIDE – Grupo de Líderes Empresariais  
MAGyP – Ministério da Agroindustria, Ganaderia y Pesca  
MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio  
MAIZAR – Asociación Maiz y Sorgo Argentino  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento Sem Terra  
NEI – Nova Economia Institucional  
NENA – Nueva Economia y Agronegocios Alimentares  
NFF – Australian National Farmer’s Federation  
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras  
OGM – Organismos Geneticamente Modificados (OGM),  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
PAA – Programa de Agronegocios y Alimentos  
PENSA – Centro de Conhecimentos em Agronegocios  
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
Pordecer – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RSPO – Round Table on Responsible Palm Oil  
RTRS – Round Table on Responsible Soy  
SNA – Sociedade Nacional da Agricultura  
SRA – Sociedade Rural Argentina  
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
TMD – Teoria Marxista da Dependência  
UADE – Universidad Argentina de la Empresa  
UDR – União Democrática Ruralista

UFC – Universidade Federal do Ceará  
UFEI – Universidade Federal de Itajubá  
UFPA – Universidade Federal de Lavras  
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos  
UFV – Universidade Federal de Viçosa  
UGP – União de Grêmios da Produção  
Unasco – União Nacional das Associações Cooperativas  
UNESP – Universidade Estadual Paulista  
ÚNICA – União das Indústrias da Cana de Açúcar  
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas  
UNR – Universidad Nacional de Rosario  
UPOV – Convenção Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas  
USDA – United States Department of Agriculture  
USP – Universidade de São Paulo

## INTRODUÇÃO

### Tema e objetivos

A pergunta original que motivou esta tese partiu de três conjuntos de estudos com que tive contato ao longo de minha graduação, mestrado e no início do doutorado, dentro dos campos da História social, da sociologia e da antropologia política. São eles: **(a) estudos sobre o agronegócio, seus significados e impactos econômicos, sociais, políticos e culturais** (GRAZIANO DA SILVA, 1993; 1996; SILVA E MOYANO, 1993; BRUNO, 1997; 2002; 2009; 2016; OLIVEIRA, 2001; BALSÀ, 2006; HERNÁNDEZ, 2007; 2013; SAUER, 2008; MENDONÇA, 2010; 2017; 2019; HEREDIA ET AL, 2010; BORRAS ET AL, 2011; 2016; MARTINS, 2011; DELGADO, 2012; GIARRACA E TEUBAL, 2013; WESZ JR, 2014; AZCUY AMEGHINO, 2015; DOUGNAC, 2016; GRAS Y HERNÁNDEZ, 2016; MCMICHAEL, 2016; SVAMPA, 2016; DE MARTINELLI Y MORENO, 2017; LIAUDAT, 2018; POMPEIA, 2018; LEITE, 2019; SOSA, 2020), **(b) estudos sobre Estado, poder e organização política de proprietários, produtores e empresários rurais** (GRAZIANO DA SILVA, 1993; 1996; BRUNO, 1997; 2002; 2009; 2016; BOCCHICCHIO Y CATTÁNEO, 2003; LATUADA, 2006; HERNÁNDEZ, 2007; 2013; ALAPIN, 2008; LACERDA, 2009; 2011; GRYNSPAN, 2009; 2012; MENDONÇA, 2010; 2017; 2019; PINTO, 2011; RAMOS, 2011; PANERO, 2013; GRAS Y HERNÁNDEZ, 2016; CARINI, 2018; LIAUDAT, 2018; POMPEIA, 2018; 2020 FERNANDES, 2018; MACKLER, 2019; LIAUDAT E FERNANDES, 2021) **(c) e estudos sobre as feições sociopolíticas do capitalismo contemporâneo** (GRAMSCI, 2007; FERNANDES, 2009; 2020; DREIFUSS, 1986; HARVEY, 2005; FONTES, 2010; MENDONÇA, 2014). Inicialmente a questão era formulada da seguinte maneira: quais seriam os espaços de organização internacional dos protagonistas políticos e econômicos, nacionais e internacionais, do modelo do agronegócio? Esta pergunta estava fundamentada na consideração de três aspectos das transformações

vivenciadas no mundo da produção agroindustrial: 1) A afirmação e consolidação política e econômica, ao longo das últimas três décadas, de um modelo de produção rural que tem anunciado a imagem de um novo homem do campo, empresário, financista e industrial, conectado aos grandes centros de negócios do mundo e às mais inovadoras tecnologias de produção; 2) O histórico de organização e ação política das classes dominantes, majoritariamente agrárias, de países latino-americanos; 3) A complexificação dos laços econômicos globais com a financeirização da produção capitalista.

Embora eu tenha encontrado valiosos estudos sobre as formas de organização política deste novo empresariado rural, em diferentes países latino-americanos, como Brasil e Argentina, mas também México (HERRERA Y MOYANO, 1997; MACKINLAY, 2004) e Colômbia (CUELLAR, 2020), estes trabalhos, em sua grande maioria, estiveram focados em dimensões nacionais do problema. Os poucos que se arriscaram a realizar um balanço em perspectiva regional/internacional, o fizeram do ponto de vista da organização econômico-produtiva das principais cadeias de produção agroindustrial do Cone Sul (WESZ, 2014; GRAS, 2013). Neste sentido, identifiquei uma questão a ser aprofundada a partir de minha pergunta inicial sobre quais seriam as formas de organização internacional das principais representações políticas identificadas com o agronegócio nos países da América Latina, dentro do contexto de globalização neoliberal.

Ao tomar contato com este leque de estudos e me aprofundar nos casos particulares do Brasil e da Argentina, destacaram-se as três principais questões que terminei por buscar responder nesta tese, sempre a partir deste conjunto de pesquisas que me precederam: 1) O surgimento de associações empresariais de “novo tipo” entre grandes proprietários, produtores ou empresários rurais; 2) As “posições” disputadas na universidade através da construção de um campo de estudos científicos do agronegócio em conjunto com novas e velhas associações do empresariado rural nacional; e 3) A formação de redes de ação e

articulação internacional na construção da disputa pela hegemonia do agronegócio na região do Cone Sul. Estes três elementos, mostraram-se decisivos para que eu pudesse reconstituir parte do processo de construção desta trama política, apresentando algumas de suas principais formas institucionais de ação na sociedade civil e na sociedade política do Brasil e da Argentina; e revelando suas interconexões econômicas (base comum dos interesses econômicos de um empresariado agroindustrial nacional associado com o capital transnacional), sociais (através de redes de sociabilidade nacionais e internacionais) e simbólicas (com compartilhamento de ideias, visões de mundo e discursos em comum).

Neste sentido, após me debruçar sobre os estudos já assinalados, sobre as fontes de pesquisa trabalhadas e sobre o referencial teórico proposto, o objetivo final desta tese foi, em primeiro lugar, responder a seguinte questão geral: De que forma, a partir da década de 1990, as frações das classes dominantes nacionais que monopolizam a produção agropecuária e a propriedade da terra no Brasil e na Argentina, em associação com capitais transnacionais do mercado global de alimentos, fibras e biocombustíveis, transformaram suas estratégias políticas de disputa por hegemonia, no sentido de difundir econômica, social, política e simbolicamente o modelo do agronegócio em seus países?

Embora meu interesse original incluísse também a experiência mexicana do Consejo Nacional Agropecuario, fundado em 1990 e abordado por Horacio Mackinlay (2004) como experiência de renovação política da representação de grandes produtores, proprietários e empresários rurais do México, no contexto do fim da hegemonia do PRI e da abertura neoliberal da economia nacional, optei somente pelo estudo dos casos do Brasil e Argentina, por razões práticas de pesquisa, mas também pelo lugar em comum destes dois países na geopolítica dos alimentos dos últimos trinta anos. Por isso, conforme desenvolvi mais especificamente no capítulo 1, a escolha metodológica de tratar estes dois últimos casos nacionais se justifica pelo fato de ambos figurarem, no tempo presente, como grandes atores

na produção e exportação de commodities agrícolas e de alguns de seus derivados, compartilhando um potencial produtivo semelhante, com grande disponibilidade de terras e de recursos humanos especializados. Estas características conferem ao Brasil e à Argentina a condição simbólica – segundo o discurso apologético do agronegócio – de “celeiros” ou “supermercados” do mundo. No contexto regional do Cone Sul (que também poderia incluir o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia e, em menor medida, o Chile) o Brasil e a Argentina têm funcionado como referenciais políticos e econômicos pelo peso relativo de seus territórios, de suas exportações agropecuárias no mercado mundial e, particularmente, por serem os países mais importantes do principal “belt” do agronegócio sul-americano: La República de la Soja, como anunciado pela Syngenta. Junto com os Estados Unidos, Brasil e Argentina conformam o grupo dos três principais produtores e exportadores deste grão (WESZ JR, 2014). Além disso, os dois compartilham um histórico que, ao mesmo tempo em que é permeado por particularidades nacionais, também é, em grande medida, determinado por uma formação social e econômica em comum: são historicamente dependentes de exportações agropecuárias para os grandes centros capitalistas, apesar e através de seus respectivos processos de urbanização, industrialização e modernização econômica e tecnológica. Isto faz com que tanto o Brasil como a Argentina figurem como grandes atores em diversas outras cadeias globais de produção de alimentos, fibras e biocombustíveis, ancorando parte significativa de suas economias nacionais nestes mercados.

Mesmo recortando a análise específica destes dois casos nacionais emblemáticos na construção de uma trama política do agronegócio na região do Cone Sul, ao longo do processo de pesquisa, defini ainda mais meu recorte analítico, formulando objetivos e questões que são mais específicos, mas que estão relacionados com a questão geral proposta. Portanto, em segundo lugar, busquei indagar a respeito do fato de que, a partir dos anos 1990, dentro do contexto de estabilização de uma ordem liberal-democrática e de adesão destes dois



países à globalização neoliberal, constatee a formação simultânea de duas associações de novo tipo que buscariam se afirmar como porta-vozes do agronegócio no Brasil e na Argentina (a Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG e a Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa – AAPRESID) e dois programas de pós-graduação umbilicalmente associados entre si e às associações de “novo tipo” e vinculados à maior universidade de cada país, respectivamente: O PENSA – Centro de Conhecimento em Agronegócios, vinculado à Universidade de São Paulo, e o PAA – Programa de Agronegócios y Alimentos, vinculado à Universidad de Buenos Aires. Além disso, identifiquei uma série de iniciativas de organização política em nível regional/internacional que conectam patrocínios, lideranças, pesquisas, agendas de política pública, eventos públicos e privados, discursos e visões de mundo entre empresas e empresários nacionais e internacionais, as associações de novo tipo, o campo de estudos científicos em agronegócio e determinados setores da sociedade civil e política do Brasil, da Argentina e de seus principais parceiros comerciais (como, por exemplo, os demais países da região do Cone Sul, os Estados Unidos, a Europa e a China). Neste sentido, formulei três conjuntos de perguntas específicas que serão ser respondidas ao longo dos capítulos 2, 3 e 4 da tese:

a) Quais as semelhanças e particularidades das principais associações empresariais porta-vozes do agronegócio made in Brasil e made in Argentina? De que forma elas se construíram como anunciadoras de um novo paradigma?

b) Qual o papel cumprido pela academia a partir de determinados programas de pós-graduação na construção da associação econômica, social e simbólica entre as frações nacionais das classes dominantes agrárias e capitais transnacionais associados? Quais as diferenças, semelhanças e interconexões entre o campo de estudos científicos do agronegócio do Brasil e da Argentina?

c) De que forma os interesses sociais representados e organizados pela ABAG e AAPRESID se articulam internacionalmente? Qual o papel das redes acadêmicas neste processo? Quais seriam as principais organizações responsáveis por promover esta articulação? Qual seu papel e importância?

### **Estrutura da tese**

Para responder à indagação geral proposta e a estas questões específicas, a tese encontra-se estruturada da seguinte maneira. No primeiro capítulo, busquei apresentar uma breve reconstituição de como o modelo do agronegócio se estabeleceu no Brasil e na Argentina, relacionando-o com os históricos bloqueios políticos à democratização social e econômica destes países, através de um processo de modernização conservadora da agricultura, com a manutenção e intensificação do monopólio histórico sobre a produção agropecuária e a propriedade da terra.

Uma vez contextualizado este processo, no capítulo 2, desenvolvi o estudo das duas associações destacadas como “anunciadoras” da reforma moral e intelectual do “paradigma do agronegócio” (ABAG e AAPRESID). Para tanto, além de pesquisar sobre suas origens, busquei compreender o perfil institucional das duas organizações e de seus associados, bem como a trajetória social de seus dirigentes. A partir daí, também investiguei quais eram os principais elementos dos discursos, da visão de mundo, da agenda de reivindicações promovida por elas e de suas principais estratégias de ação e organização.

Em seguida, no capítulo 3, foi realizado um estudo sobre dois dos mais reconhecidos programas de pós-graduação em agronegócio do Brasil e da Argentina (PENSA e PAA). Para tanto, além de também estudar suas origens e fundações, bem como as trajetórias sociais de seus professores, refleti criticamente sobre o marco teórico compartilhado por estes programas, suas respectivas agendas de pesquisa e a maneira como alguns de seus

representantes atuam em outros espaços da sociedade civil e da sociedade política, revelando um forte compartilhamento de discursos, visões de mundo e laços sociais diversos com as associações empresariais do agronegócio.

Finalmente, no capítulo 4, apresento algumas das redes de articulação internacional que conectam lideranças, agendas e os discursos das duas associações empresariais e dos dois programas de pós-graduação estudados nos capítulos precedentes, conformando significativos elos de ligação constitutivos da trama política da hegemonia do agronegócio no Cone Sul.

## **Referencial Teórico**

Para desenvolver a pesquisa, lancei mão do diálogo com algumas questões e autores que contribuíram na reflexão sobre as feições sócio-políticas do capitalismo contemporâneo, considerando suas dimensões econômicas e ideológicas e as particularidades dos países de capitalismo de tipo dependente.

Em primeiro lugar, minha principal referência foi o instrumental teórico legado por Antonio Gramsci que pode ser resumido a partir do entendimento de dois conceitos fundamentais mobilizados por ele: o conceito de Hegemonia e a sua correspondente leitura sobre o caráter do Estado e da dominação burguesa no mundo contemporâneo. Neste sentido, quanto ao conceito de Estado gramsciano, é preciso ressaltar que o autor constrói seu edifício teórico e conceitual a partir de uma dupla crítica. De um lado, o marxista italiano busca aprofundar os fundamentos filosóficos da crítica da economia política realizada por Marx (1986) ao pensamento liberal. Assim, dialogando diretamente com o que chama de filosofia da práxis, Gramsci (2000) buscou desenvolver a crítica ao liberalismo, questionando os seus principais fundamentos teóricos e, por consequência, expondo os principais limites e contradições da concepção liberal do Estado. De outro lado, o autor realiza uma crítica a

alguns marxistas – classificados por ele como economicistas – por apresentarem uma leitura demasiadamente mecanicista dos escritos de Marx, o que, em sua avaliação, os aproximava das próprias teorias liberais que estes diziam criticar.

Com isso, o filósofo italiano defendeu tanto a superação da visão de Estado predominante no liberalismo, que tendia a entendê-lo como um “sujeito” onisciente, quanto a superação da interpretação economicista de Marx que consagrou o Estado como um simples “objeto” a serviço das classes dominantes (MENDONÇA, 2014). Para tanto, Gramsci buscou desenvolver e aprofundar os principais fundamentos da concepção marxiana sobre o Estado e suas relações com o conjunto dos indivíduos e grupos sociais organizados na sociedade, encontrando nos conceitos de estrutura e superestrutura, as chaves interpretativas que justamente apontaram para a necessidade de, sem abandonar a análise das determinações das transformações estruturais em um dado modo de produção, compreender de que maneira elas refletem, determinam e são determinadas pelo campo da política, da cultura e da ideologia, produzindo transformações também nas suas superestruturas. Ou seja, de que maneira a posição de cada indivíduo ou grupo social na estrutura econômica da sociedade estabelece uma relação de influência mútua com as formas com que estes se organizam no plano político e cultural.

A partir desta compreensão, Gramsci (2000) se debruçou sobre as superestruturas da sociedade ocidental e moderna nas primeiras décadas do século XX e, além de jogar luz sobre a necessidade de se estudar tais dimensões da sociedade capitalista, identificou o par conceitual e analítico que é fundante da sua própria concepção de Estado. Assim, o autor resgatou as noções de sociedade civil e sociedade política presentes em Marx conferindo um novo destaque para a existência destes duas dimensões do mundo burguês, demonstrando como estes se encontram em permanente relação, integrando-se um no outro e constituindo

em si uma totalidade: a totalidade do Estado Ampliado como superestrutura fundamental da sociedade.

Reafirmando a sociedade política como lugar do conjunto de instituições estatais formais e legais, ou seja, como representante mais próximo das compreensões mais “estreitas” de Estado-Objeto ou Estado-Sujeito difundidas pelo liberalismo e pelo economicismo marxista, Gramsci (2000) confere ainda mais destaque para a natureza e o papel da sociedade civil, bem como de sua relação com a sociedade política. O autor busca “ampliar” as concepções de Estado mais correntes, alargando seus horizontes analíticos e compreendendo o Estado como uma relação conformada pela correlação das diversas forças sociais inscritas seja na sociedade política, seja na sociedade civil. Assim, considera que, a partir desta perspectiva, é possível se posicionar de forma mais coerente com os pressupostos da filosofia da práxis, compreendendo as interdeterminações existentes entre o plano econômico das estruturas e o plano “ético-político” das superestruturas (GRAMSCI, 2000).

Segundo o autor, portanto, “as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna”, ou seja, um sistema defensivo em que os setores dominantes na sociedade reproduzem suas posições de poder, mesmo quando perdem o controle imediato do “comitê executivo” enunciado por Marx. Deste modo, a sociedade civil no mundo contemporâneo teria se tornado “uma estrutura muito complexa e resistente a ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.)” (GRAMSCI, 2000, p. 73).

Da mesma maneira, é especialmente no âmbito da sociedade civil em que as forças de resistência aos interesses dominantes se expressam, conduzindo movimentos contrários aos mesmos e, por consequência, produzindo compromissos e pactos mínimos, que limitam o poder político dos dominantes, ainda que sem atingir o núcleo central de seus interesses. A este respeito, vale recuperar a reflexão realizada pelo autor a respeito da necessidade de se

construir um equilíbrio de compromisso que seja base de sustentação da hegemonia a ser exercida pelas classes e frações de classes dominantes na sociedade:

O fato da hegemonia pressupõem indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se conforme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000, p. 48).

Neste sentido, o exercício da hegemonia, entendida como predomínio de uma determinada concepção de mundo, que é imposta pelas frações mais dinâmicas do capital aos setores subalternos, mas também é difundida por eles através da força do convencimento. Para tanto, as classes dominantes e dirigentes lançam mão de diferentes estratégias para promover a sua visão de mundo e o seu modo de vida, buscando justificá-los, naturalizá-los e universalizá-los através da organização das vontades coletivas em programas políticos que, através da prática e da ação política, reproduzam em favor dos setores hegemônicos a correlação de forças existentes na sociedade política (Estado restrito) e na sociedade civil. Ao mesmo tempo, as constantes transformações do equilíbrio de forças existente em um dado momento histórico, dependem diretamente da capacidade de formação e organização das próprias vontades coletivas contra-hegemônicas.

Portanto, através das noções de sociedade civil e sociedade política como elementos constitutivos do Estado ampliado, Gramsci (2000) desenvolveu uma dupla perspectiva para caracterizar o conjunto de relações sociais que, a partir daí, podem ser analisadas como elementos que estão, de forma orgânica e dialética, interligados, influenciando uns aos outros, ainda que de maneira desigual e a depender de sua conjuntura histórica. Neste sentido, o autor mobiliza outros conceitos para a compreensão da dupla perspectiva existente no Estado

ampliado (ou integral, como denominou Christine Buci-Glucksmann<sup>1</sup>) se utilizando da metáfora do centauro para definir os diferentes graus em que ela se apresenta:

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquela universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc (GRAMSCI, 2000, p. 33).

Portanto, é na interface entre o consenso e a coerção que as relações sociais de poder se desenvolvem simultaneamente, na sociedade civil e na sociedade política. Enquanto que na primeira predomina a produção de consenso em torno do projeto ou programa hegemônico – concepção de mundo – sem deixar de ser também espaço de coerção e violência, ainda que simbólica, pela manutenção da ordem dominante; No segundo, consenso e coerção são reproduzidos organicamente, definindo suas respectivas intensidades e importâncias conforme as relações de forças estabelecidas em um dado momento histórico de uma determinada sociedade.

Nesta perspectiva, o conceito de Estado ampliado, além de conceber uma noção que torna a ideia de Estado mais abrangente, indo além de um simples conjunto monolítico de instituições e indivíduos à parte do conjunto das classes e frações de classe da sociedade, permite explorar um dos núcleos centrais das preocupações de Gramsci (2000), que se tornaram um dos diferenciais de suas análises sobre as relações de poder: as diferentes formas com que, especialmente no esforço de construção do consenso em torno de seus projetos, as classes e frações de classes dominantes se organizam na sociedade civil a fim de estabelecer sua direção moral e intelectual e inscrever seus projetos na materialidade do Estado restrito. Para tanto, o autor define os partidos genericamente como aparelhos privados de hegemonia que, na sua diversidade organizativa, tática e estratégica se constituem como espaços de

---

<sup>1</sup> Ver Buci-Glucksmann (1978).

formulação de seus próprios programas e disputa da correlação de forças com os demais partidos da sociedade civil, sejam eles representantes de frações de classe concorrentes, sejam eles representantes das diferentes forças contra-hegemônicas existentes.

Dialogando, com o conceito de hegemonia, Balsa (2006) me ajudou a operá-lo, chamando atenção para a existência de três lógicas particulares de construção e disputa da hegemonia que estruturam o pensamento de Gramsci e que servem como referencial metodológico para pesquisa. Segundo o autor argentino, estas três lógicas atuam de maneira simultânea e articulada, segundo os três diferentes momentos das relações de força apresentados por Gramsci (2000) (econômico-corporativo, político-ideológico, militar). No primeiro nível, econômico-corporativo, haveria a hegemonia enquanto uma aliança de classes dirigida para a construção de sua dominação, significando um equilíbrio de compromisso em que os interesses fundamentais das classes dominantes são permanentemente construídos e reconstruídos. Em segundo lugar, em um nível mais político-ideológico, a construção da direção intelectual e moral se fundamenta pela produção e difusão da ideologia, que é entendida no pensamento gramsciano (e marxiano) não como simples doutrina ou conjunto de ideias, mas, particularmente, como conjunto de ideias e valores legitimadores da dominação. Finalmente, nos estratos mais profundos e subjetivos do processo de construção da hegemonia, representando um terceiro momento nas relações de força, teríamos consolidada não só uma determinada “visão de mundo”, como um determinado “modo de vida” dominante no mundo, transformando significativamente as formas de socialização primária. Assim, estruturei a pesquisa compreendendo a dinâmica de atuação e organização das frações de classe dominante associadas ao modelo do agronegócio segundo análise das forças sociais em disputa no processo de construção e reprodução de suas respectivas visões de mundo e modos de vida, ou seja, no processo de construção e disputa pela hegemonia na sociedade política e na sociedade civil.



Para isso, um autor que também contribuiu para a reflexão empreendida nesta tese foi Pierre Bourdieu e a sua teoria do poder simbólico. Se tomado em diálogo com Gramsci, ou seja, preservando o entendimento da indissociabilidade entre estrutura e superestruturas no processo de construção da dominação burguesa, o referencial teórico do sociólogo francês é indispensável para compreender as estratégias e formas políticas de construção do consenso sobre a visão de mundo e o modo de vida dominante através de sua justificação, naturalização e universalização. Neste sentido, a definição de poder simbólico de Bourdieu é bastante descritiva do significado do modelo do agronegócio para além de suas feições exclusivamente econômico-produtivas, pressupondo certa obediência (ou adesão) do dominado em relação ao dominador de que nos fala Weber (1999), mas também supondo o fetiche marxiano que lhe é implícito na medida em que, tal qual nas relações entre capital e trabalho descritas por Marx (2011), quanto mais o poder não se faz notar, mais ele pode se reforçar. Assim, segundo ele, o “poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). Dessa maneira, para este autor “a dificuldade particular da sociologia advém do fato de que ela ensina coisas que de uma certa maneira todo mundo sabe, mas que não se quer saber e que não se pode saber porque a lei do sistema é ocultá-las” (BOURDIEU, 1983, p. 155).

Em função disso, Bourdieu (1974) também contribuiu no entendimento das especificidades dos distintos campos de produção e troca simbólica, contribuindo na definição das propriedades, dinâmicas e mentalidades internas que marcam os seus componentes (*habitus*), assim como de suas interconexões com outros campos do mundo social. Em sua perspectiva, os campos são sistemas de posições sociais que, embora sejam portadores de estruturas e formações históricas específicas, apresentam características gerais segundo as quais os diferentes atores sociais componentes de dado campo se inserem e se

organizam no mesmo, disputando a preservação ou a alteração da posição que ocupam no campo e/ou a subversão da sua própria estrutura. No que se refere ao habitus, o autor considera este conceito como “um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores” responsável por produzir “estratégias que podem estar objetivamente em conformidade com os interesses objetivos dos seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim” (BOURDIEU, 2003, p. 125). Com isso, o sociólogo francês abre portas para que seja possível compreender não só o que há de comum e de particular entre o mundo técnico-científico (BOURDIEU, 1983) e o campo político (BOURDIEU, 1989; 2004), como também permite compreender as relações sociais que configuram a dinâmica de interação entre eles, com destaque – no caso da presente pesquisa – para a relação entre universidades e associações de empresários, produtores e proprietários rurais.

Numa chave que considero relativamente aproximada à noção de habitus, Florestan Fernandes foi outra referência fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Em seus estudos sobre o caráter da revolução burguesa, ou seja, da afirmação econômica, cultural e política de uma “ordem social competitiva” nos países cujas economias são historicamente dependentes (das antigas metrópoles coloniais e da hegemonia, primeiro britânica e depois norte-americana, sobre o mercado mundial), o que mais se destacou aqui foi sua perspectiva sociológica deste processo histórico, reafirmando os laços de dependência econômica com os países do capitalismo central e interpretando seus significados de ordem social, política e cultural. Ao lançar mão desta perspectiva, o autor brasileiro não apenas se mostra coerente com a indissociabilidade e interdeterminação entre estrutura e superestrutura indicada por Marx e reafirmada por Gramsci, como também delinea algumas das principais particularidades do processo de modernização e monopolização da riqueza, do poder e do prestígio social em formações sociais coloniais da América Latina.

Dessa maneira, dois aspectos foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Em primeiro lugar, o caráter associado e subordinado da burguesia nacional latino-americana em relação às burguesias imperialistas. Para Fernandes, em linha com a crítica ao dualismo cepalino dos autores da teoria marxista da dependência, a dominação burguesa que se constituiu na região teve que “ajustar-se, em sua forma, estruturas e dinamismos, a um tipo de transformação capitalista em que a dupla articulação” entre um “desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa” é a regra, constituindo-se em “requisitos da acumulação capitalista e de sua intensificação” (FERNANDES, 2020, p. 297).

Neste sentido, se os teóricos da teoria marxista da dependência já haviam apontado para o caráter econômico desta associação, Florestan Fernandes nos permite dar um salto ainda maior, conferindo uma interpretação histórica e sociológica à crítica ao dualismo cepalino e indicando que a interdependência entre as relações sociais que caracterizaram a formação social dos países capitalistas centrais (especialmente o modelo inglês, francês e dos EUA) e a manutenção e exploração de relações sociais de produção pré ou extra-capitalistas, que marcaram o desenvolvimento do capitalismo na periferia, permitindo a realização dos ganhos extraordinários de onde têm sido drenados os excedentes apropriados pela sociedade entre capitalistas nacionais e estrangeiros, não apenas é resultado de um desenvolvimento estrutural das economias dependentes, mas também responde ao desenvolvimento de uma determinada visão de mundo e modo de vida, marcados por uma permanente busca pela incorporação ao espaço econômico, social e cultural das metrópoles capitalistas e a conservação de um habitus colonizado, escravocrata e patrimonialista. Esta combinação, embora, por vezes produza seus conflitos internos, tem se mostrado absolutamente indispensável para um rígido e autocrático controle – pelo consenso e pela coerção – da ordem social interna e para a apropriação do duplo excedente que tem sido demandado pela associação histórica entre burguesias nacionais dependentes e seus sócios imperialistas. Neste

sentido, Fernandes indicou de que maneira a dupla articulação também se deu no nível das mentalidades e dos projetos políticos dessas burguesias nacionais, em permanente tensão estrutural entre as necessidades de incorporação de determinados padrões sociais, econômicos e culturais exigidos pela acumulação do capital e a reprodução de um horizonte simbólico conservador e tradicionalista. Segundo o autor:

(...) era preciso extrair o ethos burguês do cosmos patrimonialista em que ele fora inserido, graças a quase quatro séculos de tradição escravista e de um toco capitalismo comercial. (...) A rusticidade da maioria das cidades, a fraca penetração urbana no campo e o baixo índice de universalidade dos processos de secularização da cultura e da racionalização do modo de compreender o mundo agravaram esse fenômeno, prolongando o estado de quase-classe e de semiclasse dos estratos burgueses, privados dos principais fatores externos de difusão e conformação da mentalidade burguesa (ou como seria melhor dizer: do horizonte cultural burguês). (...) vários elementos concorriam, convergentemente, para incentivar as classes burguesas a uma falsa consciência burguesa, mantendo entre essas classes e no resto da sociedade ilusões que violentavam ainda mais as ideologias e as utopias burguesas importadas da Europa e dos Estados Unidos. (...) o desenvolvimento interno do capitalismo (...) não comportava uma burguesia “heroica” e “conquistadora”; e tampouco poderia alimentar qualquer espécie de igualitarismo, de reformismo, ou de nacionalismo exaltado de tipo burguês. Para “governar seu mundo”, as classes burguesas deveriam começar por conhecê-lo melhor e por introduzir a racionalidade burguesa na compreensão de seus papéis históricos sob o capitalismo dependente (FERNANDES, 2020, p. 309).

Portanto, a conformação histórica de uma mentalidade burguesa que tem buscado incessantemente absorver determinados padrões de sociabilidade externos, mas que recorrentemente tem sido impelida a desejar e defender a conservação da tradição colonialista, atrelando seus interesses materiais imediatos e suas aspirações simbólicas aos interesses e aspirações – universalizadas – das classes dominantes do capitalismo central, não apenas tem sido a marca diferencial das formações sociais (e nacionais) do capitalismo dependente, como contribui para explicar a ausência de um projeto político e econômico efetivamente autônomo e independente das burguesias latino-americanas e a total complementariedade (ao contrário da contraditoriedade suposta pelo pensamento cepalino) entre a adoção dos mais modernos procedimentos, técnicas, tecnologias e formas sociais de produção capitalista, com o bloqueio máximo ao alargamento democrático das relações sociais, políticas e culturais que a instalação e expansão da ordem social competitiva

demandou historicamente no centro capitalista, eliminando ou administrando as contradições de um processo que combinou modernização econômica com conservadorismo social e político. Este tem sido o principal habitus de classe das burguesias dependentes e associadas e esta é uma das mais importantes contribuições de Fernandes para pensarmos a maneira com que elas mobilizam um tipo de pensamento conservador que não entra em contradição com os processos de modernização econômicos essenciais ao processo de acumulação e expansão capitalista, mas, ao contrário, afirma como necessidade estrutural uma permanente pauta anti-direitos e anti democratização social, política e econômica. Por consequência, conforme este e outros trabalhos tem buscado evidenciar (BRUNO, 2016; 2017), esta também tem sido a marca distintiva do modelo político, econômico, social e simbólico do agronegócio e da correspondente anunciação de seu “museu de grandes novidades”.

Além de Gramsci, Bourdieu e Fernandes, um diverso conjunto de autores que têm buscado refletir sobre as configurações sociais e econômicas da atual quadra histórica do processo de acumulação e expansão das relações sociais de produção capitalista também serviu de referência para a construção desta tese. Seguindo a maior parte da bibliografia crítica que aborda as diferentes dimensões sociais e geográficas do atual regime agroalimentar do mercado mundial, parti da reflexão de David Harvey sobre a noção de “acumulação por espoliação” para compreender os principais mecanismos de expropriação do capitalismo contemporâneo. Segundo o geógrafo britânico, o conceito visa explicitar a intensificação da exploração e expropriação do trabalho nos últimos cinquenta anos, através de mecanismos de reprodução ampliada do capital, mas principalmente por meio da incorporação de novas fronteiras para a sua valorização, reabilitando mecanismos de acumulação primitiva do capital para alcançar uma escala de monopolização da riqueza social nunca antes vista. Fundamentada na conjugação de novas e velhas formas de extração do mais valor, tanto nos países centrais como na periferia, a acumulação por espoliação tem sido

importante referência conceitual para pensar o avanço do agronegócio sobre velhas e novas fronteiras econômicas, geográficas e sociais, transformando territórios, padrões tecnológicos e produtivos a partir do domínio do capital financeiro sobre o conjunto da economia, inclusive sobre a produção e a propriedade da terra (HARVEY, 2005).

Neste sentido, a respeito da atual configuração da produção mundial de alimentos, McMichael (2016), seguindo na esteira de Harvey (2005), foi importante referência, pois recorre a partir daí à noção de regimes alimentares para caracterizar o modelo produtivo dominante nos mais importantes países produtores do mundo ao longo da história do capitalismo. Este conceito associa as relações internacionais de produção e consumo de alimentos às diferentes formas de acumulação capitalista vigentes deste 1870<sup>2</sup>. Nesta perspectiva, compreendendo os alimentos como um “insumo biopolítico ou de processamento para suprir mão de obra e aumentar lucros”, este autor afirma que os regimes alimentares expressam politicamente a forma com que se estrutura a produção e comercialização mundial de alimentos:

Embora cada regime alimentar tenha seu próprio perfil e papel em apoiar o poder, o traço unificador é a contribuição dos alimentos para a acumulação do capital por meio da estruturação do sistema estatal. O regime alimentar combina a definição dos recursos alimentares, e o acesso a eles, com formas de disponibilização de mercado que intensificam as relações de poder – por meio de provisionamento estratégico de classes sociais e Estados e/ou destituição de produtores incapazes de competir com o poder de mercado subsidiado ou monopolizado. Este último tem sido o destaque do regime alimentar corporativo (MC MICHAEL, 2016).

---

<sup>2</sup> McMichael (2016) afirma que os estudos sobre os diferentes regimes alimentares da história do capitalismo definiram três grandes períodos. O primeiro regime alimentar, vigente entre 1870 e a década de 1930, teve na Grã-Bretanha seu grande centro político e econômico e consistia fundamentalmente na importação das colônias de produtos tropicais, grãos básicos e pecuária para a alimentação da “fabrica do mundo” britânica e o abastecimento das classes industriais europeias emergentes. Após a crise de 1929 e as reconfigurações do capitalismo ao longo dos anos 1930 e 1940, conformou-se o segundo regime alimentar, regido pelos EUA e caracterizado pela concertação econômica de Breton Woods, em que a participação estatal na promoção de políticas econômicas e sociais que impulsionavam a grande produção agropecuária de larga escala foi predominante. Dessa maneira, o Estado norte-americano, através dos crescentes excedentes conquistados pelas inovações tecnológicas da revolução verde, redirecionou tais recursos por meio de políticas sociais diversas que atendiam à agenda da geopolítica internacional da Guerra Fria. Este modelo, apesar de supor um intervencionismo estatal que buscou promover, por exemplo, a reforma agrária como mecanismo de modernização do campo nos países da periferia capitalista durante os anos 1960, terminou por favorecer a conformação do terceiro e atual regime alimentar, fortemente caracterizado pelo domínio de grandes corporações transnacionais, expressando a construção da hegemonia neoliberal e a consolidação do atual padrão de acumulação capitalista ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Segundo o autor, o terceiro e atual regime alimentar – ou regime alimentar corporativo – teria sido conformado no bojo das reestruturações produtivas verificadas a partir da década de 1970, se caracterizando justamente pelo aumento do poder de mercado de algumas empresas transnacionais sobre a produção e comercialização mundial de alimentos. Tais empresas foram largamente favorecidas pelo intenso processo de concentração de capitais impulsionado pela financeirização promovida com o fim da ordem econômica de Bretton Woods, a progressiva liberalização dos mercados de capitais e a implementação da agenda política neoliberal. Contando com uma estrutura de governança internacional (OMC / FMI / Banco Mundial) que deslocou relativamente o Estado nacional de sua antiga primazia sobre a definição de políticas públicas para a produção e comercialização agropecuária, o regime alimentar corporativo passou a ser controlado pelas redes de poder das grandes empresas transnacionais a partir de seus variados e sofisticados mecanismos financeiros e de gestão da produção. Dessa forma, agindo na ponta do processo de espoliação, ao igualar as condições de competitividade entre diferentes produtores em distintas regiões do planeta, padronizar as exigências mínimas de produção e comercialização e submeter tais produtores aos movimentos do mercado financeiro, o monopólio do regime alimentar corporativo tem promovido a proletarianização e a urbanização das últimas fronteiras geográficas e sociais do mundo rural contemporâneo (MC MICHAEL, 2016).

Finalmente, se a leitura da tese de Harvey (2005) sobre as configurações do capitalismo contemporâneo no estudo das redes globais de produção e comercialização de alimentos muito tem contribuído no sentido de chamar atenção para a escala inédita de expropriações vivenciadas tanto por trabalhadores do centro, como da periferia capitalista, proporcionando uma gigantesca concentração de recursos sociais através da financeirização da produção, vale, no entanto, destacar as ponderações de Virginia Fontes (2010) sobre a noção de “acumulação por espoliação” mobilizada pelo geógrafo britânico. A historiadora

brasileira, em linha com a perspectiva de Fernandes sobre a dupla articulação do capitalismo de tipo dependente, entende que Harvey e outros intérpretes do neoliberalismo (como, por exemplo, Ellen Wood, Immanuel Wallerstein, Anibal Quijano), de distintas maneiras, incorrem em um equívoco semelhante: o da normalização de um determinado padrão de acumulação capitalista visto nos países pioneiros da revolução industrial como referência ideal de capitalismo. O problema é que este padrão, ao longo da maior parte da história do capitalismo, não pode ser encontrado em sua forma “ideal” nem mesmo nas mais antigas metrópoles capitalistas, quanto mais na realidade da periferia. Dessa forma, Fontes relativiza a ênfase posta por Harvey num suposto retorno a determinados mecanismos de acumulação primitiva como traço distintivo do atual padrão mundial de acumulação capitalista, comumente chamado de neoliberalismo. Embora seja verdade que haja uma brutal ofensiva sobre as últimas fronteiras sociais e geográficas do capitalismo no globo, para a autora, boa parte dessas fronteiras já se encontravam sob o domínio das relações sociais de produção capitalista desde, pelo menos, a segunda guerra mundial, ou seja, antes do advento do neoliberalismo. Além disso, se a história dos países de capitalismo de tipo dependente demonstra que a exploração e expropriação de relações sociais não capitalistas é parte integrante e estrutural do processo de reprodução ampliada do capital na periferia, não sendo uma novidade dos últimos cinquenta anos, a autora aponta que tampouco é possível considerar que mecanismos de expropriação primária, ilegal e abertamente violenta, não sigam se desenvolvendo nos países centrais do capitalismo.

Portanto, embora a historiadora brasileira esteja de acordo com a análise que salienta o exponencial movimento de disponibilização de massas de sujeitos individuais e coletivos para o mercado nas últimas cinco décadas, a autora defende que sua essência não se diferenciaria ao ponto de podermos considerar que estamos diante de uma transformação estrutural em relação a outras etapas históricas do processo de expansão capitalista,



especialmente das três primeiras décadas do pós segunda guerra mundial. Ao contrário, Fontes busca enfatizar que estamos diante de um movimento de profunda exacerbação das condições de extração de mais valor sobre o trabalho livre, reforçando as características mais elementares e clássicas do modo capitalista de produção da vida social, bem como o alcance de sua dominação sobre o conjunto da humanidade, conformando um padrão de hegemonia denominado pela autora como “capital-imperialismo”. A ofensiva neoliberal dos últimos cinquenta anos, mais que um retorno ao padrão de acumulação “primitiva”, incorporando sujeitos sociais “de fora” do sistema mundo capitalista, tratar-se-ia do fim de um período de excepcionalidade em que, por distintas razões históricas e geopolíticas do pós-guerra (guerra fria, vitórias comunistas e sociais democratas na Europa, revoluções no terceiro mundo, necessidade de reconstrução da guerra), foram verificadas um conjunto de conquistas/concessões de direitos a uma parcela (pequena, concentrada principalmente nos países centrais) do conjunto das classes trabalhadoras mundiais. Esta ofensiva estaria sendo viabilizada muito mais por mecanismos de expropriação secundária (através, por exemplo, da redução de direitos sociais adquiridos dos trabalhadores) do que pela realização de expropriações primárias, uma vez que aqueles territórios e atores sociais que, supostamente se encontram do “lado de fora”, seriam na verdade a base e a característica fundamental da reprodução ampliada na periferia do capitalismo, traço este que, atualmente, cada vez mais também se exacerba nas antigas metrópoles do sistema mundo. Assim, as últimas cinco décadas de hegemonia neoliberal, na perspectiva da autora, representariam muito mais um retorno à antiga normalidade dos mecanismos de reprodução ampliada do capital que foram excepcionalmente interrompidos pelos trinta “gloriosos” anos de vigência do Estado de Bem Estar Social nos países centrais (e, parcialmente, em alguns países da periferia em alguns estratos minoritários e privilegiados dos mesmos), do que propriamente um traço estrutural

distintivo do atual padrão de acumulação e hegemonia capitalista identificado correntemente com a alcunha de “neoliberalismo” (FONTES, 2010).

### **Procedimentos Metodológicos**

Os procedimentos metodológicos utilizados foram, via de regra, a revisão bibliográfica sobre os temas fundamentais da tese e o levantamento e análise documental referente às principais instituições e lideranças políticas pesquisadas. Neste sentido, quanto ao primeiro aspecto, como já expus brevemente no item “tema e objetivos de pesquisa”, o diálogo com outros estudos foi permanente e versou sobre os seguintes problemas: a) estudos sobre o agronegócio, seus significados e impactos econômicos, sociais, políticos e culturais; (b) estudos sobre Estado, poder e organização política de proprietários, produtores e empresários rurais; e c) estudos sobre as feições sociopolíticas do capitalismo contemporâneo.

Dos títulos já mencionados que conformaram a revisão bibliográfica apresentada ao longo da tese, os estudos de Sonia Mendonça sobre “O Ruralismo Brasileiro” e “Agronomia e Poder” se constituíram em minha principal referência metodológica. Estes dois trabalhos oferecem um bom guia de operacionalização do conceito gramsciano de “Estado Integral”, permitindo a visualização das conexões econômicas, sociais e simbólicas entre diferentes espaços da sociedade civil e da sociedade política, particularmente aqueles relativos ao mundo acadêmico das escolas de agronomia, às associações privadas de grandes produtores e proprietários rurais e à criação e desenvolvimento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ainda nas primeiras décadas do século XX. Segundo a autora, este roteiro implica em:

(...) pesquisas documentais a partir das publicações – periódicas, sobretudo – produzidas pelas agremiações selecionadas para análise, de modo a inferir seus

quadros dirigentes, bases sociais, cotidiano de funcionamento institucional, além de projetos e demandas homogêneas ou conflitivas. É da correlação de forças estabelecidas entre esses atores coletivos e os respectivos aparelhos privados de hegemonia por eles representados que se pode partir para o estudo minucioso não apenas de suas ações coletivas, mas também de suas campanhas, propagandas ideológicas e modalidades de correlação com o Estado restrito, uma vez que a emergência dessas associações pode influir tanto sobre o contexto econômico, quanto na regulação do conflito social e, especialmente, na implementação de certas políticas públicas (MENDONÇA, 2014, p. 39).

. Além do diálogo com esta autora, o contato com outros trabalhos que se dedicaram ao estudo de associações de proprietários, produtores e empresários rurais no Brasil e na Argentina também guiou a operacionalização do referencial teórico desta tese no processo de definição dos procedimentos metodológicos adotados (BALSA, 2006b; BRUNO, SEVA E CARNEIRO, 2008; FONTES, 2018; GRAS E HERNÁNDEZ, 2016; LIAUDAT, 2018).

Finalmente, quanto ao segundo aspecto, como resultado do diálogo com a bibliografia mencionada, foram realizadas pesquisas e consultas sobre o seguinte corpo documental: publicações institucionais das empresas, associações, pós-graduações, governos e lideranças analisados; levantamentos de imprensa (nos grandes meios e em publicações especializadas); currículos de dirigentes e professores do agribusiness; e entrevistas de algumas lideranças publicadas em meios acadêmicos e de imprensa. A partir daí, portanto, busquei compreender alguns aspectos das semelhanças, diferenças e origens das organizações estudadas, suas principais conexões políticas, econômicas, sociais e simbólicas, os principais aspectos das trajetórias sociais dos dirigentes e professores do agribusiness, seus referenciais teóricos, suas agendas política e de pesquisa e seus discursos e visões de mundo.

## **Justificativa**

Embora a necessidade de se reconstituir a história a contrapelo (BENJAMIN, 1987) – contada pelos de baixo, segundo suas próprias perspectivas – ainda seja (cada vez mais!) uma urgência histórica, constituindo-se na bandeira do bom “combate” a ser travado pelo

historiador (FEBVRE, 1989) e pelo cientista social (BOURDIEU, 2003), isto não significa afirmar que o conhecimento público sobre como vivem e, principalmente, se organizam politicamente as classes dominantes no capitalismo contemporâneo seja muito maior do que se poderia cogitar uma leitura apressada daqueles que defendem legitimamente uma maior visibilidade para os diferentes modos de vida e, portanto, de resistências das classes subalternas. Neste sentido, a presente pesquisa se justifica, em primeiro lugar, pela compreensão da necessidade de, dentro desta combatente perspectiva historiográfica e sociológica, também se contribuir com as – escassas – investigações “vistas de baixo” sobre as classes dominantes. Para além de também ser necessário ampliar o conhecimento público (e popular) sobre os modos de vida destes setores, não tratando seus modos de ação e organização como auto-evidentes pela simples posição de poder que ocupam, o estudo das classes dominantes, particularmente de suas frações mais contemporâneas e transnacionalizadas, segue sendo um vasto, desafiador e pouco explorado campo de pesquisa. Portanto, esperamos aqui contribuir para uma maior visibilidade das estratégias políticas e formas de construção do consenso social que as classes dominantes promovem em torno de seus projetos e visões de mundo.

Em segundo lugar, como apontam Gras e Hernandez (2016), Leite (2019), entre outros autores, a maior parte dos estudos sobre o agronegócio tem se dedicado a sua dinâmica econômica e produtiva. Salvo alguns valorosos esforços, são poucas as pesquisas que se dedicaram à uma compreensão mais aprofundada de suas dinâmicas socio-políticas. Dessa maneira, em diálogo com os estudos que se dedicaram a compreender o tema da organização política do agronegócio, pude identificar um interessante problema que, em minha perspectiva, merece ser mais explorado: a questão de qual a forma, o conteúdo e a intensidade das relações entre atores das classes dominantes agrárias nacionais com as forças

políticas e econômicas do capitalismo transnacional, particularmente aquelas detentoras do monopólio sobre a produção agropecuária e a propriedade da terra.

Em terceiro lugar, a escolha do estudo comparativo de dois casos emblemáticos nacionais se justifica a partir de dois aspectos. De um lado, o semelhante papel que Brasil e Argentina cumprem no atual regime alimentar corporativo (MC MICHAEL, 2016), como um dos maiores produtores e exportadores de grãos e cereais do mundo, colocando estes dois casos nacionais em excelentes condições para que possamos compreender melhor – através deles – as redes políticas e acadêmicas transnacionais que têm conformado a hegemonia do agronegócio. De outro lado, as representações nacionais das frações de classe dominante associadas ao agronegócio, tanto no Brasil, como na Argentina, cumpriram historicamente um papel econômico, político e cultural fundamental para estas duas sociedades. Neste sentido, estudar de maneira comparativa as transformações institucionais destes setores sociais pode contribuir para a própria compreensão da dinâmica política assumida por eles no contexto nacional e regional sul-americano (a partir do momento que são identificadas fortes correlações entre as lideranças em cada país).

Além disso, a pesquisa inova ao buscar compreender determinadas redes de articulação internacional, que não só interconectam lideranças acadêmicas, empresariais e governamentais do agronegócio no Brasil e na Argentina, como buscam atuar em três frentes de atuação principais: redes acadêmicas internacionais; acompanhamento das respectivas políticas de comércio exterior, no âmbito do Mercosul e além; e redes transnacionais de promoção de práticas de responsabilidade social e ambiental do agronegócio, através de práticas de certificação e rastreamento voltadas a atender as exigências de seus mercados consumidores, nas cidades e no exterior.

Finalmente, a presente tese se justifica por buscar jogar luz especificamente sobre uma problemática que igualmente merece ser mais explorada: a centralidade do mundo

técnico-científico na construção das redes transnacionais de produção e difusão ideológica do modelo do agronegócio. Apesar de importantes contribuições neste sentido, instituições como o International Food and Agribusiness Management Association (IFAMA) e demais institutos de pesquisa e centros de pós-graduação nacionais e internacionais foram importantes pontos de construção da direção política e intelectual do agronegócio. Neste sentido, me interessou conhecer um pouco mais do papel destas iniciativas e de suas respectivas dinâmicas de funcionamento e atuação.

### **Algumas notas introdutórias sobre a noção de agronegócio**

É um relativo consenso na literatura especializada sobre o assunto, que as origens da disseminação do termo *agribusiness* (ou agronegócio, em português, e *agronegocios*, em espanhol) no Brasil e na Argentina remontam a conexões com a academia norte-americana, particularmente com os trabalhos desenvolvidos por dois professores da *Harvard Business School* (HBS), John Davis e Ray Goldberg. Estes dois acadêmicos, estando muito bem conectados a interesses políticos e empresariais do Estado e da emergente produção agroindustrial dos EUA (GRYNZPAN, 2012; POMPEIA, 2018), publicaram em 1956 o livro “A concept of agribusiness”, onde os autores buscavam definir o forte processo de integração de setores industriais à produção agropecuária no contexto da chamada “revolução verde”. Assim, para estes dois professores o *agribusiness* seria “a soma de todas as operações associadas à produção e distribuição de insumos agrícolas, operações realizadas nas unidades agrícolas bem como as ações de estocagem, processamento e distribuição dos produtos, além dos produtos derivados (DAVIS E GOLDBERG apud ZYLBERSZTAJN, 1995: 107).

Embora Delgado (2012) alerte para o caráter puramente descritivo da proposição de Davis e Goldberg, indicando que haveria outras formas semelhantes de descrição do mesmo

fenômeno econômico, como o conceito de *filiere*, desenvolvido por economistas franceses, é um fato que estes autores se consagraram como principal referência política e acadêmica dos setores que estiveram engajados na reflexão e divulgação do termo como forma de nomear e disseminar, política e simbolicamente, uma dada forma de organização social da produção agropecuária articulada à indústria e ao mercado financeiro através de grandes empresas transnacionais (com origem nos EUA e na Europa) que tem monopolizado o mercado de produção e comercialização de commodities agrícolas junto às classes dominantes nacionais engajadas nas principais cadeias agroindustriais regionais e locais.

A maior parte da literatura acadêmica sobre agronegócio no Brasil tem identificado a origem de um uso significativo<sup>3</sup> do termo *agribusiness* (ou agronegócio) no país na virada dos anos 1980 para a década de 1990, a partir do trabalho político e ideológico liderado por Ney Bittencourt de Araújo, presidente da Agrocereis e liderança empresarial de associações como a Associação Brasileira de Produtores de Sementes (ARASSEM), a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Este empresário da genética agropecuária, através de seus negócios junto a empresários norte-americanos como David Rockefeller, realizou estudos acadêmicos nos Estados Unidos, frequentando durante os anos 1970 e 1980 os seminários anuais de agribusiness da Harvard Business School (HBS) com alguns de seus principais funcionários (GRYNSZPAN, 2009). Este núcleo de intelectuais da Agrocereis, empresa de genética agropecuária fundada por seu pai em 1945, a partir de 1990, fomentou diversas iniciativas para difundir o conceito formulado por Davis e Goldberg (1956), defendendo que esta deveria ser a principal referência analítica do que seria um novo paradigma de produção agropecuária. Intitulado “Agribusiness: o complexo agroindustrial brasileiro”, um livro foi editado pela equipe da

---

<sup>3</sup> Pompeia (2018) oferece um bom mapeamento de alguns dos primeiros atores (empresários, associações empresariais, grande imprensa, setores governamentais) que agenciaram o termo no país a partir do final da década de 1950 até seu deslanche definitivo na virada dos anos 1980 para a década de 1990.

Agroceres, visando justamente dar visibilidade ao termo, defendendo a compreensão do agronegócio que fora formulada em Harvard como cadeia de transações entre diferentes segmentos agroindustriais (ARAÚJO ET AL, 1990).

Além de se engajarem numa militância de defesa do termo como referência de uma agricultura nova e moderna, que estaria por cima dos velhos conflitos históricos da questão agrária brasileira, este núcleo intelectual se empenhou também na construção de outras duas importantes iniciativas nos primeiros anos da década de 1990. Em primeiro lugar, Decio Zylberstajn, membro da equipe da Agroceres, se tornou fundador do PENSA – Centro de Conhecimentos em Agronegócios, núcleo de pesquisas vinculado à pós-graduação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP). O novo programa não apenas buscou ampliar o escopo de análise dos estudos sobre o agronegócio, com a incorporação da Nova Economia Institucional e sua perspectiva sobre a Economia dos Custos de Transação no estudo do que se convencionou chamar de “Sistemas Agroindustriais”, como também procurou contribuir com a construção de um campo nacional de estudos científicos, especificamente voltado para a elaboração, desenvolvimento e legitimação do modelo produtivo do agronegócio como referencial de eficiência e modernidade na produção agropecuária e no desenvolvimento rural (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Em segundo lugar, enfrentando um processo de reorganização do campo de representação política de proprietários e empresários rurais, durante o mesmo período, estas lideranças empresariais e acadêmicas se engajaram em uma miríade de novas associações por produto e multi-produto, de associações para a defesa da propriedade da terra e, finalmente, na construção de uma organização mais ampla que abarcasse os diferentes setores componentes e interessados no desenvolvimento das principais cadeias agroindustriais do país, fundando em 1993 a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que se tornaria



um dos principais polos de organização em defesa deste modelo produtivo. Esta operação de transposição da academia norte-americana ao mundo empresarial, acadêmico e político brasileiro tem sido reconhecida por diversos estudos como ponto de inflexão no lançamento do agronegócio como forma de descrever e defender determinado projeto de hegemonia sobre as formas de organização social e produtiva que estavam se tornando predominantes no mundo rural contemporâneo (LACERDA, 2009, PINTO, 2010; GRYNZSPAN, 2012; DELGADO, 2012; MENDONÇA, 2017; POMPEIA, 2018).

No caso da Argentina, a difusão da noção de “*agronegocios*” também se deu ao longo dos anos 1990, em conexão com o mundo acadêmico e empresarial norte-americano e brasileiro. No entanto, seu uso mais intensivo parece ter ganhado fôlego alguns poucos anos mais tarde, durante a segunda metade da mesma década. De igual modo, este processo se desenvolveu através de uma forte interseção entre o mundo político, acadêmico e empresarial, conformando uma direção política que vocalizou a difusão do que também foi chamado à época de “agricultura de fin de siglo”. Aqui, destacou-se o surgimento de grandes e mega-empresas nacionais que, associadas às grandes cadeias transnacionais de produção e comercialização de commodities agrícolas, impulsionaram, principalmente, a *sojización* dos pampas e do norte argentino (DOUGNAC, 2016; GRAS E HERNANDEZ, 2016). Se organizando principalmente na Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID), fundada formalmente em 1989 com o objetivo de difusão da técnica do Plantio Direto – forma mecanizada de cultivo da terra que dispensa o uso do arado e da rotação de culturas, largamente utilizadas nos cultivos flexíveis das modernas monoculturas agroindustriais –, essas novas lideranças se consolidaram ao longo da década seguinte como principal referência política na defesa do “paradigma de los agronegocios”, modelo de produção de commodities agrícolas que conjugava, nesta perspectiva, o uso de novos pacotes tecnológicos – que incluíam o uso do Plantio Direto, de sementes transgênicas e de

agrotóxicos correlatos, como no mais simbólico caso da soja transgênica da Monsanto e de seu famoso herbicida “Round Up Ready” (Glifosato).

Esta nova geração de lideranças empresariais que despontava no início dos anos 1990, passou a se auto afirmar e ser reconhecida como “los pioneros de la Siembra Directa” e tiveram grande protagonismo na aprovação em 1996 dos primeiros transgênicos na Argentina, fazendo do país, junto com os EUA, um dos primeiros a legalizarem seu uso. Entre os nomes mais relevantes dessa geração, destacam-se Gustavo Gropocopatel, que passaria a ser reconhecido na Argentina como “el Rey de la Soja”, e os principais membros fundadores da AAPRESID, como Victor Trucco, Rogelio Fogante, Jorge Romagnoli e Luis Giraudo.

Ao mesmo tempo, estas lideranças empresariais, desde suas respectivas formações acadêmicas, possuíam significativos laços com as principais universidades argentinas. Dentre elas, destacou-se o grupo que fundou em 1998 o Programa de Agronegócios y Alimentos (PAA), vinculado à Faculdade de Agronomia da Universidad de Buenos Aires (FAUBA): Hector Ordonez, Fernando Vilella e Hugo Cetrangolo. Dos três, o primeiro cumpriu um papel chave, consolidando-se como referência acadêmica que foi responsável por introduzir o conceito de Davis e Goldberg e as análises dos sistemas agroindustriais a partir da Nova Economia Institucional no país, conforme vinha sendo desenvolvido pelos intelectuais brasileiros do PENSA. Tendo participado de seminários na HBS e na FEA/USP, durante os anos 1990, Ordoñez (2000) difundiu este instrumental analítico na argentina sob o nome de “NENA” (*Nueva Economía y Negocios Agroalimentarios*).

Além do consenso nos estudos existentes sobre a origem em comum (campo acadêmico e empresarial dos Estados Unidos), a temporalidade semelhante (década de 1990) e os veículos pioneiros (empresas, associações empresariais, imprensa e universidades) na

institucionalização e disseminação do termo “agronegócio” na sociedade civil e na sociedade política do Brasil e da Argentina, ao mesmo tempo, foi se desenvolvendo uma reflexão crítica sobre as distintas apropriações a respeito do conceito de Agronegócio, dentro destes dois contextos nacionais particulares. Assim, farei uma breve revisão sobre eles a fim de especificar melhor para o leitor o que compreendo a respeito do termo quando o estou mobilizando nesta tese. Alerto de antemão que não foi meu objetivo produzir uma reconceitualização da noção de “agribusiness”, “agronegócio” ou “agronegócios”, mas de sistematizar o acúmulo produzido até o momento pelos principais estudos críticos sobre o tema, situando minha perspectiva em relação a eles. Ressalto também que, embora certamente existam diferenças no emprego do termo nas diferentes traduções do inglês para o português e o espanhol, considerando que, neste caso, as possíveis divergências de idioma e de contexto nacional não parecem ser muito significativas, não foi minha preocupação dar tratamento a este problema (que, ainda assim, merece vir a ser investigado no detalhe). Portanto, destaco que em diferentes momentos da tese utilizei os três termos, na grafia destas três línguas, sem isto significar maiores discriminações conceituais a respeito.

Os estudos críticos que se debruçaram sobre qual seria a melhor definição e significado do agronegócio no Brasil e na Argentina articulam duas dimensões que são mais ou menos enfatizadas na análise de cada autor: a fisionomia econômico-produtiva do modelo e sua relação com o(s) significado(s) simbólico-político do termo. Nesta perspectiva, partindo dos estudos sobre o caráter conservador da modernização capitalista no Brasil, particularmente no processo de industrialização e integração produtiva das principais cadeias de produção e exportação agropecuária. Estes estudos são tributários de uma série de pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990 acerca do processo de modernização da agricultura, qualificada como “conservadora” por ter, de um lado, promovido, por meio da ditadura militar, o desenvolvimento de uma “moderna” produção

agrícola altamente tecnificada, industrializada, capitalizada e concentradora da propriedade e da produção em grandes monocultivos mecanizados, com decrescente uso de mão de obra e altas taxas de rendimento. De outro lado, foi “conservadora”, pois não promoveu nenhuma alteração substancial no sentido de democratizar a estrutura da propriedade da terra (historicamente concentrada e monopolizada) e bloqueou seu acesso para as massas de trabalhadores rurais nos mais diversos espectros sociais, culturais e regionais dos dois países. Agravando e dificultando as condições de vida no campo, o avanço da “moderna” agricultura, intensificou as tensões e conflitos agrários, levando muitos trabalhadores ao êxodo para centros urbanos, para outras zonas de fronteira agrícola ou mesmo simplesmente retirando de muitos a possibilidade de permanecer e de viver do trabalho autônomo com a terra, levando-os à condição de assalariamento em outras atividades urbanas ou rurais e até mesmo à condições de trabalho análogas à escravidão, reproduzindo os laços sociais da moderna produção capitalista com relações de trabalho arcaicas, em que o desenvolvimento de uma economia calcada nas mais avançadas formas de produção convive e se retroalimenta de relações sociais e políticas como o mandonismo, o clientelismo e o compadrio. Fazendo o passado colonial e escravista pesar sobre o presente e sobre os projetos de futuro em jogo, a modernização conservadora da agricultura, sob o nome inaugural de “complexos agroindustriais”, ao se disseminar e consolidar como modelo hegemônico nos anos 1990, transmutou sua auto-denominação e reconhecimento público para a noção de “agronegócio” (MARTINS, 2011; GRAZIANO, 1996; DELGADO, 1985; 2012).

Dentro desta perspectiva, a integração da produção agropecuária com a indústria, em um primeiro momento, e a expansão do capital financeiro sobre a atividade agroindustrial e o mercado de terras, na sequência, são os dois principais elementos que caracterizam historicamente o modelo econômico-produtivo do agronegócio. Delgado (1985; 2012), por exemplo, possui uma extensa pesquisa que documentou a evolução do modelo de inclusão do

“capital financeiro na agricultura” através do crédito subsidiado pelo Estado para os grandes “complexos agroindustriais” privados da década de 1970 e 1980 à arquitetura atual de políticas públicas para a sustentação financeira e viabilização logística das principais cadeias de produção da “economia do agronegócio” e de seus respectivos monopólios.

O que o economista brasileiro demonstra é como a consolidação e expansão econômico-produtiva das grandes cadeias agroindustriais conformaram um modelo de desenvolvimento hiper concentrador da propriedade e das formas de produção, sendo resultado de uma estratégia público-privada em que a ditadura militar, através de suas relações de clientelismo com representantes do empresariado nacional e transnacional, favoreceu largamente grandes empreendimentos, fazendo dos subsídios ao crédito agrícola um canal de transferência de volumosos recursos que favoreceram alguns poucos empresários rurais que já eram historicamente privilegiados na sua relação com o poder estatal. Dessa maneira, o autor desvela o principal mecanismo segundo o qual o modelo do agronegócio se organizou originalmente, questionando o difundido mito de origem liberal: a ideia de um empresariado e dos setores acadêmicos associados aos mesmos de que seu desenvolvimento seria produto de gestores inovadores e qualificados que implementaram sozinhos, a despeito de um alegado descaso do Estado para com o setor, um paradigma de produção mais eficiente e, portanto, melhor para o desenvolvimento do conjunto da sociedade. Ao contrário, Delgado demonstra como o Estado jogou um papel central se associando aos interesses desta classe de produtores e proprietários rurais nacionais em conjunto com as grandes empresas transnacionais que detém o monopólio das cadeias globais de produção e comercialização de commodities agropecuárias, sendo o principal financiador da crescente produção agroindustrial nacional, mas também impulsionando a abertura da fronteira agrícola através de uma política fundiária frouxa na fiscalização do cumprimento da função social da terra, prevista em lei desde o Estatuto da Terra de 1964, e da promoção de grandes projetos de

infra-estrutura, de colonização e de pesquisa agropecuária, além da promoção e convivência com a violência e a repressão política no campo.

Embora, como demonstra o autor, esta participação ativa do Estado tenha arrefecido com a crise da dívida pública nos anos 1980, com um menor dinamismo no mercado mundial de commodities agrícolas e com a onda de reformas neoliberais nos anos 1990, seu papel em realidade foi ressignificado pontualmente, fazendo com que nos anos 2000, os fundamentos da política de crédito como forma de garantir uma balança de pagamentos positiva ao país voltassem ao centro da estratégia dos governos e dos principais complexos agroindustriais nacionais. Neste sentido, Delgado (2012), falando agora em “economia do agronegócio”, reafirma a permanência dos fundamentos do “capital financeiro na agricultura” que desenvolveu os complexos agroindustriais dos anos 1970 e 1980 através da “modernização conservadora”, definindo a mesma como um pacto de economia política que envolve a produção transacional a jusante e a montante, a grande propriedade da terra e o Estado, visando “uma estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária como diretriz principal de acumulação do capital para o conjunto da economia” (DELGADO, 2012, p. 111).

As pesquisas de Delgado (2012) coincidem com diversos outros estudos sobre o processo de financeirização da agricultura como principal característica do modelo global de produção agroindustrial dominante no último meio século (1970 – 2020) (CLAPP, 2014; SAUER E BORRAS, 2016; LEITE, 2019; ACSERAD, 2012). Estas pesquisas tem buscado demonstrar que, apesar da perda relativa de destaque da reforma agrária nos discursos políticos e agendas de reivindicação dos próprios movimentos sociais, esta questão segue se mostrando como um enorme passivo em relação às desigualdades sociais no campo e os direitos sociais e territoriais de diversos setores sociais que vivem no meio rural, uma vez que a crescente escala com que atores financeiros têm operado no mercado de terras e de

commodities agrícolas, concentrando a produção agropecuária e a propriedade da terra, ganhou dimensões nunca antes vistas. Assim, fomentada pela progressiva desregulamentação dos mercados agropecuários, particularmente na bolsa de commodities de Chicago, verificadas a partir dos anos 1970, nas duas últimas décadas, e pelo mais recente boom da demanda asiática, o investimento em produtos agropecuários de exportação como ativo financeiro surfou na intensificação desta desregulamentação e em uma subsequente alta no preço dos alimentos e (por conseguinte) das terras. Com a crise de 2008, este processo se viu ainda mais intensificado em função da busca de volumosos capitais por investimentos mais seguros. A alta nos preços tanto dos produtos operados pelo agronegócio, como das terras que são potencialmente cultivadas por eles, intensificou a pressão sobre as populações mais vulneráveis que vivem no campo.

Na Argentina especificamente, há um importante conjunto de estudos a respeito dos pools de siembra e das estratégias de gestão do risco financeiro das maiores e mais dinâmicas empresas do agronegócio argentino (MARTINELLI, 2008; BISANG, ANLLÓ Y CAMPI, 2008; GRAS Y HERNANDEZ, 2016; SOSA, 2020). Além disso, Gras e Hernandez (2016), avançando na definição da fisionomia econômico-produtiva do “modelo do agronegócio”, definem a financeirização da produção como um dos seus quatro pilares fundamentais. Para estas autoras, além do avanço do modelo do agronegócio ter reforçado as desigualdades sociais e históricas do campo argentino, acelerando a concentração da produção e do acesso à terra, o impulso da produção e exportação de grãos, particularmente soja, foi proporcionado por um inédito e exponencial uso de biotecnologia e de integração inter-industrial através de diferentes mecanismos de gestão e financeirização da produção e da propriedade da terra, configurando o agronegócio como “un modelo o lógica de producción que, con variantes nacionales y locales (por la conjugación que los actores hacen de las lógicas macro con las historias y tradiciones propias)”, pode ser analisado segundo os seguintes pontos:

transetorialidade, prioridade para o consumidor global, aprofundamento da centralidade estratégica do capital financeiro na agricultura, padronização no uso de tecnologias de última geração e financeirização e estrangeirização da propriedade da terra (GRAS Y HERNANDEZ, 2013, p. 25). Atentas a estes elementos, Gras e Hernandez (2013) compreendem, portanto, que o “modelo do agronegócio” está fundamentado em quatro pilares: tecnológico (adoção de inovações em biotecnologia e desenvolvimento técnico-científico); financeiro (controle por parte de agentes financeiros transnacionais sobre toda a extensão das cadeias de produção agroindustrial); das novas formas de acesso a terra e organização do trabalho (formas mistas de propriedade e arrendamento; processo de flexibilização e terceirização do trabalho); e organizacional (novos padrões transnacionais de gestão da produção e dos negócios).

Além da literatura que destaca a intensificação das relações agroindustriais, do uso de tecnologia da informação e biotecnologia e da financeirização, há também alguns estudos que, apesar de também ressaltarem estas características econômico-produtivas do modelo do agronegócio, enfatizam o que seria um “neo-extrativismo”, uma “reprimarização da economia” ou um “consenso de commodities”, salientando o fato de que ao elegerem este modelo de produção como principal motor de seu desenvolvimento social e econômico (em conjunto com outras grandes cadeias industriais extrativistas como a mineração e a exploração de óleo e gás), países como o Brasil e a Argentina consolidaram um processo de desindustrialização e recolonização econômica, intensificando seu grau de dependência das exportações de bens primários, com baixo valor agregado.

Aqueles que usam a terminologia do agronegócio para designar a atividade agropecuária de economias “neoextrativistas”, o fazem destacando seu caráter de atividade primária e sua inserção no contexto histórico do avanço da agenda econômica da globalização neoliberal para os países da América Latina, ao longo das últimas décadas. Estes



autores para além de relacionarem a intensificação na exploração de diversos recursos naturais (terra, minerais, combustíveis fósseis, biocombustíveis) com a expansão da agenda econômica neoliberal, buscam ressaltar de que maneira a aposta no desenvolvimento da mega-mineração, na exploração de gás e petróleo e no agronegócio contou com o engajamento de forças sociais e políticas de distintos posicionamentos, uma vez que, ao longo dos anos 2000, diferentes governos associados à esquerda chegaram ao poder na região e, mesmo assim, aprofundaram a centralidade do modelo neo-extrativista na agenda do desenvolvimento econômico nacional.

No Brasil, Sampaio (2012) é quem mais tem se dedicado a desenvolver esta tese, chamando atenção para uma profunda reprimarização da economia em face de uma ampla desindustrialização do país em paralelo a uma dependência e aposta cada vez maior na produção de divisas a partir da exportação de produtos primários no mercado internacional, transformando o país em uma “mega-feitoria moderna” financiada basicamente pela superexploração da renda diferencial a partir das vantagens comparativas nacionais.

Giarraca e Teubal (2013), nesta mesma perspectiva, buscaram delinear as principais características do “modelo extrativista na argentina”, configurado fundamentalmente por mega projetos de mineração e uma avassaladora expansão do monocultivo de commodities agrícolas altamente concentrado em capital e tecnologia, em grandes e mega empresas nacionais associadas às principais transnacionais do mercado global de alimentos e biocombustíveis. Controlando a tecnologia de ponta para a produção de insumos agropecuários, Plantio Direto, beneficiamento industrial e comercialização através de grandes redes de logística e supermercado, tais corporações “han potenciado los aspectos extractivos del modelo agrário (el agronegocio)” (GIARRACA e TEUBAL, 2013, p. 9). Assim, para os autores argentinos, as economias neo-extrativistas também se caracterizam por: inscreverem-se no marco do neoliberalismo e da acumulação por espoliação (HARVEY, 2005);

estruturarem-se a partir do monopólio global das cadeias de produção por grandes corporações transnacionais; orientarem-se para atender a demandas do comércio internacional (ignorando e marginalizando demandas e necessidades da economia e da sociedade em âmbito local e regional); explorarem intensivamente os recursos naturais onde se realizam; possuírem alto potencial de conflitividade com outros atores dos territórios impactados direta ou indiretamente por suas atividades e na disputa da opinião pública mais geral em relação a diversos movimentos de denúncia sócio-ambiental.

Outra pesquisadora argentina que também tem trabalhado segundo esta perspectiva é Maristella Svampa (2013), que, no contexto em que escreveu, preocupava-se em salientar as contradições no modelo de desenvolvimento de uma série de governos latino-americanos de diferentes matizes políticos, ressaltando o aprofundamento da estratégia – “desenvolvimentista” – de intervenção do Estado no sentido de promover a geração de divisas internacionais com a exportação de produtos primários para os países centrais e emergentes (no caso, principalmente o ascendente mercado chinês) para realizar algumas políticas de redistribuição de renda e recuperação ou expansão parcial de serviços públicos sucateados pelos governos declaradamente liberais da década de 1990. Neste sentido, a autora propõe que a partir dos anos 2000 a América Latina já não mais viveria sob o chamado Consenso de Washington. Aprofundando algumas de suas características estruturais, a primeira década do século XXI na região teria sido marcada por um Consenso das Commodities, noção que chamaria a atenção para “el ingreso a un nuevo orden económico y político, sostenido por el boom de los precios internacionales de las materias primas y los bienes de consumo” (SVAMPA, 2013, p. 1). Para a autora, o agronegócio se inscreveria no marco deste processo como modelo de produção agropecuária, principalmente naqueles países onde a produção de soja passou a predominar na pauta de exportações, como no Brasil e na Argentina. A autora ainda salienta como este processo impactou as lutas sociais no

continente, alçando uma série de atores e pautas políticas à condição de protagonistas das resistências ao consenso das commodities. A partir de um “giro eco-territorial”, com distintas identidades sócio-políticas sendo impactadas pela super-exploração dos recursos naturais e sociais dos territórios onde a produção neo-extrativista se desenvolve, novos atores conquistaram o centro da cena política, contrapondo-se aos interesses de elites (locais, regionais, nacionais) associadas, empresas transnacionais e governos “desenvolvimentistas”, o que conferiu uma multiescalaridade a estes processos de resistência.

Dessa maneira, em relação aos estudos que buscam enfatizar mais a fisionomia econômico-produtiva do modelo do agronegócio, destaca-se a descrição em comum de suas principais características em termos empíricos: a concentração de terra, capital e tecnologia; a integração com outros segmentos industriais; a financeirização; a desregulamentação de certos setores do Estado conjugada com algumas benesses privadas, principalmente crédito público subsidiado; a orientação da produção para o mercado global, o poder de mercado das empresas transnacionais em associação com poderosas parcelas do empresariado nacional e a especialização produtiva da economia nacional em produtos primários de exportação com baixo valor agregado apesar do uso intensivo de tecnologia de ponta em seu processo produtivo. Destas análises as que me parecem melhor responder à complexidade e à totalidade do problema são os estudos que enfatizam o processo de financeirização da produção, indicando como que através da desregulamentação dos mercados em nível nacional e global, a integração inter-industrial da produção de commodities agrícolas se imiscuiu nas relações sociais e políticas de cada país, moldando o Estado e suas políticas públicas em benefício da sustentação e expansão econômica e produtiva do que em fim se consagrou socialmente como agronegócio. Quanto aos trabalhos que dão relevo ao processo de reprimarização das economias nacionais para explicar o agronegócio, estes são muito precisos em sua descrição empírica do fenômeno econômico-produtivo e de algumas de suas

consequências políticas (“ganhando” para sua agenda de desenvolvimento governos eleitos pela mão de movimentos sociais de resistência ao modelo do agronegócio). No entanto, na minha perspectiva, embora o uso de adjetivos como “reprimarização” ou “neoextravismo” possa ser útil para lançar luz sobre o caráter “conservador” e “arcaico” segundo o qual a modernização encarnada pelo agronegócio se desenvolveu historicamente, termina por dar relevo apenas a um lado da “dupla articulação” da modernização latino-americana (FERNANDES, 2009), fazendo-se perder de vista o fato de que a característica fundamental do capitalismo na periferia, expressa justamente a radicalização de todas as formas de exasperação da exploração do trabalho (sejam elas expropriações primárias ou secundárias) em articulação com os mais modernos e integrados procedimentos e relação sociais de produção. Neste sentido, a proposição de Gras e Hernandez (2013) a respeito da definição do agronegócio como um modelo produtivo fundamentado em quatro pilares (tecnológico, financeiro, das novas formas de acesso a terra e da organização do trabalho e organizacional), articulada a reflexão de Delgado (2012) e outros autores (CLAPP, 2014; SAUER E BORRAS, 2016; LEITE, 2019), a respeito da imbricação entre interesses privados nacionais e transnacionais junto ao Estado na determinação das políticas públicas para a agricultura, me parecem as referências mais adequadas para se pensar o agronegócio no que tange ao seu “modelo” econômico-produtivo e à sua “economia política”.

Em paralelo e em diálogo com estes autores, ao longo das últimas décadas, desenvolveu-se um segundo conjunto de estudos críticos que buscaram refletir mais especificamente sobre o(s) significado(s) sócio-político(s) da noção de agronegócio para além da descrição de suas características econômico-produtivas. No Brasil, o próprio trabalho de Delgado aponta neste sentido quando evidencia que o principal sustentáculo do modelo de financiamento da grande produção agroindustrial brasileira são as relações políticas estabelecidas direta e indiretamente pelo empresariado com o Estado, configurando, como já

aponte, a economia do agronegócio como “um pacto de economia política”. No entanto, há um conjunto de autores que têm buscado conferir maior relevo às particularidades de um determinado tempo histórico, marcado pela ideia de agronegócio como palavra política “unificadora de interesses e das classes dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação” (BRUNO, 2009, p. 113), e como “operação simbólico-política” que traduziu a integração das cadeias produtivas agroindustriais, através de um monopólio transnacional sobre a produção e a propriedade da terra, em signo de uma “nova agricultura” (MENDONÇA, 2010, p. 217). Findo o ambiente de repressão autoritária da ditadura militar e aberta a crise econômica da agricultura que se arrastou ao longo dos anos 1980 e 1990, dentro de um cenário de avanço da desregulamentação estatal da economia, forte acirramento dos conflitos sociais no campo e violenta reação pelos segmentos mais conservadores do patronato rural, a renovação e reorganização da representação política de grandes proprietários e empresários agroindustriais no Brasil apontava para a necessidade de construção da hegemonia através do consenso ideológico construído por uma batalha de ideias responsável pela disputa política da opinião pública, em que o termo agronegócio passou a ganhar destaque como sinônimo de um modelo de produção que superava os conflitos históricos da questão agrária nacional, através de uma agricultura de escala, altamente tecnificada, capitalizada e competitiva frente a setores que seriam atrasados e sem condições de competir no mercado internacional. Após intensas disputas e processos de renovação das lideranças políticas (GRAZIANO, 1993; BRUNO, 2009; MENDONÇA, 2010), constituiu-se uma nova arquitetura de representação da cúpula de produtores e proprietários rurais no Brasil, em que as entidades mais tradicionais (como a SNA, a SRB e a CNA), perderam o protagonismo e o monopólio de representação política dos segmentos mais dinâmicos de proprietários, produtores e empresários rurais, cedendo espaço para novas formas de associação (como as associações

por produto, cadeia produtiva ou nicho temático, o cooperativismo empresarial da OCB, a FAAB, as novas associações de defesa da propriedade da terra, como a UDR, e a própria ABAG). Nesta linha e reconhecendo na fundação da ABAG um marco inaugural de institucionalização deste processo, Caio Ribeiro Pompeia propôs mais recentemente qualificar o agronegócio como uma “concertação política”, que consistiria em uma composição inter-setorial “entre representações da agricultura e de segmentos conectados a ela que, alicerçada na categoria agribusiness/agronegócio, atua de forma multi-lateral, coordenada, institucionalizada e sistemática” (POMPEIA, 2018, p. 44), em diferentes espaços da “esfera pública” nacional. Com isso, o autor busca dar uma ênfase ainda maior à intensificação da multi-representação que tem caracterizado o processo histórico de ação e desenvolvimento da “concertação”, chamando atenção para uma gama de outros atores políticos e organizativos por onde seu núcleo de direção tem se deslocado ao longo do tempo.

Na Argentina, Gras e Hernandez (2016), além de oferecerem uma radiografia da fisionomia econômica, produtiva e geográfica (se expandido da zona núcleo dos pampas para as províncias do norte do país) do agronegócio no país, também investigam como este modelo se afirmou como referencial hegemônico de desenvolvimento rural no tempo presente. Neste sentido, as autoras recuperam o histórico de organização política por trás da modernização econômica do campo argentino, desde meados do século XX. Seu diagnóstico aponta para a constituição de uma articulação política, acadêmica, empresarial e midiática que moldou ideologicamente a visão predominantemente difundida pelos setores sociais protagonistas do modelo do agronegócio na Argentina. Renovando os espaços de organização e representação política de grandes proprietários, produtores e empresários rurais, este processo relativizou o peso e o papel de tradicionais entidades do campo argentino (como a Sociedade Rural Argentina) e abriu espaço para emergência de novas formas de associatividade, seja por produto, cadeia ou nicho temático, seja como entidades técnicas de

extensão rural, como foi o caso da Asociación Argentina de Consórcios Agropecuários (AACREA), fundada em 1959 no bojo da primeira onda de modernização técnica da revolução verde, e da Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID), fundada em 1989, pregando o paradigma da “agricultura de fin de siglo”. Através especialmente dos referenciais simbólicos mobilizados por estas entidades em particular, Gras e Hernandez evidenciam as diferentes estratégias de difusão ideológica do modelo do agronegócio como melhor caminho de desenvolvimento econômico e social em distintos espaços da sociedade civil e da sociedade política argentina, incluindo secretarias e instituições de governo, sistema de justiça, poder legislativo, universidades, escolas, centros de pesquisa, veículos de imprensa e campanhas publicitárias.

Para além de significativas transformações nas formas de representação política da cúpula de proprietários, produtores e empresários que se associaram e foram associados à ideia de agronegócio, outros autores têm buscado explorar outras dimensões da “sociedade e da economia do agronegócio”, apontando para a necessidade de se explorar de maneira mais aprofundada dimensões que estejam além das predominantes abordagens econômicas, apologéticas ou de denúncia do modelo produtivo. Neste sentido, Heredia et al (2010) nos fazem lembrar que a associação entre “agricultura” e “modernidade” é parte de uma longa história no Brasil que remonta, pelo menos, a diferentes melhoramentos na produção e beneficiamento do açúcar, do café e da mandioca durante a colônia e o império. Apesar disso, os autores reforçam a importância das transformações que se desenvolveram a partir dos anos 1970 no sentido de consolidar um predomínio de uma “moderna” agricultura capitalista. Tal qual Delgado, apontam as continuidades e discontinuidades de noções mobilizadas no período da ditadura militar e a mais recente adoção do termo “agronegócio”, a partir dos anos 1990, por empresários e acadêmicos defensores de um modelo de produção de grande escala, alta capitalização, intenso uso de tecnologia de ponta e forte integração com a indústria, o

capital financeiro e o poder do Estado. Portanto, as pesquisas empreendidas por estes autores, motivaram-se a partir da seguinte constatação:

ao tratarmos dos processos relacionados com o “agronegócio”, é preciso compreendê-los como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, alusões mais comuns nos debates sobre o setor. Seja para refletirmos sobre as circunstâncias que informam o movimento de expansão das atividades aí inscritas, seja, igualmente, para pensarmos a validade do seu contraponto, isto é, o conjunto de situações sociais que não estariam aí compreendidas (HEREDIA ET AL, 2010, p. 161).

Assim, através da análise da evolução territorial do principal monocultivo associado ao agronegócio, a soja, não apenas constatou-se o avanço nas tradicionais áreas de produção do sul e do sudeste do país para zonas de fronteira agrícola nos cerrados e na Amazônia, estudando especificamente três importantes núcleos produtivos nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia, os autores reforçam a forte presença do Estado, privilegiando este modelo produtivo através de políticas públicas nas diferentes esferas de poder (executivo, legislativo, judiciário) e níveis federativos (municipal, estadual, federal), e delineiam os principais fluxos migratórios de zonas de mais antigo povoamento no sul e no nordeste, para as zonas por onde a grande produção agrícola de soja tem avançado, constituindo e reconstituindo identidades, desigualdades e laços conformadores de uma sociedade própria da economia do agronegócio (HEREDIA ET AL, 2010).

Finalmente, temos alguns estudos que tem buscado evidenciar as dimensões discursivas do agronegócio, definidas a partir da confrontação deste modelo com outras formas de produção e vida no campo, bem como de suas respectivas representações políticas e simbólicas. No Brasil, Sauer (2008) reflete sobre de que maneira as noções de agronegócio e agricultura familiar emergiram no contexto histórico dos anos 1990 e 2000 como ideias antagônicas, mas que também passaram por um certo esforço de identificação mútua. Seguindo Bourdieu, ele considera que estas duas referências sobre como fazer agricultura são tratadas como polos opostos de uma mesma doxa. Assim, Sauer (2008) defende que a ideia



de agricultura familiar passou a ser mobilizada em contraposição ao agronegócio e em referência genérica às intensas lutas por direitos sociais mobilizadas por sem terras, atingidos por barragens, pequenos agricultores, trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, comunidades caiçaras, dentre outras identidades das populações que viviam do direito comunitário e do trabalho familiar ou coletivo de produção agropecuária e extrativista. Teriam sido algumas organizações do movimento sindical de trabalhadores rurais, particularmente organizados na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), que introduziram este termo, que também tinha origem nos Estados Unidos. O congresso da entidade de 1996, ao debater o assunto, colocou este conceito no centro de sua estratégia para defender uma agenda de reivindicação de políticas públicas de trabalhadores e pequenos produtores rurais, bem como para sua cristalização numa política de Estado que foi representada pelo lançamento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no mesmo ano. Dessa maneira, segundo Sauer, estes eventos foram marcos de institucionalização da noção de agricultura familiar e, por conseguinte, da própria noção de agronegócio, uma vez que este foi reconhecido por muitos como referencial hegemônico de desenvolvimento agrário a ser combatido e disputado pela própria noção de “agricultura familiar”. No entanto, o autor também destaca que a disputa em torno dos significados capitalistas da noção de agricultura familiar se deu não apenas por aqueles setores que historicamente defenderam o uso da categoria camponês para qualificar os sujeitos políticos subalternos do campo, mas também pelos setores dominantes, quando estes reivindicam a ideia de agricultura familiar como um “agronegocinho”, capaz de competir de igual para igual com o “agronegócio” no livre mercado, e lançam diversas formas de campanha publicitária no sentido de difundir a ideia de que “agro é tudo”. De qualquer modo, mesmo assim, em face do caráter hiper concentrador da produção e das formas de acesso à terra em um mercado altamente competitivo, a agricultura familiar sem dúvidas se tornou um

dos mais importantes contrapontos políticos à concepção de agronegócio, pautando a sua própria definição a partir do antagonismo entre elas. (SAUER, 2008).

Finalmente, a partir da análise crítica do discurso, alguns autores argentinos discutem as transformações das principais “discursividades” sobre o “agro pampeano”, em que o “agronegócio” é tido como um dos principais polos de disputa hegemônica, representando o esforço dos atores protagonistas das cadeias de produção agroindustrial em universalizar seus interesses econômicos e visões de mundo para o conjunto da sociedade civil e política argentina. Neste sentido, para Balsa (2012), haveria dois grandes discursos que estruturaram as disputas em torno da questão agrária ao longo de boa parte do século XX. Em primeiro lugar, aquilo que o autor define como “discursividade liberal-conservadora”. Defensora da ordem social dominante, ela se fundamenta pela defesa do latifúndio a partir do direito individual absoluto e inalienável sobre a propriedade da terra, e pela defesa de uma liberdade de mercado baseada na não intervenção do Estado nas questões socioeconômicas mais sensíveis à reprodução do *status quo*. Assim, a partir destas duas defesas, o discurso acionado historicamente pelas classes dominantes no campo argentino, busca difundir-las como ideias universais, que devem ser defendidas por todos, apagando, deste modo, os conflitos sociais históricos da questão agrária argentina: democratização da propriedade da terra e das políticas de Estado para o desenvolvimento rural. Em segundo lugar, o discurso agrarista, construído historicamente em contraponto ao domínio do discurso liberal-conservador, enfatiza a denúncia da concentração da propriedade da terra e das formas de produção agropecuária. Neste sentido, trata-se da defesa de outra forma de intervenção do Estado, mais atenta em promover mecanismos de democratização do acesso à terra e à renda entre grandes, pequenos e médios produtores rurais. O sujeito historicamente protagonista deste discurso (mesmo que este se refira a uma pluralidade de situações e identidades sociais no campo argentino) é a figura do “Chacarero”, consolidada no agro pampeano a partir da década de 1930 como

identidade de um número significativo e diverso de pequenos e médios produtores agropecuários de base familiar que são orientados para o mercado e possuem um forte vínculo com determinada visão de mundo que valoriza seu modo relativamente autônomo de vida e de trabalho no campo. Dessa forma, ambas discursividades, liberal conservadora e agrarista, se constituíram relacionalmente, uma disputando com a outra a hegemonia sobre o papel do Estado e a necessidade de se promover a democratização da questão agrária. Suas principais lideranças políticas e intelectuais coletivos foram, respectivamente, a oitocentista Sociedade Rural Argentina (SRA, representante histórica do latifúndio e da grande pecuária exportadora) e a Federação Agraria Argentina (FAA, representante histórica dos chacareros e base rural do peronismo).

A partir desta perspectiva, Liaudat (2018) demonstrou como esses discursos se resignificaram frente às transformações contemporâneas do modelo produtivo dominante no agro pampeano e frente a suas consequências sócio-econômicas (com a brutal acentuação da concentração da produção e do acesso ao uso da terra). Do ponto de vista da resistência a este processo, em um contexto mais recente, o discurso agrarista tem se apresentado a partir de outras duas vertentes. Em primeiro lugar, desenvolveu-se o discurso da agricultura familiar através da importação deste conceito dos Estados Unidos e do Brasil como referência de política pública para a pequena produção de base familiar. Em segundo lugar, o discurso sócio ambiental se desenvolveu motivado tanto pelo crescimento de movimentos de defesa do meio ambiente, como pelas iniciativas de resposta política das empresas aos mesmos, procurando difundir uma auto-imagem de responsabilidade social e ambiental. Por outro lado, do ponto de vista dos setores econômicos protagonistas da modernização da agricultura, destaca-se um discurso próprio do agronegócio, que tem sido mobilizado por grandes e mega produtores agroindustriais argentinos e pelas empresas transnacionais associadas. A principal singularidade deste discurso é que, como parte da tradição liberal-conservadora, e no esforço

de apagamento dos conflitos sociais e de universalização da sacralização das ideias de propriedade da terra e do livre mercado, deixou-se progressivamente de lado a questão da reforma agrária e da defesa da inviolabilidade da propriedade privada para se dar maior centralidade à defesa da incorporação de inovações tecnológicas como forma de solucionar as desigualdades sociais a partir do alcance de uma maior produtividade no campo, sem que seja problematizado quais seriam os mecanismos de distribuição da renda adequados para tal. Para tanto, a autora reafirma a importância de duas entidades no processo de conformação e legitimação do discurso sobre “el paradigma de los agronegocios” na Argentina, as chamadas entidades “técnicas”: a Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola (AACREA) e a AAPRESID (LIAUDAT, 2018).

Portanto, em diálogo com as origens do conceito e com a literatura crítica sobre o mesmo, nesta tese, entendi o modelo do agronegócio segundo as duas principais facetas discutidas por este conjunto de autores. Em primeiro lugar, como modelo específico de organização da grande produção agropecuária no capitalismo contemporâneo, caracterizado pelo monocultivo flexível e intensivo em capital e tecnologia (insumos biotecnológicos, maquinário e tecnologia da informação), protagonizado por um empresariado rural nacional com alto grau de integração com a indústria, subordinação ao capital financeiro nacional e internacional e monopolização da produção e da propriedade da terra. Ao mesmo tempo, em segundo lugar, entendi aqui o agronegócio como um determinado referencial simbólico e político hegemônico de representação do mundo social que envolve as cadeias globais de produção agroindustrial, buscando afirmar a sua superioridade (eficiência) econômica e social frente a qualquer outra forma de vida, de produção e de desenvolvimento histórico, constituindo-se em um discurso, uma visão de mundo e uma agenda política particular, que vem sendo difundida de maneira exitosa no Estado – ampliado – brasileiro e argentino ao

longo das últimas três décadas. Por isso, vejamos a seguir de que maneira esse modelo se constituiu historicamente no Brasil e na Argentina.

# **CAPÍTULO 1– MODERNIZAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E DA PROPRIEDADE DA TERRA: UM HISTÓRICO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NA ARGENTINA**

## **1.1. Introdução**

O objetivo deste capítulo é recuperar, através de revisão bibliográfica, o processo de modernização e monopolização da produção agropecuária e da propriedade da terra no Brasil e na Argentina, para contextualizar como o modelo produtivo do agronegócio se constituiu e se inseriu historicamente nestes dois países.

Para tanto, em primeiro lugar, serão discutidas as particularidades do capitalismo de tipo dependente na América Latina, bem como a crítica à razão dualista formulada por autores como Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira e outros autores associados à teoria marxista da dependência (TMD), para questionar as interpretações mais clássicas sobre os países da região. Ao recuperar este debate, espero destacar o papel histórico e estratégico cumprido pela produção agropecuária e suas respectivas relações sociais no desenvolvimento da economia nacional de países como o Brasil e Argentina, situando as condições históricas segundo as quais não só o modelo produtivo do agronegócio foi gestado, como também se desenvolveu seu respectivo discurso de legitimação social, especialmente em dois aspectos particulares: (a) no discurso que confere aos setores sociais e econômicos de ponta do agronegócio a condição de face moderna da produção agropecuária nacional, em contraposição a outras formas sociais de produção que seriam atrasadas, retardatárias, e, portanto, alvo necessário da superação e eliminação dos mesmos pela disseminação do modelo produtivo do agronegócio; e (b) no discurso que afirma que as divisas geradas pela produção e exportação do agronegócio representam uma fatia significativa do produto interno bruto, sendo o sustentáculo quase único do conjunto da economia nacional.

Uma vez identificada a importância estratégica da produção agropecuária para o desenvolvimento de uma economia capitalista nacional, será debatido, em segundo lugar, o papel da questão agrária na determinação das vias do desenvolvimento nacional no Brasil e na Argentina. Ou seja, será discutido de que maneira a resultante dos conflitos sociais históricos pela propriedade da terra e pelos demais meios de produção agropecuários foram determinantes para a manutenção da exclusão social, política e econômica de um contingente considerável de trabalhadores rurais e urbanos, inviabilizando a conquista de direitos e a preservação de seus respectivos modos de vida e de produção.

Em terceiro lugar, apresentarei as duas principais etapas do processo de modernização conservadora da agricultura no Brasil e na Argentina, marcando pontos de contato e particularidades deste processo nos dois países desde meados do século XX. Com isso, destaco a operação de separação e conversão da questão agrária em questão agrícola, reduzindo os desafios da modernização à incorporação de técnicas e tecnologias de produção estrangeiras, a partir de investimentos e subsídios estatais. Este processo não apenas favoreceu a integração da produção agropecuária com as indústrias a jusante e a montante, como escancarou as portas da produção nacional para uma associação subordinada ao capital transnacional. A partir da segunda etapa, com o processo de financeirização da economia global a partir dos anos 1970, esta integração se intensificou ainda mais, sendo largamente favorecida por transformações na produção e no aparelho de Estado que a regulamenta. Além de diversas iniciativas de desregulamentação do mercado de produção e exportação agroindustrial, novos aportes à pesquisa agropecuária foram realizados, direcionando os trabalhos científicos para o campo da aplicação da biotecnologia e da tecnologia da informação numa produção de larga escala, intensiva em capital e tecnologia. Estas mudanças consolidaram a tendência histórica da primeira etapa da modernização conservadora, intensificando a monopolização da produção e do acesso à propriedade da terra, sem a

realização de políticas públicas efetivas de combate às desigualdades sociais no campo e preservação de pequenos e médios produtores e proprietários rurais, bem como de seus respectivos modos de vida.

Neste sentido, em seguida, apresentarei o processo de expansão econômica e territorial do mercado da soja, a modo de, partindo da principal commodity produzida e exportada pelo Brasil e pela Argentina, delinear em termos geográficos e sociais as principais regiões do Cone Sul onde tem predominado a produção associada ao agronegócio, permitindo assim a mensuração do alcance territorial de seu modelo econômico e ideológico. Assim, não apenas destaco a velocidade e o ritmo de expansão das principais zonas de produção de soja na região, como indico o grau de concentração econômica da mesma nos diferentes elos da sua cadeia produtiva.

Finalmente, será apresentado um breve histórico de mapa institucional do campo de representação política de grandes proprietários, produtores e empresários rurais, bem como sua relação nos principais debates que moldaram os discursos e atores hegemônicos e contra-hegemônicos do processo de modernização e monopolização da produção e da propriedade da terra no Brasil e na Argentina, de modo a situar o leitor em relação ao contexto histórico que levou ao surgimento de novas associações empresariais identificadas com o tempo do agronegócio.

## **1.2. Capitalismo dependente e a “crítica à razão dualista” na América Latina.**

O debate sobre as vias de desenvolvimento do capitalismo na América Latina não só foi alvo da crítica de Florestan Fernandes como foi constitutivo de um tempo histórico de aceleração e aprofundamento da constituição da assim chamada “ordem social competitiva”.



O processo de industrialização e urbanização de países como o Brasil e a Argentina se viu largamente intensificado após 1930, favorecido pelas subseqüentes crises políticas e econômicas que abalaram o mercado mundial até 1945. Neste período iniciou-se o processo que ficou conhecido como industrialização por substituição de importações, com significativos aportes estatais e privados (advindos das divisas geradas através de uma produção primária e exportadora) em setores estratégicos das indústrias de base, que não só produziram insumos para o desenvolvimento do parque industrial nacional, mas também impulsionaram a formação de um mercado consumidor urbano e de massas. Assim, da intelectualidade que esteve à frente deste processo, nasceu a primeira crítica à – até então predominante – visão sobre as vias de desenvolvimento dos países latinoamericanos, que se constituía basicamente em reproduzir o roteiro histórico que era atribuído aos países considerados modelos pioneiros do capitalismo, a saber, Inglaterra, França e, secundariamente, os Estados Unidos. Após 1945, apesar dos impactos com a retomada do comércio internacional durante o pós-guerra, tornando o cenário mais adverso para a competitividade das indústrias nacionais, o processo de substituição de importações seguiu avançando, passando por distintas formas de governo e regime político, mas em grande medida encabeçadas por um pacto populista entre frações das classes dominantes rurais e regionais, industriais, setores médios, militares e a crescente massa de trabalhadores urbanos, filhos do êxodo rural e da explosão demográfica dos grandes centros urbanos (FERNANDES, 2009; OLIVEIRA, 2003).

Os principais ideólogos da substituição de importações estiveram organizados na Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL). No Brasil, seu principal expoente foi Celso Furtado (2009), enquanto que na Argentina, foi Raúl Prebisch (1948), autor do relatório que ficou conhecido como manifesto fundador da instituição, intitulado “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”. Embora as

análises cepalinas sobre a condição subalterna das formações sociais e econômicas de colonização portuguesa e espanhola sejam responsáveis por uma grande contribuição no sentido de questionar e apontar as desigualdades existentes na periferia do capitalismo, demonstrando de que maneira as respectivas rendas nacionais afluíam desproporcionalmente em favor das burguesias das antigas e novas metrópoles capitalistas, o pensamento desenvolvido originalmente pelos intelectuais da Cepal supunha a necessidade de uma aliança de classes que, dirigida por uma burguesia nacional e industrial, seria capaz de conduzir não apenas a modernização econômica e tecnológica de seu país, mas o alcance das condições sociais e materiais de vida dos países centrais, superando o arcaísmo dos bloqueios e obstáculos históricos sobre a inclusão social e política das massas trabalhadoras do campo e da cidade (OLIVEIRA, 2003; CASTELO, 2012). É esta visão dualista entre arcaico e moderno que Fernandes, a partir do diálogo com os teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), muitos deles seus colegas e alunos, vai rever e criticar no final dos anos 1960, após o golpe e o aprofundamento da repressão política da ditadura no Brasil (FERNANDES, 2009; FRANK, 1964; CARDOSO E FALETTO, 2004; MARINI, 2017).

Acontece que o pacto populista (WEFFORT, 1978; GERMANI, DI TELLA e IANNI, 1973), ao longo das décadas subsequentes à segunda guerra mundial, sofreu diversas pressões internas e externas. Internamente ao seu arco de alianças, os representantes das classes dominantes no interior da coalizão populista manobram para garantir políticas públicas que promovessem uma concessão limitada de ditos direitos sociais, construindo acordos e pontes que promovessem uma aliança entre a nascente burguesia industrial nacional e o capital internacional. Neste sentido, em meados dos anos 1950 uma nova orientação para a política de industrialização por substituição de importações passou a prevalecer. Após a consolidação de uma indústria de base por meio de pesados investimentos públicos, o Estado passou a cumprir o papel de principal fiador da criação de um parque industrial de bens de consumo

duráveis através de uma associação subordinada de setores da burguesia nacional com as grandes empresas multinacionais que estruturaram o novo padrão de dominação imperialista do pós-guerra, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Este processo, para além de reposicionar o lugar subordinado de países como o Brasil e a Argentina no mercado mundial, ao contrário do que esperavam os formuladores cepalinos, contribuiu para consolidar a posição de suas respectivas burguesias nacionais como sócias menores do imperialismo na intensificação da extração e expropriação do valor sobre o conjunto da força de trabalho nacional.

Externamente, as frações sociais mais conservadoras que se encontravam na oposição política ao pacto populista, movidas por interesses materiais particularistas e imediatos e pela luta anti-comunista da Guerra Fria, em aliança com o capital imperialista e hegemônico norte-americano, tentaram sucessivamente rompê-lo, buscando impedir, de forma legal e democrática e golpista e truculenta, a ampliação do acesso aos direitos sociais e políticos das maiorias historicamente excluídas pelo estatuto da dominação colonial. Este fato, segundo Fernandes (2020), ao invés de consolidar o modelo tradicional de revolução democrático-burguesa, na prática conformou o que ele chamou de “autocracia burguesa”, que teve seu ápice justamente nas ditaduras das décadas de 1960 a 1980, revelando uma nova estratégia das burguesias nacionais latino-americanas: a repressão aberta através de uma “contra-revolução preventiva” das mobilizações em prol da plena democratização do país, com a inclusão das massas trabalhadoras urbanas e rurais no horizonte legal e político dos direitos sociais e democráticos (FERNANDES, 2020).

Neste ambiente de revisão sobre os fracassos das estratégias desenvolvimentistas de modernização através da construção de uma aliança entre setores populares e médios, sob a liderança de uma burguesia autóctone, no intuito de conferir maior autonomia ao capitalismo brasileiro, um diverso conjunto de autores (FRANK, 1964; CARDODO E FALETTO, 2004;

MARINI, 2017; OLIVEIRA, 2003), incluindo Florestan Fernandes (2009; 2020), ao final dos anos 1960, desenvolveu a crítica às visões dualistas sobre o (sub)desenvolvimento latinoamericano. Se é verdade que o pensamento formulado no âmbito da Cepal e dos partidos comunistas havia realizado uma importante contribuição no sentido de demonstrar que o subdesenvolvimento nacional não seria fruto de nenhum tipo de obstáculo de ordem natural e ahistórica, identificando no esquema desigual dos termos de troca do estatuto colonial entre centro e periferia a fonte dos bloqueios históricos para o desenvolvimento de um padrão social, cultural e econômico semelhante ao dos países hegemônicos do sistema mundial capitalista; esta percepção se fundava na suposição de que tais bloqueios se constituíam de formas sociais arcaicas do passado colonial que deveriam ser extintas para que a superação do “subdesenvolvimento” se realizasse. O que os críticos do dualismo entre o moderno e o arcaico demonstrariam é justamente o contrário. A especificidade do capitalismo na periferia seria se nutrir de ganhos extraordinários na expropriação e exploração de formas sociais e históricas não capitalistas que resistem, permanecem ou são conservadas na estrutura social dos países periféricos.

Dessa maneira, a sociologia desenvolvida a partir da teoria marxista da dependência dos anos 1960 buscou explicar as desigualdades sociais e o autoritarismo político persistente nos países latino-americanos como reflexo do fato de que os mecanismos sociais que aparentemente representavam, na visão desenvolvimentista, o subdesenvolvimento social e econômico, na realidade se constituíam da engrenagem central da acumulação originária e ampliada do capital na periferia do sistema. Este processo seria controlado e dirigido por uma classe dominante colonizada, que elegeu historicamente uma associação subordinada ao capital imperialista, com autonomia limitada, em detrimento de um projeto nacional independente das burguesias multinacionais hegemônicas. Nutriram-se da permanência da repressão política, da exclusão constantemente reciclada dos diferentes setores populares de

seus direitos sociais e políticos e da exploração do trabalho escravo e de outras relações sociais de produção não capitalistas, para se incorporarem e promoverem a ordem social competitiva do mercado mundial. Este seria o tom da modernização e industrialização latino-americana: incorporação dos mais modernos procedimentos, processos e relações sociais de produção, a partir dos ganhos da superexploração da força de trabalho, através de relações sociais não-capitalistas, que permitiram a hiperconcentração do poder, do prestígio e dos recursos sociais de produção, características das formações sociais e históricas do capitalismo dependente (FERNANDES, 2009; 2020).

Se até então os autores da TMD estiveram focados nos mecanismos econômicos que amalgamavam relações sociais arcaicas e modernas que permitiram a monopolização extrema da riqueza social e sua respectiva divisão desigual entre as elites locais e as burguesias das metrópoles do mercado mundial, o sociólogo brasileiro forneceria um arcabouço histórico para a compreensão dos mecanismos políticos, sociais e culturais que determinaram a formação de uma mentalidade hegemônica colonizada, uma espécie de habitus colonialista, diria Bourdieu, que foi a base segundo a qual se viabilizou a permanente conservação relativa das normas sociais do estatuto colonial como forma elementar de acumulação primitiva e de reprodução ampliada do capital na periferia. Segundo o autor, a razão da persistência do colonialismo seria, além da “própria evolução do capitalismo”, a:

(...) incapacidade dos países latino americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas. Antes de mais nada, o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latinoamericanos. Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. Por outro lado, uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. A integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível. Os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as

situações, podiam ser tratados facilmente como “os interesses supremos da Nação”, estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior (FERNANDES, 2009, p. 21).

Assim, a crítica ao dualismo recupera três contribuições do pensamento marxista não economicista e não stalinista, dialogando diretamente com as noções de “desenvolvimento desigual e combinado” de Leon Trotsky (1997), de “revolução passiva” de Antonio Gramsci (1979) e de “modernização conservadora” de Barrington Moore Jr (1967). No primeiro caso, trata-se de identificar no desenvolvimento do capitalismo de tipo periférico (no caso de Trotsky, a Rússia), a conjugação de distintos tempos históricos em uma mesma conjuntura particular. Isso significa que a incorporação pelos países dependentes dos padrões burgueses de sociabilidade e produção vigentes no capitalismo se deu em diferentes ritmos e momentos, ora se desenvolvendo de forma imediata, ora se dando por outras dinâmicas e tempos. Nos demais casos, tratou-se de identificar a capacidade de transformação capitalista por uma via pactuada pelo alto, de caráter lento e gradual, conduzida por um acordo entre as velhas classes dominantes do mundo feudal e a emergente burguesia industrial, que foi capaz de introduzir as mais modernas técnicas e relações sociais de produção, sem transformar radicalmente os mecanismos de participação popular e democratização da riqueza social e da propriedade da terra.

A partir deste arcabouço teórico, Fernandes, juntamente com muitos de seus colegas e alunos, reelaboram dialeticamente a tensão entre arcaico e moderno no desenvolvimento do capitalismo periférico. Se o ritmo de avanço das relações sociais capitalistas foi marcado pelo movimento do mercado mundial e da conjuntura política e econômica nas suas potências hegemônicas, ao mesmo tempo, houve uma classe dominante local “aristocrática, oligárquica ou plutocrática” que trabalhou para responder a estes movimentos com objetivos econômicos particularistas imediatos para conservar sua “autonomia limitada”, seus privilégios coloniais e sua histórica concentração de riqueza, poder e prestígio. Para o sociólogo brasileiro, seria

esta a dependência – econômica, social, política, cultural – fundamental do capitalismo na América Latina: a impossibilidade de realização de um projeto de integração nacional autônomo do poder imperialista, “estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior”. Isto não significa dizer que a dinâmica social e política interna esteja isenta de processos particulares e relativamente autônomos aos interesses e à visão de mundo imperialista. Somente uma leitura estreita do autor poderia presumir isso. Há um intenso dinamismo e pluralidade no interior das classes dominantes nacionais e nas lutas empreendidas pelas mesmas para se imporem sobre as demais classes sociais. Como cuidadosamente dito por Fernandes, nos interessa frisar que se trata de uma ação histórica *autônoma*, porém *limitada* pela dinâmica do mercado mundial, pelos interesses hegemônicos das burguesias dos países centrais e pelos interesses – econômicos e ideológicos – específicos (nas lutas de classe e interburguesas) dos setores nacionais a elas associados (FERNANDES, 2009; 2020).

Nesta perspectiva, tanto no Brasil, como na Argentina, destaca-se o papel estratégico que a produção agropecuária teve para o desenvolvimento da indústria e de um mercado consumidor nacional, garantindo divisas, recursos tecnológicos e alimentos baratos para viabilizar a expansão capitalista urbano-industrial. Por exemplo, no Brasil, um dos autores chave para esta análise foi Francisco de Oliveira (2003). Em seu ensaio, “O Ornintorinco: Crítica da razão dualista”, o autor destrincha os três principais aspectos do processo de industrialização, capitaneado pelo pacto populista brasileiro: a regulamentação do trabalho e do preço (rebaixado) mínimo do trabalho, os investimentos e as regulações econômicas do Estado na economia e o papel estratégico da agricultura como fator estrutural de acumulação primitiva. Sobre este último aspecto em particular, Oliveira considera que a agricultura cumpre duas funções fundamentais. Uma, apesar de velha, cumpriria um papel qualitativamente novo: exportação de bens primários para aquisição de divisas para o

financiamento da aquisição de bens de capital e intermediários. A segunda função da agricultura teria sido garantir a produção barata de alimentos para o crescente mercado consumidor interno, contribuindo para diminuir o custo da reprodução da força de trabalho urbano-industrial (com a fixação de um salário mínimo relativamente rebaixado), assim como do custo de algumas matérias primas para a indústria nacional, através da preservação de relações sociais de trabalho e propriedade não propriamente capitalistas. Nas palavras do autor, a agricultura:

(...) tem uma nova e importante função, não tão importante por ser nova, mas por ser qualitativamente distinta. De um lado, por seu subsetor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo; desse modo, a necessidade de mantê-la ativa é evidente por si mesma. O compromisso entre mantê-la ativa e não estimulá-la como setor e unidade central do sistema, a fim de destruir o "velho mercado", será um dos pontos nevrálgicos de todo o período: ao longo dos anos assiste-se aos booms e às depressões, os quais afetarão sensivelmente o ritmo da acumulação global, mas é possível dizer que o compromisso é logrado, ainda que instavelmente. De outro lado, por seu subsetor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial. Em torno desse ponto girará a estabilidade social do sistema e de sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial, fundada numa ampla expansão do "exército industrial de reserva (OLIVEIRA, 2003, p. 28)".

Na Argentina, os chamados governos intervencionistas do mesmo período, entre as décadas de 1930 e 1960, também conferiram um lugar estratégico para a produção agropecuária nos projetos de desenvolvimento econômico nacional. Neste caso, da mesma forma, a questão chave residiu no recurso às exportações de bens primários para a geração de divisas públicas e privadas para o investimento na expansão urbano-industrial, viabilizando a aquisição de bens de capital e intermediários e uma oferta barata de alimentos para as classes trabalhadoras urbanas. Segundo, a historiadora Noemi Girbal-Blacha:

La presencia del Estado Interventor y sus equipos técnico-burocráticos volverán a mostrar luego del crac neoyorkino- el perfil agroganadero de la Nación más allá del "fin del crecimiento hacia afuera" (...) El agro juega un papel estratégico en tiempos de la redistribución del ingreso y "la justicia social, la independencia económica y la soberanía política". La nacionalización de la banca y los depósitos



(1946), la planificación quinquenal (1947-1951) y la acción del IAPI (Instituto Argentino para la Promoción del Intercambio) que en tanto organismo autárquico monopoliza todo el comercio exterior argentino desde 1946, permiten derivar los recursos genuinos del agro para incentivar la pequeña y mediana industria nacional que produce para el mercado interno, con materias primas nacionales (GIRBAL-BLACHA, 2013, p. 5).

Além da intervenção sobre a destinação da renda produzida com a agropecuária de exportação para o financiamento das atividades do Estado e para o desenvolvimento de uma economia urbano-industrial mais autônoma do mercado mundial, a autora mostra que os sucessivos governos deste período apostaram na regulamentação do trabalho, no disciplinamento e repressão dos trabalhadores, na elaboração de algumas poucas, mas significativas iniciativas de colonização e distribuição de terras e, principalmente, intervindo no mercado de terras e nas relações de parceria. Mais que atender à crescente mobilização social pela democratização do acesso à terra e à boas condições de produção, tais medidas estiveram dedicadas principalmente à manutenção – sob forte questionamento – do equilíbrio da estrutura social agrária historicamente desigual e concentrada do campo argentino, constituída de um seletivo conjunto de grandes proprietários de terras e um considerável e variado contingente de pequenos e médios agricultores familiares, que ficaram conhecidos nos pampas argentinos como “chacareros”.

Portanto, esta dinâmica de dependência da produção agropecuária voltada para a exportação como fonte de financiamento das atividades do Estado e do processo de modernização urbano-industrial, embora tenha mudado ao longo do tempo, segundo as diferentes orientações de política econômica que prevaleceram no século XX, constituiu-se como característica crônica da economia e das políticas públicas no Brasil e na Argentina, valendo-se, conforme a crítica ao dualismo nos permite perceber, da preservação do monopólio sobre a propriedade da terra e/ou de relações de poder e de produção de tipo tradicional e costumeiro para impulsionar a expansão das condições de exploração e expropriação do capital sobre distintas formas e relações sociais de produção.

### **1.3. A questão agrária e as vias de modernização no Brasil e na Argentina**

Segundo a crítica ao dualismo, a questão agrária no Brasil e na Argentina se insere como ponto nevrálgico do desenvolvimento de um capitalismo de tipo dependente. No caso do Brasil, referenciados nos modelos de desenvolvimento de um capitalismo tardio, como os casos russo, italiano e prussiano, os principais estudiosos da questão agrária brasileira têm analisado a modernização econômica do Brasil como um processo pactuado pelo alto, onde a concentração da propriedade da terra, do poder político e do prestígio social foi preservada a partir de um acordo entre as frações burguesas e industriais das classes dominantes e seus segmentos tradicionalistas, detentores de um monopólio histórico sobre a propriedade da terra.

Nesta perspectiva, a História do Brasil se constitui como uma sucessão de transições e transformações que foram realizadas pelos dirigentes da ordem social, política e econômica anterior com a finalidade de conservar suas posições de prestígio social, poder político e riqueza material. Foi assim que, na independência, consumada pelo herdeiro do trono de Portugal e apoiada pelos antigos donatários da coroa e senhores de escravos, perpetuou-se o trabalho cativo. Além disso, herdou-se do regime de sesmarias do império colonial português um poderoso monopólio sobre a propriedade da terra, agora reconhecida como “privada” deste seleto grupo de nobres sobrenomes. Assim, ao longo do século XIX, a manutenção dessas relações de trabalho não apenas contribuiu para a perpetuação de uma mentalidade social de forte cariz escravocrata, como refletiu a forma como os senhores de terras que herdaram este monopólio da estrutura de poder colonial transitaram lenta e gradualmente de uma economia escravista, onde a acumulação de poder político e econômico se verificava pela quantidade de braços cativos que cada senhor tinha sob sua propriedade, para uma

economia propriamente capitalista, baseada na exploração do trabalho livre (FERNANDES, 2020; MARTINS, 2011).

Para realizar esta transição, primeiro foi preciso garantir que a enorme disponibilidade de terras devolutas existentes pudessem ser devidamente conquistadas e controladas pelo Estado e, em seguida, devidamente privatizadas, sem que houvesse um processo de democratização da estrutura social agrária herdada da colônia. Assim, em 1850, como resultado das resistências e do poder dos grandes proprietários de escravos, principalmente dos produtores de café do vale do Paraíba, desenvolveu-se mais uma etapa da lenta transformação econômica fundada na conservação de bloqueios sociais e políticos aos setores subalternos da sociedade (indígenas, escravos, libertos e demais trabalhadores pobres livres). Adiando a abolição da escravidão em face das pressões políticas internas e externas, foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia definitivamente o tráfico de escravos, mas conservava o plantel existente no país. Adicionalmente, aprovou-se uma legislação que incentivava a imigração de trabalhadores europeus como forma de substituição da mão de obra escrava, que se tornou cada vez mais escassa com o fim do tráfico. No entanto, tais medidas, embora apontassem para uma importante modernização econômica – requisito fundamental para a instauração de uma ordem social competitiva (capitalista) – vieram acompanhadas da iniciativa dos senhores de escravos e de terras de impedir o acesso de negros livres e imigrantes europeus ao vasto território de terras devolutas do país. A solução para isso foi a Lei de Terras, também de 1850, que instituiu que toda terra devoluta seria do Estado brasileiro e somente poderia ser adquirida por meio da compra, inviabilizando o acesso dos trabalhadores livres a qualquer tipo de propriedade privada da terra (MARTINS, 1979; 2011).

Neste sentido, a abolição definitiva da escravidão, em 1889, foi compensada com a transformação das terras que foram sendo ocupadas em “cativas” das antigas elites

proprietárias de escravos. Estas, que antes tinham na escravidão a fonte de acumulação de seu poder político e econômico, após a abolição, sem a possibilidade da exploração do trabalho “cativo”, encontraram na manutenção do monopólio sobre o controle e acesso – privado – à propriedade da terra a melhor forma de seguir acumulando riqueza material, poder político e prestígio social, conservando a exclusão social histórica dos setores subalternos da antiga sociedade colonial. Deste modo, aqueles povos que viviam da terra e que não engrossaram os fluxos do êxodo rural para os centros urbanos que começaram a se expandir a partir de então, constituíram-se em variadas identidades sociais de camponeses que viviam dependentes de uma diversa gama de relações de moradia e parceria, a partir de laços de compadrio com os donos das terras, onde os trabalhadores podiam ter um lote para uma produção autônoma para sua subsistência em troca de uma parte da produção e/ou do trabalho nas grandes lavouras comerciais do senhor (antes de escravos, agora de terras). Foi assim que se consolidou o sistema de dominação do coronelismo, vigente na maior parte do país durante a primeira república (NUNES LEAL, 2012). A única exceção seriam as regiões serranas do sul do país, onde se consolidou um regime de pequenas e médias propriedades, fruto de projetos de colonização pontuais, realizados com imigrantes do norte e leste europeu. Nestes lugares, apesar de uma maior divisão social da propriedade, na segunda metade do século XX, uma boa parte desses colonos viram suas possibilidades de reprodução social inviabilizadas pelo parcelamento de suas terras entre as novas gerações e pelas dificuldades de inserção e permanência no mercado, engrossando as fileiras de sem terras, pobres urbanos e imigrantes em regiões de fronteira agrícola no Cerrado e na Amazônia (MARTINS, 2011).

Esta exclusão sócio-econômica (da propriedade) e política (da participação democrática, através do voto censitário e da repressão cotidiana vivida na primeira república) se manteve – não sem conflitos diversos – até 1930, quando, de um lado, intensificou-se o crescimento demográfico e a urbanização, e, de outro, iniciou-se a expansão de algumas áreas

de lavoura e a incorporação da mecanização, o que aumentou a pressão para a expulsão da massa de trabalhadores rurais parceiros e moradores das áreas ocupadas por eles. Mais uma vez, a modernização econômica promovida pelo processo de expansão urbano-industrial seria viabilizada através de um pacto conservador com as parcelas não-hegemônicas da grande propriedade da terra, sendo acompanhadas de intensos processos de expropriação. A consequência desta aliança, cristalizada politicamente no pacto populista, foi a exclusão dos trabalhadores rurais dos direitos sociais concedidos aos trabalhadores das cidades, fazendo com que a dependência dos primeiros às relações de compadrio com os senhores das terras onde viviam fosse perpetuada como forma de intensificação da exploração do trabalho rural e fonte estratégica de acumulação para o desenvolvimento industrial. Esta exclusão foi a fonte de um crescente conflito social, seja por direitos trabalhistas, seja por acesso à terra. Este conflito foi sendo gestado ao longo da conjuntura do pós segunda guerra e culminou na incorporação desta agenda política na presidência de João Goulart, que formulou e aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e incluiu a reforma agrária como uma de suas reformas de base (MARTINS, 2011). Teria sido mais um passo na inclusão social e política dos trabalhadores rurais no projeto de desenvolvimento nacional, resultado de suas lutas nas duas décadas anteriores. No entanto, com ativo apoio dos grandes proprietários de terra, em aliança com a grande burguesia industrial e o capital imperialista norte americano, o golpe de 1964 reforçou os bloqueios históricos da questão agrária brasileira, impondo seu próprio projeto de modernização conservadora para o campo (DELGADO, 2003).

A trajetória de modernização da agricultura na argentina, por sua vez, também consolidou e intensificou a histórica concentração da propriedade no país. Porém, através de um desenvolvimento histórico qualitativamente distinto do processo brasileiro. Primeiramente, além de ter contado com um plantel de negros escravos consideravelmente inferior ao do Brasil, a Argentina aboliu a escravidão no momento de sua independência.

Embora isto não signifique a absoluta ausência de escravidão indígena e africana na história colonial e pós-colonial da Argentina, não há dúvidas de que este é um importante traço diferenciador do desenvolvimento histórico de cada país. Em segundo lugar, a partir do final do século XIX, os pampas argentinos passaram por um intenso processo de colonização com imigrantes europeus, que se assentaram principalmente por meio do arrendamento de pequenas e médias parcelas, o que conformou um estrato de pequenos produtores rurais de base familiar com relativa autonomia sobre sua produção. Embora isto tenha proporcionado uma heterogeneidade da estrutura social agrária da região pampeana (principal núcleo econômico e demográfico do país), o processo de consolidação de uma democratização da propriedade e da produção na Argentina também sofreu com bloqueios sociais e políticos promovidos por uma aliança entre a grande propriedade da terra e segmentos do capital comercial, bancário e industrial, nacional e internacional, que mantiveram o monopólio sobre o controle e acesso à propriedade da terra, promovendo, ao longo do século XX, sucessivas tentativas e conflitos pela proteção ou expulsão de pequenos e médios produtores rurais familiares (em sua grande maioria arrendatários) em direção à sua proletarização no campo e nas cidades (GIRBAL-BLACHA, 2013; BALSÀ, 2006).

Após consolidar o seu processo de independência da Espanha, iniciado em 1810, as elites criollas argentinas se voltaram para a expansão do seu território para o interior, que resultou em uma guerra de conquista interna sobre territórios indígenas que perdurou até o final do século XIX, quando a maior parte dos povos originários do território argentino terminou sendo dizimada em um dos mais dramáticos genocídios da História das Américas. Ao longo deste processo, a Argentina rural e as terras que foram sendo incorporadas ao domínio do Estado nacional foram todas repartidas e vendidas para uma seleta camada de grandes proprietários de terra (terratenedores). Aqui, como no Brasil, a princípio, não se realizou o que havia sido feito na marcha para oeste norte-americana (com o *Homestead Act*,

de 1862), e os projetos de colonização de pequenas e médias propriedades para os imigrantes que chegavam da Europa se limitaram a experiências pontuais realizadas nas províncias de Santa Fé e Entre Rios. Neste momento, com a expansão da revolução industrial na Europa, esta camada de privilegiados sobrenomes, em sua maioria absenteeistas e moradores da cidade de Buenos Aires ou dos principais centros urbanos regionais, encontrou na produção e exportação de carne bovina a atividade produtiva mais rentável (GIRBAL-BLACHA, 2013; BALSÁ, 2006). Concentrada na região pampeana, a pecuária de exportação logrou uma inserção competitiva da Argentina no mercado internacional, estabelecendo o país como vanguarda tecnológica no melhoramento de raças e na alimentação do gado (GRAS E HERNANDEZ, 2016).

Após 1890, sem que houvesse exatamente um recuo da pecuária, iniciou-se um ciclo expansivo da agricultura na região pampeana, caracterizado pelo aumento demográfico causado pela intensificação da imigração europeia e pelo aumento da produção de itens como trigo, milho, girassol e linho. Este crescimento da agricultura durou até a crise dos anos 1930 e deu origem a uma estrutura social agrária particular, característica das principais áreas de produção agrícola do país, o que levou alguns a identificar o fenômeno como a conformação de uma “via pampeana”. No entanto, devido a uma considerável heterogeneidade nas formas de produção e acesso a terra e às decorrentes lutas políticas fruto desta realidade social, o “caminho argentino” sofreu com diferentes tendências e contra tendências, terminando com seu completo “desvanecimiento” nas últimas décadas do século XX (BALSÁ, 2006).

A construção do “mundo chacarero”, portanto, se viabilizou na medida em que a população imigrante se estabeleceu majoritariamente em campos através da figura do arrendamento e da parceria. Os grandes “estancieros” pecuaristas e proprietários da terra bloquearam a distribuição de terras aos colonos europeus recém chegados, preferindo a renda do aluguel de suas terras. Embora também seja possível encontrar alguns casos de pequenos

proprietários que conseguiram acumular e comprar um pequeno lote de terras por circunstâncias específicas, a predominância geral foi o acesso a pequenos e médios campos de cultivo a partir de relações de arrendamento ou parceria. Outra particularidade era a diversidade no tamanho das áreas cultivadas, bem como do uso de trabalho assalariado e maquinário agrícola. Variando entre produções de pequena e média escala, a base fundamental do trabalho permanecia sendo familiar, apesar de seu total direcionamento para a venda no mercado, inclusive de exportação. Esta situação particular fez com que na década de 1930, após quarenta anos de expansão agrícola na região pampeana, tivesse sido consolidada uma estrutura social agrária que, embora tenha permanecido concentrada na mão dos mesmos proprietários absenteístas e pecuárias da conquista de territórios durante o século XIX, apresentou uma estrutura de produção agrícola consideravelmente heterogênea, que contava com um significativo número de pequenos e médios produtores – “chacareros” –, que acessavam suas terras através de relações de parceria e do aluguel de algumas parcelas dos grandes proprietários – “estancieros” (em sua maioria sem contrato formal), estando orientados preferencialmente para o mercado (BALSA, 2006).

Esta foi a “via pampeana”, que em quatro décadas (1890 a 1930) constituiu um mundo particular nos pampas argentinos, o “mundo chacarero”, que não apenas significou a existência de relações sociais de produção específicas, quase únicas, como constituiu um modo próprio de vida, fortemente reproduzido no imaginário social existente entre seus representantes (BALSA, 2006).

No entanto, nas quatro décadas seguintes (1930 – 1970), o campo argentino foi palco de intensos conflitos e mobilizações sociais que terminaram por redefinir a particularidade do “caminho argentino” em direção à consolidação parcial de uma espécie de “via farmer” sul-americana. No final dos anos 1930, iniciou-se uma nova etapa no desenvolvimento da questão agrária argentina, que perdurou até as décadas de 1960 e 1970, ficando conhecida nos



estudos existentes por ter sido o tempo do “estancamiento” da produção agrícola pampeana. Neste contexto de crise, a combinação da dinâmica do mercado de terras e da produção agropecuária, com uma crescente politização da questão agrária pela mobilização social dos chacareros por reforma agrária e melhores condições de produção, apesar de ter resultado em uma divisão relativa da propriedade da terra, contraditoriamente, também resultou em uma concentração da produção nos estratos médios dos produtores agrícolas, contribuindo para a intensificação do processo de urbanização a partir do êxodo rural dos seus estratos inferiores, que não conseguiram atingir uma escala de produção que lhes permitisse permanecer no mercado pagando pelo preço de acesso (via compra ou arrendamento) às terras e aos cada vez mais modernos insumos de produção. Incidindo sobre estas tendências, encontram-se as políticas públicas voltadas para atenuar a crescente mobilização social no campo, que estiveram direcionadas para regulamentar o trabalho no campo (Estatuto del Peón Rural de 1944 e Estatuto del Tamero Mediero de 1946), disciplinar a força de trabalho rural (Junta Nacional para Combatir la Desocupación), colonizar e distribuir terras (Consejo Nacional Agropecuario de 1940) e regular o mercado de terras e de produtos agropecuários. Tanto o primeiro governo peronista (1945-1955), como, posteriormente, o governo desenvolvimentista de Arturo Frondizi (1958-1962), chegaram ao poder com a promessa de realização da Reforma Agrária (GIRBAL-BLACHA, 2013; BALSÁ, 2006). No entanto, ao longo de seus mandatos, ambos terminaram recuando de iniciativas mais significativas neste sentido, fazendo dos projetos de colonização e distribuição de terras experiências limitadas. Mesmo assim, na perspectiva de Balsa (2006), se estas políticas não tiveram um resultado significativo em termos objetivos, o próprio temor gerado sobre a realização de uma reforma agrária em função da mobilização social no campo e das suscetibilidades dos diferentes governos a atenderem esta demanda, contribuiu como elemento subjetivo de incentivo à busca dos grandes proprietários em construir acordos com seus arrendatários, parcelando e

vendendo suas propriedades. Por isso, a principal política pública que indiretamente incidiu sobre as transformações na estrutura de propriedade e produção foram aquelas voltadas para a regulação do mercado de terras. O instrumento mais importante para tanto foram os sucessivos congelamentos nos preços dos alugueis, obrigando a prorrogação dos seus prazos de reajuste. Isso deu relativo alívio a alguns produtores agrícolas de médio e grande porte, contribuindo para que estes pudessem poupar e comprar seu próprio lote de terras, bem como para se manterem competitivos no mercado. Além disso, esses governos também buscaram criar condições que facilitassem ou tornassem mais atrativos possíveis acordos de venda entre proprietários e arrendatários. Outro instrumento muito utilizado foi a concessão de crédito subsidiado para a facilitação da compra das terras pelos agricultores. Todas estas políticas contiveram o conflito social e contribuíram para que uma significativa parcela de chacareros que estavam mais bem posicionados para acumular e competir no mercado se tornassem proprietários.

Portanto, numa espécie de desvio de rota, a “via pampeana” se aproximou de uma “via farmer”, consolidando nos pampas argentinos um estrato de médios produtores-proprietários agrícolas de base familiar, consideravelmente capitalizados e voltados para o mercado. No entanto, ao mesmo tempo em que este processo se refletiu em uma relativa desconcentração da grande propriedade, é preciso ter em conta que esta democratização não se verificou para os estratos mais baixos dos chacareros, os pequenos produtores-arrendatários agrícolas com menores condições de competição, que tiveram como destino majoritário as periferias dos principais centros urbanos do país. Isso representou um processo de concentração da produção, fomentado pela eliminação desses produtores do mercado por seus baixos índices de produtividade e sua alta vulnerabilidade frente às oscilações no preço das terras e dos produtos agrícolas. Assim, ao final dos anos 1960, parecia se consolidar uma “via farmer” “made in Argentina”, com um relativo processo de desconcentração da grande

propriedade rural e o fortalecimento das camadas médias de agricultores cujo trabalho seguia sendo de base familiar, mas que agora haviam conquistado a propriedade de suas terras e um crescente acesso a modernas tecnologias de produção, conferindo-lhes uma escala de produção competitiva. Por outro lado, enquanto o tradicional poder “terrateniente” conservava parcelas importantes de suas propriedades, os estratos menos competitivos que não lograram acessar a propriedade da terra e os modernos insumos de produção, proletarizaram-se (BALSA, 2006).

Conforme especificaremos adiante, no final dos anos 1970, com a liberalização econômica iniciada pela última ditadura militar argentina, esta dinâmica passou a também atingir as camadas médias e proprietárias dos chacareros, levando a uma nova rodada de intensificação da concentração da produção e do acesso à propriedade, expulsando novos contingentes de trabalhadores e produtores familiares dos campos argentinos, selando o caráter conservador da modernização da agricultura no país e abortando a consolidação da “via farmer” pampeana em direção a uma “agricultura sin agricultores” (TRUCCO apud CEBALLOS, 2012).

#### **1.4. A consolidação da modernização conservadora na agricultura**

Refletindo as transformações no mercado mundial desde o fim da segunda guerra, a modernização técnica da agricultura no Brasil e na Argentina iniciou-se na década de 1950, consolidando-se no final do século XX com a disseminação do modelo do agronegócio como referencial produtivo e simbólico de modernidade e progresso a ser almejado. Embora parte considerável da literatura que trata deste processo nos dois países nos indique uma significativa diferença na estrutura social agrária da região pampeana em relação à maior

parte do território brasileiro e até mesmo das regiões de fronteira agrícola do norte argentino, em linhas gerais, a promoção da modernização agrícola respondeu aos mesmos movimentos do mercado mundial e se caracterizaram pela importação de um mesmo modelo produtivo, sustentado numa aliança entre o capital transnacional, com um conjunto de forças políticas e sociais internas dirigidas por empresários e proprietários de terras posicionados na cúpula da produção agro-exportadora e na produção e comercialização à jusante e a montante, como sócios nacionais minoritários das grandes cadeias globais do comércio de alimentos, fibras e biocombustíveis (GRAZIANO DA SILVA, 1996; PALMEIRA E LEITE, 1998; BALSÀ, 2006; HEREDIA ET AL, 2010; MARTINS, 2011; DELGADO, 2003; 2012; GIRBALBLACHA, 2013; GRAS, 2013; WESZ JR, 2014; ASCUY AMEGHINO, 2015; GRAS E HERNANDEZ, 2016).

Historicamente, a modernização da agricultura nestes dois países tem se definido por dois momentos distintos. O primeiro correspondeu ao tempo da “Revolução Verde” e foi vigente entre o final da década de 1950 e princípios dos anos 1970. O segundo corresponde ao tempo do “capital financeiro na agricultura” e da “economia do agronegócio”, vigente dos anos 1970 ao tempo presente.

Quanto ao primeiro momento da modernização da agricultura, sua principal característica foi ter introduzido uma série de inovações tecnológicas, como o uso de tratores e outros veículos motorizados, fertilizantes e agrotóxicos e o uso de sementes híbridas melhoradas através de cruzamentos genéticos. A adoção destas tecnologias não só significou transformações na esfera produtiva, com a integração com a indústria multinacional de insumos (química e automotriz) agropecuários impactando a produtividade e as condições de concorrência no mercado, como implicou em uma série de transformações institucionais, como a criação de um aparato estatal destinado ao desenvolvimento de pesquisa agropecuária, programas de crédito para a aquisição dos novos insumos, a redução de

políticas públicas de apoio ao pequeno produtor de base familiar e o afastamento de qualquer possibilidade de reforma agrária como horizonte de modernização econômica e democratização social.

Após algumas décadas de predomínio da atividade industrial na economia nacional e limitado crescimento na agricultura, – derivado, segundo Mc Michael (2016), das políticas norte-americanas de estruturação do segundo regime alimentar que conferiam aos EUA uma forte posição hegemônica, centralizando boa parte da produção e exportação mundial de grãos – assistiu-se a uma importante retomada da produção de gêneros agrícolas destinados à exportação, em que a soja figuraria cada vez mais como principal cultivo dos dois países. Neste sentido, especialmente a partir do golpe de 1964 no Brasil e dos sucessivos golpes militares na Argentina contra o peronismo, consolidou-se um intenso processo de incorporação de modernas tecnologias e formas de organização da produção, sem interromper o intenso processo de proletarização de trabalhadores e pequenos produtores rurais sem condições de se inserir em um mercado que demandaria cada vez mais ganhos de escala, com uso intensivo de capital e tecnologia e baixa necessidade de mão de obra.

Na Argentina, a derrubada do peronismo em 1955 por um golpe militar significou o giro de uma política de tipo “agrarista” (BALSA, 2012), focada na questão da distribuição da propriedade e na regulação do mercado de terras e alimentos, para uma preocupação maior com políticas de modernização tecnológica da produção agropecuária nacional. A criação do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) pela ditadura do General Pedro Eugenio Aramburu, em 1956, é considerada um marco dessa nova orientação das políticas públicas para o campo, inaugurando o processo que ficou conhecido entre acadêmicos, especialistas e lideranças empresariais como “la primera revolución de la pampa”. Na sequência, o governo democrático e desenvolvimentista de Arturo Frondizi, sob comando econômico de Raul Pebrisch, buscou responder aos anseios chacareros, representados

historicamente pela Federación Agraria Argentina (FAA), de conseguir finalmente o acesso direto à propriedade, livrando-se das relações de arrendamento e parceria através de um programa de reforma agrária. No entanto, embora tenha se comprometido com a pauta em sua campanha eleitoral, o governo Frondizi acabou não cumprindo a promessa, direcionando o foco de suas políticas públicas para o desenvolvimento da produção agrícola, incentivando a importação de novas tecnologias vindas dos EUA e aprofundando o entrelaçamento dos investimentos nacionais com o capital multinacional norte-americano, base da orientação de “abertura” econômica da segunda fase do processo de substituição de importações (GRAS E HERNANDEZ; 2016; LIAUDAT, 2018). Neste sentido, novamente o INTA, juntamente com as universidades públicas, seriam alvo de significativas verbas estatais a fim de que fossem desenvolvidos convênios com indústrias e laboratórios multinacionais e promovidas iniciativas extensionistas para formações técnicas dos agricultores, referenciadas nos modelos difundidos pelos Estados Unidos. Assim, a respeito da reformulação de uma questão que era originalmente “política” (da propriedade) como um problema que passou a ser tratado como sendo de ordem “técnica” (da produção), Gras e Hernandez tecem as seguintes considerações, ressaltando o processo de integração “tecnológica” e “industrial” da agricultura:

Reformulada de esta manera la “cuestión agraria”, el Estado se convertía en un actor central, ya que era quien podía organizar un sistema nacional de ciencia y tecnología. El principal mecanismo puesto en marcha fue el INTA, en 1958. Su creación revela la penetración alcanzada por la Revolución Verde, al mismo tiempo que refleja la concepción desarrollista sobre la relación entre el agro y la industria, para la cual la antinomia entre ambos era cosa del pasado: el agro no sólo debía proveer las divisas para fomentar la industrialización sustitutiva, sino que también era un ámbito de inversión y rentabilidad para los capitales del sector (GRAS E HERNANDEZ, 2016, p. 36).

Esta nova orientação das políticas públicas no campo, abrindo caminho para a modernização segundo os padrões tecnológicos difundidos por agências e empresas estrangeiras, no final dos anos 1970, combinou-se com o contexto político da última ditadura, redirecionando os rumos da “via farmer” pampeana. Embora no final da década anterior a

persistência das políticas de proteção ao pequeno produtor arrendatário tivessem contribuído para que muitos deles (pelo menos os mais bem sucedidos ou “sortudos”) acessassem finalmente a propriedade privada da terra, as políticas implementadas pela última ditadura militar (1976-1983) e a continuidade na orientação econômica neoliberal levada a cabo pelos governos democráticos seguintes, favoreceram a expansão de um modelo de produção agroindustrial que, embora fosse intensivo em tecnologia, pressupunha cada vez mais capital e ganhos de escala para que os produtores rurais pudessem se manter competitivos no mercado, pagando pelo crescente valor (da compra ou do arrendamento) das terras e dos insumos. Assim, o fim das políticas de proteção ao pequeno produtor durante a ditadura e a reorientação econômica do Estado argentino, abrindo o mercado nacional para o capital estrangeiro, produziu um processo de hiperconcentração econômica (GIRBAL-BLACHA, 2014), que tem sido verificado no campo pelo desaparecimento da grande maioria daqueles chacareros que conseguiram acumular no período anterior, adquirindo uma propriedade particular. No novo cenário de concorrência capitalista que despontou a partir do fim dos anos 1970, as possibilidades de reprodução social dos chacareros, mesmo de seus estratos médios mais capitalizados, tornou-se cada vez mais adversa. A esta realidade, como demonstra Balsa (2006), somou-se um processo ideológico de “desvanecimiento del mundo chacarero” como um modo de vida rural, baseado no trabalho familiar. As novas gerações já não mais se identificavam com o trabalho no campo da mesma maneira com que seus pais e avós. Suas vidas e horizontes simbólicos se encontravam cada vez mais voltados para as grandes cidades e centros regionais, fazendo com que, enquanto as suas camadas inferiores tivessem passado por um processo de “proletarização”, os estratos médios e superiores vivenciaram um processo de “aburguesamento”, se afastando progressivamente de suas atividades no campo e vivendo cada vez mais da renda da terra ou vendendo suas

propriedades para produtores de maior escala, estabelecendo-se definitivamente como classes médias e altas urbanas.

No Brasil, por vias diferentes, a mesma conversão e limitação da questão agrária (da propriedade) em questão agrícola (da produção) como forma de modernização conservadora da agricultura foi operada. Para além da exclusão histórica do acesso à terra, após 1930, com a gradual conquista/concessão de direitos pelos trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais seguiram sendo alijados de seus direitos, permanecendo dependentes das relações de compadrio e mandonismo para acessar a terra e trabalhar, seja como assalariados em grandes lavouras, seja como parceiros ou posseiros. O discurso das principais entidades do patronato rural à época coincidia com a defesa de uma particularidade cultural do campo, onde as relações sociais – de trabalho e poder – não seriam as mesmas das cidades, fazendo-se desnecessária a sindicalização e concessão de direitos aos trabalhadores rurais. Nessa perspectiva, o que importava era a modernização tecnológica do país (MENDONÇA, 2010; 2015).

Foi somente na segunda metade dos anos 1950 que emergiram lutas camponesas que direcionaram e impulsionaram a construção de uma pauta sistemática de direitos sociais a serem reivindicados pelos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas são o principal exemplo deste processo, mas não o único. É possível encontrar outros casos e formas de ação e organização nas diferentes regiões do país. Além disso, assim como na Argentina, após 1959, com a revolução cubana, a geopolítica da Guerra Fria também influenciou sobre o debate acerca das necessidades de realização de uma reforma agrária. A Aliança para o Progresso, iniciativa norte-americana com a perspectiva de promover o desenvolvimento social e econômico da América Latina como forma de contenção do comunismo nos países da região, elegeu a reforma agrária como uma das mais importantes estratégias para reduzir as tensões sociais internas e dirimir as vulnerabilidades frente ao que se considerava como “ameaça



comunista”. Neste cenário, um fecundo debate sobre a questão agrária nacional se estabeleceu. De um lado, se encontravam os setores favoráveis à reforma agrária, constituídos pelos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro, pela doutrina social da Igreja Católica e pelos intelectuais cepalinos, que apesar de suas diferenças, coincidiam na defesa da reforma agrária como fundamento de um projeto de desenvolvimento econômico e democratização social e política. De outro lado, uma crítica vinda de economistas conservadores liderados por Delfim Netto foi desenvolvida. Esta linha defendia que não era necessária a realização de uma reforma agrária. O contingente de pobres e trabalhadores rurais seria absorvido pelo desenvolvimento urbano, que, por sua vez, seria impulsionado pela dinamização de uma moderna agroindústria de exportação e pelas divisas conquistadas a partir daí. Para isso, no campo, bastava investir na aquisição de tecnologia e infra-estrutura. Foi esta a tese que terminou prevalecendo durante a ditadura militar brasileira (DELGADO, 2003).

No entanto, mesmo após o golpe de 1964, nos primeiros anos de ditadura a orientação da política agrária seguiu refletindo as tensões sociais que haviam se acumulado nas lutas dos trabalhadores rurais por direitos e reforma agrária da década anterior. O Estatuto da Terra, uma das primeiras legislações aprovadas pela ditadura, em 1965, refletiu este processo, marcando uma dualidade desigual entre reforma agrária e modernização econômica que permaneceu como eixo institucional da formulação de políticas públicas para o campo e estratégia discursiva dos setores conservadores para contrapor o ideal de desenvolvimento econômico a qualquer política que alterasse a histórica concentração e monopólio da propriedade da terra no Brasil. Assim, segundo Bruno, o Estatuto da Terra, como toda legislação, seria um “campo de forças” que, de um lado, mesmo no contexto de golpe e ditadura, condensou as lutas pela democratização da propriedade, ao reconhecer na forma da lei a noção de função social da propriedade, possibilitando a desapropriação daquelas terras que não a cumprissem e abrindo um caminho legal para a realização da reforma agrária. De

outro, “ao mesmo tempo, impôs um projeto de modernização concentrador e excludente no campo”, deixando brechas para o não cumprimento da função social a partir da falta de uma fiscalização que permitisse executar as desapropriações das terras improdutivas, em um contexto de forte repressão política e promoção de políticas fiscais e de crédito que favoreceram o aumento do investimento especulativo em terras e de uma produção agrícola moderna tecnologicamente, mas extremamente concentrada (BRUNO, 2009 MARTINS, 2011).

Neste sentido, a democratização da terra foi mais uma vez bloqueada, a despeito da aprovação do Estatuto da Terra. Os setores patronais, organizados particularmente na Sociedade Rural Brasileira, tiveram ativa participação no apoio ao golpe e reagiram ao inesperado reformismo contido na legislação aprovada pela ditadura (BRUNO, 2009). A compensação aos grandes proprietários de terra se deu na política econômica para a agricultura e na “frouxidão” da fiscalização e do cadastramento de terras, desde sempre amplamente desatualizado e nebuloso (DELGADO, 2003; 2012). Estas políticas garantiram que a reforma agrária não passasse de uma peça legal, ao mesmo tempo em que constituíram a base de uma modernização produtiva voltada para uma produção de escala, com o engajamento de capitais industriais, bancários e comerciais, tanto na produção agrícola, como no mercado de terras, reforçando o papel histórico do Estado brasileiro de principal fiador de uma aliança política, social e econômica entre a propriedade da terra e o grande capital nacional e internacional (MARTINS, 2011).

A principal peça da política econômica que impulsionou a modernização produtiva foi a constituição, também em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Agrícola, como forma de transferir recursos (através de crédito rural subsidiado e orientado para aquisição de insumos e bens de capital industrial) diretamente para o desenvolvimento de uma produção de grande escala, intensiva em tecnologia e capital. O cerne desta política agrícola, portanto, era “a

desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços)” como forma de estimular a aquisição dos “pacotes tecnológicos da Revolução Verde” (DELGADO, 2003, p. 15). No entanto, conforme diferentes pesquisas têm mostrado (SAUER, 2008; DELGADO, 2012; HEREDIA ET AL, 2010) a desproporção no acesso a esses créditos entre grandes empresários rurais e a pequena produção de base familiar passou a se constituir como fundamento de uma histórica desigualdade nas possibilidades de reprodução social de um grupo e de outro, favorecendo largamente aqueles que possuem mais escala e contribuindo para a expulsão de massas de agricultores familiares e trabalhadores assalariados do campo, sem acesso à terra e vendo seus postos de trabalho desaparecer com a mecanização das grandes lavouras. Além disso, outros instrumentos econômicos (Política de Garantia de Preços Mínimos, Proagro, pesquisa e extensão rural), também foram usados como forma de barganha de empresários junto à ditadura, fazendo pender a balança no volume de recursos disponíveis para a agricultura da pequena produção familiar para a grande produção agroindustrial com maiores possibilidades de “trocar” favores com a burocracia estatal da ditadura. Sendo assim, foi o Estado brasileiro, refletindo a aliança entre a propriedade da terra e o capital nacional e transnacional, o principal promotor e fiador da entrada do capital financeiro na agricultura (DELGADO, 2012).

Outro aspecto da política agrária da ditadura que favoreceu a financeirização e a concentração da propriedade da terra foi a preocupação com o reordenamento territorial nacional, utilizando a maior pressão social por terras no sul e no sudeste como forma de promover o avanço da fronteira agrícola no Cerrado e na Amazônia através de projetos de colonização que favoreceram tanto a migração do excedente populacional do nordeste e dos estados mais ao sul do país (principalmente Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo) em direção ao norte e centro-oeste, como a migração de empresários e proprietários sulistas a fim de expandir seus investimentos em terra e produção para as mesmas regiões.

Foi neste contexto que foi fundado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970. Apesar de prever em seu nome a realização da reforma agrária, durante a ditadura, foram os projetos de colonização nas zonas de fronteira e a regulação do mercado de terras o principal foco de ação da instituição. Ao mesmo tempo, na Amazônia, o Banco da Amazonia e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ofereciam fartos incentivos fiscais para que empresários do sul e sudeste investissem em terras na região (MARTINS, 2011). No Cerrado, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) foi desenvolvido em parceria com o governo do Japão. Além de ter antecipado a recente tendência de forte interesse de governos estrangeiros por investir em produção agroindustrial e terras no Brasil, este programa é mundialmente reconhecido como um exitoso projeto de adaptação produtiva de uma região com determinadas características climáticas a um determinado cultivo (no caso, a soja) (PALMEIRA E LEITE, 1998; HEREDIA AT AL, 2010; SAUER E LEITE, 2012).

Por fim, outra importante frente de ação do Estado durante a ditadura militar foi o fortalecimento das instituições de pesquisa agropecuária, particularmente através da criação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Contando com um empréstimo inicial norte-americano, o processo de criação desta instituição foi capitaneado por uma comissão que envolveu representantes de entidades patronais e de empresas do setor agroindustrial, principalmente de insumos biotecnológicos. Estabelecendo desde o princípio uma conexão direta entre a pesquisa pública e o setor privado, a empresa desde então tem sido a principal referência no desenvolvimento de tecnologia agropecuária no país, tendo sido um ator chave para o Prodecer, viabilizando a expansão da produção de soja dos estados do sul para as regiões de Cerrado e da Amazônia (MENDONÇA, 2012), consolidando aquilo que tem sido alardeado e vendido por lideranças empresariais como a “agricultura tropical” mais desenvolvida do planeta (RODRIGUES, 2020).

Portanto, nesta primeira etapa de consolidação da modernização conservadora da agricultura, verificou-se em ambos os países a adoção de um referencial de especialização técnico ditado pelas agências internacionais ligadas aos Estados Unidos e pelo próprio United States Department of Agriculture (USDA), valorizando o incentivo a uma agricultura de escala, intensiva em capital e tecnologia. A difusão deste modelo, com a integração produtiva com a indústria de máquinas, fertilizantes e alimentos, foi viabilizada pela força, especialmente das ditaduras militares que esmagaram qualquer organização política que pudesse reivindicar a reforma agrária como projeto de desenvolvimento nacional. Mas também se deram pelo convencimento, a partir da difusão de uma visão sobre a produção agropecuária determinada em grande medida pelos valores ideológicos apregoados pelos Estados Unidos e seus técnicos e acadêmicos, dentro do contexto da guerra fria. Assim, foram diversos os convênios para o assessoramento de instituições de pesquisa, como o INTA e a EMBRAPA, bem como de universidades, como a FAUBA e a ESALQ/USP. O discurso técnico das modernas práticas agroindustriais seria absorvido também pelo empresariado e suas associações, beneficiados com os investimentos do Estado na promoção do melhoramento técnico das respectivas produções agrícolas nacionais e na concessão de crédito público para o financiamento da produção. Tudo isso criou as condições necessárias para o sucesso de uma importante operação discursiva verificada no Brasil e na Argentina, a conversão da questão política da propriedade da terra em questão tecnológica da produção, acionando a reificada separação entre política e técnica, com o intuito de apagar do horizonte histórico a reforma agrária como meio de resolução das tensões sociais no campo. Nas décadas seguintes, estas transformações produtivas e discursivas se acentuaram ainda mais, configurando uma nova etapa no processo de modernização conservadora da agricultura brasileira e argentina, com o protagonismo de novos atores de origem financeira.

O segundo momento das transformações produtivas constitutivas do atual modelo de produção agroindustrial se deu a partir da reestruturação capitalista após a crise mundial dos anos 1970, se estendendo pelas décadas seguintes no compasso dos avanços e crises da agenda política e ideológica do neoliberalismo. Esta etapa foi marcada por uma nova rodada de inovações tecnológicas e na organização da produção, que impulsionaram e foram impulsionadas por uma série de modificações no aparelho de Estado. Novamente encontramos algumas transformações fundamentais em comum na modernização do campo brasileiro e argentino, que incidiram de forma particular, respondendo às especificidades da estrutura social agrária de cada país.

Podemos agrupá-las em quatro questões gerais: Primeiramente, a financeirização da produção a partir de uma série de desregulamentações do mercado de capitais a nível global e local. Em segundo lugar, a mudança do papel do Estado na regulação da economia. De um lado, reduzindo sua intervenção em políticas de proteção da pequena produção, de distribuição da propriedade e de defesa do trabalhador. De outro lado, aumentando o seu protagonismo no estabelecimento de novos marcos regulatórios em favor do modelo de produção agroindustrial associado às grandes empresas transnacionais. Em terceiro lugar, a introdução de novas tecnologias de produção, principalmente no campo da genética e da informática. Finalmente, as transformações na estrutura social agrária e as novas formas de organização da produção, que intensificaram os laços e o poder de mercado das grandes empresas transnacionais e outros atores financeiros sobre o conjunto das cadeias globais de produção de alimentos e dos territórios onde elas estão organizadas.

Quanto ao fenômeno da financeirização da agricultura, vale uma breve digressão sobre este aspecto em particular. A intensificação deste processo, verificada a partir do final da década de 1970, tem sido abordada como marca do atual padrão de acumulação capitalista por analistas que trabalham com diferentes perspectivas teóricas. Na agricultura, as análises a

este respeito apontam para as transformações na política agrícola estadunidense do governo de Ronald Regan (1981 – 1989) como o início de uma total abertura e subordinação da produção agroindustrial ao capital financeiro, que foi progressivamente sendo acentuada ao longo dos anos 1990, e se consolidou no princípio dos anos 2000, com o aprofundamento da orientação econômica neoliberal do Governo de George W. Bush (2001 – 2009). Embora a existência de um mercado futuro de produtos agropecuários como forma de gestão do risco remonte a 1848, quando foi fundada a bolsa de Chicago (Chicago Board of Trade – CBOT) – fazendo da agricultura como objeto de investimento financeiro algo que não seja exatamente novo na história do capitalismo – estes mercados, segundo Jeniffer Clapp (2014), contaram historicamente com importantes mecanismos de regulação estatal que estabeleceram uma proteção contra movimentos especulativos que pudessem afetar o preço dos alimentos, considerados de interesse estratégico tanto para produtores rurais, como para o crescente mercado consumidor urbano. Com as mudanças verificadas a partir dos anos 1980, fortaleceram-se determinados atores financeiros que viram ampliadas as suas possibilidades de investimento na produção agropecuária e na propriedade da terra. Entre estes atores, destacam-se: os bancos, que aumentaram seu portfólio de investimentos na agricultura; as tradings transnacionais, principalmente as chamadas *ABCD firms* (Archer Daniels Midland - ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus), que aumentaram sua participação no mercado financeiro; e outros tipos de fundos de investimento que foram permitidos a partir das reformas regulatórias no mercado norte-americano de commodities, operadas entre os anos 1980 e a década de 2000. Em 2008, com a nova crise econômica mundial, esta tendência foi ainda mais intensificada, uma vez que o mercado de commodities e de terras tornou-se um dos destinos preferenciais de muitos investidores internacionais na busca de posições mais seguras (e potencialmente “valorizáveis”) diante do *crash* financeiro daquele ano (CLAPP, 2014; LEITE, 2019).

Portanto, o processo de financeirização da agricultura tem se manifestado a partir de dois movimentos fundamentais. O primeiro é a compra no mercado futuro de alguns produtos estratégicos da cadeia global de alimentos (principalmente: soja, cana, milho, arroz, palma, girassol, canola e produção florestal), apostando nos chamados cultivos flexíveis (flex crops). Esta modalidade de investimento na produção permite a mudança nas prioridades do portfólio de investimentos como estratégia de gestão do risco. Neste sentido, consiste em investir em uma rede produtiva capaz de, conforme as condições de mercado, mudar rapidamente a destinação das terras de um cultivo para outro, assim como ter flexibilidade na destinação de um mesmo cultivo para diferentes usos industriais e comerciais. Borrás et. al. definem os cultivos flexíveis da seguinte maneira:

have multiple uses (food, feed, fuel, fibre, industrial material, etc.) that can be flexibly interchanged while some consequent supply gaps can be filled by other flex crops. Flexibility arises from multiple relationships among various crops, components and uses. Specific forms of flexible-ness and multiple-ness can become more profitable through several means – e.g. changes in market prices (of crop materials, substitutes or their ultimate products), policy frameworks (e.g. direct or indirect subsidy favouring specific uses or state procurement of commodities produced from specified components) and technoscientific advance facilitating conversion of non-edible feedstock (e.g. via microbial enzymes, biorefineries). The latter's economic viability depends on low-cost feedstock, which can be cheapened by several means, e.g. mining nature, super-exploitative labour, more intense market competition and land grabs (BORRAS ET AL, 2016).

O Segundo importante movimento do processo de entrada e controle do capital financeiro sobre a agricultura é o fenômeno conhecido na literatura anglo-saxã como *land grabbing*, caracterizado fundamentalmente pela compra de terras por governos (principalmente: China, Coreia do Sul, Índia, Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos), empresas e fundos de investimento em regiões de fronteira agrícola, valorizadas pelo seu potencial produtivo para cultivos flexíveis. Estas compras, majoritariamente realizadas em países periféricos da América do Sul, da África, do Sudeste Asiático e do Leste Europeu, buscam surfar, de maneira especulativa, no ciclo de alta do preço dos alimentos e dos (agro)combustíveis, que foi impulsionado no início dos anos 2000 pela



desregulamentação total do mercado futuro de Chicago e intensificada após a crise mundial de 2008, elevando junto consigo o preço dessas terras. Além disso, a própria perspectiva política da crise ambiental e energética, que acentua as expectativas de mercado sobre a produção de alimentos e (agro)combustíveis, se soma ao conjunto de elementos que fomentou o ciclo de alta das commodities globais no princípio do século XXI. Esta dinâmica tem produzido inúmeras desigualdades, favorecendo o aumento da concentração da produção e do acesso à terra, bem como elevando, muitas vezes, o custo dos alimentos, uma vez que as áreas cultiváveis e a estrutura de produção se veem reduzidas ou limitadas pelas demandas do mercado de exportações, agora muito mais subordinado às volatilidades do mercado financeiro. Assim, a entrada de novos atores na produção e no mercado de terras foi mais um elemento que impulsionou o ciclo de alta no preço das commodities e da terra, contribuindo de maneira decisiva para a expansão do modelo produtivo associado ao agronegócio (BORRAS ET AL, 2011).

Dessa forma, na Argentina, a “segunda revolución de la pampa” foi diretamente marcada pela dinâmica da financeirização, impulsionando a reconfiguração de produtores e proprietários de terras das mais diferentes escalas e introduziu no mercado atores de fora da tradicional estrutura social agrária pampeana. Inserindo-se na realidade local, estas transformações encontraram uma estrutura social agrária historicamente diversificada, onde a prática do arrendamento era comum em muitas gerações e estratos sócio-econômicos, incrementando não apenas o valor de compra da terra, como o preço dos alugueis. Isso produziu mais um elemento de pressão sobre aqueles produtores menos capitalizados, com menor produtividade e escala, funcionando como forma de “estrangeirização” ou “*acaparamiento*” das terras (*land grabbing*), ao bloquear seu acesso, inviabilizando o pagamento dos alugueis ou da compra pela grande maioria dos pequenos e médios produtores rurais. Em seguida, aqueles que possuíam maior escala e competitividade, ocuparam a terra e

o espaço no mercado deixado por aqueles que não tiveram condições de continuar pagando os preços de mercado. Foi isso que, associado às novas práticas de gestão financeira dos negócios, abriu as portas para a entrada em cena de novos atores no controle do processo produtivo, provenientes de outros segmentos da economia (da indústria nacional, de bancos, mega-empresas nacionais de alcance transnacionais, grandes empresas transnacionais, diversas modalidades de fundos de investimento). Desde a ditadura militar até o tempo presente foram diversas as regulamentações específicas no sentido de “abrir” a produção agropecuária nacional para o mercado financeiro nacional e internacional. Entre as medidas mais importantes e significativas encontram-se a Lei 22.298 sobre os chamados “contratos accidentales”, aprovada em 1980, durante a ditadura militar, e a Lei 24.441 de 1995, que normatiza os chamados “Fideicomisos Agropecuários”, durante o peronismo neoliberal de Carlos Menem. A primeira consistiu na redução do tempo de arrendamento do campo para duas colheitas, o que conferiu a flexibilidade necessária para o modelo de produção da soja, constituindo-se na base contratual segundo a qual este tipo de cultivo se expandiu na Argentina (SOSA, 2020). A segunda se refere à forma jurídica que foi preferencialmente utilizada para a constituição de fundos de investimento de capitais nacionais e internacionais na produção agropecuária, principalmente de grande escala (sendo utilizada, por exemplo, por bancos de origem europeia e norte-americana, fundos de pensão e empresas petroleiras) (GRAS, 2013).

Além dessas regulamentações do Estado que foram chave para a entrada de atores de origem diversa no controle da produção e da propriedade da terra, a agenda de reformas neoliberais iniciada pela última ditadura militar (1976 – 1983), aprofundada em linhas gerais pelo primeiro governo da redemocratização, de Raúl Alfonsín (1983 – 1989), e consolidada pela virada neoliberal do peronismo com os governos de Carlos Menem (1989 – 1999), produziu uma série de outras regulamentações e desregulamentações do papel do Estado em

relação à produção e exportação da agroindústria nacional (GIRBAL-BLACHA, 2013). Neste sentido, especialmente ao longo do governo Menem, foram abolidas uma série de instituições do Estado responsáveis pela regulação setorial do mercado, como a Junta Nacional de Granos, a Junta Nacional de Carnes, o Banco de Semillas do INTA, o Instituto Forestal Nacional, bem como os órgãos reguladores responsáveis pela produção de açúcar, leite e erva mate. Outra importante iniciativa deste período foi a privatização dos portos, até então controlados pelo Estado nacional (LIAUDAT, 2018). Além disso, as reformas constitucionais de 1994 introduziram uma série de mudanças nas políticas sobre preservação ambiental e o uso dos recursos naturais, flexibilizando a entrada de empreendimentos privados em territórios que até então se encontravam sob responsabilidade exclusiva do Estado Nacional (GRAS, 2013).

Quanto à incorporação de novas tecnologias de produção, a marca da “segunda revolución de la pampa” foi a introdução do uso da biotecnologia e da tecnologia da informação como ferramenta de gestão do “negócio” agropecuário, além da intensificação do uso de maquinário, fertilizantes e agrotóxicos. Os ganhos em produtividade adquiridos pelo uso dessas tecnologias representaram mais um fator de pressão sobre a competitividade de pequenos e médios produtores, o que exigia investimentos (e acesso a crédito) crescentes para a aquisição destes insumos, tornando inviável para a maioria acompanhar as inovações disponíveis no mercado a cada nova safra. No que se refere à biotecnologia, o “carro chefe” foi a aprovação do uso de sementes transgênicas da Monsanto (Soja Round Up Ready) em 1996, sob os auspícios de importantes lideranças associadas com o setor. Realizada praticamente ao mesmo tempo em que nos Estados Unidos, onde os primeiros estudos haviam sido publicados recentemente, a liberação dos transgênicos na Argentina se concretizou sem maiores debates públicos ou resistências políticas (GRAS E HERNANDEZ, 2016).

Esta nova tecnologia se combinou com o uso do Glifosato como herbicida (componente químico desenvolvido pela própria Monsanto, que foi base do “agente laranja”, arma química utilizada pelo exército norte-americano na Guerra do Vietnam) e do Plantio Direto (forma de cultivo mecanizado, sem revolvimento prévio do solo que vinha ganhando adeptos entre lideranças de empresários e produtores rurais desde o final dos anos 1970), conformando o chamado “pacote tecnológico”, o maior exemplo de como a indústria de insumos bioquímicos e máquinas tem logrado exercer um grande poder de mercado sobre o conjunto das cadeias de produção agroindustrial. A técnica do Plantio Direto, embora inicialmente contribuísse para a conservação da fertilidade do solo, elevando a produtividade, se mostrou vulnerável a alguns tipos de pragas. Para que fosse possível o uso do Glifosato como forma de combate a estas doenças, desenvolveu-se então a primeira semente de soja transgênica. Sua principal vantagem era prover mudas resistentes ao Glifosato. Deste modo, seria possível aplicá-la nos cultivos realizados com Plantio Direto, evitando assim as pragas que recorrentemente assolavam as plantações semeadas com este tipo de técnica mecanizada. Portanto, o pacote tecnológico, ao combinar, por exemplo, o uso do Plantio Direto – realizado por máquinas de empresas transnacionais da indústria automobilística – a defesa agrícola provida pelo Glifosato – da Monsanto – e a resistência da Soja RR – também da Monsanto – a este herbicida, conferiu às grandes empresas transnacionais de insumos bioquímicos e de maquinário uma considerável influência sobre a produtividade e as dinâmicas sociais daí decorrentes, cujo maior exemplo é o enorme favorecimento da concentração da produção entre aqueles atores com mais capital para financiar os cada vez mais caros e estratégicos insumos biotecnológicos e automotores (GRAS E HERNANDEZ, 2016).

Para além da aprovação dos transgênicos, uma série de outras medidas legais e institucionais foram tomadas ao longo dos últimos cinquenta anos no sentido de desenvolver e difundir o uso das biotecnologias na produção agropecuária argentina. Durante esse

período, apesar do investimento público em pesquisa ter sofrido com diferentes conjunturas orçamentárias, o INTA e as universidades públicas constituíram um importante espaço de desenvolvimento de pesquisas financiadas pelo Estado Nacional. Por exemplo, o INTA coordenou nos anos 2000 o Programa Nacional de Biotecnologia, centrado nas áreas temáticas de saúde animal, proteção e melhoramento vegetal e animal, genômica, proteômica e bioinformática. A iniciativa conta com convênios de assessoramento de associações como a AAPRESID. Isso marca uma segunda característica da pesquisa biotecnológica em instituições públicas: o entrelaçamento direto com as grandes empresas do setor em âmbito nacional e internacional, através de diversos mecanismos de financiamento direto e indireto, que direcionam em maior ou menor grau a orientação, o interesse e as prioridades das pesquisas desenvolvidas em instituições públicas, que contam com participação do interesse privado do grande capital (GRAS E HERNANDEZ, 2016). Além do investimento público em pesquisa, outra importante ação do Estado na promoção das biotecnologias no país foi a adequação da legislação sobre o patenteamento de sementes desenvolvidas por empresas privadas. A lei vigente é de 1973 e aderiu posteriormente à Convenção Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas (UPOV) 1978. Segundo Liaudat, este acordo multilateral “por una parte, establece el ‘derecho de uso propio’ de las semillas, y por otra parte, protege los derechos de explotación del obtentor que le permiten producir y vender el material de propagación pero no así sus derivaciones vegetales”. Desde 2002, representantes das grandes empresas de biotecnologia têm tentado – ainda sem sucesso – alterar a lei no Congresso Nacional, adequando-a ao acordo UPOV 1991, que prevê maiores restrições no uso das novas sementes derivadas da produção com sementes transgênicas, realizando a cobrança de royalties até mesmo pelo “direito de uso próprio” dos agricultores. A justificativa para tal adequação seria o combate ao comércio ilegal de sementes, largamente difundido nos campos argentinos, conhecido como “Bolsa

Blanca” (LIAUDAT, 2018, p. 274). Outro importante acordo assinado pela Argentina foi o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança de 2000. O documento busca estabelecer parâmetros mínimos de segurança para a pesquisa e o uso de organismos geneticamente modificados. Apesar da assinatura não ter sido ratificada pelo Congresso Nacional, o que impede a Argentina de ter direito a voto nos conselhos decisórios do protocolo, o Estado argentino tem participado ativamente das negociações se posicionando geralmente ao lado de Estados Unidos, Canadá, Chile e Austrália, que conformam o bloco majoritariamente favorável aos interesses corporativos das grandes empresas transnacionais atuantes no campo da pesquisa genética, adotando o princípio da precaução em detrimento do princípio da prevenção. Finalmente, no início dos anos 1990, foram criadas uma série de organismos especificamente voltados para aprimorar o desenvolvimento e regulamentação do uso comercial de sementes no país, entre eles se destacam o Instituto Nacional de Semillas (INASE) e a Comisión Nacional de Biotecnología Agropecuaria (Conabia), responsáveis pela adequação às normas internacionais de biossegurança e pela aprovação legal do uso de novos OGM (GRAS, 2013; GRAS E HERNANDEZ, 2016).

No que tange à incorporação da tecnologia da informação, para além de diversos processos de informatização para monitoramento do plantio, do cultivo e da colheita – representada mais recentemente pelas discussões sobre um marco legal para a tecnologia 5G (AAPRESID, 2019) – sua principal utilidade histórica foi na construção de novas estruturas flexíveis de governança empresarial e gestão do risco a distância e em escala global. Foi esta nova estruturação administrativa da produção que permitiu e impulsionou a entrada de novos atores no “negócio” agropecuário e a reconfiguração daqueles mais tradicionais, com seu desaparecimento ou reconversão subordinada ao controle das cadeias globais de produção pelas grandes e mega empresas nacionais e multinacionais (GRAS E HERNANDEZ, 2016).

Por último, a segunda revolución de la pampa também se caracterizou por significativas transformações na sua estrutura social agrária e em novas formas de organização da produção que se afirmaram como hegemônicas no plano econômico e simbólico. Em relação ao primeiro elemento, embora seja consenso que os dados dos censos agropecuários mais recentes da Argentina sejam precários, também há um amplo acordo na literatura crítica de que nas últimas cinco décadas, e especialmente a partir de meados dos anos 1990, quando foi liberado o uso dos transgênicos no país, a estrutura social agrária passou por um importante processo de concentração da propriedade e de seu acesso, bem como do controle sobre a produção. Em relação à produção, de 1988 a 2002, os dados mostram uma significativa redução de 21% no total de unidades agrícolas. Dados sobre a propriedade da terra mostram que, embora tenha havido uma desconcentração de algumas grandes propriedades, também pode ser verificado um intenso movimento de concentração, com o desaparecimento de muitas pequenas propriedades, que foram incorporadas por médios e grandes proprietários (BALSA, 2006; GRAS E HERNANDEZ, 2016). Portanto, isso significou um fortalecimento de médias propriedades e uma relativa preservação do peso das grandes propriedades que, embora tenham sido afetadas com o parcelamento entre as novas gerações (ou mesmo com a venda de parcelas em função de uma mudança no setor produtivo prioritário para investimento), foram compensadas relativamente pela entrada em cena dos novos atores extra-agrários, atraídos pelo processo de financeirização da economia global. Além disso, uma vez que as grandes empresas e produtores preferiram apostar crescentemente no arrendamento como estratégia de expansão da produção, contribuindo para o aumento do preço dos alugueis, isto também contribuiu para a concentração do acesso à propriedade da terra, conformando um quadro global de intensa concentração de capitais, onde, segundo Gras e Hernandez (2016), se consolidariam – política e simbolicamente – diferentes perfis sociais de “vencedores” e “perdedores”.

Para as autoras, entre os “perdedores” estiveram o contingente restante de trabalhadores assalariados e pequenos proprietários e arrendatários, que não tiveram ganhos de escala suficientes para se manter no mercado ou pagar o aluguel, com os crescentes preços do mercado de terras, ou viram seus postos de trabalho assalariado serem eliminados pela mecanização e concentração da produção. Já na aliança “vencedora” se encontra um leque mais heterogêneo de atores na hierarquia social e econômica. Nos estratos produtivos mais baixos, encontram-se os trabalhadores rurais que lograram permanecer na prestação de serviços diversos e pequenos produtores e pequenos empresários prestadores de serviços para produtores de maior escala. Em segundo lugar, encontram-se médios produtores e empresários rurais (dedicados à produção ou à prestação de serviços). Em terceiro lugar, na cúpula da estrutura social agrária, encontram-se os grandes produtores e empresas nacionais e transnacionais, que controlam boa parte da superfície cultivada com commodities agrícolas no país. Além destes segmentos produtivos, há também um importante e estratificado setor de proprietários rentistas, que intensificaram a prática histórica do arrendamento nos pampas Argentinos. À diferença do início do século, quando as terras foram arrendadas pelos grandes terratenientes aos camponeses imigrantes que ocuparam a região pampeana, agora, a prática do rentismo se divide entre segmentos de grandes, médios e pequenos proprietários. Em sua grande maioria, os pequenos o fazem por já não terem escala para se adequar às exigências de produtividade do mercado. Esta também tem sido cada vez mais a realidade para alguns médios proprietários, que têm preferido arrendar suas terras para empresas ou produtores mais capitalizados, ficando com a alta renda do aquecido mercado de aluguéis. Finalmente, a opção do arrendamento também foi adotada por alguns grandes proprietários que, por razões diversas, não tiveram interesse em se envolver com a atividade produtiva, direcionando a renda de suas propriedades para outras atividades, investimentos e setores econômicos (GRAS E HERNANDEZ, 2016).



Na cúpula da estrutura social agrária da Argentina contemporânea, segundo Gras e Hernandez (2016), encontram-se dois segmentos em particular: os grandes produtores e empresários rurais nacionais, de um lado, e as mega-empresas argentinas, com investimentos no exterior, de outro. Neste sentido, o primeiro grupo se caracteriza fundamentalmente por cultivar superfícies superiores a 10.000 ha e restringir seu campo de atuação às diferentes regiões de produção do país. O segundo grupo, das mega-empresas, caracteriza-se pelo cultivo de superfícies maiores que 100.000 ha na Argentina e nos demais países do Cone Sul (Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia), e por, em sua maioria, não pertencerem às tradicionais famílias de terratenientes do país. Entre elas, encontra-se a Los Grobo Agropecuária, CRESUD, El Tejar, MSU e Adecoagro. Ambos os grupos possuem dois tipos de organização empresarial: as empresas em rede, conformadoras de uma certa particularidade do modelo argentino, e as empresas de tipo mais tradicional, com origem e capital majoritariamente familiar e um maior nível de integração vertical da produção e de aquisição de capital fixo. Ao contrário, as empresas em rede, que também ficaram publicamente conhecidas como “pools de siembra”, terceirizam boa parte de sua produção, destinando-se a gerenciar ativos de diferentes acionistas, nacionais e internacionais, provenientes de diferentes setores da economia (MARTINELLI, 2008; GRAS E HERNANDEZ, 2016; SOSA, 2020). Assim, Gras e Hernandez, a respeito desta modalidade de organização produtiva, consideram que:

Estas tercerizan la mayor parte de las labores agrícolas y gerencian el capital de trabajo aportado por inversores privados, fondos de inversión locales, empresas de insumos, comercializadoras y/o acopiadores. Según explican estos empresarios, parte central de su expansión radica en una organización económico-financiera que les permite reducir costos de transacción y en las redes que logran establecer con esa estructura de gerenciamiento. Así, por ejemplo, una de las grandes empresas explota parte de los campos de manera asociada con una megaempresa: cada parte aporta capital y la compañía con base nacional se encarga del manejo y el seguimiento de los cultivos. Y su crecimiento está condicionado a la captación de aportes de capital de terceros (GRAS E HERNANDEZ, 2016, p. 254).

Portanto, o protagonismo destes novos atores sociais na cúpula empresarial de um “novo” mundo rural, definido pelas autoras como uma “ruralidad globalizada”, não apenas

supôs transformações técnico-produtivas, como reorganizou o horizonte simbólico do campo argentino. Neste processo, a terra perdeu relativa centralidade como elemento ideológico de identificação dos atores e classes sociais, convertendo-se em mais um espaço de valorização do capital financeiro. Isto forçou a adequação de boa parte dos grandes produtores e proprietários rurais a um novo capital social e simbólico, representante das exigências dos novos atores, capacidades e imaginários. Dessas redefinições das identidades e pertencimentos sociais, conformou-se a figura ideológica do empresário “inovador” e “sem terra” (posto que arrenda a maior parte das terras que cultiva, apesar do crescente movimento de compra de terras como investimento financeiro), gestor de uma rede de contratos calcada na redução dos riscos através da economia dos custos de transação, onde, supostamente, o capital estratégico não seria mais a propriedade da terra, mas o conhecimento – técnico e tecnológico – que permitiria gerar uma estrutura de governança mais eficiente. Esta nova representação hegemônica foi intensamente trabalhada por lideranças empresariais e suas associações, buscando universalizar no imaginário social o ideal de empresário “inovador” e de sua “empresa em rede” como únicos modelos possíveis de vida e de produção na “ruralidad globalizada” (GRAS E HERNANDEZ, 2016).

No Brasil, podemos considerar que um importante marco para o início da segunda etapa da modernização no campo se deu em 1982, com o calote mexicano e a crise da dívida latino-americana. Os impactos dessa crise sobre a política agrícola comprometeram consideravelmente seus fundamentos no Sistema Nacional de Crédito Rural, abrindo o que Delgado (2012) define como um tempo de “transição” (1982 – 1999) entre o que ele chama de período da “modernização conservadora da agricultura” (1965 – 1982) e o período recente da “economia do agronegócio” (a partir de 1999). Este período de transição, além de ter sido marcado pelos “constrangimentos” externos da crise internacional, foi o tempo da redemocratização e do estabelecimento de um novo marco legal pela Constituição Federal de

1988. No entanto, apesar das mudanças político-institucionais e dos limites que a crise econômica impôs à disponibilidade de crédito, este seguiu sendo o principal mecanismo de dinamização econômica do setor agrícola. Frente à necessidade de cumprir com os serviços da dívida externa, a agricultura foi mais uma vez chamada à condição de geradora de saldos na balança de comércio exterior. Segundo Delgado, a política agrícola e de crédito seguiram favorecendo uma estratégia ancorada na expansão “das exportações de produtos básicos e agroprocessados, que avançavam pela nova fronteira agrícola do Centro-Oeste” (DELGADO, 2012, p. 80). Este quadro mudou a partir dos anos 1990, primeiro com o governo Collor, depois com a definitiva virada neoliberal do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Neste período (1990–1998) foram desmontados os últimos vestígios da política agrícola varguista. O monopólio estatal da compra do trigo foi extinto. O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e a Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater) foram desmantelados, assim como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Também foi realizada a fusão de outros três órgãos de abastecimento na atual Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), reestruturando a gestão dos estoques públicos, diminuindo seu alcance regulatório. Por sua vez, o volume de crédito disponível no SNCR passou a se reduzir ainda mais (DELGADO, 2012). Finalmente, a aprovação da Lei Kandir em 1996 desonerou a exportação de bens primários *in natura*, mantendo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a exportação de bens manufaturados. Apesar de ter contribuído para seu objetivo original, que era a dinamização das agroexportações, esta política teve como consequência diminuir sensivelmente o processamento industrial da soja (para farelo e óleo), fazendo com que a exportação do grão *in natura* passasse de 5% em 1995 a mais da metade das exportações brasileiras de soja em 2011 (WESZ JR, 2014, p. 52). Isso tudo – em um cenário internacional de queda no preço das commodities e política de paridade

do plano real com o dólar– contribuiu para a diminuição da produção e da renda agrícola, assim como dos preços no mercado de terras, desacelerando o ritmo de expansão da produção e da fronteira agrícola. Foi somente após a crise de 1999 que, somada a uma nova conjuntura de alta dos preços internacionais das commodities, houve novo impulso à produção agroindustrial de larga escala, voltada para a exportação, dando fôlego renovado à expansão da fronteira agrícola ao longo de toda a década seguinte. Implementada durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, esta nova orientação seria aprofundada durante os governos do Partido dos Trabalhadores, após 2003. Suas principais diretrizes foram: um programa de investimento em infra-estrutura visando conectar as novas áreas de expansão ao mercado nacional e internacional; uma recomposição dos investimentos públicos em pesquisa agropecuária; a manutenção de uma regulação “frouxa” do mercado de terras; a mudança da política cambial, favorecendo as exportações; e, principalmente, a recomposição do SNCR, com crescente volume de crédito disponível nos Planos Safra da década de 2000 (HEREDIA ET AL, 2010; DELGADO, 2012).

O cenário da década de 2000 de um novo aumento no financiamento público da grande produção agroindustrial exportadora, ao se combinar com um novo ciclo de alta no preço internacional das commodities, posicionou o Brasil entre os principais alvos de interesse de investimentos financeiros no mercado futuro dos principais produtos de exportação do país e no mercado de terras. Neste sentido, a partir da virada do século, houve um significativo aumento dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil, sendo o montante destinado à agricultura sem precedentes históricos<sup>4</sup>. Além disso, identifica-se também um aumento na aquisição de terras por estrangeiros em velhas e novas regiões de fronteira agrícola (Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia). Estes

---

<sup>4</sup> Segundo Sauer e Leite, citando Duarte (2008), até 2000, “o setor primário participava com apenas 2,3% do total dos recursos estrangeiros investidos no Brasil, sendo que, em 2007, chegou a quase 14%, enquanto a expansão dos investimentos estrangeiros no setor industrial foi de 33,4% no mesmo período” (Sauer e Leite, 2012, p. 512).

dois movimentos sugerem um interesse em itens da pauta de exportações como soja, cana, floresta plantada e mineração. Após a crise financeira de 2008 e a corrida mundial por terras, alimentos e energia, intensificou-se ainda mais a entrada de atores financeiros internacionais atuando especulativamente na produção agroindustrial e no mercado de terras. Na tentativa de mitigar ou controlar esta tendência, foi publicado um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) – LA-01, de 19 de agosto de 2010 – que busca regulamentar a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil, retomando uma lei editada durante a ditadura militar – n. 5.709 de 1971 – a partir da defesa de que a mesma deveria ser acolhida pela Constituição de 1988. No entanto, apesar dessas preocupações, há pouco consenso acerca da sua pertinência e os atores financeiros internacionais interessados nestas transações têm encontrado diferentes formas de burlar as restrições da lei, se associando com empresas nacionais e tornando mais difícil o monitoramento deste processo (SAUER E LEITE, 2012).

No atendimento ao outro lado do espectro social de pequenos produtores e trabalhadores rurais, o Estado brasileiro, após a redemocratização e ao longo de governos de diferentes orientações partidárias, manteve a dualidade desigual no atendimento de políticas públicas para o campo que foi a base do Estatuto da Terra: de um lado, um marco institucional para realização da reforma agrária que não é cumprido; de outro, uma política agrícola que reproduz as abissais desigualdades nos recursos disponibilizados para a grande produção agroexportadora e a pequena produção familiar voltada para o mercado interno. Neste sentido, tanto no governo Sarney, como depois, no governo FHC, recorreu-se a uma estrutura institucional de dois ministérios. Enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), esteve dedicado ao atendimento da grande produção agroindustrial, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), durante a redemocratização, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do segundo governo FHC, ficaram responsáveis pela gestão dos programas de reforma agrária e das

políticas públicas para a pequena produção familiar. Além disso, em 1995, foi lançado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que passaria a ser pedra angular das políticas públicas para os pequenos produtores. Desde então, apesar dos volumes destinados ao Pronaf terem sido escandalosamente desiguais ao longo de todos os governos que se seguiram, o orçamento do programa cresceu consideravelmente, fazendo dele um importante modelo para políticas públicas voltadas para a pequena produção rural familiar na América Latina (SAUER, 2008; HEREDIA ET AL, 2010). Estas medidas respondem aos movimentos sociais do campo, que tiveram grande protagonismo no processo de redemocratização e no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Porém, se neste mesmo período houve alguns tímidos avanços na política de reforma agrária e no apoio à agricultura familiar, na segunda metade da década de 2000, a alta no valor do mercado de terras, o refluxo no movimento de ocupações de terra, a manutenção da política de fiscalização “frouxa” da função social da propriedade e a não atualização dos índices de produtividade das terras (que regulam o cumprimento da função social e seguem sem ser atualizados desde 1975), fizeram com que, a despeito do sucesso na realização de muitos assentamentos em diferentes partes do país, esta política tivesse um alcance muito limitado, aquém do que seria necessário para uma alteração substantiva da concentração da propriedade da terra (FERNANDES, 2013; DELGADO, 2012). Ao contrário, o censo de 2006, por exemplo, indicou uma forte tendência na acentuação da concentração da propriedade nos estratos mais altos, acima de 1.000 ha (SAUER E LEITE, 2012).

No campo do desenvolvimento tecnológico da produção, para além do já mencionado maior investimento em pesquisa agropecuária através da EMBRAPA e das universidades públicas, com profundo – e cada vez mais intenso – entrelaçamento financeiro, jurídico, técnico e político com grandes empresas nacionais e transnacionais (MENDONÇA, 2012), nos anos 1990 também se iniciou um importante debate público acerca do uso das

biotecnologias na agropecuária, particularmente no que consiste a aprovação de sementes transgênicas. Em 1995 foi criada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que passou a ser o órgão regulatório para a aprovação de novos organismos geneticamente modificados, dentre outras biotecnologias, contando no seu interior com representantes diretos e indiretos da indústria de insumos agropecuários. Refletindo o debate aberto pela aprovação da Soja RR da Monsanto nos Estados Unidos e na Argentina, foi feita uma primeira tentativa de aprovação da semente em 1998. Apesar de ter sido liberada pela CTNBio, uma ação junto ao Ministério Público foi movida por movimentos sociais e ambientalistas questionando o fato de não terem sido cumpridas as obrigações legais de realização de um Estudo de Impacto Ambiental, retardando a liberação definitiva do uso da Soja RR. Ao ser suspensa a decisão, em caráter liminar, abriu-se um intenso debate político que se arrastou até 2005, quando finalmente a Lei de Biossegurança regularizou o uso e aprovação de sementes transgênicas no país. Uma das principais referências para esta legislação foram dois acordos internacionais: a União Internacional para Proteção de Obtenções Vegetais (UPOV), a qual o Brasil aderiu, no ano de 1999, às diretrizes formuladas em 1978; e o Protocolo de Cartagena, assinado pelo Brasil em 2003 (BOSETTI, 2012; FONSECA E GUIVANT, 2018; TURCO E PAIVA, 2019).

Por fim, a estrutura de propriedade e produção permaneceu hiper concentrada, a despeito do avanço da fronteira agrícola e de algumas políticas de assentamento e investimento em agricultura familiar, não se refletindo em um processo de democratização do acesso a terra e a boas condições de produção. Ao contrário, a tendência da concentração parece ter se acentuado com a entrada ainda mais agressiva de capitais industriais, bancários e comerciais, nacionais e internacionais, na produção agrícola e no mercado de terras. Por essa razão, alguns estudos (GRAS, 2013; WESZ JR, 2014; SOSA, 2020) tem apontado que o modelo brasileiro, a diferença do modelo das empresas em rede da Argentina, preservou um

formato de organização empresarial da produção mais “tradicional”, baseado em um maior nível de integração vertical, em núcleos familiares como acionistas majoritários e em maior aquisição de capital fixo, principalmente terra e maquinário. Neste sentido, em meados dos anos 1990, 93% da superfície agricultável do país seria trabalhada diretamente por seus proprietários (GRAS, 2013). Apesar disso, mesmo assim, estes estudos reconhecem que tem havido um aumento da prática do arrendamento (ao redor de 20% no senso de 2006), especialmente nas propriedades de mais de 1000 ha (SOSA, 2020). Outra forma de organização industrial tem sido os chamados contratos de integração, muito comum nos grandes frigoríficos e na indústria do tabaco. Estes acordos são realizados com pequenos produtores regionais que são contratados para produzir segundo os padrões das grandes empresas contratantes, recebendo inclusive boa parte dos insumos e da tecnologia de produção. Assim, os pequenos produtores devem seguir a risca os padrões e metas de produção estabelecidos no contrato. Isso faz com que embora eles preservem a propriedade da terra, sua autonomia de trabalho fique completamente subordinada às demandas corporativas dos contratantes (BRUNO, 2016). Outro elemento que é destacado é a particularidade da estrutura de propriedade e produção de algumas regiões do sul do país, com um predomínio de pequenos e médios agricultores proprietários. Aqui chama a atenção a significativa redução dessas propriedades nas últimas décadas. As razões para isso são principalmente o parcelamento entre as novas gerações que não foram capazes de se reproduzir socialmente enquanto agricultores e migraram para as novas fronteiras agrícolas do país ou para os centros urbanos, vendendo suas terras para grupos maiores, o que contribuiu com um processo de concentração da propriedade nestas regiões. Por outro lado, muitos daqueles que conseguiram permanecer, ou se inseriram em um modelo de contrato de integração, ou em grandes cooperativas empresariais que se desenvolveram nas últimas décadas, especialmente em cultivos agroindustriais, como a soja, a cana, o leite, o café e a



laranja. Finalmente, há um expressivo contingente de trabalhadores assalariados sem ou com pouco acesso a terra. Ao verem seus postos de trabalho serem reduzidos pela mecanização das lavouras, muitos engrossam as periferias das grandes, medias e pequenas cidades, vivendo de trabalhos temporários seja nas sedes urbanas, seja na zona rural. Os que conseguem ficar, da mesma forma, além de sobreviver de seu próprio roçado, buscam trabalhos cada vez mais intermitentes entre o campo e as cidades (MARTINS, 2011).

Dessa maneira, como é possível perceber do exposto a cima, a segunda etapa da modernização conservadora da agricultura no Brasil e na Argentina se caracterizou, primeiramente, por uma forte entrada do capital financeiro na agricultura, seja pela extrema monopolização do mercado em algumas poucas empresas transnacionais, seja pela entrada de atores de fora do mundo da produção agropecuária, investindo especulativamente no mercado de terras e de commodities. Em segundo lugar, como forma de consolidar este processo na estrutura material do Estado restrito, foram verificadas diferentes iniciativas de revisão dos mecanismos de regulação do Estado sobre a produção agroindustrial, buscando fomentar sua expansão, ao mesmo tempo em que foram retirados e transferidos recursos de serviços públicos e de programas sociais de amparo à pequena e média produção familiar com pouca ou nenhuma capitalização. O apoio estatal à pesquisa e regulamentação para o uso de novas biotecnologias e mecanismos de gestão financeira e administrativa da produção também foi um pilar fundamental para a consolidação do modelo do agronegócio no final dos anos 1990. Por fim, estas transformações econômicas e institucionais intensificaram as transformações na estrutura social agrária dos dois países, acentuando exponencialmente a tendência de monopolização da produção e da propriedade da terra. Portanto, enquanto que na primeira etapa da modernização conservadora da agricultura, a partir da década de 1950, operou-se o bloqueio militar e ideológico à reforma agrária, disseminando a ideia de uma modernização meramente tecnológica, que na prática buscava reforçar as desigualdades sociais no acesso à

renda e à propriedade da terra, na segunda etapa, após os anos 1970, além deste discurso ter sido reforçado, ele foi acompanhado pela financeirização dos complexos agroindustriais e da propriedade da terra, pelo uso da transgenia na produção agropecuária e pela implementação de políticas públicas que regulassem essa nova realidade sócio-produtiva, intensificando de forma brutal a concentração dos mecanismos de controle sobre a produção agroindustrial e a propriedade da terra. O maior e mais significativo exemplo deste processo foi justamente o mercado da soja, principal commodity agropecuária dos dois países, que será destaque especial do tópico subsequente.

### **1.5. A “República Unida de la Soja” no Cone Sul**

O mercado de commodities na Argentina e no Brasil tem uma pauta diversificada e diferenciada entre si. No entanto, os dois países guardam em comum o fato de que eles albergam a maior parte da produção de soja no Cone Sul, conformando um território praticamente contínuo, sendo o cultivo que mais hectares utiliza das terras agricultáveis dos dois países. No primeiro caso, por exemplo, as principais exportações de origem agropecuária, no ano de 2010, foram: a soja e seus derivados, o milho, o trigo e a farinha de trigo, sorgo, girassol, malte, amendoim, arroz, peras, feijão, vinho, limão, carne de frango, carne bovina, leite em pó e tabaco (GRAS, 2013).

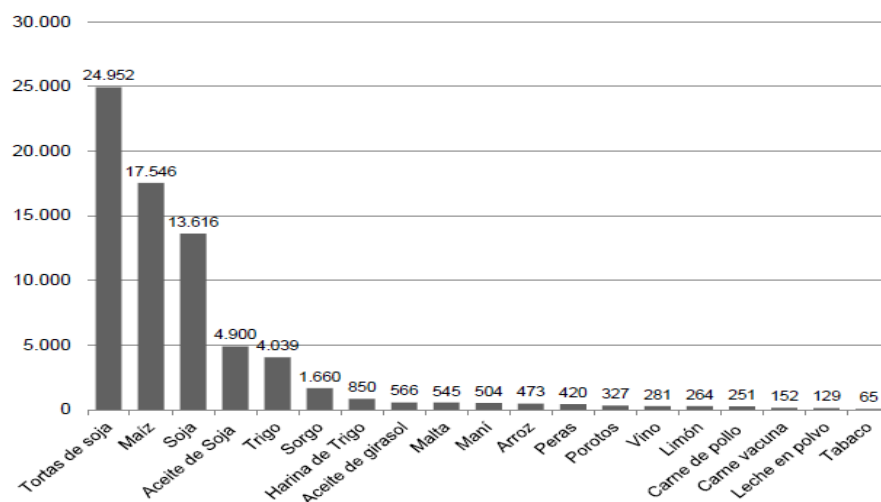


Gráfico 1. Principais exportações agropecuárias e de origem agropecuário da Argentina (em mil tons) ano 2010. Fonte: Gras (2013).

No caso brasileiro, as principais exportações agropecuárias e de origem agropecuário em 2010 foram, além da soja e seus derivados, o açúcar refinado e não refinado, milho, carne de frango, café, suco de laranja, carne bovina, algodão, tabaco e carne suína (GRAS, 2013).

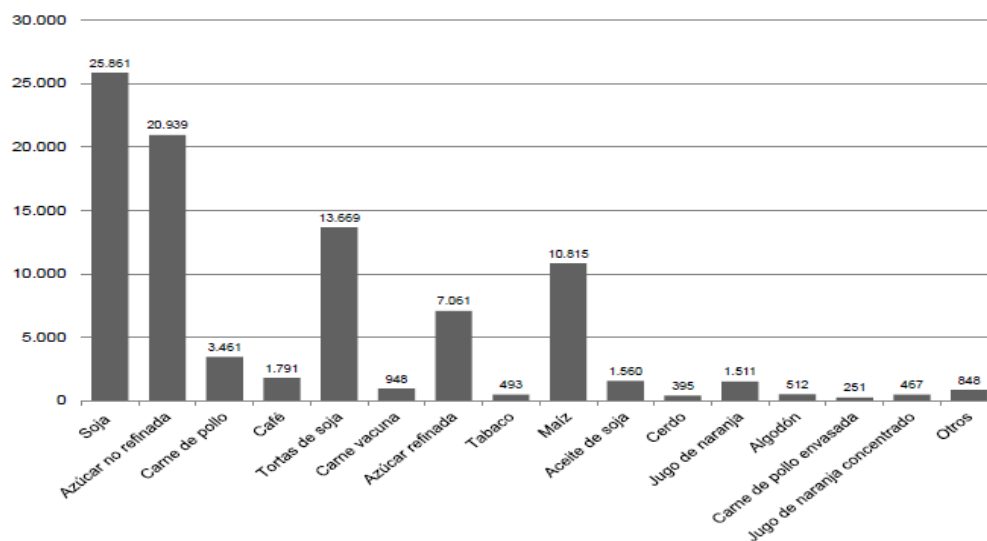


Gráfico 2. Principais exportações agropecuárias e de origem agropecuária do Brasil (em mil tons) 2010. Fonte: Gras (2013).

Portanto, apesar de substantivas diferenças entre os cultivos e produtos de origem agropecuária exportados pela Argentina e pelo Brasil – em grande medida influenciadas pelas diferenças geográficas entre uma agricultura majoritariamente de clima temperado e outra de

clima majoritariamente tropical – a soja rompeu quaisquer fronteiras, se tornando predominante nestes dois países ao longo dos últimos cinquenta anos e se expandindo para os demais vizinhos do cone sul, a saber, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Isto fez com que, embora o discurso hegemônico do agronegócio busque representar a totalidade das cadeias de produção agroindustriais existentes – “agro é tudo” – o mercado da soja tenha ganhado uma enorme importância relativa, engajando em suas cadeias de produção a maior parte das áreas de cultivo e dos capitais nacionais e transnacionais direcionados à agropecuária da região. Por esta razão, nos dedicaremos a caracterizar o mercado da soja no Cone Sul (com ênfase nos casos brasileiro e argentino), de forma a apontar, a partir desta cadeia produtiva particular, de que maneira o modelo de produção do agronegócio se organizou e se expandiu nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI.

A origem da soja é asiática e começou a ser cultivada na China há mais de cinco mil anos. Apesar de seu cultivo ter se espalhado para diferentes regiões do globo, este grão somente passou a ser utilizado em escala industrial a partir da segunda guerra mundial. Desde então, a tendência tem sido de crescimento de sua produção e consumo, visando atender principalmente a produção de óleo vegetal e ração animal (aves, bovinos e suínos). Até os anos 1960, a área colhida com soja se encontrava principalmente nos Estados Unidos e na China. A partir daí, houve uma significativa expansão para a Índia e o Cone Sul. Assim, na virada do milênio, o Brasil já havia assumido a segunda posição deste ranking e a Argentina vinha em terceiro lugar, seguida de China e Paraguai. Em 2011, juntos, Estados Unidos, Brasil e Argentina representavam 85% do total das exportações de soja em grão e 72,4% das exportações de óleo de soja. Entre as razões apontadas para dito crescimento estão o aumento da demanda para consumo humano e animal (puxadas pelo intenso processo de urbanização vivenciado nas últimas décadas em países emergentes e periféricos, com particular destaque para a China) e a produção de agrocombustíveis como alternativa

energética estratégica. Dessa maneira, os principais importadores deste mercado são a Europa e a China, sendo que a segunda ultrapassou a primeira como principal compradora de soja no mercado internacional. Apesar de não ser uma grande produtora de grãos, a Europa, por sua vez, figura entre um dos principais exportadores de óleo e farelo de soja, uma vez que países como Holanda, Alemanha e Espanha importam o grão *in natura*, processam em seus países e revendem no mercado internacional. Isto evidencia uma divisão do trabalho em um mercado em que não necessariamente quem cultiva o grão realiza o seu beneficiamento (WESZ JR, 2014).

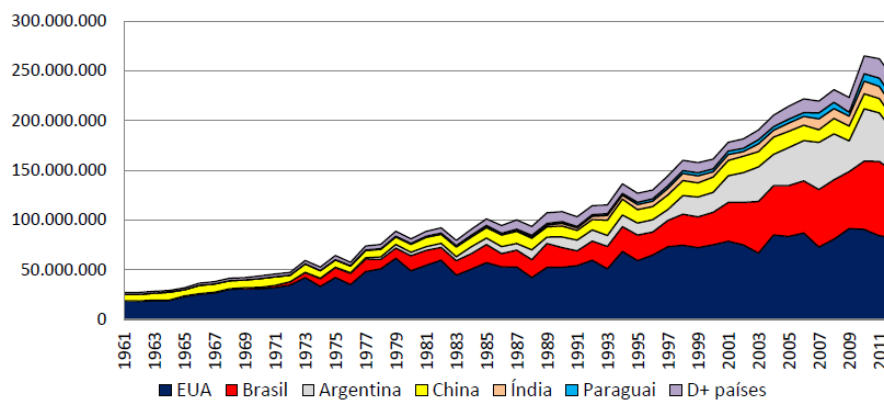


Gráfico 3. Produção mundial de soja, em toneladas, por país (1961 - 2012). Fonte: Wesz Jr. (2014).

Assim, de 1970 a 2010, a área plantada de soja no Cone sul cresceu mais de trinta vezes. Sendo a principal região de expansão do cultivo, passou de representar 4% da produção mundial na década de 1970, para ser responsável por mais da metade do que foi produzido no globo no ano de 2011. Embora Brasil e Argentina predominem com 50% e 40%, respectivamente, da produção regional, Uruguai, Paraguai e Bolívia têm apresentado crescentes taxas de expansão (WESZ JR, 2014). Isto faz com que o aumento da produção se dê tanto em termos de produtividade, como em termos de expansão da área cultivada,

incidindo sobre áreas anteriormente ocupadas por outros cultivos ou avançando sobre novas áreas de fronteira agrícola.

Na Argentina, o cultivo avançou originalmente pela região pampeana, com clima temperado (ideal para a soja), ocupando o lugar de outras atividades agropecuárias anteriormente predominantes na região, como a pecuária e o trigo. Mais recentemente o cultivo tem se expandido para as províncias mais ao norte (Santiago del Estero, Salta, Chaco, Formosa), se adaptando com tecnologia às condições climáticas e ambientais mais adversas da região, de clima mais quente. No caso do Brasil o cultivo se expande a partir da região sul, onde as condições de clima temperado se aproximam aos pampas argentinos. Com a adaptação de cultivares ao clima tropical e ao solo dos Cerrados e da Amazônia, a produção brasileira se expandiu progressivamente para estados dessas regiões. No caso do Paraguai, a produção se encontra principalmente ao sul do país, junto à tríplice fronteira com o Brasil e a Argentina, enquanto que no Uruguai a mesma está mais concentrada na porção ocidental do país, junto à fronteira com a Argentina. Na Bolívia, por sua vez, a produção está localizada nas terras baixas da província oriental de Santa Cruz de la Sierra. Assim, o mapa a seguir ilustra o processo de expansão geográfica da produção de soja nos cinco países do Cone Sul ao longo dos últimos cinquenta anos, permitindo a mensuração territorial do alcance da trama política da hegemonia do agronegócio na região no período em questão (WESZ JR, 2014).

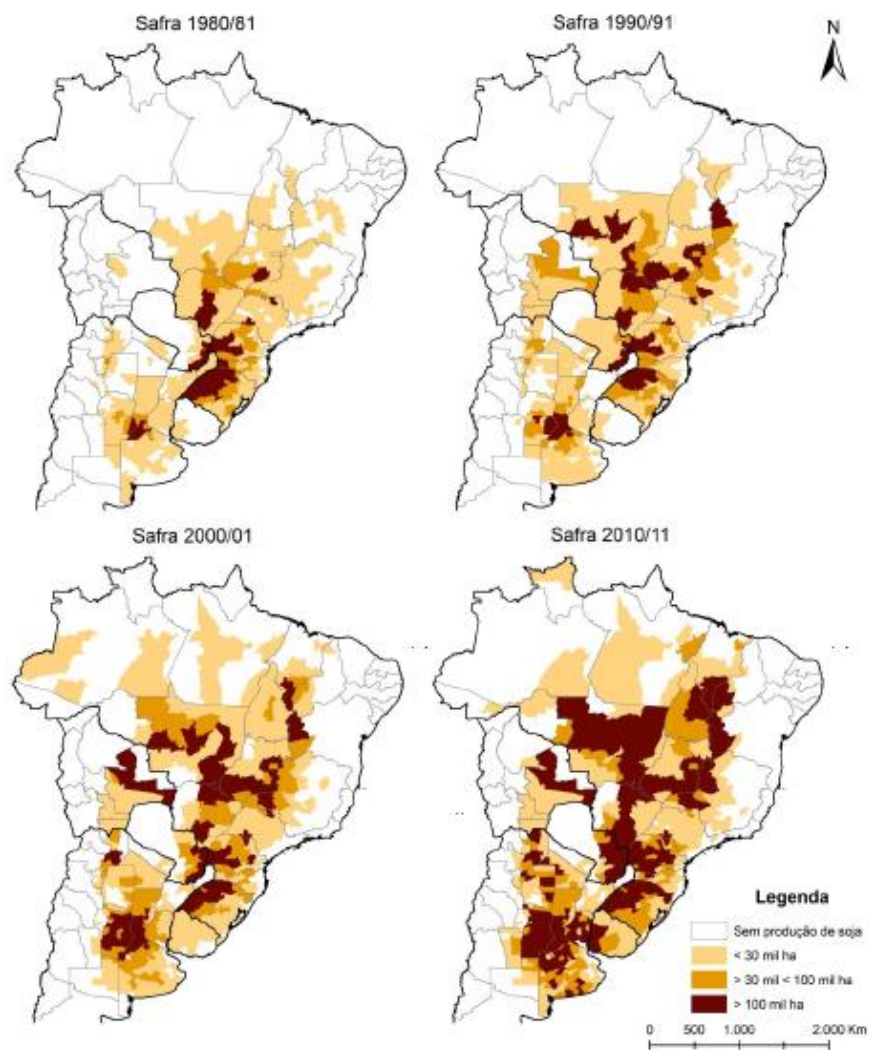


Figura 1. Área cultivada com soja no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Fonte: Wesz Jr (2014).

No Brasil, a soja começou a ser cultivada no início do século XX por pequenos produtores da região sul. No entanto, até os anos 1950 permaneceu com uma produção localizada. A partir daí, tanto algumas políticas públicas – como o incentivo estatal à rotação soja-trigo – quanto o crescente interesse no mercado internacional na produção do grão, contribuíram para que se tivesse início uma trajetória de crescimento da produção. Intensificado especialmente durante a ditadura militar, o crescimento do cultivo de soja no Brasil também foi impulsionado pelo conjunto de políticas agrícolas da modernização conservadora, que fomentou uma produção agroindustrial de larga escala e intensiva em

capital e tecnologia. Apesar de algumas baixas pontuais ao longo dos anos 1980 e 1990, a produção brasileira de soja apresentou uma trajetória de expansão exponencial, conforme atesta o gráfico a seguir (WESZ JR, 2014).

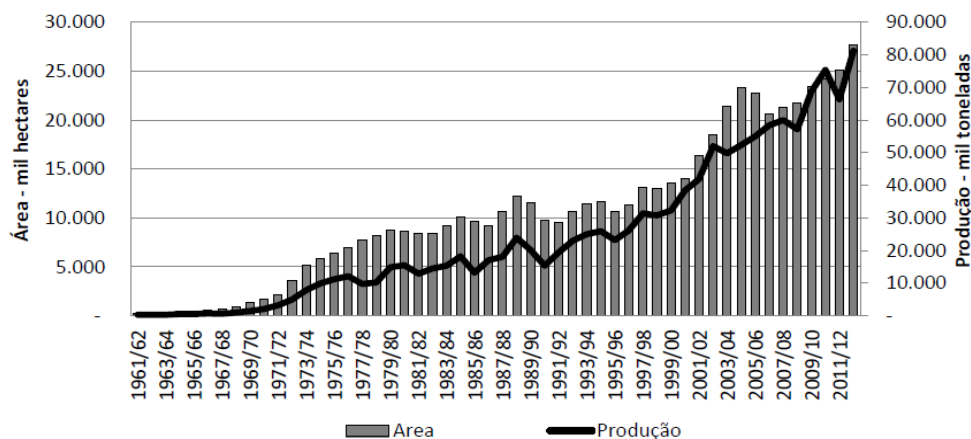


Gráfico 4. Área cultivada (em mil há) e produção de soja (em mil ton) no Brasil (1961/62 a 2012/13). Fonte: Wesz Jr. (2014).

Embora o mercado interno consuma um montante não desprezível desta produção, a maior parte da soja produzida no Brasil é destinada à exportação. Por exemplo, em 2012, 71% da soja colhida foi vendida para o exterior. Desde a aprovação da lei Kandir em 1996 até 2014, a exportação sem nenhum tipo de beneficiamento do grão aumentou em quinze vezes. Enquanto isso, foi patente a redução da produção nacional de óleo e farelo de soja, ficando esta praticamente limitada à demanda do mercado interno (que foi estimulado pelos programas de desenvolvimento da produção de biodiesel e pela produção de proteína animal) (WESZ JR, 2014).

Esta expansão se realizou na base de uma brutal concentração da produção e da propriedade. Entre 1975 e 2016, apesar de ter havido um aumento de 216% na área cultivada e de 430% na produção, o número de produtores que cultivavam soja foi reduzido à metade. Além disso, neste período, houve uma acentuada redução no estrato de produtores de soja



com menos de 100 ha, mesmo que a produção de pequeno e médio porte tenha se mantido expressiva (em 2006 os produtores com menos de 10 ha representavam 18% dos estabelecimentos produtores de soja). Na outra ponta, os estratos produtores de áreas superiores aos 100 ha tiveram um expressivo aumento, fazendo com que, em 2006, menos de 3% dos produtores detivessem o controle de 50% da produção nacional de soja. Neste cenário, a maioria (80%) parece ser proprietária das terras que cultivam, deixando um reduzido espaço para o arrendamento, a parceria ou outras formas de acesso à terra (WESZ JR, 2014).

Além disso, nos diferentes elos da cadeia produtiva, da concessão do crédito e aquisição de insumos, ao armazenamento, processamento, transporte e comercialização, passando pela produção agrícola, o mercado da soja apresentou uma intensa tendência de monopolização entre grandes empresas transnacionais dos segmentos produtivos e algumas poucas grandes empresas nacionais. Esta concentração tem sido resultado de um processo de fusões e aquisições de atores de menor escala. Na produção da soja propriamente dita, destacam-se empresas nacionais como Bom Futuro, Amaggi, SLC Agrícola e Vanguarda Agro (cada uma delas cultivava mais de 140 mil ha de soja na safra 2012/13). Entre as empresas transnacionais, em 2014, destacam-se as mega-empresas argentinas (Los Grobo, Adecoagro, El Tejar, MSU, Cresud, Calyx Agro), norte-americanas (Tiba Agro, Teachers Insurance and Annuity Association - College Retirement Equities Fund, etc. ) e chinesas (Chongqing Grain Group, Pengxin Group e a estatal COFCO). Na indústria de insumos, a concentração é ainda maior. A indústria de máquinas é controlada por apenas cinco grandes empresas: AGCO, CNH, John Deere, Valtra e Agrale. Na produção de fertilizantes, em 2008, um pequeno grupo de empresas (Bunge, Fertipar, Mosaic, Yara e Heringer) controlava 86% do mercado. Em 2010, a oferta de defensivos agrícolas era disputada por oito empresas multinacionais, que lideravam as vendas nesta ordem: Syngenta, Bayer, Basf, Monsanto,

DuPont, Dow, Makhteshim e FMC. Finalmente, nos segmentos à jusante, as firmas ABCD (ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus), juntamente com a nacional Amaggi, de propriedade de Blairo Maggi (chamado no Brasil, por alguns, como Rei da Soja, ex-governador do Mato Grosso e ex-ministro da Agricultura no governo de Michel Temer – 2016/2018), dominam o mercado de armazenamento, processamento, transporte e comercialização. Além disso, estas empresas também investem nos demais segmentos a montante do complexo agroindustrial da soja. Assim, em 2010, estas cinco empresas dominavam “50% da capacidade de esmagamento da oleaginosa, 65% da produção nacional de fertilizantes, 80% do volume de financiamento liberado pelas tradings ao cultivo da soja e 85% do grão comercializado no país (por meio da compra junto aos produtores, cooperativas e revendas de insumos)” (WESZ JR, 2014, p. 40).

Embora a soja na Argentina seja utilizada de modo experimental desde o início do século XX, assim como no Brasil, seria a partir dos anos 1960, com algumas políticas públicas de assistência técnica para o desenvolvimento da rotação soja-trigo, que a soja começaria a despontar como cultivo de relevância na produção agrícola nacional. Mesmo assim, neste momento, o volume de produção era muito limitado e estava particularmente concentrado na província de Misiones, na fronteira com o Rio Grande do Sul, justamente onde mais se desenvolveram os primeiros cultivos com Soja no Brasil. A partir do final desta década e nas duas seguintes a soja construiu uma trajetória de expansão quase permanente, com poucas e pouco expressivas quedas no crescimento da produção. A partir da segunda metade dos anos 1990, coincidindo com a liberação da Soja transgênica da Monsanto e com a tendência de alta nos preços internacionais das commodities, o processo de expansão do cultivo se acentuou exponencialmente. Após a crise de 2001, com a mudança na política econômica, com a desvalorização do câmbio, a ampliação da produção prosseguiu a grande velocidade (WESZ JR, 2014).

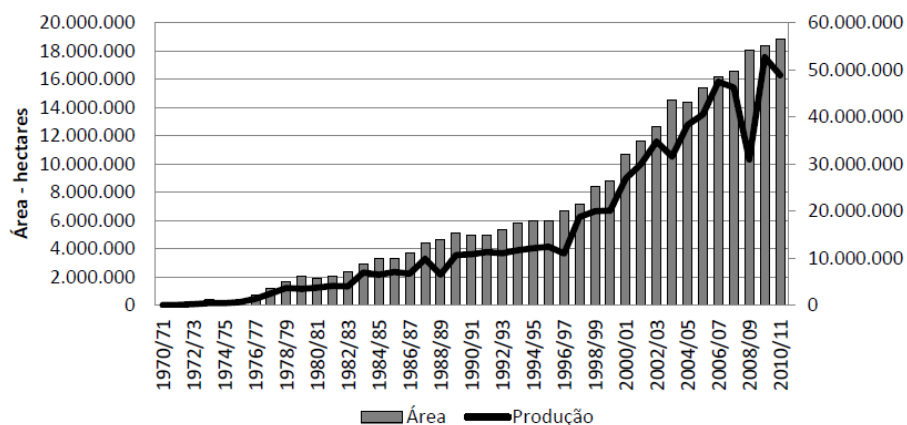


Gráfico 5: Área cultivada e produção de soja na Argentina (1970/71 a 2010/11). Fonte: Wesz Jr. (2014)

Como apontamos anteriormente, este processo se deu, em grande medida, deslocando outras culturas agropecuárias, como milho, sorgo, girassol, algodão, forrageiras, constituindo um processo que foi chamado de “sojización” dos campos argentinos (DOUGNAC, 2016). A maior parte da soja produzida na Argentina vai para a exportação. O consumo interno representa 15% do mercado e em sua maioria é processado como farelo para ração animal e como óleo vegetal para a indústria do biodiesel (fomentada pela Lei 26093 de 2006, que incentiva a produção deste tipo de agrocombustível, obrigando, a partir de 2010, a mistura de 7% de biodiesel aos combustíveis convencionais). Ao contrário do Brasil, a Argentina é uma grande beneficiadora da soja que cultiva, fazendo do país líder mundial nas exportações de farelo e óleo de soja. Mesmo assim, a venda do grão no mercado internacional também é expressiva, fazendo o país figurar como terceiro país que mais exporta soja *in natura* (WESZ JR, 2014).

Uma brutal concentração da produção e do acesso à propriedade tem sido atestada na produção de soja argentina. Em 2007, os estabelecimentos de até 50 ha, representando 13% dos produtores de soja, respondiam por apenas 1% da área cultivada. Enquanto isso, aqueles que cultivavam mais de 1000 ha, eram responsáveis por mais da metade da área cultivada e

por 12% do total de unidades produtivas. Em 2010, os números apontavam para uma desigualdade ainda mais acentuada, com 50% da soja plantada no país sendo produzida por 2,6% de produtores, cujas médias de área cultivada superam os 5000 ha. Além disso, outros dados apontam para uma redução de 20% no número de estabelecimentos agropecuários entre os censos de 1988 a 2002 (WESZ JR, 2014). Como já apontamos, a expansão da soja na Argentina foi feita em grande medida com base em contratos de arrendamento. No entanto, a valorização do preço das terras neste período acompanhou o crescimento da produção nacional de soja, impactando as possibilidades de acesso à terra, tanto por meio da compra, quanto pela via do arrendamento. Esta dinâmica expulsou boa parte dos produtores que não alcançaram uma escala competitiva para a dinâmica de um mercado de grandes *players*, funcionando como base do processo de concentração da produção e do acesso à propriedade da terra.

Neste sentido, também tem sido verificado um intenso processo de fusões e aquisições em distintas partes da cadeia agroindustrial da soja, com o fortalecimento dos atores com maior escala e capitalização, nacionais e transnacionais. Além da atuação das mega-empresas argentinas (El Tejar, Los Grobo, Adecoagro, MSU, Cresud e Calyx Agro) atuando diretamente na produção do grão, mas também em outras etapas a jusante e a montante da cadeia produtiva, há também uma agressiva participação de transnacionais na indústria de insumos (BASF, Bayer CropSciences, Dow, Monsanto, DuPont/Pioneer, Syngenta e Nidera). Nos segmentos a jusante do complexo soja, além das mega-empresas argentinas já mencionadas, há uma importante participação de outras três grandes empresas transnacionais: Aceitera General Daheza (AGD), Molinos Río de la Plata e Vicentin. Das empresas transnacionais, além da predominância das firmas ABCD, a Nidera e a Noble (que possuem capitais majoritários da estatal chinesa Cofco) também aparecem com peso, tanto na indústria de insumos, como no armazenamento, processamento, transporte e comercialização da

produção. Por fim, diferente do Brasil que constituiu grandes cooperativas empresariais capazes de competir com ganhos de escala, possuindo uma importante presença no mercado da soja nacional, na Argentina, as cooperativas parecem ter tido maiores dificuldades para se manterem competitivas. Mesmo assim, a Asociación de Cooperativas Agrarias (ACA), como maior cooperativa do país, permanece com um nível de produção significativo para as exportações do país (WESZ JR, 2014).

Finalmente, o mercado da soja nos demais países do Cone Sul, resumidamente, tende a reproduzir em maior ou menor medida a influência do Brasil e da Argentina. Todos reproduzem um modelo de hiper concentração da produção e do acesso à propriedade, com empresas de grande escala e intensivas em capital e tecnologia, boa parte delas estrangeiras (principalmente as firmas ABCD e as subsidiárias da estatal chinesa Cofco), e uma produção principalmente voltada para a exportação. O Paraguai é o terceiro produtor da região, embora possua uma predominância de empresários brasileiros, chamados brasiguaios (estima-se, representam 10% da população paraguaia e 80% da soja produzida no país), também conta com uma importante presença de grupos argentinos no controle da produção. A introdução da soja começou a ser fomentada pelo Estado durante a ditadura de Pedro Strossner (1954 – 1989). Além disso, contando com marco regulatório semelhante ao brasileiro, o Paraguai desonerou a exportação de matérias primas, privilegiando a venda da soja in natura. No Uruguai, por sua vez, são as empresas argentinas que dominam, exportando seu modelo de gestão da produção para o país, inclusive a preferência pelo arrendamento das terras cultivadas. Embora a introdução do cultivo tenha sido realizada nos anos 1960, e durante a década de 1970 tenha sido promovido um programa do governo uruguaio com Taiwan para o desenvolvimento tecnológico da produção de soja, o “boom” da soja no país foi mais tardio, deslançando somente na primeira década do século XXI. Na Bolívia, a introdução da Soja remonta à estratégia do Estado nacional de colonizar as terras baixas da porção oriental do

país, no departamento de Santa Cruz de la Sierra, após a Revolução Nacional de 1952. Ao serem assentados colonos japoneses e paraguaios menonitas, estes se dedicaram à produção de soja na região para auto-consumo. Foi a partir dos anos 1970 que a produção para comercialização passou a ter um crescimento sustentado, contando com sucessivos programas de apoio dos governos nacionais. Nos anos 1990 houve um novo salto na expansão do cultivo. Para além de um ambiente externo cada vez mais favorável, a combinação do projeto “Tierras Bajas del Este” (convenio do governo boliviano com o Banco Mundial e KFW da Alemanha), o acordo de livre comércio com os países andinos e a entrada expressiva de produtores brasileiros na região, impulsionaram definitivamente a expansão da produção de soja na Bolívia, que tem sido majoritariamente exportada para os vizinhos andinos (Colômbia, Venezuela, Peru, Equador e Chile). Por isso, o mercado boliviano da soja tem sido dominado, principalmente, por produtores brasileiros (muitos em associação com bolivianos), mas também por descendentes de paraguaios menonitas e japoneses (WESZ JR, 2014).

Em síntese, foi em razão desta expansão territorial que a transnacional Syngenta, em uma peça publicitária lançada em 2003, qualificou a região do Cone Sul como a “República Unida de la Soja”, revelando sua visão estratégica sobre a região, bem como seu cuidado em valorizar simbolicamente que “la soja no conoce fronteras”. Após ser introduzida e incentivada por importantes programas promovidos pelos Estados nacionais do Cone Sul, ao longo dos últimos cinquenta anos, e particularmente a partir da segunda metade dos anos 1990, a produção de soja viveu um reconhecido “boom”. A maior parte de sua produção está voltada para atender à crescente demanda internacional, mas o consumo interno para a produção de biocombustíveis e ração animal também contribuiu para a expansão do cultivo. Enquanto a Argentina e a Bolívia apresentam uma grande capacidade de processamento da soja produzida, exportando principalmente óleo e farelo de soja, o Brasil e o Paraguai

apresentam uma reduzida capacidade de beneficiamento industrial. O Uruguai, por sua vez, exporta sua soja toda *in natura*, principalmente pelas empresas argentinas, para beneficiamento no país vizinho. Embora Brasil, Bolívia e Paraguai tenham contado historicamente com alguns programas localizados de colonização e apoio à pequena produção familiar, a concentração da produção e do acesso à propriedade da terra tem sido brutal em todos os países do Cone Sul, sem exceção, revelando um modelo hiper-concentrador de todas as etapas de produção do complexo agroindustrial da soja, dominadas em grande medida pelo mesmo conjunto de empresas transnacionais em conjunto com alguns poucos grandes grupos nacionais, dominando as maiores fatias do mercado. Entre os grupos internacionais, predominam empresas de origem norte-americana ou europeia. No entanto, uma crescente participação da China tem sido identificada, especialmente através da estatal Cofco. Entre os grupos nacionais, destaca-se existência de dois grandes modelos, um mais tradicional, mais associado ao que ocorre no Brasil, e outro mais particular, das mega-empresas argentinas já mencionadas (WESZ JR, 2014).

Vejamos a seguir, o histórico institucional de representação dos grandes empresários, produtores e proprietários rurais que protagonizaram esta expansão da soja pelo Cone Sul, bem como de outros cultivos componentes dos principais complexos agroindustriais do Brasil e da Argentina.

## **1.6. Ação e organização política dos atores sociais no campo: hegemônias e contra-hegemônias**

Neste último ponto do capítulo interessa apresentar em linhas gerais o mapa político-institucional das principais representações de proprietários, produtores e empresários rurais na história do Brasil e da Argentina, de modo a situar o leitor em relação ao contexto político

em que as associações estudadas na tese foram criadas, bem como os seus respectivos discursos e posicionamentos em relação às diferentes forças de representação de interesses que atuam historicamente na disputa e construção do modelo de desenvolvimento econômico e social do campo brasileiro e argentino. A revisão bibliográfica indica que em cada fase da história política e econômica do mercado mundial e do capitalismo nacional, houve uma rodada de significativas transformações institucionais, reorientando velhas lideranças e organizações e fazendo surgir novas gerações de representantes e formas de ação coletiva e direção moral e intelectual. Neste sentido, a cada etapa da modernização capitalista do Brasil e da Argentina, podem ser identificadas diferentes combinações de dirigentes e organizações que protagonizaram a sua afirmação no mundo rural e na produção agropecuária. No caso do processo de afirmação hegemônica do modelo do agronegócio a partir da década de 1990, a crise de representação de tradicionais entidades representantes de grandes proprietários, produtores e empresários rurais foi uma importante tônica para a reorganização das mesmas e o surgimento de novas associações empresariais atuantes no setor. Vejamos a seguir um breve histórico do processo de construção deste mapa institucional, considerando três períodos históricos, segundo a seguinte classificação: a) pré-revolução verde, do final do século XIX até meados do século XX; b) pós-revolução verde, entre meados do século XX e a década de 1980; e c) o tempo do agronegócio, pós 1990.

Na primeira fase, a mais antiga associação é a Sociedade Rural Argentina (SRA), fundada em 1866, como uma das primeiras associações civis da burguesia nacional. Desde as origens a SRA organizou a elite crioula “*terratienete*” de Buenos Aires, que colonizou os pampas argentinos promovendo a expansão da fronteira agrícola sobre os territórios indígenas a oeste do país através da auto-intitulada “*conquista del desierto*”, cujo líder mais proeminente foi o general e presidente da república Julio Argentino Roca. Neste sentido, historicamente, esta associação reuniu em sua direção próceres do mundo político e



intelectual argentino da segunda metade do século XIX, consagrando-se como um dos mais prestigiados espaços de organização política de grandes proprietários, produtores e empresários rurais argentinos até o tempo presente. (PANERO, 2013; 2019).

A agenda política e a retórica da SRA pertencem ao campo do discurso liberal-conservador sobre o modo de vida e de produção no agro pampeano, que tem disputado e dominado em grande medida o seu imaginário social e político (BALSA, 2012). Portanto, a entidade tem sido uma importante porta-voz na busca por limitar a intervenção do Estado sobre as desigualdades sociais e econômicas da questão agrária e defender o monopólio da produção e da propriedade da terra, limitando ao máximo a ação estatal para a regulação de possíveis “distorções” no funcionamento do mercado que eventualmente desfavorecessem suas bases sociais de grandes produtores e exportadores. Além disso, o discurso da entidade valoriza as vantagens comparativas do agro argentino, naturalizando seu destino como exportador de bens agropecuários para o mercado mundial e como única via para o alcance do desenvolvimento econômico e do bem-estar geral da nação. Finalmente, como o conservadorismo ideológico não necessariamente significa uma posição refrataria ao uso e incorporação de novas tecnologias de produção, já nos seus primórdios, a SRA foi uma ativa difusora do uso do melhoramento genético na criação do gado e das pastagens, do cercamento dos campos com arame (uma vez que a escassez da madeira disponível nos pampas dificultava o cercamento tradicional), moinhos de vento, refrigeração das carnes, entre outras tecnologias de ponta do início do século XX (PANERO, 2013; 2019). Este processo se dava não só através da pressão política exercida pela mobilização de seus discursos em diferentes espaços da sociedade civil, como também pela ocupação de estratégicos espaços do Estado nacional e do mundo acadêmico, estabelecendo, por exemplo, vínculos estreitos com a fundação das duas primeiras escolas de agronomia do país,

vinculadas à Univerdad Nacional de La Plata (1883) e Universidad de Buenos Aires (1909) (GIRBAL-BLACHA, 1992).

Sendo a única referência de associação civil dos setores sociais dedicados à vida e à produção no campo – hegemonizando sua representação política e simbólica nos áureos tempos da exportação de trigo e carne bovina no final do século XIX, a SRA viu surgir um amplo espectro de organizações sociais e políticas no campo argentino ao longo do século XX. Conforme o processo de modernização econômica avançou, com a progressiva mecanização, industrialização e financeirização da produção agropecuária e consequente diversificação e complexificação das cadeias produtivas, novas associações de produtores, proprietários e empresários rurais foram surgindo, deslocando relativamente a entidade de seu antigo protagonismo, mas preservando seu valor simbólico de entidade mais antiga e tradicional da classe dominante agrária argentina. Neste sentido, a primeira dissidência foi realizada pela fundação da Federação Agrária Argentina (FAA), após o Grito de Alcorta de 1912, que mobilizou os pequenos e médios produtores arrendatários contra o alto custo das cobranças feitas pelos grandes proprietários de terra organizados na SRA. Este evento, marcou o surgimento dos chacareros como atores políticos do mundo rural argentino, identificado-se entre si por terem um estilo de vida pautado por sua condição de pequenos e médios arrendatários ou proprietários que se dedicavam a uma produção familiar direcionada principalmente para o mercado. A FAA tornou-se a principal organização política que pautou a reforma agrária e a democratização das políticas públicas para o campo na história argentina, tendo sido, em seu tempo, uma importante base política rural do peronismo. Nas últimas décadas, porém, com o “desvanecimiento do mundo chacarero” e a afirmação da economia e da sociedade do agronegócio no país, esta entidade além de ter experimentado um significativo esvaziamento social, se distanciou de suas bandeiras históricas, alinhando-se politicamente em alguns aspectos às tradicionais entidades dos grandes produtores,

proprietários e empresários rurais argentinos, aderindo parcialmente à agente de internacionalização, empresarialização e terceirização das atividades de produção agropecuária (PANERO, 2013).

Por outro lado, na década de 1930, a SRA sofreu com uma dissidência interna à fração de classe dos grandes proprietários e produtores da pecuária bovina da época. Com a mudança das condições gerais da economia e da política mundial e com a progressiva afirmação no cenário nacional da política de industrialização por substituição de importações, traçou-se uma nova linha de diferenciação e de conflitos internos que refletiam maiores dificuldades para a exportação de carne bovina e uma maior diversificação das cadeias produtivas, especialmente entre aqueles setores destinados à criação do gado e aqueles destinados à engorda e exportação (“invernaderos”). A crise do mercado mundial em 1929, associada às mudanças na orientação do Estado para a promoção da industrialização, acentuou as diferenças nos interesses imediatos e corporativos destes dois grupos. Enquanto o primeiro grupo era mais vulnerável às oscilações nos preços das terras, dos insumos e da produção; o segundo, associado aos grandes frigoríficos de exportação nacionais e internacionais, além de dominar historicamente a direção política da SRA, possuía maior poder de barganha junto ao Estado e aos demais segmentos das cadeias produtivas a montante e a jusante. Foi assim que em 1932 os pecuaristas mais dedicados à criação formalizaram sua dissidência, fundando a Confederación de Asociaciones Rurales de Buenos Aires e La Pampa (CARPAB). Buscando disputar os novos espaços da sociedade política de regulação da produção e do mercado agropecuário, estes grupos foram progressivamente se fortalecendo e expandindo, com a criação de outras dissidências regionais nas demais províncias do país, levando à fundação em 1942 das Confederaciones Rurales Argentinas (CRA), uma articulação da CARPAB com as auto-intituladas “Sociedades Rurales del Interior” que estabeleceu uma contraposição simbólica às fortes origens portenhas da SRA, de seus

dirigentes históricos e de sua base social de “invernaderos” e frigoríficos exportadores (PANERO, 2019; MAKLER, 2019).

Os governos peronistas na década de 1940 e 1950 contribuíram no aprofundamento desta diferenciação oferecendo garantias aos pecuaristas dedicados à criação, o que lhe rendeu relativo apoio da CARBAP e das CRA a suas políticas para o campo. No entanto, além das duas associações terem como núcleo de sua visão de mundo o discurso liberal-conservador que foi fundador da SRA, após conflitos pelo registro jurídico da CARBAP com o governo peronista da província de Buenos Aires, em 1955, o complexo liderado pela mesma se afastaria definitivamente de Perón, fazendo com que nos anos seguintes ao golpe que lhe apeou do poder, as suas direções se reaproximassem dos antigos interesses organizados na SRA. Favorecendo este processo, estiveram as novas condições técnicas e econômicas que emergiram ao longo da segunda metade do século XX e fizeram com que a diferenciação entre produtores destinados à criação e produtores destinados à engorda e exportação tenha perdido relativa significância, levando a uma progressiva superposição nas bases sociais de “La Rural” com as do complexo CARBAP/CRA (MAKLER, 2019).

No caso do Brasil, até os anos 1960, a representação de grandes proprietários, produtores e empresários rurais esteve dividida e disputada entre duas organizações, que lideravam diferentes segmentos econômicos e regionais da produção agropecuária nacional. A primeira delas foi a Sociedade Nacional da Agricultura, fundada em 1897, com sede no Rio de Janeiro. Criada dentro do contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a primeira associação civil de grandes proprietários do país tinha como objeto responder aos desafios técnicos e produtivos colocados por este processo de modernização da economia nacional. Combinando uma visão tradicionalista pautada pela referência no movimento político ideológico do “ruralismo” francês, com uma perspectiva econômica predominantemente liberal, o discurso da associação defendia um retorno às raízes de um

modo de vida rural, evocando o que seria uma suposta vocação eminentemente agrícola do país em contraste com a intensa industrialização e urbanização vivenciadas a partir do século XIX, primeiro na Europa, depois nas Américas. Ao mesmo tempo, seu discurso também apontava para a defesa de uma maior capacitação técnica da produção através do recurso à educação e à inovação científica no processo de organização da produção (MENDONÇA, 1997).

Ao contrário da SRA na Argentina, a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) brasileira, embora representasse as classes proprietárias da maior parte dos estados do país, teve como principal particularidade o fato de que ela não organizava os interesses da burguesia cafeeira paulista, fração de classe que então se afirmava como hegemônica no Estado brasileiro. Neste sentido, a SNA representou historicamente as frações menos dinâmicas das classes proprietários de outros estados da federação, do sul, do sudeste e do nordeste, particularmente aqueles associados ao complexo açucareiro, algodoeiro, pecuarista e cerealífero. Destacaram-se em sua fundação especialmente segmentos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco, que progressivamente foram priorizando a produção de bens de consumo para o mercado interno, constituindo-se em um importante contraponto político à hegemonia paulista na disputa de recursos do Estado para o atendimento de suas necessidades específicas, que frequentemente divergiam dos interesses da agroexportação do café. Uma vez que os representantes da cafeicultura paulista detinham o comando do ministério da fazenda, controlando o coração econômico do Estado nacional, a SNA impulsionou uma campanha para a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), que finalmente foi instituído em 1909. A partir deste órgão os setores representados pela SNA lograram disputar o orçamento do Estado para a promoção de sua agenda política que visava principalmente a modernização da agricultura por meio da introdução da mecanização e de um sistema de ensino técnico, a diversificação agrícola para

o mercado interno e a elaboração de uma política de colonização direcionada à pequena produção. Para promover esta agenda, a associação atuou em diversos espaços da sociedade civil e política, promovendo campanhas, cursos, publicações e sendo ponta de lança da criação em 1910 da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (futura Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), originalmente vinculada ao MAIC e destinada prioritariamente para a formação de seus quadros técnicos (MENDONÇA, 1997; 1998).

Sendo, portanto, a SNA um movimento contra-hegemônico de disputa no interior das classes de grandes proprietários e produtores rurais do país, organizando seus setores menos dinâmicos e direcionados ao mercado interno, a grande estrela da agro-exportação nacional, a cafeeicultura paulista, buscou se organizar em uma entidade própria, que apesar de se auto-denominar “brasileira”, evocando no plano simbólico certo projeto bandeirante de “sampaquização” do Brasil, tem representado ao longo de sua história principalmente os interesses da mais tradicional burguesia agrária deste estado (MENDONÇA, 1997; 2010). Assim, em 1919, fundou-se a Sociedade Rural Brasileira (SRB) que, com sede na capital paulista, foi inspirada explicitamente na sua congênere portenha, a SRA, inclusive sendo apelidada como “A Rural”, ou seja, da mesma maneira com que a associação de Palermo se tornou conhecida na Argentina (SRB, 2022).

Voltada para os setores mais internacionalizados da grande agroexportação, a SRB apresentou historicamente uma agenda livre-cambista na economia, defensora do aprofundamento da modernização tecnológica e capacitação técnica da grande produção agropecuária e portadora de uma radical posição contrária à concessão de direitos aos trabalhadores rurais, à redistribuição fundiária, colonização de pequenos e médios produtores e até mesmo da busca por uma maior diversificação agrícola. Neste sentido, embora coincidissem com a SNA na postura refretaria à democratização social e política da questão

agrária brasileira, a SRB se diferenciou e disputou o sentido mais direcionado do processo de modernização em benefício exclusivo da grande lavoura agro-exportadora. Desde muito antes de sua fundação, a elite paulista organizada pela SRB já havia promovido a criação da primeira escola de agronomia do país, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), fundada em 1901, em Piracicaba. Neste sentido, além de muitos diretores da SRB terem estudado, ensinado ou até mesmo composto a direção da escola paulista, seus membros sempre tiveram ativa participação em estratégicos espaços da sociedade política do estado de São Paulo, particularmente em sua secretaria de agricultura. Após 1930, com a crise de hegemonia da cafeicultura paulista e a afirmação do processo dirigido pelo Estado de industrialização por substituição de importações, os setores representados pela SRB passaram a disputar a reorientação das políticas promovidas pelo Ministério da Agricultura, até então uma tricheira governamental exclusiva da SNA. Esta dualidade, algo competitiva e algo complementar entre as duas organizações manteve as duas como referências com significativo grau de protagonismo na representação das classes dominantes agrária do Brasil até a consolidação do processo de industrialização e complexificação das cadeias produtivas associadas à grande lavoura nacional durante a ditadura militar (MENDONÇA, 1998; 2010).

Em meados dos anos 1950, coincidindo com um primeiro movimento de abertura da economia brasileira e argentina, que então se encontravam sob o modelo da industrialização por substituição de importações e de entrada do modelo produtivo e tecnológico da revolução verde, por meio de parcerias técnico-científicas de governos, associações e empresas nacionais junto a governos e empresas internacionais (principalmente os EUA), bem como de suas respectivas iniciativas de organização multilateral (como a Aliança para o Progresso), o processo de modernização tecnológica no campo ganhou novas dimensões, fazendo o processo de industrialização avançar sobre as fronteiras da produção agropecuária. Respondendo a esta nova realidade, um intenso processo de diversificação das formas de

organização política na sociedade civil foi verificado, com o surgimento de novas associações de grandes proprietários, produtores e empresários rurais, tanto na Argentina, como no Brasil.

No primeiro caso, a associação que mais teve protagonismo entre o final da década de 1950 e os anos 1980 foi a Asociación Argentina de Consorcios Regionales de Experimentación Agropecuária (AACREA), fundada em 1957 por quatorze grandes produtores e proprietários de terras da região oeste da província de Buenos Aires. Sendo originalmente vinculadas a uma parte da diretoria da SRA, estas lideranças se diferenciaram afirmando a necessidade de aprofundar o investimento na incorporação das novas tecnologias da época, apontando que era preciso superar as causas do “estacamiento” do campo argentino, vigente desde os anos 1930, através do combate ao rentismo arraigado na base social da “rural” argentina e propondo como principal objetivo da AACREA a promoção do intercambio de conhecimentos técnicos entre seus associados e do melhoramento tecnológico e administrativo do negócio agropecuário, visando o aumento da rentabilidade empresarial (GRAS E HERNANDEZ, 2016).

Neste sentido, a AACREA se consolidou como principal porta voz da modernização técnica da agricultura ao longo dos anos 1960 e 1970, sendo consagrada por suas lideranças como uma porta-voz por excelência da chamada “primera revolución de la pampa”. A associação imbuíu-se da legitimidade social de estar fundamentada em uma ação que não seria política, mas sim técnica e científica. Ao mesmo tempo, seu discurso conservou determinados valores associados a um modo de vida rural tradicional que cultivava uma forte moral católica e familiar do bem comum como referencial da ação coletiva de difusão técnica e tecnológica entre os membros dos diversos consórcios regionais articulados pela associação no território nacional. A combinação dessas duas perspectivas contribuiu na construção de aspectos chave do novo referencial simbólico para o “homem” e a “produção no campo” que



viria a ser mobilizado de forma hegemônica no tempo do agronegócio, tais como: a superação da questão política da propriedade pela afirmação em contraposição da modernização técnica sem redistribuição fundiária; a conversão do entendimento das extensas unidades de produção agropecuária como “latifúndios” para serem entendidos como “empresas rurais”; e, em correspondência, a transformação da figura do “terrateniente” em “empresário rural”. A partir desta perspectiva de ação, embora os dirigentes da AACREA também tenham disputado e ocupado significativos espaços da sociedade política argentina, funcionando também como porta voz junto a suas instituições, a entidade teve uma ação principalmente comunitária, de difusão de tecnologia, colocando-se em linha direta com as principais universidades e centros de estudos agrônômicos do país. Não é trivial, por exemplo, o fato da associação ter sido fundada no ano seguinte à criação, em 1956, do Instituto de Tecnologia Agropecuária (INTA), destinado a promover a modernização da produção rural no país no contexto da ditadura militar de Pedro Eugenio Aramburu (1955 – 1958) (GRAS E HERNANDEZ, 2016).

No caso do Brasil, o avanço na diversificação das formas de representação política de grandes produtores, proprietários e empresários rurais também esteve em linha com o aprofundamento da modernização e industrialização da produção agropecuária, produzindo aquilo que Graziano da Silva (1993) qualificou como uma cisão entre os esforços de constituição de uma representação formal de classe e a estrutura de representação real de uma crescente diversidade de associações civis com distintos escopos e objetivos de ação coletiva. Dessa forma, a própria história da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) enquanto representante oficial dos grandes monopólios da produção e da propriedade da terra junto ao Estado brasileiro, demonstra os conflitos e complementaridades desta dupla estrutura de representação que se desenvolveu no país. Fruto das tentativas do varguismo de sindicalização do patronato rural e dos trabalhadores do campo, a CNA somente seria

formalizada pelo governo de João Goulart em janeiro de 1964, no contexto da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural e da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Seus antecedentes remontam à três tentativas de estruturação de uma representação sindical do patronato rural brasileiro. A primeira em 1928, quando a SNA chegou a fazer um primeiro lançamento, sob os auspícios do governo federal, da Confederação Rural Brasileira (CRB). Demasiadamente dependente da dinâmica da própria SNA, esta primeira iniciativa se viu relativamente esvaziada ao longo do tempo, perdendo relevância. No início dos anos 1940, uma nova tentativa de relançamento da CRB foi articulada, porém não chegou a se concretizar e foi interrompida pelo fim do Estado Novo, em 1945. Foi somente em 1951, com o retorno de Getúlio Vargas ao governo que a CRB foi novamente formalizada, buscando congregar a estrutura existente de associações rurais municipais e estaduais. A principal característica desta associação é que ela buscava representar todo o espectro de classes sociais do mundo rural, alegando que a estrutura de sindicalização entre patrões e empregados seria uma particularidade do mundo urbano que não se aplicaria ao campo, aonde as relações seriam mais harmônicas e menos conflituosas. Com este argumento, os representantes do patronato rural lograram negar a necessidade de reforma agrária e adiar a concessão de direitos aos trabalhadores rurais por diversas vezes ao longo dos anos 1930, 1940 e 1950 (MENDONÇA, 2010; 2013; LAMARÃO E PINTO, 2022).

No entanto, a CRB seguiu competindo com o real protagonismo da SNA e da SRB, contando com limitada autonomia e recursos para fazer frente a essas duas associações civis. Neste sentido, em 1964, dentro do novo contexto dos anos 1960 em que os conflitos agrários haviam se intensificado e atendendo à demanda histórica por direitos dos trabalhadores rurais, o governo Goulart não somente estendeu a legislação trabalhista para o campo, como finalmente formalizou uma estrutura de sindicalização autônoma dos patrões, criando a

CONTAG e convertendo a antiga CRB em CNA, turbinando sua estrutura de representação nacional com a formalização de federações agropecuárias em todos os estados da federação, seguindo o modelo formal de organização e financiamento do patronato “urbano” da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Após o golpe militar, a CNA esteve alinhada à ditadura, promovendo o programa de modernização técnica sem alteração da estrutura fundiária que se consolidou ao longo dos anos 1970. Ao longo dos anos 1980, a direção da entidade, há vinte anos sob o comando de um único presidente, Flavio Britto, passou a ser questionada por outras lideranças e organizações criadas e fortalecidas pela afirmação dos então chamados complexos agroindustriais. Neste sentido, em 1985, durante a transição política viabilizada pelo novo governo civil, a CNA foi alvo de uma disputa política e judicial que envolveu as eleições para o comando da entidade, disputado entre as forças representadas pela velha direção e uma geração política mais jovem que se apresentava como uma renovação, pois possuía mais sintonia com os setores de ponta da agroexportação que mais haviam sido favorecidos pelas políticas de modernização agrícola promovida pela ditadura militar. Com a vitória de Alysson Paolinelli, que havia sido ministro da agricultura durante o governo Geisel, a chapa de “renovação” da CNA pretendia representar um “novo” grupo político que passou a se organizar informalmente na chamada Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), criada naquele mesmo ano (MENDONÇA, 2010; RAMOS, 2011; FERNANDES, 2018; LAMARÃO E PINTO, 2022).

Outro movimento de organização política da produção agropecuária que também tem sido significativo na história do processo de modernização do campo na Argentina e no Brasil tem sido o cooperativismo. Os registros históricos datam de 1844 o surgimento da primeira cooperativa. Fundada em Manchester, em plena revolução industrial, a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, reuniu tecelões para administrar um armazém com o objetivo

de construir uma alternativa aos monopólios locais sobre o comércio de alimentos e roupas. A partir de então, este tipo de iniciativa se multiplicou significativamente, com a fundação em 1895 da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com sede em Londres e ainda hoje muito atuante, contando com a participação de lideranças e organizações brasileiras e argentinas. Embora existam em diversos setores da economia – agricultura, indústria, comércio, sistema financeiro – as cooperativas agrícolas têm cumprido um papel particularmente significativo para o processo histórico de modernização da produção agropecuária e de suas respectivas relações sociais em diversos países do mundo. Tendo nas suas origens uma perspectiva “utópica” de socialismo, o cooperativismo se organiza ideologicamente mobilizando termos como igualdade, liberdade, fraternidade, ética, justiça, mutualismo, equidade, solidariedade, cultivando um certo habitus que define seu sentido prático de difundir a eficiência da organização social em busca de objetivos comuns. No entanto, ao mesmo tempo em que o cooperativismo se apresentou como alternativa comunitária de produção, ao se afirmar como “terceira via” ao capitalismo e ao socialismo “científico”, fruto da cooperação entre indivíduos para competir no mercado, seu sentido rapidamente passou a ser funcional ao apagamento do conflito de classe social, assegurando no plano simbólico a “livre” iniciativa privada como centro do processo de organização social, afastando-se do direito comunal, desresponsabilizando o Estado de suas obrigações sociais e de regulação econômica para o combate das desigualdades e aderindo progressivamente ao imperativo da máxima geração e captura do valor para fazer frente à concorrência intercapitalista. Portanto, neutralizando as tensões sociais, bloqueando o avanço do socialismo e instrumentalizando “a racionalização técnico-econômica da produção e das trocas, as cooperativas seriam encaradas como fatores de ‘transformação moral dos homens’, nos quais, mediante a aprendizagem do igualitarismo, produzir-se-ia uma nova ‘mentalidade’, em teoria apartada de ‘doutrinas perniciosas’” (MENDONÇA, 2010, p. 180). Neste sentido,

historicamente se conformaram duas tendências no movimento cooperativista que em distintos lugares e tempos têm influenciado a organização local e nacional de seus componentes: uma, cujos princípios comunitários prevalecem sobre a lógica de mercado; e outra onde é a lógica da eficiência empresarial que preside as relações cooperativas. Esta última tendeu a prevalecer ao longo do século XX, segundo as particularidades históricas de cada país ou região.

No caso argentino, ao menos desde o final do século XIX existem registros de cooperativas atuando na região pampeana. A partir de seu sentido de organização comunitária de agentes econômicos sem escala suficiente para competir no mercado, as cooperativas agropecuárias argentinas têm organizado historicamente representantes da pequena e média produção, disputando e complementando, principalmente, a representação de interesses dos chacareros, tradicionalmente organizados na FAA. Embora isto conferisse ao movimento cooperativista uma agenda de combate ao monopólio da produção e da propriedade no campo, também aqui se reproduziu a cisão europeia entre uma linha política mais social/mutualista que priorizava determinados valores compartilhados em nome do bem comum e uma orientação mais empresarial de melhoramento do mecanismo de geração e captura individual do valor no processo de valorização do capital. Assim, inicialmente, entre 1913 e meados dos anos 1950, as cooperativas foram se organizando em federações de alcance regional/provincial, expandindo-se consideravelmente. Favorecidas especialmente pela consolidação do mundo chacarero através das políticas peronistas de proteção ao pequeno e médio produtor rural, durante os anos 1940 e 1950, as mais importantes e tradicionais cooperativas do país se reuniram sob uma única representação nacional, fundando em 1953, sob os auspícios do governo nacional, o Consejo Intercooperativo Agrario de Coordinación e Arbitraje, que, após o golpe de 1955, tratou de se reorganizar, relançando-se em 1956 com o nome definitivo de Confederación Intercooperativa

Agropecuária (CONINAGRO) e consolidando-se como porta voz nacional do cooperativismo argentino nas décadas seguintes (LATTUADA, 2006).

No entanto, a política de modernização conservadora que prevaleceu durante a proscricção do peronismo e a última ditadura militar não favoreceu o crescimento das cooperativas, que em sua maioria atendiam a produtores de pequena e média escala, que foram encontrando maiores dificuldades de competitividade frente à modernização tecnológica e às oscilações dos preços no mercado. A CONINAGRO, frequentemente em linha com a tradicional representação dos chacareros, a FAA, foi refletindo um processo de intensa empresarialização e concentração econômica das cooperativas, o que levou em um primeiro momento a uma estabilidade no número de cooperativas agropecuárias atuantes na Argentina, para então, a partir da década de 1980, esta tendência se converter em uma significativa redução. Uma vez que em sua maioria as cooperativas permaneceram representando setores de pequena e média escala, desde os anos 1990, elas têm tido sérias dificuldades para se manter no mercado, não encontrando condições de competitividade com as novas modalidades de organização e gestão da produção, que exigiram cada vez maiores ganhos de escala. Ao mesmo tempo, algumas poucas e grandes cooperativas que se “modernizaram” adotando uma gestão mais centralizada, empresarializada e financeirizada, passaram a ganhar maior protagonismo junto às cadeias de produção agroindustrial do modelo do agronegócio (LATTUADA, 2006). Neste sentido, assim como a FAA, refletindo o “desvanescimiento do mundo chacarero” e a afirmação do tempo do agronegócio, o movimento cooperativista organizado pela CONINAGRO foi se esvaziando politicamente, perdendo capacidade de se estabelecer como contra-hegemonia de pequenos médios produtores, sendo integradas de maneira subordinada aos complexos agroindustriais e alinhando-se relativamente à promoção de uma agenda política e econômica mais associada

ao agronegócio e hegemônica por uma geração de novas lideranças e organizações políticas.

No caso brasileiro, as primeiras cooperativas de que se tem notícia também datam de fins do século XIX. Foi, porém, somente após 1930 que um movimento cooperativista organizado começou a ser estruturado, favorecido pela direção econômica estabelecida pelo Estado no sentido de promover uma política de colonização e modernização da produção agrícola no país através da atuação do Ministério da Agricultura. Neste período, conformaram-se duas importantes cisões que caracterizaram diferentes tendências no interior do movimento. A primeira delas refletia os dilemas vividos pelo cooperativismo na Europa e na Argentina, aqui identificada como uma disputa entre um cooperativismo de tipo “livre” e outro de tipo “sindical”, da qual saiu vitoriosa nos anos 1960 a primeira concepção. A segunda cisão foi organizativa, entre as cooperativas agropecuárias e aquelas atuantes em outros setores da economia, como consumo, habitação, crédito, trabalho, saúde, educação, energia e telecomunicações. Isto se refletiu na criação de diferentes organizações de representação do cooperativismo no país. Em nível nacional, esta divisão política se cristalizou na criação da Aliança Brasileira de Cooperativas (Abcoop) e da União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco) (MENDONÇA, 2010).

Neste sentido, a unificação do movimento cooperativista veio apenas na ditadura militar, em 1969, a partir de iniciativa do então ministro da agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima em articulação com grandes cooperativas do Sul e do Sudeste do país (com especial destaque para São Paulo) dedicadas à produção de café, soja, cana, leite, cítricos e hortigranjeiros. O primeiro presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi Antonio José Rodrigues Filho que já havia sido vereador de Guariba – SP, secretário de agricultura do estado de São Paulo e vice-governador do estado, sendo proprietário de terras na região de Ribeirão Preto, grande produtor de cana, soja, laranja, entre outros produtos, e

pai de Roberto Rodrigues que se consagraria posteriormente como uma das principais lideranças da OCB e da ABAG, assumindo o ministério da agricultura entre 2003 e 2007. Uma das primeiras conquistas da OCB no plano reivindicativo foi a aprovação em 1974 da Lei Nacional do Cooperativismo, que institucionalizou a sua estrutura de representação nacional, com a criação de organizações de cooperativas em todos os estados da federação, o que lhe deu uma enorme capilaridade nacional para promover a mediação e vocalização das demandas de setores da produção agropecuária que estavam sendo largamente beneficiados pela modernização conservadora da ditadura militar em todo o Brasil. Além desta lei garantir uma estrutura de funcionamento para a OCB que a consolidou como importante referência política nacional, ela também instituiu as bases da agenda e do discurso que têm sido promovidos pela sua ação coletiva desde então. Mobilizando a noção de democracia em plena ditadura, a OCB, com o apoio dos governos militares, valorizava os aspectos comunitários do cooperativismo para promover o apagamento do conflito social e a adesão de pequenos e médios produtores à sua estrutura ideológica e de produção econômica, prioritariamente direcionada à máxima geração e captura de valor no mercado (MENDONÇA, 2010).

Portanto, ao longo das últimas décadas, a OCB tem atuado defendendo o desenvolvimento de uma agricultura com altas taxas de inovação tecnológica, monopolizada por alguns grandes conglomerados de cooperativas empresariais, e não se engajando efetivamente na defesa de maiores investimentos em políticas públicas para o pequeno e médio agricultor familiar, especialmente aquele de fora da integração subordinada a seus sistemas. Além disso, durante o período de maior pressão social por reforma agrária, com o ascenso das ocupações de terra nos anos 1980 e 1990, a entidade manteve uma conveniente ambiguidade em seu discurso a respeito, não se dizendo contrária à reforma, mas se posicionando decididamente contrária a todos os projetos de incentivo à redistribuição fundiária que efetivamente foram aventados pelo Estado brasileiro, alinhando-se no



fundamental à mesma pauta anti direitos de certo pensamento liberal e conservador que foi dominante nas tradicionais entidades representantes de grandes proprietários, produtores e empresários rurais do Brasil e da Argentina. Neste sentido, beneficiando-se de sua estrutura organizativa nacional (diferentemente de certo regionalismo histórico que marcou as associações civis do patronato rural brasileiro) e da ambiguidade ideológica de seu discurso sobre democracia e reforma agrária, com a transição política do fim da ditadura, a OCB foi ganhando crescente protagonismo, rivalizando com as entidades de porte nacional mais antigas – SNA, SRB, CNA – e com uma miríade de outras formas de organização que foram sendo criadas em face do intenso processo de modernização e monopolização da produção e da propriedade da terra no Brasil dos anos 1960, 1970 e 1980, bem como da contra-reação de um cada vez mais plural conjunto de movimentos sociais no campo que foi surgindo no compasso da transição “lenta, gradual e segura” da redemocratização (MENDONÇA, 2010).

Finalmente, na esteira do processo de especialização produtiva e política propiciado pela modernização e a conformação dos grandes complexos agroindustriais, com suas dinâmicas internas particulares, a partir dos anos 1970 se produziu um significativo aumento no número e no protagonismo de associações setoriais por produto ou multi-produto que fortaleceram os canais diretos entre determinados segmentos empresariais, o poder público, e o conjunto da sociedade civil. No caso da Argentina destacaram-se associações, como MAIZAR, ACSOJA, ARGENTrigo, ACTA y AAGIR. No caso do Brasil, associações como ABRAMILHO, ORPLANA, ABIC, ABCZ, CNPC, SNPC, ABIA, ABIMAQ, ABIOVE, ABRASSEM, ANDA, ANDEF, ANFAR, passaram a ter um significativo peso na representação de determinadas cadeias ou setores da produção agroindustrial nacional (LIAUDAT E FERNANDES, 2021).

Dessa maneira, após a intensificação da modernização e monopolização da produção e da propriedade da terra com a introdução do paradigma produtivo da revolução verde, da

segunda metade dos anos 1950 ao final dos anos 1980, ocorreu uma significativa diversificação no campo de representação de grandes proprietários, produtores e empresários rurais argentinos e brasileiros. No primeiro caso, quem protagonizou este processo foi a AACREA, que, buscando superar o velho referencial simbólico “rentista” da SRA, tinha como principal “mote” associativo a cooperação técnica entre núcleos regionais de produtores rurais com foco no incremento da produtividade e de sua escala. Para isso, a associação cultivou certos valores morais comunitários de cunho católico e familiar que numa segunda etapa do processo de modernização nos anos 1980 e 1990 se mostraria como uma dificuldade para a assimilação do discurso do agronegócio. Com a chegada do que ficou conhecido como a “segunda revolución de la pampa” no final do século XX, a introdução das novas biotecnologias transgênicas, as exigências cada vez maiores por escala produtiva e o processo de globalização financeira, que demandou a incorporação de tecnologias da informação e de novos modelos “flexíveis” de gestão da produção e do capital, fizeram com que a liderança da AACREA se visse questionada por uma nova geração política de empresários rurais mais atentos com as transformações internacionais do paradigma de produção e menos comprometidos com a tradição conservadora e religiosa de justificação social e ideológica da associação. Neste sentido, a maior parte de sua base social passou a apresentar dificuldades com a crescente dependência tecnológica e comercial das grandes empresas transnacionais, uma certa resistência à adoção de determinadas inovações tecnológicas (como o abandono do arado pelo Plantio Direto e a destinação exclusiva das terras para a produção agrícola, particularmente de soja, em detrimento de uma maior rotação com a pecuária) e uma maior resistência à adoção do novo modelo de produção e negócios, especialmente àqueles que implicavam o uso de algumas das novas tecnologias e de um maior grau de “empresarialização” da propriedade familiar, o que significava repensar as formas tradicionais de gestão dos negócios, demasiadamente ancorados em investimentos de

capital fixo, diversificando a carteira e apostando em uma maior financeirização da sua produção. Foi neste ponto, que “los pioneros de la Siembra Directa” foram constituindo uma nova referência política para a grande produção agroindustrial da Argentina ao longo das últimas décadas. Sem esvaziar a AACREA de sua importância histórica, a Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID) a deslocou de seu antigo protagonismo e, com o apoio direto da própria Monsanto, foi fundada em 1989, se afirmando ao longo dos anos 1990 como a grande anunciadora do paradigma do agronegócio no país (GRAS E HERNANDEZ, 2016). Neste processo, enquanto a representação tradicional do cooperativismo argentino foi se esvaziando de iniciativa e autonomia política, aderindo em certa medida à agenda hegemônica do grande empresariado rural organizado em grandes cooperativas, as associações setoriais ganharam protagonismo junto com a AAPRESID, atuando frequentemente em linha política e ideológica com a nova associação.

No caso brasileiro, em primeiro lugar, a estruturação da CNA a partir de 1964, no contexto autoritário da ditadura militar, produziu uma relativa rivalidade e distanciamento entre a sua condição de representante formal e sindical da grande produção agropecuária nacional e a tradição associativa informal e civil da SNA e da SRB. Além disso, como consequência da especialização produtiva dos complexos agroindustriais nos anos 1970 e 1980, as novas associações por produto e multi-produto aumentaram o nível de concorrência interna do campo de representação política de grandes proprietários, produtores e empresários rurais, produzindo uma crise de representação entre a estrutura sindical da CNA, a tradição de organização da SNA e da SRB e o novo dinamismo das associações setoriais. Agravando o quadro desta crise, o esgotamento do modelo de financiamento público da grande produção agroindustrial no contexto econômico dos anos 1980, somado ao exponencial crescimento das lutas por terras e direitos dos trabalhadores rurais em diferentes contextos sociais e regionais do país, produziu ainda uma explosão de associações locais de defesa da

propriedade da terra e a fundação em Goiás da União Democrática Ruralista (UDR) que rapidamente ganhou expressão nacional e propunha uma resistência aberta, inclusive armada, às ocupações de terra e ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), proposto como parte do programa de governo da “Aliança Democrática”, que assumiu o comando do país em 1985, após 21 anos do golpe militar de 1964. Para superar essa crise de representação alguns setores da produção agroindustrial mais diretamente associados às empresas transnacionais, a partir de alguns dirigentes do sul e do sudeste do país liderados pela OCB, lançaram em 1986 a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), que também congregava a SRB, SNA, uma boa parte das novas associações setoriais e algumas federações agropecuárias componentes da chapa de oposição nas eleições da CNA, que seria reconhecida como vencedora em 1987. Travando uma intensa disputa com a UDR pelo monopólio da representação de grandes proprietários, produtores e empresários rurais do Brasil durante os debates da Constituinte de 1988, embora muito pressionados pelo protagonismo assumido naqueles anos pela associação goiana, os setores organizados na FAAB lograram impor sua liderança, iniciando logo em seguida, a partir de 1990, a construção de uma série de iniciativas para a promoção da “boa nova” do agribusiness, apoiando a criação do PENSA – Centro de Conhecimentos em Agronegócios, vinculado à USP, do Instituto de Estudos do Agribusiness (IEAG) e, finalmente, em 1993, materializando-se na Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que consagrou o núcleo de direção articulado originalmente pela FAAB como principal referência política nacional de grandes produtores, proprietários e empresários associados às grandes cadeias de produção agroindustrial do país, anunciando a passagem do tempo dos complexos agroindustriais da revolução verde para o “tempo do agronegócio” e da globalização (GRAZIANO DA SILVA, 1993, BRUNO, 1997, 2002, 2009; MENDONÇA, 1997, 2010, 2017; LACERDA, 2009; RAMOS, 2011);

Por isso, no capítulo seguinte, será discutido de que forma a ABAG e a AAPRESID se consolidaram como uma das principais referências políticas responsáveis pelo “anúncio” do modelo do agronegócio no Brasil e na Argentina. Antes, porém, apesar de não ter sido possível sistematizar uma discussão mais aprofundada sobre a organização histórica da contra-hegemonia ao monopólio da produção e da propriedade da terra nestes dois países, é importante fazer o registro de que esta talvez seja a principal diferença política do processo de modernização no campo em um e outro país. A diversidade de atores sociais existentes no território brasileiro é, sem dúvidas, consideravelmente maior, mesmo que seja importante considerar que a estrutura social agrária da Argentina vai muito além da paisagem social “pampeana” que, embora seja heterogênea em termos de escala, de relação com a propriedade e com o trabalho rural, é também bastante homogênea e homogeneizadora em relação a outras formas de vida e de produção que não sejam historicamente subordinado ao desenvolvimento da economia capitalista. De toda forma, isto tem marcado de maneira muito diferente o processo de luta e organização dos setores subalternos do campo argentino em relação ao Brasil. Aqui, para além das diversas formas de resistência indígena e quilombola que ainda marcam o território brasileiro, ao longo do século XX desenvolveram-se diferentes estratégias de luta pelo acesso a direitos, a terras e ao apoio financeiro, técnico e produtivo do Estado, constituindo um movimento sindical de trabalhadores rurais organizados, um movimento de ocupações de terra expressivo e diverso, um movimento ambientalista e por melhores práticas de produção e consumo. No caso da Argentina, na visão de boa parte dos autores argentinos, muito embora também seja possível encontrar importantes organizações com a mesma pauta e recorte social, sua expressão social e política no conjunto da vida nacional, na comparação com o Brasil, ocupa um peso significativamente menor, especialmente nas últimas décadas. Ao longo do século XX, a principal força contra-hegemônica do campo argentino foi a FAA que, no apogeu do mundo chacarero, durante os

anos 1940 e 1950, 1960, empunhou com vigor e visibilidade a bandeira da reforma agrária e da democratização das políticas agrícolas. No entanto, com a consolidação da modernização conservadora e o “desvanescimiento” da “via farmer” pampeana, esta associação não só parece ter perdido expressão social, como abandonou a pauta da reforma agrária, contribuindo para que, após a última redemocratização, este debate tenha praticamente desaparecido da vida pública nacional. Em seu lugar, os segmentos que mais têm protagonizado uma resistência ao agronegócio no país tem sido as organizações socioambientais e de melhores práticas de produção e consumo. Outro setor de relevância que segue em linha com os primeiros são algumas organizações com recorte de gênero que denunciam o empobrecimento de pequenos e médios produtores e a contaminação ambiental de comunidades rurais pelas grandes lavouras do agronegócio, como tem sido o caso do Movimiento de Mujeres Agropecuárias en Lucha e das Madres de Ituzaingó (LATTUADA, 2006; MADRES DE ITUZAINGÓ, 2017). Por outro lado, Svampa (2016), aponta para um crescimento no protagonismo de algumas lutas de resistência territorial em regiões extra pampeanas que visam defender reservas ambientais e territórios originários naquilo que a autora chama de giro eco-territorial dos movimentos sociais do campo na América Latina do século XXI. No entanto, embora tenham alcançado relativa visibilidade pública, nenhuma dessas lutas tem apontado para transformações estruturais mais profundas, tendo uma capacidade limitada de pautar o debate político nacional. No Brasil, pelo contrário, embora o refluxo e o retrocesso dos movimentos sociais nos anos recentes possa remontar aos piores momentos da vida nacional, ainda assim, pelo peso histórico da diversidade de seus atores sociais, as resistências parecem ter mais capacidade de fazer ecoar as suas principais pautas do que os atores contra-hegemônicos argentinos. Esta parece ser uma importante diferença do processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil e na Argentina.

## **CAPÍTULO 2 – O ANÚNCIO DE UM “NOVO PARADIGMA”: A ABAG E A AAPRESID NA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO**

### **2.1. Introdução**

O objetivo deste capítulo é estudar como a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e a Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID) se consolidaram como principais anunciantes do “paradigma do agronegócio” no Brasil e na Argentina, respondendo às seguintes questões: Quais suas semelhanças, diferenças e interconexões políticas, econômicas e simbólicas? De que maneira as duas associações foram particularmente estratégicas na construção de uma vontade coletiva do agronegócio, consolidando-se como principais porta-vozes das frações do empresariado nacional associadas ao capital transnacional das grandes cadeias globais da produção de alimentos, fibras e biocombustíveis?

Antonio Gramsci ao desenvolver o conceito de hegemonia como direção política e intelectual dos setores dirigentes das classes dominantes reservou à ideia de “partido” ou “aparelho de hegemonia” um lugar estratégico na construção do equilíbrio entre força e consenso que supõem a dominação de classes na sociedade capitalista contemporânea (LIGUORI, 2017). Neste sentido, como organização de interesse privado da sociedade civil, o moderno príncipe (ou, a partir de agora, “aparelho privado de hegemonia”), não só é parte constitutiva e “ampliada” do Estado, como passa a ter lugar determinante na formação de um consenso sobre a concepção de mundo socialmente dominante, onde sua visão e interesse particular são apresentadas e parcialmente universalizadas e aceitas como interesse e visão geral da sociedade. Segundo o teórico italiano, ao ser responsável por pôr “em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer”, dando “uma forma mais concreta às paixões

políticas”, os aparelhos privados de hegemonia (aph) sintetizariam os “germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”. Neste sentido, ainda segundo Gramsci:

Uma parte importante do moderno príncipe deveria ser dedicada à questão de uma reforma intelectual e moral, isto é, à questão religiosa ou de concepção de mundo. (...) O moderno príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, (GRAMSCI, 2007, p. 18).

Por essa razão entendo aqui a ABAG e a AAPRESID como um dos principais aparelhos privados da hegemonia do agronegócio no Brasil e na Argentina, respectivamente. Isto não significa afirmar que elas (e seus líderes) sejam as únicas organizações relevantes e em jogo, mas sim salientar o fato de que ambas cumpriram (e, em grande medida, seguem cumprindo) originalmente o papel de “anunciadoras” e “organizadoras” de uma “reforma intelectual e moral” acerca da representação simbólica das relações sociais de produção predominantes no modelo do agronegócio, bem como sobre suas consequências econômicas, sociais, políticas e ideológicas. Ao organizarem um núcleo social e político particular que logrou ser reconhecido como representante de uma aliança de interesses mais amplos, supostamente conformados pelos diferentes elos das cadeias de produção agroindustrial, a ABAG e a AAPRESID alcançaram a superação da identificação dos seus interesses econômico-corporativo imediatos para o intuito de cristalização política e ideológica de um interesse mais geral, que foi capaz de abarcar um significativo espectro de forças sociais que passaram a identificar o “paradigma do agronegócio” como modelo ideal de desenvolvimento, produção e vida, seja no campo, seja na cidade. Com isso, as duas associações lograram se afirmar (não sem questionamentos) como protagonistas da luta concorrencial do campo político pelo reconhecimento como autênticas representantes de um novo paradigma de vida e de produção, que beneficiaria a “todos”. Como veremos as duas associações contribuíram decisivamente para o “fazer ver e fazer crer” da difusão e institucionalização social, política, cultural e legal da própria noção do termo “agronegócio”,



sendo determinantes na articulação de seus discursos e de sua agenda política junto à sociedade civil e à sociedade política (BOURDIEU, 1974).

Para alcançar tais objetivos, ao longo da construção do presente capítulo lancei mão da consulta das seguintes fontes de pesquisa: revisão bibliográfica sobre agronegócio e representação política no Brasil e na Argentina (GRAZIANO DA SILVA, 1993, BRUNO, 1997, 2002, 2009; MENDONÇA, 1997, 2010, 2017; BOCCHICCHIO Y CATTANEO, 2003; HERNANDEZ, 2007, 2013; LACERDA, 2009; 2011; GRYNSZPAN, 2009; PINTO, 2010; RAMOS, 2011; PANERO, 2013; LAMOSA, 2014; GRAS Y HERNANDEZ, 2016; LERRER, 2016; LIAUDAT, 2018; POMPEIA, 2018. LIAUDAT E FERNANDES, 2021) documentação institucional, entrevistas publicadas com lideranças das duas associações, notícias publicadas na imprensa e em blogs e páginas da internet especializadas em agronegócios. Além disso, também busquei analisar o perfil de instituições associadas da ABAG e da AAPRESID, bem como a trajetória social de seus dirigentes.

Além desta introdução, o capítulo conta com outros seis tópicos. Primeiramente, aborda-se a fundação das duas associações como anunciadoras de um novo paradigma: o modelo do agronegócio. Em segundo lugar, discute-se o modelo associativo da ABAG e da AAPRESID, bem como o perfil social dos respectivos dirigentes e instituições associadas. Em seguida, alguns aspectos dos discursos e visões de mundo difundidas pelas duas entidades. No quarto ponto, busco destrinchar as principais bandeiras da agenda política empreendida pela ABAG e pela AAPRESID em suas primeiras décadas de existência. Finalmente, em quinto lugar, apresento algumas estratégias de ação e organização das duas associações.

## **2.2. Origens, fundação e objetivos**

Segundo o processo discutido no capítulo anterior, conforme a modernização da produção agropecuária avançou favorecendo grandes monopólios globais do mercado mundial de alimentos, fibras e biocombustíveis, uma nova condição sociopolítica foi se gestando para as lideranças do patronato rural, no Brasil e na Argentina. Estas transformações, ao longo dos anos 1980, se combinaram com um cenário de maior efervescência e participação pública no debate político, que havia sido impulsionado pelo processo de redemocratização vivenciado nos dois países e pela abertura econômica que vinha sendo proposta pela agenda neoliberal do Consenso de Washington. Foi neste cenário em que as tradicionais formas de representação das classes dominantes agrárias apresentaram dificuldades de seguir na liderança da representação de seus segmentos econômicos mais dinâmicos e associados ao mercado mundial, abrindo espaço para a fundação de uma série de novas formas de associação empresarial, que passaram a compartilhar de crescente protagonismo na liderança política do empresariado rural nacional. Entre as novas associações, as que mais se destacaram no Brasil e na Argentina, foram, respectivamente, a ABAG e a AAPRESID.

Em suas origens e objetivos de fundação, as duas associações guardam significativas diferenças entre si, que conformam a marca particular de seus discursos fundadores e de alguns aspectos das suas formas de ação e organização política. A fundação da ABAG em 1993 remonta ao encontro de duas lideranças empresariais que se colocavam como vanguarda de uma produção agropecuária moderna e conectada ao mercado mundial, Roberto Rodrigues e Ney Bittencourt de Araújo. Os dois eram representantes de setores que tiveram grande dinamismo no processo de modernização técnica do campo brasileiro, o cooperativismo empresarial e a pesquisa em biotecnologia agropecuária, representando empresários e

produtores rurais originários e nucleados em tradicionais regiões produtoras do Sul e Sudeste do país, com uma primazia incontestada das classes dominantes paulistas.

Do lado de Roberto Rodrigues, dois elementos lhe gabaritaram para liderar a criação da ABAG. Primeiro, o fato da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ter hegemonizado – ainda que travando uma intensa disputa de liderança com a União Democrática Ruralista (UDR) – a representação política dos segmentos mais dinâmicos e tecnificados da agropecuária nacional, atuando por meio da liderança da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) ao longo dos embates travados durante a Nova República (BRUNO, 2002, 2009; FERNANDES, 2018). Segundo, esta hegemonia do cooperativismo empresarial somente foi possível graças às características da OCB que, como vimos, ao ter se desenvolvido sob os auspícios do Estado autoritário da ditadura militar, possuía grande capilaridade nacional, tendo sido capaz de se afirmar como principal porta voz e articuladora de significativas bases regionais de produtores rurais na interlocução e barganha junto ao Estado restrito e à sociedade civil (MENDONÇA, 2010). A trajetória de Araújo, por sua vez, agregava à construção da ABAG não só sua obstinada militância em divulgar a noção de agribusiness formulada por Davis e desenvolvida por Goldberg no âmbito dos seminários da Harvard Business School (HBS), como adicionava à sua composição a indústria de insumos agropecuários, uma vez que o mesmo havia presidido também a Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM), uma das principais portas de associação junto aos grandes monopólios globais de produção e comercialização agroindustrial (LACERDA, 2009; GRYNZSPAN, 2009).

Com a bagagem acadêmica sobre a gestão de negócios agroindustriais da equipe da Agrocere, que fora desenvolvida através da participação do próprio Araújo e de seus funcionários nos seminários de Harvard, a ABAG começou a ser gestada em 1990. Neste ano Ray Goldberg visitou o Brasil para participar do “Encontro Internacional de Agribusiness”,

evento promovido pela Agroceres, com o apoio do jornal O Estado de São Paulo, por ocasião das comemorações de quarenta e cinco anos da empresa. Neste evento, foi lançada a celebre publicação “Complexo Agroindustrial: O agribusiness brasileiro” de Araújo em coautoria com outros dois diretores de sua empresa, Ivan Wedekin<sup>5</sup> e Luiz Antonio Pinazza<sup>6</sup>. O livro apresenta um esboço sobre quais seriam os esforços necessários para o desenvolvimento do modelo do agronegócio no Brasil: o reconhecimento de que os então nomeados “complexos agroindustriais” no país corresponderiam à noção sistêmica de agribusiness, pregada por Goldberg, como perspectiva da produção agropecuária como setor econômico integrado à indústria a jusante e a montante da produção rural (ARAÚJO, WEDEKIN E PINAZZA, 1990). Nesta perspectiva, para os diretores da Agroceres, importava difundir esta noção como forma de reafirmar a importância estratégica da produção agroindustrial para a economia nacional, delineando a preocupação central do grupo: estabelecer mecanismos de coordenação política em diferentes frentes, junto ao Estado e à sociedade civil, afirmando uma agenda de políticas públicas de favorecimento dos setores mais dinâmicos e produtivos, em detrimento do aprofundamento dos debates sobre a democratização da propriedade da terra para as populações rurais mais vulneráveis que, em função das ocupações de terra e das lutas por reforma agrária daquele período, seguiam estampando ostensivamente as páginas dos jornais como um dos principais passivos sociais do país (FERNANDES, 2013). Ainda em 1990, este mesmo grupo de intelectuais fundou o Instituto de Estudos do Agribusiness (IEAG), que posteriormente, com a fundação da ABAG, passaria a integrar o organograma institucional da associação como seu braço de assessoria técnica (LACERDA, 2011).

---

<sup>5</sup> Engenheiro Agrônomo pela ESALQ/USP, realizou mestrado no CPDA/FGV. Foi diretor da Agroceres, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Diretor e CEO da BMF&Bovespa e Diretor da Wedeckin Consultores.

<sup>6</sup> Engenheiro Agrônomo pela ESALQ/USP e mestre em Economia Rural pela mesma instituição. Trabalhou no Banespa, na Companhia de Fertilizantes de Copas, na Agroceres e na Correnteza Gestão de Investimentos Rurais. No mundo acadêmico, além de ter sido um dos primeiros editores da Revista Agroanalysis também foi seu editor e professor do MBA Gestão em Agronegócios da FGV. Foi presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura.

Articulando o capital político conquistado pela liderança da OCB no protagonismo da FAAB e os esforços da equipe da Agrocereceres em dotar o meio acadêmico, político e empresarial da noção de agribusiness desenvolvida na escola de Harvard, a ABAG seria oficializada somente em 1993, estabelecendo escritórios em São Paulo e Brasília. Foi lançada em uma cerimônia realizada em auditório do Congresso Nacional. Na ocasião, ao tomar posse como seu primeiro presidente, Araújo apresentou um discurso intitulado “A quebra de paradigmas” em que definia as bases programáticas que orientaram oficialmente a fundação da ABAG: “organizar o processo de desenvolvimento sustentado, integrar-se à economia internacional, eliminar as profundas desigualdades sociais e bolsões de miséria; e respeitar o meio ambiente” (ABAG, 2013, p. 10). Se afirmando como representante de “um grupo de empresas de todos os segmentos do agribusiness – produtores de insumos, agricultores (principalmente através de suas cooperativas), processadores, indústria de alimentos e fibras, ‘traders’, distribuidores e áreas de apoio financeiro, acadêmicos e de comunicação – aliadas a entidades e lideranças do sistema” (ABAG, 2013, p. 12), a ABAG considerava que ela não nascia para “substituir as associações dos vários segmentos que a constituem”, mas sim para realizar uma ação “concentrada no âmbito maior do sistema, no estudo e no processo de dissolver os gargalos do agribusiness” (ABAG, 2013, p. 15). Assim, sua missão se traduziria em “múltiplas tarefas” estratégicas, como: transformar os segmentos formadores de opinião pública e decisórios do país; funcionar como ferramenta de apoio na divulgação de um moderno paradigma de produção e defender políticas públicas para a promoção de um ambiente de negócios favorável a este modelo produtivo.

A fundação da AAPRESID na Argentina, por sua vez, remonta à trajetória de um grupo de grandes e médios empresários e técnicos agropecuários da chamada “zona núcleo” da região pampeana, onde se encontram as principais áreas de produção das províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba, constituindo historicamente o coração econômico e

demográfico do país. Em conexão com técnicos de algumas seções locais do INTA e de universidades regionais, o grupo fundador da AAPRESID, desde os anos 1970, vinha se dedicando ao estudo e experimentação do que eles chamaram de “sistema de la Siembra Directa”, em alusão ao sistema de plantio mecanizado, que dispensa o uso do arado e da rotação de culturas utilizando sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos para o controle de pragas. Assim, Victor Trucco<sup>7</sup> e Rogelio Fogante<sup>8</sup> conformaram, junto com outros membros fundadores da associação, o grupo<sup>9</sup> que se autointitularia como “los pioneros”, “innovadores” e “pastores de la Siembra Directa”. Embora o relato seja de que, de início, ao longo dos anos 1980, havia certa resistência entre os produtores rurais na adoção de dito modelo produtivo, com o deslanche da agricultura transgênica e o correspondente processo de “sojización” dos campos argentinos nos anos 1990, o plantio direto ganhou cada vez mais espaço, catapultando e visibilizando a ação técnica e, conseqüentemente, política da AAPRESID (DOUGNAC, 2016; GRAS Y HERNANDEZ, 2016).

Neste sentido, a construção da liderança da AAPRESID pode ser percebida através de duas direções distintas, uma orientada para uma atuação mais técnica e local e outra direcionada para o debate público nacional a respeito dos benefícios de desenvolver um modelo de produção agroindustrial associado ao mercado internacional, pautado por seus padrões globais de qualidade e produtividade. Em seus primeiros anos de funcionamento a associação teve uma atuação de menor alcance, dedicando-se a educar sua base social de empresários e produtores rurais na adoção e difusão do novo paradigma técnico de produção.

---

<sup>7</sup> Engenheiro Agrônomo pela Universidad Nacional de Rosario (UNR), Mestre em Genética Vegetal. Presidente da Empresa Agrosudeste e sócio-fundador de Bioceres, realizou trabalhos com Norman Bourlag. Também foi pesquisador e extensionista do INTA e professor e decano da Facultad de Agronomía da UNR.

<sup>8</sup> Bioquímico pela Universidad Nacional de Rosario (UNR). Pertencente a uma família de produtores da província de Santa Fé, é produtor de soja, milho e trigo. Fundador e presidente de Bioceres. Foi Subsecretario de Recursos Naturales da província de Santa Fé, membro do Consejo Agroexportador (Fundación ExportAR) e da Confederación de Asociaciones Americanas para la Producción de la Agricultura Sustentable (CAAPAS).

<sup>9</sup> Além de Trucco e Fogante, o grupo dos pioneiros da Siembra Directa também incluía Luis Giraud, Enrique Rosso, Hinaldo Rosso, Jorge Romagnoli, Hugo Ghío, Mario Gilardoni, Nicolás Milatich, José Capretto, José Cagliero, Raúl Gerbaudo, Telmo Trossero, Mario Nardone, Osvaldo Trucco, Osvaldo Signorile y Néstor Permingeat (CLARIN RURAL, 2014).

Este foco original em um trabalho de difusão do uso do Plantio Direto marcou significativamente a identidade, as prioridades e as ações da AAPRESID. Para além de um discurso de valorização do uso do saber técnico e científico para alcançar melhores índices de produtividade, a associação efetivamente se engajou na função de extensão rural através de diversas iniciativas junto a seus associados, se apropriando em grande medida da tradição história construída pela AACREA. Esta identificação marcou a tal ponto a associação que, na medida em que seus discursos e ações públicas foram ganhando relevância nacional, a própria noção de “Siembra Directa” passou a adquirir um crescente capital simbólico, sendo cada vez mais utilizada como sinônimo de uma agricultura moderna, inovadora, conectada ao mercado mundial e altamente produtiva e rentável.

Por isso, desde a fundação da AAPRESID, a representação simbólica do sistema da “Siembra Directa” conferia ao seu agenciamento uma ambição de alcance nacional e global. No âmbito nacional, o “sistema SD”, também costuma se referir à articulação política e econômica das diferentes cadeias de produção à jusante e à montante da produção agrícola. Assim, inclui desde a preocupação na difusão de práticas de gestão financeira e administrativa dos negócios junto aos diferentes setores das cadeias produtivas, como o lugar assumido pela associação no plano nacional da representação política de grandes produtores e empresários rurais argentinos, somando-se a uma miríade de novas formas de associação por nicho temático e produtivo que despontaram em paralelo ao processo de modernização da agricultura do país, passando a disputar e dividir espaço junto às tradicionais agremiações de produtores rurais até então existentes na relação com a sociedade política e outros segmentos da sociedade civil. No plano global, a AAPRESID apresentava fortes conexões internacionais. Como veremos em maior detalhe mais adiante, desde sua fundação a associação contou com representação de importantes empresas transnacionais do agronegócio argentino. Além disso, também contou com importantes relações com técnicos e especialistas

no Plantio Direto provenientes de países onde este sistema de produção havia sido incorporado há mais tempo, acumulando experiências significativas. Dos que mais se destacaram, além de constatarmos a presença frequente de técnicos brasileiros da Embrapa Solos, o chileno Carlos Crovetto e o biólogo evolucionista argentino Otto Solbrig, professor do David Rockefeller Center for Latin American Studies da Universidade de Harvard, parecem ter sido os principais contatos técnicos internacionais da associação em seus anos iniciais, aparecendo com frequência no periódico oficial da associação.

Assim a AAPRESID foi fundada em 1989 estabelecendo sua sede na cidade de Rosario, província de Santa Fé, marcando uma distancia simbólica com as tradicionais associações sediadas na capital federal, como a “Rural de Palermo” (SRA), as CRA/CARBAP e a AACREA. Victor Trucco, seu presidente por cerca de duas décadas desde a sua fundação, em carta aos associados de dezembro daquele mesmo ano expunha sua preocupação em esclarecer os objetivos da associação, que, segundo seu próprio periódico, estava dedicada a promover um “cambio de mentalidad en el enfoque de las situaciones agrícolas que es esencial para hacer SD con éxito” (AAPRESID, 1990, p. 1):

Entiendo que para muchos aún no está claro lo que la asociación puede ofrecerles y a esto quiero referirme. La Siembra Directa (...) se basa en principios simples, pero que en el manejo del cultivo aparecen problemas de malezas, maquinarias, fertilidad, que deben ser atendidos con nuevos enfoques. Entonces, surge un primer motivo para asociarse, aprender de los demás, agruparnos para superar las dificultades comunes, etc. Existen otros motivos también no menos importantes sin dudas, que es nuestro compromiso social, la defensa del medio ambiente, la conservación de los suelos y en ese sentido es mucho lo que tenemos que hacer. Tenemos un compromiso de padres, de ciudadanos, de difundir la Siembra Directa que hoy aparece como la tecnología que posibilitará al país tener producciones estables y crecientes (TRUCCO, 1989).

Se fica clara a vocação para um trabalho de base local voltado para a formação técnica de empresários e produtores rurais que atuam na ponta, Trucco também deixa claros os seus objetivos mais amplos, direcionados à justificação da adoção do modelo produtivo apregoado pela associação no debate público nacional e internacional, destacando seu



compromisso com o desenvolvimento nacional e o meio ambiente – discussão esta que, em um mundo pré Rio-92, ainda dava seus primeiros passos entre o empresariado. Portanto, abarcando diferentes segmentos do espectro produtivo do sistema da Siembra Directa – ou do modelo do agronegócio – a AAPRESID se propunha a promover uma aliança que articulasse indústria de máquinas, insumos, capital financeiro e grandes exportadores e distribuidores nacionais e internacionais, bem como outros grandes atores componentes das cadeias de produção agroindustrial (HERNANDEZ, 2013). Para além de sua reivindicada vocação para a difusão de saberes especializados numa moderna e produtiva forma de economia rural, a associação foi progressivamente se afirmando como uma “red de redes” (AAPRESID, 2001, p. 10) porta voz de um modelo produtivo tido como revolucionário, “la agricultura de fin de siglo”, ou “el paradigma de los agronegocios” (AAPRESIDa, 1995, p. 16), em explícita referência ao trabalho de Davis e Goldberg.

Dessa maneira, é considerável a diferença no foco original de atuação das duas entidades. Enquanto a ABAG já surgiu afirmando a sua vocação de coordenadora dos diferentes elos das cadeias agroindustriais, a mesma nunca teve um foco de promoção de assistência técnica direta, na ponta da produção rural. Já no caso da AAPRESID, embora suas lideranças pleiteassem desde o início uma condição de coordenadora política e econômica do agronegócio argentino, sua afirmação como uma “red de redes” de alcance global se deu mais lentamente no tempo. Por outro lado, a associação argentina segue tendo como atrativo principal para organizar sua base social, uma forte atuação de formação e assistência técnica para empresários, agricultores e estudantes atuantes na ponta da produção rural. No entanto, apesar das diferenças, o mesmo lugar simbólico-político das duas entidades como porta-vozes do agronegócio em seus países lhes conferiu muitas características em comum. Além de compartilharem o mesmo tempo histórico de criação (a virada da década de 1980 para 1990), as duas entidades também foram lideradas por um núcleo de jovens lideranças empresariais

que vinham se afirmando desde os anos 1970 no mercado e na cena política nacional. Estas vanguardas lograram se conectar com redes empresariais e acadêmicas internacionais, o que lhes conferiu o direito de representar, em grande medida, os interesses das grandes empresas multinacionais atuantes na agroindústria brasileira e argentina. Neste sentido, as duas associações foram fundadas mobilizando um discurso de quebra de paradigmas, que afirmava a necessidade de uma ação coletiva que visasse a coordenação política e econômica dos diferentes setores das cadeias globais de produção agroindustrial, a partir de uma atuação supostamente mais técnica e menos política.

### **2.3. Formas de associação e perfil social dos associados**

#### **2.3.1. Como funciona o modelo associativo?**

A pesar de terem despontado e se consolidado como principais porta-vozes do modelo do agronegócio no Brasil e na Argentina, as diferenças nas origens da ABAG e da AAPRESID, se refletiram ao longo do tempo nas suas respectivas formas de ação e organização política. Cada uma a seu modo e contexto nacional, inovou no seu modelo associativo de organização de produtores e empresários rurais. Ambas se fundaram se diferenciando das formas tradicionais de ação coletiva das agremiações sindicais e dos grupos de pressão junto ao poder público, com o fito de difundir, justificar e legitimar um dado modelo produtivo que tinha na produção rural seu centro irradiador, mas que encontra na indústria de insumos agropecuários e suas relações com o capital financeiro, o centro dinâmico do processo de acumulação da produção agroindustrial.

No caso da ABAG, portanto, desde a sua fundação a entidade nasceu com a proposta e o discurso de inovar organizativamente, não se constituindo nem como organização sindical, nem como associação por produto ou cadeia produtiva, nem como as tradicionais

entidades civis de ruralistas. Com objetivo de coordenar os diferentes setores da produção agropecuária aos interesses da indústria de insumos, beneficiamento, comercialização e distribuição, bem como do capital financeiro, a ABAG institucionalizou e ampliou a articulação promovida pela FAAB no processo de redemocratização brasileiro, formalizando uma sede, um estatuto e um orçamento próprios (MENDONÇA, 2010; FERNANDES, 2018). Assim, seus associados são tanto empresas de diferentes segmentos das cadeias produtivas agroindustriais, como algumas associações por nicho temático e produtivo, também conformadas pelas principais empresas que atuam no “agronegócio nacional”. Além disso, a ABAG não conta com sócios individuais. Por essa razão, para marcar estas características, Mendonça (2017) a considera como um “pool de empresas”, que visa, segundo sua própria missão, a busca pela “liderança global brasileira na oferta, de forma competitiva dos produtos agroindustriais” (ABAG, 2018).

No caso da AAPRESID, desde a sua origem, dentro de seu objetivo central de educar sua base social para a incorporação do sistema da “Siembra Directa”, a associação buscou conscientizar seu público preferencial de produtores agropecuários de que o sucesso de seus empreendimentos também dependia da constituição de alianças com outras frações do capital. Por isso, embora não incorpore associações por produto e cadeias produtivas, a associação argentina conta com diferentes tipos de sócios, incorporando tanto indivíduos, como empresas. Entre estes associados se encontram produtores e empresas rurais de diferentes dimensões, indústrias de insumos agropecuários, “tradings” nacionais e internacionais, instituições financeiras e de tecnologia agropecuária. Neste sentido, as duas associações diferem pelo fato da AAPRESID agregar diferentes perfis sociais e individuais como sócios. Atualmente, contando com algo entorno de 2000 associados (LIAUDAT E FERNANDES, 2021), a entidade conta com distintas categorias de sócios (produtores e assessores agropecuários; “contratistas rurales”; jovem; universitário; internacional; empresas de

produção ou grupo de produtores agropecuários, empresa; empresa de atividade pecuária, empresa de máquinas agrícolas, empresas “Ag Tech”) de quem são cobradas diferentes taxas de associação (algumas publicáveis, outras não). Mesmo assim, a APRESID sempre se definiu como uma “organização não governamental sem fins lucrativos” (AAPRESID, 2018).

### **2.3.2. Quais são as instituições associadas? Qual seu perfil?**

Embora seja difícil aferir o grau de envolvimento de cada sócio na construção das duas entidades, a análise das empresas e instituições que figuraram publicamente como sócias da ABAG e da AAPRESID, me permitiu realizar algumas inferências significativas sobre seus respectivos perfis sociais, reforçando as semelhanças entre as duas associações em suas funções de principais aparelhos privados de hegemonia das cadeias produtivas do modelo do agronegócio em seus países. Por isso, tendo em conta que a condição pública de sócio dessas duas entidades pode significar apenas uma relação de patrocínio, sem necessariamente envolver tarefas de direção e organização política, analisamos a relação de empresas e instituições sócias da ABAG e da AAPRESID em três diferentes momentos de suas trajetórias, considerando cada década de funcionamento das duas associações (1990, 2000 e 2010).

No caso da ABAG, os estudos existentes sobre a entidade têm trabalhado com a configuração de seu primeiro conselho administrativo, empossado em 1993, ano de sua fundação (LACERDA, 2009; MENDONÇA, 2017; POMPEIA, 2018). Naquela ocasião, a ABAG contava com representantes de 34 instituições, entre empresas, cooperativas, universidades e associações por produto e multi-produto. Além disso, a relação de associados de 2003 e 2013, constantes em Mendonça e Oliveira (2015), nos permitiu um comparativo da evolução do quadro de sócios da ABAG em três décadas diferentes de seu funcionamento.

**Tabela 1. Empresas ou instituições sócias da ABAG**

1993	2003	2013
Fazenda Reunidas Cabreira (Ministro Cabreira)	AGCO do Brasil	Adeco Agropecuária Brasil S/A
Bolsa de Cereais de São Paulo	Agência o Estado (OESP);	ADM do Brasil Ltda.
Suprarroz S/A Ind. e Com.	Agroceres Nutrição Animal Ltda	AGCO do Brasil
Nestlé Ind. e Com. Ltda	Algar S.A. Empreendimentos e Participações	Agrifirma Brasil Agropecuária S/A
Casas Sendas	Arthur D. Little Ltda	Agroceres Nutrição Animal Ltda
Sambra – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro	Associação Brasileira da Batata (ABBA);	Agroconsult Consultoria e Projetos Ltda.
USP/PENSA	Associação Nacional de Defesa Vegetal -ANDEF	Agropalma S/A
Cooperativa Central de Laticínio do Paraná - CCPL –Batavo;	Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	Algar S.A. Empreendimentos e Participações
Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	Banco Cooperativo Sicredi S.A. - BANSICREDI	Aprosoja Brasil
Cia. Paulista de Fertilizantes	Banco do Brasil S.A.	Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ
C.M.P Comércio Exterior Ltda.	Bayer Cropscience Ltda	Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF
Marchezam Implementos e Máquinas Agrícolas “Tatu” S/A	Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F	Assoc. Nacion. Export. Sucos Cítricos – CitrusBR
Noroeste S/A	Bunge Alimentos S.A	Banco Cooperativo Sicredi S/A
Credit Lyonnais	Bunge Fertilizantes S.A.	Banco do Brasil S/A
Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlandia – CAROL	Caramuru Alimentos S.A.	Banco Itaú BBA S/A
Cooperativa Agroindustrial Holambra	Ceres Consultoria S/C. Ltda	Banco Rabobank International Brasil S/A
Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé – COOXUPÉ	Consult., Métodos, Asses. e Mercantil Ltda (CMA)	Banco Santander S/A
Cooperativa dos produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de SP – COOPERSUCAR	CNH Latin America Ltda	Basf S/A
Braskalb Agropecuária Brasileira Ltda.	Cia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas)	Bayer S/A
UNICAMP/IE	Cooperativa Agropecuária de Araxá (Capal)	BM&F Bovespa S/A
Cooperativa Agrícola de Cotia	Cooperat. Agropecuária Cascavel Ltda (Coopavel)	BRF S/A
Cooperativa dos Cafeicultores de Mococa Agricultura., Pecuária e Industria. Ltda.	Cooperat. Agricultores Região de Orlandia (Carol)	Brascan Agri S/A
Cooperativa de Café de Maringá – COCAMAR	Cooperat. Cafeicult. e Agropec. Maringá Ltda. (Cocamar)	Brasilagro Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas
Bolsa de Mercadorias &Futuro – BM&F	Copersucar	Caixa Econômica
EMBRAPA	FMC Química do Brasil Ltda.	CNH Latin América Ltda.
Maxxion S/A	Fundação Estudos Agrários Luiz de	Cocamar Cooperativa Agroindustrial

	Queiroz (Fealq)	
Cotia Trading Comércio, Exp. e Imp. S/A	Grupo Kepler Weber	Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas)
Agribusiness Comunicação, Assessoria e Consultoria	John Deere Brasil S.A.	Coopavel Cooperativa Agroindustrial
Eximcoop S/A Exp. e Imp. das Cooperativas Brasileiras	Maeda S/A. - Agroindustrial	Cooperat, Agroind. Prod. Rurais So Goiano (Comigo)
Agência Estado	Malteria do Vale S.A.	Cooperativa Agropecuária de Araxá (Capal)
Cambuy Citrus Agroindústria e Comércio S/A	Máquinas Agrícolas Jacto S.A.	Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cotrijal)
ICI do Brasil S/A	Marchesan Implementos e Máquinas Agr. Tatu SA	Cooperat. Regional Cafeic. Guaxupé Ltda. (Cooxupé)
Comercial Quintela, Exportação Ltda	Monsanto do Brasil Ltda.	Demarest & Almeida Advogados
Fertibrás S/A Adubos e Inseticidas	MRS Logística S.A.	Dow AgroSciences Industrial Ltda.
UFRRJ	Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)	Du Pont do Brasil S/A
	Pioneer Sementes	EMBRAPA
	Pirelli Pneus S.A.	Evonik Degussa Brasil Ltda
	Rutherford Trading S.A.	Fecoagro/Fecotrigo
	Sadia S.A.	FMC Agricultural Solutions
	Seara Alimentos S.A	Gaia Agro Securitizadora S/A
	Sindic. Indúst. do Fumo no Estado RS (Sindifumo)	Globo Comunicação e Participações S/A
	Sind. Nac. Indústria Defensivos Agrícol. (Sindag)	Guarani S/A – Usina Cruz Alta
	Sipcam Agro S.A.	Instit. Nac. Processamento Embalagens Vazias (InpEV)
	Sucos Del Valle do Brasil Ltda	IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional
	Syngenta Proteção de Cultivo Ltda	John Deere Brasil S/A
	Syngenta Seeds Ltda.	Justino de Moraes Irmãos S/A – JUMIL
	TV Globo Ltda	Lazzarini Moretti Sociedade de Advogados
	União da Agroind. Canavieira de SP (UNICA)	Malteria do Vale S/A
	Usina Alto Alegre S/A. - Açúcar e Álcool	Usina Alto Alegre S/A. - Açúcar e Álcool
		Maquinas Agricolas Jacto
		Maubisa Agricultura S/A
		Monsanto do Brasil Ltda.
		O Telhar Agropecuária Ltda.
		Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
		PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Radar Propriedades Agrícolas S/A  
Sindic. Nac. da Ind. Prod. Defesa  
Vegetal (Sindiveg)  
Sindic. Nac. da Ind. de Prod. Saúde  
Animal (Sindan)  
SJ Brazil Agropecuária N. 1 Ltda.  
SLC Agrícola S/A  
Sollus Gestora de Terras Ltda.  
Syngenta  
Tiba Agro  
União da Indústria de Cana-de-  
Açúcar (UNICA)  
União dos Produtores de Bioenergia  
(UDOP)  
Usina Alto Alegre S/A – Açúcar e  
Álcool  
Vanguarda Agro S/A

---

Embora o discurso da ABAG busque se colocar como representante da totalidade dos interesses sociais e econômicos do país, quando nos debruçamos sobre a relação de empresas e demais instituições envolvidas com a sua fundação, é possível observar um perfil bastante restrito a segmentos empresariais agroindustriais e financeiros, excluindo tanto a representação de trabalhadores como das populações rurais e urbanas direta e indiretamente envolvidas pelos impactos e consequências do modelo produtivo do agronegócio<sup>10</sup>. Assim, o primeiro segmento empresarial que se destaca é o das grandes cooperativas que, como já apontamos, foram uma importante base política no processo de fundação da ABAG, permanecendo ao longo dos anos como um dos protagonistas na organização e ação coletiva articulada pela associação. Da pesquisa sobre as suas empresas e instituições sócias, podemos

---

<sup>10</sup> O caso do convite feito à Contag para que esta participasse da ABAG é bastante emblemático deste processo. Desde a FAAB, a direção fundadora da associação do agronegócio apresentava um discurso que buscava incorporar a Contag no leque de alianças que essas duas novas iniciativas diziam representar. Uma vez que os dirigentes da Contag negaram a veracidade dessas intenções, recusando os supostos convites, passaram a ser tachados pelos fundadores da FAAB e da ABAG como setores que eram radicalizados demais para a construção de pactos democráticos, mesmo que fosse fato público e notório que haviam interesses irreconciliáveis entre a entidade de representação dos trabalhadores rurais e os novos representantes do agronegócio, como a política de redistribuição fundiária, a forma de como lidar com o movimento de ocupações de terra e a distribuição dos recursos públicos para o incentivo de determinados segmentos privilegiados da produção rural (LACERDA, 2009; FERNANDES, 2018).

destacar, além da representação direta da OCB, um núcleo de cerca de oito grandes cooperativas da produção agroindustrial nacional, todas filiadas ao sistema OCB.

Além do peso do cooperativismo, a presença de grandes multinacionais das cadeias globais de produção de alimentos, fibras e biocombustível, não apenas parece “agregar valor simbólico” à construção política da ABAG, como denota importantes e prováveis fontes de financiamento de suas atividades, bem como um significativo grau de associação de interesses entre o núcleo dirigente e intelectual da ABAG e o capital transnacional. Se em 1993 foi identificada apenas a presença de representantes da Nestlé em seu conselho de administração, em 2003 e 2013, a ABAG contava, respectivamente, com a participação de 13 e 16 grandes empresas transnacionais atuantes no agronegócio brasileiro. É válido ressaltar que todas essas empresas atuam principalmente na área de produção de insumos (bioquímicos e de maquinário) e de distribuição e comercialização da produção agroindustrial.

Também se destaca com grande relevo a produção nacional de insumos. Não apenas através da obstinada promoção da noção de agribusiness levada a cabo pela Agrocere, mas pela presença de um importante e ativo grupo de empresas de origem nacional envolvidas na produção e distribuição de insumos bioquímicos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos)<sup>11</sup> e de equipamentos agrícolas (maquinário em geral)<sup>12</sup>.

Em terceiro lugar, a presença de instituições financeiras também é significativa. Nos primeiros anos é possível identificar a presença da Bolsa de Cereais de São Paulo, da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), do Banco Noroeste e do banco francês Credit Lyonnais. Em 2003, contavam como associados da ABAG: Banco do Brasil S/A, Bolsa de Mercadorias e Futuros, Banco Cooperativo do Brasil S/A, Banco Cooperativo Sicredi S/A. Em 2013, a

---

<sup>11</sup> Representadas por exemplo pela Agrocere, Cia. Paulista de Fertilizantes S/A, Sindicato Nacional das Indústrias de defensivos Agrícolas (Sindag), Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos para a Defesa Vegetal (Sindiveg) Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos de Saúde Animal (Sindan).

<sup>12</sup> Por exemplo, destacam-se: Maxxion S/A, Marchezan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S/A, Maquinas Agricolas Jacto S/A e Justino de Moraes Irmãos S/A – Jumil.



ABAG ampliou ainda mais seu leque de instituições financeiras associadas, contando com: BM&F Bovespa, Banco Cooperativo Sicredi S/A, Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco Itaú BBA S/A, Banco Rabobank International Brasil S/A, Banco Santander S/A e a seguradora Gaia Agro Securitizadora S/A.

Em seguida, destacam-se alguns grupos menores de empresas que nem por isso deixam de ser significativos para a compreensão do perfil de associados da ABAG. Além de alguns estabelecimentos de produção agropecuária em zonas de fronteira agrícola do Cerrado e da Amazônia, identificamos empresas da produção agroindustrial de alimentos (proteína animal, açúcar, cítricos e outros grãos e cereais da cesta básica alimentar) e da indústria de óleos vegetais, etanol e algodão. Há ainda um importante conjunto de empresas destinadas à comercialização, distribuição e logística da produção, realizados não só pelas tradings transnacionais, mas também por algumas empresas nacionais e regionais.

Outros setores de ponta que aparecem entre os associados da ABAG são empresas de consultoria (agronômica, administrativa e financeira), de comunicação e marketing e de tecnologia da informação (seja para a gestão da produção e dos negócios, seja no uso de georeferenciamento na realização do plantio direto). No setor da educação e da pesquisa, para além dos laços com a academia, originários da construção do IEAG, ressalta-se a Embrapa, que tanto teve representantes no primeiro conselho deliberativo da entidade, como figura como empresa associada em 2013. Finalmente, embora o signo da grande propriedade e do latifúndio fique escamoteado pelo discurso e pelo perfil aparente da maioria de seus associados, também nos deparamos com imobiliárias e escritórios de advocacia, que tanto podem denotar uma preocupação com a defesa da propriedade da terra, quanto com as regulamentações da propriedade intelectual, fator chave para os monopólios de mercado da grande indústria de insumos agropecuários.

No caso da AAPRESID, analisamos as seguintes relações de empresas ou instituições que “son sócias de AAPRESID y hacen posible sus actividades” (AAPRESID, 1991; 2001), assim figurando em seus periódicos (Siembra Directa e Red de Innovadores). Para tanto, tal como na análise dos sócios da ABAG, destacamos três diferentes anos (1991, 2001 e 2016), nas três diferentes décadas de atuação da associação, chegando à seguinte relação de sócios:

**Tabela 2. Empresas ou instituições sócias da AAPRESID**

1991	2001	2016
Agricultores Federados argentinos	Agricultores Federados Argentinos	Aberlardo Cuffia Agricultura de Precisión
Agar Cross S.A	Agroexpress.com S.A.	Asociación de Cooperativas Argentinas
Agroimpulso S.A.	Agrometal S.A.	Acay Agro
Agrometal S.A.	Agroscar S.A.	ADAMA
Basf Argentina S.A.	Agroservicios Pampeanos	Advanta
Bayer Argentina S.A.	Apache S.A.	Agrale
Cargil SACL	Asociados Don Mario	Agri Fert
Cianamid Argentina S.A.	Aventis	AgroFina
Dekalb Argentina S.A.	Banco Bisel S.A.	Agrometal
Dowelanco S.A.	Banco Galicia	Akron
Fundación Producir Conservando	Banco Rio de la Plata	Albor
Giorgi S.A.	Basf Argentina S. A.	Allianz
ICI Duperial SALC	Bayer Argentina S. A.	AlltecBio
Industrias PLA y Cia SRL	Bertotto y Boglione S. A.	Arysta Life Sicense
INTA	Buck Semillas	Apache
ING. E. Bertini	Cargil SACI	Atanor
Migra S.A.	Carlos Mainero y Cia.	Bahnsa Laboratorios
Monsanto Argentina SALC	Cia. de Seguros La Mercantil Andina S.A.	Banco Municipal
Nidera Argentina S.A.	Crinigan S.A. Inoculantes	ICBC
Pierobon y Cia. SRL	Davilor	Banco Galicia
Semeato do Brasil	Dow AgroSciences	Barenbrug Palaversich
	El Batel S.A.	Basf
	FMC Argentina	Bayer
	SACIEF Futuros y Opciones.com	BBVA Francés
	Giorgi S.A.	Banco Patagonia
	Hydro Agri S.A.	Santander Río
	Ind. John Deere Agro S.A.	Bertini
	Ind. Plá y Cia.	Biagro
	Industrias Erca S.A.	Bioceres

Ing. E. Bertini S.A.	Bunge
Ishihara Argentina	CLAAS
Magan Argentina S.A.	Biogenesis Bagó
Mercado a Termino de Rosario (ROFEX)	Compañía Argentina de Granos
Metalfor S.A.	Compo
Monsanto Argentina S.A.	Crucianelli
Nidera Semillas S.A.	Don Mario
Pecom Energia S.A. (PASA)	Dow AgroSciences
Pierobon S.A.	Dupont
Pionner Argentina S.A.	Erca
Profértil S.A.	Fabimag
Relmó S.A.	FMC
Rizobacter Argentina S.A.	Fertec
Schiarre S.A.	Fyo
Seminium S.A.	Geo Agris
Sparks	Geo Agro
Syngenta	Grimaldi Grassi S.A.
Talleres Metalúrgicos Crucianelli S.A.	Illinois Semillas
Thier Quimica S.A.	Induagro
<b>“Instituciones”</b>	Insuagro
Bolsa de Comércio de Rosário	Ipesa Silo
INTA Fundación	Jacto
Producir Conservando	John Deere
Sociedad Rural Argentina	Grupo Asegurador La Segunda
	LS Arg
	Mainero
	Metalfor
	Monsanto
	Nidera
	Nitragin
	Nufarm
	Nutrifoliar
	Pioneer
	PLA
	Profertil
	Rizobacter
	Rotam
	San Cristobal
	Seedmech
	Silobolsa Plastar
	Speed Agro
	Spraytec
	Super Walter
	Red Surcos
	Sumitomo Chemical

Summit Agro  
Syngenta  
UPL  
Valley  
Amarok (Wolkswagen)  
Wilger  
Yara  
YPF

---

Em primeiro lugar, ainda que o peso do cooperativismo na AAPRESID pareça ser menor do que no caso da ABAG, não é pouco significativo que Agricultores Federados Argentinos (AFA), uma das maiores cooperativas empresariais do país, sediada em Rosário e dedicada à produção agropecuária em diversas regiões, seja sócia da entidade desde a sua fundação.

No entanto, a principal base fundadora da AAPRESID, e que lhe aproxima da associação brasileira, é a forte presença das empresas multinacionais que atuam tanto na produção e comercialização de insumos agropecuários (bioquímicos e maquinário), quanto na logística, beneficiamento e exportação da produção em si. Na verdade, neste caso, o papel destas empresas estrangeiras parece ter sido ainda mais relevante. Se associando com as jovens lideranças técnicas e empresariais fundadoras da entidade argentina, em 1991 elas já somavam dez das vinte empresas sócias naquele momento. Destas, não há dúvidas do protagonismo da Monsanto, evidenciando mais uma vez o papel específico que os interesses econômicos e as tecnologias desta empresa (particularmente o pacote tecnológico Soja RR + Glifosato, que se somava ao Plantio Direto realizado por um moderno maquinário agrícola) cumpriram ao longo dos últimos trinta anos na expansão do modelo na argentina. Quem afirma isso não são apenas os estudos e jornalistas críticos da entidade (BOCHICCHINEO Y CATTANEO, 2003; HERNANDEZ, 2007, 2013; ALAPIN, 2008; ARANDA, 2017; CARINI, 2017; LIAUDAT, 2018), mas o próprio Banco Mundial. Segundo relatório da instituição do ano de 2006, em meados da década de 1980:

(...) alrededor de 15 productores pioneros junto con investigadores del INTA comenzaron a reunirse para analizar la SD. Un investigador de Monsanto, que anteriormente había participado en las pruebas de Pergamino, insistió para crear una asociación para promover la SD. Fue así como en 1988 (sic) se creó la Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID), con una contribución de Monsanto para pagar los costos de su puesta en marcha (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 36).

Nos anos seguintes, a proporção de multinacionais que figuram publicamente como sócias da AAPRESID cresceu na mesma medida do progressivo reconhecimento social de sua importância política e estratégica junto ao empresariado rural argentino e na disputa ideológica mais ampla na sociedade.

Reforçando o encontro de interesses entre a indústria de insumos bioquímicos, a indústria de maquinário agrícola e grandes tradings nacionais e internacionais, e fortalecendo os laços de associação entre um empresariado nacional e o capital transnacional das grandes cadeias globais de produção agroalimentar, a AAPRESID também conta com um significativo número de empresas nacionais e regionais de produção e distribuição de insumos agrícolas (bioquímicos e maquinário), tendo este grupo de empresas crescido na mesma proporção do crescimento da entidade ao longo dos anos analisados<sup>13</sup>.

Da mesma maneira o papel do sistema financeiro também se mostra relevante quando se analisa a fotografia das empresas sócias e financiadoras das atividades da AAPRESID. Apesar de em 1991 a entidade argentina não contar com nenhuma instituição financeira associada, em 2001 e 2016 encontramos um significativo número (7 e 8, respectivamente) de representantes deste setor da economia. Entre instituições financeiras nacionais e internacionais, pude destacar: Banco Bixel, Banco Santander Río, Banco de Galicia, SACIEF Futuros y Opciones.com, Bolsa de Comércio de Rosário, Mercado a Termino de Rosários

---

<sup>13</sup> Dentre elas podemos destacar: Agar Cross S.A., Pierobon S.A., Agroexpress.com S.A., Agrometal S.A., Apache S. A., Buck Semillas, Bertotto y Boglione S.A., Criningan S.A. Inoculantes, Davilor, El Batel S.A., Giorgi S.A. Ind. Plá y Cia., Agrale, Bioceres, Biogenesis Bagó, Red Surcos, Bertini, ADAMA, Akron, AltecBio, Bahnsa Laboratorios, Bioceres, Erca, Fabimag, Fertec, Insuagro, PLA.

(ROFEX), ICBC (China Bank), Banco Municipal, BBVA Frances, Banco Patagonia, Grupo Aseguradora La Segunda e Allianz Seguros.

Além destes três grupos de empresas que se destacam, há um importante conjunto de grandes e mega empresas e consórcios agropecuários (os chamados “pools de siembra”) que atuam na gestão de ativos de diferentes segmentos das cadeias de produção agroindustrial, particularmente no cultivo, beneficiamento e comercialização de commodities agrícolas, em que a Soja é a principal estrela. Por isso, é possível identificar também algumas empresas atuantes na área de logística, distribuição e exportação de alguns produtos componentes das cadeias agroindustriais.

Finalmente, de um lado, encontramos uma serie de empresas que atuam em setores que cada vez mais tem ocupado um lugar de centralidade na cadeia de transações do agronegócio, como: empresas da área de comunicação e marketing, da tecnologia da informação (na gestão dos negócios e da produção, crescentemente automatizada) e consultorias em diferentes áreas (agronômica, administrativa, financeira). Além disso, o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) figura como uma das poucas instituições sócias que, além de ser estatal, não é uma empresa ou um indivíduo. Sua presença confirma e reforça os fortes laços da associação com o principal centro de pesquisas agropecuárias do país. Outra instituição que, segundo pudemos constatar, figurou por vários anos como sócia da AAPRESID foi a SRA. Este é um intrigante dado, uma vez que há um consolidado entendimento da bibliografia especializada de que a associação rosarina tenha marcado significativa distancia política e simbólica da tradicional associação de grandes pecuaristas e proprietários de terra residentes historicamente na cidade de Buenos Aires. Este fato, ao mesmo tempo que pode relativizar o distanciamento demarcado pelos estudos existentes, também pode relativizar o grau de envolvimento real de determinada instituição que figure nas publicações institucionais como sócias de uma dada associação. Independente

disso, o certo é que ele não apenas denota uma possível relação de financiamento da AAPRESID pela SRA, como demonstra o prestígio que a nova associação angariou, fazendo com que, de alguma forma, ela tivesse permissão para apresentar para o público leitor de seu periódico a tradicional associação portenha como sua sócia, tomando de empréstimo e capitalizando parcialmente o capital simbólico historicamente construído por “*La Rural*” (BOURDIEU, 1974).

Ao realizarmos esta aproximação comparativa do perfil das empresas e instituições que figuram publicamente como sócias da ABAG e da AAPRESID, é possível constatar, a despeito de algumas particularidades relevantes, uma forte aproximação entre as duas entidades, desvelando as características gerais de sua composição social.

Portanto, no que se refere às características gerais em comum da composição social das duas entidades, destacam-se três diferentes grupos de empresas. Em primeiro lugar, temos a forte presença das principais empresas transnacionais que tanto podem atuar na produção e distribuição de insumos agropecuários, como nas atividades a jusante da cadeia produtiva, atuando na logística, beneficiamento e comercialização da produção agropecuária. Não é trivial que as duas associações que despontaram como principais aparelhos privados de hegemonia do agronegócio tenham em sua composição societária as principais transnacionais atuantes em cada país. Em segundo lugar, como associadas e/ou concorrentes das transnacionais, há uma forte presença de empresas nacionais da indústria de insumos, particularmente bioquímicos e maquinário, atuando, tanto na produção local, como na sua distribuição para produtores agropecuários. Em terceiro lugar, o peso do mercado financeiro também é muito significativo, com as duas entidades tendo como suas associadas as respectivas bolsas de mercado futuro, a ROFEX (em Rosário) e a BM&F (em São Paulo), além de grandes bancos, seguradoras e fundos de investimento nacionais e internacionais. Além destes três grupos majoritários, também há em comum tanto uma miríade de empresas

nacionais multissetoriais que atuam em distintas áreas no campo da gestão da produção agroindustrial, como cooperativas, consultorias diversas, empresas de propaganda e marketing, tecnologia da informação, distribuição e logística. Finalmente, para além de empresas transnacionais com origem em países da América do Norte, Europa, Japão e China, pude identificar tanto empresas de origem brasileira que possuem atuação na Argentina, como empresas de origem Argentina que possuem atuação no Brasil. No primeiro caso, no ano de 2013, destacaram-se quatro das chamadas mega-empresas do agronegócio argentino, as “translatinas”. No caso de El Tejar e Adecoagro as empresas apareceram diretamente como sócias da ABAG. No caso da Los Grobo, a mesma aparece como sócia-proprietária da empresa Sollus Gestora de Terras, associada da ABAG em 2013. No caso da Cresud, a empresa Argentina aparece como sócia-proprietária da Brasil Agro, também associada da ABAG em 2013. Em ambas as situações tudo indica que se trata de empresas com investimentos em terras em zonas de grande produção de Soja no Brasil (Centro-Oeste e Oeste baiano), na Bolívia e no Paraguai. No segundo caso, das empresas com origem brasileira que figuram como sócias da AAPRESID, todas pertencem à indústria de máquinas agrícolas, sendo elas a Semeato (1991), Agrale (2016) e Jacto (2016). Finalmente, também merecem menção algumas empresas de origem Argentina que em 2016 figuravam como sócias da AAPRESID, possuem atuação no Brasil, mas não encontramos nenhuma indicação de que já tenham sido sócias da ABAG. São elas: Metalfor (máquinas agrícolas), Ipesa Silo (logística), Biogenesis (saúde animal) e GeoAgris (georeferenciamento).

#### **2.4. Quais as trajetórias sociais dos dirigentes?**

Nas seções subsequentes busquei analisar alguns aspectos do perfil social de uma amostra significativa de intelectuais e diretores da ABAG e da AAPRESID. Para tanto,



realizei um levantamento de dados sobre a trajetória de vida de seus dirigentes a partir de informações que pude obter por meio de entrevistas e perfis institucionais das lideranças analisadas, bem como de uma busca complementar em redes sociais, buscadores, páginas na internet de empresas, portais especializados em agronegócio e outras instituições públicas e privadas<sup>14</sup>. Estas buscas e análises se pautaram pela seguinte categorização das respectivas trajetórias traçadas em distintos campos do mundo social: origens sociais, formação acadêmica, atuação acadêmica, atuação empresarial, associações e organizações da sociedade civil, presença na sociedade política. Neste sentido, embora seja importante reforçar a perspectiva de Gramsci sobre a indissociabilidade e complementaridade dialética entre estrutura e superestrutura, bem como de sua noção de Estado ampliado, desconstruindo a cisão reificada entre sociedade política e sociedade civil, não deixo aqui de recorrer ao legado teórico-metodológico da sociologia das formas de dominação simbólica de Bourdieu, entendendo que há uma autonomia relativa dos diversos campos de produção cultural componentes do mundo social contemporâneo, estabelecendo regras e lógicas próprias de funcionamento, concorrência e posicionamento dos indivíduos frente às diversas formas de estruturação do poder simbólico. Por isso, muito embora a delimitação dessas dimensões da vida social seja frequentemente volúvel, incerta e arbitrária, uma avaliação global das trajetórias de vida do quadro de dirigentes de ambas associações ajudou na percepção de algumas tendências importantes do perfil social daqueles que estiveram na direção da ABAG e da AAPRESID ao longo do tempo, permitindo a visualização parcial da rede de conexões e interconexões da hegemonia do agronegócio em distintos âmbitos da sociedade civil e da sociedade política.

---

<sup>14</sup> No caso da ABAG e da AAPRESID a plataforma de consulta mais acessada para a construção dos dados foi a rede social LinkedIn. No entanto, além do diálogo com a revisão bibliográfica sobre as duas associações, foi feita uma pesquisa mais ampla em buscadores da internet, o que permitiu o acesso a outras fontes de instituições e publicações especializadas em agronegócio.

A amostra de 39 dirigentes da ABAG analisados (consultar **anexo 1**) foi construída em diálogo com os estudos existentes sobre a associação (GRAZIANO DA SILVA, 1993, BRUNO, 1997, 2002, 2009; MENDONÇA, 1997, 2010, 2017; LACERDA, 2009; GRYNSZPAN, 2009; PINTO, 2010; RAMOS, 2011; LAMOSA, 2014; LERRER, 2016; POMPEIA, 2018. LIAUDAT E FERNANDES, 2021) e considerando o quadro de diretorias da entidade em seus primeiros 20 anos, disponível em caderno comemorativo de quando a associação completou duas décadas desde a sua fundação (ABAG, 2013). No caso da AAPRESID (consultar **anexo 2**), além do diálogo com a literatura acadêmica sobre esta associação (BOCCHICCHIO Y CATTANEO, 2003; HERNANDEZ, 2007, 2013; PANERO, 2013; GRAS Y HERNANDEZ, 2016; LIAUDAT, 2018; LIAUDAT E FERNANDES, 2021), foi analisado um conjunto de 48 lideranças a partir do quadro de quatro gestões diferentes (AAPRESID, 1994a; 1998a; 2009; 2011). Além disso, acrescentei o nome de Gustavo Gropocopatel, reconhecida liderança da associação e do agronegócio argentino, que foi diretor da entidade entre 2000 e 2008 e, por isso, não aparece nos anos analisados. Finalmente, é importante destacar que embora no caso da AAPRESID eu tenha tido acesso a apenas quatro gestões da história da associação, tanto neste caso, como no caso da ABAG (em que tive acesso a todas as gestões entre 1993 e 2013), a rotatividade dos membros das suas direções, apesar de constante, é relativamente baixa de um ano para outro. Deste modo, acredito que a presente amostra de dirigentes da AAPRESID é suficiente para cobrir de forma satisfatória a história da associação.

#### **2.4.1. Dirigentes da ABAG**

##### **Alguns Aspectos sobre as Origens Sociais:**

Embora a intenção inicial deste ponto fosse analisar a origem de classe dos diretores da ABAG a partir de suas condições de proprietários de capital e de suas origens geográficas e familiares, não pude reunir um quadro de informações que fosse suficiente para fazer esta caracterização. Mesmo assim, foi possível realizar algumas inferências a cerca dessas origens sociais das lideranças pesquisadas, o que permitiu a identificação de algumas tendências gerais a este respeito.

Em primeiro lugar, constatei uma considerável maioria de diretores paulistas, seguidos de alguns poucos representantes com origem em outros estados do Centro-Sul do país, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Goiás. Não parece haver diretores provenientes das regiões Norte e Nordeste. Identifiquei também quatro diretores de origem estrangeira: José Arturo Furlong (imigrante argentino), Shiro Nishimura (imigrante japonês), Carlo Lovateli (filho de um conde italiano com uma inglesa; casado com uma alemã), Ingo Ploger (brasileiro, terceira geração de família de imigrantes alemães). Em segundo lugar, merecem destaque duas conexões familiares identificadas no interior da diretoria da entidade: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, que foi presidente da ABAG entre 2012 e 2019 e é primo de Roberto Rodrigues, e Urbano Campos Ribeiral que foi cunhado de Ney Bittencourt de Araújo, assumindo o comando da Agrocere e a diretoria da ABAG após seu falecimento. Além disso, é possível identificar que muitos diretores são líderes fundadores (ou herdeiros) de grandes empresas de origem familiar, como: Agrocere, Sadia, Algar, Caramuru Alimentos, Jumil e Grupo Jacto. Por outro lado, encontramos ainda, mais dois perfis de recorte mais profissional e menos familiar. O primeiro se refere àqueles que aparecem como altos funcionários de grandes empresas de origem nacional e internacional. São elas: Dupont, Bunge, Bayer, Petrobras, Ihara, Dow Química, Hoescht, Vale Fertilizantes, Melhoramentos, Hamburg Sud, Embraer, Bocsh, Kaiowa, Varig, Degusa, Evonik O segundo trata de um perfil mais estritamente técnico, que ascendeu socialmente

através do diploma. Neste perfil, pude identificar apenas Monika Bergamaschi. Proveniente de uma família de médicos e professores, ela é a única mulher no quadro de dirigentes da ABAG que, ao que tudo indica, construiu sua posição de liderança a partir de sua formação em agronomia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde foi aluna de Roberto Rodrigues e se tornou sua assessora.

Portanto, uma das questões que se coloca quando se pensa em traçar um perfil social de lideranças de aparelhos privados de hegemonia empresariais é: qual é o lugar de classe ocupado por esses indivíduos enquanto proprietários de terra e/ou de capital? Esta questão exigiria uma pesquisa teórica e empírica minuciosa que não poderia ser esgotada ou abordada a contento dentro dos limites e possibilidades de realização deste trabalho. Por isso, resulta importante destacar apenas que, ao pesquisar sobre a trajetória social das lideranças da ABAG, da AAPRESID, do PENSA e do PAA, não consegui encontrar muitas informações para responder a esta pergunta. Para além de uma questão de privacidade das lideranças pesquisadas, isto parece remeter indiretamente ao processo de financeirização da produção, uma vez que a propriedade do capital não se encontra mais encarnada na figura individual de um capitalista, proprietário de uma empresa específica, atuante num setor produtivo particular, mas numa complexa rede de holdings administrada por uma miríade de sócios proprietários e/ou gestores de diferentes empresas, atuantes em diferentes ramos da produção e detentores de maior ou menor participação nos lucros globais capturados ao longo das diferentes cadeias produtivas em que se está investindo. Isto faz com que os personagens abordados no estudo dessas instituições raramente se apresentem ou sejam apresentados como proprietários de capital. Ou seja, a hegemonia do capital monetário no mundo contemporâneo, ao promover um distanciamento entre a efetiva propriedade do capital e o mundo da produção real, apaga das aparências as relações sociais de propriedade, permitindo que as principais lideranças do agronegócio brasileiro e argentino se apresentem como

produtores rurais, professores, gestores, empresários, diretores de empresa, presidentes de conselhos empresariais, engenheiros, advogados, médicos, paulistas, paranaenses, mineiros, gaúchos, bonarenses, portenhos, cordobeses, santafesinos, brasileiros, argentinos, descendentes de alemães, japoneses, italianos, mas nunca (ou quase nunca) como proprietários de capital. Como capitalistas funcionantes por excelência (ou ao menos como gestores graduados do capital funcionante), as trajetórias sociais em questão destacam o perfil técnico e profissional de professores e dirigentes do agronegócio, ocultando o fato muito provável de que, além de possuírem diversas identidades sociais, profissionais e acadêmicas, estes porta-vozes são acionistas, minoritários ou majoritários, em diversas etapas da produção e do mercado global. Portanto, nesta perspectiva, na aparência, estamos diante daquilo que Marx chamou de capitalistas funcionantes, mas na prática, possivelmente, muitos deles também são proprietários de capital monetário e quase todos, embora possuam uma clara origem nacional, estão profunda e complexamente associados de forma subordinada a outros capitais portadores de juros de origem estrangeira (FONTES, 2003).

### **Formação Acadêmica**

Do universo de dirigentes pesquisados, pude identificar a formação acadêmica de graduação de 24 deles. Destes, 8 foram formados pela ESALQ/USP, além de mais dois graduados pela USP em outras faculdades, somando 9 representantes com formação em dita universidade. Em seguida se destacam a UNESP e a Universidade Federal de Lavras (UFLA), com 2 representantes cada uma. Além destas, destaca-se também a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), e as mineiras Universidade Federal de Itajubá (UFEI) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV), conformando um total de 16 formados em instituições públicas de ensino. Os graduados em instituições privadas nacionais que pudemos identificar, por sua vez, somam 3 representantes formados nas seguintes

universidades paulistas: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana (FEI). Com formação de graduação no exterior, identificamos apenas Ingo Ploger que, com dupla nacionalidade, realizou seus estudos na Universidade Tecnológica de Darmstadt, na Alemanha. A respeito das disciplinas em que se formaram os dirigentes analisados da ABAG, a formação em agronomia é predominante, com 13 representantes. Em seguida, identifica-se um segundo grupo com cinco representantes formados em outros campos da Engenharia (Mecânica, Eletrônica, Metalúrgica, Química e de Alimentos). Em terceiro lugar, no campo dos estudos sobre gestão e negócios, identifiquei apenas 2 economistas e 2 administradores. Finalmente, constatei também um diretor formado em Comunicação, Christian Lohbauer, e Carlo Lovatelli, ex-presidente, formado em Física.

No que se refere às pós-graduações, pude identificar que, ao menos 13 deles realizaram algum tipo de especialização. Destes, 8 realizaram cursos no campo das ciências econômicas e administrativas. Na agronomia *stricto sensu* não foi identificado nenhum representante, apenas um doutor em ciências agrárias. No campo da biotecnologia, temos um doutor em genética e melhoramento de plantas e um especialista em Física Nuclear. No campo das ciências humanas, encontra-se um mestre e doutor em Ciência Política, um especialista em Marketing e um representante com pós-graduação na Escola Superior de Guerra (ESG). No campo dos estudos sobre agribusiness temos ao menos dois representantes que cursaram os seminários de agribusiness da Harvard Business School e um que cursou a pós-graduação em agronegócio da FGV. Apesar da inegável relação de proximidade entre as instituições, a princípio, não identifiquei nenhum dirigente da ABAG que tenha realizado algum tipo de especialização no PENSA/USP. Das instituições identificadas, a maioria é estrangeira, como a já citada Universidade de Harvard, Georgetown University e a Perdue University nos Estados Unidos, a Universidade Tecnológica de Munique e a Universidade de

Bonn, na Alemanha, o Insead, na França e o IMD, na Suíça. Das instituições brasileiras foram identificadas a USP, a FGV e a UFSCAR.

Assim, é notável que a ABAG tenha encontrado na Universidade de São Paulo e, em particular, na ESALQ, o principal centro de formação acadêmica de seus quadros, carregando consigo a sua marca de escola. Na graduação, com uma expressiva presença de agrônomos e de engenheiros de outras áreas do conhecimento voltadas para a produção agroindustrial, a associação contou com lideranças de alta qualificação, em sua grande maioria formados por instituições públicas de ensino superior. A importância da universidade pública e de seu financiamento (fundamentalmente público) para a formação destes dirigentes é incontornável. Na pós graduação, embora em menor número, como é de se esperar, houve um claro movimento de transição de muitas lideranças do campo da agronomia para o campo da teoria econômica, da administração e da comunicação. Também se percebe que enquanto as graduações tiveram um peso majoritário de importantes universidades localizadas no estado de São Paulo, aqueles que realizaram pós-graduação tenderam a realizar estes estudos em universidades públicas e privadas, a maioria delas internacionais. Das nacionais, constatam-se centros universitários exclusivamente localizados em São Paulo, não só reforçando a centralidade política e econômica deste estado no âmbito nacional, como reforçando a hipótese da entidade responder em grande medida aos interesses de tradicionais setores das classes dominantes paulistas.

### **Atuação Acadêmica**

No que se refere à trajetória na academia, cinco dirigentes da ABAG foram identificados como professores e pesquisadores em universidades: Antonio Herminio Pinazza, Roberto Rodrigues, Christian Lohbauer, Eduardo Daher e Luiz Antonio Pinazza. Três deles lecionaram na FGV, sendo Rodrigues fundador e coordenador do Centro de

Agronegócio da instituição. Além desta universidade privada, temos a Universidade Mackenzie e a Universidade Metodista de Piracicaba. Das universidades públicas se destacam a UFSCAR, UNESP e USP. Além das lideranças citadas, Weber Porto foi membro do conselho curador da Fundação Dom Cabral e Cristiano Walter Simon foi membro suplente da Congregação da ESALQ/USP, como representante da associação de ex-alunos da escola (ADEALQ). Reforça-se novamente os laços com importantes instituições paulistas de ensino superior, públicas e privadas. Destacam-se particularmente, as relações com a ESALQ e a FGV de São Paulo.

**Tabela 3. Diretores da ABAG com presença identificada em instituições acadêmicas**

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Antonio Herminio Pinazza	Professor na UFSCAR e Universidade Metodista de Piracicaba
Roberto Rodrigues	Professor da UNESP e FGV, Coordenador da GV Agro
Weber Porto	Conselho curador da Fundação Dom Cabral
Christian Lohbauer	Ministrou cursos nas Universidades Mackenzie e no curso de pós-graduação Santiago Dantas, membro do Grupo de Análise Internacional da Universidade de São Paulo (GACINT/IRI/USP)
Eduardo Daher	Ministra aulas na ESALQ e na FGV
Luiz Antonio Pinazza	Professor da FGV e Editor Executivo da Revista Agroanalysis

### **Atuação Empresarial**



A respeito da trajetória profissional dos diretores da ABAG no mundo empresarial, identifiquei a passagem de 28 dirigentes por pelo menos uma empresa ou estabelecimento agropecuário. O escopo de atuação profissional dessas lideranças abarca o amplo conjunto de atividades produtivas das principais cadeias agroindustriais do Brasil, incluindo boa parte das empresas sócias da ABAG. Assim, identifiquei vínculos com grandes empresas transnacionais, empresas de produção e comercialização de insumos agropecuários, principalmente maquinário, sementes e agrotóxicos, instituições financeiras, empresas de comunicação e marketing (em que se destaca as organizações Globo), grandes representantes do cooperativismo empresarial, usinas de cana de açúcar, agências de consultoria empresarial, grandes frigoríficos, empresas de logística e transporte, alguns estabelecimentos de produção agropecuária e algumas poucas, mas importantes empresas estatais. A lista a seguir ilustra muito bem a rede de empresas que se articula através da atuação dos dirigentes da ABAG no meio empresarial, reforçando as tendências já apontadas na análise das instituições sócias da entidade.

1. ABEF
2. AGCO Massey Ferguson
3. Agribusiness Comunicação, Assessoria e Consultoria
4. Agrifirma Brasil Agropecuária
5. Agrocere
6. Agropalma
7. Agroterenas AS
8. AMATA SA,
9. AS Adubos e Inseticidas
10. ASK Comercial e Produções
11. Associação da Indústria de Açúcar e do Álcool do Estado de São Paulo
12. Banco Bandeirantes

13. Banespa
14. Bayer
15. BBM (Bolsa Brasileira de Mercadorias)
16. Bioagência
17. BM&F
18. Bosh
19. Brazilian Meat Business S/A
20. Bunge
21. Bunge Fertilizantes
22. Canal Rural
23. Canaplan
24. Caramuru Alimentos
25. Case New Holland (CNH)
26. Cocamar
27. Companhia Brasileira de Marketing
28. Companhia Melhoramentos
29. Companhia Paulista de Fertilizantes
30. SLC Agrícola AS
31. Consultor AMB Associados,
32. Consultoria Correnteza Gestão e Investimentos Rurais
33. Consultoria IPDES
34. Consultoria MB Agro
35. Cooperativa de Crédito Rural dos Produtores de Cana de Guariba
36. Coplana (Cooperativa de Produtores de Cana de Guariba)
37. Coplana Cooperativa Agroindustrial
38. Customer House Consultoria Avançada LTDA
39. Degusa/Matacril
40. Dow Química

41. Dow Química Brasil e Américal Latina
42. Dupont do Brasil
43. EMBRAER
44. Ericsson
45. Escola de Negócios Alphaville
46. Fazenda Araponga
47. Fazenda Jumari 3
48. Fazenda Santa Izabel
49. Fertibras
50. Figliolino & Piza Neto Consultoria Empresarial
51. Grupo Agroconsult
52. Grupo Algar
53. Grupo Alto Alegre
54. Grupo Evonik
55. Grupo Jacto
56. Hamburg SUD
57. Hoescht do Brasil
58. Iharabras - Industria Química S/A
59. ITAU BBA
60. Jumil
61. Kaiowa
62. Macrosector Consultoria
63. Market FS Consultoria e Treinamento Ltda
64. Norton Publicidade
65. Odebrecht Agroindustrial
66. Petrobras
67. Presidente Ligo Brasil
68. RCW Consultores

69. RDS Restaurante e Eventos EIRELI
70. Sadia
71. SAMRIG Moinhos Riograndense
72. ÚNICA
73. Unipar Commerce
74. Vale Fertilizantes
75. Varig
76. Wilson Sons AS

### **Associações e Organizações da Sociedade Civil**

Pesquisando as trajetórias sociais dos diretores da ABAG, desdobra-se uma ampla rede de associações privadas de caráter empresarial com os mais diversos objetivos, dimensões e escopos sociais. Em sua grande maioria (mais de trinta certamente) trata-se de associações empresariais por produto agropecuário ou por cadeia agroindustrial. Os produtos que mais se destacam são cana, soja, milho, sorgo, cítricos, cacau, equinos, frango e proteínas animais diversas. No caso das cadeias temos a indústria de óleos vegetais, sucos cítricos, exportação de frango e proteína animal, agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos), genética agropecuária, indústria automotriz, engenharia e geotecnia, marketing, comunicação, telefonia móvel e pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

As conexões com tradicionais formas de representação do empresariado nacional também se fazem presentes. As mais significativas são as relações com a criação e composição do departamento de Agronegócio da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), que contou com a passagem de nove diretores da ABAG, e com a Sociedade Rural Brasileira que teve na sua cúpula quatro diretores da ABAG, incluindo Roberto Rodrigues, que a presidiu entre 1993 e 1996. Além disso, identifiquei ainda alguns diretores que tiveram

cargos de destaque na SNA, na Federação de Agricultores do Rio Grande do Sul (FARSUL) e na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Também identifiquei algumas lideranças da ABAG como presidentes e diretores de algumas organizações de cooperativas do sistema OCB, particularmente dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Temos ainda quatro tipos de associação empresarial que se destacam na trajetória social dos diretores da ABAG: um grupo mais voltado para preocupações técnico-científicas, outro para os temas da responsabilidade social corporativa, outros direcionados para a articulação internacional de interesses empresariais, e um partido político em particular. No primeiro caso, trata-se de conexões com a ESALQ (através da associação de ex-alunos, do seu centro acadêmico e da fundação de direito privado associada da instituição), com as associações brasileira e paulista de engenheiros agrônomos e outras iniciativas como o Conselho de Informações de Biotecnologia e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

Em segundo lugar, nos referimos a algumas iniciativas voltadas para o desenvolvimento e divulgação de práticas de responsabilidade social empresarial, levadas a cabo por grandes empresas. A que mais se destacou, com três diretores da ABAG, é o ARES – Instituto para o Agronegócio Responsável, fundado em 2007 por iniciativa de lideranças da ABAG junto a outras tradicionais entidades associadas à produção agropecuária com o intuito de promover neste meio empresarial práticas de responsabilidade social corporativa (LACERDA, 2009). Além do ARES, também identificamos relações com iniciativas mais recentes, como o Conselho Científico para a Agricultura Sustentável e o Instituto Brasileiro para Inovação e Sustentabilidade no Agronegócio, além do WWF Brasil.

Em terceiro lugar, nos parece relevante indicar a passagem de diretores da ABAG por associações de articulação de interesses empresariais. Além do fato de Roberto Rodrigues se

afirmar como o primeiro não europeu a presidir a centenária Associação Internacional de Cooperativas, também se destacou o Conselho Empresarial para a América Latina (CEAL) e a Aliança Internacional de Produtores de Soja (AIPS).

Finalmente o partido NOVO, fundado em 2015 como renovação da representação partidária de um empresariado que se reivindica aberta e radicalmente liberal, apresenta uma conexão com a ABAG através de dois diretores da entidade. Destes, Christian Lohbauer é quem mais se destaca por ter concorrido em 2018 ao cargo de vice-presidente na chapa com João Amoedo. Apesar da relativa visibilidade pública que este partido adquiriu nos últimos anos, por ser um partido fundado recentemente, este dado não nos permite maiores inferências sobre as relações da ABAG com a política partidária ao longo de sua história.

### **Presença na Sociedade Política:**

Com relação à presença dos dirigentes da ABAG na sociedade política, pude identificar que ao menos 12 dos perfis pesquisados tiveram passagem por órgãos estratégicos para a construção de políticas públicas direcionadas a atender os interesses das grandes cadeias de produção agroindustrial.

No Ministério da Agricultura, a principal “estrela” foi Roberto Rodrigues que exerceu o cargo de Ministro da Agricultura entre 2003 e 2006, durante o primeiro governo Lula. Outro cargo importante do ministério, a Secretaria Nacional de Política Agrícola, foi ocupada por outro dirigente da ABAG, Ivan Wedeckin, que atuou durante a gestão de Rodrigues. Mais recentemente, durante o governo de Dilma Roussef, esta mesma secretaria seria dirigida por Andre Meloni Nassar, quadro do PENSA/USP, com grande proximidade junto ao núcleo intelectual e político da ABAG, membro do IEAG. Por sua vez, Monika Bergamaschi, outra

dirigente abaguiana, destacou-se como secretária executiva do Conselho do Agronegócio (Consagro).

Outros importantes espaços que foram formalizados na estrutura institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), durante a gestão de Rodrigues foram as câmaras setoriais e temáticas, direcionadas para um trabalho consultivo junto aos diferentes elos e segmentos das cadeias de produção agroindustrial. Estes organismos, segundo o próprio MAPA:

constituem-se em importantes fóruns de discussão entre os diversos elos das cadeias produtivas, reunindo entidades representativas de produtores, empresários, instituições bancárias e de outros parceiros no setor, além de representantes de órgãos públicos e de técnicos governamentais. Nos encontros são discutidas questões de interesse da cadeia produtiva, tais como manejo, aplicação de defensivos, processo produtivo, comercialização e questões tributárias, e, discutidas matérias que afetam, ou podem vir a afetar o desenvolvimento e o crescimento do agronegócio brasileiro, identificando possíveis entraves que possam interferir no desenvolvimento do setor produtivo e afetar a renda do produtor rural, no sentido de indicar e apontar soluções, desde a produção até a comercialização (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2020).

Assim, nas câmaras temáticas ou setoriais, deste a sua criação até o ano de 2020, foi possível identificar ao menos dez dirigentes da ABAG, sendo três ex-presidentes da associação (Luiz Carlos Correa Carvalho, Carlo Lovatelli e Marcelo Britto). A que mais se destacou foi a Câmara Temática de Insumos Agropecuários, onde identificamos três representantes. Em seguida, com dois dirigentes cada, se destacaram a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja, a Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel, a Câmara Setorial da Carne Bovina e a Câmara Temática de Infraestrutura e Logística. As demais câmaras identificadas com ao menos um dirigente representante da ABAG foram: Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool, Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Óleo de Palma, Câmara Setorial da Cadeia Produtiva das Culturas de Inverno, Câmara Temática do MAPA sobre Negociações Agrícolas Internacionais, Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio. Portanto, a despeito da diversidade desses conselhos consultivos empresariais, chama a atenção o posicionamento dos dirigentes da ABAG em

câmaras setoriais de importantes cadeias produtivas nacionais (Soja, Cana de Açúcar, Carne Bovina, biocombustíveis, óleos vegetais) e em câmaras temáticas direcionadas para etapas à jusante e à montante da produção agropecuária (financiamento, insumos, biocombustíveis, óleos vegetais, logística e comércio internacional).

No campo da ciência e da tecnologia, a Embrapa também aparece como destino de alguns representantes e aliados da ABAG na sociedade política. Enquanto que Ubaldino Dantas Machado e Marcelo Britto foram, respectivamente, diretor e consultor da Embrapa, Mendonça (2012) identifica uma série de laços entre presidentes e diretores desta instituição de pesquisa com a ABAG. Por exemplo, Clayton Campanyola e Alberto Duque Portugal, que presidiram a empresa, são reconhecidos como membros da ABAG. Além disso, retomando alguns vínculos mais distantes e pretéritos, a autora constatou que o primeiro presidente da Embrapa foi José Irineu Cabral, membro da recém fundada (1969) OCB. Outro exemplo emblemático foi o de Antonio Secundino de São José, fundador da Agrocere, pai de Ney Bittencourt de Araújo e membro da comissão de técnicos e representantes da iniciativa privada que foi responsável por formular e conduzir o projeto de fundação da empresa em 1973.

No âmbito regional e local, também encontrei dirigentes da ABAG com passagem em agências municipais e estaduais, principalmente no estado de São Paulo, mas também no principal estado produtor de grãos do país, o Mato Grosso. No primeiro caso, as presenças se concentram junto à secretaria estadual de agricultura. Neste caso, além de Roberto Rodrigues e Monika Bergamaschi terem comandado a pasta da agricultura paulista entre 1993 - 1995 e 2011 - 2014, respectivamente, o pai do primeiro, Antonio José Rodrigues Filho foi prefeito de Guariba (1952-1955), secretário de agricultura do governo de Ademar de Barros (1963-1966) e vice-governador de Laudo Natel (1971 - 1975). Outros dois dirigentes da ABAG com passagem pelo governo paulista foram Eduardo Soares de Camargo, que foi Coordenador de



Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e da Fundação Florestal da Secretaria do Meio Ambiente, e Luiz Carlos Correa Carvalho, que também passou pela Secretaria de Agricultura e pela Companhia Agrícola e Imobiliária Colonizadora. No governo da cidade de São Paulo, Christian Lobauer foi secretário de Relações Internacionais a partir de 2005. No Mato Grosso, Glauber Silveira da Silva foi do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA) e Secretário Municipal de Agricultura de Campos Júlio.

#### **2.4.2. Os dirigentes da AAPRESID:**

##### **Alguns Aspectos Sobre As Origens Sociais**

Ao buscar refletir de forma mais geral sobre as origens sociais dos dirigentes da AAPRESID, como apontado anteriormente para o caso da ABAG, deparei-me igualmente com a figura do capital funcionante e de seus gestores mais graduados, estruturalmente conectados e dependentes do capital monetário (FONTES, 2003). Ao me debruçar sobre as particularidades da associação argentina, o que encontrei foi uma fotografia semelhante, porém algo distinta. A partir desta análise pude reforçar a leitura de que suas lideranças são provenientes, em sua ampla maioria, de pequenas cidades produtoras da chamada zona núcleo da região pampeana, compreendendo as províncias de Buenos Aires, Cordoba e Santa Fé. Em sua grande maioria, são proprietários de terras e de empresas de origem familiar (alguns de várias gerações, outros não) atuantes em distintos setores das cadeias de produção agroindustrial, principalmente no beneficiamento industrial da produção agrícola e em alguns segmentos a jusante, como na produção de sementes, distribuição de agroquímicos e em consultorias empresariais diversas (agronômica, financeira, administrativa). Chama atenção que, à diferença do quadro de empresas sócias e financiadoras da entidade, encontramos entre seus dirigentes poucas trajetórias em altos cargos de direção de empresas multinacionais. A

indústria de máquinas, tão presente em seu quadro de empresas sócias e financiadoras, tampouco teve representantes identificados. Por outro lado, algumas das chamadas mega-empresas translatinas do agronegócio argentino sim aparecem com representantes na diretoria da AAPRESID (Adecoagro, Don Mario, Los Grobo). Além disso, não foi identificado nenhum dirigente que não alegasse ter uma relação prévia com a produção rural e o mundo empresarial, chegando a esta posição simplesmente como técnico ou gestor que ascendeu socialmente na carreira profissional através do diploma e de suas competências específicas. Já no que se refere às relações familiares, identificamos três jovens dirigentes da associação filhos de lideranças “pioneras” na sua fundação: German Fogante (Rogelio Fogante), Maria Beatriz “Pilu” Giraudó (Luis Giraudó) e Federico Trucco (filho de Victor Trucco, que não foi diretor, mas participa ativamente da vida associativa). Além disso, Luis Giraudó e Victor Trucco foram colegas de escola em seus estudos primários. Finalmente, vale destacar que “Pilu Giraudó”, foi a única mulher identificada como diretora e presidente da AAPRESID.

### **Formação Acadêmica**

Com relação à formação acadêmica, pude identificar a trajetória de 27 das 48 lideranças analisadas. Expressando a vocação fundadora da associação de ser uma difusora de novas técnicas e tecnologias de melhoramento da produção agropecuária, encontrei uma esmagadora maioria de engenheiros agrônomos em seu corpo fundador e de direção. Apenas seu primeiro presidente e líder histórico, Victor Trucco, formado em bioquímica, e Gastón Fernandez Palma, formado em medicina, não se graduaram em escolas de agronomia. Com respeito às instituições em que estudaram, destaca-se uma ampla maioria de universidades públicas nacionais. A UBA figura com 6 representantes. Em segundo lugar, a UNR aparece com 4. Em seguida La Plata e Mar del Plata figuram com 2 cada e, finalmente, Córdoba e Tucumán, com 1 cada. A respeito das instituições privadas, identificamos apenas um

representante formado na Universidad de Belgrano (Buenos Aires) e outro pela Universidad Católica de Cordoba. Não foi identificado nenhum dirigente com formação de graduação no exterior. Com respeito às pós-graduações identificamos, aparentemente<sup>15</sup>, apenas 8 dirigentes com este tipo de trajetória. Destes, 4 realizaram os cursos de mestrado ou especialização em alta direção de agronegócios do PAA/FAUBA. Além destes, identificamos também um mestre em genética vegetal pela UNR, um MBA em direção de empresas pela Universidad Católica de Cordoba, um especialista em agronegócios pela Universidad del Centro de la Provincia de Buenos Aires e, como único que identificamos com especialização no exterior, temos Gustavo Grobocopatel, que realizou um curso com o tema *European Production Systems and Agriculture* na *Iowa State University*, nos Estados Unidos.

Portanto, ressalta-se na formação acadêmica dos dirigentes da AAPRESID, não só a centralidade da capital federal, mas a triangulação entre diferentes instituições de ensino e pesquisa localizadas na zona núcleo da região pampeana, compreendendo, principalmente, as províncias de Córdoba, Santa Fé e o norte de Buenos Aires. O fato da esmagadora maioria ter como formação de graduação a agronomia é bastante significativo da proximidade destes com a condição de técnicos e produtores rurais. Ao mesmo tempo, apesar do número aparentemente reduzido de diretores que realizaram algum tipo de pós-graduação, daqueles que seguiram os estudos acadêmicos, chama a atenção os fortes laços com o PAA/FAUBA. Também é digno de nota que as pós-graduações realizadas sejam em outras áreas do conhecimento, como gestão de negócios e biotecnologia. Com pouquíssimos quadros formados no exterior, apenas Grobocopatel se destaca por suas conexões acadêmicas internacionais. Finalmente as universidades públicas nacionais, particularmente a

---

<sup>15</sup> Neste caso, não foi possível ser preciso com relação aos dados de quantos fizeram pós-graduação e de que tipo, pois este tipo de informação é, frequentemente, mais omitida nos currículos públicos e oficiais do que os estudos de graduação. Ainda assim, os dados identificados, permitem algumas inferências, principalmente, sobre os laços desta associação com o PAA/FAUBA.

Universidade de Buenos Aires e a Universidade Nacional de Rosario, são os principais centros de formação dos diretores da AAPRESID.

### **Atuação Acadêmica**

Por sua vez, os dirigentes da AAPRESID cujas trajetórias passaram por instituições acadêmicas somaram 7 representantes, reforçando as intensas relações entre as lideranças da associação e o campo científico. Neste caso, novamente se destaca Gustavo Grobocopatel, que ostenta seus laços com a academia por ter tido uma breve experiência como professor da FAUBA nos anos 1980, e pela sua mais recente participação em conselhos consultivos de ao menos três escolas de negócios latino-americanas: Conselho da Escola de Graduados em Administração e Direção de Empresas - EGADE (México), Conselho da Fundação Dom Cabral (Brasil), Conselho Econômico da Universidade Torquato Di Tella (Argentina). Além disso, Grobocopatel foi presidente da fundação de apoio à pesquisa da FAUBA. Outra estrela da AAPRESID que teve uma importante passagem pelo mundo acadêmico foi Rogelio Fogante que, junto com Victor Trucco, conforma a dupla fundadora da AAPRESID mais reconhecida entre “*los pioneros*” da *Siembra Directa*. Fogante foi professor e decano da Faculdade de Agronomia da UNR. Entre as lideranças mais jovens, destaca-se Santiago Lorenzatti, professor do PAA/FAUBA e dirigente da associação em anos mais recentes. Já o Conselho de Assessores do programa de pós-graduação em agronegócios da Universidad Austral, conta com pelo menos dois dirigentes da AAPRESID, Gastón Fernandez Palma e Daniel Canova. Finalmente, identifiquei ainda representantes da direção da associação na Universidad Nacional de Lomas de Zamora, na Escuela Agropecuária de Tres Arroyos e no Centro Universitário Firmat.

### **Atuação Empresarial**

Pude identificar também a atuação empresarial de 39 dirigentes da AAPRESID como produtores, empresários e/ou altos funcionários de grandes empresas presentes em diversos segmentos das principais cadeias agroindustriais da Argentina. Neste sentido, destacam-se empresas de origem nacional sediadas tanto nos três principais centros urbanos do país, como nas pequenas cidades da região pampeana, onde boa parte da produção agroindustrial se realiza. Além disso, também foi possível identificar alguns dirigentes com terras e empreendimentos produtivos em novas zonas de fronteira agrícola ao norte do país, nas províncias de Santiago del Estero e de Chaco. Embora em número bem menos significativo do que em seu quadro de empresas associadas, alguns dirigentes da AAPRESID também tiveram passagem por cargos de alta direção de algumas multinacionais. Os produtos destas atividades que se destacaram foram Soja, Milho (com produção de etanol), Girassol, Sorgo, Cevada e Carne Bovina. Com relação aos segmentos destas cadeias produtivas foram identificadas grandes e mega empresas multissetoriais do agronegócio argentino (pools de siembra, empresas agroindustriais, tradings nacionais), empresas de consultoria (administrativa, financeira, agrônômica, de marketing e sustentabilidade e rastreabilidade), instituições financeiras, gestão de terras, produtoras de sementes e distribuidoras de insumos. A respeito deste último setor, a indústria de bioquímicos se destaca pela construção da empresa Bioceres, que tem entre seus quadros (fundadores e dirigentes) a presença de pelo menos 11 lideranças da AAPRESID. A empresa, iniciativa do núcleo fundador da associação, foi lançada em 2001 como uma *joint-venture* em que os próprios sócios da AAPRESID foram incentivados a se tornarem acionistas, financiando projetos de desenvolvimento científico e tecnológico para o melhoramento da produtividade segundo critérios e demandas estabelecidos pelos próprios produtores associados e executados em parceria com projetos de pesquisa de instituições públicas, como as principais faculdades de agronomia do país e o

INTA (GRAS Y HERNANDEZ, 2016). Tornando-se rapidamente a principal empresa de biotecnologia do país, a Bioceres abriu seu capital na Bolsa de Nova York no ano de 2018.

1. Agritest
2. Agro Sudeste
3. Altos Cruces
4. Arogan
5. AXOD/IKATU
6. Banco Wells Fargo
7. Bioceres
8. Biocombustibles TA
9. Bioethanol Rio Cuarto (Bio4)
10. Carnes Validas
11. CEO Roberto Peiretti and Associates
12. Compañia General de Proyectos
13. Consultoria SD
14. DMH Agrosolutions
15. Don Mario Semillas
16. Establecimiento Los Chañaritos
17. Establecimiento Don Osvaldo
18. Estudio Vollert Wilken y asociados.
19. FocSeed Isumos Agropecuários,
20. Frontera Sustentable
21. Grupo Romagnoli
22. La Segunda Coop. Ltda. de Seguros Generales
23. Las Araucarias
24. Los Grobo
25. Molino Marol SRL
26. Okandu AS
27. Pionner Semillas
28. Productora de Sementes ALM (Alberto Lujan Marchioni)
29. Ronaldo G. Kuhlmann
30. Semillero Andino
31. Sempio & Heinrich
32. Sobek
33. Tecnocampo
34. Adecoagro
35. La Loma
36. Adecoagro
37. Suelos del Sur
38. Desinagro
39. Estagro.
40. Frontera Agropecuária
41. Siembras y Cosechas
42. Saraelal S.A.
43. Fidesur S.A.
44. Frontera Oeste S/A.
45. Estudio Agronômico Petek
46. Consultora del Oeste
47. Agra Cross S/A
48. Establecimiento La Marieta

## **Associações e Organizações da Sociedade Civil**

A respeito da participação de dirigentes da AAPRESID em outras organizações da sociedade civil, pude identificar a participação de no mínimo 17 lideranças da entidade que se envolveram diretamente com outras associações empresariais. Como caracterização geral dessas outras organizações, é possível dizer que se trata de representações setoriais e por cadeia produtiva, tradicionais entidades das classes dominantes argentinas, outras associações técnicas de desenvolvimento de conhecimentos agropecuários e difusão de práticas de sustentabilidade social e ambiental, bem como de redes internacionais de produtores e empresários agroindustriais.

Neste sentido, destacaram-se novas associações por produto de alguns dos principais itens agrícolas de exportação do país (milho, sorgo, soja e girassol), como a MAIZAR (onde identificamos quatro dirigentes da AAPRESID ocupando seus postos de direção), ACSOJA e ASAGIR (onde foram identificados dois representantes da AAPRESID em cada associação).

No que se refere às associações de produtores rurais mais tradicionais, foram identificados três dirigentes da AAPRESID que ocuparam alguns postos na SRA (Luis Giraudó, Martín Ambrogio e Pedro Vigneau). Os dois primeiros foram diretores da SRA, o terceiro foi diretor da regional de Bolívar, na província de Buenos Aires. Embora este dado reforce novamente algumas conexões diretas entre as duas entidades, é preciso reconhecer que nenhum desses dirigentes chegou a ocupar a presidência da SRA. Por outro lado, nenhum dos presidentes da AAPRESID chegou a ser diretor da SRA. Portanto, diferentemente da relação de proximidade e articulação da ABAG com “a Rural” brasileira (SRB), nota-se o distanciamento entre as duas entidades apontado pelos estudos existentes, mas também são significativas algumas conexões importantes entre a associação rosarina e a tradicional agremiação de Palermo. Além da SRA, a Confederación Interooperativa Agropecuária

(CONINAGRO), principal representação política do cooperativismo no país, também contou com Luis Giraudo como membro de seu Conselho de Administração, dando uma boa mostra do alinhamento desta última organização com a pauta do agronegócio.

Ao contrário do caso brasileiro, que, como vimos, institucionalizou as câmaras de empresários rurais e agroindustriais a uma estrutura consultiva formal do Ministério da Agricultura, na Argentina, essas organizações se fundaram e permaneceram funcionando como conselhos formalmente privados. Ao observarmos as principais agências do Estado argentino direcionadas à produção agroindustrial, nos deparamos com uma significativa diversidade de representantes de câmaras empresariais atuando junto a elas. Entre aquelas que identificamos contar com dirigentes da AAPRESID em sua composição, se destacam as mais associadas ao mercado de biotecnologia, como a Asociación de Camaras de Tecnología Agropecuária (ACTA) e a Camara Argentina de Biotecnología (CAB).

Quanto às redes internacionais de produtores e empresários rurais, identifiquei dirigentes que participaram das seguintes iniciativas: LIDE, IFAMA, Confederación de Asociaciones Americanas para la Producción de la Agricultura Sustentable (CAAPAS), Global Farmer Network, World Association of Soil and Water Conservation (WASWAC), Global Conservation Agricultural Network, Mesa Argentina de Carne Sustentable (MACS).

Outra instituição que se destaca na trajetória das lideranças da AAPRESID é a Fundación Darse Cuenta. Lançada em 2007 pelo núcleo dirigente da associação, a iniciativa retomou o lema do Congresso da AAPRESID de 2003. Assim, propôs-se a articular uma série de iniciativas que visariam a construção de uma “sociedade do conhecimento”, desenvolvendo uma Argentina “aberta ao mundo”, que valorize a permanente busca por competitividade através da inovação científica e tecnológica (GRAS E HERNANDEZ, 2016). Finalmente também merece menção a participação de Maria Beatriz Giraudo na Red de Mujeres Rurales.



## **Presença na Sociedade Política**

Finalmente, embora a AAPRESID se esforce para se apresentar como uma entidade “técnica”, distanciada da política, foram várias as conexões diretas e indiretas com importantes atores institucionais da sociedade política. Ainda que estas relações tenham se feito mais nítidas recentemente, durante o governo de Mauricio Macri (2015 – 2019), também se reconhecem diversos acessos, facilidades e confidencialidades das relações de seus dirigentes e empresas sócias junto às administrações anteriores. Seriam agentes que, independente da orientação partidária dos governos da vez, estariam “de los dos lados del mostrador”, passando pela “puerta giratória” do lobby político e conferindo ao grande empresariado agroindustrial argentino e multinacional os acessos a estratégicas agencias estatais (ARANDA, 2015).

Dessa maneira, da amostra de trajetórias de dirigentes da AAPRESID analisadas, identificamos ao menos onze com passagem por instituições da sociedade política. Suas funções parecem ser predominantemente de assessoria e consultoria em órgãos públicos de regulação e desenvolvimento da produção agropecuária nacional e regional.

No governo nacional, por exemplo, observamos cinco dirigentes que foram assessores junto a postos de alta direção do Ministerio de Agricultura, Ganaderia y Pesca, bem como em outras pastas, como o Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria de Ambiente y Desarrollo Sustentable, Ministerio de Producción y Trabajo, Ministerio de Educación y Ministerio de Ciencias, Tecnología e Innovación Productiva. Destes o caso mais significativo foi quando Maria Beatriz “Pilu” Giraudó, que foi presidente da AAPRESID, assumiu a Coordenação de Políticas Públicas para el Desarrollo Sustentable do ministério da agricultura argentino, durante o governo macrista. Também chama a atenção quando o empresário Ignacio Garciarena, irmão de Andrés Garciarena, diretor da AAPRESID, assumiu a Direção

Nacional da Agricultura do mesmo órgão no mesmo governo (ARANDA, 2017b). Outro fato digno de nota é a homenagem do Ministério das Relações Exteriores do Brasil a Gustavo Grobocopatel com a sua mais alta condecoração, a Ordem do Rio Branco (LOS GROBO, 2019). Outra figura de destaque por seus vínculos indiretos com a AAPRESID é a já mencionada figura de Felipe Solá que, com suas raízes políticas no peronismo, mas com fortes laços com a agroindústria nacional, tem ocupado postos de prestígio no governo nacional e na província de Buenos Aires.

Dentro do Ministério da Agroindustria, Ganaderia y Pesca (MAGyP), o órgão mais importante para dirigentes e representantes de empresas associadas da AAPRESID parece ser a Coordinación de Innovación y Biotecnología (CONABIA). Criada em 1991, dois anos após a fundação da AAPRESID, a CONABIA desde o princípio funcionou de forma pouco transparente sem que se conhecessem seus reais componentes. Seu perfil, alegava-se, era “científico-técnico”, e seu objetivo era claro: viabilizar a aprovação de sementes transgênicas. Feito este que, como vimos, se realizaria a partir de 1996. Desde então a CONABIA tem sido o órgão responsável por liberar e regulamentar o uso de novos produtos biotecnológicos na agroindústria argentina. Após sua conformação e modelo de funcionamento terem permanecido como uma espécie de segredo de Estado nos sucessivos governos das décadas de 1990 e 2000, em 2014, a revista crítica LA VACA finalmente conseguiu publicar estes nomes. De 34 membros da CONABIA, 26 eram empresários ligados a grandes *players* nacionais e multinacionais da agroindústria argentina (Monsanto, Sygenta, Bayer, Indear/Bioceres, Pionner/DuPont, Don Mario, Asociación de Semilleros Argentinos, Argenbio), sendo que dois aparecem como representantes diretos da AAPRESID (Alejandro Petek e Luis Negruchi). Por sua vez, Martin Lema, presidente da comissão por longos anos, transitou, sem maiores dificuldades, do governo kirchnerista ao governo de Macri, ao mesmo tempo em que, sem maiores constrangimentos, publicou artigos científicos com

representantes de empresas como Monsanto, Sygenta, Bayer, Basf e Dow Agrosciense (ARANDA, 2015; 2017a).

Os laços com o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria também merecem atenção. Além da instituição de pesquisa ter tido um papel chave nos primórdios da AAPRESID, quando se realizaram os primeiros experimentos e propagandas com o uso do Plantio Direto, ao menos dois dirigentes exerceram funções junto ao principal órgão público de pesquisa agropecuária do país.

No âmbito local e regional, além de atuações na secretaria de recursos naturais da província de Santa Fé, identifiquei um vereador da cidade de Rio Cuarto, Cordoba, uma candidatura a deputado federal pela coalizão macrista *Juntos por El Cambio*, colaborações com planos de desenvolvimento da pecuária na Província de Neuquen e do desenvolvimento metropolitano da cidade de Rosário. Indiretamente, Leonardo Sarquis, secretário de agricultura da província de Buenos Aires, embora não tenha sido dirigente da AAPRESID, é reconhecido por seus laços com a entidade.

#### **2.4.3. Algumas conclusões sobre a trajetória social dos porta-vozes do agronegócio**

Quando foi proposto este estudo sobre quais seriam as trajetórias sociais dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID, foram definidas cinco categorias de análise segundo diferentes campos do mundo social, como: origens sociais, formação acadêmica, atuação acadêmica, atuação empresarial, associações e organizações da sociedade civil, presença na sociedade política. Assim, à título de inferir algumas conclusões a respeito das considerações que acabaram de ser apresentadas, foram realizados os apontamentos a seguir.

Primeiramente, com relação às origens sociais dos dirigentes de cada uma das associações é nítido o fato de que a maioria é proveniente das duas regiões centrais de cada

país em termos econômicos e demográficos, a saber, o centro-sul brasileiro, particularmente São Paulo, e a região pampeana, onde se destaca a sua zona núcleo, entre o norte de Buenos Aires e as províncias de Córdoba e Santa Fé. Além disso, enquanto que tanto na ABAG, como na AAPRESID, a presença das mulheres é extremamente minoritária, notaram-se consideráveis conexões familiares e de parentesco entre alguns dos dirigentes mais protagonistas das duas entidades, em que as novas gerações parecem estar substituindo alguns de seus patriarcas. Além disso, foi possível identificar a importância de muitos grandes empreendimentos familiares que fazem parte da composição societária das duas associações. Embora estes dados sejam significativos, eles não permitem afirmar que esta seja uma dinâmica majoritária para todas as trajetórias estudadas. Neste quesito, as principais diferenças entre a ABAG e a AAPRESID que pude inferir parecem refletir as diferenças no modelo de organização empresarial do agronegócio em um país e em outro. Enquanto na associação brasileira ficou nítida a presença de diretores que são herdeiros de grandes e tradicionais conglomerados familiares da agroindústria nacional, embora também tenham sido identificadas grandes empresas familiares entre os dirigentes da AAPRESID, algumas delas parecem ser produto de uma ascensão econômica e social mais recente, protagonizada por alguns poucos representantes de uma produção rural e familiar de média escala, como é o caso emblemático da Los Grobo.

No que se refere à formação e atuação acadêmica dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID, as conclusões são as seguintes. Todos possuem ensino superior, no entanto, chama atenção o fato de que os dirigentes da ABAG são consideravelmente mais pós-graduados do que os dirigentes da AAPRESID. A formação dos brasileiros também parece ser mais internacionalizada. Mesmo assim, os representantes da Siembra Directa na Argentina possuem significativas relações com a pós-graduação e com instituições estrangeiras. Na graduação, a Universidade de São Paulo e a Universidade de Buenos Aires

se destacam como instituições que mais formaram representantes das duas associações, respectivamente. Considerando as demais universidades, a grande maioria é pública e está localizada no centro-sul brasileiro e na zona núcleo da região pampeana argentina. As faculdades privadas que mais apareceram se constituem em destacados centros de estudo em agronomia, economia e administração. Neste sentido, em relação aos campos disciplinares mais frequentados na graduação a primazia do campo da agronomia é incontestável, especialmente no caso argentino. Os demais campos do conhecimento transitam da biotecnologia a outros campos da Engenharia. Já na pós graduação foram identificadas algumas mudanças relevantes. A principal diferença reside justamente nos campos do conhecimento mais frequentados, demonstrando a transição dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID do campo da agronomia para o campo das ciências econômicas e administrativas, principalmente, mas também com um aumento do interesse pelas ciências biotecnológicas e humanas, estas últimas voltadas especialmente para o entendimento dos constrangimentos sociais do mercado e do comportamento do consumidor. Este movimento é tão significativo que não foram identificados dirigentes que tenham realizado uma pós graduação em agronomia stricto sensu. A respeito das instituições mais frequentadas, mais uma vez, a USP e a UBA são protagonistas. No caso da AAPRESID, o fato de que quatro dirigentes tenham sido formados pelo PAA/FAUBA é muito significativo das relações umbilicais com este programa. No caso da ABAG, embora a mesma não tenha contado com dirigentes formados pelo PENSA, seu braço técnico, o IEAG, sim contou com representantes do programa da USP, também reforçando os laços entre estas instituições. Além disso, no caso das pós-graduações, a presença de instituições particulares se mostrou consideravelmente maior, reunindo os mais prestigiados cursos de economia, administração e agronegócios do ensino privado nacional. Mesmo assim, a maioria das instituições continuou a ser pública. Finalmente, a atuação acadêmica dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID

como professores de terceiro grau também foi significativa, tanto em instituições públicas, como privadas. Do mesmo modo, destacou-se a participação de alguns dirigentes em conselhos universitários consultivos e deliberativos, bem como em fundações privadas de apoio à pesquisa.

No mundo empresarial os dirigentes das duas associações estiveram vinculados a uma miríade de diferentes setores das cadeias de produção agroindustrial, guardando alguns traços gerais em comum e algumas particularidades. Em comum, está a diversidade de segmentos com que estes dirigentes se encontram relacionados, especialmente em alguns setores específicos, como estabelecimentos de produção agropecuária, as grandes empresas transnacionais do agronegócio, grandes e mega empresas multisetoriais nacionais, empresas de produção e comercialização de insumos agropecuários, principalmente maquinário, sementes e agrotóxicos, instituições financeiras, empresas de comunicação e marketing, agências de consultoria empresarial, grandes frigoríficos, indústrias a jusante, empresas de logística e transporte, empresas estatais e instituições públicas de pesquisa. Outro ponto em comum é o fato de que embora as atividades econômicas e profissionais dos dirigentes da ABAG e AAPRESID estejam concentradas nos centros dinâmicos da economia nacional, foram encontrados significativos indícios de investimentos desses dirigentes nas diferentes regiões de fronteira agrícola dos dois países. Além disso, apesar dessa diversa e difusa semelhança de setores econômicos vinculados aos dirigentes das duas associações, algumas diferenças significativas também puderam ser constatadas. Por exemplo, o peso do cooperativismo no caso brasileiro é nitidamente maior, o que não significa que as cooperativas também não estejam presentes no caso argentino. Em segundo lugar, a identificação como produtor rural é majoritária entre os dirigentes da AAPRESID, o que não acontece com a ABAG, sugerindo que provavelmente a entidade brasileira representa mais os segmentos a jusante e a montante das cadeias agroindustriais, enquanto que na AAPRESID,

simbolicamente, aparecem muitas identificações com a condição de empresários originários da produção agropecuária de dentro da porteira. Por fim, os cultivos das cadeias produtivas mais frequentadas pelos dirigentes da ABAG e da AAPRESID refletem a diferença na pauta da produção e das exportações agroindustriais de cada país. Dessa maneira, enquanto que a trajetória dos dirigentes da associação brasileira parece passar mais frequentemente pelas cadeias da soja, da cana, da laranja, do milho e da pecuária de corte e leiteira, a trajetória dos dirigentes da associação argentina parece ter passado pelas cadeias da soja, do milho, do girassol, do sorgo, da cevada e da carne bovina.

A respeito da presença dos dirigentes das duas associações em outros espaços da sociedade civil, embora na individualidade de cada organização exista um mundo de particularidades determinadas pelos contextos nacionais e locais, em linhas gerais, há significativas semelhanças entre a associação brasileira e a argentina, o que me permitiu classificar as mesmas segundo diferentes categorias. Neste sentido, a multi-representação empresarial em diversas associações de recorte sindical, nacional, regional, setorial ou temático é o principal ponto em comum da atuação dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID junto a outros aparelhos privados de hegemonia. Além disso, temos a presença de três diferentes perfis de organização e ação coletiva em comum. São eles: representações setoriais e por cadeia produtiva; outras associações técnicas de desenvolvimento de conhecimentos agropecuários e difusão de práticas de sustentabilidade social e ambiental; e redes internacionais de produtores e empresários agroindustriais. Outro perfil digno de nota são as duas formas mais tradicionais de representação política: a sindical e a partidária. Neste caso é clara a maior aproximação da ABAG com as tradicionais agremiações do patronato rural nacional, como SRB, SNA e CNA. No caso da AAPRESID, embora nesta pesquisa tenham sido encontradas significativas conexões com a SRA, que deveriam ser melhor exploradas, quando se compara com a associação brasileira, também é possível identificar um

significativo distanciamento entre a entidade rosarina e La Rural de Palermo, coincidindo com o que já foi identificado por outros estudos existentes. (BOCCHICCHIO e CATTÁNEO, 2003; HERNANDEZ, 2013; PANERO, 2013).

Finalmente, também foi possível identificar uma significativa presença por parte dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID em diferentes espaços da sociedade política. Nos respectivos ministérios dedicados à agricultura, embora os representantes da AAPRESID não tenham chegado à condição de ministros, como ocorreu com Roberto Rodrigues pela ABAG, a participação mais significativa de ambas associações nos ministérios (da agricultura e/ou de outros) é em postos de secundo escalão, que executam as linhas gerais das políticas públicas que prevalecem nos governos. Isto também é perceptível em nível regional e municipal, com a participação de dirigentes das duas associações em secretarias, institutos ou agências dos governos locais. Por último, a centralidade e a conexão umbilical com as duas principais instituições públicas de pesquisa de cada país, o INTA e a Embrapa, bem como em outros organismos de formulação e regulação da pesquisa e do uso das biotecnologias, também foi percebida na análise das trajetórias de alguns dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID.

Assim, foi possível delinear os principais aspectos que fazem a ABAG e a AAPRESID compartilharem a condição de uma das principais porta-vozes do modelo do agronegócio em seus países. Das semelhanças entre as duas entidades a mais significativa é a origem em uma vanguarda econômica, política e intelectual particular de empresários nacionais que buscaram se afirmar como representantes do agronegócio (ao mesmo tempo em que afirmavam a existência social do próprio modelo) em seus países, posicionando-se como principais sócios locais do capital transnacional atuante na indústria a jusante e a montante da produção rural, constituindo-se majoritariamente na figura do capital funcionante associado subordinadamente ao capital monetário nacional e transnacional. Esta vanguarda foi formada majoritariamente nas principais escolas de agronomia do país e posteriormente se pós-



graduou em outros campos disciplinares que lhe permitissem gerir suas relações e interesses nos demais elos das cadeias produtivas, dedicando-se ao estudo das biotecnologias, da tecnologia da informação, da economia, da administração, do direito, da cultura, da comunicação e da propaganda. Para tanto, o sistema público de ensino e pesquisa foi indispensável nos dois casos. Essa formação acadêmica de graduação em agronomia pode ajudar a explicar a força econômica e simbólica dos laços cultivados por estes dirigentes com suas origens na produção rural, mesmo que, em grande medida, há muito que os mesmos estão dedicados a outras atividades e segmentos das cadeias agroindustriais a jusante e a montante. A diversidade de setores econômicos a que estão dedicados e envolvidos ofereceu um bom mapa social dos principais complexos agroindustriais de cada país. Também indicou os demais espaços onde os dirigentes da ABAG e da AAPRESID preferencialmente se organizam na sociedade civil, defendendo os interesses específicos de cada cadeia produtiva, disputando o prestígio das tradicionais formas de representação do patronato rural nos dois países, desenvolvendo plataformas de propaganda e difusão de novas tecnologias e promovendo a percepção geral da sociedade de que o modelo do agronegócio seria sustentável em termos sociais e ambientais. Por último, foi possível demonstrar como que ambas as associações buscam influenciar as relações de força na sociedade política ocupando alguns postos no Estado restrito, por vezes, compartilhando de estratégias e prioridades semelhantes.

## **2.5. Discursos e visões de mundo**

Com base nos estudos existentes sobre as duas associações no Brasil e na Argentina, Liadat e Fernandes (2021), identificaram quatro aspectos fundamentais que são comuns aos

discursos empreendidos pela ABAG e pela AAPRESID em seus esforços de difusão hegemônica do modelo do agronegócio.

Em primeiro lugar, jogando com a perspectiva do agronegócio como uma cadeia de transações entre diferentes atores econômicos, o discurso das duas associações promove a ideia de uma suposta comunidade agroalimentar que estaria constituída por vínculos complementares e passíveis de serem harmonizados, superando os conflitos históricos presentes na estrutura social agrária do Brasil e da Argentina e apagando aqueles sujeitos que não puderam se adaptar ou incorporar ao novo modelo de produção e de vida no campo.

Em segundo lugar, as entidades concebem o agronegócio como produto da evolução e do progresso da ciência e de suas ferramentas tecnológicas para o melhoramento da produção, entendendo e difundindo estas mudanças como um processo de transformação inexorável, o curso “natural” da História, sem alternativas possíveis.

Em terceiro lugar, apresenta-se o agronegócio como um modelo que necessariamente beneficia o conjunto da sociedade. Esta premissa é frequentemente utilizada com base em três argumentos: defesa do meio ambiente (uma vez que o agronegócio promoveria o desenvolvimento sustentável), luta contra a fome no mundo (uma vez que o mesmo resolveria uma suposta demanda global de alimentos a ser suprida por uma produção agropecuária supostamente insuficiente) e desenvolvimento nacional (visto que o agronegócio seria o principal motor da economia dos dois países, contribuindo com uma fatia expressiva do produto interno bruto e das divisas internacionais acumuladas com a exportação de produtos agropecuários).

Finalmente, as lideranças da ABAG e da AAPRESID se afirmam protagonistas no desenvolvimento do modelo do agronegócio como vanguarda empresarial inovadora que logrou se reinventar através do uso da ciência e do conhecimento, deixando os demais sujeitos históricos retardatários para trás, no passado.

Com base nestes quatro eixos discursivos, os interesses empresariais organizados nas duas associações procuraram universalizar sua própria visão de mundo, conformando as bases de justificação e legitimação de sua agenda política particular, buscando materializá-la simbolicamente no debate público da sociedade civil e objetivamente na estrutura formal e legal do Estado restrito. Neste sentido, antes de passar a analisar algumas bandeiras empunhadas pela ABAG e pela AAPRESID no sentido de influenciar a formulação de políticas públicas, é importante discutir um pouco mais a fundo alguns aspectos ideológicos de uma certa visão de mundo compartilhada e difundida pelas duas associações, que podem ser pensados em cinco eixos diferentes. São eles: a promoção (ou captura) de um discurso de responsabilidade social e ambiental, a visão do papel da ciência, a visão de um novo homem do campo, a perspectiva sobre os outros (movimentos sociais, comunidades tradicionais e os agricultores “sem condição”) e o lugar do próprio país no mundo. Este conjunto de temas não pretende esgotar as diferentes dimensões da visão de mundo das duas entidades, mas destacar e caracterizar alguns dos seus principais aspectos comuns.

### **2.5.1. A promoção (ou captura) de um discurso de responsabilidade social e ambiental**

A obsessão com que tanto ABAG, como AAPRESID se referem ao tema sustentabilidade tem sido um dos principais fundamentos para a construção e difusão da sua visão de mundo. Por ser um termo que ganhou ampla difusão midiática, especialmente a partir dos anos 1990, com a realização da Rio 92, a noção de sustentabilidade foi rapidamente abraçada pelas porta-vozes do agronegócio brasileiro e argentino, contribuindo na produção simbólica de um mundo onde a contradição entre capital e trabalho e capital e natureza seria superada através de “práticas sustentáveis” que harmonizariam os diversos interesses e necessidades econômicas, sociais e de preservação ambiental do mundo contemporâneo. Isto

casou perfeitamente com a construção ideológica do agronegócio como modelo que, por meio da inovação, beneficiaria o conjunto da sociedade, permitindo refutar e apagar os questionamentos sobre as desigualdades sociais perpetradas por sua lógica de produção e sobre as suas graves consequências para o meio ambiente. Portanto, a incorporação do termo ao léxico político da ABAG e da AAPRESID, lhes permitiu travar a disputa simbólica sobre o caráter “sustentável” do modelo com seus principais públicos “consumidores”: a “sociedade urbana” e os “mercados internacionais”.

Isto foi feito pelas duas associações de três maneiras distintas: compartilhando uma mesma concepção de sustentabilidade; argumentando sobre a sustentabilidade do modelo; e lançando iniciativas que difundissem esta visão. Assim, em primeiro lugar, é possível perceber que enquanto a ABAG utiliza o termo em inglês “triple bottom line”, ressaltando o que seriam as três dimensões fundamentais do problema: econômica, social e ambiental (ABAG, 2013), a AAPRESID, por sua vez, apresenta como referência a definição da Academia de Ciências dos Estados Unidos:

‘que tiene la virtud que es específica para el medio agrario y muy operacional’. (...) sustentabilidad tiene tres ejes fundamentales que llamaremos económico, ecológico y social. Para que un sistema agropecuario sea sustentables “las interacciones entre los tres ejes tienen que ser más o menos simétricas” (AAPRESID, 2005a, p. 9).

Deste modo, o que está em jogo é convencer a “sociedade urbana” e o “mercado internacional” – através de argumentos que soem científicos – da possibilidade de conciliação do modelo do agronegócio com a preservação ambiental (principalmente) e de sua viabilidade econômica e justiça social. No entanto, ao se referirem à dimensão econômica do problema, quase sempre, as lideranças das associações estão tratando da sustentabilidade de seus próprios negócios e do próprio modelo de produção no mercado capitalista, contrapondo-os aos demais grupos sociais preocupados com a face social e ambiental da sustentabilidade. Além disso, em relação à dimensão do “social”, é frequente a forma genérica com que o termo é empregado, sem maiores problematizações de quais são as reais

consequências do modelo produtivo nessa matéria e quais seriam suas possíveis soluções. Da mesma forma, na questão ambiental, a estratégia é refutar questionamentos científicos sobre as consequências ambientais da monocultura, do desmatamento, do uso de agroquímicos e organismos geneticamente modificados e demonstrar, através de técnicos e especialistas “parceiros”, algum benefício particular de alguma tecnologia de ponta empregada no modelo produtivo do agronegócio.

Em segundo lugar, a mobilização desta noção de sustentabilidade como mantra está destinada não só à refutar acusações de cientistas, movimentos sociais, instituições públicas e governos estrangeiros de que o modelo produtivo representado por elas agride o meio ambiente, trabalhadores, comunidades impactadas por suas atividades e a saúde daqueles que consomem seus alimentos, como também à convencer seus mercados nacionais e internacionais de que se trata da melhor alternativa para superar os desafios sociais, econômicos e ambientais do futuro. Neste sentido um dos argumentos mais utilizados – e dissimulados – é que as novas tecnologias de produção do agronegócio contribuiriam para a redução da emissão de carbono na atmosfera, ajudando na mitigação das mudanças climáticas. Segundo Victor Trucco:

El sistema de siembra directa constituye una nueva tecnología agrícola que permite producir alimentos con alta eficiencia, igual o superior que las formas convencionales, con la ventaja de hacerlo sustentablemente. No solo permite controlar la erosión sino que se acompaña de un aumento de la materia orgánica en el suelo, es decir, del carbono orgánico del mismo (COS). Además reduce el consumo de combustibles fósiles que emplea la agricultura, ya que disminuye el número de operaciones demandantes de energía necesarias para producir. El CO<sub>2</sub> tomado de la atmosfera por las plantas, através de la fotosíntesis para formar biomasa y alimentos, deja una vez realizada la cosecha, una masa importante de residuo con carbono, el cual contrariamente a lo que ocurre en un sistema convencional, da como resultado un incremento positivo en COS (TRUCCO, 1998, p. 14).

Dessa maneira, o ex-presidente da AAPRESID alega que o sistema da Siembra Directa contribuiria para uma produção ambientalmente sustentável de três formas: por ser uma produção altamente eficiente que reduz a erosão dos solos, por reduzir o consumo de

combustíveis fósseis (através da substituição por agrocombustíveis) e pela realização da fotossíntese das plantas, transformando o carbono na atmosfera em alimentos. No plano social, a fala de Trucco contrapõe a “nova tecnologia” às “formas convencionais”, não distinguindo a diversidade de atores sociais aí refletida. Não importando suas origens sociais – se são grandes, médios ou pequenos, muito ou pouco capitalizados – os diversos perfis de produtores rurais a que Trucco se refere quando fala em um “sistema convencional” são homogeneamente tratados como “atrasados” e “perdedores”, sugerindo sua inteira responsabilidade por perpetuarem um atividade econômica poluente, posto que o sistema convencional não promoveria a mesma alegada diminuição das taxas de emissão de carbono na atmosfera que o sistema de Siembra Directa promoveria.

Por um caminho distinto, Luis Carlos Correa Carvalho, também ex-presidente da ABAG, se utiliza do mesmo argumento. Após ter tentado escamotear o que seriam “falsas questões” entre “ruralista e ambientalista, produto de abastecimento interno e exportação, produção familiar e empresarial e tecnologia convencional, transgênica e orgânica”, pois seriam todos “fruto de um só agronegócio”, reconhecia a existência de “barreiras” a serem rompidas com a finalidade de “divulgar os produtos e marcas do nosso agronegócio aos consumidores além-fronteiras”. Assim, apesar de negar as diferenças e divergências existentes na produção agropecuária brasileira em relação a questões sociais, econômicas e ambientais, o ex-presidente da ABAG reafirmava seu lado nas antinomias na aparência negadas ou harmonizadas, exaltando o diferencial tecnológico da agricultura “ruralista”, “empresarial”, “transgênica” e “de exportação” como única forma de promover a sustentabilidade: através do caminho “irreversível de protagonismo” do agronegócio nacional. Por isso, segundo Carvalho, a valorização deste modelo produtivo deveria ser resultado da “força da narrativa” sobre a sua própria sustentabilidade:

Vivemos a realidade do programa da Agricultura de Baixo Carbono (ABC). É a recuperação de pastagens degradadas, a consolidação do sistema de plantio direto na palha em mais de 30 milhões de hectares, além da introdução da Integração Lavoura- Pecuária-Floresta (ILPF). Fazem parte, também, as florestas plantadas, a fixação biológica de nitrogênio no solo e o tratamento de dejetos de resíduos. Máquinas e implementos em constante inovação propiciam o avanço tecnológico. Estamos no princípio desse ciclo promissor, produzindo alimento, energia renovável e melhorando os solos o tempo todo. Com seus posicionamentos em congressos, fóruns e documentos, muitos dos quais, em parcerias com as coirmãs, a ABAG sempre esteve comprometida com a geração e propagação de conteúdos e narrativas para agregar valor ao agronegócio (CARVALHO, 2013, p. 7).

Finalmente, em terceiro lugar, como é possível depreender dessa mesma fala de Carvalho, a narrativa construída pelas duas associações a respeito da sustentabilidade visa explicitamente a aceitação de seus produtos no mercado nacional e internacional. Isto se desdobrou, especialmente a partir dos anos 2000, no desenvolvimento de diferentes projetos que pudessem fortalecer o conto da sustentabilidade, evitando maiores restrições desta ordem no estabelecimento de acordos comerciais e na aceitação de seus produtos pela “população urbana”. No caso da AAPRESID, a associação argentina passou a se envolver diretamente com o desenvolvimento de programas de rastreabilidade de boas práticas agrícolas na produção, lançando em 2008, no seu XVI Congresso, o programa Agricultura Certificada, que logo passaria a fazer parte do selo de Soja Responsável da Round Table on Responsible Soy (RTRS) (AAPRESID, 2008). No caso da ABAG, embora a associação não tenha se engajado diretamente neste tipo de iniciativa, ela não deixou de promover a conservação e abertura de mercados “além-fronteiras”, inclusive contando com lideranças ativas na RTRS. Neste sentido, em 2007 foi lançado o Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES), reunindo outras 18 entidades empresariais do agronegócio brasileiro, com o objetivo de “fomentar o desenvolvimento do setor de forma sustentável pelas vias do conhecimento, do diálogo e da comunicação com as partes interessadas” (LIAUDAT E FERNANDES, 2021, p. 113). Mais recentemente, em 2015, foi lançada, sob a liderança da ABAG, uma nova iniciativa, a Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, reunindo um leque de organizações semelhantes ao arco de interesses representado pelo conjunto de seus sócios,

que teriam se unido “para tratar das questões decorrentes das mudanças climáticas sob a ótica de uma nova economia, baseada na baixa emissão de gases do efeito estufa (COALIZÃOBR, 2015).

### 2.5.2. A visão do papel da ciência

Esta preocupação em legitimar o modelo do agronegócio como única alternativa possível de desenvolvimento sustentável, deriva para outro tema caro para as lideranças da ABAG e da AAPRESID: o poder do conhecimento e da técnica como forma de justificação social e, portanto, de dominação econômica e simbólica. Neste sentido, é importante considerar a nova centralidade ocupada pela ciência enquanto fator objetivo de (melhoramento da) produtividade e como mercadoria a ser produzida e comercializada como qualquer outra commodity agropecuária (GRAS E HERNÁNDEZ, 2016).

Esta nova realidade produtiva do capitalismo teria sido nomeada pelos dirigentes da AAPRESID como “sociedad del conocimiento”, e se institucionalizaria socialmente através da ação política de lideranças “innovadoras” que se apresentaram como “pastores” do “novo paradigma”, difundindo a “cultura do empowerment” e recorrendo cada vez mais a estas noções para promover seu “cambio de mentalidades”. Segundo o Engenheiro Agrônomo da área técnica da AAPRESID, Andres Sylvestre Begnis:

El mundo globalizado transita hoy por lo que se ha definido como sociedad post-industrial o "sociedad de la información", caracterizada por la importancia del conocimiento y las tecnologías en todas las actividades económicas, dentro de las cuales los servicios ganan cada vez más espacio. (...) Entonces, necesitamos "Darnos cuenta" que el mundo ha cambiado y por tanto debemos tener la conciencia y actitud necesaria para superar dificultades, debemos descubrir y potenciar nuestras propias capacidades para crear valor agregado en la nueva sociedad global. Debemos encontrar la fuerza necesaria para emprender y crecer al máximo de nuestras posibilidades. Esto es **Empowerment**; es el proceso que permite a las personas, las empresas y las comunidades ser dueños de su propio destino. Es adquirir a través del conocimiento la confianza en las propias capacidades y el poder interior necesario para afrontar los desafíos, adaptarse a los cambios, innovar y progresar (...) Empowerment es dar y adquirir en forma continua y permanente el poder del conocimiento. No se trata de poder político o administrativo, sino de "conocimiento", lo que es característico, intrínseco y propio de la sociedad en que



vivimos, la sociedad de la información y del conocimiento que ha reemplazado sin vueltas la sociedad industrial (BEGNIS, 2021).

Dessa maneira, a associação argentina tem anunciado repetidamente a necessidade de “Darse Cuenta”, materializando a boa nova da ciência para a agricultura na forma de uma Fundação de mesmo nome, lançada em 2007, e dedicada a difundir a necessidade de investimento em conhecimento científico e tecnológico como estratégia fundamental de competição no mercado. Embora o conhecimento e a tecnologia tenham sido fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo e da revolução industrial, aqui a sociedade do conhecimento é distinguida justamente pelo suposto uso mais intensivo da técnica e da ciência pelo mundo da produção. Neste esforço, até mesmo a noção de paradigma científico de Thomas Kuhn (1952) tem sido mobilizada (SOLBRIG, 2005).

A ABAG, por sua vez, parte do mesmo princípio, apontando para o que seria uma nova centralidade do poder da ciência e da tecnologia na busca por maior produtividade e competitividade no capitalismo contemporâneo. Segundo Araújo, na ocasião de lançamento da entidade, em 1993:

Muito se tem falado sobre o crescimento exponencial da ciência e da tecnologia como alavancadores do crescimento recente no mundo desenvolvido. Reconhece-se que o centro do poder migrou do capital para a capacitação científica e tecnológica, centrada na informação. Mas a revolução da informação promoveu também a revolução da gestão. Novas técnicas de ação administrativa aumentaram exponencialmente a produtividade dos indivíduos e permitiram novos conceitos de qualidade e excelência onde a renovação contínua dos produtos, a custos cada vez mais baixos, são as características mais importantes (ARAÚJO, 2013).

Outro exemplo do importante lugar simbólico conferido ao saber científico pelas duas associações é a participação de figuras internacionais em seus eventos, conferindo credibilidade social e científica ao paradigma do agronegócio enunciado por elas. Dentre eles, o nome que mais se destacou – pelo seu currículo e pela frequência com que visitou o Brasil e a Argentina – foi Norman Bourlag, premio Nobel da paz, reconhecido como um dos principais artífices da revolução verde (AAPRESID, 1995b; BOURLAG, 2010; ABAG, 2013)

Além disso, o monopólio de mercado sobre o saber ultra especializado das novas técnicas de gestão empresarial e das biotecnologias também é reconhecido e valorizado (ainda que escamoteado) como fator central de produção e acumulação de capital. Em função de sua especialização, o conhecimento técnico e científico, para funcionar como fator de produção, necessita desenvolver competências e capacidades diversas, que precisam ser aprendidas e reproduzidas. Por essas razões, no próximo capítulo buscaremos aprofundar a importância estratégica na institucionalização de um campo de estudos acadêmicos específicos do agribusiness, como espaços fundamentais de produção e reprodução de um corpo técnico e intelectual, imbuído da legitimidade social do campo científico para formar e difundir os saberes especializados no exercício da dominação econômica e simbólica do “agribusinessman” (GRAS E HERNÁNDEZ, 2016).

Portanto, mobilizando referências do mundo científico para justificar o modelo de produção do agronegócio, as duas associações recorreram exaustivamente à construção da imagem de que o mesmo seria o único capaz de manipular o saber técnico e científico na produção de uma agropecuária que seja social e ambientalmente responsável e, ao mesmo tempo, economicamente rentável, supostamente conciliando os três pilares do conceito de sustentabilidade.

### **2.5.3. A visão do novo homem no campo**

A centralidade da técnica e da ciência como elemento catalizador do sucesso do novo paradigma se defronta com a necessidade de formação objetiva (em termos de capacitação profissional) e subjetiva (em termos de referencial simbólico e cultural acerca de quais seriam os atributos) de um “novo homem do campo”, condizente com as tarefas de organização e direção desta “segunda revolução” da produção agropecuária, já não mais pautada na integração agroindustrial, mas agora fundamentada no uso de biotecnologia de ponta e de um

modelo de gestão financeira do negócio agropecuário. Se de alguma forma a AACREA, a OCB e as associações setoriais por produto ou cadeia produtiva encarnaram o espírito da “primeira” revolução verde, valorizando a empresarialização e integração industrial de produtores rurais, este processo, em termos subjetivos, implicou a valorização de um homem do campo ainda atrelado a certa moralidade familiar, cristã e cooperativa. Neste sentido, coube à ABAG e à AAPRESID, a partir dos anos 1990, romper definitivamente com esta perspectiva, educando sua base social de produtores rurais a como aprofundar seu processo de empresarialização. Isto conferiu uma centralidade ainda maior à inovação científica e tecnológica, bem como à lógica da redução dos custos de transação através de diferentes estratégias de gestão dos ativos, a depender das condições de integração horizontal ou vertical das cadeias produtivas. Assim, segundo as lideranças da AAPRESID, indo “más allá de los rastros”, “tranqueras afuera”, o novo modelo de negócios e de “homem de negócios” pode ser resumido da seguinte maneira:

También hoy la clave del desarrollo ha cambiado, no pasa por el hecho de disponer de recursos naturales; sino por el predominio de los recursos humanos. La producción agropecuaria no es ajena a estos cambios, ha pasado de ser una actividad individual o familiar a otra segmentada y especializada. Esto ha llevado a la necesidad de invertir más en conocimientos, llegando a la necesidad creciente de servicios profesionales. Así la actividad agropecuaria actual se caracteriza por la presencia de redes de empresas productoras y de servicios. El agro ya no es más una "actividad primaria sin valor agregado"; dentro de cada grano, corte de carne o alimento que se exporta hay conocimientos y tecnologías encerradas (BEGNIS, 2021).

Do mesmo modo, a liderança brasileira, buscando educar “financeiramente” o produtor rural, explicando a lógica do mercado futuro e de fundos “hedge”, também expressou sua visão sobre a questão:

Nos últimos anos, o agricultor brasileiro tem presenciado uma verdadeira revolução no meio rural, impulsionada pela biotecnologia, máquinas e implementos de última geração e insumos de alta eficiência produtiva. Hoje, o gestor agrícola praticamente domina as tecnologias de antes e também dentro da porteira, porém, não basta apenas saber produzir. É de fundamental importância que ele domine agora, a tecnologia da informação, principalmente num mercado cada vez mais volátil e especulativo (SOBCZAK, 2012, p. 26).

A formação subjetiva do novo homem do campo, transubstanciado em homem de negócios, materializa-se na própria institucionalidade do novo modelo de empresa. Embora os estudos existentes sobre as grande e mega empresas do agronegócio apontem para significativas diferenças entre um modelo mais tradicional e oligopólico brasileiro (com forte tendência à integração vertical e à concentração da propriedade direta de ativos) e o modelo “de la Pampa” (onde desenvolveu-se uma estrutura de negócios mais flexível em forma de uma rede de contratos – em sua maioria terceirizados – em que não predomina a propriedade direta dos ativos, terra e bens de capital, mas a centralidade na combinação do acesso ao monopólio do saber biotecnológico com o desenvolvimento de novas técnicas e formas de gestão dos negócios), os dois casos guardam em comum a premissa do imperativo do cálculo dos custos de transação. Neste sentido, as lideranças brasileiras e argentinas coincidem no esforço de difundir entre suas bases sociais a incorporação dos novos padrões de gestão do negócio agropecuário, incorporando as normas de responsabilidade social corporativa segundo os padrões internacionais praticados, ao mesmo tempo em que vendendo a ideia de que tais normativas seriam a marca registrada desse novo modelo de negócios.

Além disso, a temática da empresarialização da gestão e sucessão familiar é temática recorrente em eventos e publicações institucionais. No foco, a transformação dos herdeiros em sócios e gestores para blindar possíveis conflitos decorrentes do “valor intrínseco y simbólico que tuvo la empresa en la historia de la familia” (AAPRESID, 2008a, p. 42). Assim, defende-se uma governança corporativa para a gestão da sucessão e das demais relações familiares:

Quando o empreendimento agropecuário atinge um porte tal que o proprietário perceba ser o único capaz de conduzi-lo sozinho é hora de examinar a possibilidade de adotar a governança corporativa. A governança é um modelo desenvolvido para dirigir e monitorar as sociedades. O negócio é transformado em empresa e os herdeiros se tornam sócios. Os sócios – acionistas ou cotistas – compõem um conselho familiar e elegem um conselho de administração. Este último será o principal agente da governança corporativa. Pode também haver um presidente da empresa (executivo) e um presidente do conselho de administração (PARAGUAÇU, 2009, p. 14).

Assim, procura-se apagar a figura do velho “coronel”, “latifundiário” ou “terrateniente”, ancorados no poder histórico da propriedade da terra. Mesmo que possa ser significativo o número de representantes do “novo” empresariado rural que também são herdeiros de grandes proprietários de terra. Mais, afirma-se a identidade de um “novo homem de negócios”, gestor de uma “agricultura sem agricultores”, eficiente e bem sucedida, apagando também a figura do pequeno e do médio produtor rural, que seriam incapazes tecnicamente de competir no capitalismo globalizado. Por isso, Gras e Hernandez, ressaltam a valoração positiva desta imagem pelas lideranças da AAPRESID, que radicalizaram esse discurso celebrando o desaparecimento do produtor rural da nova paisagem social do campo argentino:

Pero ¿qué es lo importante? Que acá desaparece el productor. Hoy, en gran parte, el paradigma de la producción está basado en el productor, sobre todo en el pequeño productor. Entonces, el precio tiene que ser alto porque, si no, ¿qué hace el pequeño productor? No llega [a cubrir los costos]. La capacitación del pequeño productor, evidentemente, es la de una persona que no puede manejar cosas muy complejas. Entonces, usa tecnología muy precaria, no tiene capital para invertir. En cambio, [en el nuevo paradigma] un pequeño productor consigue una pequeña renta, que es proporcional al patrimonio, a su capital, pero después se puede integrar como un dador de servicios. Puede ser un gran dador o trabajar en otra cosa. [...] Digamos [que] es un cambio de paradigma. Pero esto que yo te digo la gente no lo entiende (TRUCCO, 2005 apud GRAS E HERNANDEZ, 2016, p. 178).

Ou seja, numa convergência contraditória de certas leituras deterministas do marxismo que decretaram precocemente o fim absoluto do campesinato na realidade sócio-política do capitalismo contemporâneo, aqui não há outro destino histórico possível para “el productor” (assim, genericamente) rural que não seja seu desaparecimento, qual seja: convertendo-se em um gerente de ativos financeiros e produtivos ou, o mais comum, proletarizando-se em atividades rurais terceirizadas ou no mercado de trabalho dos centros urbanos. Neste sentido, no caso das lideranças brasileiras, Bruno demonstra como Roberto Rodrigues, utilizando-se do próprio vocabulário marxista, segue na mesma linha quando se

trata de discutir o destino daqueles que possuem uma posição mais frágil para competir em um mercado agropecuário cada vez mais globalizado e industrializado, dominado por uma “contra-face” de agricultores que seriam mais “vocacionados”. Diz ele:

A contraface do vocacionado é o agricultor familiar sem condição, voltado exclusivamente para a produção de subsistência. Sem condição de utilizar a tecnologia que o moderno processo produtivo exige e sem condição de integrar-se. É um grupo social fadado a desaparecer (...) A única saída são as políticas assistencialistas até que se conclua seu processo de extinção e proletarização (RODRIGUES *apud* BRUNO, 2016, p. 144).

#### **2.5.4. A perspectiva sobre os outros: movimentos sociais, comunidades tradicionais e os “sem condição”**

A construção da figura do moderno empresário rural nesta “contra-face” com aqueles “sem condição”, que estariam “fadados a desaparecer”, nos remete a uma outra visão de mundo convergente entre as lideranças da ABAG e da AAPRESID: a perspectiva sobre as comunidades tradicionais e outros modos de vida e de produção no campo. Neste sentido, estas duas últimas falas são bastante emblemáticas do olhar e do projeto de seus representantes para o pequeno e médio produtor que não for capaz de se integrar à lógica de competição do mercado global: o desaparecimento. A estes segmentos, somente restariam políticas de assistência social até que eles se repositionem em alguma outra atividade do mercado de trabalho.

No entanto, principalmente no Brasil, onde o “devanescimiento” completo do pequeno e médio produtor rural esbarra em realidades sociais e regionais mais diversas do que no caso argentino, este não seria o único destino apresentado para o que se convencionou chamar – em forma de contraposição, complementaridade ou integração à noção de agronegócio, a depender do enunciador – de “agricultura familiar” (POMPEIA, 2018). Há também diversas propostas de lideranças empresariais de integração subordinada dos setores

que, apesar de sua escala limitada, teriam condições de incorporar as novas lógicas de gestão e produção, transmutando-se de “agricultura familiar” para aquilo que movimentos como a Via Campesina tem definido criticamente como a promoção de um “agronegocinho” (SAUER, 2008; MEDEIROS, 2021).

Os chamados “contratos de integração”, em vigor desde os anos 1970 funcionaram, sobretudo, na criação e engorda de animais por parte do pequeno e médio produtor. Neste modelo, eles se associavam a grandes frigoríficos como Sadia e Perdigão, recebendo assistência técnica e tecnológica, insumos e acesso à crédito para seguir o padrão de produção definido por estas empresas, que compram a matéria prima “animal” para seu posterior beneficiamento industrial e comercialização. Outra estratégia fundamental de implementação destes contratos tem sido através das grandes cooperativas agrícolas pertencentes à OCB. Nestes casos, as produções de grãos, de tabaco, de leite e de cítricos compuseram as principais cadeias produtivas que fizeram uso deste tipo de contrato (MENDONÇA, 2010; BRUNO, 2016). Esta estratégia, portanto, seria a harmonização da “parceria do ganha-ganha” dos grandes com os pequenos, que, segundo Roberto Rodrigues, “têm condição e estão qualificados para produzir ou aprender a produzir de modo rentável. São capazes de tomar decisões exigidas pelo mercado. Necessitam de crédito e de nosso apoio” (RODRIGUES, 1997 apud BRUNO, 2016, p. 3).

Além disso, quem não se integra é desqualificado e destinado a desaparecer. Uma das formas mais frequentes de realizar esta operação é determinada pela maneira como as lideranças do agronegócio brasileiro têm se referido às comunidades tradicionais, sem terra e de agricultores familiares. Bruno (2016) identifica que seus discursos quando não estão destinados à assimilação da cultura de “negócios” e da lógica de mercado, oscilam entre a desqualificação de suas identidades sociais e a deslegitimação de suas causas e lideranças. Portanto, além de “sem condição”, indígenas, quilombolas e outras povos que vivem da

pequena produção rural, quando não são vistos como atrasados e culpados pelo que seria o próprio fracasso, veem a própria identidade questionada: “são falsos quilombos”, a pessoa “não é do campo”. Neste sentido, a legitimidade de suas causas e lideranças é questionada, uma vez que se trataria de “inocentes úteis”, manipulados por outros interesses escusos. Toda esta estigmatização se justifica, pois suas reivindicações por demarcação de terras e assentamentos de reforma agrária seriam vistas como fontes de insegurança jurídica, assim como seus territórios já demarcados ameaçariam a segurança alimentar do país e do mundo, uma vez que eles constituiriam limitações para a ampliação da produção, mesmo com a sempre exaltada eficiência do agronegócio.

Outro argumento comum é reforçar o aspecto “tradicional” do modo de vida destas comunidades como indicador de improdutividade, sinônimo de pobreza e miséria, uma ameaça ao meio ambiente em função de suas técnicas “convencionais”. É assim que Alysson Paulinelli, velho aliado e referência das lideranças da ABAG, sente-se a vontade para fazer uma irônica associação entre práticas indígenas e queimadas criminosas produzidas por fazendeiros nas regiões de cerrado:

Todo mundo estava acostumado a botar fogo no cerrado para a abertura de novas fronteiras agrícolas. O índio já botava fogo em áreas da região. Isto provocou uma degradação muito grande. As pastagens não tinham capacidade para alimentar um animal em 10 hectares. Com a adoção de novas práticas, foi possível recuperar a fertilidade do solo. Eu criei condições para que a Embrapa realizasse um trabalho para o melhor aproveitamento do cerrado para a produção agropecuária. O bioma mudou (PAOLINELLI, 2011, p. 7).

Neste sentido, o ex-ministro da agricultura da ditadura militar, contrapõem o desenvolvimento tecnológico da grande produção agroindustrial proporcionado pela Embrapa, apresentando-o como fonte da sustentabilidade do “bioma”, ao uso do fogo como tradição indígena, induzindo o leitor a pensar que são os chamados povos tradicionais os verdadeiros responsáveis em provocar “uma devastação muito grande” do Cerrado.

No caso da AAPRESID, quando a questão não é apresentada como completamente superada – “la realidad de la estancia y el chacarero pertenece al pasado; las estancias se han



dividido y los chacareros se fueron a vivir al pueblo”, disse Victor Trucco (CEBALLOS, 2012) – comete-se a ironia de acionar a noção de “sin tierra” – uma alusão aos pobres trabalhadores rurais sem terra do Brasil – para se referir ao produtor moderno e inovador que usa tecnologia de ponta e entende a terra como mais um ativo a ser gerido (principalmente através do arrendamento), em contraposição a um modelo atrasado, demasiadamente preso a questões que seriam ultrapassadas, como a propriedade direta da terra e o uso do arado. Assim, enquanto o novo modelo representaria uma agricultura de alta produtividade e rentabilidade através do uso intensivo de tecnologia e de mecanismos flexíveis de gestão financeira, todos os demais que não se integraram e sobreviveram à sua lógica de mercado, seriam representantes de uma agricultura “convencional”, que estaria destinada a desaparecer através da absorção de pequenos e médios produtores e trabalhadores rurais em atividades terceirizadas no campo e no mercado de trabalho das cidades. Dessa maneira, a desqualificação de pequenos e médios produtores rurais que não tem capacidade de acessar recursos suficientes para produzir em uma escala competitiva é vista nas constantes alegações de que o sistema convencional, à diferença do sistema da Siembra Directa, além de ser menos eficiente, seria muito mais agressivo ao meio ambiente, numa espécie de contra ataque em que se busca inverter as posições em jogo frente aos crescentes questionamentos de movimentos sociais, comunidades rurais e científica sobre os efeitos nocivos do uso de determinados insumos biotecnológicos, particularmente o glifossato, por parte da grande produção ligada ao agronegócio. Assim, recorre-se constantemente à alegação de que o sistema de Siembra Directa seria mais sustentável que a “agricultura tradicional”, mitigando a erosão dos solos e a emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera:

La agricultura tradicional basada en el laboreo del suelo con arado, discos y toda otra herramienta que remuevan al suelo, provoca una pérdida por oxidación de los residuos de tejidos vegetales (de la vegetación natural, pasturas o de rastrojos de cosechas) lo que conduce a la transformación de ese carbono de la materia orgánica en dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), que se libera al aire” (AAPRESID, 2005b, p. 12).

Também é possível identificar tentativas de integração do pequeno produtor ao sistema da Siembra Directa. Em relação a esse aspecto, se destaca, por exemplo, o “Programa de Apoyo a Pequeñas Propiedades en Siembra Directa”, organizado em 2001 pela AAPRESID, em parceria com a Monsanto e o Senador da Província de Entre Ríos, Victorio Firpo. A iniciativa consistiu em oferecer assistência técnica a um grupo de oitenta produtores da região, facilitando insumos e realizando uma capacitação para a incorporação das práticas para a realização do plantio direto.

En cuanto a la parte operativa, se constituyó un grupo de trabajo conformado por jóvenes de la zona que se acercaron a colaborar y capacitarse en un sistema de siembra completamente nuevo para ellos. (...) Esto ha generado un gran interés no sólo en los productores abarcados por el Programa, sino también en el resto de los productores de la zona que están muy entusiasmados y demuestran un fuerte convencimiento hacia las bondades del sistema. Perciben a la siembra directa como un sistema de producción viable para planificar la implantación de futuros cultivos, diseñar rotaciones y buscar el modo de conseguir por sí mismos los implementos necesarios para seguir con la siembra directa (AMAVET, 2001, p. 4).

Convencidos das “bondades do sistema”, os pequenos produtores deveriam se qualificar tecnicamente de modo que eles alcancem índices de produtividade que lhes permita acessar por si mesmos, sem assistência, os recursos necessários à sua reprodução no mercado. No entanto, sendo o programa apresentado como um sucesso, não se especificou de que forma exatamente estes pequenos produtores conseguiram se manter no “sistema” sozinhos, apenas se alega que a iniciativa teria produzido entusiasmo na região alvo do programa.

Finalmente, há uma importante construção de contraponto entre o que seria a agricultura moderna e uma visão preconceituosa, do passado, sobre a questão ambiental. Atestando a sustentabilidade do modelo do agronegócio, as duas associações buscam dissociá-lo do avanço da produção de soja em áreas de desmatamento de matas nativas, especialmente nas fronteiras agrícolas do norte argentino e do centro-norte brasileiro, em biomas como Amazônia, Cerrado, Pantanal, Chaco e Yungas. Por outro lado, em relação aos organismos geneticamente modificados e agrotóxicos, recorre-se ao mesmo processo de desqualificação dos movimentos que questionam seu uso, com dois argumentos

fundamentais: São ultrapassados, anticientíficos; são liderados por pessoas com interesses escusos (principalmente, prejudicar o Brasil e a Argentina no comércio internacional).

Neste quesito, o Greenpeace parece ser o inimigo público número um. Em função do forte impacto publicitário das ações desta ONG internacional, especialmente junto a países importadores de produtos de origem agropecuária, esta organização recebeu particular atenção na construção dos discursos e posicionamento da ABAG e da AAPRESID em matéria ambiental.

No caso da AAPRESID, por exemplo, frequentemente a associação e suas lideranças se veem obrigadas a reagir a campanhas do Greenpeace. A mais significativa foi lançada em 2000, denunciando os riscos dos transgênicos à saúde e ao meio ambiente e as contradições do discurso ambientalista levado a cabo pelas empresas representadas pela AAPRESID (GRAS E HERNANDEZ, 2016). Em 2002, essa ONG internacional denunciou mais uma vez a contradição entre o fato de a Argentina ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo e a realidade de fome e miséria social após a crise de dezembro de 2001 (KOSSMAN, 2002). Mais recentemente, em 2016 a ONG internacional expôs o lobby dos transgênicos junto a postos estratégicos do Estado argentino. Figurando como peça chave numa engrenagem de trinta nomes, Maria Beatriz “Pilu” Giraudo, ex-presidenta da AAPRESID, aparece entre outros representantes diretos da AACREA, Monsanto, Bayer, Dow, DuPont, Syngenta, Chem China e Basf (FERREYRA, 2017).

No caso da ABAG, embora haja alguns episódios de aproximação e diálogo com o Greenpeace – numa tentativa de melhoramento da imagem ambiental do agronegócio –, os conflitos também são permanentes. Assim, ao mesmo tempo em que é possível identificar a participação de representantes da ONG nos Congressos da ABAG, e a realização de convênios das duas instituições com o Banco do Brasil para a certificação de práticas ambientais a fim de liberar a concessão de crédito para empresas e produtores rurais no

âmbito da moratória da soja<sup>16</sup>, a oposição entre elas tem falado alto. Neste caso se destacam a luta do Greenpeace contra o novo Código Florestal e contra o uso de transgênicos e agrotóxicos (LACERDA, 2009; POMPEIA, 2018). É dessa forma que, tanto ABAG, como AAPRESID, coincidem frequentemente na acusação de “fundamentalismo” e “radicalismo” ambiental por parte da ação política desta ONG internacional. Na visão dos representantes das duas associações, enquanto tais movimentos representam o atraso, da anti-ciência e da ideologia de setores que desconhecem a realidade do campo e da biotecnologia, eles seriam legítimos representantes do progresso, da ciência e da técnica no campo.

### **2.5.5. O lugar do próprio país no mundo**

É curioso perceber certa semelhança com que os discursos mobilizados pelas duas entidades fazem uso de certas perspectivas sobre o próprio país e seu respectivo lugar no mundo. A este respeito, o discurso sobre o destino de Brasil e Argentina como celeiros do mundo, portadores da grande “oportunidade” histórica de “alimentar o planeta” talvez seja o mais chamativo e recorrente.

Além disso, há uma oscilante operação de identificação e diferenciação dos dois países com relação aos “países ricos” ou “desenvolvidos” (principalmente os países da Europa e os Estados Unidos). Ao mesmo tempo, há um constante apagamento (e/ou esforço de assimilação cultural) do conflito social e de outras identidades sociais e modos de vida presentes no campo argentino e brasileiro.

Neste sentido, por exemplo, é possível perceber na repercussão pela revista Panorama Rural da realização da exposição “caminhos rurais”, do Museu Luis de Queiroz da ESALQ/USP. O objetivo do evento teria sido “traçar um paralelo entre o caipira do Brasil e o

---

<sup>16</sup> Este fato provocou protestos de outros setores ruralistas sob a alegação de que a aprovação de crédito passaria a estar subordinada aos “ditames” do Greenpeace (ROSENFELD, 2010).

camponês da França”. Segundo uma das artistas participantes do evento foi indicar as semelhanças entre o francês e o brasileiro:

(...) Pensamos em resgatar a nossa identidade caipira que é muito parecida com a realidade do camponês francês. Valores, hábitos, sons e saberes são muito próximos (...) Com relação à música, a proximidade pode ser citada com o caso do acordeon, que é muito tocado nos campos franceses e no interior paulista, ou seja, há certamente essa interação, somos separados apenas geograficamente, mas o homem do campo é o mesmo, seja na França ou aqui (PILOTTO apud AGUIAR E ALBUQUERQUE, 2009, p. 47).

Assim, ao mesmo tempo em que se constroem laços de identificação ideológica com um modelo idílico de “camponês francês”, apaga-se a miríade de identidades sociais constituídas de distintos “valores, hábitos, sons, saberes” presentes no campo brasileiro (através, por exemplo, de comunidades sem terra, ribeirinhas, indígenas e afrodescentes).

Por outro lado, os artistas plásticos expositores também teriam representado o “trabalho duro” do “boia-fria” como traço nacional distintivo que deve ser motivo de orgulho:

Na exposição, a veracidade ao transmitir o ambiente rural pode ser contemplada em duas telas que foram pintadas no escuro, apenas com iluminação de velas, representando a madrugada do bóia-fria, hora em que o trabalhador arruma sua marmita antes de partir para mais uma jornada. “O Brasil tem que ser representado assim, pois grande parte da nossa população ainda trabalha duro no campo e esses personagens tem uma extrema importância socioeconômica. Lá dentro, ainda temos muito do caipira e pra que perder isso? Essa é nossa origem e temos que nos orgulhar disso”, conclui a artista (AGUIAR E ALBUQUERQUE, 2009, p. 48).

Além do apagamento de outras identidades sociais e modos de vida, apaga-se a própria realidade do conflito de classe, uma vez que a noção de caipira agenciada aqui é difusa. Ela não apenas homogeneiza a realidade brasileira na equiparação com a realidade francesa, ela também apaga as desigualdades existentes na estrutura social agrária brasileira. Esta diversidade e suas conflitividades são reduzidas à figura – universalizante – de um único “homem do campo” – francês. Nesta perspectiva, o boia-fria e o proprietário e empresário rural podem ser vistos (e confundidos) segundo a mesma identidade social e o mesmo modo de vida. Finalmente, a partir deste apagamento e homogeneização das diferenças sociais no campo, permite-se celebrar, sem maiores constrangimentos, a exploração do boia-fria, que

todos os dias se levanta cedo e realiza um “trabalho duro”. Afinal, “Para quê perder isto?”, conclui a artista”.

No caso da Argentina, podemos tanto encontrar certa valorização de uma “path dependency” determinada pelas raízes mediterrânicas, que têm como base a histórica imigração de espanhóis e italianos como elemento fundador da nacionalidade argentina, quanto diferenciações com o desenvolvimento de outros países ricos. Podemos observar isso, por exemplo, na fala de dois intelectuais bastantes assíduos e ouvidos nos eventos da AAPRESID. Primeiramente, Hector Ordoñez, em sua tese de doutorado, debatendo a necessidade de desenvolvimento de uma política de denominação de origem na Argentina, apresenta o seguinte raciocínio e argumentação:

La Argentina a principios del siglo XX recibió una importante inmigración del sur de Europa. La misma aportó su cultura y esencialmente su dieta y su gastronomía que definió significativamente el perfil de la propia cultura y de la dieta y de la gastronomía local. De tal manera, los consumidores locales siempre han mostrado su preferencia y distinguen claramente a los alimentos por su calidad ligada al origen. Desde el típico “bife argentino de las pampas” hasta los vinos de Luján de Cuyo, pasando por: el Torrontés Riojano, el Cordero Patagónico, los Salamines Tandileros, las manzanas de los Valles Patagónicos, las frutillas de Coronda, los Langostinos o Calamares Patagónicos, etc. La cultura local y los mercados externos identifican muchos productos alimenticios locales por su origen y calidad. Está pendiente el desarrollo e implementación del proceso de institucionalización y consolidación de la estrategia de las Denominaciones de Origen, proceso que se inició a principios de los 90 y en la actualidad alcanza un nivel de madurez con alto potencial de mejora (ORDOÑEZ, 2000, p. 51).

Assim, Ordoñez reivindica tais raízes para defender o sucesso da produção rural argentina, conectando-o a determinada herança cultural mediterrânica. Para além de visar as culturas de frutas, vinhos, queijos e carnes, há uma preocupação não explicitada: certificar as boas práticas agrícolas de grandes empresas agroindustriais que vendem no mercado internacional, particularmente o europeu. Por isso, a Europa, ao “aportar” o perfil de sua cultura e gastronomia, permitiu que “la cultura local y los mercados externos” identifiquem “muchos productos alimenticios locales por su origen y calidad” (ORDOÑEZ, 2000, p. 51).

Em sentido oposto, Francesco Di Castri apresentou no XII Congresso da AAPRESID sua visão sobre o conceito de “empowerment”, que seria adotado pelas lideranças da

associação para se referir à importância do poder do conhecimento e da gestão para o desenvolvimento de negócios competitivos no mercado global. Segundo o engenheiro da Área Técnica da AAPRESID, Andrés Begnis, o intelectual europeu, ao explicar o que seria a etimologia deste termo, alegava que esta palavra não existiria historicamente na língua espanhola, justificando a ausência de uma consciência coletiva nacional sobre o seu significado e, em consequência, a ausência de uma vontade coletiva de exercitá-lo:

Esta palabra de origen inglés no posee traducción directa al castellano, "y evidentemente no existe el término porque tampoco existe la comprensión del proceso ni el deseo de aplicarlo. Por lo contrario, sí existe en los principales idiomas de Asia (desde hace más de 4.500 años en chino), en Polinesia (es el mana), en la filosofía griega, y por lo menos en seis idiomas de los indios de América del Norte", según Di Castri. Es una cultura del trabajo, del esfuerzo, del hacer sin esperar soluciones mágicas, ni del poder de turno. A esta fuerza interior, a este gusto de encarar los desafíos siempre nuevos e imprevisibles de un mundo abierto y a esta confianza de poder enfrentarlos con éxito con las raíces de su historia y de su propia cultura, se le llama "empowerment". Para Di Castri "nada es menos mágico y menos proselitista que esto (...) Empowerment es dar y adquirir en forma continua y permanente el poder del conocimiento. No se trata de poder político o administrativo, sino de "conocimiento", lo que es característico, intrínseco y propio de la sociedad en que vivimos, la sociedad de la información y del conocimiento que ha reemplazado sin vueltas la sociedad industrial. Sin embargo, hay que aceptar la evidencia. Empowerment, marketing y benchmarking, que son los tres pilares del desarrollo actual, existen solamente en idioma inglés y han sido formulados y conceptualizados en inglés. No es una simple coincidencia, sino una consecuencia de una estructura lógica del pensamiento y de la acción. Nuestro desafío queda planteado en encontrar éstos términos en nuestro idioma, pero no por el mero hecho de la traducción, si no por la comprensión, adaptación y utilización de sus significados. Es un desafío tan grande como el país que todos soñamos. Y hacen falta voluntarios (BEGNIS, 2021)

Nesta perspectiva, nada seria menos “mágico” e “proselitista” do que afirmar que a “cultura del trabajo, del esfuerzo, del hacer sin esperar soluciones mágicas ni del poder de turno” não encontra uma palavra para materializá-la como ideia coletiva pertencente à sociedade argentina pela ausência de uma compreensão ou desejo em praticar tais valores. Somente na filosofia grega, em algumas línguas de povos da Ásia, da Polinésia e de indígenas da América do Norte, que se poderia encontrar um termo com o mesmo significado do conceito inglês de “empowrment”, sugerindo que isto explicaria certo atraso no desenvolvimento econômico e social da Argentina. Curiosa a completa desconexão histórica do espanhol como herdeiro da cultura greco-romana que este raciocínio supõe. Curiosa

também a forma com que indígenas da América do Norte e do Pacífico são apresentados como modelo (sugerindo implicitamente uma justificação do desenvolvimento dos EUA e do Leste asiático), enquanto paira um completo silêncio sobre qual seria o caso dos povos originários sul-americanos. Segundo esta lógica, é possível supor também que a Espanha e as demais sociedades de língua espanhola sofreriam das mesmas mazelas? Qual seria o caso das demais línguas latinas? ”Hay que aceptar la evidencia”, afirma-se com convicção. “No es una coincidencia, sino una consecuencia de una estructura lógica de pensamiento y de la acción”, conclui o técnico da AAPRESID.

Outra forma de reproduzir esta permanente identificação e diferenciação em relação aos países ricos e desenvolvidos é o discurso sobre a penalização histórica da agricultura frente à política de substituição por importações e as consequências de um Estado “clientelista”. A respeito do tema, Roberto Rodrigues apresenta o seguinte raciocínio:

Nos anos 50, quando o Brasil era um país rural, optou pelo modelo de urbano-civilização. Lembra aquele famoso modelo substituição de importação? (...) Isto foi feito sangrando o setor capitalizado da economia que era o crédito rural. Então, montou-se um sistema financeiro, um sistema de drenagem de recursos do campo para desenvolver o setor industrial. Nada de novo porque no mundo inteiro foi assim. (...) O diferente no Brasil foi que quem fez isso foi o Estado. (...) Não teve um projeto de desenvolvimento capitalista ou liberal. Era um projeto cartorialista. Você ia buscar suas margens no governo. (...) Na medida em que este recurso foi drenado do campo para a revolução industrial foi quando o agricultor chorou, reclamou, gritou: “estão pungando minha renda!”. E a sociedade perguntou ao Estado ou ao governo: “e aí, é verdade?” E o governo respondeu: “é verdade mas eu vou resolver isso aí” e deu subsídios ao crédito. Subsídio é o que criou as políticas públicas lá nos anos 60,70 que eram protecionistas para a agricultura ou para setores da agricultura. Só que o Brasil é um país vastíssimo e esses modelos foram criados a partir de similaridades de países europeus. No que diz respeito aos subsídios, não dá para comparar o Brasil com Portugal, Espanha, França. No Brasil, o que aconteceu foi que o acesso aos “favores” do governo não foi um acesso amplo e irrestrito: dele teve vantagem quem tinha conhecimento, quem tinha capacidade, quem tinha educação, quem tinha mecanismo de comunicação, enfim, acesso (RODRIGUES, 2021).

Dessa forma, Rodrigues não apenas traz a perspectiva do setor sobre as razões da “choradeira” histórica da agricultura contra a política de industrialização via substituição de importações, como reconhece nas entrelinhas o papel do golpe de 1964 para “resolver isso aí”, dando início a uma política de subsídios que, como o próprio reconhece, funcionou de



forma “cartorialista” e “protecionista” para (alguns) “setores da agricultura”. Tudo isso, em sua visão, reflete a ausência de “um desenvolvimento capitalista e liberal”, explicando a incompatibilidade da trajetória das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro com a experiência de países como “Portugal, Espanha e França” (RODRIGUES, 2021).

A mesma associação entre a política de substituição de importações e o atraso socioeconômico de um Estado clientelista pode ser encontrada na visão das lideranças da AAPRESID. Em 2002, após “el corralito” de dezembro de 2001, no periódico da associação, o professor da Universidade de Harvard, Otto Solbrig, argentino e convidado assíduo dos eventos da entidade, expunha sua visão sobre as razões da grave crise econômica e social enfrentada pela Argentina naquele ano:

Los antecedentes inmediatos de la crisis lo podran explicar los economistas mucho mejor que yo, aunque ellos difieren mucho entre ellos. Pero la razón básica es una estrategia política y económica equivocada que tuvo sus orígenes hace más de cincuenta años con el análisis de Prebich sobre los términos de intercambio, sumado a un nacionalismo equivocado que tiene sus orígenes en la Liga Patriótica y se arraiga con la crisis de 1930 y que todavía tiene mucha repercusión en el pueblo (SOLBRIG, 2002, p. 11).

Segundo a lógica de Solbrig, o problema da crise social e econômica de 2001 na Argentina não era resultado de mais de duas décadas de agenda neoliberal de desmonte social do Estado argentino, mas sim de uma espécie de “pesada herencia” do pensamento cepalino, que influenciou boa parte das políticas de desenvolvimento do pós-segunda guerra mundial, particularmente os governos peronistas, e de sua contra-face, uma espécie de nacionalismo de extrema-direita, de cunho fascistizante, reproduzido por certos grupos com referencia na Liga Patriótica dos anos 1920. A esta herança se somaria a permanência de um Estado “corrupto”, suscetível a uma lógica populista e clientelista, subordinada aos interesses do partido governante, sendo isso um fator determinante para explicar as diferenças do desenvolvimento histórico da Argentina em relação à Europa e aos Estados Unidos:

Algunos dicen que somos indolentes, otros que sólo sabemos empezar cosas para no termina-las. O que somos deshonestos, que nuestra picardía y la llamada “viveza criolla” es la causa de nuestros males. (...) No somos ni mejores ni peores que la población de cualquier otro país. Los países desarrollados lo son debido a haber

tomado decisiones correctas a través de su historia (...) En una sociedad con buenas instituciones y bien organizada, esas circunstancias son mayormente legales y aceptadas: competencia leal, premio al trabajo personal, a la intuición, al riesgo, etc. En una sociedad poco organizada, con instituciones jurídicas que no funcionan, existen muchas más oportunidades para la corrupción (...) La gran diferencia es que aquí nadie ha ido preso por corrupto, a no ser que pertenezca a un partido opositor y los podemos transformar en chivo expiatorio, mientras que en Europa y EUA los corruptos tarde o temprano casi siempre terminan en la cárcel y muy desprestigiados (SOLBRIG, 2002, p. 12).

Assim, apesar de negar qualquer diferença na índole dos argentinos em relação à população dos países ricos, Solbrig demarca como traço distintivo do desenvolvimento nacional uma suposta índole corrupta do Estado argentino, produto do fato de que o país (assim, genericamente) não teria sido capaz de “haber tomado las decisiones correctas”, supondo uma cartilha (europeia ou norte-americana) de desenvolvimento que deveria ter sido seguida, mas não foi. Supondo também uma completa separação entre sociedade civil e sociedade política, responsabilizando o Estado e não os indivíduos e empresários pelos males nacionais.

Grobocopatel, por sua vez, ao ser indagado se não seria justo que um setor que seja mais dinâmico aporte recursos para o desenvolvimento do restante da economia, credita a fonte dos males argentinos à dependência crônica dos outros setores econômicos em relação ao “agro”.

Ese razonamiento es la base del drama argentino. Porque lo que ha hecho el campo durante muchos años es transferir recursos a otros sectores que estaban subsidiados, con el argumento de que generaban más mano de obra y valor agregado. Lo que se logró así es construir empresas que después se fundieron y fueron los que dejaron a la gente sin trabajo. Porque fueron empresas y sectores que nunca construyeron nada competitivo a nivel global. Eso como sistema es antinatural (GROBOCOPATEL, 2004)

Para, o empresário, portanto, a histórica transferência de renda do setor rural para o setor urbano-industrial agiria contra a “natureza” do mercado, levando à sobrevivência aqueles que não são suficientemente produtivos e competitivos. Esta seria a razão para que boa parte da indústria não tivesse sobrevivido à abertura neoliberal da economia argentina ao mercado internacional, vivenciada a partir da última ditadura militar no país.

Finalmente, se as razões do atraso nacional são discutidas segundo a crítica a um Estado clientelista que transfere renda da grande exportação agropecuária para outros segmentos da economia nacional pouco competitivos para os critérios do mercado internacional, ao mesmo tempo, nota-se entre as lideranças da ABAG e da AAPRESID uma valorização de elementos que fizeram o diferencial no desenvolvimento e sucesso da modernização e industrialização da agricultura nos dois países. Este diferencial residiria numa virtuosa combinação entre as vantagens comparativas e competitivas de cada país. No caso do Brasil, aponta-se, para o desenvolvimento de uma “tecnologia tropical” própria, que teria tornado possível “a identificação de áreas propícias ao plantio de grãos no Cerrado e a motivação de empreendedores do sul do país” (RODRIGUES, 2006, p. 1). No caso da Argentina, a celebração é da própria combinação “pionera” da fertilidade do solo encontrada na pampa úmida com o “sistema da Siembra Directa”, que incluiu além da mecanização do plantio e da colheita, a aquisição dos demais componentes do chamado pacote tecnológico (sementes transgênicas + agrotóxicos), colocando o país na vanguarda mundial da agricultura, tornando-o, na visão da entidade, referência para países europeus e norte-americanos (METIFFOGO, 1995; AAPRESID, 1997a; CANO, 1999).

## **2.6. Bandeiras e reivindicações de políticas públicas**

Ao me debruçar sobre as principais bandeiras que buscaram ser materializadas em políticas públicas pelos discursos e ações coletivas da ABAG e da AAPRESID, foi possível identificar agendas que tanto miram espaços semelhantes da sociedade política, como visam a desobstrução daquilo que é entendido, nos termos das lideranças brasileiras, como “gargalos” para o desenvolvimento das respectivas produções agroindustriais nacionais. Tais gargalos, como veremos, apesar de responderem às distintas realidades (sociais, políticas e

econômicas) locais e nacionais, se referem a alguns elos estratégicos das cadeias globais de produção do agronegócio, em que Brasil e Argentina se encontram inseridos. São eles: defesa e incentivos do uso de biotecnologias dirigidas à produção de larga escala; a questão da propriedade da terra, política econômica, política de comércio internacional, infraestrutura logística, promoção do biodiesel, relações de trabalho e qualificação da mão de obra, promoção de assistência técnica e pesquisa agropecuária; e promoção do turismo rural.

### **2.6.1. Defesa das biotecnologias**

Em primeiro lugar, a defesa do uso da biotecnologia está absolutamente relacionada com a base social de empresas transnacionais que tem sido organizada e representada pelas duas associações. Estabelecendo justamente o controle das cadeias globais de produção e comercialização de alimentos a partir do controle genético e bioquímico da produção agropecuária, estas empresas são as grandes responsáveis pelo financiamento e articulação de diversas iniciativas políticas e de comunicação no sentido de legitimar – com ares de cientificidade – a pertinência e a segurança na adoção de um modelo produtivo inteiramente subordinado ao acesso ao monopólio de seus produtos biotecnológicos. Esta preocupação não apenas denota a centralidade do uso de sementes transgênicas e agrotóxicos nesta nova lógica de produção, como é fundamentalmente uma reação aos questionamentos que vem sendo realizados por uma miríade de movimentos sociais críticos do campo e da cidade a respeito das suas consequências sociais, ambientais e sanitárias. Estes questionamentos apontam tanto para os riscos e consequências para a saúde humana e animal que vem sendo comprovados cientificamente, como para os efeitos ambientais de uma produção de larga escala e com pouca diversificação (na verdade, uma diversificação limitada pelo critério dos chamados “flex crops”, ou seja, dos cultivos que variam segundo as possibilidades locais de produção

dentro do portfólio de rentabilidade do mercado de commodities internacional em uma dada conjuntura econômica), bem como sobre o reforço da concentração econômica e das desigualdades sociais históricas de cada país. Assim, a atuação tanto da ABAG quanto da AAPRESID esteve em grande medida voltada tanto para a legalização do uso de sementes transgênicas e produtos bioquímicos diversos, como para a justificação social de suas vantagens econômicas, de segurança sanitária e de sua responsabilidade socioambiental.

No caso do processo de legalização dos transgênicos, foi nítido o protagonismo das duas porta-vozes do agronegócio brasileiro e argentino. Como já salientamos, ao ter sido uma das primeiras instituições a defender a abertura do mercado nacional para os organismos geneticamente modificados (OGM), a AAPRESID lançou diversas formas de campanha para promover o uso deste tipo de biotecnologia. Além de contar com gente na assessoria do então responsável pela pasta da agricultura, Felipe Solá, a entidade emitiu diversos posicionamentos a respeito do tema, inclusive se dirigindo diretamente ao Congresso Nacional (AAPRESID, 1997b). Em outra iniciativa, a entidade promoveu no ano 2000 um seminário, na cidade de Mar del Plata, em parceria com o *David Rockefeller Center for Latin American Studies*, da Universidade de Harvard. Intitulado *Oportunities and Challenges of Biotechnology to Agriculture in the Mercosur*, o seminário contou com a participação de pesquisadores e empresários do agronegócio argentino e brasileiro (HARVARD UNIVERSITY, 2001).

No Brasil, como vimos, a primeira legislação que aprovou o uso de sementes transgênicas data de 1998 quando a Soja Roundup Ready foi aprovada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Apesar da liberação somente dois anos após a Argentina, por uma ação judicial perpetrada pelo Greenpeace, movimentos sociais e cientistas preocupados com os riscos sanitários e ambientais da decisão alegou que não haviam sido cumpridos os estudos de impacto ambiental exigidos pela legislação. Assim, em

primeiro lugar, a soja transgênica da Monsanto entrou no Brasil de forma ilegal através de produtores do sul que importaram pela fronteira as sementes da Argentina. A importação ilegal tornou-se tão popular entre agricultores gaúchos que a variedade de OGM passou a ser conhecida como Soja Maradona, devido a suas particularidades: baixinha, atarracada e altamente produtiva (CANAL RURAL, 2013). Neste sentido, a legalização do uso dos transgênicos no Brasil somente se concretizou em 2005 após alguns anos de controvérsia política, jurídica e científica a respeito da adequação legal e sanitária dos mesmos. A Lei de Biossegurança foi aprovada no Congresso Nacional sob os auspícios do então ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e em aberto conflito com os setores do governo representados no Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Embora os estudos existentes sobre esta comissão apontem para o fato de que esta controvérsia siga se dando durante os processos de aprovação de cada novo OGM, todos coincidem em reconhecer o poder majoritário dos setores favoráveis a aprovação dos transgênicos e menos preocupados com a necessidade de mais pesquisas sobre possíveis riscos de mais longo prazo. Coincidem também em apontar a falta de transparência como parte constitutiva do desempenho da análise científica promovida oficialmente por aqueles que controlam a comissão. Portanto, mesmo que seja composta necessariamente por perfis com alta formação técnica, sua designação é eminentemente política, refletindo as tendências e vontades do órgão ministerial responsável pela indicação e fazendo com que alguns de seus representantes respondam direta ou indiretamente para as empresas interessadas na aprovação de novos OGM's, como foi o caso da Monsanto na primeira tentativa de liberação da Soja RR em 1998 (BOSSETI, 2012; FONSECA E GUIVANT, 2018; TURCO E PAIVA, 2019).

No caso da Argentina, como já indicamos anteriormente, também se destaca a forte influência da AAPRESID e suas empresas sócias sobre a Comisión Nacional Asesora de

Biotecnología Agropecuaria (CONABIA), órgão responsável pela aprovação e liberação das novas sementes transgênicas e demais insumos bioquímicos no país. Além disso, preocupada em legitimar e acelerar as aprovações do órgão, a associação argentina liderou o lançamento do Grupo Biotecnología, que congregou diversas organizações<sup>17</sup> preocupadas com certa “inactividad de los organismos que regulan la liberación de los organismos genéticamente modificados (OGM)”. Da reunião deste grupo, apresentou-se uma agenda de promoção do uso das biotecnologias na produção agropecuária nacional, segundo cinco pontos fundamentais bastante reveladores das posições e iniciativas da associação no tocante a este tema:

- 1) Considerar política de Estado el uso, desarrollo y defensa de la biotecnología y producción obtenida a partir de la utilización de organismos genéticamente modificados.
- 2) No alterar las normativas vigentes en el rotulado de productos de alimentos y bebidas, ni agregar textos que puedan llevar a confusión al público consumidor.
- 3) No convalidar medidas restrictivas al comercio al no existir evidencias científicas que lo requieran.
- 4) Solicitar que se coordinen las actividades de los actores oficiales y privados en los temas nacionales y negociaciones internacionales; en particular los referidos a la aplicación de estas tecnologías.
- 5) Seguir insistiendo internacionalmente en la eliminación de subsidios a la propiedad, producción y exportación de productos agrícolas y agroindustriales, desentimando mensajes que encubren prácticas proteccionistas (AAPRESID, 2000, p. 4)

Assim, mesmo após a legalização da soja transgênica em 1996, a AAPRESID e o conjunto de empresas e associações aliadas no interesse da difusão do uso de organismos geneticamente modificados (OGM), não apenas reforçava a necessidade de aprovação de novas modalidades de sementes transgênicas, como demandava ações governamentais permanentes para a refutação dos diversos questionamentos científicos que tem sido feitos ao seu uso. Esta defesa deveria se materializar em campanhas de esclarecimento da população e,

---

<sup>17</sup> Asociación Argentina de Consórcios de Experimentación Agropecuária (AACREA), Asociación de Semilleros Argentinos (ASA), Asociación de Camaras de Tecnologia Agropecuária (ACTA), Asociación de Productores de Carne Bovina Argentina (APROCABOA), Bolsa de Cereais de Buenos Aires, Bolsa de Cereais de Bahía Blanca, Bolsa de Comércio de Rosário, Camara de Proprietários de Puertos Privados Comerciales, Cámara de Sanidad Vegetal y Fertilizantes (CASAFE), Centro de Exportadores de Cereales, Camara de la Indústria Aceitera de la República Argentina (CIARA), Coordinadora de las Industrias de PProductora Alimenticios (COPAL), Confederaciones Rurales Argentinas, Federación de Acopiadores, Foro Argentino de Biotecnología (FAP) e o Instituto de Negociaciones Agrícolas Internacionales (INAI).

principalmente, na negação de qualquer tipo de restrição à sua comercialização, como aquelas adotadas em muitos países – inclusive no Brasil – de etiquetagem dos alimentos informando se aquele produto contém algum tipo de OGM na sua composição. Além disso, como fica claro no quinto ponto, estes questionamentos, ao invés de serem refutados cientificamente, são frequentemente descredibilizados como uma forma de guerra comercial dos países ricos que, ao mesmo tempo em que restringiriam a entrada de produtos agropecuários estrangeiros sob a alegação sanitária, subsidiariam seus produtores rurais nacionais. Embora possa ser comum este tipo de instrumentalização, não parece honesto intelectualmente reduzir os estudos científicos que vem problematizando o uso dos OGM a meras manobras de protecionismo comercial (VITTA E TUESCA, 2003, p. 6).

A ABAG por sua vez igualmente tem buscado travar o debate público sobre as biotecnologias, acompanhando de perto os órgãos reguladores responsáveis pela aprovação de novas sementes transgênicas e agrotóxicos. É nesta perspectiva que Eduardo Daher, diretor da entidade – que também teve passagem pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), pela Associação Nacional de Adubos (ANDA), pelo Conselho do Agro da FIESP, pela presidência da Câmara Temática de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura e por diversas empresas do ramo – fez a seguinte avaliação sobre a necessidade de sua difusão como estratégia de desenvolvimento futuro da produção agroindustrial:

O cenário futuro exige intensificar o uso de tecnologias que resultem em maior produtividade e, ao mesmo tempo, reduzam o impacto sobre os recursos naturais do planeta. Sob essa perspectiva, tem papel estratégico o conhecimento científico dos institutos e das indústrias que pesquisam e desenvolvem tecnologias inovadoras para o campo. Entre elas, se destacam os novos ingredientes ativos de defensivos agrícolas (...) entendemos como fundamentais o estímulo à pesquisa e à inovação tecnológica. De que forma? Aperfeiçoamento dos marcos regulatórios, de modo a conferir maior agilidade aos órgãos oficiais de registro das novas tecnologias demandadas pelos agricultores. (...) Ao mesmo tempo, agrava o fato de que os órgãos federais encarregados da regulamentação da defesa fitossanitária carecem de estrutura e coordenação para fazê-lo com celeridade e eficiência. É muito grave verificar que, nos últimos anos, tem havido a vertiginosa redução na análise de novas tecnologias para a defesa das plantações. Em 2008, foram aprovados 11 novos princípios ativos; em 2009, reduziram para 8 os novos ingredientes ativos. Em 2010, as aprovações caíram drasticamente para 3 ativos novos; em 2011, foram registrados apenas 2 novos produtos. Finalmente, no ano passado, o atestado de



morosidade atingiu o fundo do poço: apenas e tão somente um ativo novo foi aprovado (DAHER, 2013, p. 5).

Ou seja, Daher defende uma agilização dos mecanismos de regulação e aprovação para utilização de novos produtos biotecnológicos na produção agropecuária (algo amplamente conseguido nos últimos anos) nutrindo-se de dois argumentos fundamentais. O primeiro seria de que o acesso a esses conhecimentos patenteados por grandes empresas transnacionais permitiu significativos ganhos de produtividade, conferindo ao país competitividade no mercado internacional para atender à alegada crescente demanda por alimentos no mundo. O segundo argumento é de que o uso das inovações biotecnológicas defendidas por estes setores empresariais garantiu uma produção agropecuária mais sustentável em termos ambientais. Isto é dito sem que se especifique exatamente de que maneiras o uso de tais produtos e a consolidação deste modelo produtivo efetivamente contribui na preservação do meio ambiente. Ao contrário, sua fala se destina a responder implicitamente aos questionamentos levantados por cientistas de diversas áreas quanto aos impactos sociais, ambientais e sanitários do uso e consumo de produtos agropecuários que além de terem origem transgênica, necessitam de intensa aplicação de agrotóxicos. Roberto Rodrigues, por sua vez, num esforço de popularizar o debate, lança mão de eufemismos alegando que tais produtos seriam apenas um “remédinho da planta” e que, portanto, chamá-lo de “agrotóxico” seria o mesmo que se referir a um medicamento receitado por um médico a um paciente como um “humanotóxico”, mesmo seja fato público e notório que historicamente diversos técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) tenham apresentado reservas à aprovação de uma série de solicitações realizadas desde o período em que o mesmo esteve à frente do Ministério da Agricultura. Deve ter sido “por ideologia”, conclui o líder da ABAG, manobrando retoricamente (RODRIGUES, 2019).

### **2.6.2. A questão da Propriedade da Terra**

O debate sobre a questão da propriedade da terra sofreu significativas transformações desde os anos 1990. No Brasil, particularmente, esta última década do século XX assistiu à continuidade de um importante ascenso de lutas sociais vivenciados nos anos 1980 por diferentes sujeitos historicamente excluídos do acesso aos direitos sociais e à propriedade da terra. Como vimos, a fundação da ABAG em 1993, dentre outras razões, respondeu em grande medida ao protagonismo político assumido pela questão agrária no debate público nacional. Naquele momento, seguindo as recentes diretrizes lançadas pelo Banco Mundial, admitia-se publicamente a realização de uma reforma agrária de mercado (PEREIRA E SAUER, 2011). Isto conferiu uma ambiguidade ao posicionamento da associação que, apesar das mudanças nos termos do debate verificadas ao longo das décadas seguintes, permaneceu orientando o discurso de suas lideranças. Esta ambiguidade consistia no fato de, apesar da ABAG, tal qual a tradição da OCB, evitar se posicionar abertamente contra a reforma agrária, sua agenda política nunca promoveu qualquer iniciativa neste sentido. Ao contrário, sempre se posicionou claramente contrária aos movimentos sociais de ocupação de terras (chamadas por suas lideranças de invasões ilegais de terras), se mostrou cética às políticas de distribuição de terras realmente existentes e imprimiu uma agenda de políticas públicas que, sob eufemismos como os da promoção de um “reordenamento territorial” no Brasil, tem inviabilizado a democratização do acesso à terra pelos mais necessitados, favorecido a concentração nas mãos daqueles que já possuíam muita terra e se mostrado no mínimo conivente com o avanço da fronteira agrícola sobre áreas de preservação ambiental e de comunidades tradicionais (camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros).

Após a pacificação da onda de ocupações de terras verificadas ao longo dos anos 1990 e na véspera e nos primeiros meses do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores, em

2003, a questão da reforma agrária foi perdendo progressivo espaço. Sem a efetivação dos planos anunciados no programa histórico do partido, a hegemonia política do modelo do agronegócio se aprofundou ao mesmo tempo em que se assistiu a um considerável refluxo do movimento de ocupações de terra. Em paralelo a este processo também se observa no Brasil um giro eco-territorial dos movimentos sociais de resistência no campo latino-americano (SVAMPA, 2016), o que intensificou uma dinâmica de internacionalização dos mesmos. A respeito deste último processo, Edelman e Borras (2021) os têm chamado de “transnacional agraria movements”, caracterizando-os por expressarem um maior protagonismo de lutas atravessadas por pautas de recorte ambiental, territorial e identitário, menos focadas na clássica agenda da distribuição de terras e dos direitos trabalhistas. Alguns movimentos ambientalistas, indígenas, quilombolas e de denúncia dos riscos à saúde humana pelo uso de transgênicos e agrotóxicos e de defesa da agroecologia também se destacaram neste processo. Além disso, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nos anos 1990 e sua relativa ampliação no governo Lula, o eixo de reivindicações, através da institucionalização da agricultura familiar na forma de uma política pública permanente, também deslocou a pauta para questões mais associadas à política agrícola e à assistência técnica rural para o pequeno produtor (SAUER, 2008).

No entanto, neste ambiente de ressignificação do debate público sobre a questão agrária, as pautas da ABAG não deixaram de dar centralidade à problemática da propriedade privada da terra e a defesa de sua inviolabilidade. Assim, a associação se engajou ativamente no debate sobre diversas iniciativas que não permitissem o avanço de políticas de distribuição de terras ou que permitissem a incorporação de novas áreas de produção. Dentre essas iniciativas, destaca-se, por exemplo, o engajamento das lideranças da ABAG em rechaçar a revisão dos índices de produtividade para fins de reforma agrária que são vigentes desde os anos 1960. Travando longa disputa durante a segunda gestão do PT, as iniciativas de pressão

dos movimentos sociais sobre o governo federal foram completamente neutralizadas pelo setor representante do agronegócio. Além disso, especialmente após 2008, com a corrida mundial por terras como ativo de investimento financeiro, a pauta da regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros passou a ser uma crescente preocupação (SAUER E LEITE, 2012). Após isso, abriu-se um importante debate público e legislativo sobre a compra de terras por estrangeiros no Brasil, na Argentina e no Uruguai. As lideranças da ABAG buscaram não só manter mercados para compradores estrangeiros, mas também justificar a importância de medidas de defesa da propriedade da terra como garantia de segurança jurídica para os investidores internacionais. “Todas as cadeias hoje têm muito investimento estrangeiro, todos os caras pararam de investir com isso tudo”, alegava um dos ex-presidentes da ABAG, Luiz Carlos Correa Carvalho (CARVALHO, 2012)

Por outro lado, se a ABAG se negou a atualizar os índices de produtividade para fins de reforma agrária, a associação foi uma das mais engajadas na promoção da atualização dos parâmetros de regulamentação do Código Florestal de 1967. Negociando junto ao governo de Dilma Rouseff, a aprovação da nova legislação na prática anistiou o desmatamento ilegal até o ano de 2008, com a regularização de vastas áreas de produção incorporadas à revelia da antiga legislação. À época da sua discussão, a associação apresentava a seguinte argumentação:

Se a legislação existente for tomada ao pé da letra, 68,2% do território nacional não pode ser destinado para a agricultura. Ao longo do tempo, com a introdução de um extenso conjunto de requisitos como a reserva legal, área de preservação permanente, unidades de conservação e terras indígenas, a disponibilidade de área para atividade produtiva sofreu drástica restrição. Existem ainda as reivindicações dos quilombolas. Se computarmos cada item dessa extensa lista de exigências, certamente, o tamanho do território brasileiro não será suficiente (ABAG, 2013, p. 40)

Portanto, como é possível concluir, embora o tema da reforma agrária tenha progressivamente perdido centralidade (ao ponto de não ser mencionada) nas preocupações das lideranças da associação em relação ao tema da propriedade da terra, a ABAG, em anos mais recentes, tem refletido uma maior preocupação com a disponibilidade de terras para o

avanço da fronteira agrícola e do mercado de terras. Por isso, além de terem buscado (e conquistado) a atualização do Código Florestal, legalizando áreas que foram desmatadas e incorporadas ao circuito comercial, a entidade também tem direcionado suas baterias contra áreas de reserva legal, preservação permanente, unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas, opondo-se a novas demarcações e buscando flexibilizar os marcos regulatórios existentes.

No caso da Argentina, como já apontado no primeiro capítulo, embora o problema da concentração da propriedade da terra tenha sido fruto de debate e preocupação permanente de uma importante gama de intelectuais que ficaram conhecidos por difundirem um discurso agrarista sobre o processo de modernização e democratização da sociedade e da economia Argentina ao longo do século XX (BALSA, 2012), o debate sobre a reforma agrária nunca teve as mesmas dimensões verificadas no Brasil, seja antes, seja depois das ditaduras militares, não contando com sujeitos sociais que tenham sido suficientemente capazes de empunhar esta bandeira de forma a inscrevê-la como prioridade na agenda política do desenvolvimento e da democratização social, política e econômica do país. Segundo Giarraca:

El caso argentino es uno de los más dramáticos en relación con el tema de la democratización de la tierra. El país posee una de las praderas más fértiles del planeta que desde que se configuró el territorio permanece en pocas manos tanto en lo referente a la propiedad como al control sobre la producción. Nunca se discutió la posibilidad de una reforma agraria, ni siquiera cuando esta política pública estaba en la agenda de los organismos internacionales. El destino que se deparó al país es el de la gran extensión agrícola para beneficio terrateniente primero y para los nuevos sujetos del agronegocio luego. La «reforma agraria» nunca figuró en la agenda política de los partidos con base popular, nunca además se pensó posible que los desocupados - desafiados del sistema industrial a mediados de los setenta (situación agravada en los noventa)- pudieran encontrar un destino de trabajo agrícola en las extensas tierras agrícolas ganaderas al estilo del Movimiento Sin Tierra en Brasil. En el imaginario social de la «moderna» Argentina, el campo es un gran territorio que produce las divisas necesarias para financiar un estilo de vida urbano (lo más parecido a Europa posible) y si en él hay o no agricultores, es una cuestión que lo tiene sin cuidado (GIARRACA, 2008, p. 21).

Esta ausência de um sujeito social e político capaz de empunhar a bandeira da reforma agrária abriu espaço para a construção de um forte consenso social em torno da importância

da grande produção agro-exportadora para o desenvolvimento nacional, deixando um terreno fértil e com frágil resistência ao avanço do modelo do agronegócio a partir dos anos 1990. Isto se reflete diretamente na agenda e no discurso político da AAPRESID sobre a propriedade da terra, que, sem se deparar com questionamentos de peso – na forma de uma proposta de reforma agrária - sobre o crescente monopólio da propriedade da terra, encontrou como principal força de resistência um discurso de tipo sócio-ambiental (LIAUDAT, 2018). Este discurso, de um lado, refletia o giro-ecoterritorial protagonizado por alguns movimentos sociais camponeses e indígenas, particularmente das regiões de fronteira agrícola nas províncias mais ao norte do país (SVAMPA, 2016). Embora estes movimentos venham cumprindo importante papel na contenção do avanço da fronteira agrícola nestas regiões extra-pampeanas, pautando seus direitos históricos e costumeiros de propriedade, eles não têm tido força social para influenciar suficientemente o debate público nacional. De outro lado, o discurso sócio-ambiental predominante na resistência ao agronegócio também refletiu a multiplicação de uma miríade de movimentos sociais urbanos (nacionais e internacionais) preocupados com os impactos ambientais da grande produção agropecuária, com a qualidade e sanidade dos alimentos produzidos e com a saúde e o bem-estar animal na pecuária (LIAUDAT, 2018). Mais recentemente, embora timidamente, algumas iniciativas governamentais introduziram na pauta institucional da argentina o debate sobre a agricultura familiar, com a criação de uma secretaria especial para o tema no primeiro governo de Cristina Kirchner (2007-2011), reverberando e influenciando de alguma forma movimentos camponeses, indígenas e ambientalistas contra-hegemônicos (JARA et. al., 2019; LOPEZ CASTRO, 2020)

Dessa maneira, a questão da propriedade aparece no discurso e na agenda política da AAPRESID no sentido de legitimar e defender o brutal processo de concentração da propriedade e de seu controle por meio, principalmente, do arrendamento de terras. Para

tanto, a entidade utiliza como fundamento as reflexões teóricas de Hector Ordoñez e seu trabalho de ensino e pesquisa no Programa de Agronegócios e Alimentos da FAUBA, defendendo a eficiência do atual mercado de terras e de prestação de serviços agropecuários. Conforme veremos em maior detalhe no capítulo seguinte, este professor desenvolveu seu trabalho de pesquisa tendo como fundamento o instrumental teórico da Nova Economia Institucional e dos estudos sobre agribusiness desenvolvidos no âmbito da rede acadêmica articulada em torno da International Food and Agribusiness Management Association (IFAMA). Nestes marcos, Ordoñez (2001) alegava que setenta e cinco por cento da agricultura argentina já era realizada por produtores que não detinham a propriedade da maior parte das terras em que cultivavam. Cunhando o termo “los sin tierras” para se referir às novas lideranças empresariais do agronegócio argentino que fundamentaram sua expansão produtiva na base do aluguel de terras, este intelectual afirmava que, para além do controle sobre a propriedade do capital (terra e demais insumos de produção), o diferencial do novo modelo produtivo era justamente a capacidade de gestão e coordenação eficiente de uma complexa rede de contratos (aluguel de terras, de bens de capital e prestação de serviços diversos) entre os diferentes elos da cadeia de produção. Assim, o professor do PAA/FAUBA apresentava da seguinte maneira a sua visão no periódico da AAPRESID:

Hoy esos contratos ‘aggiornados’ constituyen la base de la agricultura en manos de los contratistas de las pampas argentinas. Esos son los ‘sin tierra’, contratistas sobrevivientes que arriendan tierras de productores que infelizmente han quedado en el camino de los cambios de la última década. Ese mercado de tierras es altamente competitivo. Ahí llegan los ‘sin tierra’, las compañías de semilla, estancieros o chacareros que se expanden; antes eran pooles. Esta dinámica está extremadamente relacionada con el capitalismo competitivo, casi darwiniano: genera un precio de mercado de la tierra apta para siembra y cosecha muy dinámico. Al plantear distintos costos, entre otros de oportunidad, permite la elección y la competencia, clave de éxito del modelo capitalista de acumulación (ORDOÑEZ, 2001, p. 10)

Portanto, estamos diante da principal diferença na agenda política da AAPRESID em relação à ABAG. Embora a associação argentina sublinhe desde a sua fundação seu compromisso com a defesa da propriedade privada, a ausência de uma “conflitualidade”

(FERNANDES, 2013) latente sobre o monopólio da produção e da propriedade da terra, permitiu à associação se dedicar prioritariamente à afirmação da eficiência produtiva de um modelo concentrador (“darwiniano”) e de seus supostos benefícios sociais para o conjunto da sociedade argentina, justificando as “lamentables” consequências sobre aqueles que “han quedado en le camino de los câmbios”. Estabelecendo uma espécie de simetria às vessas, a figura do “sem terra” brasileiro é ressignificada para se referir ao produtor moderno que inovou na gestão dos seus ativos, supostamente abrindo mão do controle direto sobre a propriedade da terra, combinando as vantagens comparativas da “pampa húmeda” e as vantagens competitivas do pacote tecnológico e de seu modelo de gestão (GROBOCOPATEL, 2004). Apaga-se, assim, novamente, a questão agrária argentina. Desta vez, através do desaparecimento via mercado das amplas camadas de pequenos e médios produtores que se “desvaneceram” do campo sem ter logrado constituir um projeto político autônomo dos “chacareros” e sem condições de arcar com os crescentes preços dos alugueis (atrelado na prática à flutuação dos preços internacionais das commodities), com os custos com tecnologia e com as condições de competitividade (em um aquecido mercado dominado por grandes players), urbanizando-se e engrossando as fileiras dos pobres e das classes médias das grandes cidades (BALSA, 2007). A justificativa social deste processo é o centro da visão da AAPRESID sobre o controle da propriedade da terra, por meio do arrendamento, pelos “sin tierra” do agronegócio.

### **2.6.3. Política Econômica**

A política econômica é acompanhada pelas entidades de distintas maneiras, com diferentes graus de prioridade. Dentre as preocupações que mais se mostram latentes nas bandeiras e discursos da ABAG e da AAPRESID, a disputa por volumosos recursos públicos no investimento da produção tem pautado significativamente a atuação das duas associações.



Como já apontado, a implantação de uma agricultura de escala, altamente capitalizada, com uso intensivo de tecnologia vem transformando a estrutura social e agrária dos dois países desde o final dos anos 1950 com a progressiva adoção dos paradigmas produtivos da chamada revolução verde. Este processo tem sido historicamente viabilizado através da disponibilização de vultosos recursos públicos que privilegiaram o desenvolvimento deste modelo de produção. Neste sentido, um dos principais exemplos têm sido as desigualdades existentes na destinação de recursos para o agronegócio e para programas de apoio à agricultura familiar. (HEREDIA et, al., 2010; GRAS E HERNANDEZ, 2016). Portanto, esta realidade empírica da economia política do agronegócio pode ser aferida na agenda da ABAG e da AAPRESID através de uma miríade de diversas iniciativas no sentido de defender tanto a disponibilização de crédito subsidiado para diferentes setores produtivos da cadeia, como na regulação dos preços mínimos, na política fiscal e na destinação de recursos para órgãos de infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento agropecuário.

No caso brasileiro, a forma privilegiada com que o grande empresariado agroindustrial foi tratado historicamente na destinação dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em detrimento da pequena e média produção de base familiar, vem sendo apontada por diversos estudos como um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades sociais nas políticas públicas de desenvolvimento rural do Estado brasileiro. (DELGADO 1985; 2012; SAUER, 2008; HEREDIA et al., 2010; ACSELRAD, 2012). Por isso, podemos constatar a centralidade estratégica desta questão em diversas declarações institucionais da ABAG e de suas lideranças, que acompanham de perto anualmente a elaboração e aprovação de cada novo plano safra pelo governo federal. Acompanhado dos pleitos de barateamento do crédito (que podem ser de tipos diversos, como para aquisição de maquinário, fertilizantes, agrotóxicos, dentre outros insumos), também é recorrente a defesa de políticas de seguro rural e do fundo de catástrofe, com vistas à garantir a lucratividade do

setor em face de imprevisibilidades climáticas (RODRIGUES 2007; 2009; CARVALHO, 2012; ABAG, 2013). No caso argentino, a importância dos subsídios ao crédito pode ser percebida na frequente defesa da AAPRESID de leis provinciais para facilitar a aquisição de maquinário agrícola, o acesso a assistência técnica e a isenção de impostos sobre a propriedade imobiliária, favorecendo a concentração de terras e desonerando seu potencial produtivo (AAPRESID, 1994b; 1995c; 1996; 1997c; 1997d).

Dentro de um debate mais amplo da política econômica que precede as disputas sobre a destinação de recursos públicos entre pequenos, médios e grandes produtores e empresários, encontra-se um debate sobre o orçamento nacional. Embora o agronegócio brasileiro venda ostensivamente a ideia da dependência do Brasil de suas exportações, mesmo em um cenário de franca desindustrialização, a economia brasileira historicamente contou com um mercado consumidor interno e uma pauta de exportação mais diversificada que a da Argentina. Portanto, mesmo não sendo uma questão menor, a contribuição aduaneira da produção de commodities agrícolas na formação do orçamento do Estado brasileiro, apesar de ter sido foco de tensões históricas diversas, não encontra a mesma centralidade estratégica que no país vizinho. No caso argentino, o tema das “retenciones al agro” é um conflito histórico muito mais intenso e permanente. Dependendo da geração de divisas através de uma pauta de exportações de produtos agropecuários muito pouco diversificados, a sociedade argentina, desde os primórdios da formação nacional no século XIX, se depara com um Estado muito mais dependente da taxa aduaneira dos seus principais produtos de agroexportação, o que sempre gerou tensões adicionais com os setores industriais e mais dependentes do mercado interno, bem como em relação às políticas públicas destinadas às maiorias sociais das classes trabalhadoras urbanas e rurais (FAUSTO E DEVOTO, 2004). Sendo, portanto, parte do conflito político cotidiano do país, a disputa pelo aumento ou a diminuição destas taxas

atingiu o seu ápice histórico no ano de 2008, reverberando a consolidação da força hegemônica do modelo do agronegócio na sociedade argentina.

Ficando conhecido como “el conflicto del campo del 2008”, esta mobilização impulsionada por produtores rurais e demais agentes empresariais das cadeias agroindustriais alcançou, com ostensivo suporte midiático, forte apoio popular (entre setores das classes médias urbanas conservadoras e da reminiscente base de pequenos e médios produtores e prestadores de serviços rurais), animando bloqueios de estrada, panelaços e passeatas em diferentes cidades do país, por mais de quatro meses. Tanta mobilização se deu em função de uma longa queda de braço com o recém eleito governo de Cristina Kirchner, que, em face da crise financeira internacional, mudou o cálculo da taxaçoão procurando gerar mais arrecadação. Após meses de conflito, a contenda foi levada para validação do Congresso Nacional, que, sob estrondosa pressão e mobilização social (que também contou com a participação contrária da base de movimentos sociais e do kirchnerismo, com a FAA e a CONINAGRO), rejeitou a proposta de mudança na cobrança dos impostos aduaneiros, favorecendo a grande produção agro-exportadora. Apesar da dura derrota do governo, este debate segue na ordem do dia como ponto nevrálgico da economia política nacional. A AAPRESID, por sua vez, embora representante dos principais beneficiários da rebelião contra o governo, se manteve publicamente afastada, não participando da chamada “Mesa de Enlace”, que reuniu as principais associações rurais que se apresentaram como porta-vozes do movimento. Isso não significa, claro, que suas lideranças não tenham estado ativamente atuantes como principais interessados no conflito, sendo o tema das “rentenciones” pauta política de acompanhamento permanente da entidade (GROPOCOPATEL, 2004; GÓMEZ, 2008; COMELLI et. al., 2010). Ao encerrar seu discurso de abertura do Congresso da AAPRESID daquele ano, o então presidente Gaston Fernandez Palma, deixava no ar o seguinte questionamento, defendendo o “pecado” dos “exitosos”.

Por último una pequeña reflexión: si en este contexto el productor agropecuario argentino, con las lógicas correcciones que alcancen al pequeño y al mediano productor, el respeto a los grandes, encuadrados en reglamentaciones competitivas con las otras escalas, marco productivo sustentable, pago de impuestos “constitucionales” con lo cual se secuencian la “redistribución de la riqueza”, transparencia de gestión y fiscal con el control correspondiente de parte de los órganos del estado, función irrenunciable del mismo, respeto de sus deberes provisionales y crediticios es y tiene renta no extraordinaria como mal se la califica sino de acuerdo a los riesgos que asume en un contexto al menos imprevisible... Pregunto... cual es el pecado? Y si el pecado es éxito... bueno yo al menos... Prefiero un país de pecadores (PALMA, 2008, p. 6).

Além disso, no mesmo evento, confirmando o papel central do poder midiático na mobilização de corações e mentes contra as tentativas do governo de aumentar a taxaço sobre as exportações do agronegócio, a associação contou com a participação do vice-diretor do grupo Clarin, que analisou o papel dos meios de comunicação no conflito, exaltando o fato de que seu trabalho teria refletido “la veracidad de los hechos con profesionalidad”, repudiando o Kirchnerismo “por tildarlos de ‘golpistas’ y ‘desestabilizadores’” (AAPRESID, 2008b, p. 47).

#### **2.6.4. Política de Comércio Internacional**

A política de comércio internacional também é especificamente seguida de perto pelas duas associações. São diversas as frentes de ação neste sentido a depender dos produtos exportados e dos países importadores. No entanto, para além das negociações comerciais sobre barreiras tarifárias, subsídios agrícolas e reservas de mercado praticadas pelos países compradores, há uma nítida preocupação com a imagem do setor em relação ao que é definido como “opinião pública internacional”. Portanto há um foco em ações de rastreabilidade da produção segundo critérios de sustentabilidade social e ambiental como estratégia de marketing para defender os produtos da agroindústria nacional no mercado internacional. Além disso, busca-se acusar os questionamentos internacionais sobre o respeito a normas mínimas de responsabilidade social corporativa de serem instrumentalizados por

uma política protecionista dos países importadores, atestando as “boas práticas agrícolas” do Brasil e da Argentina em relação, principalmente, ao meio ambiente, mas também em relação a questões sociais, étnicas, territoriais, sanitárias e de bem-estar animal. Dentre inúmeras situações de protagonismo das entidades na formulação da política de comércio internacional de seus países, um episódio exemplar foi quando, em 2007, o ex-presidente da ABAG, Carlo Lovatelli, propôs uma reforma para o Itamaraty, afirmando que as atividades de comércio e diplomacia política deveriam ser separadas, com a criação de um Ministério do Comércio Exterior (LOVATELLI, 2007). No caso da AAPRESID, além de ser possível encontrar a associação como cicerone da visita do ministro da agricultura chinês à Argentina (AAPRESID, 2010), são frequentes as relações entre seus dirigentes e cargos estratégicos da chancelaria argentina. O mais emblemático e recente exemplo foi o comando do ministério das Relações Exteriores por Felipe Solá nos dois primeiros anos do governo de Alberto Fernandez. Solá, um velho aliado da AAPRESID, foi ex-aluno da FAUBA nos tempos dos pioneiros da Siembra Directa, ministro da agricultura no período de aprovação da Soja transgênica e ex-governador da província de Buenos Aires.

### **2.6.5. Infraestrutura logística**

Outra questão de relevância na organização das principais cadeias produtivas representadas pelas duas associações é a questão da infraestrutura logística de armazenagem, transporte/distribuição, importação/exportação. Este tema é recorrente na agenda da ABAG junto à sociedade política. Isso se deve particularmente às características da organização espacial da produção no território brasileiro, bem como da infraestrutura urbana e de transporte existente nas diferentes regiões do país. À diferença do caso argentino, a diversidade de realidades sociais e geográficas entre as diferentes áreas de produção e

exportação do agronegócio brasileiro é consideravelmente maior. A principal preocupação está em escoar a produção da maneira mais eficiente possível. Embora as zonas produtoras mais tradicionais da região sul e sudeste estejam mais bem conectadas (estão mais próximas dos portos exportadores e contam com melhor malha viária), atualmente as principais áreas em volume de produção se encontram em regiões de fronteira agrícola de ocupação mais recente (Centro-Oeste, Sul do Pará e MATOPIBA), com uma malha de transportes mais precária e mais distante dos portos exportadores. Por isso, a recorrente menção à necessidade de diferentes projetos governamentais de construção e recuperação de infraestrutura viária (rodovias, ferrovias, aeroportos e hidrovias) com o intuito de facilitar o escoamento da produção agropecuária brasileira para o mercado internacional e fortalecer a integração regional das zonas de produção com os mercados consumidores de outras regiões do país (ARAÚJO, 1993; MESQUITA, 2009a; 2012; LEDUC, 2011; RICCI, 2012; RUIZ, 2013; RODRIGUES, 2021).

No caso argentino embora a questão da infraestrutura logística de transporte e armazenamento também seja um tema chave, a questão viária não parece ser tão candente como é para os pares brasileiros, uma vez que as principais regiões produtoras daquele país constituem as zonas de ocupação demográfica histórica, com uma estruturada rede viária de rápida ligação com os principais portos do país. Neste caso, a principal preocupação do empresariado organizado pela AAPRESID parece ter sido a modernização dos portos a partir de sua privatização, consolidada em 1992, após a série de reformas constitucionais que marcou a adequação do Estado argentino à agenda neoliberal do Consenso de Whashington. Isto abriu caminho para que empresas transnacionais como Bunge, Cofco, Cargill e Louis Dreyfus passassem a controlar diretamente os principais portos por onde são exportadas as commodities agropecuárias produzidas na argentina (GRAS e HERNANDEZ, 2016; LIAUDAT, 2018). Para além disso, a preocupação com a expansão da fronteira agrícola para

províncias mais ao norte, no sul e no Chaco aparece como pauta daqueles produtores que se “animaram” a “hacer siembra directa” nestas regiões mais afastadas dos grandes centros consumidores da região pampeana e de seus portos (AAPRESID, 2003; 2007). Mais recentemente, Gustavo Grobopocopatel tem apontado para a necessidade de preparação do mercado para a possibilidade iminente de um processo de uberização dos serviços de logística (transporte e armazenamento) dos produtos agropecuários (GROBOCOPATEL, 2018). Roberto Rodrigues, por sua parte, em texto publicado no caderno de comemorações de 25 anos da Los Grobo, elencava os desafios comuns dos países do Mercosul, afirmando que “Es necesario poner manos a la obra y resolver problemas recurrentes de infraestructura y logística precarias, (...) estos temas tienen como eje una cuestión central: la integración regional” (RODRIGUES, 2009, p. 327).

#### **2.6.6. Promoção do biodiesel**

A promoção do biodiesel pelas duas associações também merece destaque. No Brasil, em 2004, o governo federal, com apoio das lideranças da associação (inclusive o então ministro Roberto Rodrigues), lançou o Programa Nacional do Biodiesel, cujo objetivo era incentivar o desenvolvimento de uma matriz energética baseada na produção de Cana de Açúcar, principalmente daquela localizada no estado de São Paulo. Sob o argumento de estar próxima ao principal mercado consumidor do país e ser, supostamente, um produto menos agressivo ao meio ambiente (ao menos na comparação com combustíveis fósseis e desconsiderando as consequências ambientais da monocultura da cana de açúcar), esta pauta tem sido recorrente na agenda política da ABAG, mesmo após relativo abandono do programa pelo governo federal em função dos novos investimentos na exploração de petróleo, feitos a partir da descoberta do pré-sal no litoral de Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo (NASTARI, 2009, p. 44). No intuito de promover a agenda de incentivos à

produção dos também chamados agrocombustíveis foram articuladas diversas iniciativas, desde a busca da abertura do mercado dos EUA a esta nova commodity brasileira, até o apoio à mobilização de produtores em busca de uma agenda de políticas públicas junto ao governo federal. Assim, por exemplo, vale recordar o papel de Roberto Rodrigues junto a Jeb Bush, ex-governador da Florida e irmão do então presidente estadunidense George W. Bush, na co-presidência da Comissão Interamericana de Etanol, cumprindo tanto agendas de visita aos EUA, como recepcionando seus pares norte-americanos em evento organizado pela ABAG e pela FGV em São Paulo, em 2007 (G1, 2007). Outro exemplo da ação da ABAG na promoção da agenda do etanol foi sua participação em eventos como o realizado em 2013 por algumas lideranças da agroindústria da Cana de Açúcar. Na ocasião, em resposta à crise vivenciada pelo setor à época, a seguinte agenda de reivindicações junto ao governo federal foi endossada:

Definição clara da matriz energética brasileira, qualificando a participação de cada combustível num prazo definido; estabelecimento de um marco regulatório que valorize os benefícios sócio-ambientais e estratégicos do etanol frente aos combustíveis fósseis; realização de leilões públicos de energia independentes por fontes, regionalizados, em que se valorizem os benefícios da energia limpa; política que incentive a inovação, a competitividade e a eficiência na produção das usinas e nos motores flex; qualificação e requalificação de 600 postos de trabalho; políticas para o suprimento de máquinas e equipamentos, estimulando a preservação e evolução da tecnologia; e desoneração fiscal de projetos “greenfields”, a ser compensada com maior arrecadação futura (SAVENHAGO, 2013, p. 18)

No caso da Argentina a agenda do desenvolvimento da produção do Biodiesel igualmente lançou mão da justificativa ambiental, alegando genericamente que a produção desta matriz energética seria uma “forma de reciclar el CO2 de la atmosfera y ahorrar el consumo de combustibles fosiles”. Assim, a AAPRESID defende que a promoção deste mercado é uma oportunidade em que “el sector publico y privado pueden trabajar conjuntamente para el bien del país”. Enquanto o setor privado deveria contribuir investindo e produzindo, o setor público deveria se dedicar a criar “las regulaciones adecuadas, controlando y promoviendo demanda del sector publico, como el consumo de vehiculos del



Estado, el transporte público, etc” (TRUCCO, 2001, p. 12). Uma das iniciativas concretas da associação que se destacaram neste sentido foi a defesa de aprovação de uma lei de promoção dos biocombustíveis na Argentina. Dessa maneira, em 2005, em meio a pressões para que o projeto tivesse seguimento no Congresso Nacional, apresentava-se a seguinte linha argumentativa para defendê-lo:

Argentina no debe perder el tren de la Historia frente a la sucesión de los acontecimientos que anuncian la llegada definitiva de los biocombustibles. Por ello se torna prioritaria la sanción de un proyecto de ley nacional en esta materia, que privilegie una estrategia productiva seria en el mediano y largo plazo. Como dicen los fundamentos del proyecto de ley nacional de los biocombustibles, actualmente frenado en el congreso, los países desarrollados lograron serlo a partir del diseño y ejecución de políticas sustentables en el largo plazo, las sociedades que sobrevivan serán aquellas que hayan encontrado el modo de producir el combustible necesario para sus hogares, industria y transporte” (PALMA, 2005, p. 14).

#### **2.6.7. Relações de trabalho e qualificação da mão de obra**

A regulamentação das relações de trabalho, bem como sua qualificação, evidentemente foram pautas que receberam a atenção da ABAG e da AAPRESID. A respeito do tema da preocupação com a qualificação do trabalho, as conexões umbilicais das lideranças dessas duas associações com o mundo acadêmico, que serão trabalhadas no capítulo seguinte, são o maior exemplo da relevância que foi conferida ao tema pelos dirigentes das duas associações desde os primeiros momentos de seu funcionamento no início da década de 1990.

Em relação ao tema da regulação das relações de trabalho, a principal questão debatida em ambos os países versa sobre a legislação que rege a terceirização de atividades fim e atividades meio na produção agroindustrial. O recurso a este tipo de contratação de mão de obra para a execução das tarefas de preparação, cultivo, colheita e recuperação do solo, tanto em lavouras mecanizadas, quanto naquelas que ainda são realizadas manualmente, tem

sido a principal estratégia das grandes e mega empresas do agronegócio brasileiro e argentino.

No Brasil, duas das principais cadeias onde o trabalho terceirizado mais tem sido utilizado são os grandes frigoríficos nacionais e a indústria do suco de laranja. No primeiro setor, o principal recurso à terceirização do trabalho encontra-se nos chamados contratos de integração em que, como já indicado, produtores familiares ficam responsáveis pela criação e engorda dos animais sob os padrões e orientações da indústria a jusante, que posteriormente compra a produção para o seu processamento e comercialização. Em segundo lugar, na cadeia do suco de laranja, busca-se conservar o trabalho sazonal – boia-fria – no interior de São Paulo, apelando-se para um discurso de modernização das relações de trabalho para justificar a manutenção de vínculos empregatícios temporários sem maiores garantias de direitos para os trabalhadores que atuam nas tarefas de plantio, cultivo e colheita da fruta. Esta prática, até a recente reforma trabalhista de 2017, vinha tendo a sua constitucionalidade questionada pelo Ministério Público, que em 2013 chegou a ganhar uma causa na Justiça do Trabalho, conseguindo a condenação das três maiores companhias do setor na época (Cutrale, Louis Dreyfus e Fischer) a por fim à terceirização do trabalho agrícola na produção da laranja para o suco. Isto produziu uma significativa reação de lideranças da ABAG, do PENSA e de outras representações do empresariado da indústria da laranja, que defenderam a manutenção da tradição dos vínculos de trabalho temporários e terceirizados, com baixa intensidade de direitos e garantias para o trabalhador, como a forma mais moderna de organização da produção. Por isso, a ABAG foi uma das principais apoiadoras da nova legislação trabalhista, aprovada após o golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (O GLOBO, 2013; CANAL RURAL, 2015; NEVES, 2016).

Na Argentina, a terceirização dos trabalhos na lavoura é ainda mais significativa, tanto pelo modelo em rede das principais empresas do agronegócio nacional, como pelo fato

de que esta foi uma prática histórica do mundo chacarero que se conservou e se recombina estrategicamente com o novo paradigma produtivo da globalização neoliberal. Em face da heterogeneidade que marcou o desenvolvimento da estrutura social agrária da região pampeana, a figura do “contratista de labores” é histórica. Ele se define como um proprietário de capital constante que presta serviços em campos de arrendatários e proprietários de terra que não possuem escala de produção suficiente (seja em capital, seja em mão de obra disponível) para dar conta do conjunto de tarefas exigidas para o pleno e eficiente cultivo da totalidade dos campos que ele tem disponíveis para produção. Com a brutal concentração econômica proporcionada pelas transformações das últimas décadas no paradigma produtivo, esta histórica relação social de produção passou a servir às demandas por flexibilização do trabalho e da imobilização de capital na produção agropecuária pelas grandes e mega empresas do agronegócio nacional, que operam arrendando terras e contratando maquinário e mão de obra de terceiros segundo as condições de mercado em cada safra. Além disso, este modelo de contratação terceirizada tem favorecido o disciplinamento da força de trabalho, seja promovendo um distanciamento entre as empresas e o trabalhador através de um agente intermediador, seja por estar fundada em relações sociais pretéritas, em que a maioria dos “contratistas” são de pequena escala, socialmente formados na mesma cultura e modo de vida de seus trabalhadores, fazendo com que boa parte dos conflitos trabalhistas sejam dirimidos com base em relações sociais comunitárias e/ou de compadrio, o que limita ainda mais qualquer possibilidade de organização, contestação e resistência por parte da força de trabalho que é efetivamente expropriada no processo de produção das grandes cadeias agroindustriais. Neste sentido, além das lideranças da AAPRESID também defenderem a flexibilização da legislação trabalhista, suas lideranças valorizam a força do que poderíamos identificar como um habitus da terceirização do trabalho rural na Argentina, que marca e constitui o paradigma produtivo do agronegócio apregoado por elas (VILLULLA, 2016;

MORENO, 2017). Assim, Grobocopatel, ao celebrar a trajetória exitosa da Los Grobo recordando as origens proletárias da família, que vendia a própria força de trabalho, apresentou a seguinte indagação: ¿Será casualidad que mi abuelo Bernardo y bisabuelo Abraham eran “Sin Tierra” y contratistas, es decir, proveedores de servicios? ¿Cuánto de lo que corre por nuestras venas y alma es predestinamiento y cuánto construcción nueva y genuina?” (LOS GROBO, 2009, p. 11). Se é verdade que a história de sucesso da família Grobocopatel é muito mais um ponto fora da curva do que uma regra do desenvolvimento histórico dos indivíduos na estrutura social agrária pampeana, com esta fala, fica nítida a maneira com que uma determinada forma histórica de organização da produção rural na Argentina foi reapropriada econômica e simbolicamente, sendo universalizada como quesito fundamental para o sucesso no agro pampeano, a terceirização da mão de obra e do capital fixo.

#### **2.6.8. Assistência Técnica e Pesquisa Agropecuária**

As políticas de assistência técnica e pesquisa agropecuária são outro pleito permanente na agenda das duas associações. Nesta questão, o exemplo mais significativo é a defesa constante de investimentos e de iniciativas de produção e difusão científica junto às principais instituições de tecnologia agropecuária de cada país: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), da Argentina.

No primeiro caso, a EMBRAPA, fundada em 1973, durante a ditadura militar, refletiu deste cedo a disposição do empresariado agroindustrial da época em pautar o sentido das pesquisas desenvolvidas pela instituição. Buscava-se favorecer uma agricultura de larga escala com uso intensivo de capital e tecnologia. Seu primeiro presidente foi José Irineu

Cabral, membro da recém fundada (1969) OCB. Além disso, Antonio Secundino de São José, fundador da Agrocere e pai de Ney Bittencourt de Araújo, foi membro da comissão de técnicos e representantes da iniciativa privada que foi responsável por formular o projeto e conduzir sua fundação. Sendo assim, as relações entre as lideranças da ABAG e a EMBRAPA remontam a um período anterior à fundação da própria associação. Além de ter propiciado o cultivo de Soja no Cerrado e na Amazônia, a partir dos anos 1990, a preocupação em aprofundar o direcionamento das pesquisas realizadas em favor do agronegócio se intensificou, tendo a empresa, ao longo de sua história, contado com sucessivos presidentes associados diretamente à ABAG, como Cleyton Campanhola, ou indiretamente, por meio de outras instituições “sócias”, como a já citada OCB e a ABRASEM (MENDONÇA, 2012). Mais recentemente, a preocupação da ABAG com o desenvolvimento de pesquisa agropecuária pode ser apreendida por esta homenagem prestada pela EMBRAPA à associação:

A Embrapa tem muitas conquistas para comemorar, entre elas, a criação e cultivares de soja, milho e feijão capazes de produzir em regiões de baixíssima produtividade. Graças à pesquisa e a tecnologia genuinamente brasileira que possibilitou a segurança alimentar para os trópicos. No último dia 24 de abril a Embrapa realizou uma solenidade de comemoração e prestou várias homenagens. A Abag foi distinguida, entre as 14 instituições e personalidades lembradas pela Embrapa, em razão das parcerias desenvolvidas com o órgão ao longo dos seus 40 anos. O prêmio, na categoria Negócios na Agropecuária, foi entregue ao vice-presidente da Abag, Francisco Matturro, pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, e pelo presidente da Embrapa, Maurício Lopes (ABAG, 2013b).

As relações entre o INTA e a AAPRESID também remontam aos anos 1970, período em que as lideranças da associação desenvolveram junto ao instituto, particularmente em suas sedes de Marco Juarez e Pergamino, os primeiros experimentos com Plantio Direto na Argentina, abrindo portas para a intensificação da mecanização no campo. Como vimos, embora tenha sido fundado no final dos anos 1950, tal qual a EMBRAPA (e as instâncias de pesquisa agropecuária anteriores a ela), o INTA foi criado com o mesmo objetivo de reformulação da questão agrária nacional, retirando o foco das políticas agrárias do peronismo de democratização do acesso à terra e a condições de produção, voltadas

significativamente para pequenos e médios produtores. O novo direcionamento das políticas públicas para a agropecuária visava superar a crise de produtividade e promover o acesso às novas tecnologias oriundas da revolução verde. Desenvolvendo ao longo de sua história uma íntima relação com os grupos CREA e, a partir dos anos 1990, com as lideranças da AAPRESID, foram inúmeros os convênios estabelecidos entre essas instituições (incluindo também diversas universidades públicas), seja na promoção de iniciativas de capacitação técnica, seja no desenvolvimento conjunto de pesquisa agropecuária e na cobrança por maiores investimentos públicos para tais projetos (GRAS E HERNÁNDEZ, 2016).

Assim, a relação da AAPRESID com o INTA e as universidades públicas buscou “promover en áreas de interes para los productores que estén haciendo Siembra Directa en sus establecimientos” (AAPRESID, 1990, p. 1). Segundo a própria associação esta é uma relação que “cresce dia a dia”, abordando questões como controle de pragas, uso de fertilizantes, avaliação da fertilidade dos solos, dinâmica da água, irrigação, uso de sementes geneticamente modificadas, agroquímicos e as orientações sobre las “buenas prácticas agrícolas” para uma produção supostamente sustentável (social e ambientalmente) (AAPRESID, 1998b; 2013).

### **2.6.9. Promoção do Turismo Rural**

Finalmente, um último aspecto que se mostra relevante por seu caráter de novidade é a preocupação com a promoção do turismo rural. Isto pode ser percebido, por exemplo, na fala de Grobocopatel que, possuindo investimentos no setor, costuma afirmar que “vemos también el desarrollo del agroturismo y el turismo gastronómico y la venta de cultura envasada en alimentos. Creemos que la mejor forma de enfrentar los desafíos de la globalización es globalizándose más, con mayores intercambios de bienes, servicios y recursos y mayor pertenencia a las cadenas de valor global” (Grobocopatel apud Gras e

Hernandez, 2016, p. 178). Além da venda de “cultura envasada” pelo “rei da soja” argentino, a ABAG, por sua vez, apoiou iniciativas como criação Rede Nacional de Turismo Rural pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo foco eram agricultores, pecuaristas, empreendedores de hotéis-fazenda, transportadores rurais, operadores e agências de viagem (MESQUITA, 2009b).

## **2.7. Principais estratégias de ação e organização política**

Das principais estratégias que a ABAG e a AAPRESID lançaram mão em sua batalha cultural de promoção do modelo do agronegócio se destacou um conjunto de ações comuns que ajudam a compreender as duas entidades como parte de uma mesma lógica de representação política das classes dominantes agrárias no tempo do agronegócio. Em primeiro lugar, encontram-se os congressos como espaços de discussão sobre a realidade do setor agroalimentar, seus limites e desafios. No caso da ABAG, os congressos da associação são organizados anualmente na cidade de São Paulo, geralmente em luxuosos hotéis ou centros de convenção, onde se realizam painéis temáticos com debatedores convidados ao longo de três dias de evento. O Congresso da AAPRESID, apesar de ser realizado desde o princípio em sedes que têm sido rotativas por grandes cidades da região pampeana, também se realiza em grandes hotéis ou centros de convenção através de painéis de debate, compartilhamento de experiências de produção e cerimônias de premiação. Este tipo de evento, tanto no Brasil, como na Argentina, tem sido patrocinado pelas próprias empresas nacionais e transnacionais associadas das duas entidades, não apenas fazendo contribuições diretas para a realização do congresso, como através da venda de espaços publicitários do próprio evento.

Importa ressaltar que nestes encontros são gestadas redes de articulação e difusão de conceitos e perspectivas sobre o adequado desenvolvimento de uma moderna economia rural. A composição dos painéis realizados nos congressos é compartilhada pelos principais dirigentes das entidades, importantes figuras do empresariado e de seu quadro de altos funcionários, acadêmicos reconhecidos nacional e internacionalmente por seus trabalhos de pesquisa junto ao campo de estudos sobre agronegócio, jornalistas de grandes e especializados meios de comunicação, uma importante presença de dirigentes de outras associações empresariais, principalmente das mais importantes cadeias de produção agroindustrial de cada país, e representantes de distintas instituições da sociedade civil e da sociedade política atuantes no campo da produção agropecuária. Além disso, é interessante notar uma enorme similitude entre os temas escolhidos em cada ano para os congressos, nos sugerindo uma mesma estética discursiva para abordar as suas principais agendas políticas e preocupações:

**Tabela 4. Nomes que intitularam os congressos da AAPRESID (1999-2019)**

<b>Nome</b>	<b>Ano</b>
Rentabilidad y Sustentabilidad	1999
El Desafío es Innovar	2000
Desafíos de la Agricultura del Mundo Globalizado	2001
La Fuerza de la Visión	2002
Darse Cuenta	2003
La Hora del Empowerment	2004
Cambio de Paradigmas	2005
Momentum	2006
Reinvención y Prospectiva	2007



Quo Vadis, Agro y Argentina	2008
La Era del Eco Progreso	2009
El Cuarto Elemento	2010
CQ Inteligencia Colaborativa	2011
20 Veces Sí	2012
Otra Tierra	2013
Misión Cumplida	2014
Biosapiens – La Hora del Suelo	2015
Resiliar	2016
Kairós El Tiempo de los Nativos Sustentables	2017
Sustentología	2018
ConCiencia Suelo	2019

---

Fonte: Revistas institucionais da AAPRESID 1990-2019 (Revista Siembra Directa e Revista Red de Innovadores).

**Tabela 5. Nomes que intitularam os congressos da ABAG (2002-2019)**

<b>Nome</b>	<b>Ano</b>
ABAG: Plano Estratégico 2002-2010	2002
Construindo Estratégias	2003
Criando Vantagens Competitivas	2004
Alimentos, Energia e Sustentabilidade	2005
Bases para o Futuro	2007
Brasil: Um só Agronegócio	2006
Agronegócio e Sustentabilidade	2008
Agronegócio é Sustentabilidade: crise e oportunidades	2009
Cenários 2011 – Comunicação e Governança	2010
Mudanças e Paradigmas	2011

Alimentos e Energia: Segurança Global	2012
Logística e Infra-estrutura (2013), Sustentar e Integrar	2014
Agronegócio Brasileiro: Valorização e Protagonismo	2016
Reformar para Competir	2017
Exportar para Sustentar	2018
Agro: Momento Decisivo	2019

---

Fonte: ABAG, 2013; 2020.

Assim, no caso da AAPRESID, como sintetizou o presidente da associação durante o congresso de 2012, as primeiras edições (entre 1990 e 1998) tinham um formato mais simples, voltado para a difusão de novas técnicas que garantissem uma maior produtividade e rentabilidade, especialmente a respeito dos usos do Plantio Direto. A partir de 1999, com a intensificação da expansão do modelo do agronegócio na Argentina e a consolidação da AAPRESID como uma de suas principais referências, nota-se uma diversificação do tema dos congressos, em que aparecem tópicos como o poder do conhecimento, responsabilidade social, sustentabilidade, a busca por maior rentabilidade no mercado global. Os congressos da ABAG, por sua vez, no mesmo contexto de expansão do modelo do agronegócio no Brasil, tiveram sua primeira edição apenas nove anos depois de sua fundação, em 2002. Desde então os chamados Congressos Brasileiros do Agronegócio foram realizados abordando temas gerais como as oportunidades do mercado mundial, a relação com os mercados financeiros, a redução de custos da produção através de políticas fiscais e de desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento sustentável, políticas públicas para as cadeias agroindustriais e as melhores estratégias de comunicação do setor com a sociedade.

Dessa forma, através de seus congressos, a ABAG e a AAPRESID coincidem na busca de, ao menos, três grandes objetivos. Em primeiro lugar, posicionar-se em um espaço de interlocução que excede o cenário nacional, colocando-se como parte de uma vanguarda global, preocupada em atender demandas que seriam de interesse do conjunto da sociedade.

As bandeiras da sustentabilidade e da segurança alimentar são os mais claros exemplos de como as entidades buscam transformar seus interesses particulares de determinado indivíduos ou grupos na necessidade geral do conjunto dos indivíduos em sociedade. Em segundo lugar, para isso, os congressos também contribuem na construção de uma unidade e um consenso discursivo sobre diferentes temas de interesse das cadeias agroindustriais, estabelecendo um pertencimento de diferentes atores sociais e econômicos a uma mesma comunidade. De uma ponta a outra das cadeias produtivas, busca-se criar uma identificação de interesse comum, ao mesmo tempo em que são escanteados os potenciais conflitos de interesses existentes nas diferentes relações verticais e horizontais estabelecidas por cada cadeia agroindustrial. Finalmente, em terceiro lugar, os congressos também se mostram importantes espaços de construção e reconstrução de laços sociais e políticos entre os diferentes setores e lideranças da sociedade civil e da sociedade política que participam dos congressos, conformando diferentes redes de sociabilidades entre produtores, jornalistas, políticos, acadêmicos e gerentes de grandes empresas do agronegócio participantes dos encontros anuais da ABAG e da AAPRESID (LIAUDAT E FERNANDES, 2020).

Outro importante espaço de atuação tem sido as grandes Feiras de exposição de tecnologia agropecuária, particularmente em relação à indústria de máquinas. As duas entidades, percebem estes eventos como importantes oportunidades de construção e reconstrução de laços sociais e políticos entre diferentes atores das cadeias de produção agroindustrial. Neste sentido, o engajamento da AAPRESID e da ABAG nas maiores feiras organizadas na Argentina e no Brasil demonstram a função estratégica deste tipo de iniciativa na construção de um consenso ideológico em torno da concepção sistêmica do agronegócio e de seu paradigma de produtividade a partir do uso intensivo de inovações tecnológicas. Para além de reunir os diferentes atores das cadeias de produção agroindustriais na realização de painéis de debate, premiações e na própria exposição dos mais novos insumos disponíveis

para o mercado, é importante ter em conta a participação cada vez mais massiva de um amplo público de produtores de diferentes escalas das regiões próximas ao local de realização das feiras, o que denota um alcance mais amplo do que o público mais especializado de empresas e grandes produtores que efetivamente movimentam o significativo volume de negócios realizados durante os dias de exposição. Por exemplo, na Argentina, a edição de 2019, realizada na cidade de San Nicolás de los Arroyos, província de Buenos Aires (localizada na *ruta nacional n. 9* que liga a cidade de Buenos Aires às cidades de Rosário e Córdoba, no coração de região pampeana), reuniu um público de 165 mil participantes, gerando um volume de negócios de 1,2 bilhões de dólares. No Brasil, no mesmo ano, a Agrishow, realizada tradicionalmente em Ribeirão Preto (no coração do estado de São Paulo), teve um volume de negócios de R\$ 2,9 bilhões (na época, aproximadamente 750 milhões de dólares), reunindo um público de 159 mil visitantes (G1, 2019). Além disso, as duas feiras de exposição, se apresentam como um importante espaço político e midiático, onde autoridades de outras instituições da sociedade política e da sociedade civil se fazem presentes, reforçando laços com outras forças sociais e se apresentando como espaço de disputa pelo apoio da base social de produtores e empresários rurais que todos os anos têm afluído para participar de tais eventos (LACERDA, 2009; HERNANDEZ, 2013; LIAUDAT, 2018; MENDONÇA, 2019).

Deste modo, ambas as iniciativas possuem um referencial norte-americano comum, a Farm Progress Show, principal feira de tecnologia agropecuária dos Estados Unidos. No caso da Argentina, embora a AAPRESID não seja formalmente a organizadora da Expoagro, a associação tem participado ativamente de suas edições, estabelecendo um calendário de atividades próprias no interior da programação do evento (AAPRESID, 2014). Além disso, boa parte das empresas que patrocinam a Expoagro são sócias da AAPRESID. Assim, sua criação foi capitaneada por um importante “pastor” do agronegócio argentino (LIAUDAT,

2018), o fundador e editor do caderno de economia agrícola *El Clarin Rural*<sup>18</sup>, Hector Huergo<sup>19</sup>. Tendo lançado uma primeira iniciativa deste caderno especializado do grupo Clarin, em 2002, conhecida como Feriagro, Huergo promoveu em 2006 a fusão com outra tradicional feira de exposições agropecuária, a Expochacra, que era promovida sob os auspícios do jornal *La Nación*. Assim, resultando da reunião de dois grandes eventos organizados pelos dois principais grupos de comunicação do país em uma única feira de exposições, a Expoagro já nasceu como principal referência argentina para a divulgação e comercialização das principais inovações tecnológicas disponíveis para o mercado em cada temporada. Segundo Liaudat:

Esta constituye la muestra agropecuaria a campo abierto más grande del mundo, donde las transnacionales y las megaempresas del sector exhiben sus innovaciones. Explícitamente tiene como objetivo constituirse en un lugar donde los integrantes de la cadena agropecuaria se encuentren, se capaciten, concreten sus negocios y exhiban su potencial. Pero asume un rol mucho más importante, genera el espacio para el “encuentro religioso” en torno a las “deidades” de este modelo: las nuevas tecnologías. La producción de esta megamuestra, a diferencia de su homóloga norteamericana, se encuentra orientada a generar un alto impacto en quienes la visitan y en el público que la observa por los medios masivos de comunicación. De esta manera, refuerza el “fetichismo” del conocimiento y las tecnologías, y posiciona al campo como sector de punta en el desarrollo nacional (LIAUDAT, 2018, p. 155).

No caso brasileiro, a ABAG é co-organizadora da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação de Ribeirão Preto – Agrishow em conjunto com sua sócia, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), desde 1993, ano de sua fundação. Incluindo uma articulação com outras associações setoriais, como a Associação Nacional de Veículos Automotores (ANFAVEA), Associação Nacional para a Difusão de Adubos (ANDA), Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF) e Associação Brasileira de Produtores de Sementes e Mudanças (ABRASEM), a Agrishow, tal qual a Expoagro na

---

<sup>18</sup> Clarin Rural é um dos principais espaços nos grandes meios de comunicação argentinos para debater economia agrícola e os rumos do desenvolvimento do agronegócio no país.

<sup>19</sup> Descendente de uma tradicional família porteña de engenheiros que remontam à construção do país enquanto Estado-Nação durante o século XIX, Hector Huergo é Engenheiro Agrônomo formado pela FAUBA e pertence à mesma geração de estudantes formados na instituição nos anos 1970, como Hector Ordoñez. Da condição de fundador e editor do caderno especial sobre economia agrícola Clarin Rural, se consolidou como um dos principais porta-vozes do chamado paradigma do agronegócio na Argentina (LIAUDAT, 2018).

Argentina, embora não tenha sido a primeira exposição agropecuária de grande porte organizada no Brasil (com significativas experiências em Uberlândia, Minas Gerais, e Londrina, Paraná), foi se consolidando aos poucos como principal referencial em inovação tecnológica do agronegócio nacional e maior evento em termos de público e de volume de negócios (LACERDA, 2009). Em anos mais recentes, além de sua edição tradicional em Ribeirão Preto, São Paulo, têm-se realizado edições regionais em outros estados do país, como a Agrishow Cerrados, em Rondonópolis, importante centro produtor do estado do Mato Grosso, e a Agrishow LEM, no município de Luís Eduardo Magalhães, no oeste baiano. Assim, Mendonça afirma que a Agrishow tem sido peça fundamental da estratégia de valorização do modelo do agronegócio e de integração entre seus agentes. Segundo a autora, o evento seria:

O momento em que, anualmente, se reatualiza a harmonia e o consenso em torno da utilização da tecnologia como solução para os problemas do campo e da economia em geral. Ela também serve de espaço para a exposição de demandas setoriais, como isonomia de tributos, infra-estrutura e linhas de crédito. Por meio de sistemas de feiras Agrishow, busca-se certificar o “padrão de qualidade” do Agronegócio (MENDONÇA, 2019: 176).

Outra importante frente de atuação que tanto a ABAG como a AAPRESID tem se dedicado são as estratégias de comunicação visando a coordenação política entre os diferentes setores das cadeias agroindustriais e, principalmente, o diálogo com o conjunto da sociedade, particularmente suas massivas e consumidoras frações urbanas. Na construção de hegemonia das duas entidades, portanto, a sua política de comunicação (ou marketing) assumiria papel estratégico na formação de consensos internos ao conjunto de forças sociais componentes do modelo do agronegócio e na própria construção mais ampla de sua legitimidade social. Esta preocupação pode ser percebida através destas duas menções ao problema por cada uma das entidades:

A qualidade da mensagem é importante para ABAG desempenhar seu papel na formação dos consensos entre as cadeias produtivas e nos acordos nacionais e internacionais. Não é apenas a função institucional e de relacionamento, mas a de edificação do desenvolvimento. Essa tarefa desafiadora conta com três alicerces: transmitir informações inovadoras, atender às expectativas dos agentes e ajudar na

sensibilização da opinião pública (...) Em sua comunicação, a ABAG busca narrativa de conteúdo para a opinião pública se identificar com a cadeia produtiva a partir das atividades do campo. Não se pode mais afirmar que estamos numa era de conversa entre os mesmos. (ABAG, 2013, p. 53).

Comunicar. Más y mejor. Ese es uno de los ejes que Aapresid se propuso potenciar al momento de trazar su plan estratégico a sabiendas de una necesidad explícita que le toca a cada actor de la Comunidad Agroalimentaria. A casi 10 años de «la 125el distanciamiento entre el campo y la sociedad sigue vivo e incluso se siente cada vez más pronunciado, enquistado en prejuicios y conceptos erróneos. (...) Comunicar. Más y mejor. ¿Cómo se hace? Trabajando, con método, con información fiable, comprobada científicamente y con un equipo de profesionales que nos ayuden a poner todo en palabras, imágenes y acciones (AAPRESID, 2017).

Assim, tanto a AAPRESID, como a ABAG partem de uma preocupação com uma suposta visão negativa que a cidade teria sobre o campo, por desconhecimento da primeira sobre a realidade do segundo. Neste sentido, a grande maioria das políticas de comunicação das duas entidades parecem estar destinadas a desconstruir esta percepção. Adaptando seus discursos conforme os públicos específicos a que se dirigem, busca-se fomentar diversas iniciativas de publicação em páginas da internet, redes sociais, revistas e jornais informativos, desenvolvimento de pesquisas de opinião e a produção de demais materiais informativos dos mais diversos tipos contendo e reportando temas de interesse diversos para produtores e empresários rurais. Neste sentido, se destacam campanhas publicitárias como foi o caso da criação pela AAPRESID do grupo BIO<sup>20</sup>, que busca promover o uso de biotecnologia na produção agropecuária, e da participação da ABAG em campanhas televisas, dentre as quais a que mais se destacou e que permanece vigente é a campanha Agro – A Indústria-Riqueza do Brasil, cujo lema propagandístico é “*Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo*” (LIAUDAT e FERNANDES, 2020).

Outra importante ferramenta de comunicação das duas entidades são as revistas especializadas em agronegócio que são impulsionadas por elas. No caso da ABAG, temos a revista Panorama Rural, que passou a ser editada a partir de 1999. Embora originalmente este

---

<sup>20</sup> Segundo Gras e Hernandez, esta iniciativa foi promovida pelo então presidente da AAPRESID, Victor Trucco e tinha o objetivo de coordinar acciones de promoción y difusión de la biotecnología en diferentes ámbitos de actividad social y económica, además de llevar adelante una estrategia de influencia en los diferentes niveles de gobierno” (GRAS Y HERNANDEZ, 2016, p.201).

periódico seja vinculado institucionalmente à sua associada ABIMAQ, tal como ocorre na Agrishow, a parceria entre a ABAG e esta associação se expressa também na construção da revista Panorama Rural, fazendo dela importante porta-voz das duas associações em particular, mas também de todo o conjunto de forças políticas e sociais às quais a ABAG se pretende representar. Seguindo os passos de Gramsci, que entende a imprensa e o jornalismo como agentes históricos que moldam as opiniões e vontades coletivas presentes na sociedade, Mendonça (2019) demonstra o papel pedagógico que esta revista tem tido na construção da hegemonia do agronegócio, contando em seu conselho editorial com representantes das sucessivas presidências e diretorias da ABAG. Com o lema “A Revista do Agronegócio”, a Panorama Rural, cuja tiragem em sua primeira edição em março de 1999 foi de 60 mil exemplares, atua educando seu público leitor de empresários, produtores rurais, técnicos e especialistas em agronegócio em dois sentidos particulares: reforçando as estratégias de consenso intra-classe dominante entre as diferentes frações que atuam nas principais cadeias de produção agroindustrial e municiando os mesmos de argumentos de “especialistas” e “lideranças” para travar o debate público junto ao conjunto da sociedade civil e da sociedade política em defesa dos benefícios do modelo do agronegócio. Deste modo, busca-se vulgarizar quatro ideias-força que estão presentes nos discursos de entidades como a ABAG e da AAPRESID: a importância da produção agroindustrial para o bom desempenho da economia nacional, o incentivo ao uso intensivo de tecnologia de ponta (particularmente de maquinário agrícola), a defesa de que o modelo de produção do agronegócio é sustentável e respeita padrões éticos de responsabilidade sócio-ambiental e a ênfase numa estratégia discursiva que silencia e escamoteia as tensões intra e inter-classe dominante, conferindo maior visibilidade a questões e problemas que reforcem a construção do consenso e da direção propostas por seu conselho editorial. Após 15 anos de publicações, a Panorama Rural sofreu uma reformulação em sua organização e direção, passando a se chamar “Terra & Cia –



A Voz do Agronegócio”. A nova revista foi publicada pela primeira vez em 2014 e permanece sendo um importante periódico especializado em agronegócio do país.

No caso da AAPRESID a associação impulsiona o seu próprio periódico. Inicialmente um simples boletim informativo intitulado “*Siembra Directa*” destinado à promoção desta técnica junto a produtores rurais argentinos e ao relato do cotidiano de atividades da associação para os seus próprios sócios. No entanto, é interessante observar como através do tempo a revista da AAPRESID foi se desenvolvendo em termos de extensão e variedade de seu conteúdo, bem como de sua apresentação gráfica. Publicada deste o primeiro ano de fundação da associação, em 1989, foi sucessivamente “melhorada” a ponto de, a partir de 2004, passar a se intitular “Red de Innovadores – *Siembra Directa*”, refletindo a ampliação do escopo de temas e de público alvo do trabalho ideológico da própria AAPRESID.

Deste modo, tanto as revistas impulsionadas pela ABAG, quanto o periódico da AAPRESID têm sido importantes fontes de consulta para os estudos existentes sobre as associações, uma vez que eles retratam justamente o seu cotidiano de atuação, bem como suas redes de relações na sociedade civil e na sociedade política.

Além de lançarem mão dessas iniciativas, a ABAG e a AAPRESID, bem como suas respectivas lideranças, foram ganhando um progressivo espaço e visibilidade nos grandes meios de comunicação. Gras e Hernandez (2016), por exemplo, dão conta de que o crescimento da presença da associação argentina nos principais jornais impressos do país (El Clarin e La Nación) entre os anos de 1997 e 2007. As autoras apontam uma tendência crescente de artigos que mencionam esta entidade ao longo desta década. Da mesma forma, notamos tendência semelhante para a ABAG ao constatarmos no acervo online da Folha de São Paulo<sup>21</sup> e do Estado de São Paulo<sup>22</sup> um considerável aumento no número de matérias que noticiavam a associação. Enquanto que entre 1993, data de sua fundação, e o ano 2000, a

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://search.folha.uol.com.br/> (acesso em 06 mar. 2020).

<sup>22</sup> Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/> (acesso em 20 mai. 2020).

ABAG foi citada 81 vezes por estes jornais, nos mesmos oito anos seguintes, entre 2001 e 2008, a entidade foi noticiada 198 vezes.

Finalmente destacam-se também uma série de estratégias no campo da educação que são desenvolvidas pelas duas associações. Estas estratégias foram aplicadas tanto no nível da educação superior, quanto no ensino básico. Em relação ao primeiro ponto, teremos a oportunidade de desenvolver a questão mais detalhadamente no próximo capítulo, mas adianta-se aqui a profunda intimidade das respectivas direções da ABAG e da AAPRESID junto aos mais importantes programas de pós-graduação em agronegócio do Brasil e da Argentina. Em relação ao ensino primário e secundário encontram-se programas de difusão de conhecimentos e propaganda do modelo do agronegócio nas escolas de importantes regiões produtoras dos dois países, favorecendo a incorporação de determinados valores e visões do desenvolvimento rural como verdades científicas desde os primeiros momentos da formação de crianças e adolescentes.

No caso da AAPRESID, em resposta à simbólica mobilização de produtores agropecuários contra a política de impostos às exportações que pretendia aplicar o governo Kirchner em 2008, que ficou conhecido como “el conflicto del campo”, a associação lançou o programa “Aula AAPRESID”. Seu objetivo visava justamente trabalhar o olhar crítico que, se diagnosticava, existia na opinião pública argentina sobre o setor agropecuário, principalmente no que toca ao tema da sustentabilidade ambiental da produção, respondendo ao fortalecimento de movimentos sociais preocupados com esta pauta. Com este programa, difundia-se então, entre estudantes, professores e direções escolares o que era apresentado como “a” verdade sobre a produção rural do país e os usos da biotecnologia na mesma, disputando corações e mentes para uma determinada visão de mundo sobre o desenvolvimento econômico no campo e seus impactos sócio-ambientais (LIAUDAT E

FERNANDES, 2020). Neste sentido, o programa é apresentado da seguinte maneira na página da AAPRESID na internet:

Aula AAPRESID se dedica (...) a la difusión de un modelo de producción que incluye biotecnología, siembra directa y buenas prácticas agrícolas. Y no estamos solos: en otras latitudes del mundo también se llevan a cabo acciones lúdicas y prácticas, acercando a la comunidad, especialmente a los niños, la información correcta sobre qué se hace en agricultura y ganadería sustentable. El poder del conocimiento es más fuerte que cualquier rumor (AAPRESID apud LIAUDAT E FERNANDES, 2021, p. 116).

A realização do programa é feita através da capilaridade social conferida pelos grupos regionais da entidade. Atualmente são realizadas ao redor de 150 “aulas” por ano, que consistem na organização de debates e oficinas a partir de cartilhas elaboradas de forma centralizada pela associação para orientar as atividades. Com o sucesso das primeiras edições do programa, em 2016, o Aula AAPRESID foi incorporado ao programa ESCUELAGRO, dirigido pelo Ministério da Agricultura, que, por sua vez, foi desenvolvido sob a liderança de Victoria Zorraquin, fundadora da ONG Educere, financiada por mega-empresas argentinas e transnacionais, como El Tejar, Nidera e Monsanto, e por outra importante associação de produtores e empresários rurais argentinos, a AACREA. A partir de seu trabalho na Direção de Escolas Secundárias Agrárias e Rurais do ministério, Zorraquin incorporou ao programa governamental a bibliografia produzida e utilizada nas atividades do Aula AAPRESID, ampliando ainda mais o raio de alcance de sua visão de mundo (LIAUDAT E FERNANDES, 2021).

No caso da ABAG, a associação organiza o programa Agronegócio na Escola desde 2001. Inicialmente realizado em parceria com a Secretária Estadual de Educação de São Paulo, a partir de 2008 foi ampliado para algumas redes municipais do interior paulista, particularmente na região de Ribeirão Preto, cidade não apenas conhecida como capital do agronegócio, mas também por seu importante histórico de lutas e conflitos pela terra (LAMOSA, 2014). Segundo a entidade, os objetivos desde programa são:

(...) apresentar os conceitos fundamentais do agronegócio, a interdependência campo-cidade, a dimensão e a importância do setor para a economia regional e nacional (...) Tornar conhecidas as atividades agropecuárias e agroindustriais, para assim contribuir para que a sociedade conheça melhor a região (...) ampliar o relacionamento das empresas com a comunidade do entorno (...) Ampliar o conhecimento sobre as oportunidades profissionais que o setor oferece (ABAG apud LIAUDAT E FERNANDES, 2021, p. 117)..

O programa Agronegócio na Escola funciona, portanto, formando professores e diretores através de cursos de formação e visitas a fazendas, empresas, indústrias, cooperativas e demais instituições de pesquisa e produção agroindustrial com o objetivo de capacitar os docentes para uma melhor abordagem do agronegócio nas salas de aula. A partir daí também são organizadas oficinas e visitas com os estudantes. Para subsidiar as atividades, são distribuídas cartilhas e outros materiais organizados com a assessoria da ABAG. Além disso, como forma de incentivo à participação no programa são realizados concursos de redação entre os alunos a respeito do papel do agronegócio no desenvolvimento local e regional e premiações aos professores que aceitam participar da iniciativa (LAMOSA, 2014). Segundo a associação, entre os anos de 2001 e 2019, o programa formou 255.651 alunos e 3.037 professores, contando com 2.299 visitas de alunos e 150 visitas de professores e sendo desenvolvido em 108 municípios e 592 escolas (LIAUDAT E FERNANDES, 2021, p. 118).

Dessa maneira, como poderemos observar mais detidamente adiante, no capítulo 3, lançando mão de estratégias de construção de um campo de estudos em agribusiness no ensino superior, os setores organizados na ABAG e na AAPRESID lograram fomentar a formação de intelectuais orgânicos do agronegócio para ocupar postos de alta direção em empresas, associações empresariais e instituições do Estado. Através de iniciativas como os programas Agronegócio na Escola e Aula AAPRESID, por sua vez, as duas associações conseguem assimilar intelectuais que atuam na ponta da difusão da hegemonia, reproduzindo a visão de mundo do agronegócio entre professores primários e secundários, diretores e demais funcionários escolares. Assim, o consenso em torno do agronegócio como único e/ou melhor modelo de desenvolvimento social e econômico se constrói junto a instituições

educativas tanto no sentido de formar os atores protagonistas do modelo, quanto no aspecto da defesa de sua legitimidade perante ao conjunto da sociedade.

## **2.8. Conclusão do capítulo**

No princípio deste capítulo, apresentei a intenção de responder às seguintes questões a respeito da ABAG e da AAPRESID: Quais suas semelhanças, diferenças e interconexões políticas, econômicas e simbólicas? De que maneira as duas associações foram particularmente estratégicas na construção de uma vontade coletiva do agronegócio, consolidando-se como principais porta-vozes das frações do empresariado nacional associadas ao capital transnacional das grandes cadeias globais da produção de alimentos, fibras e biocombustíveis? Portanto, pesquisando sobre as origens e a fundação das duas associações, seu modelo associativo, o perfil de seus associados e dirigentes, discursos e visões de mundo, bandeiras de reivindicação política e estratégias de ação e organização coletiva, é possível realizar os apontamentos finais a seguir.

Embora a característica do tempo do agronegócio seja a multi-representatividade empresarial, tanto a ABAG como a AAPRESID lograram se posicionar como grandes anunciadoras do paradigma do agronegócio no Brasil e na Argentina. Se afirmando como núcleo central de uma vanguarda intelectual, as duas entidades terminaram por se estabelecer como reconhecidos espaços de coordenação política e econômica dos interesses dominantes das principais cadeias globais de produção agroindustrial presentes nos dois países, difundindo culturalmente em sua base social determinadas técnicas e tecnologias de produção, justificando a importância deste modelo produtivo para o conjunto da sociedade civil e política, nacional e internacional, e, finalmente, refutando todos os tipos de questionamentos, políticos e científicos, existentes em relação ao agronegócio.

Enquanto a ABAG desde o início teve nitidez nos seus propósitos de construção política da representação de um interesse mais geral do agronegócio, a AAPRESID a princípio esteve focada em uma atuação mais específica, na ponta do produtor rural, atendendo a seus interesses econômico-corporativos mais imediatos de difundir junto a ele o uso do pacote tecnológico das grandes empresas de insumos agropecuários. No entanto, o papel cumprido por estas empresas – pela Monsanto, principalmente – na fundação da AAPRESID não deixa dúvidas de seu potencial originário de representação dos interesses mais gerais do agronegócio na Argentina. Neste sentido, ao estudarmos sobre o perfil das instituições associadas e dos dirigentes das duas entidades é possível perceber de que maneira elas representam uma base social empresarial com fortes traços em comum, constitutivos da trama política da hegemonia do agronegócio. No que consiste às instituições associadas foi constatado que predominam as empresas nacionais e multinacionais de insumos (bioquímico e maquinás), produção, processamento e exportação agroindustrial, instituições financeiras nacionais e internacionais, consultorias (agronômica, administrativa e financeira), empresas de tecnologia da informação, comunicação e propaganda. Como particularidades, chama atenção não só a especificidade das mega-empresas (chamadas de translatinas) de origem argentina, mas também, no caso do Brasil, a força das cooperativas como base social fundadora da ABAG e a presença mais recente de imobiliárias e escritórios de advocacia como seus sócios.

No que se referem à trajetória social dos seus dirigentes, os pontos de contato também foram significativos, reproduzindo em boa medida as semelhanças das instituições associadas. Assim, os dirigentes da ABAG e da AAPRESID constituem-se em representantes nacionais do capital funcionante, atuando como seus gestores mais graduados em complexa e relativamente oculta conexão com o capital monetário nacional e internacional. Originários das regiões mais ricas e produtivas do Brasil e da Argentina, estas lideranças não só

apresentam investimentos nas áreas de fronteira agrícola, como são formados predominantemente nos mais prestigiados cursos de agronomia das universidades públicas nacionais, mas especializados em áreas como biotecnologias, da tecnologia da informação, da economia, da administração, do direito, da cultura, da comunicação e da propaganda. Na sociedade civil, os dirigentes da ABAG e da AAPRESID também estão organizados em associações por cadeia produtiva ou nicho temático, em plataformas de divulgação científica de novas técnicas e tecnologias de produção, iniciativas de difusão de práticas de responsabilidade social e ambiental e em contato significativo com as tradicionais representações de empresários, produtores e proprietários rurais do Brasil e da Argentina. Na sociedade política, eles foram encontrados principalmente em instâncias diversas dos respectivos ministérios da agricultura, com destaque para áreas direcionadas às biotecnologias, política agrícola e certificação, na assessoria de políticas públicas de governos locais e regionais onde a produção está majoritariamente concentrada e nas duas principais instituições de pesquisa agropecuária, a EMBRAPA e o INTA.

No que concerne aos discursos mobilizados e visões de mundo difundidas, vimos que ambas associações compartilham de uma mesma percepção sobre o significado do agronegócio. Também foi indicada a importância da valorização e captura da noção de sustentabilidade para refutar questionamentos ao modelo, conquistar mercados e certificar a produção; a valorização do papel da ciência como fator de produção (na inovação tecnológica e na qualificação da mão de obra) e de legitimação social do agronegócio; a difusão de uma nova imagem ideal para o homem do campo, caracterizado como gestor de negócios com qualificação profissional, destituído de práticas e costumes de uma relação de produção de cunho tradicional, religiosa e/ou familiar; a visão etnocêntrica do outro que o desqualifica e/ou condena à desaparecimento; e o lugar atribuído ao próprio país no mundo, marcado pelo colonialismo, por uma oscilante valorização e desvalorização das especificidades históricas e

geográficas do país e uma permanente tensão entre industrialização, redistribuição da renda nacional e a inserção do país no mercado mundial.

Estes discursos e visões de mundo buscaram fundamentar uma vasta agenda de políticas públicas, cujos principais pontos foram a defesa e o incentivo do uso de biotecnologias dirigidas à produção de larga escala; a defesa da continuidade do monopólio sobre o acesso e a propriedade da terra; a disputa por recursos públicos de subsídio à grande produção agroindustrial; uma política de comércio internacional voltada à defesa e abertura de novos mercados, a defesa de investimentos públicos e privados em infraestrutura logística, a promoção do biodiesel, da terceirização e especialização da força de trabalho, a promoção de assistência técnica e pesquisa agropecuária; e promoção do turismo rural.

Finalmente, para materializar simbólica e objetivamente seu arsenal discursivo, suas visões de mundo e sua agenda de políticas públicas, também foi possível identificar um significativo conjunto de estratégias de ação e organização coletiva que caracterizou de maneira particular estas duas associações como porta-vozes do paradigma do agronegócio. Portanto, conforme o exposto, a ABAG e a AAPRESID promoveram congressos anuais segundo moldes semelhantes, grandes feiras de exposição de tecnologia agropecuária, políticas de comunicação diversas (diferentes publicações especializadas em formato virtual e impresso, pesquisas de opinião pública, campanhas publicitárias e relações com a grande imprensa nacional) e estratégias de intervenção política sobre o mundo da educação, seja no âmbito do sistema de ensino básico, seja no ensino superior.

Com isso, foi possível identificar fortíssimas semelhanças e conexões políticas econômicas e simbólicas entre a ABAG no Brasil e a AAPRESID na Argentina, caracterizando-as como dois dos mais expressivos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio, anunciadoras de seu paradigma, porta-vozes das frações do empresariado



nacional mais associadas ao capital transnacional das grandes cadeias globais da produção de alimentos, fibras e biocombustíveis.

## **CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DE “POSIÇÕES” NA UNIVERSIDADE: A DISPUTA POR HEGEMONIA ATRAVÉS DO CENTRO DE CONHECIMENTOS EM AGRONEGÓCIO (PENSA) E DO PROGRAMA DE AGRONEGÓCIOS Y ALIMENTOS (PAA)**

### **3.1. Introdução**

Ao mesmo tempo, a extração social, determinante da condição material de classe dominante, ganha novas cores com a inserção da temática do sistema de ensino superior na pauta de discussões, já que seus elementos também passaram por ele, não ficando imunes às suas características e disputas peculiares. Logo, “a questão de classe”, guarda também a dimensão de uma “questão de escola”, mediatizada pelo conceito de habitus. Mediante este enfoque, o conjunto de lutas políticas propriamente ditas deixa de girar em torno do poder de Estado, para ter por móvel o poder sobre o Estado (MENDONÇA, 1998, p. 18).

Seguindo os paços teórico-metodológicos apontados por Mendonça (1998) em seu livro “agronomia e poder no Brasil”, o objetivo do presente capítulo será estudar mais especificamente de que modo o campo científico cumpriu um papel fundamental nas disputas econômicas, simbólicas e políticas que envolveram a construção da trama política da hegemonia do agronegócio, sendo um espaço estratégico de articulação, conexão, organização, transposição e difusão ideológica de relações sociais e acadêmicas entre o norte e o sul, bem como entre os países sul-americanos e internamente, dentro de cada realidade nacional e local. Neste sentido, busquei evidenciar, através de revisão bibliográfica e pesquisas documentais, as interconexões sociais, políticas, simbólicas (e teóricas) entre dois dos mais prestigiados programas de pós-graduação em agronegócio do Brasil e da Argentina (respectivamente, a saber, o PENSA – Centro de Conhecimentos em Agronegócio, vinculado à Universidade de São Paulo, e o PAA – Programa de Agronegócios y Alimentos, vinculado à Universidade de Buenos Aires) com a sociedade civil e política de seus países e com formas estrangeiras de associação privada, acadêmica e governamental.

Embora o discurso do agronegócio faça crer que os vínculos entre poder, modernização, saber técnico e progresso econômico sejam uma novidade do advento de seu paradigma, a historiografia tem demonstrado que esta relação vem de longe no tempo e pode remontar tanto ao período do final do século XIX, de consolidação e expansão do mundo urbano-industrial – em que, por exemplo, a pecuária de exportação argentina para a Europa se destacou –, como de tempos ainda mais distantes do período colonial – quando, por exemplo, o melhoramento dos engenhos de açúcar e café foi pauta das preocupações da elite crioula brasileira na defesa da competitividade de seus cultivos no mercado mundial (HEREDIA ET AL, 2010; GRAS E HERNANDEZ, 2016).

Neste mesmo sentido, no início do século XX, a formação de especialistas dedicados à promoção de mais eficiência econômica na produção agropecuária com o surgimento das primeiras escolas de Agronomia e, conseqüentemente, dos primeiros agrônomos, produziu um impacto não somente econômico, mas também político e social. Este último fato foi frequentemente ignorado ou escamoteado pela historiografia tradicional que versa sobre a origem destas instituições, tendendo a tratá-las como entidades isoladas do restante do mundo social e enunciando somente sua finalidade de promoção da eficiência técnica e econômica da produção. No entanto, os trabalhos de Sonia Mendonça (1998) e Noemi Girbal-Blacha (1992) sobre o Brasil e a Argentina, respectivamente, já demonstraram o complexo papel social e político cumprido pelas escolas de agronomia e de seus profissionais nas primeiras décadas de seu funcionamento. Estas autoras, que tratam do tema se referindo às particularidades históricas de cada realidade nacional, afirmam que, naquela quadra histórica, este novo profissional e seu campo científico correspondente assumiram progressivamente um estratégico papel sociopolítico para a hegemonia das frações dominantes no mundo rural brasileiro e argentino. Segundo elas:

Os Agrônomos constituíram-se, pouco a pouco, num novo tipo de intermediários entre trabalhador rural e classe dominante, entre empresa e ciência. Configurava-se um novo corpo de especialistas que, ao abrigo da administração, da técnica e da ciência, instaurava um novo tipo de relação de dominação, mais direta, dissimulada e, sobretudo, mais “neutra” (MENDONÇA, 1998, p. 21).

La función ya no solo técnico-económica sino social, ética y política que desempeña el agrónomo se revaloriza y se considera esencial para superar las limitaciones agrícolas y para "difundir la instrucción en las clases rurales". Así lo entienden el Estado, los grandes productores del agro y, poco después, los arrendatarios. Se busca la modernización agraria, mejorando las prácticas culturales y aumentando los rendimientos graneros en beneficio de la racionalidad económica del productor, el cual trocará su imagen rentista por la empresaria (GIRBAL-BLACHA, 1992, p. 381).

Ambos os trabalhos salientam algumas características sociopolíticas dos sistemas de ensino agrônômico no Brasil e na Argentina das primeiras décadas do século XX, que podem ser resumidas por dois pontos centrais. Em primeiro lugar, as primeiras faculdades de agronomia no Brasil e na Argentina surgiram entre 1883 e 1910<sup>23</sup> e compartilharam da mesma referência em escolas dos países do norte, particularmente da França, onde se destacava a célebre Escola de Agricultura de Grignon, fundada em 1826, e dos Estados Unidos, onde foram referência os Land Grand Colleges de 1862 e as State Agricultural Experimental Stations de 1887 (GIRBAL-BLACHA, 1992; MENDONÇA, 1998).

Em segundo lugar, estes estudos evidenciam como que a busca pela afirmação de um estatuto científico para o ensino agrônômico lhe conferiu legitimidade social e política para, de um lado, pautar o disciplinamento das classes subalternas no mundo rural e, de outro, ser instrumento de diversificação, especialização e modernização e, portanto, de reprodução (Bourdieu e Passeron, 1992) das classes dominantes, difundindo determinadas técnicas e práticas que terminaram por inculcar determinados valores culturais na forma de um habitus, influenciando sobre as concepções de mundo e os modos de vida de trabalhadores e grandes produtores, proprietários e empresários rurais. Esta perspectiva cindiu os sistemas de ensino

---

<sup>23</sup> A Faculdade de Agronomia da Universidad de La Plata foi a primeira instituição do gênero na Argentina, fundada em 1883. Em seguida, fundou-se a Faculdade de Agronomia da Universidad de Buenos Aires, em 1909. No Brasil, a primeira instituição do tipo foi a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), fundada em 1901 e posteriormente incorporada à Universidade de São Paulo, em 1934. Já a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), posteriormente convertida em Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, foi fundada em 1910.

agronômico, reproduzindo a divisão marxiana entre trabalho intelectual (dominante) e trabalho manual (dominado). Assim, desenvolveram-se dois tipos de formação: a) a das “grandes escolas”, marcada por uma formação mais generalista, enciclopedista e humanista, e voltada para preparação da elite rural para as tarefas de direção e gestão política no Estado e na sociedade civil, particularmente em suas empresas e associações privadas; e b) a formação voltada para as classes populares, caracterizada por uma ênfase na ultra especialização técnica e em uma formação moral justificadora e coesionadora da ordem, ou seja, preventiva do conflito e promotora do consenso social (GIRBAL-BLACHA, 1992; MENDONÇA, 1998).

Dessa maneira, Mendonça (1998) e Girbal-Blacha (1992), demonstram uma progressiva importância dos agrônomos no debate e na moldagem de uma modernização do campo que conduzisse ao “progreso indefinido”, conforme destacou a segunda autora para o caso argentino (GIRBAL-BLACHA, 1992, p. 378). Este processo foi crescentemente acompanhado e liderado por personalidades organicamente associadas a próceres das classes dominantes agrárias do Brasil e da Argentina, o que se evidencia pela presença constante de membros da direção da Sociedade Nacional da Agricultura, do Rio de Janeiro, da Sociedade Rural Brasileira, de São Paulo, e da Sociedade Rural Argentina, de Buenos Aires, na direção das principais escolas de agronomia dos dois países, atuando como professores, pesquisadores, dirigentes, consultores. Estes mesmos personagens, bem como boa parte dos egressos destas escolas, também apresentam relações orgânicas com estratégicos espaços da sociedade política, particularmente aqueles mais diretamente ligados aos respectivos ministérios da agricultura, constituindo parte fundamental de seu corpo técnico e de direção. Portanto, como parte estruturante da trama da modernização do campo no momento do advento do mundo urbano-industrial, há pouco mais de um século, o surgimento das escolas de agronomia e dos agrônomos como atores sociais, éticos e políticos atuantes não apenas

restritamente ao campo científico e acadêmico, mas atingindo públicos mais amplos e leigos através de sua participação em revistas e outros meios de divulgação e popularização deste novo tipo de conhecimento, moldou em grande medida a hegemonia de grandes proprietários rurais no Brasil e na Argentina em princípios do século XX e nas décadas que se seguiram.

Nesta perspectiva, se é verdade que para Gramsci o diploma universitário não faz de ninguém um intelectual orgânico necessariamente, o autor sardo também reconhece a importância da progressiva diversificação e especialização técnico-política entre aqueles grupos sociais que se propõem à direção moral e intelectual de uma comunidade como consequência da complexificação e da afirmação da sociabilidade burguesa sobre os demais grupos e classes sociais existentes, a partir do advento da revolução industrial e da modernidade. A este respeito, Gramsci apresentava as seguintes considerações:

Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. O enorme desenvolvimento alcançado pela atividade e pela organização escolar (em sentido lato) nas sociedades que surgiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a "intelectualidade" de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. É este o resultado das instituições escolares de graus diversos, inclusive dos organismos que visam a promover a chamada "alta cultura", em todos os campos da ciência e da técnica (GRAMSCI, 1982, p. 9).

O que o autor nos indica é que, conforme o avanço e complexificação das estruturas e superestruturas da sociedade capitalista, também houve uma maior diversificação entre os diferentes tipos de especialização técnica e graus de organicidade política dos intelectuais junto às classes e frações de classe que buscam afirmar a sua hegemonia sobre as demais. Não se trata apenas do cumprimento de uma função econômica, de produtividade. O papel fundamental do técnico e cientista formado pelo sistema escolar burguês tem sido eminentemente ético-político, amalgamando em sua posição social saber e poder, técnica e

política, estrutura e superestrutura. Sendo assim, este autor chama a atenção para a importância das diferentes instituições escolares na construção da hegemonia, formando quadros dirigentes e difundindo visões de mundo e sentidos práticos em comum, o que tem conformado um mesmo espaço social que, segundo Bourdieu (1989), responderia a regras de concorrência interna particulares, definidoras de sua especificidade enquanto campo de lutas pelo poder simbólico de definição da verdade científica. Sendo este um espaço fundamental de disputa e construção de hegemonia, as classes sociais que almejam conquistar a direção moral e intelectual dos demais grupos sociais, buscam construir posições no interior do mesmo, especializando algumas de suas mais promissoras lideranças, funcionários e instituições na ocupação e disputa de posições em torno de seu monopólio político e econômico.

Neste sentido, tal qual proposto na introdução da tese, o objetivo deste capítulo será responder às seguintes questões: Qual o papel cumprido pela academia a partir de determinados programas de pós-graduação em agribusiness na construção da associação econômica, social e simbólica entre as frações nacionais das classes dominantes brasileira e argentina e capitais transnacionais? Quais as diferenças, semelhanças e interconexões entre o campo de estudos científicos do agronegócio do Brasil e da Argentina? Para responder a estas perguntas, além de realizar uma revisão bibliográfica sobre estudos que abordam o PENSA – Centro de Conhecimentos em Agronegócios da Universidade de São Paulo (USP) e o Programa de Agronegocios y Alimentos (BRUNO, 2009; LACERDA, 2009; PINTO, 2010; GRYNZPAN, 2012; GRAS E HERNANDEZ, 2016; MENDONÇA, 2017; 2019; LIAUDAT, 2019; POMPEIA, 2018; LIAUDAT E FERNANDES, 2021), busquei analisar algumas publicações oficiais e de intelectuais dos dois programas, participações e declarações na grande imprensa e em publicações especializadas em agronegócio, currículos e trajetórias sociais dos professores e a produção acadêmica dos discentes. Dessa forma, o capítulo se

encontra dividido nos seguintes tópicos: a construção do campo de estudos científicos do agronegócio; a trajetória social dos professores do Pensa e do PAA; o marco teórico trabalhado nos dois programas; suas respectivas agendas de pesquisas; e suas interfaces discursivas e de visão de mundo com as associações empresariais do agronegócio.

## **3.2. A construção do campo de estudos científicos do agronegócio**

### **3.2.1. Origens e difusão a partir do norte**

Da mesma forma que o campo de estudos agrônômicos, a “boa nova” trazida pela conformação de um campo de estudos científicos específico do agronegócio – em boa medida nascido de um setor que partiu de dentro da própria agronomia se articulando mais fortemente ao campo da economia e da administração – também encontra suas mais significativas raízes na academia francesa e norte-americana do pós-segunda guerra mundial, no contexto de uma nova ofensiva modernizadora sobre o campo, que, posteriormente, no final dos anos 1960, se consagraria com a alcunha de “revolução verde”. Neste sentido, embora a teoria da organização industrial e o conceito de “filier” trabalhado na França também tenha influenciado o debate econômico sobre as relações entre produção agrícola e economia industrial, buscando descrever o mesmo processo de integração complexa das diferentes cadeias produtivas, foi o termo cunhado no âmbito da academia estadunidense que se consagrou como principal significante do fenômeno econômico, político e simbólico em questão. Assim, ao longo da segunda metade do século XX, primeiro internamente nos Estados Unidos, para logo em seguida ser exportada mundo a fora, a noção de agribusiness, surgida no âmbito de uma das mais prestigiadas escolas de economia e administração do país, a Harvard Business School (HBS), se espalhou progressivamente pelo mundo acadêmico,



empresarial, político e social, alcançando no final do século XX grande popularidade em diferentes segmentos da sociedade norte-americana e além dela, como foi o caso do Brasil e da Argentina na década de 1990.

Nos anos 1940, em face das intensas transformações vivenciadas pela economia norte-americana com a recuperação econômica da crise dos anos 1930 e o avanço da urbanização e de grandes corporações industriais sobre a produção agropecuária para o mercado de fibras e alimentos, um grupo de acadêmicos da HBS incumbiu o decano Donald K. David da criação de uma disciplina que versasse sobre as relações entre “agriculture” e “business”. Além de professor em Harvard, David teve significativa passagem pelo setor privado, quando entre 1927 e 1941, foi vice-presidente do Royal Banking Powder Company e presidente da American Maize (POMPEIA, 2018).

Para concretizar o projeto, de um lado, contou-se com o mecenato de George Moffet, presidente da Corn Products Refining Company, que financiou os custos de implementação da cátedra de Agriculture and Business da HBS e posteriormente inspirou a criação do Moffet Program in Agriculture and Business, que passou a financiar diversos projetos de pesquisa no âmbito desta disciplina. De outro lado, em 1953, com o ingresso de John Davis na HBS, David o convidou para dirigir o Programa Moffet. Proveniente de uma família de agricultores do Missouri, Davis se formou em Economia Agrícola pelo Iowa State College, especializando-se no desenvolvimento de políticas públicas para a agricultura. Ao longo dos anos 1940, desenvolveu uma extensa trajetória profissional no United States Department of Agriculture (USDA), onde se destacou, dentre outras razões, por dirigir a seção de trigo da Commodity Credit Corporation, instituição pública de regulação das políticas de financiamento da produção rural durante o New Deal. Através de seu trabalho no órgão federal, também se aproximou das cooperativas agrícolas, que naquele momento passavam por uma forte expansão, sendo nomeado secretário executivo do National Council of Farmer

Cooperatives, principal representante do lobby cooperativista em Washington. Além disso, fez parte da equipe de formuladores da política de diplomacia estadunidense do pós-guerra que buscou, através de programas de distribuição de alimentos contra a fome em países do terceiro mundo, ampliar a sua influência geopolítica e econômica dentro do contexto da Guerra Fria<sup>24</sup> (GRRYNZSPAN, 2012; POMPEIA, 2018). Em 1955, Ray Godberg se junta à equipe fundadora do programa de agribusiness da HBS. Filho de comerciantes de sementes, grãos e rações, Goldberg iniciou sua carreira acadêmica se graduando em Economia Agrícola e realizando um MBA na própria HBS. Posteriormente, em 1952, concluiu um doutorado sobre a cadeia de produção da soja na Universidade do Minnesota, mesma instituição onde Davis se doutorou. Trabalhou nos negócios da família até 1955 quando se tornou assistente de Davis em Harvard (GRYNZSPAN, 2012; POMPEIA, 2018).

No início dos anos 1960, após a publicação conjunta de “A concept of agribusiness” por esses dois professores, Davis, em função de seu trabalho com a doação de alimentos para países pobres e em parte por não ter sido efetivado como professor da HBS, assumiu, a convite do então presidente dos EUA Dwight Eisenhower, um programa da ONU para refugiados palestinos no Oriente Médio. Ficando no programa, Goldberg deu prosseguimento aos trabalhos da instituição, estudando nas décadas seguintes a produção de laranja na Florida, o que indicou para este autor a necessidade de se focalizar a análise da integração dos elos produtivos segundo as características particulares de cada produto agropecuário, fundamentando o desenvolvimento de dois outros conceitos amplamente incorporados pelo campo de estudos sobre o agronegócio, Agribusiness Commodities System e Coordenação de Sistemas Agroindustriais, e conferindo importância, a partir da produção primária, à análise das relações inter-setoriais em determinada cadeia produtiva e de seu respectivo ambiente

---

<sup>24</sup> Segundo Harriet Friedmand, teria sido esta a política responsável por estruturar o que a autora chamou de segundo regime agroalimentar, que teria moldado a hegemonia dos EUA sobre a produção e comercialização mundial de alimentos (MC MICHAEL, 2016).

institucional. Dessa forma, este pesquisador teria capitalizado sua associação pública com as origens do termo agribusiness. Se afirmando como especialista, consultor e empresário no campo da gestão de negócios agroindustriais, tornou-se professor Emérito em 1997 e principal fundador e referência de uma ampla rede de pesquisadores e empresários do agribusiness, a International Food and Agribusiness Management Association (IFAMA), fundada em encontro na HBS no ano de 1990 (GRYNZSPAN, 2012).

A partir da publicação do livro conjunto de Davis e Goldberg em 1956, embora a difusão do termo agribusiness não tenha se massificado imediatamente, seu uso foi progressivamente ganhando espaço em distintos setores da sociedade estadunidense, seja no mundo acadêmico, seja junto ao mundo empresarial, à imprensa e a importantes instituições governamentais. A própria trajetória dos três personagens destacados pela literatura como fundadores da escola de agribusiness de Harvard depõe sobre a capacidade de difusão do seu uso em distintos âmbitos da sociedade civil e da sociedade política dos Estados Unidos, especialmente acerca de suas relações umbilicais com a indústria de alimentos, insumos, supermercados e suas respectivas associações de lobby empresarial (POMPEIA, 2018).

Neste sentido, as diferentes apropriações apologéticas e críticas do termo na imprensa e em publicações especializadas foram uma das principais molas propulsoras da construção de um significado econômico, político e simbólico para a noção de agribusiness e sua consequente difusão. Por isso, Pompeia (2018) destaca que o principal responsável por fazer o termo deslanchar na imprensa estadunidense foi a publicação, em 1957, do livro “Farmer in a Business Suit”. De autoria de Davis com Kenneth Kinshaw, jornalista de assuntos agrícolas, tratava-se de uma ficção, cuja história narrava a passagem de uma família da agricultura de subsistência a um modelo de produção integrado ao agribusiness. Esta publicação teria alcançado um público muito mais amplo, fazendo o termo agribusiness circular de maneira significativa na imprensa pela primeira vez. Após esta bem sucedida iniciativa de

vulgarização do conceito proposto por Davis e Goldberg, a imprensa seguiria sendo um dos principais meios de reverberação desta palavra, seja em termos apologéticos, seja sob uma perspectiva crítica (POMPEIA, 2018).

No âmbito dos seus usos na sociedade política, para além das relações umbilicais de Davis com o USDA, destacam-se sucessivos projetos governamentais desenvolvidos junto à HBS e seus pesquisadores. Em 1966, por exemplo, o governo de Lyndon Johnson declarou uma “guerra contra a fome” no mundo como parte das redefinições de sua política externa, apontando o agribusiness como solução para o problema. Em realidade, tratava-se de, em razão da necessidade de preservar os estoques nacionais de alimentos, impulsionar a expansão de novas fronteiras agrícolas pelo mundo que, na visão do governo, deveria ser capitaneada pelas grandes corporações do agribusiness norte-americano. Mas a motivação oficial desta inflexão era desenvolver a capacidade de produção interna de alimentos em países pobres com graves problemas de desnutrição social. Nesta ocasião, a HBS funcionou como ponto de encontro e articulação entre governo e grandes empresas, promovendo uma reunião onde foram apresentadas demandas posteriormente publicadas na *Harvard Business Review*. O teor das reivindicações de acadêmicos da HBS e representantes de corporações como Monsanto, Archer-Daniels-Midland, Ralston Purina, Quaker, dentre outras, girava em torno das disputas orçamentárias do Estado para a agricultura, pregando investimentos mínimos no subsídio à agricultura familiar e maiores aportes para a grande produção industrial de insumos e processamento de produtos agropecuários. Como desdobramento deste processo, seria lançado, em 1967, uma iniciativa de institucionalização deste espaço consultivo: o agribusiness council. Anunciado em reunião do presidente Johnson com Henry Heinz II, presidente da Heinz Foods Company, na Casa Branca, o conselho reunia inicialmente empresas como United Brands, Exxon, IBM e Ralston Purina, com o objetivo de “trazer informações para os líderes do *agribusiness* sobre países com boas possibilidades para

investimentos em desenvolvimento agrícola” e “promover contatos entre as empresas e governos, organizações internacionais, universidades e fundações” (POMPEIA, 2018, p. 85).

As formas com que o termo agribusiness foi sendo mobilizado ao longo do tempo nos Estados Unidos, em diferentes campos sociais – academia, empresas, imprensa, Estado –, encontrou argumentos de justificação e de crítica que posteriormente terminaram por se reproduzir nos demais países onde a palavra aportou. Dessa maneira, Pompeia (2018) mapeou que, no âmbito da apologia, a ideia de coordenação/harmonização/modernização das relações entre a produção rural e o mundo urbano e industrial é o argumento originário da formulação de Davis e Goldberg e se faz presente permanentemente. Além disso, a identificação do agribusiness por seu suposto peso na economia (no Produto Interno Bruto - PIB) e na balança comercial do país também se fez presente desde o princípio, sendo mobilizada e reelaborada em diversas outras circunstâncias históricas das décadas seguintes. Finalmente, e do mesmo modo, desde o início e especialmente com a incorporação oficial do termo no discurso da política externa contra a fome no terceiro mundo, nos anos 1960, a aceção do agribusiness como meio técnico e econômico de alcançar este objetivo passou a ser cada vez mais corrente (POMPEIA, 2018).

Na outra face da moeda política e social do uso do termo agribusiness nos Estados Unidos se encontram as suas críticas. Uma das mais comuns e antigas versa sobre a contraposição e conflito entre grandes corporações e a agricultura familiar, bem como entre produtores rurais e as indústrias a jusante e a montante da produção agropecuária, indicando as relações de exploração e as desvantagens sociais e econômicas junto ao Estado dos últimos em relação aos primeiros. O discurso de combate à fome no mundo como justificativa para a política externa norte-americana também foi alvo de diversos questionamentos que, em linhas gerais, tendiam a apontar os impactos na desorganização de outras formas de produção familiar e comunitária, assim como formas tradicionais de trabalho, produção e consumo. Ao

mesmo tempo, questionava-se a validade do argumento de que este modelo hiper integrado de produção agroindustrial efetivamente promovia a diminuição da desigualdade social e da desnutrição nos países periféricos do capitalismo. Por sua vez, a relação das universidades (a maioria públicas) com as grandes empresas e altas rodas de poder do Estado na definição de políticas públicas, não passou despercebidas dos críticos do agribusiness nos Estados Unidos, sendo apontados como principais problemas as diferenças no orçamento de pesquisas voltadas a atender o desenvolvimento da agricultura familiar ou da produção agroindustrial de larga escala, e o direcionamento do currículo das universidades e institutos técnicos para atender ao modelo de produção do agribusiness, em detrimento da produção de base familiar. Finalmente, a pauta dos direitos dos consumidores por alimentos saudáveis e de procedência sustentável, bem como as preocupações mais gerais do movimento ambientalista com o impacto da produção baseada no modelo do agribusiness também se tornaram uma crescente fonte de crítica ao termo a partir da década de 1970 (POMPEIA, 2018).

Assim, o que nos interessa destacar é que, conforme Grynspan (2012) e Pompeia (2018) nos permitem perceber, com o lançamento do Agriculture and Business Program da HBS, em 1956, fundou-se um centro irradiador do termo e de uma dada concepção social e política que pautou o debate na sociedade civil e na sociedade política, no interior dos Estados Unidos e em diversos outros países do mundo (alvos preferenciais dos interesses corporativos da indústria norte-americana de insumos, produção, processamento e comercialização de alimentos, fibras e biocombustíveis). Com a crescente visibilidade do programa e do tema, além de um curso MBA, foi criado o célebre Harvard Agribusiness Seminar, visando justamente ser um espaço voltado para a formação de executivos estadunidenses e estrangeiros para o desenvolvimento do modelo do agribusiness nacional e internacionalmente. A metodologia consistia no treinamento para a gestão e coordenação dos distintos elos das cadeias produtivas a partir da análise de casos concretos que eram

discutidos e analisados pelos participantes. Ganhando visibilidade ao longo dos anos, além de receber empresários de distintas procedências e ramos agroindustriais, os seminários de Harvard passaram a contar com participantes assíduos que retornavam a cada ano, como foi o caso de alguns representantes brasileiros e argentinos, particularmente Ney Bittencourt de Araújo e Hector Ordoñez. Como organizações participantes ou patrocinadoras dos seminários, destacaram-se Coca-Cola, Cargill, Bunge, Monsanto, John Deere, Nestlé, McDonald's, Walmart, FAO, Banco Mundial e empresas brasileiras como Agroceres, JBS e BRF. Com isto o seminário se consagrou como um importante espaço de articulação internacional de interesses, sendo não só um centro de formação e atualização de novos executivos, mas também um estratégico lócus de novos negócios.

### **3.2.2. A fundação do PENSA: um programa de agribusiness no Brasil**

Conforme vim destacando até aqui, a difusão e institucionalização do termo e do modelo de produção do agronegócio no Brasil teve como marco principal o início da década de 1990. Antes mesmo da fundação da ABAG, o lançamento da noção no meio acadêmico cumpriu um papel fundamental de transposição de uma circulação restrita do termo a alguns poucos representantes empresariais, acadêmicos e da imprensa para ganhar uma visibilidade mais pública, consolidando um campo de estudos científicos do agronegócio e contribuindo para o uso do termo de forma mais corrente na sociedade brasileira. Neste processo, Ney Bittencourt de Araújo cumpriu um destacado papel, não apenas se apresentando como principal porta-voz da boa nova do agribusiness, mas também por ter sido, através de sua trajetória, que se estabeleceu, em grande medida, um dos principais elos de ligação do mundo empresarial e acadêmico brasileiro com a rede de estudos em agribusiness irradiada a partir da HBS.

Como filho de um agrônomo que era professor da mesma instituição em que ele se formou (a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, hoje parte da Universidade Federal de Viçosa-MG), Araújo herdou de seu pai não apenas uma das mais importantes companhias de genética agropecuária do país, a Agrocere, como uma estratégica rede de contatos acadêmicos e empresariais nos EUA. O pai, Antonio Secundino de Jesus, depois de ter realizado estudos no Iowa State College (mesma instituição onde John Davis se graduou), trabalhou na empresa norte-americana General Mills, assessorou o Ministério da Agricultura nas relações com os EUA e celebrou negócios da Agrocere com colegas da General Mills e com Nelson Rockefeller. Assim, nos anos 1970, através destas conexões, Araújo realizou um curso de administração na American Management Association e participou de sua primeira edição dos seminários de agribusiness da HBS, iniciando uma série de contatos com Ray Goldberg que incluíram o financiamento para que outros membros da equipe da Agrocere (Decio Zylbersztajn, Ivan Wedeckin e Luiz Antonio Pinazza) participassem dos seminários da HBS e da construção de um novo campo de estudos acadêmico e científico no Brasil associado ao modelo produtivo do agronegócio (GRYNZSPAN, 2012).

Este núcleo de intelectuais da Agrocere participou ativamente tanto do processo de fundação da ABAG, como do processo de concepção e propaganda da proposta do PENSA. A este respeito Wedeckin se recorda do capital político e intelectual reunido por Araújo na equipe dirigente de sua empresa. Segundo o então funcionário da Agrocere:

O Ney tinha um investimento, digamos assim, um conjunto de pessoas que passaram pela Agrocere, o Tejon na comunicação, o Coriolano na comunicação, o próprio Decio Zylbersztajn da USP trabalhou na Agrocere inclusive comigo na assessoria econômica, depois em uma empresa de biotecnologia, o Pinazza que continua como diretor da Agrocere. Então o Ney deu um guarda-chuva para um grupo de profissionais extremamente importantes. E nós sempre tivemos uma preocupação de apoio à classe (WEDECKIN, 2012: 11)

Dessa maneira, o PENSA foi fundado no mesmo ano em que a equipe da Agrocere lançou o celebre livro “Complexo Agroindustrial: O *agribusiness* brasileiro”, que buscava



instrumentalizar o referencial teórico e metodológico sobre agribusiness desenvolvido em Harvard e passou a ser amplamente reconhecido como primeira publicação a introduzir o termo no país (LACERDA, 2009). Contando com assessoria direta de Ray Goldberg no contexto de sua visita ao Brasil em 1990, Decio Zylbersztajn, após se tornar professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), passou a liderar a fundação do programa a partir de um vínculo com esta instituição. Nascido no bairro paulistano do Bom Retiro, Zylberstajn é filho de comerciantes e imigrantes judeus vindos da Europa durante a 2ª Guerra Mundial. Tendo feito sua formação escolar na rede pública da cidade de São Paulo, ele se mudou para Piracicaba para cursar a graduação em Agronomia na ESALQ/USP. A respeito da importância desta instituição em sua trajetória profissional e acadêmica, na ocasião em que recebeu o Premio Deusa Ceres, como agrônomo do ano de 2018, fez referência a duas importantes lideranças que a influenciaram, Ney Bittencourt de Araújo e Antonio José Rodrigues Filho, pai de Roberto Rodrigues e fundador da OCB:

Um deles, chama-se, doutor Toninho Rodrigues, pai do Roberto Rodrigues, que um certo dia abre as portas para um jovem estudante de agronomia como eu e me leva para um congresso em Brasília sobre o cooperativismo. O doutor Toninho Rodrigues abriu as portas para mim para um mundo de atuação e pesquisa que até hoje eu não deixei, o estudo das cooperativas agrícolas. O outro nome é Ney Bittencourt Araújo, que foi um grande líder do Agro brasileiro, criador da ABAG. Esse homem tem toda a importância na minha carreira porque ele abriu as portas para mim da universidade. Veja, um empresário aponta para mim o caminho a ser seguido na universidade (ZYLBERSZTAJN, 2009).

Outra personagem fundadora do PENZA foi Elizabeth Farina, que realizou sua graduação e pós-graduação na FEA/USP, rapidamente ingressando como docente na mesma instituição. A partir da década de 2000, a professora e pesquisadora intensificou sua atuação em outras áreas do setor público e privado. Desde então, foi presidente do Conselho de Administração e Desenvolvimento Econômico do Governo Federal (CADE), presidente da União das Indústrias da Cana de Açúcar (ÚNICA), Conselheira da Bonsucro e diretora presidente da Tendências Consultoria Integrada.

A consagração destes dois professores como fundadores do PENSA, de alguma maneira, respondia à tendência de intensificação dos laços entre o campo da agronomia e o campo da economia. Embora, trate-se de áreas do conhecimento que sempre estiveram em diálogo, a proposta encarnada pela dupla fundadora do PENSA visava conferir um novo sentido a essa relação, intensificando a subordinação da técnica agrônômica ao cálculo dos custos de transação e ao imperativo da busca pela máxima geração e captura de valor por parte dos diferentes atores das cadeias de produção agroindustrial.

Esta orientação refletia uma tendência que vinha se acentuando desde a década de 1970 nas principais escolas de agronomia do país, particularmente no caso da ESALQ, de onde sairia boa parte do núcleo de pesquisadores que contribuíram direta e indiretamente para a fundação do PENSA, no interior da FEA: a crescente interdependência da produção agropecuária com outros ramos da indústria química, biotecnológica, auto-motriz, da logística e da distribuição. A este respeito, Molina e Sanfelice (2018) apresentam farta pesquisa documental sobre as transformações acadêmicas e institucionais na ESALQ no contexto da ditadura militar. Os autores demonstram como este período reforçou o caráter classista e seletivo desta escola através da análise da chamada Lei do Boi, um decreto federal de 1968 que estabeleceu “cotas” de 50% para filhos de “trabalhadores rurais” em todas as escolas de agronomia do país. O que os autores destacam é que, sem maiores controles e regulamentações, a norma visava, na prática, favorecer os filhos de grandes produtores e proprietários rurais que acessavam o ensino superior se passando por filhos de “trabalhadores rurais”. Já os reais filhos dos “trabalhadores rurais”, por, na época, serem em sua maioria analfabetos, não puderam efetivamente usufruir desta política que supostamente era destinada a eles. Além disso, neste período, a ESALQ contou com significativos convênios e parcerias com instituições e universidades com sede nos Estados Unidos, incluindo o USDA e o Banco Mundial. Outra importante fonte de financiamento passou a ser as fundações de direito

privado, como a Fundação Luiz de Queiroz, criada em 1982. Estes programas visavam desenvolver um ensino e uma pesquisa aplicados e direcionados aos interesses do setor privado. Assim, consolidou-se uma reforma que promoveu diversos movimentos no sentido da diversificação da estrutura curricular da ESALQ a partir da aproximação com outros campos do conhecimento, que, em um primeiro momento, concentraram-se na incorporação de um diálogo com a tecnologia industrial a jusante e a montante da produção agropecuária e, em um segundo momento, passaram a incluir cada vez mais o contato com o campo da economia, do direito, da administração, da comunicação e das ciências sociais no sentido de desenvolver habilidades técnicas e intelectuais de gestão de negócios agroindustriais (MOLINA e SANFELICE, 2018).

Portanto, a fundação do PENSA ainda nos primeiros anos de retorno a uma experiência democrático-liberal, condensou a crescente tendência de integração da agronomia com outros campos do conhecimento, sob a perspectiva teórica e metodológica de uma categoria – o agribusiness – desenvolvida no âmbito de uma escola de negócios norte-americana – a HBS – e que, naquele momento, era promovida no Brasil justamente a partir da fundação de um núcleo de ensino e pesquisa sobre o tema no interior da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo por um significativo número de agrônomos formados pela ESALQ. O apoio de Araújo a abertura deste flanco de ação política no mundo acadêmico foi inequívoco, reproduzindo aquilo que George Muffet havia feito no momento de criação do programa de Agriculture and Business da HBS (POMPEIA, 2018).

Após alguns meses de funcionamento, em 1992, o PENSA reunia um total de 27 pesquisadores dedicados aos seus projetos, com expectativa de formar seus primeiros alunos no ano de 1994. Seu escopo de atuação, desde o início, incluiu tanto atividades de ensino de pós-graduação (*stricto e lato sensu*), como de pesquisas teóricas, metodológicas e de estudo

de caso. Dessa maneira, Decio Zilberstajn e Samuel Ribeiro Giordano<sup>25</sup> – empresário e destacado pesquisador associado ao PENSA –, realizando um primeiro balanço dos trabalhos do programa, expunham a visão que motivou a sua fundação, bem como seus principais objetivos e prognósticos para o desenvolvimento de um campo de estudos e pesquisas em agribusiness no Brasil e na América do Sul:

A razão principal que nos levou, um professor universitário e um consultor privado, a discutir este assunto demonstra um dos vieses mais importantes em direção à construção do programa de Agribusiness da Universidade de São Paulo: o entrelaçamento do setor privado com a universidade em todos os seus passos. É nossa profunda convicção que por trás deste conceito tanto na Educação em Agribusiness, quanto em outros campos de aplicação, estamos constantemente lidando com um processo que se move em ambas as direções, tanto da universidade, quanto para ela (ZYLBERSZTAJN E GIORDANO, 1992: 22).

Analisando as tendências econômicas do momento para a produção agroindustrial brasileira, os dois pesquisadores do PENSA apresentavam uma agenda de pesquisas que, não à toa, se confundia com demandas e propostas para uma agenda de políticas públicas, que pode ser resumida segundo três questões. Em primeiro lugar, os autores abordavam as tendências para um processo de desregulamentação econômica que vinha sendo implementado pelo governo federal naqueles primeiros anos da década de 1990. Isto estaria exigindo novos esforços de adaptação por parte dos produtores rurais para se adequarem às novas condições de abertura ao mercado global e frente ao fim de algumas importantes instituições reguladoras do Estado, como o Instituto Brasileiro do Café e do Instituto do Açúcar e do Alcool, dentre outros. A segunda pauta levantada era a questão dos investimentos públicos, seja para o financiamento da produção, seja para o seu escoamento através de novos programas para o melhoramento da infraestrutura para o transporte de mercadorias e pessoas, em que o problema dos gargalos existentes nos principais corredores de exportação do país se apresentava como desafio estratégico para o desenvolvimento do

---

<sup>25</sup> Agrônomo pela ESALQ, especialista em engenharia de fontes renováveis e doutor em geografia humana pela USP. Apesar de nunca ter sido docente desta universidade, atuante prioritariamente no mercado privado, é reconhecido como um membro histórico do PENSA, pois ao longo de suas três décadas de existência atuou junto ao programa através de convênios com a FIA e com a Universidade Illy Café. Além de ministrar e dirigir cursos e pesquisas junto a este programa, também tem passagem docente pela Universidade Mackenzie e por diversas empresas com envolvimento na produção agroindustrial.

agronegócio. Já a questão do comércio internacional, foi o terceiro tema de pesquisa abordado. Neste caso os autores visavam o debate sobre outras políticas públicas para o setor, particularmente no que se referia a dois problemas específicos. De um lado, as negociações a respeito de barreiras tarifárias e políticas comerciais com os governos dos principais países importadores do Brasil. De outro lado, a preocupação sobre o relacionamento e engajamento do país na construção dos chamados blocos regionais, especialmente após a fundação do Mercosul em 1991. Finalmente, também foi abordada a questão da inovação tecnológica. Aqui, muito embora Zylbersztajn e Giordano (1992) apontassem para a necessidade do investimento em pesquisa na área das “ciências duras”, como afirmam os autores, particularmente no que consiste ao uso da biotecnologia, é destacada a importância das novas tecnologias da informação e de gestão, que constituiriam, justamente, o foco e a novidade do PENSA e do então nascente campo da Educação em Agronegócios, objetivando ganhos de produtividade através da redução dos custos de transação das diferentes cadeias de produção agroindustrial. Neste sentido, na visão de Zylberstajn e Giordano, os Programas em Agribusiness deveriam focar não apenas na dimensão agroindustrial, mas na dimensão da gestão dos negócios. Isto conferia um salto significativo em relação a importantes estudos desenvolvidos ao longo das décadas de 1970 e 1980 em importantes centros universitários paulistas (USP e Unicamp), particularmente em suas escolas de agronomia.

Neste documento, os dois pesquisadores do PENSA ainda explicitavam aquilo que eles promoviam como “o conceito de educação” utilizado pelos programas de agribusiness, notadamente o da HBS. Segundo Zylberstajn e Giordano:

Se, por um lado, reconhece-se que a universidade deva desempenhar seu papel desenvolvendo pesquisa, educação e extensão dos resultados à sociedade, o programa também reconhece que existem dois aspectos geralmente negligenciados, que são básicos para as suas atividades: 1) A educação é uma estrada de mão dupla, onde a Universidade também aprende do setor privado. 2) Os estudantes são estimulados a participar em todas as atividades conduzidas, tais como gerenciamento financeiro, organização de seminários, participação em pesquisa básica e na condução de estudos de caso. (...) O objetivo é, portanto, o de adotar um conceito estendido de educação, onde o processo de aprendizado pelo estudo é

quase que imediatamente seguido pelo aprendizado pela ação (ZYLBERSZTAJN E GIORDANO, 1992: 24).

Dessa maneira, em primeiro lugar, embora a alegação seja de que o conceito de educação adotado fosse estendido, incluindo uma permanente troca da universidade com segmentos sociais fora de seus muros, na prática, como é possível perceber daquilo que está implícito na fala dos dois pesquisadores, a perspectiva adotada visa um foco bastante específico e particular da sociedade, o “setor privado”. Além disso, o segmento da sociedade em destaque – o setor privado – apesar de tratado difusamente como a totalidade dos interesses organizados na sociedade civil, também era apresentado em contraposição ao que seria o papel da universidade “desenvolvendo pesquisa, educação e extensão dos resultados à sociedade”, reforçando o caráter restrito deste conceito de educação, direcionado a um setor bastante específico da sociedade. Em segundo lugar, por outro lado, a proposta educativa encarnada pelo PENSA de fato promovia uma formação ampla, humanística e generalista que privilegiava saberes de articulação entre teoria e prática, associados ao trabalho intelectual, demarcando a cisão da dominação em relação a um trabalho mais estritamente técnico, manual, trabalhado e difundido em outras modalidades de formação agrônômica voltadas para pequenos produtores e trabalhadores rurais; e confirmando a vocação originária do PENSA como centro de reprodução de dirigentes de determinadas frações da classe dominante brasileira, particularmente paulista.

Nesta perspectiva, nos seus primeiros anos de funcionamento, o PENSA esteve dividido em três frentes principais de atuação. A primeira, mais associada ao ensino, consistia no oferecimento de três cursos de pós-graduação sobre os seguintes temas: Estratégias Corporativas de Agribusiness, Marketing de Agribusiness e Finanças em Agribusiness. Em segundo lugar, o PENSA, desde o início já realizava alguns Estudos de Caso e Cursos in-house, nos mesmos moldes da HBS. Estas modalidades de pesquisa e ensino consistiam no

estudo, “sob encomenda”, de uma situação específica de um negócio real. Assim, os Estudos de Caso, ao integrarem no processo de pesquisa professores, alunos e empresários, não apenas atenderam a demandas privadas, como fizeram parte do desenvolvimento da metodologia básica do PENSA, informando seus cursos de formação lato e stricto sensu e a produção de teses e dissertações. Finalmente, em terceiro lugar, os Seminários de Agribusiness do PENSA também seguiram os passos da referência da escola de Harvard, buscando apresentar e discutir com um público de executivos do setor público e privado os principais resultados das pesquisas, estudos de caso e estudos temáticos realizados pelo programa. No segundo ano de existência do PENSA, o tema principal do Seminário realizado foi “A Inserção Internacional do Agribusiness Brasileiro”.

Nos mesmos moldes da experiência desenvolvida no programa de agribusiness de Harvard, o PENSA, desde o início, também procurou se consolidar como espaço de articulação de atores internacionais. Nesta perspectiva, Zylbersztajn e Giordano (1992), valorizavam a proposta dos Seminários PENSA de reunir pesquisadores das Universidades de Harvard nos EUA, Wageningen na Holanda e do Centro de Investigaciones Economicas do Uruguai, dando relevo ao papel destes encontros como espaços de sociabilidade de alcance nacional e internacional, com vistas à articulação e difusão de conhecimentos no campo dos estudos sobre agribusiness entre atores provenientes de outras regiões do Brasil e da América Latina junto às cadeias globais de produção e comercialização agroindustrial. Foi assim que Ray Goldberg permaneceu como um dos principais interlocutores internacionais do programa junto a outros representantes da IFAMA, compondo o seu Conselho de Orientação do PENSA e marcando presença em diversas visitas, reuniões e palestras. Também foram realizados convênios e intercâmbios com importantes centros de estudo sobre agronegócio no Cone Sul, na Europa e nos EUA. Em um deles, a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), financiava estágios em universidades estrangeiras, cuja finalidade era

expor os estudantes do PENSA “ao ambiente externo do agribusiness” (ZYLBERSTAJN E GIORDANO, 1992, p. 25). Atualmente, o programa celebra acordos de intercâmbio de alunos e professores com a Wageningen University, na Holanda (PENSA, 2020). Além disso, conforme abordaremos na sequência, a presença do argentino Hector Ordoñez nos seminários do PENSA (LACERDA, 2009) e, em seguida, de outros professores do PAA/FAUBA, contribuiu de maneira determinante para a fundação e difusão de programas de agribusiness nas universidades argentinas. Dessa maneira, ao longo dos anos 1990 e 2000 o PENSA se consolidou como uma das principais referências no campo da educação em agribusiness no Brasil, em particular, mas com um claro alcance internacional, contribuindo na conexão entre os intelectuais estadunidenses da HBS e a sua vizinhança sul-americana, com especial destaque para os países do Cone Sul.

Finalmente, seu vínculo ambíguo com a universidade pública através da FEA/USP, onde seus principais pesquisadores estão, em sua maioria, abrigados, permitiu-lhes uma significativa produção de teses e dissertações, mas também autonomia política, institucional e financeira para atuar em outras frentes de ensino, pesquisa e extensão, particularmente com os estudos de caso e os cursos *in-house*<sup>26</sup> realizados a partir de convênios com determinadas empresas. No que se refere ao financiamento de suas atividades, para além dos seus pesquisadores disputarem os recursos públicos provenientes das estruturas estaduais e federais de fomento à pesquisa (universidades e agências de fomento), o PENSA conta com formas de autofinanciamento, como a cobrança de cursos lato sensu através de fundações universitárias de direito privado, e o oferecimento de diversos tipos de consultoria privada. A título de exemplo, uma simulação para o MBA Gestão de Agronegócios – Estratégia, Transformação e Tecnologia do PENSA em parceria com a Fundação Instituto de

---

<sup>26</sup> Os estudos de caso são realizados em convênio com as empresas objeto da pesquisa com a suposta finalidade de identificar possibilidades, limitações e aprendizados com seus modelos de negócios. Os cursos *in-house*, por sua vez, são fornecidos no formato de especialização MBA elaborado e realizado com objetivo específico de atender às empresas que contratam este tipo de formação. Seu público alvo não os próprios diretores e gerentes da firma, sendo suas atividades desenvolvidas no interior de suas instalações.



Administração (FIA), no ano de 2020, revelou um custo de R\$ 12.800,00 por aluno participante<sup>27</sup> (FIA, 2020). Como apontam Pinto (2010) e Mendonça (2017), criado numa conjuntura de surgimento dessas fundações de apoio junto às universidades públicas do país, o PENSA também foi pioneiro no uso dessas fontes de recursos, beneficiando-se das instituições do gênero atuantes na USP, particularmente a FIA, ligada diretamente à FEA, e à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Cultural, Contábil, Atuarial e Financeira (FIPECAFI). Esta questão não passou à margem de intensos debates que foram travados no interior das universidades públicas a respeito deste modelo de financiamento, sendo denunciado, através, por exemplo, da Associação de Docentes da USP (ADUSP), pelo caráter privatizante das instituições públicas de ensino e do conhecimento produzido no interior delas (LACERDA, 2009; PINTO, 2010; MENDONÇA, 2019). Outra fonte privada de financiamento do PENSA advém de seus convênios com a multi-nacional Illy Caffé, que se iniciaram em 1992, quando o fundador da empresa, o italiano Ernesto Illy, teria entrado em contato com Zylbersztajn para estabelecer uma parceria com o Programa. Desta relação, não só foi desenvolvido um dos primeiros Estudos de Caso do PENSA, abordando o sistema agroindustrial do café brasileiro, como se desdobrou em 2000 na fundação de uma universidade corporativa, a Universidade do Café, projeto que já era desenvolvido pela Illy Caffé na sua sede mundial em Trieste, na Itália. Os responsáveis pelo desenvolvimento desta iniciativa têm sido liderados por Samuel Ribeiro Giordano e Christiane Leles Rezende<sup>28</sup>. A respeito deste relacionamento, os dois editores das publicações institucionais da Universidade do Café afirmam que, ao longo do tempo:

Estabeleceu-se uma frutífera relação de confiança entre a Illycaffè e a USP, traduzida em várias atividades acadêmicas como dois estudos de caso e um projeto

---

<sup>27</sup> FIA. MBA Gestão de agronegócios, estratégia, transformação e tecnologia. Disponível em: <https://www.fiaonline.com.br/mba/gestao-de-agronegocios-estrategia-transformacao-e-tecnologia> Acess: 10, nov, 2020.

<sup>28</sup> Agrônoma pela UFG, realizou mestrado e doutorado na USP, em Nutrição Animal e na FEA/USP, onde foi orientanda de Decio Zylbersztajn. Atua junto a consultorias econômicas e como professora e pesquisadora do PENSA através de seus convênios junto à FIA, FIPE, FECAP. Tem atuado também como um dos principais nomes do PENSA na direção da Universidade do Café.

de universidade corporativa, além de vários artigos e palestras. A Illycaffè possui sua rede de atuação no Brasil e no mundo bem como o PENSA. Dessa forma, sempre que necessário, o PENSA aciona sua rede de relações acadêmicas empresariais e de pesquisa no Brasil e no exterior para atender, da melhor forma possível, as demandas existentes (GIORDANO E REZENDE, 2003: 7).

Assim, comemorando em 2020 trinta anos de existência, o PENSA se definia como um Programa dedicado à “gestão e coordenação de agronegócios”, atuando “nos cenários nacional e internacional, desenvolvendo a excelência em pesquisa, capacitação e consultoria”. Estrutura-se em forma de rede, buscando “a colaboração de professores, consultores, pesquisadores, empresários e demais agentes ligados ao agronegócio”. Seu marco conceitual está baseado na Nova Economia Institucional (NEI), que contempla “a análise das instituições que delimitam as regras do jogo nos mercados e na sociedade” e permite a compreensão “de setores, grupos estratégicos e estruturas de mercado” (PENSA, 2019). Dentro desta perspectiva, além de desenvolver inúmeras pesquisas publicadas na forma de teses, dissertações e estudos de caso, através de seus cursos de educação continuada em parceria com a FIA, o PENSA afirma ter atendido a “mais de 10.000 executivos e lideranças do agronegócio brasileiro”, “fornecendo a necessária comunicação entre a academia e o mundo corporativo” (PENSA, 2020).

### **3.2.3. A fundação do PAA: o agribusiness na academia argentina**

A construção do campo de estudos científicos do agribusiness na Argentina se desenvolveu em seguida ao lançamento do PENSA no Brasil. Ao longo da década de 1990, os principais professores do agribusiness argentino atuaram de forma ativa em importantes postos do Estado, da academia e do mundo empresarial, atuando com protagonismo na difusão política, econômica, social e simbólica do modelo do agronegócio. Reunindo uma boa parte dos mais destacados pesquisadores deste campo, o Programa de Agronegocios y

Alimentos da Facultad de Agronomía da Universidad de Buenos Aires (PAA/FAUBA) foi fundado em 1999 e desde então tem sido reconhecido como um dos principais programas de pós-graduação em agribusiness do país, havendo contribuído de forma determinante para a difusão e institucionalização do termo e do modelo de produção do agronegócio na Argentina.

Neste sentido, as origens do PAA remontam às conexões de seus professores com a rede política e acadêmica internacional da IFAMA. Através de seu primeiro diretor, Hector Ordoñez, o programa da FAUBA foi criado por meio de estreitas relações com outros centros internacionais de ensino e pesquisa em agronegócio. Seu principal vínculo com esta rede se deu através da participação de Hector Ordoñez nos seminários PENSA, onde o professor argentino foi apresentado a Ray Goldberg por Decio Zylbersztajn, então coordenador do programa brasileiro (LACERDA, 2009). A partir daí Ordoñez passou a frequentar também os seminários de agribusiness da HBS e sua tese de doutorado foi desenvolvida na pós-graduação de Negócios Internacionais da Universidad de Belgrano. Este trabalho se tornou a principal referência bibliográfica das pesquisas sobre gestão dos agronegócios na Argentina (ORDOÑEZ, 2000)

Além disso, o agrônomo argentino percorreu uma significativa carreira no mercado privado, atuando em grandes empresas e negócios relacionados à indústria de insumos e à produção agropecuária na região pampeana. Por isso, prestou diversos tipos de consultoria administrativa a empresas como Pioneer, Agrolatina, Novartis, Grupo El Tejar, Aceite Fino, Ser Beef, entre outras, além de ter sido proprietário e diretor técnico da produtora de sementes Semillero Las Lomas e membro da diretoria de Bioceres e Los Grobo. Também ocupou lugar estratégico como assessor de Felipe Solá quando este esteve à frente da Secretaria de Agricultura de La Nación durante o governo de Carlos Menem, onde cumpriu um papel chave no debate sobre a tramitação da aprovação da soja transgênica e na

aprovação de regulamentações e certificações de origem para a agropecuária argentina. Faleceu no ano de 2006 (LIAUDAT, 2018).

Sobre a influência do PENSA na fundação do PAA, Fernando Vilella<sup>29</sup>, outra importante liderança do programa, decano da FAUBA nos seus primeiros anos de funcionamento, em prólogo de apresentação de uma publicação em conjunto com o PENSA, intitulada “*Agronegócios en Argentina y Brasil: Una estrategia conjunta y una visión de futuro*”, descreveu da seguinte maneira a relação entre eles:

Nuestro programa siempre ha tenido una estrecha y amistosa relación con el PENSA de la USP. En 1998 al comienzo de mi gestión como decano me acercan Hugo Cetrángolo y Héctor Ordoñez. En esa primavera por invitación de Decio Zylberstajn y Ordoñez, asisto a un seminario PENSA y allí viendo en acción los académicos, empresarios y funcionarios me termino de convencer de la necesidad que había en la Argentina y en nuestra FAUBA de un programa de dichas características (VILELLA, 2007).

Como resultado desta “amistosa relação”, esta publicação da editora da FAUBA reuniu em 2007 estudos realizados no âmbito do PENSA e do PAA que, segundo o próprio autor, deveriam ter “validez en los próximos años para estudiantes de grado y posgrado, empresarios, formuladores de políticas públicas y funcionarios ministeriales” (VILELLA, 2007).

O núcleo fundador do PAA foi conformado por três professores: além dos já citados Ordoñez e Vilella, temos também Hugo Cetrángolo<sup>30</sup>. Estas lideranças foram parte de uma

---

<sup>29</sup> Engenheiro Agrônomo pela Universidad de Buenos Aires (UBA), Vilella tem atuado como consultor privado junto a diversas instituições. Foi membro das Comissões Diretivas de MAIZAR, ETICAGRO, Associação Argentina de Biocombustíveis e Hidrogênio e a Fundação Pro-Antártida. Presidente da Fundação Alimentos Argentinos e diretor da IFAMA de 2007 a 2010. Além disso, foi subsecretário de Assuntos Agrários da Província de Buenos Aires (2007-2008). Na academia, foi diretor do Programa de Agronegócios e Alimentos e Professor da Cátedra de Agronegócios da Facultad de Agronomía da UBA, decano da Facultad de Agronomía da UBA desde 1998 até 2006; coautor das novas carreiras de Licenciatura em Ciências Ambientais, Gestão de Agroalimentos e Produção Vegetal Orgânica. Professor de disciplinas nos cursos de mestrado de: Agronegócios, Produção Vegetal, Saúde Pública e Agrometeorologia, todas da UBA, y do Mestrado em Melhoramento Vegetal da Universidad de Rosario. Coordenou diversos projetos de pesquisa, de consultoria e convênios de cooperação científico-tecnológicos.

<sup>30</sup> Engenheiro Agrônomo pela UBA. Mestre em Política e Gestão da Ciência e da Tecnologia pela UBA e Doutor em Economia Agrária e dos Recursos Naturais pela Universidad Politecnica de Madrid. Foi professor da Universidade Luterana do Brasil, da Univeridade de Bologna, Universidad Blas Pascal (Córdoba, Argentina), da Universidad de San Adres (Buenos Aires) e professor titular da FAUBA. Foi presidente do INTA (2001-2002),

geração de estudantes da Faculdade de Agronomia da Universidad de Buenos Aires formados no princípio dos anos 1970 que inclui também importantes nomes da sociedade civil e da sociedade política quanto ao tema da produção agroindustrial nacional, como Hector Huergo e Felipe Solá<sup>31</sup>.

O propósito destes intelectuais com a fundação do PAA era tornar-se um ponto de articulação tanto entre o mundo acadêmico e o setor empresarial, quanto entre redes de conhecimento internacional, empresas multinacionais, atores do mercado financeiro e produtores rurais presentes em distintas localidades do território nacional. Nesta perspectiva, o Programa se constituiu como:

(...) un espacio donde coexisten la docencia, la investigación, la consultoría, la transferencia al medio y la red relacional a fin de responder a la necesidad de generar capital social dentro del sistema de agronegocios, que es el más dinámico y competitivo de la economía argentina. El PAA se propuso trabajar desde su fundación con la visión de liderar y ser el nudo coordinador de una red de creación, aplicación y difusión de conocimiento en los agronegocios y alimentos a nivel latinoamericano y con expansión global. Los principales activos específicos para el PAA son los talentos humanos partícipes de la organización y la capacidad que tienen de relacionarse con el sector de los agronegocios y alimentos (SENESE NEYRA, 2009, p. 2).

Como é possível perceber de diversas publicações de seus professores, a intensificação do relacionamento entre a universidade – pública – e o setor privado tem sido valorizada como mecanismo fundamental da produção, da inovação e da divulgação científica desenvolvida pelo PAA. A respeito deste processo, a tríade fundadora do PAA também exaltava, em artigo publicado na revista do IFAMA no ano 2000, estas transformações institucionais como ponto de partida para o desenvolvimento de um novo campo de estudos na Argentina, especialmente voltado para a formação profissional e a compreensão e inovação de técnicas de gestão aplicadas à administração das cadeias globais de produção agroindustrial:

---

diretor nacional de produção agropecuária e diretor nacional de planejamento e avaliação da Secretaria de Ciência y Tecnología do governo nacional.

<sup>31</sup> Além de serem da mesma geração de alunos formados pela FAUBA que Ordoñez, Huergo se tornou fundador e editor chefe do Caderno de Imprensa Rural mais reconhecido na Argentina (El Clarín Rural), enquanto o segundo foi Secretário de Agricultura de la Nación por duas ocasiões durante o governo de Carlos Menem, entre 1989 e 1991 e 1993 e 1998. Solá também foi governador da Província de Buenos Aires entre 2002 e 2007 e recentemente foi Ministro das Relações Exteriores nos primeiros meses do governo de Alberto Fernandez.

The Food Agribusiness Program, created in 1998, is also undergoing the same transformation process, with the purpose of being a medium of knowledge generation, diffusion and application over agricultural, industrial and commercial comparative advantages so as to create competitive advantages for Argentine food. Therefore, it is essential the education of human resources in accordance with actual dynamics. The competitive re-engineering of companies involved in the agrifood system requires as basic condition a new professional profile and the transformation of human resources. This Program Direction considers that a permanent professional education and training is necessary to develop the abilities that allow new knowledge creation applicable to prevent business scenery (CETRÁNGOLO ET AL, 2000, p. 3).

Nesta concepção dos propósitos do PAA a preocupação com o uso das vantagens comparativas para criação de vantagens competitivas aparece no centro do seu discurso. Derivado daí encontra-se ainda uma grande preocupação com as certificações de origem e qualidade dos produtos. A criação de tais vantagens dependeria fundamentalmente da produção de conhecimento, que, segundo os autores, era entendida como um “processo social” ou uma “ação coletiva” de construção de um novo paradigma de negócios para a produção agropecuária:

El PAA promueve una Argentina abierta al mundo, democrática, con vigencia del estado de derecho, reglas de juego de mercado y un perfil de país que se desarrolle competitivamente en la sociedad del conocimiento, a partir de las ventajas comparativas, promoviendo la innovación y el respeto al derecho de propiedad; con el objeto de plantear alternativas de reingeniería, de co-innovación, de cambio de paradigma en los agronegocios (SENESE E NEYRA, 2009, p. 3)

Assim, percebe-se ainda uma forte preocupação com o ambiente político da Argentina para a promoção de uma agenda de Estado e de governo para o “cambio de paradigma”. Além de uma clara importância conferida ao papel da universidade pública em sua promoção, a defesa de um dado ambiente democrático e de negócios sugere um alinhamento à agenda neoliberal. Neste sentido, uma Argentina “aberta” seria um país voltado para a exportação, ou seja, para o mercado internacional. Além disso, o destaque à questão democrática e aos direitos de propriedade denota uma preocupação por garantir um ambiente de negócios com maior segurança jurídica e melhores condições de investimento no setor. Mais que promover a desregulamentação da economia, o que se buscava era a valorização de políticas públicas

que fossem mais favoráveis ao novo modelo de negócios e à defesa da propriedade da terra e do capital.

A criação do PAA correspondia também a uma tendência de transformações das principais instituições científicas do campo da agronomia, que vinha se intensificando desde os primeiros tempos da modernização agroindustrial dos anos 1960 e 1970, valorizando a análise intersetorial das diferentes cadeias produtivas da agricultura nacional. Respondendo aos novos contextos sociais e econômicos conformados pelo processo de modernização produtiva, e impelida pelas principais lideranças do empresariado rural nacional, a FAUBA deu início nos anos 1980 a um processo de reforma curricular que buscava justamente adequar o seu trabalho de formação e pesquisa às novas demandas da produção agroindustrial (FAUBA, 2005). Consolidada em meados da década de 1990, a reforma curricular da FAUBA não apenas incluiu uma maior conexão com os campos da engenharia e da biotecnologia, como abriu as portas para uma intensificação do diálogo com as ciências humanas a partir do campo da economia, do direito e da administração, mas também incluindo a área do marketing, da psicologia, da geografia e das ciências sociais aplicadas, estabelecendo o ambiente onde foram gestadas as articulações para a criação de um novo programa voltado para a gestão dos negócios da produção agrícola. Este processo é verificado tanto pelas características dos docentes do PAA, como destacaremos mais adiante, quanto pela diversidade no perfil de seu corpo discente. Neste caso, por exemplo, Liaudat atestou significativos índices de estudantes do PAA que foram provenientes de outros campos disciplinares. No ano letivo 2002/2003 foram contabilizados entre seus alunos 55% de Agrônomos e 35% de formados em Economia, Administração ou Contabilidade, registrando-se ainda 5 % de representantes da Química e da Engenharia Industrial (LIAUDAT, 2009: 11). Marcando também uma diversidade nacional, em 2007, no curso de Mestrado, foram registrados 35% de estudantes de outros países latino-americanos. No mesmo ano, o curso de

Mestrado tinha 20 % de seus estudantes provenientes do setor público, sendo a maior parte do restante vinculado a grandes empresas nacionais, como Quickfood, Los Grobo, Sancor, La Nación e Clarín, e multinacionais, como Bayer, Arcor, Monsanto, Citibank, Carrefour, Dow e Bunge (SENESI Y NEYRA, 2009: 2).

Suas principais atividades estão estruturadas em três frentes distintas, reproduzindo, dentro de uma perspectiva empresarial, o tripé universitário do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, na área da docência, as atividades do PAA estão voltadas prioritariamente para três cursos de Pós-Graduação: um curso de Mestrado acadêmico em agronegócios (*strictu sensu*), uma Especialização em agronegócios e uma Pós-Graduação em alta-direção de Agronegócios. Além disso, desde os primeiros anos, o PAA leva a cabo uma série de cursos em convênio com outras instituições (empresas, universidades, institutos de pesquisa e órgãos públicos) realizados presencialmente em outras cidades e regiões do país ou mesmo à distância. Este último aspecto nos indica que o PAA foi pioneiro no recurso ao ensino remoto, tendo lançado, em princípios dos anos 2000, um Programa de Educação Executiva à Distância sobre Agronegócios e Alimentos destinado a atender produtores agropecuários e gerentes de empresas de diferentes regiões do país (CETRÁNGOLO ET AL, 2000).

No campo do que eles denominam como “Pesquisa Aplicada” encontra-se não só a produção acadêmica das dissertações de Mestrado, mas também os Estudos de Caso. Frequentemente estes últimos trabalhos servem de material empírico para o desenvolvimento dos trabalhos de conclusão dos cursos ofertados. Desse modo, a produção científica do PAA tem sido condicionada pelas análises realizadas sobre as empresas selecionadas para estudo. O primeiro estudo de caso realizado pelo programa, seguindo o modelo da escola de Harvard, analisou o grupo Los Grobo, dirigido por Gustavo Grobocopatel<sup>32</sup>. Finalmente, as

---

<sup>32</sup> Agrônomo pela FAUBA e presidente do Grupo Los Grobo, mega empresa do agronegócio argentino com presença na região pampeana argentina e em outros países sul-americanos, como Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia. É conhecido na Argentina como “rei da soja” e se declara um “sem terra” (em alusão ao MST), visto



consultorias empresariais intermediadas por seus pesquisadores, completa o tripé das atividades acadêmicas do PAA (SENESI E NEYRA, 2009: 2).

A defesa da intensificação do vínculo entre a universidade e as empresas não é apenas concebida como perspectiva teórica e metodológica para subsidiar empiricamente os estudos sobre os negócios agroindustriais. Não menos importantes são as possibilidades abertas pela realização de cursos, pesquisas e consultorias - realizadas em convênio com determinadas empresas e associações privadas – para, de um lado, tornar-se fonte de financiamento da universidade pública e, de outro, uma forma de desenvolver e difundir conhecimento “sob medida”, atendendo às necessidades de mercado das instituições “conveniadas”. Neste sentido, desde o princípio, a AAPRESID teve uma intensa relação com o PAA. Não apenas por contar com professores do Programa entre seus sócios, diretores e aliados, mas por promover uma série de cursos, eventos e outras iniciativas em conjunto com o Programa da FAUBA. Em 2006, por exemplo, o portal “Agrofy News” publicava uma apresentação institucional do que seria o quarto convênio assinado entre o PAA e a AAPRESID. Segundo a apresentação do próprio Programa, a parceria teria por objetivo a capacitação de executivos que atuam no sistema agroindustrial, acionando o referencial teórico e metodológico desenvolvido em suas pesquisas:

Tanto el PAA como AAPRESID consideran que es necesaria la capacitación permanente de los profesionales de agronegocios para desarrollar las habilidades que permiten la creación de nuevos conocimientos aplicables al escenario de negocios actual. El Convenio tiene por objetivo central capacitar a empresarios, profesionales y funcionarios en el área de los Agronegocios y Alimentos, a partir de una estrategia de formación que armoniza el marco teórico conceptual con la ejercitación operativa y discusión de casos, focalizado en la gestión competitiva de las cadenas agroalimentarias. El campo de análisis e intervención del Convenio es la empresa, las relaciones con el sistema agroalimentario y con el ambiente institucional local e internacional. Este Programa está dirigido a profesionales y empresarios que desempeñan tareas ejecutivas en empresas e instituciones del sistema agroalimentario (FAUBA, 2006).

---

que uma das marcas de sua empresa é o fato de que, a despeito de se tratar de uma das maiores produtoras de grão e sementes oleaginosas da América Latina, Los Grobo é proprietária de uma parcela muito minoritária da área cultivada pela sua produção, sendo a maior parte arrendamento.

O curso entre a AAPRESID e o PAA foi realizado em Rosario, onde está sediada a associação, oferecendo o seguinte conjunto básico de disciplinas ministradas por professores do PAA (Guillermo Toranzos Torino, Claudia Altieri, Hector Ordoñez, Marcelo Regúnaga, Santiago Lorenzati) e de outras instituições (UTN, FLACSO, Psicología UBA): Dirección Estratégica y Planeamiento Empresarial, Marketing y Comunicación, Economía y Gestión de los Sistemas Agroalimentarios, Escenario Agroalimentario Internacional y Mercosur, Gestión de la Calidad, Analisis Organizacional, Negociación, La Siembra Directa y los Agronegocios.

Muito embora a AAPRESID seja bastante reconhecida por sua parceria com a UBA, esta não é a única instituição empresarial do agronegócio a estabelecer convênios com o PAA. Entre 2014 e 2015, Liaudat (2019) rastreou iniciativas semelhantes da FAUBA com a Monsanto, a Asociación de Semilleros Argentinos (ASA), a Bayer e a Asociación Argentina de la Cadena de la Soja (AACSOJA). O objeto de tais convênios visava questões como pesquisas sobre melhoramento genético, aplicação de novas biotecnologias, divulgação de inovações tecnológicas, bolsas, estágios e outras formas de incorporação de pessoal em projetos ou na estrutura própria das empresas.

No plano internacional, para além das estreitas relações com o PENSA e a escola de Harvard na fundação e no referencial teórico-metodológico do programa, o PAA se alinha à mesma rede acadêmica internacional da IFAMA, através da participação de seus professores na sua revista e em seus principais fóruns. Além disso, mais recentemente, o quadro docente do Programa contava com a participação de professores das seguintes instituições internacionais: Guelph University, do Canadá, PENSA/USP do Brasil<sup>33</sup>, Wageningen Ag. University, da Holanda, e Missouri University, Purdue University e Texas A&M, dos Estados Unidos (PAA, 2019).

---

<sup>33</sup> Representado pelos professores Decio Zylberstajn, Elizabeth Farina e Marco Fava Neves.

Dessa maneira, a trajetória do PAA nos últimos vinte anos formou importantes quadros políticos e empresariais do agronegócio argentino. Em 2007 eram contabilizados um total de 1700 estudantes formados pelo PAA desde a sua fundação (SENESI e NEYRA, 2009: 2). Em 2019, vinte anos após sua fundação, haviam sido defendidas um total de 68 teses de Mestrado (PAA, 2019), resultado de um curso fundamentado na “Nueva Economía de Negocios Agroalimentarios” (ORDOÑEZ, 2000) e destinado a “la formación de talentos humanos con alta excelencia académica para la docencia, la investigación y la alta dirección en empresas, ONGs, y el Estado en el ámbito de los Agronegocios” (PAA, 2019).

Embora o PENSA e o PAA não tenham sido as únicas instituições que protagonizaram a construção do campo de estudos científicos do agronegócio no Brasil e na Argentina, sem dúvidas a fundação destes dois programas durante os anos 1990 e o papel cumprido por seus principais intelectuais nas últimas décadas, conferem a eles uma condição estratégica para a compreensão das transformações e conexões internacionais da trama política da hegemonia do agronegócio na América do Sul, bem como do papel fundamental do campo científico e da disputa de suas estruturas materiais, de sua capacidade de formação intelectual e de sua capacidade de legitimação social através de seu poder de definição da verdade científica. Além de estarem inscritos na mesma rede internacional de estudos acadêmicos irradiada a partir da HBS, através da IFAMA, o PENSA e o PAA compartilharam das mesmas referências teóricas e propósitos sociais: a conexão nacional e internacional entre o campo de estudos científicos do agronegócio, o mundo empresarial nacional e transnacional e os Estados nacionais por meio do relacionamento e da ocupação de postos estratégicos em diferentes espaços da sociedade civil e da sociedade política. Seus respectivos núcleos intelectuais igualmente possuíam importantes conexões com as lideranças políticas e empresariais nacionais, particularmente com a ABAG e a AAPRESID. Tal qual os dirigentes destas associações, os professores do agribusiness se formaram

majoritariamente no campo da agronomia e se deslocaram progressivamente para uma maior ênfase e interesse sobre o campo das ciências econômicas e sociais, refletindo um processo iniciado ainda nos anos 1970 e 1980 a partir de diversas iniciativas de reforma dos currículos das escolas de agronomia. Defendendo o tripé universitário do ensino, da pesquisa e da extensão, o PENSA e o PAA promovem cursos e pesquisas totalmente voltados para a demanda de grandes empresas do agronegócio que atuam no Brasil e na Argentina. O carro chefe deste processo, considerado, como vimos, uma “ação coletiva”, é a realização dos seminários, dos estudos de caso e dos cursos in-house segundo a metodologia da HBS. O financiamento de suas atividades consiste em intensas, complexas e nebulosas parcerias público-privadas, fazendo intenso uso do prestígio, da estrutura e do capital humano do sistema público de ensino e pesquisa, ao mesmo tempo em que são apoiados e remunerados pelas empresas “conveniadas” ou “clientes”. Finalmente, prevalece no PENSA e no PAA um discurso em defesa da abertura da economia dos dois países ao mercado global, a defesa de segurança jurídica e da propriedade para um bom ambiente de negócios e a defesa de investimentos públicos para financiar a expansão social e geográfica do modelo do agronegócio.

Portanto, através destas conexões internacionais, não apenas tem se formado uma intelectualidade - no Brasil e na Argentina - comprometida com a implementação e difusão do agronegócio a nível nacional, como têm sido forjados e disseminados os argumentos de legitimação do modelo produtivo e, conseqüentemente, as bases para o discurso hegemônico do agronegócio e de seus pactos políticos. Responsável pela formação de pessoal especializado no interior do campo científico, a conformação do campo acadêmico da Educação em Agribusiness nestes dois países, através de dois de seus principais programas de pós-graduação, criou um importante espaço de organização política das classes dominantes agrárias e de sua associação com a trama política, acadêmica e empresarial das cadeias

globais de produção agroindustrial. Neste sentido, a seguir, importa compreender um pouco melhor as trajetórias sociais dos professores que estiveram à frente do PENSA e do PAA desde as suas respectivas fundações.

### **3.3. Quais as trajetórias sociais dos professores do agribusiness?**

Seguindo os mesmos passos teóricos e metodológicos empregados no capítulo 2 para a análise das trajetórias sociais dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID, nas seções subsequentes busquei analisar a trajetória social de uma amostra significativa dos docentes do PENSA e do PAA com a finalidade de identificar melhor as semelhanças, diferenças e interconexões destes dois estratégicos programas de estudos científicos em agronegócio do Brasil e da Argentina. Para tanto, realizei um levantamento de dados a partir de informações que pude obter por meio da análise dos currículos publicados pelos próprios professores dos dois programas, bem como de uma busca complementar em redes sociais, buscadores, páginas institucionais e portais especializados em agronegócio<sup>34</sup>. Da mesma maneira que no estudo dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID, minha análise se pautou a partir da seguinte classificação das trajetórias sociais estudadas: alguns aspectos sobre as origens sociais; formação acadêmica; atuação acadêmica; atuação empresarial; associações e organizações da sociedade civil; presença na sociedade política.

No caso do PENSA, a amostra analisada se constitui pela lista de professores disponibilizada em sua página na internet no ano de 2020 somada a alguns importantes professores e pesquisadores cujos vínculos puderam ser identificados através dos outros estudos acadêmicos que abordaram o programa (LACERDA, 2009; PINTO, 2010; MENDONÇA, 2019), totalizando 24 trajetórias docentes analisadas (consultar **anexo 3**). No

---

<sup>34</sup> Neste caso, do PENSA e do PAA, as principais fontes de informação foram os currículos acadêmicos dos professores disponibilizado na plataforma brasileira do Curriculum Lattes, no sistema argentino do Conicet e na rede social LinkedIn. Mas a construção dos dados também remeteu a uma consulta mais ampla em buscadores da internet e demais instituições e publicações especializadas em agronegócio.

caso do PAA, a principal fonte de consultas foi a base curricular de docentes disponibilizada pelo programa no ano de 2019. Muito embora esta seja uma fotografia recente do quadro de professores, constatamos, através dos próprios currículos analisados, que não houve mudanças significativas ao longo das duas primeiras décadas de funcionamento do PAA. Desde a sua fundação, em 1999, as principais mudanças que parecem ter ocorrido em seu quadro docente remetem à incorporação de novos professores e o afastamento de alguns poucos veteranos por aposentadoria ou morte, como foi o caso de Hector Ordoñez, em 2006. Neste sentido, considero que a amostra dos trinta currículos acessados foi suficiente para realizar uma caracterização geral segura do perfil social dos principais intelectuais e membros do corpo docente do PAA (consultar **anexo 4**).

### **3.3.1. Os Professores do PENSA**

#### **Alguns Aspectos sobre as Origens Sociais**

Neste quesito se repetiram as mesmas dificuldades que tive no estudo das trajetórias sociais dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID. Na verdade, ao me debruçar sobre a trajetória dos professores do PENSA e do PAA, incorri em limitações ainda maiores para identificar as suas origens geográficas e familiares, bem como seus vínculos com a atividade produtiva e a propriedade do capital. Se isto remete ao fato de que no campo acadêmico é possível identificar uma maioria de trajetórias que se dedicam exclusivamente a atividades de ensino, pesquisa e divulgação científica, isto também pode nos remeter às nebulosidades existentes na relação entre capital funcionante e capital monetário na economia capitalista contemporânea. Neste sentido, a maioria dos professores do agribusiness não aparecem como proprietários de capital (principalmente monetário), mostrando-se, no máximo, como gestores

e assessores graduados do capital funcionante, reforçando um aparente distanciamento dos mesmos do mundo da produção e do restante do mundo social, como se estes fossem apenas intelectuais dotados de uma neutralidade científica conferida pela “torre marfim” da academia.

Apesar disso, como apontarei no detalhe mais adiante, através da análise da formação acadêmica destes docentes é possível inferir a origem geográfica provável da maioria dos docentes analisados. No caso do PENSA é nítida a predominância de professores de origem paulista. Mais ainda, salta aos olhos os vínculos da graduação em agronomia da ESALQ/USP com o programa de agronegócio vinculado à FEA/USP, denotando uma significativa endogenia “uspiana”. Neste sentido, com provável origem de fora do estado de São Paulo somente pude identificar quatro professores, dois do Paraná, um do Ceará e outra do Mato Grosso do Sul.

Da mesma forma, os vínculos de parentesco não puderam ser identificados de forma satisfatória. Mesmo assim, alguns casos particulares com que me deparei são bastante emblemáticos do protagonismo de três das mais promissoras crias da casa. Em primeiro lugar, foi possível identificar que tanto Marcos Fava Neves, como Eduardo Eugenio Spers, são filhos de professores universitários na área de agronomia e veterinária. Em segundo lugar, foi possível perceber que tanto Marcos Fava Neves, como Marcos Jank, possuem significativos vínculos familiares com a atividade produtiva e a propriedade do capital.

Além disso, como detalharemos mais adiante sobre a atuação empresarial dos professores do PENSA, a maioria deles possui vínculos com a atividade produtiva ocupando postos como funcionários de alto e médio escalão na direção de empresas – nacionais e multinacionais – dos mais diversos ramos das principais cadeias produtivas da agroindústria paulista. Constatamos ainda, ao mesmo tempo, alguns docentes que parecem ser fruto de uma ascensão social pelo diploma e pelo saber técnico, fazendo uma carreira mais estritamente

acadêmica ou limitada a cargos de menor poder e prestígio no mundo empresarial. Finalmente, no que se refere ao perfil de gênero do PENSA, embora as mulheres sigam em minoria (com 6 professoras dentro de um universo de 24 docentes), é notável o fato de que sua presença e protagonismo seja muito mais expressiva em relação aos professores homens, à diferença da ABAG e da AAPRESID, que historicamente contaram com apenas uma mulher ocupando cargos de direção em cada uma das duas associações.

### **Formação Acadêmica**

No que se refere à formação de Graduação dos professores do PENSA, foram 15 os que realizaram seus estudos na própria Universidade de São Paulo (USP). Destes, 11 se formaram na ESALQ, demonstrando a forte marca desta escola no programa, e 3 na FEA, unidade universitária à qual o programa está vinculado. Do conjunto das universidades que graduaram professores do PENSA (10), 7 são públicas. Das privadas, destaca-se a Universidade Mackenzie e a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), duas tradicionais instituições privadas frequentadas pela elite paulistana. Sobre sua distribuição regional, 5 são paulistas, 2 paranaenses e as demais são de Mato Grosso do Sul, Goiás e Ceará. Não encontramos nenhum registro de formação no nível da Graduação em universidades estrangeiras, embora tenhamos encontrado registro de que Marcos Fava Neves realizou estudos secundários nos EUA, enquanto seu pai, Evaristo Marzabal Neves, na condição de professor da ESALQ, realizava seus estudos de pós-doutorado na Purdue University (PURDUE UNIVERSITY, 2019). Quanto aos campos disciplinares em que o quadro docente se graduou, temos que, apesar do vínculo com a FEA/USP, 14 deles são formados na área das Ciências Agrônomicas. Em segundo lugar, encontra-se o campo da Economia e da Administração, com 8 professores graduados nesta área. Finalmente,



encontra-se Roberto da Silva Waack, formado em Biologia na USP. Não foi possível verificar a graduação de José Luiz Tejon Mejido.

No que se refere à formação do quadro docente do PENSA em Pós-Graduações, identificamos que a ampla maioria (21 dos 24) possui título de Doutor. Os demais possuem título de Mestre, não havendo ninguém com titulação abaixo deste nível de formação. Apesar da predominância da ESALQ na formação de Graduação dos professores, na Pós-Graduação há um amplo predomínio da FEA. Enquanto no primeiro caso apenas Eduardo Eugenio Spers realizou sua Tese de Livre Docência na ESALQ, no segundo caso, a FEA formou uma ampla maioria de 20 professores (no Mestrado e/ou no Doutorado) do quadro docente analisado, sendo que o próprio Spers é um deles, visto que seu Mestrado foi realizado nesta faculdade. Conforme tendência já apontada em Mendonça (2017; 2019), isto confere à FEA, instituição através da qual o PENSA desenvolve boa parte de suas atividades de formação e produção acadêmica, uma alta taxa de endogenia. Além disso, demonstra a ampla predominância do campo disciplinar das Ciências Econômicas e Administrativas, ao passo que no caso das Ciências Agrônomicas foram registrados apenas 4 professores que realizaram algum tipo de especialização na área.

Ao mesmo tempo, em terceiro lugar, o campo disciplinar das Ciências Humanas e Sociais também tem relevância, contabilizando cinco professores que se especializaram em temas como: Ciências Sociais Aplicadas, Geografia Humana, Desenvolvimento Regional, Sustentabilidade e Gestão Ambiental e Educação, Arte e História da Cultura. Por fim, o campo da biotecnologia também foi uma área de formação de dois professores do PENSA na Pós-Graduação que realizaram cursos de Nutrição Humana Aplicada e Engenharia de Fontes Renováveis. A respeito das instituições nacionais onde foram realizados tais cursos, apesar das universidades públicas persistirem como os principais centros de formação e produção de conhecimento, no nível da Pós-Graduação, nota-se uma presença um pouco maior de

instituições privadas, dentre elas se destacam a FGV, a ESPM e a Mackenzie. A maioria encontra-se em São Paulo (USP, Unicamp, FGV, ESPM, Mackenzie). As demais estão no Paraná (UFPR), em Minas Gerais (UFLA e UFV) e uma no Mato Grosso do Sul (UFMS). Com relação aos centros de formação acadêmica internacional, temos 13 professores que realizaram cursos de Pós-Graduação no exterior. O principal destino foi os Estados Unidos, que recebeu 9 deles. Das instituições estadunidenses que receberam e merecem destaque encontra-se a Universidade de Harvard, a University of Missouri, a Purdue University e a Whashington University. Outros dois destinos comuns foram a França e a Holanda, onde se destaca a Universidade de Wageningen. Além disso, também foram destinos europeus a Alemanha, a Itália e a Suécia. Da América Latina encontramos professores que tiveram passagem na Pós-Graduação pela Universidad de la Empresa no Uruguay, pelo INALDE Business School da Colombia e no próprio PAA/FAUBA, que recebeu Marco Antonio Conejero como estudante de Doutorado sanduíche. Na Ásia, apenas registramos a presença de Marcos Fava Neves na Índia, onde realizou especialização na Syngenta Foundation South East Asia.

### **Atuação Acadêmica**

Além da atuação dos docentes que analisei como membros do PENSA – seja como docentes da FEA/USP, seja como conveniados através das fundações privadas de apoio à pesquisa da USP – boa parte destes professores também estiveram vinculados a outras instituições universitárias. Na realidade, das 24 trajetórias analisadas, podemos dizer que uma parte significativa está quase exclusivamente dedicada ao trabalho acadêmico de pesquisa e docência. Apenas 3 destes professores não possuem trajetória acadêmica em outras instituições, estando mais dedicados ao mundo político e/ou empresarial. No plano nacional, revelou-se uma considerável miríade de universidades, com grande predominância de

instituições privadas. Apenas 6 professores deram aulas em outras universidades públicas além da USP: 2 na UFPR, 2 na UFMS, 1 na UFC e 1 no IFSP. Das particulares, destacaram-se a ESPM o Ibemec e o Insper, com 4 professores vinculados ao PENSA cada um, e a FGV e a Mackenzie, com 2 cada um.

No plano internacional há uma significativa presença do quadro docente do PENSA cujos professores lecionaram em universidades estrangeiras. Com uma maioria nos EUA, destacam-se a Missouri University e a Georgetown University, com a participação de 3 e 2 representantes do Programa, respectivamente. Além dessas instituições, a Universidade de Harvard, a Universidade da Carolina do Norte, a Universidade da Califórnia e a Whashington State University também receberam docentes do PENSA para lecionar. Na Europa, destacou-se duas instituições francesas, a Ecole de Hautes Etudes Comerciales de Paris e um MBA na cidade de Nantes, uma instituição italiana, a Università di Macerata, e uma instituição alemã, a Technische Universität München. Finalmente, mas não menos significativo, o PENSA conta com quatro membros no quadro de professores internacionais do PAA/FAUBA: Decio Zylbersztajn, Elizabeth Farina, Marcos Fava Neves e Fabio Chaddad (in memorian) (PAA, 2019).

### **Atuação Empresarial**

A trajetória no mundo produtivo e empresarial dos professores do PENSA encontra-se direcionada para atividades de direção e consultoria administrativa de empresas atuantes nos principais segmentos das cadeias de produção agroindustrial de alimentos, fibras e biocombustíveis. O quadro docente analisado marcou presença em diversas atividades a jusante e a montante da produção agropecuária de empresas nacionais e internacionais, especialmente na cadeia da soja, da cana, do café, da laranja, da pecuária de corte e leiteira e da produção de aves e suínos. Neste sentido, a indústria de insumos (equipamentos, máquinas

e biotecnologia), fundos de investimento, plataformas de comunicação, instituições financeiras, cooperativas, estabelecimentos e consórcios agropecuários e consultorias especializadas (legal, financeira, administrativa, marketing, técnica) dedicadas a estas cadeias constituem as principais instituições privadas nas quais os professores do PENSA fizeram carreira no mundo produtivo e empresarial.

Com respeito ao último tipo de atividade, destaca-se a figura do consultor e da atividade de consultoria privada. Para além da nebulosidade de seus significados e objetivos, as consultorias ganharam enorme relevância com a complexificação técnica e organizacional do modelo produtivo do agronegócio. Seja pela flexibilidade de seu vínculo profissional, seja pela capacidade de mobilizar recursos técnicos altamente especializados. Tal importância pode ser aferida pela grande recorrência com que encontramos a referência à prestação de serviços ou direção de agências de consultoria especializada. Particularmente pela fundação em 2008 da Stracta Consultoria, sociedade que conta com grande número de professores do PENSA, constituindo-se num dos seus principais braços de atuação privada. Além desta agência, outros professores também são sócios e diretores de consultorias especializadas, seja na capital paulista, seja no interior, em Ribeirão Preto, como é o caso da Markestrat, dirigida por Marcos Fava Neves. Muito embora somente tenhamos encontrado uma referência de trabalho junto a organismos internacionais nas trajetórias do quadro docente do PENSA, o relacionamento com a IFAMA e algumas universidades internacionais, particularmente dos EUA – como bem ilustra a trajetória de Fabio Chaddad, que foi professor em St. Louis, Missouri, cidade sede da Monsanto, e prestou consultorias para o USDA. Como veremos mais adiante, os organismos internacionais se mostraram uma importante frente de atuação dos professores do PAA na Argentina. Portanto, foi possível identificar uma relação de 61 empresas com as quais os professores do PENSA tiveram relações profissionais. São elas:

1. Agricon Consultoria S/C Ltda
2. AGRIFIRMA

3. Agrocerec
4. AGROPASTO
5. AGROPECUÁRIAS
6. Almeida Associados Consultoria Estratégica
7. AMATA
8. Agência de Consultoria e Publicidade Biomarketing
9. Arbore Agrícola Ltda.
10. Banco Itaú BBA
11. Benjamin Rotchild Moringa Fund
12. Biotech Pesquisa
13. Boehringer Ingelheim
14. Botucatu Citrus
15. BRF
16. CENTREC (Consultoria/Estados Unidos)
17. CHS Agroindustrial.
18. Coca-Cola Norsa
19. Consultoria para National Wildlife Federation
20. Cooperativa Agrária de Cafeicultores do Sul de São Paulo
21. Cooperativa Coplana
22. Cybiz S.A.
23. Fazenda Santo Antônio de Lisboa
24. Fazenda São Bom Jesus
25. Fazenda São Vicente
26. Fazenda Tangará
27. Ferrovia Paulista S.A.
28. Global Reporting Initiative – GRI
29. Grupo Orsa
30. Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa.
31. Inova
32. InovaBiofuels
33. Instituto Centro de Vida
34. Jacto
35. Láctea Brasil
36. Lagoa da Serra/CRV
37. Marfrig
38. Markestrat
39. Nestlé
40. Pasteur Mérieux
41. Plataforma Agro
42. Pricewaterhouse Coopers (PWC)
43. Rabobank
44. Radio Jovem Pan
45. Rede Estadão ESPN
46. Renk Zanini
47. Sdf Administração, Participação e Consultoria
48. Serviço de Informação da Carne
49. Stracta Consultoria
50. Syngenta
51. Tejon Communication and Action
52. Tendencias Consultoria Integrada

53. Toriuá Serviços de Engenharia Agronômica
54. Trigonet Assessoria de Comunicação e Editora Ltda
55. Única
56. Vallé S.A.
57. Vittia
58. Ouro Fino Agrociência
59. Wise Plasticos.
60. Worley (projetos hidroelétricos)
61. Zilor

### **Associações e Organizações da Sociedade Civil**

A trajetória profissional do quadro docente do PENSA também está associada à atividade de consultoria e direção política de aparelhos privados de hegemonia das principais cadeias de produção agroindustrial do Brasil. Assim, através do levantamento realizado sobre seus currículos, pude identificar que, ao menos 14 dos 24 professores analisados exerceram algum tipo de atividade profissional junto a uma rede de 33 organizações políticas diferentes, confirmando as tendências já atestadas pelos estudos existentes de enorme diversificação das formas de representação de interesses das classes dominantes desde o fim da ditadura militar. O vínculo com a ABAG se expressa não somente pela recorrente referência à memória de Ney Bittecourt de Araújo, mas também pelo papel do Instituto de Estudos do Agribusiness (IEAG). Fundado em 1990, mesmo ano do PENSA, o instituto reuniu as lideranças fundadoras do programa com aqueles que fundariam a ABAG três anos mais tarde. Sendo desde então o braço intelectual do organograma institucional da associação, o IEAG contou com a assessoria ativa de diversos professores do PENSA. Além de Zylbersztajn ter feito parte do grupo de intelectuais que dirigiram a fundação do IEAG, também foi identificada a atuação de Marcos Jank e André Nassar junto a este instituto (MENDONÇA, 2019). Há também um vínculo indireto visto que algumas das empresas e associações com que os professores do PENSA estiveram vinculados são sócias da própria ABAG.

Assim, além desta associação, obtivemos a seguinte relação de aparelhos privados de hegemonia dedicados à promoção do modelo do agronegócio no Brasil, das quais se destacam entidades de escopo diverso, variando desde tradicionais representações sindicais da indústria e da agricultura, representações por cadeia produtiva e nicho temático, redes de difusão de práticas sustentáveis, redes acadêmicas e de articulação internacional:

1. Conselho Científico do Agro Sustentável
2. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
3. IFAMA
4. SNA.
5. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO)
6. Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA)
7. Fundecitrus - Fundo de Defesa da Citricultura
8. ORPLANA - Organização das Associações de Produtores de Cana do Brasil
9. Citrus BR - Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos
10. Associação Brasileira de Criadores de Súinos (ABCS)
11. CanaOeste (Associação dos Produtores de Cana do Oeste de São Paulo)
12. Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC)
13. União das Indústrias de Cana de Açúcar (UNICA)
14. Confederação Nacional da Agricultura (CNA)
15. SEBRAE
16. Instituto Milenium
17. Aliança Agro Ásia-Brasil (Asia-Brazil Agro Alliance – ABAA)
18. ABPA
19. Bonsucro.
20. FIESP
21. Academia Nacional de Agricultura.
22. Serviço de Informação da Carne.
23. Grupo de Trabalho da Soja
24. Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
25. ABIOVE
26. ICONNE
27. IEAG
28. ABAG
29. ARES
30. Stewardship Council (FSC)
31. FUNBIO - Fundo Brasileiro de Biodiversidade.
32. Coalizão Brasil - Clima, Florestas e Agricultura.
33. IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental sobre a Amazonia.
34. Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A)

## **Presença da Sociedade Política**

Finalmente, no que se refere à relação entre o PENSA e a sociedade política, identificamos a participação de alguns professores em governos de diferentes matizes do espectro político-partidário e em postos estratégicos do Estado. Em relação ao governo federal, Marcos Jank ocupou a posição de Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na gestão de Celso Laffer, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Elizabeth Farina foi presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça no governo Lula, entre 2004 e 2008. André Meloni Nassar foi Secretário de Política Agrícola do Ministério de Agricultura, entre 2015 e 2016, no segundo governo de Dilma Rouseff. Finalmente, Marcos Fava Neves não só realizou diversas atividades de consultoria para a EMBRAPA, como foi recentemente aventado como candidato a assumir o Ministério da Agricultura no governo Bolsonaro<sup>35</sup>.

### **3.3.2. Os Professores do PAA**

#### **Alguns Aspectos sobre as Origens Sociais**

No caso do PAA, também nos deparamos com limitações para identificar as origens geográficas, familiares e de vinculação com a propriedade do capital, nos remetendo ao debate sobre os aparentes distanciamentos entre o capital funcionante e o capital monetário.

---

<sup>35</sup> Segundo a página na internet da Consultoria em Serviços Agroindustriais Grupo IDEA: “Foi com grande orgulho e satisfação que nós aqui do Grupo IDEA recebemos a notícia de que Marcos Fava Neves é um dos nomes indicados ao presidente eleito, Jair Bolsonaro, para assumir o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, concorrendo com os nomes de Nabhan Garcia e Luiz Carlos Heinze”. Apresentando as credenciais de Neves através de seu currículo para assumir o cargo, a consultoria de Ribeirão Preto, cidade onde o mesmo reside e é professor na FEA-RP/USP, mais parecia lançando o nome como possível candidatura, posicionando ao lado de nomes que a época também foram ventilados na grande imprensa (GRUPO IDEA, 2020).



Por isso, da mesma maneira, tivemos que inferir estas relações a partir de casos pontuais e através de outros aspectos das trajetórias sociais de seus professores.

Neste sentido, é ainda mais nítido que os docentes do programa argentino procedem em sua grande maioria da zona núcleo da região pampeana, quando não da própria capital federal. Refletindo a concentração social, econômica e demográfica da Argentina na cidade e na província de Buenos Aires, como é possível inferir a partir dos locais de formação dos professores, a grande maioria realizou seus estudos nesta região do país, contando a UBA com um alto grau de endogenia com relação a seus estudantes e docentes.

Além disso, não foi possível encontrar maiores laços familiares entre professores do PAA e a propriedade do capital de grandes empresas e estabelecimentos agropecuários. No entanto, o recente protagonismo de Ivan Ordoñez, filho de Hector Ordoñez, junto ao programa argentino, chamou atenção através da publicação em 2015, com Sebastian Senesi, atual diretor da instituição, do livro “Campo: El sueño de una Argentina verde e competitiva” (ORDOÑEZ Y SENESI, 2015).

Por outro lado, como veremos a seguir, alguns professores deste programa também demonstram laços orgânicos com importantes empresas e setores estratégicos da sociedade política, atuando em postos de alto e médio escalão do mundo político e empresarial, incluindo a diretoria da AAPRESID. Mesmo assim, no caso do PAA, o número de professores que apresentam uma trajetória exclusivamente acadêmica é ainda mais significativo do que no caso do PENSA, o que se reflete inclusive em uma maior diversidade de temas, problemas e abordagens empregados na produção científica do programa argentino. Finalmente, da mesma forma que no caso do programa brasileiro, o PAA conta com uma participação de mulheres que, apesar de permanecer minoritária em relação aos homens (06 x

24), também representa uma presença e protagonismo feminino significativamente mais expressivo do que aquele identificado na diretoria da AAPRESID e da ABAG.

### **Formação Acadêmica**

Quanto à formação acadêmica dos professores do PAA, no que se refere ao nível da graduação, temos que a maioria dos professores realizou seus estudos na própria Universidade de Buenos Aires (18), sendo que, destes, uma parte considerável (8) foi estudante da própria Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires (FAUBA), unidade acadêmica à qual o PAA está vinculado. Além da UBA, temos a Universidad Nacional de La Plata (segunda maior universidade argentina) e a Universidad Católica Argentina, com dois (2) professores graduados nestas instituições. Quanto aos demais professores (5), cada um foi formado por uma universidade diferente. São elas: Universidad de Belgrano, Universidad Nacional Mar del Plata, Universidad del Salvador, Universidad Marina Mercante e Universidad Argentina de la Empresa (UADE). Dessa maneira, constata-se que o quadro docente do PAA teve sua formação de graduação em tradicionais e prestigiadas universidades públicas e privadas argentinas, não havendo nenhuma formação em universidade estrangeira e com uma clara concentração de formados na própria UBA. Em relação aos campos disciplinares mais recorrentes temos um expressivo equilíbrio entre profissionais formados no campo das ciências agronômicas (13) e profissionais formados no campo das ciências econômicas, da administração, contabilidade, comércio internacional e engenharia de produção (13). Além disso, num terceiro lugar, se destacam alguns professores (5) formados em Sociologia, Direito e Ciência Política, constituindo um importante espaço de diálogo com o campo disciplinar das ciências humanas e sociais. Por fim, solitariamente, mas

com grande significado simbólico e científico para a perspectiva interdisciplinar do programa, encontra-se um professor formado em Biologia, com ênfase em ciências agropecuárias.

No que se refere à pós-graduação, nos cursos *stricto sensu* identifiquei 17 mestres e 8 doutores. 13 realizaram outros tipos de especialização. Aparentemente, somente 2 professores não realizaram nenhum tipo de curso de pós-graduação ou não registraram em seus currículos. A taxa de endogenia da FAUBA é de 8 professores que realizaram algum tipo de pós-graduação na instituição, sendo que identifiquei 6 que foram alunos diretamente do PAA. No que se refere aos campos disciplinares em que foram realizadas tais pós-graduações, observamos que 20 delas foram realizadas na área das ciências econômicas, da administração, contabilidade e comércio exterior, 8 no campo das ciências humanas e sociais e 2 doutores em Biologia. Destaca-se, portanto, o fato de não ter sido encontrado registro de nenhum professor do PAA que realizou pós-graduação no campo das Ciências Agrônômicas tradicionais. Ao mesmo tempo, a predominância da área econômica e de gestão, associada a uma ainda mais significativa presença de cursos nas áreas das ciências humanas e sociais, coroada com dois doutores em Biologia, reforça o perfil sugerido pelas graduações cursadas pelo quadro docente analisado. Um perfil predominantemente de economia e administração, voltado para a gestão de negócios e análise de mercado com base em fundamentos teóricos e metodológicos de um variado conjunto disciplinar, envolvendo as ditas Ciências Sociais Aplicadas, para traçar análises sobre o comportamento dos atores econômicos no mundo da produção agroindustrial, e da Biologia, para compreender e desenvolver as possibilidades técnicas e tecnológicas de redução dos custos de transação da produção agroindustrial. Destrinchando um pouco mais as áreas temáticas onde os professores do PAA desenvolveram suas formações e pesquisas de Pós-Graduação, pude observar, no campo das Ciências Econômicas e Administrativas, cursos que abordam questões como política econômica,

geração e análise estatística, relações internacionais, gestão de negócios, agronegócios e alimentos, contabilidade, marketing, mercado financeiro, gestão de orçamento, de políticas públicas e de ciência e tecnologia. No campo das Ciências Humanas e Sociais, identifiquei temas como sociedade da informação e do conhecimento, ciências políticas, sociologia, cultura argentina e direito comunitário. No campo da Biologia, a área de biotecnologia com ênfase nas ciências agropecuárias é o destaque. No que se refere à nacionalidade, 24 professores cursaram pelo menos uma Pós-Graduação na Argentina, em que se destaca, além da UBA, com a maioria, as Universidades de Belgrano e do CEMA, importantes centros privados de formação empresarial do país. No âmbito internacional, 10 professores cursaram algum tipo de pós-graduação no exterior. O país preferencial de destino foi os Estados Unidos, contabilizando 12 cursos realizados, dentre os quais se destacam dois professores que tiveram formações na Universidade de Harvard e um na Bolsa de Chicago. O segundo país a receber professores do PAA é a Espanha, contabilizando quatro professores que realizaram estudos de pós-graduação no país. Apenas dois destes professores não realizaram cursos de pós-graduação nos EUA e na Espanha, havendo passado por cursos no Japão, na Inglaterra e na Itália.

### **Atuação Acadêmica**

No que se refere ao trabalho de pesquisa e docência em outras instituições, vale ressaltar que encontramos perfis de professores bastante distintos, alguns com dedicação praticamente exclusiva para o trabalho acadêmico, outros, a maioria, conciliando o exercício da pesquisa e da docência com uma ativa atuação no mercado privado de grandes companhias e organizações associadas ao modelo produtivo do agronegócio. Com relação às instituições frequentadas por estes professores, as universidades privadas de San Andrés e Belgrano foram as que mais contaram com a passagem de professores do PAA. Além delas, este

quadro docente passou por outras 16 universidades públicas e privadas<sup>36</sup>. É relevante mencionar também que a professora Claudia Altieri é membro do Tribunal de Especialistas da CONEAU (Comissão Nacional de Avaliação Universitária, conferindo um bom posicionalmente do Programa na institucionalidade acadêmica, junto a um dos mais importantes órgãos avaliadores dos programas de pós-graduação na Argentina. Somente Hugo Cetrángolo foi identificado dando aulas no exterior, com passagens na Universidade Luterana do Brasil e na Universidade de Bologna, na Itália.

### **Atuação Empresarial**

Sobre a atuação empresarial dos professores do PAA, constata-se a ocupação dos mesmos em postos de direção e de consultoria para a gestão de negócios nas diferentes frentes de atuação e organização produtiva das cadeias agroindustriais, tais como: tradicionais companhias *tradings* e multinacionais, empresas nacionais e internacionais de insumos agropecuários, grandes e megaempresas do agronegócio argentino, estabelecimentos agropecuários, agroindústria da carne bovina, de grãos e óleo vegetal, instituições financeiras nacionais e internacionais, instituições de pesquisa e consultoria em biotecnologia agropecuária, empresas de logística, agências de consultoria administrativa e organismos internacionais.

Com respeito à atuação de docentes como consultores em organismos internacionais, encontramos um elevado número de atuações junto ao BID, mas também junto a outras importantes instituições multilaterais como: PNUD, IICA, FAO, Comunidade Europeia, Mercosul, IRSA, CFC – Common Fund For Commodities, OEA, CEPAL, Banco Mundial,

---

<sup>36</sup> Universidad del Centro de Estudios Macroeconómicos de la Argentina (CEMA), Universidad Católica Argentina (UCA), Universidad de Palermo, Universidad de Ciencias Empresariales e Sociales (UCES), UADE, Universidad Nacional del Sur, Universidad Nacional de Lomas de Zamora, Universidad Nacional de Tucuman, Universidad Nacional de Rio Cuarto, Universidad Nacional del Litoral, Universidad Nacional General Sarmiento.

FIDA, USAID, CIMMYT, CIAT e o Programa Cooperativo para el Desarrollo Tecnológico Agroalimentario y Agroindustrial del Cono Sur (PROCISUR). Este último merece destaque por se tratar de um convênio de parceria entre os principais institutos de pesquisa agropecuária do Cone Sul, como a EMBRAPA brasileira e o INTA argentino.

1. Aceite Fino
2. ADAMA
3. ADP S.A
4. Advanta
5. AGD – Aceitera General Deheza
6. Agrofina
7. Agropack
8. Alto Palermo
9. Arcor
10. Arquitectura Organizacional y Talento
11. Banco BST
12. Banco Galicia
13. Banco Hipotecário
14. Banco Nacional de Desarrollo
15. Bayer
16. Bioceres
17. Blainstein
18. Bolsa de Cereales de Buenos Aires
19. Cadbury
20. Carrefour
21. CGS Group
22. Citibank
23. Cooperativa Alfa Ltda
24. Cooperativa Unión Ltda
25. Cresud
26. Exportando
27. Terminal 6 AS – Puerto Privado
28. CTM Logistica
29. Disco Ahold
30. Don Mario
31. Ericson
32. Establecimiento Agropecuario “San Luis”
33. Fundación Okita
34. Fundes
35. Grupo Clarin
36. Grupo El Tejar
37. Grupo Los Grobo
38. Grupo Romagnoli
39. Horst S.A
40. Instituto Argentino de Mercado de Capitais

41. Kimberly Clark
42. La Nación
43. Loma Negra
44. Microsoft Argentina
45. Monsanto
46. Museo de los Niños
47. Musimundo
48. Novartis
49. Novitas AS
50. Nufarm
51. Nutrisun
52. Pionner
53. PlusAgro
54. Planificación y Desarrollo de Negocios
55. Quickfood
56. Quilmes
57. Rindes e Cultivos
58. Rizobacter
59. Semillas S.A
60. Ser Beef
61. Shell
62. Siemens
63. Solidaridad
64. Toranzos Torino, Vallejos y Asociados
65. Unilever
66. YPF

### **Associações e Organizações da Sociedade Civil**

Sobre a relação profissional dos professores do PAA – principalmente de consultoria, mas também de direção institucional – com alguns aparelhos privados de hegemonia atuantes na defesa do modelo do agronegócio, identificamos que a maioria (17) dos representantes do quadro docente analisado apresenta em seus currículos atividades realizadas junto a uma lista de 31 organizações dedicadas a defender e difundir a sustentabilidade do modelo de produção promovido pela cúpula do setor agropecuário pampeano, nas mais diferentes frentes políticas e ideológicas. Deste modo, não só a AAPRESID se destaca, com o núcleo duro de professores do Programa sendo publicamente reconhecidos por suas relações com dita associação, como também outras importantes associações como a AACREA e o IFAMA.

Estas três associações, aparecem no currículo de mais de um professor do PAA. Além delas, reforçando a percepção de maior fragmentação e diversidade do campo de representação política do conjunto das cadeias agroindustriais, uma miríade de outras 28 organizações se mostra diretamente articulada com o corpo docente do programa, podendo ser caracterizadas segundo diferentes escopos de atuação, sendo classificadas como tradicionais representações sindicais do patronato nacional, associações por cadeia produtiva e nicho temático, câmaras empresariais, redes de difusão de práticas sustentáveis e de articulação internacional:

1. ACSOJA – Asociación de la Cadena de Soja Argentina
2. Asociación Argentina de Biocombustibles e Hidrogeno
3. Asociación Argentina de Ecología
4. Asociación Argentina para la Economía Agraria
5. Asociación Colombiana de Exportadores de Flores
6. Asociación de Industriales Metalúrgicos de la República Argentina
7. BIM Forum Argentina
8. Cámara Argentina del Aerosol
9. Câmara da Indústria de Produtos Alimentares
10. Câmara de Fabricantes de Envases Metálicos e Afins
11. Câmara de la Indústria Aceitera de la República Argentina
12. Cámara de la Yerba mate
13. Cámara de Tabaco de Jujuy
14. Cámara del Arroz
15. Centro de Acopiadores de Cereales de Buenos Aires
16. Centro de Exportadores de Cereales
17. Common Fund for Commodities (UNCTAD)
18. Confederação Geral da Indústria
19. Confederación Interamericana de Pecuáristas y Agricultores
20. ETICAGRO – Instituto de Ética e Calidad en el Agro
21. Federação de Acopiadores de Granos
22. Federación Industrial de Productos Alimentares
23. FertilizAr
24. Fundación Alimentos Argentinos
25. Fundación Rioplatense
26. FUNDAPAZ
27. IDEA – Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina
28. Instituto de Estudios Económicos de la Sociedad Rural Argentina
29. MAIZAR – Asociación del Maíz y Sorgo Argentino
30. Unidad de Coordinación de Políticas de Promoción de Exportaciones
31. Unión Industrial de la Provincia de Buenos Aires



## **Presença na Sociedade Política**

Por último, com relação à atuação de professores do PAA na sociedade política, foi possível tirar as seguintes conclusões. Mais da metade dos professores (17) tiveram alguma passagem por instituições estatais, seja em atividades de direção, seja realizando consultorias. Destes, 7 exerceram funções junto à Secretaria de Agricultura de La Nación, sendo que um deles, Marcelo Regúnaga, foi ministro por duas ocasiões, entre 1990 e 1993 e por um breve período no ano de 2001, durante os governos de Carlos Menem e Fernando de la Rúa, respectivamente. Também no âmbito estatal da agropecuária, Fernando Vilella foi subsecretário de Assuntos Agrários da Província de Buenos Aires, durante o governo de Daniel Scioli (2007-2011). Já Hugo Cetrángolo, ocupou os cargos de presidente do INTA (2001-2002), diretor nacional de produção agropecuária e diretor nacional de planejamento e avaliação da Secretaria de Ciência y Tecnología do governo nacional. Além de Cetrángolo outros professores se destacam por suas relações e atividades junto ao Instituto Nacional de Tecnología Agrícola. Diversos outros professores do PAA ocuparam cargos chave ou realizaram consultoria para instituições ligadas a outros ministérios, como da Economia, Relações Exteriores, Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva. Tais atividades estão majoritariamente associadas ao tema das exportações e das negociações para a venda de produtos agropecuários argentinos no mercado internacional, onde o tema do Mercosul aparece com destaque. Merece ainda ser mencionada a participação de Enrique Erize na diretoria do Banco de La Nación Argentina, principal instituição financeira pública do país, entre 1986 e 1988.

### **3.3.3. Algumas considerações sobre as trajetórias sociais dos professores do agribusiness**

A partir do estudo dos currículos dos professores do agribusiness segundo os diferentes campos do mundo social aqui definidos (origens sociais, formação acadêmica,

atuação acadêmica, atuação empresarial, associações e organizações da sociedade civil, presença na sociedade política), pude inferir as seguintes considerações finais a respeito de suas trajetórias sociais.

No que se refere ao primeiro ponto, a respeito de alguns aspectos sobre as origens sociais dos professores do PENSA e do PAA, além de ter me deparado com uma nebulosidade ainda mais acentuada na relação dos professores do agribusiness com a propriedade do capital, em comparação com os dirigentes da ABAG e da AAPRESID, encontrei uma fotografia muito semelhante das inferências que puderam ser feitas sobre as suas origens geográficas. Neste sentido, a maioria dos professores é proveniente dos dois principais centros demográficos e produtivos do país, a saber a zona núcleo da região pampenana, incluindo a capital federal, e a região centro-sul do Brasil, principalmente São Paulo. No que se refere aos vínculos de parentesco, embora os indícios encontrados tenham sido poucos, foram bastante significativos, demonstrando no caso de alguns professores do PENSA importantes relações pretéritas das famílias com o campo da agronomia paulista e sua principal instituição, a ESALQ. No caso do PAA, embora os vínculos encontrados tenham sido quase nulos, o papel de intelectual do agronegócio que Ivan Ordoñez, filho de Hector Ordoñez, vem cumprindo atualmente, publicando com os professores do PAA, denota a importância deste tipo de laço social na reprodução política e intelectual destes setores e instituições. Reforçando a percepção de que o campo científico exige uma maior exclusividade em termos de dedicação profissional, os vínculos familiares com a propriedade do capital apareceram muito menos para o caso do PENSA e do PAA, falando mais alto suas conexões com o mundo empresarial enquanto funcionários e assessores de alto e médio escalão de grandes empresas agroindustriais. Finalmente, embora ainda minoritária, ficou nítida a maior presença e protagonismo das mulheres na academia, do que no campo das associações e representações empresariais.

No que se refere à formação e atuação acadêmica dos professores do agribusiness, há fortes paralelismos com a trajetória acadêmica dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID. Neste sentido, foi possível perceber um alto grau de endogenia da USP e da UBA, juntamente com algumas outras poucas, mas importantes universidades públicas do Brasil e da Argentina. Também se observa o mesmo movimento de transição do campo de conhecimento mais estrito das escolas de agronomia na graduação, para, na pós-graduação, um maior direcionamento para o campo da economia, da administração, do direito, da propaganda e demais ciências sociais aplicadas ao entendimento da gestão produtiva de negócios, dos constrangimentos sociais e políticos ao mercado e do comportamento do consumidor, ou, em suas palavras, ao ambiente institucional. Embora os mais prestigiados centros universitários privados voltados para o mundo empresarial também se façam presentes na trajetória dos professores do agribusiness, sua incidência se faz minoritária, sendo mais significativa na pós-graduação e como espaço alternativo de docência. Além disso, por contar com um curso de doutorado, o PENSA, à diferença do PAA, possui mais doutores entre seus quadros. Em termos de internacionalização, enquanto os professores do programa brasileiro parecem ter frequentado mais universidades estrangeiras enquanto estudantes e professores visitantes, o programa argentino possui um corpo discente mais internacionalizado, recebendo estudantes de outros países sul-americanos e fazendo jus ao título histórico de Buenos Aires como importante centro universitário para a América Latina.

Ao analisar a atuação dos professores do PENSA e do PAA no mundo produtivo e empresarial, assim como no caso da ABAG e da AAPRESID, é possível encontrá-los em diferentes segmentos das principais cadeias de produção agroindustrial de cada país. No caso da Argentina se destacou a produção de carne bovina, de grãos e de óleo vegetal. No caso do Brasil foi a cadeia da soja, da cana, da laranja, do leite e da produção de carne (bovina, suína e avícola). Em termos de segmentos em comum, destacaram-se estabelecimentos

agropecuários, a indústria nacional e transnacional de insumos (equipamentos, máquinas e biotecnologia), empresas de comercialização e logística, fundos de investimento, plataformas de comunicação, instituições financeiras, estabelecimentos e consórcios agropecuários e consultorias especializadas (legal, financeira, administrativa, marketing, técnica). Como particularidade de cada país, destacaram-se os vínculos com as mega empresas argentinas e as grandes cooperativas brasileiras. Como particularidade do campo científico, destacaram-se as recorrentes atividades de consultoria administrativa e financeira, levadas a cabo por contratos de terceirização, fundações universitárias de direito privado, ong's e/ou organismos multi-laterais.

Quanto aos demais espaços da sociedade civil foi possível demonstrar o forte entrelaçamento destes professores com associações empresariais de perfis diversos. Tal qual os dirigentes da ABAG e da AAPRESID, a rede de organizações a qual o PENSA e o PAA estão vinculados também pode ser dividida entre quatro perfis associativos diferentes, como: tradicionais representações sindicais da indústria e da agricultura, representações por cadeia produtiva e nicho temático, redes de difusão de práticas sustentáveis, redes acadêmicas e de articulação internacional. Neste complexo emaranhado de organizações, professores e dirigentes do agribusiness se entrecruzam nos corredores de suas reuniões e eventos.

Finalmente, quanto à presença dos professores do agribusiness na sociedade política, de forma semelhante aos dirigentes da ABAG e da AAPRESID, foram várias as indicações de ocupação de postos estratégicos em governos de diferentes matizes partidários, nos três níveis de poder do Estado (federal, regional, local). O lugar preferencial a ser ocupado tem sido postos de alto/médio escalão de diferentes departamentos dos ministérios da agricultura. Além disso, também aparecem outros órgãos estratégicos de regulação da atividade produtiva das cadeias agroindustriais presentes no Brasil e na Argentina, bem como da infra-estrutura estatal de ensino e pesquisa.

Portanto, foi possível evidenciar o grau de entrelaçamento entre o núcleo intelectual do PENSA e do PAA, bem como do conjunto de seus docentes, às duas principais associações porta-vozes do agronegócio brasileiro e argentino, assim como à trama política na qual os mesmos estão envolvidos, abordando desde alguns significativos aspectos das suas origens sociais, passando pelo mundo da academia, das grandes empresas nacionais e transnacionais e de outros espaços de ação e organização na sociedade civil e na sociedade política. Neste sentido, os professores do agribusiness compartilham as mesmas origens geográficas que os dirigentes da ABAG e da AAPRESID, uma formação e trajetória acadêmica semelhante (realizando o mesmo movimento de transição do campo da agronomia para outros campos do conhecimento), um chamativo papel das relações familiares pretéritas na construção do lugar social ocupado por eles, uma vinculação com os mesmos segmentos empresariais das principais cadeias de produção agroindustrial presentes nos dois países, uma multi-representação em variados, mas semelhantes espaços da sociedade civil e a ocupação de postos na sociedade política com o mesmo grau de prestígio e valor estratégico para o modelo do agronegócio. As principais diferenças entre essas trajetórias sociais parecem residir nas especificidades do campo científico. Pelo grau de dedicação exclusiva que esta atividade supõe – pelo necessário distanciamento simbólico da política que o fetichismo do trabalho científico de definição da verdade (científica) exige e/ou pelo tempo que este tipo de trabalho também demanda – observa-se um considerável contingente de professores totalmente dedicados ao mundo acadêmico. Muitos destes, provavelmente, ascenderam socialmente através do diploma e não necessariamente ocuparam uma posição prévia de poder e prestígio na trama política da hegemonia do agronegócio. Por isso, a nebulosidade em relação aos vínculos destes professores com a propriedade do capital, seja monetário, seja funcionante, é ainda maior. Por fim, o fato de haver mais espaço para as mulheres como professoras do agribusiness do que como dirigentes de suas associações empresariais, denota,

além do machismo estrutural, a hierarquia de poder e prestígio entre o campo das associações empresariais e o mundo da academia. Assim, estamos diante de intelectuais, muitos deles também empresários, organicamente associados aos principais interesses empresariais do agronegócio nacional, mas especializados no papel de liderança política no interior do campo científico, desenvolvendo ensino e pesquisa direcionados ao atendimento desses mesmos interesses e disputando seu poder de definição da verdade (legitimada socialmente como científica) sobre o agronegócio e sobre sua importância para o conjunto da sociedade.

#### **3.4. O marco teórico trabalhado no PENSA e no PAA: A análise dos sistemas agroindustriais a partir da Nova Economia Institucional (NEI)**

A teoria utilizada, compartilhada e difundida através do PENSA e do PAA é parte da articulação de dois conjuntos de estudos teóricos: o estudo dos sistemas agroindustriais sob a perspectiva do conceito de agribusiness, proposto originalmente por Davis e Goldberg (1956); e os estudos fundamentados na Nova Economia Institucional (WILLIAMSOM, 1975; 1985; 1989; NORTH, 1990), vertente teórica de renovação da economia neoclássica que informou em grande medida as reformas do Estado e da sociedade civil no âmbito da intensificação da globalização e monopolização do capitalismo internacional nas últimas décadas do século XX. Por essa razão, um dos mais importantes trabalhos de sistematização da articulação teórica entre o conceito de agribusiness da HBS e a Nova Economia Institucional foi a tese de livre docência de Decio Zylbersztajn, publicada em 1995, no âmbito institucional do PENSA e da FEA/USP, intitulada “Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma Aplicação da Nova Economia das Instituições” (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Na perspectiva de Zylbersztajn (1995), o primeiro pilar deste marco teórico, o conceito de agribusiness da HBS, foi exitoso em perceber e antecipar ao menos cinco

tendências de transformação nas formas de organização da produção e relacionamento com o mercado, que se tornaram dominantes ao longo da segunda metade do século XX. A primeira delas foi a crescente intensificação dos índices de inovação tecnológica ao longo das cadeias de produção agroindustrial, particularmente no nível da produção de insumos. Em segundo lugar, os cada vez mais fortes laços entre a produção agropecuária e a indústria de alimentos e seu sistema de distribuição conferem a estes últimos, grande poder de mercado sobre os demais elos econômicos da cadeia produtiva. Isto pode ser exemplificado pelo importante papel que grandes supermercados têm tido na coordenação agroindustrial de determinados produtos, impondo-se sobre os demais segmentos da cadeia de produção, principalmente sobre o elo mais vulnerável aos fatores de risco do sistema, o produtor primário. Por isso, em terceiro lugar, Davis e Goldberg apontavam uma questão que não era exatamente nova, mas que estava se intensificando: a crescente variabilidade na renda do produtor rural, exigindo esforços públicos e privados de estabilização para a minimização dos efeitos das flutuações climáticas, de preços e de demanda no mercado internacional. Por outro lado, em quarto lugar, o protagonismo dos supermercados também expressa o poder dos consumidores sobre as exigências de padrões de qualidade e de responsabilidade social e ambiental. Finalmente, as tendências de globalização da produção de alimentos completam o conjunto de questões que teriam sido antecipadas pelos autores da escola de Harvard, o que lhes teria permitido prever os caminhos seguidos pelas relações entre produção agropecuária, indústria e mercado financeiro ao longo das últimas décadas do século XX, intensificadas pelas medidas de progressiva desregulamentação da economia e exponenciais taxas de inovação tecnológica.

Dessa maneira, para Zylbersztajn (1995), Ray Goldberg logrou avançar no desenvolvimento de um instrumental teórico que auxiliasse no estudo das cadeias de produção agroindustrial e seu funcionamento sistêmico. Mesmo após o afastamento de John Davis de suas funções na HBS, Goldberg (1968), prosseguindo na direção dos Seminários de

Agribusiness desta escola, publicou, no final dos anos 1960, um artigo sobre o sistema produtivo da laranja na Florida. Neste estudo, o autor se distanciou da perspectiva teórica inicialmente utilizada para definir o agribusiness, que se baseava na matriz analítica do insumo-produto, enfocando as pesquisas realizadas na relação entre as esferas da produção de insumos e da produção primária. Agora, seu foco seria na análise sistêmica da cadeia de um produto em particular, – no caso, a laranja – contribuindo com o desenvolvimento de dois novos conceitos que rapidamente seriam incorporados por prestigiadas escolas de negócio do mundo: *Agribusiness Commodity System* (traduzido no Brasil como Sistema Agroindustrial – SAG) e Coordenação de Sistemas Agroindustriais.

Com estas duas noções, as pesquisas desenvolvidas no âmbito da escola de Harvard passaram a entender o agribusiness como unidade analítica primordial. Mesmo que o efetivo peso da atividade de produção primária no montante de valor total produzido seja progressivamente minoritário, a produção agropecuária e as especificidades de cada um de seus produtos segue sendo o elemento de determinação e caracterização da unidade de análise de determinado Sistema Agroindustrial. Assim, podendo ser entendidas de forma sistêmica, como uma totalidade integrada, as diferentes cadeias de agribusiness, ou mesmo o seu conjunto, podem passar a ser vistos como um grupo de pressão social particular, com determinado poder de ação coletiva (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Isto abre portas para que o estudo dos sistemas agroindustriais seja realizado em dois níveis. No âmbito interno da firma e de seu relacionamento com os demais agentes econômicos e no âmbito externo, considerando o ambiente institucional e macroeconômico. No primeiro caso, Zylbersztajn (1995) destaca o problema da alocação dos recursos produtivos e do monitoramento dos agentes envolvidos na produção. No segundo caso, o autor destaca o papel da organização de interesses através das associações de produtores e de seu poder de pressão social sobre o ambiente institucional, particularmente sobre o Estado,



defendendo nominalmente que organizações brasileiras como ABAG, ABIA, ABIOVE, e internacionais como a IFAMA e a *National Oilseed Producers Association* (NOPA) dos EUA não só cumprem um importante papel de coordenação dos sistemas agroindustriais, como podem e devem ser analisadas do ponto de vista da economia dos custos de transação, como fatores de produção capazes de coordenar a diminuição dos mesmos.

Portanto, Zylbersztajn afirma que estes novos conceitos desenvolvidos pelo professor de Harvard contribuíram no sentido de incorporar a estrutura de contratos e o ambiente institucional como elementos determinantes do desempenho da atividade econômica, particularmente de sua eficiência sistêmica. Contradizendo a perspectiva da economia neoclássica, que relega ao mecanismo de preços toda e qualquer explicação para determinado desempenho econômico, Goldberg (1968), na prática, abriu uma brecha para os questionamentos teóricos que vinham sendo realizados por Ronald Coase<sup>37</sup>. Assim, o autor brasileiro definiu como um de seus principais objetivos de pesquisa, realizar uma proposição que articule o trabalho desenvolvido por Goldberg sobre os Sistemas Agroindustriais com a Economia dos Custos de Transação, conferindo-lhe uma melhor fundamentação teórica a partir da Nova Economia Institucional.

Neste sentido, a NEI é o segundo pilar de sustentação do marco teórico e conceitual proposto e disseminado no/pelo PENSA e PAA. Como revisão teórica de alguns pressupostos da economia clássica que, deste os anos 1980 vinha ganhando terreno como orientadora da agenda política neoliberal em diversos países e sob forte incentivo do Banco Mundial, a NEI busca resolver o problema do papel das chamadas “instituições” no livre mercado, particularmente de suas organizações políticas e estatais.

---

<sup>37</sup> Ronald Coase nasceu em Londres em 1910. Formado pela London School of Economics se transferiu posteriormente para os Estados Unidos, onde se notabilizou como professor da Universidade de Chicago. Desenvolvendo o seu “teorema de coase” onde definiu a natureza da firma pelo cálculo dos custos de transação, recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1990. Faleceu em 2013.

Entendidas como as regras do jogo formais e informais que delimitam o ambiente no qual se desenvolvem as relações de troca, o conjunto das “instituições”, na perspectiva da NEI, conformaria a totalidade das relações sociais em determinado grupo ou coletividade. Neste sentido, tendo dois de seus principais teóricos agraciados com o prêmio Nobel de economia em 1991 (Ronald Coase) e 1993 (Douglas North), ao longo desta mesma década, a NEI ganhou crescente espaço como referencial teórico ideal para fundamentar os necessários ajustes que demandava o modelo de liberalização da economia que vinha sendo promovido pelo chamado consenso de Washington (ZYLBERSZTAJN, 1995; FARINA E ZYLBERSZTAJN, 1996; ANKARLOO E PALERMO, 2004; MENDES, FIGUEREDO E MICHELS, 2008; PEREIRA, 2010).

Em função das sucessivas crises financeiras ao longo dos anos 1990, do desgaste dos governos que aderiram à agenda neoliberal e pelo conseqüente aumento das tensões sociais nos países mais fortemente atingidos pelas crises, a NEI constituiu um importante trunfo para a continuidade da implementação e legitimação das políticas de desmonte social do Estado e de seus mecanismos de regulação econômica. Nesse sentido, seu arcabouço teórico foi útil, pois (1) justificava, “com argumentos mais brandos e sofisticados, a separação e subordinação da política à economia”; (2) alimentava “o discurso político do fim dos antagonismos estruturais e da harmonia de interesses”; (3) promovia “a neoliberalização do Estado municiando os ‘reformadores’ com um discurso politicamente mais palatável”; e (4) favorecia “a legitimação de um novo ciclo de negócios” (principalmente a exploração de recursos naturais e energéticos), que alargava o “escopo social da valorização do capital” (PEREIRA, 2010, p. 383).

Dentro deste contexto, os trabalhos de Zylbersztajn (1995) e Farina e Zylbersztajn (1996), publicados em meados da década de 1990, buscavam não só contribuir na divulgação junto ao campo acadêmico nacional da literatura internacional da Nova Economia

Institucional, como desenvolveu sua aplicabilidade para a análise particular dos chamados sistemas agroindustriais, seus distintos elos produtivos e suas diferentes formas de coordenação e articulação de interesses. Neste marco, podendo também ser chamada de Economia dos Custos de Transação (ECT), a NEI seria uma revisão tanto da economia neoclássica como do institucionalismo tradicional buscando sofisticar a análise das transações econômicas e reconhecendo a interferência de supostas externalidades (instituições) no jogo “natural” do livre mercado e, portanto, a necessidade de uma análise voltada para a mensuração e minimização dos custos produzidos pelas mesmas. Segundo Zylbersztajn:

A análise neoclássica ocorre em um ambiente estéril, onde se assume a inexistência de custos associados ao funcionamento da economia, tal como Arrow define os custos de transação (Arrow, 1969), superestimando assim o papel dos preços como alocador dos recursos e negligenciando os fatores institucionais. A economia neoclássica avançou formidavelmente em termos do formalismo e elegância conceitual, pagando o preço que foi o de um afastamento continuado da realidade empírica (ZYLBERSZTAJN, 1995: 14).

Tendo à frente desta crítica Oliver Williamson, com seu trabalho de desdobramento da obra de Coase e North, a NEI visa questionar a ideia de que as transações econômicas, ou seja, as relações de negociação de direitos de propriedade no mercado dar-se-iam sem nenhum tipo de custo. Ao contrário, a NEI não só reafirma a existência de tais custos, como faz da transação unidade de análise fundamental, reconhecendo que a fonte para a delimitação das melhores estratégias organizacionais, no sentido de alcançar maior produtividade e garantir a máxima geração e captura de valor para cada organização em particular, estaria na busca pela redução dos custos de transação.

Tal conclusão encontra como ponto de partida o clássico trabalho de Coase (1937), intitulado “The Nature of The Firm”, onde este autor se questiona sobre quais devem ser os limites de determinada empresa (ou firma) no que se refere a suas atividades nas cadeias produtivas em que ela se encontra envolvida. Neste sentido, entendendo os contratos como os arranjos institucionais que estabelecem os custos de determinadas transações, para Zylbersztajn (1995), uma das mais importantes inovações da NEI seria, justamente, a de

avançar na reflexão formulada por Coase, demonstrando que para se definir os limites da firma, devem-se calcular os custos de transação de uma dada atividade produtiva, permitindo a avaliação sobre qual deve ser a melhor estratégia: incorporar tal atividade na estrutura interna de produção (*integração vertical* da firma), delegar tal atividade a terceiros através do estabelecimento de *contratos via mercado* ou encontrar *formas mistas* de solução.

As empresas (e todas as demais instituições sociais), portanto, são consideradas fundamentalmente como complexos de contratos, onde as estratégias de busca por uma maior eficiência estão centradas na previsão e minimização dos custos de transação. Sendo eles fortemente afetados, tanto por características particulares do produto e de seu modelo produtivo, quanto pelo meio social em que dado contrato se estabelece e se realiza (ou não), há uma certa aproximação da Nova Economia Institucional com outras disciplinas das Humanidades como a Administração, o Direito e a Sociologia, que tem sido viabilizada por vertentes teóricas do individualismo metodológico, onde há uma predominância das estratégias de ação racional do indivíduo sobre a estrutura social (WEBER, 1999; e OLSON, 1999). Não à toa, como vimos, um número significativo de membros do PENSA e do PAA são pós-graduados naquilo que está definido em seus currículos como “Ciências Sociais Aplicadas”. Apesar disso, como veremos mais adiante, embora a reflexão sobre a noção de ambiente institucional representasse os esforços dos teóricos da NEI – com especial destaque para North – de considerar a importância das determinações históricas e culturais que envolvem as transações econômicas, para as demais correntes teóricas críticas das ciências sociais, este esforço seria, todavia muito aquém do necessário, reproduzindo o vício de origem da economia neoclássica ao naturalizar e universalizar os princípios da economia capitalista de um determinado lugar e tempo histórico para toda e qualquer comunidade humana, a todo e qualquer tempo.

Dessa maneira, a partir do momento que se reconheceu na análise das diferentes modalidades alternativas de contratos a estratégia fundamental de redução dos custos de transação, os referenciais teóricos destes outros campos do conhecimento passaram a orientar a fundamentação dos principais conceitos da NEI, dentre os quais se destacam quatro: a já citada noção de *ambiente institucional*, os pressupostos comportamentais da *racionalidade limitada* e do *oportunismo* e suas concepções a respeito dos *direitos de propriedade* (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Em primeiro lugar, as noções de “ambiente institucional” e de “instituições”, como já foi indicado acima, correspondem às regras do jogo em que se desenvolvem as relações econômicas. Nas palavras de Williamson: “*the rules of the game that define the context within which economic activity takes place. The political, social and legal ground rules establish the basis for production, exchange, and distribution*” (WILLIAMSON apud ZYLBERSZTAJN, 1995: 18). Neste sentido, o ambiente institucional corresponde “ao sistema de normas (restrições informais, regras formais e sistema de controle) que afeta o processo de transferência dos direitos de propriedade, exigindo recursos reais para operarem” (ZYLBERSZTAJN, 1995: 18). Pode-se entender também como “vetor de fatores de deslocamento que interferem diretamente nas formas de governança”. Entre tais fatores estariam aspectos como: “tradição legal, existência de leis de proteção intelectual, tradições de arbitragem para a solução de disputas, aspectos culturais, entre outros”. Assim, nesta perspectiva, o modo de governança – aqui já não mais entendido como simples forma de organização empresarial, mas como modelo de organização social (estatal, associativista, escolar, cultural, religiosa, política, etc...) ideal/desejável – mais “eficiente” – só pode ser alcançado a partir do entendimento das relações entre indivíduo e sociedade, sob a perspectiva de que, embora a primazia seja da ação sobre a estrutura, a segunda também determinaria a primeira, interferindo no equilíbrio “natural” das relações de troca entre os

indivíduos no mercado. Ou seja, na perspectiva da NEI, o “modo eficiente de governança resultará da interação entre o ambiente institucional e o comportamento dos indivíduos” (ZYLBERSZTAJN, 1995: 163).

Com isso, a noção de “ambiente institucional”, ao se referir aos regulamentos sociais diversos de uma determinada formação social, curiosamente alarga o leque de possibilidades de forças de intervenção sobre o mercado e a organização da vida social para além da figura liberal do “Estado-sujeito”, ou seja, do Estado como agente arbitrário, autônomo e externo às forças de mercado (MENDONÇA, 2014), incluindo também as relações de força na sociedade civil. Contudo, a NEI, apesar de apontar para a necessidade de se considerarem as determinações culturais, políticas e sociais, portanto, históricas, de determinada sociedade em que se desenvolvem as relações econômicas de mercado, ao relegar a este conjunto de complexas dimensões da realidade social o mesmo “espaço teórico”, reunindo-as no mesmo conceito de “ambiente institucional”; ao relegar à palavra “cultura” o lugar de último (e mais um) item das “regras do jogo”, tal perspectiva segue desistoricizando as relações sociais e suas formas de organização da vida em sociedade – reduzidas às melhores e mais eficientes formas de geração e captura individual de valor, em que os benefícios coletivos da produção e de sua distribuição social são sempre um desdobramento de segundo plano, cujos efeitos seriam sempre supostamente positivos, fazendo com que as “condições ambientais” em que a mesma se desenvolveu historicamente importem, na prática, muito pouco.

Além disso, num cenário em que a definição dos custos de transação através de diferentes formas contratuais se torna o centro da análise, com fins de melhoramento do desempenho econômico das cadeias produtivas em que determinado indivíduo produtor está inserido, dois outros importantes “pressupostos comportamentais” das Ciências Sociais são mobilizados. O primeiro é o conceito de racionalidade limitada, que pressupõe um comportamento otimizador (intrínseco e inexorável) que, no entanto, nunca é capaz de se

realizar plenamente. Ou seja, “o agente econômico deseja otimizar, entretanto não consegue satisfazer tal desejo” (ZYLBERSZTAJN, 1995: 17). Este princípio conduz à conclusão da importância dos contratos preverem o máximo possível de situações de risco de quebra contratual, mesmo sabendo que sempre haverá brechas para que isso ocorra.

Ao mesmo tempo, estas situações, dariam-se por um segundo pressuposto comportamental mobilizado pela NEI, a ideia do “oportunismo”, que supõe que os indivíduos agem, necessariamente, por um auto interesse não-cooperativo e competitivo. Ao visar um benefício individual/particular de tipo monopolístico e excludente, a ação oportunista não só desconsideraria as suas consequências em relação a terceiros, como sempre buscaria extrair daí algum tipo de vantagem para o seu autor. Neste sentido, para Williamson, o oportunismo seria “a busca pelo auto interesse com avidez” (ZYLBERSZTAJN, 1995: 18).

É interessante problematizar esta leitura na medida em que, invariavelmente, ela pressupõe um comportamento social que sugere novamente sua “naturalização”, mais uma vez flertando com procedimentos que desistoricizam e minimizam as dimensões culturais e políticas da ação dos indivíduos em sociedade. Se o comportamento oportunista é intrínseco à natureza humana, a busca pelo auto interesse com avidez nada mais é do que a busca pela maximização dos lucros como referencial único ou primordial para a conduta de determinado indivíduo. Muito embora seja ressaltado que “o pressuposto não é de que todos os indivíduos agem sempre oportunistamente, bastando que algum indivíduo tenha a possibilidade de assim agir para que os contratos fiquem expostos a ações que demandam monitoramento” (ZYLBERSZTAJN, 1995: 18), é interessante observar como, na aplicação empírica desta teoria econômica, este suposto frequentemente se mostra com uma perspectiva generalizante da conduta humana, principalmente quando a mesma se realiza na análise de instituições sem fins lucrativos, como o Estado e outras formas de organização social ou cultural. Portanto, sob tal perspectiva teórica, os contratos emergem como os grandes instrumentos

coordenadores que estabelecem os mecanismos de monitoramento dos agentes econômicos envolvidos, buscando prever e prevenir a maior parte possível dos riscos de quebra contratual.

Finalmente, a compreensão dos direitos de propriedade também tem sido um dos principais objetos e conceitos utilizados nas pesquisas desenvolvidas sobre agribusiness dentro do marco teórico da escola de Harvard e da Nova Economia Institucional. Na perspectiva da Economia dos Custos de Transação, os direitos de propriedade seriam justamente as mercadorias transacionadas pelas relações econômicas no mercado. Nesta lógica, os direitos de propriedade seriam responsáveis por definir não só as características físicas e o valor de uso de determinado bem, mas, principalmente, seu valor de troca, estabelecendo quem (e quanto) deverá pagar para quem em determinada transação econômica. Ao considerar uma série de situações onde o “ambiente institucional” influi sobre a configuração e, portanto, sobre as características físicas de determinado bem, assim como sobre o valor de uso e o valor de troca de seu direito de propriedade, a NEI elege duas questões práticas que abrem possibilidades de pesquisa aplicada à atividade de assessoria para gestão empresarial e formulação de políticas públicas: a questão dos custos de transação associados às suas diversas modalidades contratuais e a questão das relações e limites entre Estado e iniciativa privada.

Com relação à primeira questão, dentro do esforço de monitoramento do comportamento oportunista e de maximização da geração e captura do valor, os contratos, enquanto definidores dos direitos de propriedade e salvaguarda em relação ao risco, seriam os grandes instrumentos de relacionamento entre os agentes econômicos na busca pela redução dos seus custos de transação individuais. Isto se explica, não apenas pelos contratos permitirem a tomada de decisões em relação aos custos de internalização (ou não) de determinada atividade produtiva ao escopo de atuação de determinada firma - que nos levaria



para o tema da coordenação dos sistemas agroindustriais - mas também por mensurar os custos de monitoramento do seu relacionamento com agentes econômicos internos e externos à mesma. Em relação aos elementos exógenos da firma, têm-se os diferentes clientes e fornecedores da firma contratados via mercado, bem como representantes da sociedade política e da sociedade civil envolvidos em alguma das etapas da produção e da comercialização da firma. A respeito dos elementos endógenos, considera-se que a análise dos direitos de propriedade permitiria uma melhor compreensão da estrutura contratual interna das empresas:

A firma pode ser vista como um rico ambiente para discutir-se direito de propriedade, a partir do conceito proposto por Coase, onde a firma é tratada como um complexo de contratos. Sendo os contratos voltados para definir regras de troca de direitos de propriedade entre agentes especializados, a firma passa a representar um exemplo onde a análise de direitos de propriedade pode ser útil para a compreensão da estrutura interna contratual (ZYLBERSZTAJN, 1995: 39).

Dentre os custos de monitoramento, destaco as relações de trabalho e as consequentes decisões sobre a alocação e distribuição do valor gerado pelo conjunto de atividades produtivas das empresas. Sobre o tema, usando termos eufemísticos e generalizantes como “incentivos” (para se referir tanto aos ganhos e garantias dos trabalhadores, como as “salvaguardas” contratuais dos empresários); “resíduo” (para se referir ao ganho do empresário) e “equipe” (para se referir ao conjunto de funcionários da firma, seja em postos de direção, seja na condição de trabalhadores), o autor define o que seria “o clássico problema da produção em equipe”: “Diferentes problemas surgem quando se estabelece a produção na forma de equipes sendo os mais comuns, o problema de mensuração da produção e o decorrente problema do desenho apropriado de uma estrutura de incentivos”. No entanto, para além do simples cálculo do valor do trabalho a ser pago à “equipe”, a questão do monitoramento de custos com este tipo de relação contratual específica, desvela uma preocupação com outro tipo de controle e de cálculo de custos: o problema político das

relações de trabalho em si mesmas, como fonte potencial de conflito social. Tais conflitos são sutilmente delineados nas seguintes considerações:

a firma típica é representada pela sobreposição de ações cujos resultados intermediários são de difícil mensuração e onde a produtividade de um indivíduo é afetada pelas ações dos demais. Em caso de dificuldades de monitoramento das equipes, surge um típico problema resultante da ação oportunista dos indivíduos (*free rider*). Desta forma, a alocação dos direitos de propriedade sobre o produto final passa a sofrer um problema de mensuração de difícil solução (ZYLBERSZTAJN, 1995: 40).

Ou seja, numa leitura do problema posto a partir das relações de trabalho, a questão se refere ao seu funcionamento harmonioso, no sentido de reproduzir a organização e os procedimentos considerados mais estratégicos e eficientes para a maximização da geração e captura de valor. Mais ainda, ao se considerar os riscos de ações oportunistas dos “indivíduos” componentes da “equipe” – quase sempre omitindo ou desconsiderando os riscos de comportamentos oportunistas dos patrões frente aos trabalhadores – destacam-se as preocupações com as expectativas existentes em relação ao comportamento de trabalhadores no cumprimento dos contratos, bem como de possíveis conflitos internos e externos (jurídicos ou não) à firma que eventualmente podem vir daí. Nesta dimensão do problema, a questão do valor pago pelo trabalho, ou dos “incentivos” para o cumprimento das relações contratuais aos membros da “equipe”, aparece na medida em que se considera que “a alocação dos direitos de propriedade sobre o produto final passa a sofrer um *problema de mensuração de difícil solução*”.

No que se refere à questão de quais seriam os limites entre Estado e iniciativa privada, para além do papel do primeiro como regulador e garantidor das salvaguardas contratuais através do Sistema de Justiça, destaco outras três questões frequentemente abordadas pelos estudos sobre agribusiness que trabalham com o marco teórico da NEI: o problema dos espaços de atuação do Estado e da iniciativa privada na economia; o problema da propriedade da terra, seus desenvolvimentos históricos e formas de estruturação; e os debates sobre os direitos de propriedade intelectual.

Sobre o papel do Estado na economia, ao mesmo tempo em que a NEI busca superar a limitação da economia neoclássica, que desconsidera o papel das “instituições” na formação dos custos de transação, esta vertente contemporânea do liberalismo econômico não deixou de reforçar as principais tendências ultra liberais dos economistas do final do século XIX, jogando água no moinho da ascensão da escola de Chicago como principal referencial reformador do Estado Social, em crise desde os anos 1970. Neste sentido, Coase critica a literatura econômica tradicional e seu clássico exemplo dos faróis ingleses de sinalização costeira. Segundo a perspectiva da economia neoclássica, os faróis deveriam ser operados pelo Estado em razão do fato de não ser possível exercer o direito de exclusão neste tipo de atividade econômica. Coase, ao contrário, defendeu que mesmo atividades que tradicionalmente eram entendidas como de responsabilidade quase exclusiva do Estado poderiam vir a ser assumidas pela iniciativa privada, uma vez que, em sua visão, a impossibilidade do exercício do direito de exclusão sobre determinada atividade econômica, não impediria a estruturação de uma gestão privada “eficiente”. Por isso, Zylbersztajn, se referindo às tendências de reformas na economia capitalista mundial no final do século XX, conclui que: “Esta questão, trazida por Coase para redimir a literatura econômica de uma conclusão errônea, serve como motivação para a reavaliação do papel do Estado, tal como se observou na década de 1990, em países como a China, Rússia e demais repúblicas ex-soviéticas, México, Argentina, Brasil e Índia” (ZYLBERSZTAJN, 1995: 31). Assim, o autor contribuiu na fundamentação teórica da onda de privatizações – atingindo uma série de atividades econômicas que até então, se não eram exclusividade do Estado, contavam com seu protagonismo – e de flexibilização da regulação estatal sobre as relações de trabalho – produzindo um profundo retrocesso sobre a noção de direitos do trabalhador e Estado social.

Com relação à questão da propriedade da terra, seu desenvolvimento histórico e suas formas de estruturação, a definição dos direitos de propriedade e do papel do Estado em

relação a estes também tem se mostrado um tema fundamental dos estudos do sistema agroindustrial dentro do marco teórico da NEI. Esta preocupação se liga diretamente ao problema da sustentabilidade e da responsabilidade social e ambiental, visto que ele aborda tanto o tema da concentração da propriedade fundiária, como o tema da forma e da intensidade do uso dos recursos humanos, naturais e energéticos disponíveis em determinada propriedade ou região. Assim, em primeiro lugar, Zylbersztajn realiza as seguintes considerações a respeito do papel do Estado na definição dos direitos de propriedade sobre um determinado imóvel:

O proprietário pode ter o direito de uso, mas, em muitos casos, não pode interferir no aspecto externo do imóvel, quando a legislação urbana define um tombamento por razões históricas ou arquitetônicas. Da mesma forma, o inquilino tem um típico direito de uso, limitado, entretanto, não podendo vender o imóvel ou mesmo destiná-lo a determinados usos sem a autorização do proprietário. Um proprietário de um imóvel rural pode ter uma estrada de uso público cortando as suas terras, não podendo impedir a quem quer que seja, de utilizar a estrada para efeito de transporte e movimentação (ZYLBERSZTAJN, 1995: 30).

Constatando estas e outras questões envolvendo a definição dos direitos de propriedade sobre a terra e o uso de seus recursos, Zylbersztajn recorre ao exemplo do lago de Ricketts. Neste caso, determinado lago teria seus recursos produtivos explorados numa forma e numa intensidade que extrapolaria suas capacidades naturais. Assim, Ricketts aponta para três possibilidades de estruturação dos direitos de propriedade na sociedade, que chamei aqui de comunitária, empresarial e ditatorial. Segundo Zylbersztajn, estas três vias podem ser explicadas da seguinte maneira:

- Todos os pescadores concordam em renunciar ao seu direito comunitário em prol do benefício social, ainda que ele, individualmente, possa perder com o novo arranjo. Esta solução contraria o pressuposto comportamental adotado por Williamson, que foi definido no capítulo anterior como a busca do auto-interesse e é incompatível com o conceito de maximização de utilidade da teoria neo-clássica. Apenas em casos muito especiais em comunidades caracterizadas por intensa interação entre os indivíduos somadas a algum tipo de liderança incontestável, tal solução poderia emergir.
- A segunda solução indicada por Ricketts é aquela onde surge um empresário que consegue manejar o excedente de tal forma a ressarcir os participantes da sociedade pelo não uso do recurso e ainda auferir um lucro com o excedente. Trata-se de uma típica solução Pareto ótima, onde os custos da reorganização são menores do que os benefícios advindos desta, e os problemas redistributivos são evitados via negociação. A figura do empresário é importante como um alocador de recursos e identificador de oportunidades.

- A terceira forma apresentada por Ricketts é aquela onde aparece um ditador, ou seja, um indivíduo com poder suficiente para apontar a nova estrutura de direitos sem que exista espaço para contestação (ZYLBERSZTAJN, 1995: 30).

Nesta perspectiva, a solução para o problema da sustentabilidade na exploração do lago somente é vislumbrada na medida em que se estabelece algum poder regulador que garanta um direito de exclusão sobre o uso de seus recursos naturais e energéticos. Uma vez que o direito comunitário não é visto como viável em função do pressuposto comportamental do oportunismo individual (busca pelo auto interesse com avidez), não restaria outra alternativa que não o monopólio empresarial ou o autoritarismo político. Ignorando qualquer outra possibilidade de construção de relações sociais cooperativas entre um amplo coletivo de indivíduos, mesmo que os exemplos históricos estejam sendo cada vez mais estudados e divulgados pela História e pela Antropologia Social, o referencial teórico liberal de Demsetz<sup>38</sup> que é mobilizado para compreender as estruturas históricas dos direitos de propriedade, responsabiliza os atores sociais que vivem do direito comunitário por sua suposta ineficiência econômica e insustentabilidade social e ambiental. Mesmo que sejam os monopólios econômicos e Estados os principais responsáveis históricos pela superexploração dos recursos sociais, naturais e energéticos disponíveis.

Assim, revela-se uma simpatia não declarada (porém indisfarçada) pela segunda solução, pois, nesta lógica, seria do excedente privado que seriam redistribuídos, via o que se define idealmente como livre negociação no mercado, os benefícios para o conjunto da sociedade, desconhecendo abertamente as profundas desigualdades que persistem e se aprofundam em sociedades cujo modelo de estruturação dos direitos de propriedade adota os monopólios empresariais como forma hegemônica de organização das relações de produção. Destaque também para como a solução ditatorial aparece associada à corrupção de um modelo comunitário de estruturação dos direitos de propriedade. Uma vez que não se

---

<sup>38</sup> Identificado com a Escola de Chicago, Harold Demsetz foi professor da Universidade da Califórnia e atualmente é vinculado à Universidade de Chicago. É reconhecido como um dos pioneiros da Nova Economia Institucional e dos estudos sobre direitos de propriedade junto a este campo teórico da Economia.

considera possível a construção de um autogoverno comunitário sobre os recursos do lago, a ausência de uma classe empresarial produtora de excedentes é, necessariamente, vista como uma brecha para a emergência de soluções autoritárias. Curioso, no entanto, como a própria existência dos monopólios empresariais não é vista como uma forma de imposição autoritária. Dessa maneira, a partir da perspectiva da NEI de revisão de alguns pressupostos da economia neoclássica – sem romper com seus principais fundamentos liberais – Zylbersztajn propõe uma quarta solução intermediária:

- Aparentemente o autor não explorou a possibilidade associada à última solução, onde ao invés do ditador, existe uma instituição reguladora definida pela sociedade, com credibilidade e poder delegado de tal modo a permitir a solução sem o surgimento do ditador. Esta entidade poderia ser o Estado, definindo direitos de propriedade sob a ótica da otimização social, lidando com os aspectos redistributivos, ou ainda poderia ser uma instituição privada com credibilidade suficiente para exercer o poder regulador. Tal é o papel típico dos governos estabelecidos e de instituições informais em comunidades pequenas caracterizadas por grande interação social (ZYLBERSZTAJN, 1995: 31).

É interessante notar que, partindo do pressuposto da inviabilidade do direito comunitário, o autor busca apresentar uma solução intermediária às opções restantes, o monopólio empresarial e o autoritarismo político. Isto se alinha com os esforços da NEI em reafirmar que as instituições importam, para além do mercado. Portanto, ao mesmo tempo, além de deslegitimar o direito comunitário como “instituição” “eficiente” – no sentido próprio da teoria em questão – de estruturação dos direitos de propriedade em uma sociedade, esta perspectiva teórica abre espaço para uma aceitação de determinadas instituições de caráter regulatório que poderiam ser exercidas tanto por um Estado – idealmente – não autoritário, quanto por instituições privadas da sociedade civil, onde se destacariam as associações empresariais como formas de ação coletiva. Tais instituições seriam as responsáveis pela coordenação econômica do sistema, regulando a estrutura de definição dos direitos de propriedade e, supostamente, conferindo maior eficiência e sustentabilidade econômica na exploração de determinados recursos sociais, naturais e energéticos. Assim, num contexto de franca expansão do neoliberalismo admitia-se, simultaneamente, a ação

reguladora do Estado sobre os direitos de propriedade e uma terceirização de suas funções em alguns departamentos para determinadas instituições da iniciativa privada “sem fins lucrativos”.

Finalmente, os debates sobre os direitos de propriedade intelectual, também tem se mostrado como importantes referenciais teóricos para a análise empírica das formas de ação e organização empresarial. Num modelo de produção agroindustrial cada vez mais dependente da eficiência de suas formas organizacionais e de produção, a preocupação com os direitos de propriedade se manifesta, pelo menos, de duas formas predominantes: em relação à produção biotecnológica de insumos que implica no debate sobre a propriedade das patentes tecnológicas e em relação ao mercado consumidor no que se refere às estratégias de denominação de origem dos produtos agropecuários (ZYLBERSZTAJN, 1995; ORDOÑEZ, 2000).

É neste contexto que se insere a contribuição teórica de Hector Ordoñez que, não só foi reconhecido pela introdução de todo este arcabouço teórico na Argentina, mas pelo desenvolvimento de uma reflexão específica sobre as estratégias de denominação de origem como caminho promissor para o desenvolvimento do agronegócio neste país. Tomando como referência o desenvolvimento de certificações de origem e de qualidade na Europa, principalmente nos países do Sul, e reivindicando as raízes mediterrânicas (Espanha e Itália) da Argentina, o fundador do PAA defende a existência de uma *path dependency*<sup>39</sup> conceito que foi utilizado não só nesta tese, mas em muitos trabalhos desenvolvidos no programa –

---

<sup>39</sup> O conceito de *path dependency*, ou dependência da trajetória, parece ser utilizado por diversos autores, seja de raiz marxista (Barrington Moore), seja de raiz mais liberal, como o próprio Douglas North, um dos principais teóricos da NEI. Como demonstra Costa (2019), North dialogou com o conceito de cultura para fundamentar a afirmação da NEI de que as instituições importam no livre mercado, utilizando a noção da *path dependency* para compreender os efeitos históricos da cultura sobre o desenvolvimento social e econômico de determinados países, justificando as desigualdades existentes entre diferentes formações sociais e culturais. Por isso que os pesquisadores que trabalham com o marco teórico da NEI recorrem a North para compreenderem particularidades nacionais e regionais, como as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos ou as diferenças entre diferentes regiões de um mesmo país.

que justificaria as denominações de origem como uma das principais estratégias de desenvolvimento do agronegócio no país.

Assim, a tese de doutorado realizada por Ordoñez (2000) na Escola de Negócios da Universidad de Belgrano não apenas foi a primeira pesquisa desenvolvida na Argentina utilizando o marco teórico mobilizado pelo PENSA, ou seja, a articulação entre os estudos sobre os Sistemas Agroindustriais e a NEI, como, por essa razão, se consagrou publicamente como referência pioneira no desenvolvimento do que ficou reconhecido como uma teoria específica para o estudo do agronegócio argentino: a Nueva Economía y Agronegocios Alimentares (NENA) (GRAS E HERNANDEZ, 2016). Segundo este autor, a NENA seria uma ampliação do conceito de “*sistema de agronegocios coasiano*” desenvolvido pelo PENSA, a partir de uma análise específica das estratégias de denominação de origem de produtos agroindustriais argentinos:

Es sin embargo en el trabajo de Zylbersztajn et al. en el PENSA en donde se encuentra la resolución y la síntesis del abordaje de la Nueva Economía Institucional y del Agribusiness, conformando una metodología de análisis e intervención en torno al concepto de “sistema de agronegocios coasiano” El “sistema de agronegocios coasiano”, conceptualizado por Zylbersztajn et al., constituye el núcleo duro de la Nueva Economía y Agronegocios Alimentarios. En la propuesta de Ordóñez (1998) se amplían las unidades de análisis para abarcar situaciones de negocios particulares que eventualmente requieren un espectro de abordaje más amplio. Sin embargo, podría afirmarse que la propuesta del nuevo paradigma “Nueva Economía y Agronegocios Alimentarios” solo constituye una ampliación de la propuesta de Zylbersztajn et al. a los efectos de incluir algunas situaciones de la realidad más específicas, como el caso de las Denominaciones de Origen (ORDOÑEZ, 2000: 7).

Assim, partindo das premissas de Porter<sup>40</sup> que entende que as estratégias competitivas no mercado podem ser divididas fundamentalmente em duas, “*liderar en costos o liderar en diferenciación*”, o autor situa as denominações de origem no segundo tipo. Tais estratégias poderiam visar tanto a origem geográfica do produto, como seus padrões de qualidade, através de formas de certificação junto ao público consumidor, que cada vez mais demandaria

---

<sup>40</sup> Michael Porter é economista, professor da Harvard Business School e tido como um clássico dos estudos sobre competitividade e estratégias de governança empresarial, sendo um dos autores mais citados e lidos nas escolas de negócios do mundo, possuindo ativa participação no desenvolvimento de políticas econômicas nos Estados Unidos.



por produtos de origem agropecuária “*que tienen un cuento para contar*” (ORDOÑEZ, 1998: 50). Sendo assim, as técnicas de *marketing* e comunicação ganharam grande relevância para a eficiência das estratégias de denominação de origem, garantindo, em tese, que o produtor seja capaz de cumprir seu papel construindo a história de seu produto; os distribuidores possam difundir uma narrativa convincente sobre esta história para os consumidores, que, por sua vez, condicionam as mesmas a partir de suas demandas por determinados padrões de origem e qualidade.

Neste sentido, segundo Ordoñez (2000), as denominações de origem podem ser abordadas segundo a questão do ambiente histórico-geográfico, do ponto de vista jurídico e com foco na estratégia de negócios. Em relação à primeira abordagem, encontra-se o problema da definição e comunicação das características históricas, culturais e geográficas a serem exploradas pela estratégia de denominação de origem que pode ser mobilizada através de atores privados, mas que, frequentemente, é fomentada e organizada por diferentes formas (legais e extra legais) de regulamentação do Estado. Neste aspecto se insere também o fato de a estratégia das denominações de origem garantirem o atendimento a determinadas exigências sociais e legais de sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental. Do ponto de vista jurídico, como já apontado, concentram-se principalmente as preocupações com a definição dos direitos de propriedade intelectual e seu monitoramento e regulamentação na forma estrita da lei. Finalmente, as denominações de origem como estratégia de negócios das empresas focam nos seguintes problemas: geração de valor, diferenciação de produtos e segmentação de mercado, coordenação agroindustrial e mecanismos de governança, promoção de pequenas e médias empresas, desenvolvimento regional e promoção de exportações.

O desenvolvimento deste trabalho foi resultado não apenas das conexões internacionais de Ordoñez com o PENSA e a rede acadêmica organizada na IFAMA, mas

também de seu trabalho como assessor especial da Secretaria de Agricultura de La Nación, onde foi responsável pelo desenvolvimento do marco legal dos direitos de propriedade intelectual relacionados às denominações de origem dos produtos agropecuários argentinos (LIAUDAT, 2018). Embora muitos produtos com denominação de origem sejam realizados segundo padrões de produção alternativos (agricultura familiar, orgânica, pequena e média produção), é importante ter em conta que as estratégias de certificação de origem e qualidade cada vez mais ganham relevância para a exportação de bens produzidos segundo o modelo do agronegócio. Portanto, apesar das estratégias de denominação de origem serem valorizadas pelo seu potencial de inclusão de atores econômicos com menor escala de produção e métodos alternativos focados na diferenciação do produto, o interesse estratégico que se percebe no trabalho de Ordoñez (2000) e nas pesquisas que a partir dele se desenvolveram, também possui uma clara motivação de abordar as melhores formas de certificação agropecuária com vistas à produção em larga escala e a alta concentração de capital.

Assim, a partir de sua teoria NENA, Ordoñez (2000) recorreu à noção clássica de paradigma científico de Khun (1971), como método determinado de fazer científico universalmente aceito em determinada época, para afirmar e legitimar a emergência de uma nova forma de se analisar e fazer negócios no “agro argentino”. Colocando-se na condição de tradutor do marco teórico dos sistemas agroindustriais e da NEI para a realidade nacional, este autor informa e/ou se informa do debate político levado a cabo pelas principais lideranças das principais associações empresariais do agronegócio argentino, em que se destaca a AAPRESID. Neste debate, como vimos, uma das insígnias mais recorrentes tem sido justamente *el cambio de paradigmas* ou *el nuevo paradigma de los agronegocios*.

Dessa maneira, a combinação da análise dos sistemas agroindustriais com o arcabouço teórico da NEI tem sido utilizada e difundida pelo PENZA e pelo PAA como principal referencial de estudo e justificação ideológica da eficiência (leia-se, superioridade)

do modelo do agronegócio, em que os “jogadores” mais capacitados e poderosos para o jogo no “livre mercado” determinam as estruturas de governança do conjunto das cadeias de produção agroindustrial, segundo suas conveniências estratégicas, garantindo a maior geração e captura de valor dentro do menor tempo possível. Porém, embora esta teoria se justifique exatamente por sua tentativa de superação das limitações da econômica neoclássica – por esta não abrir espaço para a determinação das estruturas históricas e culturais sobre a ação racional dos indivíduos no mercado – a crítica da Nova Economia Institucional tem buscado demonstrar de que maneira a perspectiva difundida por Williamssom, na realidade, pouco avança na superação do fetiche do livre mercado como instituição universal da natureza humana, sem um lastro histórico a ser investigado e comprovado empiricamente, apenas dedutivamente (ANKARLOO E PALERMO, 2004; MENDES, FIGUEREDO E MICHELS, 2009; PEREIRA, 2010).

Por isso, vale resgatar a argumentação do artigo de Daniel Ankarloo e Giulio Palermo, um dos mais sistemáticos trabalhos críticos sobre o assunto. Estes dois autores, buscam apontar as principais inconsistências teóricas da NIE, chamando atenção para o alto grau de idealismo presente nos seus pressupostos fundamentais, que, assim como na economia neoclássica, ignoram as condições sociais e históricas de conformação da economia capitalista, naturalizando as suas relações sociais de produção como um fator intrínseco e universal de toda a humanidade, e tratando-as, portanto, como fenômenos a-históricos. Com isso, Ankarloo e Palermo (2004), sugerem que a NEI (ou NIE, na sigla em inglês) seria uma teoria econômica burguesa – ou seja, uma ideologia, no sentido próprio do pensamento marxiano – de justificação/naturalização do capitalismo, sendo ela mesma – na perspectiva do próprio pensamento de Williamssom – uma instituição do capitalismo. Nas palavras destes autores:

The assumption of a primordial system of pure markets contains all the contradictions of the NIE approach to the study of the institutions of capitalism and is itself the product of an idealised vision of capitalist economic relations. The

critique of Williamson's definition of the problem, method and conception enclosed in the assumption that in the beginning there were markets, not only points to the origins of the inner contradictions of the NIE research programme, but also suggests that Williamson, with his ideological understanding of the nature of capitalist institutions as efficient solutions to market failures, is ultimately himself an institution of capitalism (ANKARLOO e PALERMO, 2004, p. 414).

Neste sentido, os autores questionam o coração teórico da NEI: o suposto de que “in the beginning there were markets”. Ao partir desta premissa, a NEI anula qualquer esforço feito no sentido de dotar a economia neoclássica de maior sensibilidade aos fatores estruturais, históricos e culturais. Velendo-se de um método dedutivo, esta teoria utiliza a estática comparativa para calcular o grau de eficiência de determinada transação econômica. Portanto, saindo de um único e imutável ponto de partida – de que o mercado seria uma instituição pré-histórica e universal, antediluviana – a NEI se mostra tão incapaz de aferir as particularidades sociais e culturais que envolvem determinada relação de produção, em um determinado contexto histórico e geográfico, quanto a sua predecessora, a economia neoclássica. Isto explica o porquê da facilidade destes intelectuais para a transposição automática do modelo do agronegócio das circunstâncias históricas e sociais dos países centrais do capitalismo, particularmente os Estados Unidos, para a especificidade histórica de determinados países e regiões do sul global. Também evidencia a maneira com que autores como Williamsson tratam a história, operando com hipóteses que nunca foram comprovadas empiricamente, muito pelo contrário, são simplesmente deduzidas a partir de um suposto que generaliza a conduta dos indivíduos em sociedade ao longo do tempo. Segundo Ankarloo e Palermo, o pensamento de Williamson simplesmente busca contar uma história que caiba em suas premissas teóricas, sem maiores evidências empíricas:

Effectively disregarding serious historical research, Williamson is forced to tell a story that simply tries to fit his theory. He does not try to explain actual events, but only illustrates, at best (but probably not!), a possible historical development. The story does not start with ‘once upon a time . . .’, but with ‘let us assume that the world is as if it were coherent with our theory . . .’. In Williamson's theory, as in NIE at large, history is treated as if it did not matter to the conception of the model; rather, history is ‘as-if’ to the validity of the model. But, since hierarchical organisations of production in history preceded a system of markets, feudalism preceded capitalism, the labour market, proletarianisation, etc. are historical products, the assumptions of Williamson's theory inevitably land him in trouble. In order to

solve the problem, Williamson depicts micro-economically rational agents selecting, voluntarily through conscious choice, markets over hierarchy, capitalism over feudalism, wage labour over serfdom, by calculating their respective efficiency (ANLARKOO E PALERMO, 2004, p. 419).

Assim, apesar de buscar conferir um verniz cultural à perspectiva do liberalismo sobre a História, reconhecendo a impossibilidade de se considerar um contexto de zero custos de transação, a NEI segue partindo deste suposto quando considera o mercado como instituição universal e primordial de todas as demais instituições das sociedades humanas, ao menos daquelas supostamente mais “desenvolvidas” ou “evoluídas”. Com isso, este referencial teórico não apenas fundamenta, na aparência, o cálculo material dos custos do monitoramento e da internalização de determinada transação econômica (leia-se, dos riscos sociais, políticos e naturais), sendo útil para a definição das melhores estratégias dos grandes grupos empresariais de cada cadeia agroindustrial (apresentados pelo conjunto das diferentes escalas de produção), como também possui uma essência voltada para fornecer os argumentos de legitimação política dos mecanismos contemporâneos do processo de acumulação capitalista, naturalizando, universalizando e justificando ahistoricamente diversas visões de mundo presentes na realidade social contemporânea, sob um verniz de análise científica e objetiva, tais como: a ideia do mercado enquanto instituição “antediluviana” e mais eficiente da humanidade; a primazia da ação racional dos indivíduos sobre as estruturas sociais e históricas; a primazia da mentalidade oportunista do auto interesse com avidez; e, finalmente, a desqualificação do direito comunitário em face de uma suposta superioridade natural do monopólio empresarial e da propriedade privada, o que tem conferido um grande destaque para a importância estratégica da gestão de conflitos envolvendo a questão do controle sobre a propriedade intelectual, da terra e dos recursos naturais.

### 3.5. A agenda de pesquisa do agribusiness

A seguir buscarei apresentar alguns aspectos que pude identificar a respeito da produção acadêmica do PENSA e do PAA e que são reveladores de uma agenda de pesquisa voltada para identificar e formular estratégias políticas e econômicas da ação empresarial da grande produção agroindustrial do Brasil, da Argentina e de outros vizinhos sul-americanos, no sentido de analisar quais seriam as melhores estruturas de governança num determinado contexto social e produtivo, bem como quais são as principais formas de justificação ideológica do modelo do agronegócio, realizando, no interior e a partir do campo científico, a disputa pelo monopólio do poder simbólico de definição da verdade (científica) (BOURDIEU, 1974).

Para tanto, realizei um levantamento de um conjunto representativo de trabalhos acadêmicos desenvolvidos no âmbito dos dois programas. Com isso, procurei identificar quais são os temas principais abordados, as características dos produtos e sistemas produtivos estudados, os principais problemas econômicos, sociais e políticos abordados e os principais interesses de pesquisa trabalhados pelo quadro docente do PENSA e do PAA, chegando ao seguinte conjunto de temas e questões:

- Principais produtos e cadeias
- Abordagens dos diferentes elos das cadeias de produção (financiamento, insumos, produção, industrialização, distribuição, consumo e gestão)
- Abordagem geográfica das pesquisas
- Estudos sobre comércio exterior
- Estudos sobre inovação e tecnologia
- Estudos sobre cooperativismo
- A questão da ação e organização política
- A questão da propriedade
- A abordagem da questão social e ambiental
- A análise de formas alternativas de produção
- As buscas por uma melhor estratégia empresarial

Em relação ao programa brasileiro, em função da ausência de maiores informações disponíveis e sistematizadas para consulta pública, foi preciso definir uma lista de teses de

doutorado e dissertações de mestrado vinculadas ao mesmo. Dessa maneira, considerei os trabalhos desenvolvidos no âmbito das pós-graduações stricto sensu da FEA/USP e orientados pelos professores efetivos desta faculdade que são vinculados ao PENSA. Assim, foi possível acessar 49 teses e 68 dissertações que se encontram disponíveis no repositório digital da USP. A lista específica desta produção acadêmica, com a relação dos respectivos títulos, orientandos e orientadores pode ser consultada no **anexo 5**.

Com respeito à produção acadêmica do PAA, este programa disponibiliza em sua página na internet a relação das 62 dissertações de mestrado (não há curso de doutorado) defendidas até o ano de 2019. Partindo da presente lista, acessamos os trabalhos através do repositório digital da UBA. A relação com seus títulos, autores e orientadores pode ser consultada no **anexo 6**.

### **3.5.1. A produção do PENSA**

Em relação às pesquisas desenvolvidas pelo programa brasileiro, no que se refere aos principais produtos e cadeias produtivas estudadas, identifiquei que os sistemas e subsistemas agroindustriais da soja e da produção de proteína animal (bovina, avícola e suína) são, aparentemente, os que mais recorrentemente foram objeto de pesquisa pelos trabalhos acadêmicos desenvolvidos no PENSA. Além destes dois importantes itens da pauta de exportações do país, também identifiquei os seguintes produtos e cadeias produtivas: suco de laranja, celulose, laticínios, cana de açúcar, café, algodão, vitivinicultura, produtos hortícolas, flores, produção de sementes, distribuição de agrotóxicos, supermercados, marketing e serviços ambientais.

Sobre quais seriam os elos das cadeias produtivas mais abordados é significativo o fato de não ter sido identificado nenhum trabalho que tivesse como objeto exclusivamente a

gestão e a produção agropecuária para dentro da porteira, uma vez que encontrei pesquisas mais focadas tanto nas etapas a jusante das cadeias produtivas, como a montante, abordando desde a etapa de financiamento da produção, passando pelo mercado de insumos de maquinário e biotecnológicos, até as funções de logística, distribuição, comercialização (no atacado e no varejo), administração e propaganda. Nota-se, portanto, em primeiro lugar, uma ampla maioria de trabalhos voltados exclusivamente para o desenvolvimento de estruturas ou formas de governança mais eficientes. Em segundo lugar, foi encontrada uma quantidade expressiva de trabalhos voltados para questões como franquias e contratos entre a indústria de alimentos e franquias de restaurantes, controle de qualidade, rastreabilidade de origem, marketing para o consumidor, análises sobre o comportamento do consumidor e sobre os efeitos das cadeias produtivas sobre o mesmo, bem como o poder de mercado das redes varejistas sobre a coordenação agroindustrial. Em terceiro lugar, encontram-se os estudos voltados para o papel do mercado financeiro na gestão dos sistemas agroindustriais, cujos principais temas identificados foram: crédito agrícola, mercado futuro e pagamento de serviços ambientais. Destaque para estudo que avalia o papel do BNDES no desempenho dos grandes frigoríficos do país, como BRF, JBS e Marfrig. Finalmente, se destacaram também pesquisas desenvolvidas a respeito das decisões sobre integração vertical da indústria de alimentos com a produção agropecuária, produção e gestão da distribuição de sementes e agrotóxicos, bem como do sistema de distribuição de produtos hortícolas e das políticas públicas para o desenvolvimento de uma logística que atenda melhor à produção agroindustrial, tal como investimentos na construção de rodovias, ferrovias e hidrovias e desenvolvimento de modelos de gestão de parceria público-privada.

Outro elemento que busquei analisar foi a abrangência geográfica das pesquisas acadêmicas realizadas no PENSA. Neste sentido, há uma ampla maioria de estudos realizados sobre a produção nacional. No âmbito internacional, identifiquei alguns importantes, mas



pontuais, estudos comparativos com os EUA, a Argentina e a Colômbia. No que se refere à distribuição regional pelo território brasileiro, para além da primazia paulista sobre os interesses de pesquisa, não foi possível identificar maiores informações que nos permitissem realizar outras inferências a respeito. Deste modo, é válida a ressalva de que tanto para o tema dos produtos e cadeias produtivas abordadas, como para a análise dos diferentes elos produtivos abordados e de sua respectiva geografia, não foi possível avançar neste balanço de maneira satisfatória, de modo que tornasse possível uma compreensão mais sistemática e detalhada dessas questões.

Para além dos respectivos focos nos diferentes elos ou interfaces produtivas dos sistemas agroindustriais e seus objetivos em desenvolver técnicas de gestão mais eficientes dos mesmos, os estudos desenvolvidos no PENSA abordam uma série de temas e problemas de pesquisa que sugerem uma grande preocupação em apresentar soluções para possíveis entraves ao desenvolvimento do modelo do agronegócio e formular argumentos científicos para sua legitimação política. Neste sentido, um dos temas mais recorrentes é a questão do comércio exterior. Dentro desta temática, as preocupações com as políticas protecionistas dos países compradores do Brasil foi o problema de pesquisa mais recorrentemente abordado, buscando apresentar, por exemplo, soluções para os negociadores brasileiros no que tange os acordos de comércio internacional. Além das negociações tarifárias, os padrões e controles de qualidade e origem dos produtos por parte dos países importadores também se mostraram como uma importante preocupação dos pesquisadores do PENSA no tema do comércio exterior. Finalmente, identificamos dois trabalhos que abordam o tema dos investimentos diretos estrangeiros na produção agroindustrial brasileira no setor sucroenergético e na indústria de alimentos.

Em segundo lugar, destacaram-se os estudos sobre inovação e tecnologia nos sistemas agroindustriais. As principais questões abordadas no âmbito desta temática foram as práticas

empresariais de pesquisa e desenvolvimento, particularmente em três frentes de atuação distintas: novas técnicas de gestão, recursos de tecnologia da informação e usos produtivos da biotecnologia.

Em seguida, identifiquei um conjunto significativo de estudos sobre o cooperativismo. Nestas pesquisas encontramos preocupações com as particularidades das formas de governança empresarial presentes nas cooperativas, buscando não apenas desenvolver alternativas mais eficientes, agregando valor ao que é produzido, mas considerando as diferentes dimensões políticas deste tipo de organização da produção e dos produtores. Neste sentido, são abordados, por exemplo, temas como: o problema da democracia interna de tais instituições, o papel de profissionalização de seus cooperados e de promoção da organização da ação coletiva. Destaque também para um estudo que pesquisou cooperativas do MST no Paraná.

A questão política do cooperativismo nos leva a outro tema privilegiado pelas pesquisas realizadas no PENSA: as chamadas “Associações de Interesse Privado”. Segundo Conejero, as “AIPs têm como função principal a produção de bens coletivos na forma de ações políticas ou serviços para as empresas associadas. É esperado que essas organizações desenvolvam estratégias alinhadas com os seus objetivos, com o desenho de sua estrutura interna e a necessidade de coordenação setorial” (CONEJERO, 2001: 46). A preocupação com estas formas de organização empresarial remete ao marco teórico da NEI, que valoriza o papel deste tipo de instituição como influenciadora das “regras do jogo” do mercado. Portanto, a perspectiva sociológica mobilizada para compreender tais associações encontra suas raízes nas teorias da ação coletiva de Olson (1999), que percebe as organizações de representação como instituições sujeitas às mesmas leis do livre-mercado, entendendo a ação coletiva como resultante de uma negociação entre interesses individuais. Citando este

clássico do individualismo metodológico, Conejero entende a atuação das AIP's da seguinte maneira:

as diferenças e injustiças no campo político e econômico são fruto, em grande parte, das disparidades no poder de barganha dos diferentes grupos de pressão existentes em uma sociedade. Essas disparidades não seriam removidas por uma ação coletiva promovida pelo governo, ao menos que os grupos de pressão forçassem as reformas necessárias. Portanto, o poder dos diferentes grupos de interesse será um fator fundamental para a determinação da característica do progresso e do desenvolvimento econômico (CONEJERO, 2011: 43).

Assim, somente pelo poder de pressão da ação coletiva das AIP's na sociedade civil que seria possível reformar o Estado, corrigindo possíveis distorções do sistema político e econômico. A partir desta percepção, as associações empresariais passam a ser vistas simultaneamente como instrumento de disputa política na sociedade e fator de produção, uma vez que os resultados de sua ação influem na eficiência econômica e produtiva do setor empresarial representado, mudando o ambiente institucional, ou seja, as condições legais, sociais, culturais e políticas de realização dos negócios. Mesmo que em sua ampla maioria as associações analisadas se definam como sendo “sem fins lucrativos”, a própria teoria utilizada pelo PENSE para compreender suas ações coletivas aponta para o seu papel no melhoramento da produção, recompensando política e economicamente seus membros associados (enquanto indivíduos) pelo “investimento” realizado na sua organização. Ao mesmo tempo, os trabalhos realizados sobre as AIP's, ao estabelecerem esta perspectiva na análise da relação entre associados e associação, consideram que este tipo de organização pode ser estudada como uma empresa que se relaciona com seus clientes, ofertando determinados produtos e serviços em troca de uma retribuição financeira. Nesse sentido, o estudo das associações empresariais poderia se realizar a partir da economia dos custos de transação, avaliando suas estruturas de governança e suas respectivas eficiências produtivas. Deste modo, identifiquei um considerável número de trabalhos que estudaram o papel e a estrutura de organização de diversas AIP's do agronegócio brasileiro e sul-americano, incluindo, por exemplo, um estudo de caso sobre a própria AAPRESID.

A questão dos direitos de propriedade não é apenas tratada como instrumental teórico da NEI, mas também como objeto empírico de estudo. Sobre este tema pude identificar as seguintes abordagens: formas de alocação dos direitos de propriedade e estratégias competitivas, formas de alocação dos direitos de propriedade e terceirização das relações de trabalho, proteção dos direitos de propriedade com relação à sua violação – por exemplo, no caso em que se estudam o impacto de ocupações do MST na segurança jurídica das empresas e, conseqüentemente, em seus custos de transação – e a proteção dos direitos de propriedade intelectual - exemplificada por estudo comparado de três modelos de proteção dos direitos de propriedade intelectual sobre o uso de sementes transgênicas no Brasil, na Argentina e nos EUA.

Com relação à abordagem de questões sociais e ambientais, as pesquisas realizadas no PENSA tem se debruçado sobre um amplo conjunto de problemas. Um dos temas mais recorrentes é o debate sobre responsabilidade social e ambiental, ou, no termo exato mobilizado pelos estudos, sobre “Responsabilidade Social Corporativa” (RSC). Tais estudos tanto tem se dedicado a compreender as motivações que levam as empresas a se adequarem publicamente a determinados padrões de “sustentabilidade”, em função especialmente da busca pela construção de uma reputação pública e da necessidade de atender a exigências sociais e legais de uma conduta social e ambientalmente responsável (por exemplo, dois estudos que abordam os impactos do protocolo de Kyoto para as práticas de RSC), como também tem se dedicado a compreender como altos diretores e conselheiros das empresas que adotam medidas de RSC percebem a questão. Outro tema importante é o recurso de algumas empresas ao pagamento de serviços ambientais como estratégia de governança para alcançar determinados padrões de RSC, ou estudos de avaliação de impacto ambiental sobre as regiões produtoras de etanol para biodiesel. O tema das AIP’s também se inter-relaciona com a questão da responsabilidade social e ambiental, uma vez que tais organizações são

vistas como importantes mediadores e instrumentos de pressão do empresariado sobre as regulamentações estatais e de campanha pública em favor de seus produtos, formas de produzir e parâmetros de conduta ética. Além disso, se destacou o crescente poder do consumidor e, conseqüentemente, das redes varejistas sobre a coordenação dos sistemas agroindustriais. Na prática, as demandas do consumidor, cada vez mais específicas e atentas a padrões mínimos de responsabilidade social e ambiental, estariam pautando a conduta pública das empresas. Finalmente, um tema abordado pontualmente, mas com grande significado para as relações de trabalho que as empresas do agronegócio brasileiro vêm almejando praticar: pesquisou-se sobre os efeitos da nova legislação trabalhista que, desde 2017, liberou a terceirização de uma ampla gama de atividades no Brasil. O estudo em questão procura mostrar como, do ponto de vista da rentabilidade empresarial, tais flexibilizações permitiram uma alocação de direitos de propriedade mais eficientes, favorecendo determinados segmentos das cadeias agroindustriais.

Com relação ao estudo de outras formas de produção agropecuária alternativas ao modelo do agronegócio, nota-se a presença de alguns poucos estudos que buscam estudar a rentabilidade de tais atividades e desenvolver formas de gestão mais eficientes e competitivas no mercado. Dos dois estudos identificados que abordam a agricultura familiar, um deles realiza uma comparação entre o desempenho de um projeto governamental de incentivo à produção de biodiesel a partir da pequena produção de mamona e a produção convencional a partir da cana-de-açúcar, concluindo pela inviabilidade da primeira frente à segunda. O outro apresenta uma interessante análise das estruturas familiares como formas de gestão no caso da pequena e média produção de Soja no Rio Grande do Sul. Aliás, enquanto somente identifiquei estes dois trabalhos sobre agricultura familiar, encontrei 7 trabalhos dedicados ao estudo de empresas familiares e seus aspectos sociológicos e respectivos modelos de gestão. Finalmente, na perspectiva de desenvolver melhores formas de governança, encontra-se

também um estudo sobre a produção de tomate orgânico e a sua venda em grandes redes de supermercado, configurando o que é tratado como um agronegócio dos orgânicos.

Por fim, mas não menos importante, encontra-se uma ampla gama de estudos de caso que buscam desenvolver diferentes aspectos da gestão de negócios nos sistemas agroindustriais. Tendo como base pesquisas de campo realizadas segundo a metodologia *in-house*, desenvolvida pela HBS, os estudos de caso são verdadeiras histórias laudatórias sobre trajetórias empresariais de sucesso que se desenvolveram nas conformidades com a lei e com padrões éticos de conduta sobre responsabilidade social corporativa. Tendo como primeiros casos, o estudo da Agrocere, empresa de genética agropecuária de Ney Bittencourt de Araújo, e do Sistema Agroindustrial do café brasileiro, ao longo de seus trinta anos o PENSA produziu a seguinte lista de 38 estudos de caso (PENSA, 2020):

1. Sadia - Desafios de uma cadeia produtiva diversificada.
2. Carrefour - Garantia de origem Carrefour
3. Nestle - Expansão do valor compartilhado na cadeia do leite
4. Agrindus: A Fronteira Tecnológica e os Limites da Rentabilidade
5. Agrocere - A Study in International Technology Transfer in the Field of Pig Genetics
6. Aracruz Celulose S.A. - Uma estratégia financeira de emissão de ADRs
7. Arby's - Os desafios do crescimento e da gestão da cadeia de suprimentos
8. Associação Brasileira da Indústria do Café – ABIC
9. CACCER: Coordenando Ações Para a Valorização do Café do Cerrado
10. Illycaffè - Coordenação em Busca da Qualidade: A Arte e a ciência do café expresso
11. O Caso Carol - O desafio da globalização
12. Companhia Real de Distribuição - O Consumidor determinando o futuro do varejo
13. Comigo: Network e Desenvolvimento
14. Conap - Uma pequena cooperativa com grande excelência em qualidade
15. Cooperativa Coamo: Gerenciando os conflitos do crescimento
16. Cooxupé: Um projeto de diversificação regional
17. Coteminas - O Desafio da inserção no mercado externo
18. Dinhos's: O Desafio constante da concorrência
19. Dungullin Estate - Certificação de qualidade na agricultura australiana
20. Embrapa: Franquia Em Genética Vegetal - Novas modalidade de transferência de tecnologia
21. Fast & Food
22. Fundação MT - Um caso de ação coletiva no Agribusiness
23. Genetic ID: Identificação genética para produtos de exportação
24. Granja Moro: Captação de Recursos Via Mercado
25. Grupo André Maggi: Financiando um novo corredor de exportação

26. Illycaffè e os Desafios do Crescimento no Brasil
27. Irmãos Fontenele: Liderança na exportação de castanha de caju
28. ITAMBE - Os desafios das cooperativas no novo cenário do leite brasileiro
29. Mailkaut - As mudanças no agribusiness do leite Argentino
30. Nestle Sococo: Certificação privada na gestão da qualidade
31. O caso ORSA: competição e cidadania
32. Pena Branca: sobrevivência e crescimento no agribusiness do trigo
33. Perspectivas da aplicação da biotecnologia no sistema agroindustrial brasileiro
34. Sancor: Estratégia de qualidade para conquistar mercados
35. Saskatchewan - Wheat Pool
36. Selecta: diferenciação e coordenação de redes
37. Terra Preservada: Coordenando ações para garantir a qualidade
38. Ypioca: Introduzindo uma bebida genuinamente brasileira no mercado global

### **3.5.2. A produção do PAA**

Com respeito à produção acadêmica do PAA, apesar do fenômeno que ficou conhecido como “sojización” dos campos argentinos nos anos 1990, os principais produtos que identifiquei como objetos das pesquisas desenvolvidos no PAA foram a produção de abacate peruano para exportação e a agroindústria da carne bovina na Argentina. Além dessas duas cadeias produtivas, também foram identificados os seguintes itens, produzidos quase todos eles para o mercado exterior: Quinoa, Pimentão, Tabaco, Azeitona, Cacao, Laticínios, Noz de Nogal, Vitivinicultura, Palmito, Batata Chips, Cerveja, Trigo, Soja, Champignon, Hortaliças, Carnes (Suína, Equina, de Javali) e Frutas (Banana, Manga, Uva). Este interesse em produtos variados, à primeira vista, parece expressar interesse não apenas por outros setores da produção agropecuária argentina em nível nacional, para além dos cultivos mais badalados da região pampeana, como também reflete a maior variedade internacional dos estudos, com uma grande quantidade de pesquisas versando sobre outros países sul-americanos. As razões para esta maior diversidade não puderam ser devidamente identificadas, embora no segundo caso reflita a presença de muitos alunos estrangeiros, cujas razões específicas para terem chegado até o PAA tampouco puderam ser esclarecidas.

Outra questão influenciada pela grande variedade geográfica de casos estudados no PAA foi o foco nos diferentes elos das cadeias produtivas. Em função da grande presença de estudos sobre outros países sul-americanos, podemos dizer que, diferentemente do PENSA, há um número considerável de estudos focados na gestão da produção e comercialização de produtos agropecuários vendidos *in natura*. Em segundo lugar, as etapas de logística, distribuição e comercialização das cadeias agroindustriais são também muito estudadas, priorizando a análise do comportamento do consumidor, estratégias de marketing, turismo rural e, fazendo jus ao referencial teórico sistematizado por Ordoñez (2000) na NENA, algumas pesquisas sobre certificações de qualidade e origem. Além disso, nas etapas de articulação entre a indústria de insumos, a produção agropecuária e o seu beneficiamento industrial, também identifiquei alguns estudos abordando a indústria de distribuição de insumos, seus direitos de propriedade intelectual, as decisões sobre integração vertical de determinados sistemas e subsistemas agroindustriais e a estrutura agrária na qual a moderna produção agroindustrial estaria assentada. Finalmente, na área das finanças, encontra-se em destaque um trabalho a respeito dos Fideicomissos Agropecuários, uma das figuras mais importantes para compreender o papel do capital financeiro na concentração do controle sobre a propriedade da terra na argentina e no financiamento de sua moderna produção agroindustrial.

Assim, como já mencionado, ao contrário do PENSA, muito mais focado na realidade nacional, o PAA parece ter cumprido parte do objetivo de sua fundação de desenvolver pesquisas no âmbito latino-americano, particularmente envolvendo Peru, Equador e Colômbia. A participação destes três países entre os objetos de pesquisa do PAA é tão grande que os trabalhos desenvolvidos sobre casos argentinos somam 22 dissertações, menos da metade dos trabalhos analisados. Enquanto isso, os trabalhos sobre estes três países sul-americanos somam, juntos, 25 dissertações. Assim, o Peru foi objeto de 17 pesquisas, no



Equador foram 3 e na Colômbia apenas 2. Com respeito à diversidade entre as diferentes regiões da Argentina não foi possível fazer maiores inferências. Apenas que os estudos realizados neste país apresentam significativa variedade regional. Por isso, apesar de muitos dos seus pesquisadores estudarem casos localizados na região pampeana, os estudos do PAA não parecem ter se limitado à hegemonia social e econômica que historicamente esta região gozou no cenário nacional argentino. Além disso, podemos identificar preocupações com o papel de algumas AIP's na promoção da produção e comercialização para a exportação e com a criação de espaços para venda no mercado estadunidense, europeu e brasileiro. Na Argentina, os produtos estudados para a exportação foram: Trigo, Soja, Carnes Bovina, Ovina, Equina e de Javali. No Peru, os produtos estudados pelas pesquisas que abordam o tema do comércio exterior são: Abacate, Yacon, Azeitona, Manga, Pimentões, Quinoa, Café, Uva. No Equador foram estudados a Banana (convencional e orgânica) e o Cacau.

Sobre o tema da inovação e tecnologia, os estudos do PAA se mostraram dedicados a questões derivadas principalmente da relação entre a atividade agropecuária e a indústria de insumos, como: legislação sobre propriedade intelectual de insumos agropecuários, a importância dos “defensivos agrícolas” para a diminuição de custos de transação, o papel dos investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento para o aumento da competitividade no mercado internacional, a ação coletiva promovida pelas AIP's na introdução de novas tecnologias (como foi o caso histórico da AAPRESID) e, finalmente, mas não menos significativa, a análise da relação entre o uso intensivo de tecnologia e o aumento da produtividade e da área cultivada de grãos nas últimas décadas na Argentina.

Também pude identificar alguns estudos sobre cooperativismo. Dentre eles se destacaram temas como a análise das estruturas de governança de experiências cooperativistas na produção de orgânicos, no papel de sua ação coletiva na prevenção do

risco de imprevisibilidades no mercado e o desaparecimento de muitas cooperativas em face do novo modelo global de produção agroindustrial.

A respeito das Associações de Interesse Privado, os estudos que mais parecem abordar o tema, o fazem com dois objetivos fundamentais. Primeiro, promover uma melhor inserção de determinado sistema ou subsistema agroindustrial no mercado internacional através de um esforço de coordenação em torno de padrões internacionais de qualidade e responsabilidade social e ambiental. Segundo, propor a criação de associações que favoreçam a coordenação agroindustrial de determinada cadeia produtiva. Assim, em ambos os casos, as AIP's, sendo tratadas segundo o mesmo referencial teórico de ação coletiva de Olson (1999), são vistas como fatores de produção que funcionam na medida em que elas retribuem os investimentos econômicos, políticos e sociais de seus produtores associados, sendo, portanto, analisáveis segundo os critérios teóricos da Economia dos Custos de Transação.

Quanto aos direitos de propriedade, o tema é abordado em alguns poucos estudos que, contudo, centram suas análises em duas questões estratégicas, a propriedade da terra e a intelectual. No que se refere à propriedade da terra, estuda-se o impacto da modernização da produção e da organização dos negócios agropecuários sobre a estrutura agrária, com a concentração do acesso à terra pelo arrendamento de grandes extensões de terra por parte de alguns poucos monopólios de produção. Os direitos de propriedade intelectual são abordados segundo suas possibilidades como elemento de diferenciação no mercado, como fator de melhoramento da produtividade e como forma de geração de valor.

Em relação a temas sociais e ambientais, identifiquei que os trabalhos buscam apresentar soluções para questões como até que ponto medidas de sustentabilidade ambiental podem encarecer os custos de transação, como o protocolo de Kyoto impacta o comércio internacional da celulose e de que maneira o estabelecimento de incentivos motivacionais aos trabalhadores podem resultar em um aumento da produtividade. Finalmente, no que se refere

a formas alternativas de produção agropecuária, destaca-se um número razoavelmente significativo de pesquisas sobre as certificações de agricultura orgânica, de responsabilidade social e até mesmo de denominação de origem religiosa.

Por fim, tal como no PENSA, o desenvolvimento dos Estudos de Caso e cursos *in-house* serviram de fundamentação empírica para o desenvolvimento das dissertações de Mestrado do PAA. Embora não tenha sido possível encontrar uma relação sistematizada destes estudos de caso, identifiquei pesquisas com os seguintes grupos empresariais: Los Grobo, Don Mario, Pepsico, Cooperativa Agraria Oro Verde, Horst, Bayer, YPF e Grupo Romagnoli.

Assim, podemos observar algumas das diversas abordagens realizadas nas pesquisas do PENSA e do PAA a respeito das estruturas e formas de gestão dos sistemas agroindustriais. Enquanto o PENSA parece abordar quase exclusivamente segmentos a jusante e a montante das principais cadeias agroindustriais do Brasil, especialmente de São Paulo, o PAA, embora também aborde estas dimensões dos principais itens da produção agroindustrial argentina, apresenta um número consideravelmente maior de produtos e cadeias estudados, contemplando a produção de diferentes regiões do país, bem como as diferentes procedências de estudantes sul-americanos do programa. Com relação aos temas, observam-se significativos pontos de contato entre as pesquisas do PENSA e do PAA, como sugerem os estudos dedicados à reflexão e desenvolvimento de estratégias de responsabilidade social corporativa e de propaganda, estratégias de inovação em gestão, comunicação e biotecnologia; o papel político e econômico de cooperativas e demais associações de interesse privado em cadeias de produção agroindustrial; e a questão dos direitos de propriedade, seja enquanto estratégia de alocação de recursos, ou seja, de definição das estruturas de governança, seja na defesa do direito de propriedade privado sobre a terra e sobre patentes tecnológicas. Além disso, há uma série de estudos que buscam sugerir

ou aferir a eficiência de determinadas políticas públicas no âmbito do financiamento da produção, do desenvolvimento de infraestrutura logística, de modelos de governança público-privados e no assessoramento das políticas de comércio exterior, especialmente no que consiste a resolução de barreiras comerciais de ordem fiscal e sobre os padrões de qualidade e origem da produção. Estes estudos são, em grande medida, fundamentos na metodologia dos estudos de caso da escola de Harvard.

### **3.6. Interfaces entre pesquisa, ensino e política no campo de estudos sobre o agronegócio**

Se ao estudar os propósitos e trajetórias sociais envolvidas na construção do PENSA e do PAA, bem como seus principais pressupostos teóricos, já foi possível identificar uma série de conexões econômicas, sociais, políticas e simbólicas entre seu corpo docente e as atividades de direção política e intelectual das principais cadeias de produção agroindustrial presentes no Brasil e na Argentina, ao investigar sobre a atuação pública destes professores em outros espaços da sociedade civil e da sociedade política, também foi possível perceber de que maneira, a partir do lugar de fala do campo científico, eles pautam e são pautados pelo programa e a organização de interesses da trama política da hegemonia do agronegócio.

Para isso foi realizada uma busca sobre quais são os discursos e atividades públicas em que os professores que se mostraram mais ativos e protagonistas dos programas, analisando a qualidade dessas atividades, bem como o significado delas em termos de relações sociais, econômicas e simbólicas, configurando uma agenda política e ideológica particular, que é impulsionada pelo PENSA e pelo PAA, e que se coaduna e está em explícita coordenação com as associações e empresas representantes dos principais monopólios sobre as cadeias de produção agroindustrial dos dois países sul-americanos. Neste sentido, considerando suas trajetórias sociais, já é possível afirmar que os professores de ambos os

programas apresentam uma intensa atividade política, que está para além do espaço institucional da academia, como em agências diversas do Estado restrito, em associações civis e empresariais, na grande imprensa e em publicações – no papel ou virtualmente – especializadas em agronegócio.

Como metodologia de análise, destaquei a atuação pública de alguns professores que foram protagonistas dos dois programas. Marcos Fava Neves foi o representante do PENSA escolhido, devido ao fato deste ser parte da primeira geração de estudantes formados pelo programa brasileiro e de atualmente ser o professor com as mais intensas relações internacionais no campo dos estudos sobre agribusiness, com maior número de publicações acadêmicas, com uma intensa atividade de consultoria empresarial e com diversas iniciativas de divulgação científica em meios de comunicação especializados em agronegócios e na grande imprensa. No caso do PAA, foram destacadas falas de Fernando Vilella e Hugo Cetrángolo, que além de terem participado da fundação do programa, têm compartilhado a função de importantes figuras públicas do PAA, participando, da mesma forma, de frequentes debates e publicações em canais de comunicação especializados em agronegócios e na grande imprensa. Em virtude dos limites de execução desta pesquisa, a análise a seguir se ateve a apontar de maneira preliminar as semelhanças e pontos de contato nos discursos e na agenda política mobilizada pelas lideranças do programa brasileiro e do programa argentino. Será, todavia, necessário avançar na observação e reflexão sobre aquilo que diferencia a ação política do PENSA e do PAA devido às suas particularidades de origem nacional e institucional. As principais fontes de consulta foram uma coletânea de textos comemorativa dos vinte anos de carreira de Neves (2016) (com seus principais textos “não-acadêmicos” publicados ao longo deste tempo), a newsletter do PAA (disponível online) e demais artigos, entrevistas e declarações na grande imprensa e em publicações especializadas em agronegócio levantados ao longo desta pesquisa de doutorado.

Ao longo da busca ficou evidente a conexão direta entre o discurso proferido pelas principais associações empresariais do agronegócio, particularmente a ABAG e a AAPRESID, e o conteúdo mobilizado pelos educadores do agribusiness em suas salas de aula e além delas. Por isso, é possível afirmar que os professores do PENSA e do PAA tem contribuído diretamente na elaboração e reprodução dos quatro eixos estruturantes do discurso do agronegócio, identificados em Liaudat e Fernandes (2021) para o caso das duas porta-vozes do agronegócio brasileiro e argentino. Ou seja, em primeiro lugar, os dois programas se constituem como centros de produção, difusão e validação (científica) da concepção do agronegócio como cadeia de transações entre diferentes interesses constitutivos de uma comunidade supostamente capaz de harmonizar os conflitos sociais históricos do mundo rural, apagando ou incorporando de forma subordinada diversos sujeitos sociais e seus respectivos modos de vida. Em segundo lugar, é dos programas acadêmicos do agronegócio que não só se originou o termo agribusiness, como é do caráter oficial destas instituições que emana o poder simbólico de consagração da ideia de que o agronegócio seria produto da evolução e do progresso da ciência, portanto, do curso natural da história. Em terceiro lugar, a manipulação de dados empíricos pelos professores dos programas também fornece os principais argumentos para que se possa vender a ideia de que o desenvolvimento do agronegócio representaria o benefício – econômico, social e ambiental – do conjunto da sociedade, ou pelo menos, da “melhor” parte dela: a (supostamente) mais eficiente. Por fim, em função disso, os professores do agribusiness se percebem e afirmam como parte da vanguarda inovadora que compõem as cadeias de transação do agronegócio e se distinguem de sujeitos sociais históricos supostamente retardatários pelo uso intensivo (e supostamente exclusivo) da ciência e do conhecimento “modernos”.

Dentro destes quatro eixos estruturantes do discurso do agronegócio, os principais representantes do PENSA e do PAA também mobilizam as perspectivas identificadas na ação

coletiva de associações empresariais como a ABAG e a AAPRESID na reivindicação de políticas públicas de seu interesse. São elas: a promoção e captura do discurso da sustentabilidade para o agronegócio, a reivindicação de uma cientificidade inerente ao modelo do agronegócio, a afirmação de uma nova identidade para o “homem do campo”, a desqualificação dos modos de vida e de produção do “outro” e o imperativo de uma única via de desenvolvimento para o país, subordinada e dependente de sua integração junto às cadeias globais de produção agroindustrial de alimentos, fibras e biocombustíveis. Neste sentido, foi possível encontrar os professores mais reconhecidos do PENSA e do PAA defendendo esta agenda política e discursiva em distintos campos do mundo social, principalmente em diferentes meios de comunicação (de grande circulação e especializados), em campanhas de marketing, em eventos e encontros de associações empresariais (como os congressos da ABAG e da AAPRESID), na ocupação de alguns postos estratégicos da sociedade política (particularmente na assessoria de órgãos ministeriais e multi-laterais), nas grandes feiras agropecuárias (como a Agrishow e a Expoagro) e em outros eventos públicos de caráter político e/ou acadêmico diverso.

Assim, em primeiro lugar, a promoção de uma associação entre o agronegócio e o desenvolvimento de práticas de responsabilidade social e ambiental tem se desatado. Nos estudos acadêmicos, as pesquisas publicadas buscam entender de que maneira tais práticas podem significar oportunidades de geração e captura de valor, bem como demonstrar a ineficiência de determinadas formas de produção e a necessidade de se considerar a relação entre o ganho econômico e as ações de preservação ambiental e de garantia de direitos sociais e humanos. Por exemplo, Fernando Vilella, professor do PAA, defende no Clarin Rural que as estratégias de desenvolvimento do agronegócio argentino passam necessariamente pela forma com que o país conquista credibilidade nos mercados urbanos e internacionais para o cumprimento das exigências legais de países compradores e o atendimento das preocupações

dos consumidores com a origem e a qualidade dos produtos. Assim, há um mesmo procedimento de captura do termo sustentabilidade tentando associar esta ideia ao próprio modelo produtivo do agronegócio. Neste sentido, o professor do PAA, exalta o programa Agricultura Certificada da AAPRESID como exemplo a ser seguido, uma vez que a “Siembra Directa” contribuiria, em sua visão, para uma maior “actividad biológica, menor erosión del suelo, menor uso de combustible, menores emisión de carbono, mayor calidad de agua, mayor actividad biológica, mayor fertilidad del suelo, mayor estabilidad de producción y rendimiento y menores costos de producción”, fazendo do uso dos mesmos argumentos utilizados pelos “pastores de la Siembra Directa”. Por isso, para Vilella, o principal desafio para o desenvolvimento da economia argentina depende fundamentalmente da construção de uma marca de sustentabilidade para a sua produção agroindustrial. Segundo o autor, “estamos seguros de la importancia de generar una marca país que asocie a Argentina como productora sustentable de alimentos, certificando y trazando sus productos, es un desafío estratégico de primer orden que invitamos a todos los involucrados a seguir construyendo lo antes posible” (VILELLA, 2019).

Ao mesmo tempo, outra estratégia comumente fundamentada e reproduzida pelos professores do agribusiness é a construção de uma falsa simetria entre as noções de economia e questões sócio-ambientais, ora negando, ora reforçando o conflito entre elas. É assim que Neves (2016), em artigo publicado na Folha de São Paulo afirmava que “sem sustentabilidade econômica, não existe sustentabilidade ambiental”, invertendo a lógica e o papel dos processos sociais que moldam o debate político na História. Ou seja, sugerindo que a causa dos constrangimentos ao desenvolvimento econômico é das iniciativas de preservação das florestas, reservas e parques ambientais e indígenas e daqueles que defendem essa causa; e não o contrário: que são as florestas e os territórios ancestrais que têm sido violados pela falta de uma política pública e de uma compreensão social capaz de conter o avanço predatório de



interesses econômicos direta e indiretamente associados aos monopólios das principais cadeias de produção agroindustrial, nas diferentes regiões do país, com especial destaque para o Cerrado e a Amazônia.

Em segundo lugar, os professores do PENSA e do PAA, com frequência, mobilizam publicamente a ideia de que o agronegócio seria mais condizente com critérios científicos de eficiência econômica, sendo este fato elemento de justificação social do seu modelo e fator diferencial de geração e captura de valor. No plano da justificação social, encontra-se o argumento de que seria esta a única alternativa cientificamente viável para o desenvolvimento da economia nacional. Para isso, são constantemente mobilizadas as pesquisas e as relações institucionais da educação em agribusiness com outros campos do conhecimento (agronomia, biotecnologia, tecnologia da informação, economia, direito, administração, propaganda, geografia, ciências sociais...). Por exemplo, o capital simbólico de Harvard e suas relações com Goldberg é tomado de empréstimo com frequência, não apenas no momento da fundação dos programas, como também pela nova geração de professores. Dessa forma, na ocasião da comemoração dos cinquenta anos de criação dos seminários de agribusiness da HBS, Neves relatou e divulgou sua participação na cerimônia, exaltando a importância deste espaço como referencial para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, através das lideranças fundadoras do PENSA, e na Argentina, através da liderança de Hector Ordoñez:

Foi este seminário que os precursores do conceito de agronegócios no Brasil frequentaram. Estamos falando aqui do livro mais clássico “Complexo Agroindustrial: O Agribusiness Brasileiro”, escrito pelo nosso sempre saudoso Ney Bitencourt Araujo (Presidente da Agrocere e criador da ABAG), pelo Ivan Wedekin e Luiz Antonio Pinazza, de 1990, também influenciou, na universidade, o mais importante cientista do Agronegócio brasileiro, Decio Zylberstajn, que a partir deste evento criou o PENSA (Programa de Agronegócios da USP), contando com Ray Goldberg no Conselho, e montou uma réplica do Seminário, por cerca de 10 anos (1991 a 2000) realizado no Brasil, alterando entre Atibaia, Águas de São Pedro e São Paulo. Muitos que leem este texto se lembram destes memoráveis eventos de imersão com os principais líderes do agronegócio brasileiro, e também argentino, pela sempre agradável presença do Hector Ordonez, que escrevia casos da Argentina e os discutia conosco. Fundou um ativo grupo de agronegócios na Universidade de Buenos Aires, inspirado no Pensa, e que hoje conta com mais de

20 pesquisadores. Perdemos prematuramente o Hector, em 2006, vitimado por um câncer (NEVES, 2016, p. 235).

Neste sentido, tanto o PENSA como o PAA, reproduziram exatamente o mesmo discurso, o chamado para a construção e fortalecimento do que seria a “sociedade do conhecimento (SC)”. Esta estratégia, além de se mostrar preocupada com a legitimação social do modelo produtivo associado às grandes cadeias de produção agroindustrial, mostra também a explícita preocupação com a formação de capital humano qualificado para dirigir política e administrativamente a gestão dos seus principais interesses econômicos e sociais. Isso implica a defesa da formação de novos atores com múltiplas capacidades de intervenção na realidade ético-política do país. Segundo Vilella, por exemplo, as características necessárias para os protagonistas desta nova sociedade seriam as seguintes:

Un actor de la SC es una persona formada en valores, adiestrada en el uso de aptitudes intelectuales como el análisis, la síntesis y la propuesta autónoma. Su principal herramienta es la inteligencia. Utiliza diversas técnicas de comunicación y puede discriminar lo relevante de lo accesorio (...) Entre los modelos posibles de desarrollo para la Argentina, sin duda el más progresista, ético, y sustentable social, política y económicamente hablando es aquel que permite el ingreso pleno a la SC (VILELLA, 2008).

Esta fala de Vilella, também é indicativa de uma terceira dimensão do discurso dos professores do agribusiness: a promoção de uma nova imagem para o homem do campo e produtor rural como gestor de negócios. Neste quesito, além da formação de recursos humanos qualificados para dirigir as cadeias de produção agroindustrial, seus discursos, em consonância com o apregoado pela ABAG e AAPRESID, procuram também reforçar um determinado referencial simbólico a ser seguido e almejado pelos “novos homens do campo”. A este respeito, o próprio Neves situa a sua própria trajetória neste processo, assinalando seu distanciamento do trabalho de campo agrônomo e sua maior intimidade com as tarefas de gestão da produção:

Do engenheiro agrônomo clássico da produção, tenho muito pouca coisa ainda restante, desde que deixei a sempre saudosa Luiz de Queiroz (ESALQ-USP) em 1991, e fui para os lados da administração e economia do agro, ou seja, um gestor. Ainda lembro meu temor quando a Dona Eliza, avó da minha esposa, ao descobrir

que um dos inúmeros novos netos que entraram na família era agrônomo, me chamava para avaliar as doenças que acometiam suas frutíferas, nos encontros dominicais na sua chácara... e como combatê-las... Que decepção, que não tenho vergonha de contar (NEVES, 2016, p. 324).

Neste sentido, o professor do PENSA, a partir de sua própria trajetória, descreve o movimento representado pelo campo de estudos em agribusiness, migrando do campo da Agronomia para o abrigo e contato mais direto com o campo da Economia e da Administração, principalmente. Assim, ele entende que o surgimento de um novo perfil de engenheiro agrônomo ao longo das últimas décadas confere a este profissional o protagonismo do desenvolvimento da agroindústria e da economia nacional:

o novo engenheiro agrônomo vem sendo cada vez mais preparado para a gestão. Hoje as principais escolas apresentam muitas disciplinas de gestão, de agronegócios, marketing, finanças, contratos, enfim muita coisa é oferecida, no que chamo de novo currículo e novo perfil do agrônomo, muito diferente de quando me formei. Esta formação, somada a características tradicionais dos engenheiros agrônomos das principais escolas que conheço, seja Piracicaba, Viçosa, Jaboticabal, Botucatu, Lavras, e muitas outras, talvez pela ligação com a terra, com a produção, com o curso em tempo integral e a vida de república, churrascos, enfim, são pessoas sempre pró-ativas, aglutinadoras e que sabem trabalhar em equipes. Entendo que o engenheiro agrônomo e gestor é a formação mais adequada para continuar levando o Brasil a liderança mundial no agro (NEVES, 2016, p. 328).

Da afirmação do “agrônomo como gestor” como principal referencial simbólico a ser alcançado pelo homem do campo e produtor rural, deriva também, em quarto lugar, um olhar depreciativo e nada solidário com os demais sujeitos sociais históricos presentes no mundo rural e na produção agropecuária, ora buscando incorporá-los de forma subordinada e homogeneizadora, ora buscando desqualificá-los ou apagá-los do processo social e histórico de transformações das relações de produção e de vida no campo. Nesta perspectiva, o principal alvo do discurso dos professores do agribusiness é a questão da viabilidade do pequeno e médio produtor. De um lado, busca-se escamotear as sérias ameaças que representam a concorrência da agricultura familiar com os monopólios das cadeias de

produção agroindustrial. De outro, procura-se impor as condições necessárias para a integração subordinada dos pequenos e médios na cadeia dos grandes.

No caso do PAA, talvez refletindo a maior diversidade de origem do seu corpo discente e, conseqüentemente, dos produtos e formas de produção pesquisadas, é forte a preocupação com os riscos e as possibilidades de integração da pequena produção às grandes cadeias de produção agroindustrial. Hugo Cetrángolo, por exemplo, esteve a frente de um grupo de pesquisadores da FAUBA que se dedicaram a estudar alguns casos de “alimentos en vías de extinción”, como a hortaliça achajcha (una hortaliza), as frutas ajipa, tomate de monte, chirimoya e pitanga, os tubérculos ulluco e ãnu, o licor de yatay, o charope de algarroba e o mel de abelhas melíponas, em sua maioria provenientes das províncias fora da região pampeana, onde a influência cultural de indígenas e camponeses é historicamente mais significativa. Neste sentido, o professor do PAA, no âmbito deste projeto, garantia que a partir da FAUBA “queremos colaborar con los pequeños productores para que puedan llegar al mercado con alimentos artesanales de alta calidad (...) Buscamos acercar a los consumidores con los productores, para que se valoricen estos alimentos y se sigan produciendo” (CENTRÁNGOLO, 2014). No entanto, embora a proposta de colaboração com os pequenos produtores soe inclusiva, o próprio Cetrángolo posteriormente faz a ressalva de que, considerando que estas são as franjas mais vulneráveis do agro argentino, a única possibilidade de sobrevivência para os mesmos seria o estabelecimento de um equilíbrio com a agricultura intensiva em tecnologia, de grande escala e alta produtividade. Como estratégia de construção desta integração subordinada, o carro chefe das propostas elaboradas pelos professores do PAA tem sido as estratégias de diferenciação e certificação de origem, mirando nichos de mercado extremamente específicos e que frequentemente demandam alta capitalização para atender a um público consumidor de alta renda, o que mina as alegações democráticas e inclusivas de seus projetos.

Na mesma lógica incorrem os professores do PENSA. Apesar de se contraporem a diversas regulamentações em defesa de uma produção com responsabilidade social e ambiental, eles costumam afirmar que o agronegócio “não significa coisa grande” (NEVES, 2016, p. 328), tentando negar o conflito social e as desigualdades de poder político e econômicos no campo e na cidade. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que defendem que o antagonismo entre agronegócio e noções como “agricultura familiar”, “pequena produção”, “preservação do meio ambiente”, seja falso, produto da distorção de outros segmentos sociais ideologizados como ONG’s, movimentos sociais e partidos de esquerda – como se eles próprios, do PENSA, não tivessem um pensamento ideológico –, os professores do agribusiness afirmam a inviabilidade de qualquer forma de produção e modo de vida no campo que não esteja integrado às grandes cadeias de produção agroindustrial. Por isso, Neves critica o que ele chama de “programas que confinam os pequenos produtores ao assistencialismo”, gerando “uma massa de produtores sem visão”, que buscam “desesperadamente para quem vender muitas vezes aquilo que o mercado não precisa”. Para ele, todos “concordam com a importância da manutenção de pessoas no campo com vida digna e renda”. No entanto, a “lógica” – ou poderíamos dizer, o imperativo fundamentado teoricamente pela NEI – “da eficiência econômica e especialização desafia essa ‘boa vontade’” (NEVES, 2016, p. 225), reforçando a ideia de que só há possibilidade de sobrevivência no mercado se integrando subordinadamente ao agronegócio. Para isso Neves defende como referência de política pública ideal para o pequeno produtor o Projeto Integrado de Negócios Sustentáveis (PINS)<sup>41</sup>, promovido pelo PENSA. Nesta perspectiva, as políticas públicas deveriam estar focadas em duas frentes: na promoção de uma “inteligente interligação” de pequenos produtores “com empresas do setor de alimentos e fibras que tem

---

<sup>41</sup> Segundo Neves, o PINS teria o seguinte objetivo: “O desafio tem sido atrair empresas do setor de alimentos e fibras com forte inserção em mercados nacionais e internacionais para ter nos produtores de perímetros públicos irrigados uma de suas fontes de suprimentos em fruticultura, bioenergia, caprino e ovinocultura, cítricos, avicultura, frutas secas e desidratadas, vegetais minimamente processados e algodão, entre outros setores” (Neves, 2016, p. 225).

clientes e precisam encontrar sistemas de suprimentos globais”; e na “coordenação horizontal entre produtores, de forma a estimulá-los na formação de associações e cooperativas, para melhorar a relação com essas empresas à jusante em sistemas agroindustriais” (NEVES, 2016, p 226).

Além da via única estabelecida para pequenos agricultores, o tratamento dado a povos e populações que cultivam outros modos de vida e de produção também chama atenção com o uso nada cuidadoso de Neves do termo “exótico” para se referir a sua diversidade cultural. Em sua coletânea de artigos o autor se utiliza do termo no plural – exóticos – quatro vezes e no gênero feminino – exótica – uma vez, referindo-se às diferenças culturais existentes entre países e regiões do Brasil e do mundo; à determinadas características culturais que podem ser exploradas como forma de geração e captura de valor; e a uma fonte potencial de conflitos e tumultos. Porém, se recorremos à definição do dicionário Michaelis, por exemplo, a palavra “exótico” pode ter três significados: 1) “Que não é natural do país onde vive”; 2) “Diz-se de algo que se apresenta excêntrico”; 3) E – em um termo mais coloquial – “de acabamento mal feito” (MICHAELIS, 2022). Se é verdade que em algumas ocasiões o sentido empregado pelo autor se refere meramente a pessoas ou práticas culturais que pertencem a países estrangeiros, a forma como o termo é utilizado sem maiores ressalvas em outros momentos sugere fortemente a carga pejorativa da excentricidade ou do mal feito que a definição do dicionário contempla. Assim, o termo aparece segundo estes três significados: a) na forma de elogio à “interessante, exótica e culturalmente riquíssima cidade de Lima” (NEVES, 2016, p. 414), por ocasião de uma visita do autor ao Peru; b) como motivação potencial de problemas e sobressaltos para a organização da conferência Rio + 20, devido à reunião de um considerável “volume de culturas, de grupos exóticos e às diferenças de interesses existentes” no evento (NEVES, 2016, p. 356); c) e também como aspectos culturais e regionais de determinados produtos “ligados ao fator da atratividade pelo que é novo” e diverso (NEVES,

2016, p. 58). Nestas duas últimas lógicas, a incorporação de pequenos produtores locais tratar-se-ia, ou de aproveitar o componente excêntrico de determinado produto ou forma de produção para a geração e captura do valor através da integração em grandes cadeias de produção agroindustrial, ou de “melhorar” aquilo que estaria supostamente mal feito: o modo de produzir e viver do outro.

Desse modo, em quinto lugar, dentro desta linha ideológica, o único destino plausível do país e de seus habitantes no mundo seria o de se adequar à condição e oportunidade histórica de produtores de alimentos, fibras e biocombustíveis para uma população mundial crescentemente urbana (especialmente na Ásia), com poder aquisitivo para um consumo cada vez maior de proteína animal, o que, no mantra do discurso do agronegócio, justificaria o aumento da demanda pela produção de suas principais commodities. Portanto, a única via para o desenvolvimento de países como o Brasil e a Argentina seria se integrar nesta cadeia, afirmando-se como os grandes celeiros do mundo.

No caso do PENSA, se utilizando do mesmo arsenal retórico da ABAG, da AAPRESID e das grandes empresas do agronegócio, Neves recorre ao sempre presente argumento que alega que a economia nacional seria fatalmente dependente da exportação de produtos de origem agropecuária, representando uma fatia significativa do PIB brasileiro. Sem se referir às fontes e a metodologia de construção dos dados utilizados, o autor apresenta os seguintes números para sustentar essa afirmação: o agronegócio representaria “cerca de 30 a 35% do PIB do Brasil, uma safra de mais de 110 milhões de toneladas de grãos (...) 42% das exportações brasileiras” (NEVES, 2016, p. 98). Repetindo constantemente dados genéricos como estes, seu uso contribui para conferir um verniz científico e irrefutável à ideia de que o agronegócio sustenta o país e de que não há alternativas possíveis ao reforço de seu modelo produtivo.

A despeito deste processo de intensificação da dependência da exportação de produtos primários, Vilella, também tenta dar relevância ao uso intensivo de capital e de tecnologia como diferencial da grande agroindústria argentina, alegando se tratar de um processo produtivo com maior capacidade de agregação e distribuição do valor no interior da economia nacional. Com certa inovação tecnológica na indústria nacional de insumos e um volume significativo de processamento industrial da soja exportada, Vilella defende que o principal desafio do país seria converter-se de “granero del mundo” a “supermercado del mundo”, numa tentativa de conferir e ressaltar na economia do agronegócio o seu status de setor secundário e terciário (VILELLA, 2015).

Finalmente, percebe-se também a preocupação com o que Neves chamou de “crescente e enorme ameaça progressista” para o Brasil, contra a qual seria “necessário reagir de maneira estruturada” (NEVES, 2016, p. 488). Por isso, fazendo a busca no dicionário que não fez ao definir outros grupos sociais e políticos como “exóticos”, o autor faz uma curiosa – e algo paranoica e conspiratória – digressão sobre o significado do termo “progressista”, que teria sido usurpada pelos “defensores das antigas ideias ligadas ao comunismo e socialismo”. Segundo o professor do PENSA, estes grupos ideológicos estariam usando uma “nova roupagem, o termo ‘progressista’”, que, por sua vez, estaria sendo mobilizado junto com outra noção apelativa, a de justiça social e ambiental (NEVES, 2016, p. 486).

Tal ameaça progressista, segundo Neves, decorre de duas questões inter-relacionadas. Primeiro, do que seria uma visão dominante na história do país de um Estado interventor e assistencialista, que teria retirado recursos da produção rural, um dos únicos setores da economia nacional que seriam eficientes e de sucesso, para se destinar a segmentos ineficientes e sem futuro no mercado mundial. Em segundo lugar, decorre da existência de lideranças sociais e ambientalistas que, por interesses supostamente escusos (por exemplo, de favorecimento da agricultura europeia), estariam interessados em que o Brasil seja apenas



“uma imensa floresta” (NEVES, 2016, p. 358). Como porta-vozes dessa ameaça, Neves identifica uma série de grupos sociais que, segundo ele, deveriam ser contidos numa “fazenda experimental bolivariana”, uma espécie de conjunto sortido de estereótipos de indesejáveis, ou seja, de gueto para aqueles que seriam inimigos da agricultura, do produtor rural e do agronegócio, e que, portanto, deveriam provar do próprio veneno. Segundo o autor, para esta fazenda seriam levados para um estágio os seguintes grupos:

as pessoas críticas à agricultura, ao produtor rural, ao agronegócio e as que tem visão deturpada ou parcial sobre o setor. Iriam desde os que pregam a socialização dos meios de produção, os que são ideologicamente contra a empresa, contra o lucro, contra a ordem e o progresso, os radicais de diversos setores, os invasores (ou “ocupadores”), os anti-produção, os que desejam transformar o Brasil numa mega-aldeia, ativistas, representantes de algumas ONG’s confinados no sempre refrigerado ambiente Brasília/cidades internacionais, filósofos de gabinete, alguns artistas globais do eixo Ipanema, Leblon, Butantã, Pompéia, que pensam que seu baby beef nasceu na cozinha do restaurante da Vieira Souto e seu chopinho foi gerado dentro da chopeira dos maravilhosos bares da Ataulfo de Paiva ou dos arredores de Pompéia. Levaríamos também gente que acredita nos modelos da Coreia do Norte, Cuba e Venezuela, entre outros. Seleccionaríamos parte dos 61 milhões de brasileiros em idade de trabalho, mas que não trabalham, não procuram trabalho e não estudam, entre eles os dependentes de bolsas Governamentais que tem habilidade, capacidade e ofertas de trabalho e os usuários do auxílio desemprego que forçaram suas demissões. Ou seja, a geração “nem-nem” também iria, os jovenzinhos ativistas ainda pendurados nas bolsas paternas e os outros não tão jovens, em idade de trabalho, mas que esticam até os 30, 40 anos sua permanência na universidade pública, normalmente em cursos sem demanda (NEVES, 2016, p. 473).

Comentar todas as generalizações, preconceitos e estereótipos reproduzidos neste parágrafo tomaria bastante tempo e espaço. No entanto, a operacionalização de ao menos cinco estigmas chamou particular atenção. Em primeiro lugar, mobiliza-se o velho fantasma do comunismo numa ardorosa defesa do lucro e da livre iniciativa, reciclando, sob o signo da modernidade, este antigo discurso da guerra fria.

Em segundo lugar, é curioso como, na visão do autor, quase 1/3 do país (61 milhões de brasileiros!) seria composto por potenciais inimigos a serem deportados para uma “fazenda experimental bolivariana” pelo simples fato de dependerem de algum tipo de assistência social do Estado. Para além de não ficar claro de onde o autor retirou este dado, fica claro o tom pejorativo e desconfiado com que este trata os direitos sociais: como

instrumentos de ação oportunista (auto-interesse com avidez) dos seus beneficiários (os trabalhadores). A consequência desta visão é a desqualificação e deslegitimação da necessidade de políticas voltadas para atender a uma demanda social que é inegavelmente latente na história do Brasil: a garantia universal de direitos e a distribuição da propriedade e da renda.

Em terceiro lugar, a questão ambiental aparece reduzida ao delírio ou interesse escuso de pessoas que querem “transformar o país em uma mega-aldeia”. Esta operação retórica é capciosa, pois mais uma vez ela inverte o sentido das relações sociais e históricas, ignorando o fato de que o território brasileiro é, originalmente, território ancestral indígena. Ou seja, o Brasil já era um mega conjunto de aldeias muito antes do desenvolvimento e expansão do modo de produção capitalista no país. Mas, no discurso de Neves, a questão soa como se fossem as terras já disponíveis para o agronegócio as que estão ameaçadas pelo avanço das terras indígenas e não o contrário, como efetivamente ocorre e tem sido muito bem documentado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, pela Fundação Nacional do Índio e outros órgãos e organizações que monitoram o desmatamento e a invasão de reservas, parques e terras indígenas e quilombolas no país.

Em quarto lugar, a juventude também entra na mira do estigma sobre os potenciais inimigos bolivarianos do agronegócio. Seja aquela identificada como a geração “nem-nem”, que não trabalha, nem estuda, devido à falta de perspectiva de qualificação e oportunidade no mercado de trabalho; seja aquela que busca se qualificar na universidade pública, permanecendo na pós-graduação em cursos que seriam supostamente sem demanda, financiados pelo apoio de famílias trabalhadoras e/ou por bolsas concedidas pelo Estado.

Nesta perspectiva, encontra-se a preocupação com o sistema de educação, tanto do ensino básico como do ensino superior. No primeiro caso, busca-se discutir os principais problemas e desafios da educação escolar do ponto de vista do desenvolvimento do

agronegócio. Entre questões gerais como governo, família, infraestrutura, gestão e mercado de trabalho, chama atenção particularmente a percepção acerca de uma “acomodação geral” que deixa o jovem sem ambição e perspectiva de futuro. Para Neves, a “imensa juventude” brasileira’ deveria ser transformada em “locomotivas de carga” (NEVES, 2016, p. 371). Para alcançar este objetivo, ele identifica outra grave ameaça no atual sistema de ensino, o despreparo, incompetência e ideologia de professores que seriam “contra o sistema de mercado, (...) contra o capitalismo, (...) o empreendedorismo, o ganhar a vida pelo trabalho”. Esta visão “ultrapassada” seria “passada de maneira unilateral” para os jovens, que então acreditariam “em algo que não funcionou em local nenhum onde foi instalado, só levou ao subdesenvolvimento”. Segundo Neves, estes “jovens se transformam em líderes de movimentos que hoje promovem destruição em manifestações e outros” (NEVES, 2016 p. 464). Por isso, o autor formulou as seguintes propostas para a intervenção de empresas do agronegócio no sistema de educação básica:

- Melhorar os relacionamentos e valores familiares na sociedade brasileira, com a criação de manuais e materiais interativos para atividades voluntárias da comunidade local nas escolas públicas, mostrando como é a participação familiar na educação nos EUA.
- Criar cursos para inovação e melhoramentos da vida cotidiana com conteúdos para a reconstrução dos valores morais e sociais.
- Aumento da participação através de sistemas de governança como conselhos de pais nas escolas.
- Desenvolvimento de programas especiais para a família e sociedade trabalharem como multiplicadores de conhecimento;
- Gerar conteúdo para o treinamento de professores, maiores investimentos neles e criação de mecanismos de incentivos para a produtividade no trabalho.
- Convidar professor para dentro das empresas para possíveis parcerias e treinamentos em conjunto.
- Criação de plataformas de ensino à distância para desenvolvimento de professores das escolas públicas e incentivar a utilização do método de “aprendizagem baseada em problemas” para fazer com que a educação esteja mais relacionada aos problemas e decisões do dia a dia.
- Aumentar o acesso à internet nas escolas, de acordo com a ONG Todos pela Educação, apenas 40% das 272.000 escolas no Brasil tem acesso à internet.
- Parcerias publico-privada para atualização e melhoramento da infraestrutura e laboratórios de escolas públicas.
- Desenvolvimento de material didático como casos para serem resolvidos pelos estudantes e exercícios ligados à temática da vida real.
- Acompanhamento da gestão de escolas públicas (consultorias), construção de manuais de boas práticas e vídeos para melhorar a qualidade da gestão e capacitar os administradores, incluindo atividades de terceirização.

- Estimular o comportamento empreendedor da juventude brasileira via competições e concursos.
- Fazer parcerias com universidades para que esses universitários possam falar sobre perspectivas para alunos de ensino fundamental.
- Criar mais programas de trainee para ajudar a desenvolver habilidades sociais nos jovens.
- Currículo escolar deveria focar mais em comportamento, ética e outras questões importantes que vem se deteriorando na sociedade brasileira;
- Levar jovens das áreas urbanas para visitar propriedades e empresas regularmente.
- Quantificar a contribuição de cada empresa para a região em termos de impostos e salários e mostrar essa importância para a sociedade;
- Palestras de empresas nas escolas mostrando as perspectivas para o futuro dos jovens em carreiras no agronegócio mostrando as oportunidades de trabalho;
- Desenvolver conteúdos e exercícios que utilizem o agro como exemplo no ensino de ciências, física e outras matérias do currículo criando uma academia do agronegócio (NEVES, 2016, p. 464).

No segundo caso, do ensino superior, a principal bandeira política levantada pelos professores do agribusiness é a respeito do modelo de financiamento das universidades. Como já apontado nesta tese, tanto o Brasil, como a Argentina, possuem um significativo sistema público de universidades, que conforma a coluna vertebral de quase toda a produção científica dos dois países. Neste sentido, há uma importante batalha política entorno dos recursos de pesquisa e de suas fontes de financiamento, o que fez com que tanto o PENZA como o PAA fossem protagonistas no desenvolvimento de parcerias institucionais entre as universidades públicas e o setor privado, no caso, notadamente, grandes empresas do agronegócio. Sendo assim, por exemplo, Neves defende, em diferentes momentos, a importância de repensar o modelo de financiamento da universidade brasileira, apontando como caminho mais promissor o reforço dos mecanismos que já vem sendo praticados pelo PENZA, tais como oferta de cursos pagos, associação com fundações privadas de apoio a pesquisa e convênios com empresas para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (NEVES, 2016, p. 480).

Por último, haveria um quinto conjunto de “bolivarianos” indesejáveis que também chamam atenção: um conjunto de intelectuais e artistas de grandes centros urbanos que nada entenderiam do mundo rural e de suas formas de produção, mas que a partir de seus bairros

de elite e visibilidade pública, fariam repercutir uma crítica enviesada do modelo do agronegócio. Neste sentido, é curiosa a maneira com que, ao mesmo tempo, o autor estigmatiza o que seriam artistas críticos das zonas sul carioca e oeste paulista, e se utiliza de cantores e compositores da música popular brasileira para ilustrar sua coletânea de textos apologéticos do agronegócio, conferindo esteticamente um ar de mais “brasilidade” ao seu conteúdo. Uma pena que tenha faltado a Neves a sensibilidade ou o interesse de compreender o sentido da poesia e da brasilidade cantada por esses artistas. Gonzaguinha, por exemplo, citado mais de uma vez pelo autor, poderia ter lhe ensinado melhor o sentido de sua crítica sobre a realidade do trabalhador brasileiro. Dessa maneira, partindo de sua composição “comportamento geral”, o doutor do PENSA poderia perceber a ironia do filho do rei do baião, nascido no morro do São Carlos, na zona norte do Rio de Janeiro, aprendendo que a sua visão sobre os direitos sociais segue a mesma lógica do eu lírico desta bela canção de Gonzaguinha:

Você deve notar que não tem mais tutu  
E dizer que não está preocupado  
Você deve lutar pela xepa da feira  
E dizer que está recompensado

Você deve estampar sempre um ar de alegria  
E dizer: tudo tem melhorado  
Você deve rezar pelo bem do patrão  
E esquecer que está desempregado

Você merece  
Você merece  
Tudo vai bem, tudo legal  
Cerveja, samba e amanhã, seu Zé  
Se acabarem teu carnaval

Você deve aprender a baixar a cabeça  
E dizer sempre: muito obrigado  
São palavras que ainda te deixam dizer  
Por ser homem bem disciplinado

Deve pois só fazer pelo bem da nação  
Tudo aquilo que for ordenado  
Pra ganhar um fuscão no juízo final  
E diploma de bem-comportado

Os professores do PENSA e do PAA tem, portanto, produzido e reproduzido os principais eixos discursivos das empresas e associações empresarias do agronegócio. Ao mesmo tempo em que buscam capturar o discurso da sustentabilidade, atuam para refutá-lo. Por outro lado, reforçam a percepção do papel estratégico da ciência na formação de quadros e na justificação social do modelo produtivo com base na suposição de sua eficiência econômica. Para tanto, enquanto contribuem na difusão da imagem de um novo homem do campo, gestor de negócios, também atuam para desqualificar as possibilidades de desenvolvimento a partir de outros modos de vida e de produção. Finalmente, buscam fundamentar que há uma única via de desenvolvimento para o país, que seria justamente a expansão e fortalecimento dos principais monopólios sobre as cadeias de produção agroindustrial do Brasil e da Argentina. Para o cumprimento desta agenda de desenvolvimento, é possível encontrar as principais lideranças da educação em agribusiness defendendo as mesmas agendas de políticas públicas promovidas por associações como a ABAG e a AAPRESID, quais sejam: a defesa da aprovação de novos produtos biotecnológicos na produção agroindustrial, a defesa da propriedade privada da terra e da flexibilização do mercado de terras, uma política econômica de favorecimento às exportações de bens agropecuários e de subsídio público ao financiamento da produção, uma política de comércio exterior que visa a defesa e abertura de novos mercados internacionais, a promoção e modernização da infra-estrutura nacional para o escoamento da produção em direção a seus mercados consumidores, o desenvolvimento de pesquisas e mercados para o comércio do biodiesel, a flexibilização das relações de trabalho, a promoção de uma assistência técnica referenciada no atendimento das demandas das principais cadeias de produção agroindustriais, a promoção do turismo rural e de produtos de nicho com certificação de origem como alternativa complementar à agricultura de grande escala para a economia rural, a busca por pautar o que é veiculado de informação nas escolas sobre o agronegócio e a

revisão do modelo de financiamento exclusivamente público das universidades, com a valorização de cursos tidos como estratégicos através de “parcerias público-privadas”.

### **3.7. Conclusões do Capítulo**

Conforme proposto inicialmente, o objetivo deste capítulo foi buscar responder a duas indagações fundamentais: Qual o papel cumprido pela academia a partir de determinados programas de pós-graduação em agribusiness na construção da associação econômica, social e simbólica entre as frações nacionais das classes dominantes brasileira e argentina e capitais transnacionais? Quais as diferenças, semelhanças e interconexões entre o campo de estudos científicos do agronegócio do Brasil e da Argentina?

Quanto à primeira questão foi lembrado que o campo científico tem cumprido um papel histórico na construção de hegemonia das classes dominantes no mundo rural do Brasil e da Argentina, desde, pelo menos, a constituição de suas primeiras escolas de agronomia, na virada do século XIX para o século XX. A partir daí, pode demonstrar que o advento do “tempo do agronegócio” nestes dois países, um século depois, supôs uma reorganização e ressignificação de seus espaços institucionais, interesses curriculares e necessidades produtivas e políticas, sempre com direta conexão com as concepções dominantes nas instituições correlatas mais prestigiadas dos Estados Unidos e da Europa. Nessa perspectiva, a fundação dos primeiros programas de agribusiness no Brasil e na Argentina respondeu a estes novos interesses e necessidades, afirmando uma determinada concepção de agronegócio, forjada na academia norte-americana, reforçando o papel histórico das instituições escolares na reprodução política da dominação burguesa, formando quadros técnicos e políticos especializados, articulando a estrutura material do sistema público de pesquisa e ensino com as demandas privadas do mundo empresarial, desenvolvendo

estratégias de gestão da produção voltadas para uma ação coletiva junto aos demais espaços da sociedade civil e da sociedade política e contribuindo na elaboração e difusão de um discurso e de uma visão de mundo que busca legitimar socialmente o modelo do agronegócio.

Em relação à segunda pergunta do capítulo, o compartilhamento de trajetórias, alianças, metodologias e referenciais teóricos entre o PENSA e o PAA, particularmente através da rede internacional da IFAMA, difundindo no Cone Sul o referencial econômico, social e simbólico do modelo do agronegócio, foi extremamente significativo. Em primeiro lugar, além de terem se constituído como programas de pós-graduação vinculados a duas das mais prestigiadas universidades públicas do continente, com estreitas relações políticas, acadêmicas e financeiras com grandes empresas nacionais e transnacionais atuantes nas cadeias de produção agroindustrial do Brasil e da Argentina, seus núcleos de liderança, bem como os conjuntos de seus corpos docente e discente, foram uma pedra angular na construção de uma intelectualidade identificada com o modelo do agronegócio, com plenas capacidades para a disputa e construção de sua hegemonia na sociedade política e na sociedade civil dos dois países. Estes dois núcleos intelectuais organizados no PENSA e no PAA estiveram umbilicalmente associados aos núcleos fundadores da ABAG e da AAPRESID, fazendo uma linha (in)direta de interconexões políticas, econômicas, sociais e simbólicas entre os principais porta-vozes anunciadores do paradigma do agronegócio no Brasil e na Argentina.

A respeito das trajetórias sociais dos docentes do PENSA e do PAA especificamente, vimos que este entrelaçamento dos núcleos dirigentes da ABAG e da AAPRESID se expressa no próprio currículo dos professores do agribusiness. Neste sentido, tanto o programa brasileiro, como o argentino, compartilharam com as associações empresariais do agronegócio de cada país trajetórias sociais com fortes pontos de contato: apresentando uma mesma origem geográfica; formando-se nas mais prestigiadas escolas nacionais de agronomia (e públicas); migrando para uma especialização acadêmica interdisciplinar (em instituições



públicas ou privadas, algumas delas internacionais); reproduzindo algumas significativas relações pretéritas de parentesco com o campo de estudos da agronomia e o mundo empresarial; cultivando uma multi representatividade em diferentes formas de organização da sociedade civil; e marcando uma presença em variados, mas semelhantes e estratégicos espaços da sociedade política na definição de políticas públicas de interesse para o desenvolvimento do modelo do agronegócio. Ao mesmo tempo, os professores do PENSA e do PAA, também compartilham das mesmas particularidades e diferenças com a trajetória social dos dirigentes das associações do agribusiness no Brasil e na Argentina. Estas diferenças parecem remeter às especificidades do trabalho (no campo) científico, tais como a necessidade de dedicação (quase) exclusiva do seu tempo, a necessidade de distanciamento e distinção simbólica em relação ao campo político e a maior permeabilidade para a ascensão social e política (de classe e de gênero) pela acumulação de capital simbólico via diplomação.

No que se refere à produção científica dos dois programas, vimos como eles também compartilham do mesmo marco teórico e dos mesmos métodos para o desenvolvimento de suas atividades de ensino e pesquisa. Em relação ao marco teórico, destacou-se a articulação promovida por Zylberstzajn (1995) e Zylbersztajn e Farina (1996) entre o instrumental teórico da HBS para o estudo das diferentes cadeias de produção agroindustrial e a perspectiva teórica da Nova Economia Institucional, que ganhou protagonismo nos anos 1990 em diversas escolas de negócios do mundo como instrumental de elaboração e justificação da reforma do Estado promovida pelo Consenso Whashington. Esta teoria, além de casar bem com a perspectiva de coordenação dos diferentes segmentos das cadeias produtivas, permitindo a dedução lógica das diferentes estratégias de “governança empresarial”, como também contribuiu no reforço de determinadas premissas do liberalismo que insistentemente ignoram a historicidade das relações sociais de produção capitalista, promovendo a naturalização, universalização e justificação do seu intenso processo de monopolização da

riqueza social, sob um verniz de análise científica e objetiva, tais como: a ideia do mercado enquanto instituição “antediluviana” e mais eficiente da humanidade; a primazia da ação racional dos indivíduos sobre as estruturas sociais e históricas; a primazia da mentalidade oportunista do “auto interesse com avidez”; e, por fim, a desqualificação do direito comunitário em face de uma suposta superioridade natural do monopólio empresarial e da propriedade privada, o que tem conferido um grande destaque para a importância estratégica da gestão de conflitos envolvendo a questão do controle sobre a propriedade intelectual, da terra e dos recursos naturais. No desenvolvimento empírico de suas questões, as metodologias de estudos de caso desenvolvidas na escola de Harvard têm sido o principal referencial para as pesquisas do PENSA e do PAA.

Dessa maneira, foram identificadas como preocupações em comum destes trabalhos as estratégias de propaganda e de responsabilidade social corporativa, a busca por inovações em gestão, comunicação e biotecnologias, a importância de formas diversas de associação de interesse privado, o debate sobre os direitos de propriedade e a elaboração e avaliação de políticas públicas de interesse das cadeias de produção agroindustrial, especialmente em relação ao financiamento da produção, ao desenvolvimento de infraestrutura logística, de modelos de governança público-privados e no assessoramento das políticas de comércio exterior, buscando abrir novos mercados. Por outro lado, no caso do programa argentino, à diferença do PENSA, a diversidade na origem nacional dos discentes e das cadeias produtivas, reflete um alcance mais internacionalizado na constituição de seu corpo estudantil, especialmente em relação ao Peru, ao Equador e a Colômbia, questão que ainda merece uma problematização mais sistemática.

Finalmente, a partir desta agenda de ensino e pesquisa, os docentes do PENSA e do PAA, em conexão direta com associações empresariais como a ABAG e a AAPRESID, nas horas vagas, atuam junto a elas e a outros espaços de visibilidade pública travando o debate

ideológico em defesa do modelo do agronegócio. Neste sentido, os professores do agribusiness, além de compartilharem dos mesmos discursos e visões de mundo que as principais associações do agronegócio nacional, eles podem ser encontrados defendendo ativamente as mesmas agendas de reivindicação de políticas públicas, atuando de maneira “coordenada” – para usar um termo que lhes é caro – com as principais cadeias de produção agroindustrial presentes no Brasil e na Argentina.

Assim, fica evidenciado tanto o papel do campo científico como fator de produção estratégico, como de disputa política e ideológica a respeito da representação social e simbólica do agronegócio para o conjunto da sociedade brasileira e argentina (ou, até mesmo, da humanidade). Também ficou evidente as profundas interconexões políticas, sociais e teóricas entre o PENSA, o PAA e a rede de estudos acadêmicos internacionais da IFAMA, bem como as relações umbilicais destes dois programas com as principais associações anunciadoras do paradigma do agronegócio, a ABAG e a AAPRESID, demarcando algumas de suas semelhanças e particularidades. A seguir, pretende-se apresentar um outro leque de organizações de recorte internacional e regional, que de uma forma ou de outra, também se conectam à trama política da hegemonia do agronegócio na América do Sul, favorecendo e fortalecendo a associação social, política, econômica e simbólica dos protagonistas nacionais da produção de alimentos, fibras e biocombustíveis com capitais transnacionais que atuam em suas cadeias globais de produção.



## **CAPÍTULO 4 – REDES DE AÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA INTERNACIONAL NA CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO CONE SUL**

### **4.1. Introdução**

Neste último capítulo analisei algumas iniciativas de articulação internacional da trama política da hegemonia do agronegócio no âmbito regional do Cone Sul, que conectam as lideranças e representações políticas e científicas nacionais analisadas nos dois capítulos precedentes. Neste sentido, o intuito foi de responder às seguintes perguntas: De que forma os interesses sociais representados e organizados pela ABAG e pela AAPRESID se articulam internacionalmente? Qual o papel das redes acadêmicas neste processo? Quais seriam as principais organizações responsáveis por promover esta articulação? Qual seu perfil institucional, social e político? Qual o seu papel político e importância social? Considerando que se trata de questões muito amplas e pouco exploradas e desenvolvidas (embora não necessariamente ignoradas) pelos estudos existentes, nosso objetivo é contribuir para uma melhor compreensão das mesmas, bem como demarcar as interconexões políticas, sociais, econômicas e simbólicas desta trama.

Para isso, escolhi apresentar e analisar sucintamente o seguinte conjunto de aparelhos privados de hegemonia de alcance internacional: Confederação de Associações Americanas para a Agricultura Sustentável (CAAPAS), Federação das Associações Rurais do Mercosul (FARM), Grupo de Países Produtores do Sul (GPS), LIDE – Grupo de Líderes Empresariais, Round Table on Responsible Soy (RTRS) e International Food and Agribusiness Management Association (IFAMA). Esta escolha se deu a partir do processo de pesquisa sobre

as relações institucionais e pessoais entre a ABAG, AAPRESID e os dois programas de pós-graduação em agribusiness das universidades de São Paulo e Buenos Aires (PENSA e PAA). Conforme esperamos explicitar, as referidas organizações, ao mesmo tempo em que apresentam semelhanças nos seus discursos e objetivos de defesa da legitimidade social do modelo do agronegócio, também possuem distintos escopos sociais, com diferentes objetivos e formas de ação coletiva. Além de pesquisa bibliográfica sobre as organizações destacadas, as fontes consultadas foram as páginas virtuais das mesmas; entrevistas, artigos e declarações de seus representantes disponíveis na internet; informações colhidas a partir das fontes da ABAG, da AAPRESID, do PENSA e do PAA, bem como de suas principais lideranças.

Neste sentido, antes de adentrar na análise específica das associações em tela, é importante considerar que iniciativas de organização política em âmbito internacional não são uma novidade na história do capitalismo. Poderíamos aqui, pelo menos, recuar até os primeiros contatos estabelecidos entre lideranças proletárias das revoluções europeias de 1848, que culminaram – com ativo protagonismo de Karl Marx e Friedrich Engels – na fundação, em 1864, da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores. Para não ir tão longe, retornaremos brevemente a uma quadra histórica que parece ter sido de especial importância para a proliferação, em âmbito nacional e internacional, de formas de associatividade civil que estiveram direta ou indiretamente relacionadas com as principais iniciativas de afirmação e resistência da hegemonia contemporânea do capitalismo norte-americano: o fim da primeira guerra mundial em 1919.

A partir do estudo de iniciativas de organização política e cultural das burguesias imperialistas, com especial destaque para aquelas de origem norte-americana que atuaram no Brasil e outros países da América Latina, Renné Dreifuss (1986) examinou uma extensa rede de organizações de classe com distintos escopos sociais, responsáveis por estabelecerem diferentes tipos de interconexões transnacionais entre os interesses burgueses imperialistas e

determinadas frações de classes dominantes nacionais e locais da América Latina, bem como junto a suas respectivas sociedades políticas. Após se fortalecerem e se disseminarem nos países centrais do capitalismo nos chamados “round table groups” e no Council on Foreign Relations (CFR), no período entre guerras, sua diversidade e presença internacional se acentuou ainda mais após o fim da segunda-guerra mundial com a constituição de uma “comissão trilateral” entre altos representantes das burguesias de EUA, Mercado Comum Europeu e Japão, assim como do Council of the Americas (COA), voltado especificamente para os interesses empresariais norte-americanos na América Latina. Com a consolidação da hegemonia militar, econômica e cultural, em suma, geopolítica dos Estados Unidos sobre o mundo capitalista pós-1945, esta tendência de organização da disputa ideológica no plano internacional se espalhou pela Ásia, África, América Latina e Caribe. Neste sentido, o cientista político uruguaio dialoga com o pensamento gramsciano, apresentando o conceito de “elites orgânicas” para se referir a determinados núcleos de “vanguarda político-intelectual”, que se constituem em braços operacionais vinculados aos interesses de determinadas classes, blocos ou frações de classe.

Estes núcleos, reunindo um corpo técnico e especializado, agem fundamentalmente em dois sentidos. Para dentro, definem as linhas de coesão interna dos diferentes segmentos das classes dominantes em torno de seus interesses materiais e ideológicos comuns. Para fora, buscam fazer de seu interesse particular o interesse geral da nação e/ou universal da humanidade. Assim, segundo Dreifuss, as elites orgânicas, organizadas em distintas frentes móveis de ação (constitutivas de uma ou mais organizações formais e/ou informais) teriam a função fundamental de promover uma “conectividade” interna entre os interesses de classe ao qual estão associadas e uma adesão externa ao seu projeto e visão de mundo. Nos termos do autor:

Na sua qualidade de córtex político, a elite orgânica tem funções conectivas e organizacionais, intervindo no interior das classes dominantes, almejando uma articulação hegemônica e procurando regular relações conflitivas, visando à produção de coesão interna de classe, numa organização adequada e factível. Esta mediação conectiva e niveladora é essencial para alcançar e preservar a “unidade” classista, já que não é a unificação em abstrato das frações do capital no Estado que permite a estas se apresentarem como expressão universalizante dos interesses gerais societários ou como bloco de poder político. A ação político ideológica das elites orgânicas é que permite que um bloco de poder polarize sob seu controle o conjunto de frações subalternas, formando, quando a ação é bem sucedida, uma frente móvel de poder. Funciona assim, como central de informações, como laboratório de ideias, como foro para os grandes conglomerados empresariais em questões relacionadas à propaganda ideológica e política; desenvolve meios de mobilização popular e assegura a construção da hegemonia ideológica da estrutura de poder capitalista, através da legitimação da ordem empresarial, definindo os parâmetros do permissível e do rejeitável e os pontos de referencia do debate público, carimbando e separando “realismo” de “utopia” (DREIFUSS, 1986, p. 26)

Portanto, o cientista político uruguaio identifica uma miríade de organizações responsáveis por tornar possível a hegemonia de um grupo ou conjunto de grupos determinados sobre o conjunto da vida social, funcionando como verdadeiras usinas e laboratórios ideológicos capazes de mobilizar as paixões populares e legitimar pelo poder de seu discurso uma definição predominante sobre a realidade social, justificando a ordem social empresarial vigente e conectando de maneira relativamente autônoma seus interesses materiais particulares com a visão de mundo compartilhada pelas maiorias sociais. Este processo para o autor se viabiliza a quente e a frio, pela força do consenso e da coerção, de maneira pública e privada. Dessa maneira, destacam-se os organismos de produção, difusão e ação política e ideológica que não fazem parte nem da esfera público-partidária da sociedade política, nem dos grandes conflitos sociais desenrolados “a quente” na História. Mas sim, daqueles atores político-ideológicos responsáveis pela disputa cotidiana, travada “a frio”, dos horizontes simbólicos da totalidade social. Tais “elites orgânicas”, para além da organização formal das instituições partidárias e militares, por exemplo, constituíram para Dreifuss aquilo que alguns autores chamaram de “diplomacia privada” como meio fundamental de viabilizar “a inserção político-ideológica, a comunicação social dos projetos particulares classistas e sua conversão em demandas gerais, ‘sociais’, ‘nacionais’ ou de simples ‘senso comum’” (DREIFUSS, 1986, p. 27).



Por isso, a seguir, serão apresentadas algumas organizações que, nesta aproximação do problema, tem funcionado como frentes moveis de construção da hegemonia internacional do agronegócio, sendo parte constitutiva e conectiva da trama política entre as diferentes frações de classe dominante nacionais que protagonizam seu modelo de produção e seus respectivos sócios econômicos e ideológicos internacionais.

#### **4.2. Confederação Americana das Associações para a Agricultura Sustentável (CAAPAS)**

A Confederação Americana das Associações para a Agricultura Sustentável foi fundada em princípios de 1992, durante o I Congreso Interamericano de Siembra Directa, organizado sob os auspícios da AAPRESID em Villa Giardino, na Província de Córdoba, Argentina. O objetivo de sua fundação era o mesmo da associação argentina: a difusão de técnicas de produção agropecuária alegadamente sustentáveis, com especial foco no uso do Plantio Direto como referencial simbólico para a incorporação dos pacotes tecnológicos que combinam mecanização, sementes transgênicas, fertilizantes e agrotóxicos em uma produção de larga escala. O periódico da AAPRESID na época, assim se referia à fundação da CAAPAS, que teve como sua primeira iniciativa a elaboração de um documento sobre sustentabilidade e agricultura que foi apresentado na Rio 92 (AAPRESID, 1992a, 1992b).

Esta confederación permitirá un gran incremento de las relaciones entre los productores de nuestros países en primer lugar, y tendrá también un gran peso político ante las autoridades respectivas. En este momento se está preparando un trabajo comparativo entre el sistema de labranza convencional y el Sistema de Siembra Directa y su efecto sobre el suelo y el medio ambiente, además de su impacto económico (AAPRESID, 1992b, p. 1).

Além da AAPRESID, inicialmente a CAAPAS reuniu organizações comprometidas com a difusão do sistema do Plantio Direto em outros quatro países americanos: Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha (FEBRAPDP), Sociedad de Conservación de Suelos de Chile, Asociación Uruguay Pro Siembra Directa e Asociación Mexicana de Labranza de

Conservación. Em seguida foram incorporadas associações dos Estados Unidos (Conservation Technology Information Center), do Canadá (Soil Conservation Council of Canadá), do Paraguay (Federación Paraguaya de Siembra Directa para uma Agricultura Sustentable) e da Bolívia (Asociación de Productores de Oleaginosas y Trigo) (FEBRAPDP, 2020). No entanto, as associações norte-americanas e boliviana parecem ter se retirado posteriormente, uma vez que no ano de 2021 elas não mais apareceram como filiadas à CAAPAS (FEBRAPDP, 2021).

Os países com maior protagonismo na CAAPAS são a Argentina e o Brasil. Neste sentido, a AAPRESID, na figura de seu primeiro presidente, Victor Trucco, não só esteve à frente do lançamento da CAAPAS como dirigiu a iniciativa nos seus primeiros anos de funcionamento. No caso do Brasil, a FEBRAPDP, embora não seja associada da ABAG, nem nutra – aparentemente – maiores relações públicas com a mesma, reúne um importante núcleo de produtores rurais que, assim como no caso da APRESID na Argentina, foram responsáveis por primeiramente importar dos Estados Unidos a técnica e o maquinário para o Plantio Direto. Assim, os primeiros experimentos com o Plantio Direto no Brasil foram realizados por produtores do Oeste do Paraná nos anos 1970. A partir de então, criaram-se dois núcleos principais de difusão do modelo mecanizado de semeadura da terra, o Clube da Minhoca, nesta mesma região, e o Clube Amigos da Terra, nucleado na região de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. Com a fusão destas duas iniciativas em 1992, fundou-se a FEBRAPDP, no mesmo processo de criação da CAAPAS, representando um esforço regional e coordenado de institucionalização de lideranças porta-vozes da boa nova do sistema do Plantio Direto<sup>42</sup>. Sua sede foi estabelecida em Foz do Iguaçu, Paraná, junto à tríplice fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina. Neste mesmo ano, uma outra organização de

---

<sup>42</sup> Presidentes FEBRAPDP: Manoel “Nono” Henrique Pereira (1992 – 1996), Franke Djikistra (1996 – 1998), Hebert Arnold Bartz (1998 – 2002), Ivo Melo (2002 – 2006), Franke Djikistra (2006 – 2008), Manoel “Nono” Henrique Pereira (2008 – 2010), Hebert Arnold Bartz (2010 – 2012), Alfonso Adriano Sleutjes (2012 – 2018), Jônadan Hsuan Min Ma (2018 – 2022) (FEBRAPDP, 2022a).

produtores se somou à estrutura formal da FEBRAPDP como afiliada regional, a Associação do Plantio Direto no Cerrado (APDC), com sede em Goiânia, expandindo o alcance das superfícies cultivadas com Plantio Direto da região sul para a fronteira agrícola do Centro-Oeste brasileiro<sup>43</sup>.

Além disso, embora não tenhamos encontrado vínculos diretos da CAAPAS com a ABAG, identificamos que a entidade transnacional, junto com a FEBRAPDP e a AAPRESID, foi tema de um relatório do GPS (entidade transnacional que tem entre suas filiadas a ABAG e a AAPRESID e será objeto deste capítulo mais adiante). O documento foi intitulado “Food Security, Water Scarcity, the G-20 Agenda and the Strategic Role of Southern Cone Countries (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay)”. Buscando analisar as potencialidades destes países como produtores de grãos para o mercado mundial, o documento reconhece a importância da FEBRAPDP para a difusão do Plantio Direto no Brasil<sup>44</sup>, apresentando duas justificativas fundamentais. Primeiramente, a FEBRAPDP teve uma significativa atuação na difusão local da técnica através de iniciativas como o Clube da Minhoca, o Clube Amigos da Terra e a APDC. Em segundo lugar, através de seu engajamento na CAAPAS, junto às demais associações de Plantio Direto do Cone Sul, a entidade brasileira teria contribuído para uma melhor articulação internacional na promoção da difusão do sistema do Plantio Direto, defendendo sua produtividade e sustentabilidade frente às resistências de produtores rurais ainda habituados ao plantio com arado e aos questionamentos políticos sobre as consequências socioambientais do novo modelo

---

<sup>43</sup> Na atual diretoria da FEBRAPDP é possível identificar a presença do seguinte arco de empresas, associações e outras instituições: Grupo Araunah, Fundação Agrisus, Associação do Plantio Direto no Cerrado, Irmãos Stobel – Panambi/RS, Sindicato Rural de Rolândia – PR, Associação do Plantio Direto do Vale do Paranapanema, GAPES, GIATEC, Fazendas Reunidas ACP e Filhos, Fazenda Capuaba, Associação dos Irrigantes da Bahia, Coopadf, Universidade Positivo, Fundação MS, Sindicato Rural de Dourados, IAPAR, EPAGRI, UEL, MAPA, Grupo Sleutjes – Campos de Holambra – SP, APDVP, Clube Amigos da Terra Uberlândia, Clube Amigos da Terra Rio Verde, IRGA, Cotripal Unijuí / RS, Sindicato Rural de Mauá da Serra, ASPIPP, ABID (FEBRAPDP, 2022b).

<sup>44</sup> Na introdução do documento, atribui-se à contribuição feita pela equipe da ABAG as fontes utilizadas para analisar o papel da CAAPAS e de suas representantes nacionais.

produtivo, baseado na grande escala e no uso intensivo de capital e tecnologia (REGÚNAGA ET AL, 2017). Além da preocupação com a difusão técnica e tecnológica junto à sua base social, que se concretizou, por exemplo, na fundação em 2012 de um Museu do Plantio Direto em Mauá da Serra, no Paraná (FEBRAPDP, 2012), a FEBRAPDP, segundo a página do próprio Ministério da Agricultura, foi a responsável por propor e reivindicar a criação em 2005 da Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, à qual se somou como membro permanente, obtendo acesso direto para influenciar em políticas públicas com o objetivo de pensar “estratégias de divulgação e agregação de valor” para a produção realizada neste tipo de plantio<sup>45</sup>.

Entre as principais atividades da CAAPAS, estão os chamados “dias de campo” e demais eventos experimentais e de divulgação técnica que incluem iniciativas conjuntas, realizadas inclusive no exterior, como foi o caso da visita de dirigentes da FEBRAPDP à um evento organizado pela AAPRESID em 1999 na cidade de Rosário. Seu objetivo era tratar da organização da próxima reunião da CAAPAS a ser realizada nos EUA, uma vez que Manoel “Nono” Pereira, primeiro presidente da FEBRAPDP, encontrava-se naquele momento na presidência da confederação internacional. Assim foi o relato do encontro na revista da AAPRESID, que apresentava os representantes brasileiros como “Pioneros do Plantio Direto”:

Actualmente Nono Pereira se desempeña como presidente de CAAPAS y Hebert Bartz es presidente de la Federación Brasileira de Plantio Direto. El motivo de su visita fue la preparación del temario a tratarse en la próxima reunión de CAAPAS a

---

<sup>45</sup> Nos termos dispostos na página da internet do Ministério da Agricultura: “A proposta de criação desta Câmara teve início em 2005 por meio da reivindicação da Federação de Plantio Direto na Palha com o objetivo de criar um fórum de discussão que pensasse estratégias de divulgação e agregação de valor para os produtos oriundos desse sistema de plantio, reconhecido mundialmente como uma das principais ferramentas para consecução da agricultura sustentável. Por se tratar de um assunto pontual, amadureceu-se a idéia dentro do MAPA e, com o evento do Alerta do Campo, também conhecido como “tratoração”, realizado em Brasília em 2005, o tema apresentou sua amplitude, abrangendo outras ações que garantissem competitividade e sustentabilidade da agricultura. Entre as proposta de solução para a crise foi entregue ao então Ministro Roberto Rodrigues a solicitação de criação da Câmara Setorial da Competitividade, proposta esta aceita, evoluindo para o nome de Câmara Temática de Sustentabilidade e Competitividade do Agronegócio e finalmente Câmara Temática de Agricultura Competitiva e Sustentável” (MAPA, 2017).

realizarse en EEUU en mayo próximo. Aprovechando su estadia tuvieron la posibilidad de recorrer la Bolsa de Comercio de Rosario, navegar frente al puerto de Rosario y durante el ultimo dia visitaron el semillero de Nidera en Venado Tuerto y la Estancia La Catalina ubicada a pocos kilometros de la localidad de Diego de Alvear (AAPRESID, 1999, p. 12).

Apesar de sua importância na articulação de importantes lideranças empresarias engajadas na divulgação do Plantio Direto em seus países, a CAAPAS não possui uma grande visibilidade pública, ficando dependente da repercussão gerada pelos canais de comunicação de suas afiliadas nacionais. Ao que tudo indica a CAAPAS nunca teve uma página na internet, por exemplo, tendo contado apenas com um perfil no Twitter, que atualmente se encontra desativado. Mesmo assim, a associação permaneceu razoavelmente ativa ao longo dos últimos trinta anos. Para 2022 estavam previstas atividades comemorativas, uma reaproximação com entidades em outros países americanos, uma reunião a ser realizada no Chile, a busca por maior participação em fóruns internacionais e a criação de canais de comunicação institucional, como uma página permanente na internet, perfis em redes sociais e uma newsletter. Segundo a nova gestão recém-eleita em Assembleia Geral Ordinária, estas são as expectativas para os próximos anos:

Jônadan Ma, diretor-presidente da Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação – FEBRAPDP, foi re-eleito para seu segundo mandato à frente da presidência da Confederación de Asociaciones Americanas para la Agricultura Sustentable – CAAPAS. Rafael Fuentes, diretor da FEBRAPDP e pesquisador do IDR-Paraná, também continuará na direção executiva da entidade. Segundo Ma, a meta para o novo exercício (2021-2023) é atuar para fortalecer mundialmente a causa da Agricultura Sustentável. (...) “Hoje a CAAPAS está estruturada para se tornar efetivamente uma instituição de representatividade internacional formada por produtores rurais, já que as cinco entidades que a compõem são realmente associações constituídas por agricultores. A partir de agora, a ideia é fortalecê-la em âmbito mundial” (...) Um dos principais ganchos para essa articulação está no projeto Sistema Plantio Direto Base para Agricultura Sustentável, através do qual foi estabelecida uma parceria com o Programa Euroclima”, observa ele. (...) A proposta inicial era fomentar a expansão do Sistema Plantio Direto e da agricultura sustentável; um objetivo que, segundo Rafail Fuentes, desde o início foi sendo cumprido de forma natural (...) “Hoje, no entanto, os desafios da CAAPAS são outros e estão mais envolvidos na representação dos países que a formam no sentido de ocupar um espaço mundial em relação à grandeza e à importância do nosso Sistema Plantio Direto e da agricultura de conservação no Cone Sul, afinal de contas, devido à adoção do sistema conservacionista somos responsáveis por 30% das exportações de grãos de soja, milho e trigo, e algo em torno de 28% do mercado mundial da proteína animal, seja ela bovina suína ou proveniente do setor avícola. Então, “é muito importante que os nossos países ocupem seus espaços e o protagonismo mundial da defesa de quem faz agricultura sustentável”, frisa Fuentes, querendo dar maior consistência às nossas ações como instituição. Temos

participado de poucos eventos internacionais e congressos mundiais de agricultura de conservação, opinando pouco em fóruns internacionais como o Fórum 4x1000 ou em reuniões da FAO. Para o período de 2021 a 2023, já está definido o aumento dessa representação e a ocupação desse espaço no nível internacional” (FEBRAPDP, 2021).

Portanto a CAAPAS, embora esteja em funcionamento desde os primeiros momentos de atuação da AAPRESID na Argentina e da FEBRAPDP (assim como da ABAG) no Brasil, possui uma visibilidade pública bastante restrita à articulação entre as associações dos países membro, contribuindo na difusão local, na ponta do produtor rural, do sistema do Plantio Direto. Embora não tenha sido identificada nenhuma relação direta entre a ABAG e a representação brasileira da CAAPAS, o reconhecimento da importância histórica das lideranças da FEBRAPDP em documentos do GPS e seu protagonismo na fundação e participação da Câmara Temática de Insumos Agropecuários do ministério da agricultura brasileiro denota o fato da mesma se constituir como um importante braço de interconexão entre os principais porta-vozes do agronegócio do Brasil e da Argentina no âmbito continental das Américas, sendo um relevante instrumento de mediação social, política, econômica e simbólica entre escalas globais, nacionais e locais.

#### **4.3. Federação das Associações Rurais do Mercosul (FARM)**

A Federação das Associações Rurais do Mercosul (FARM) foi fundada em 1997, na cidade de Mariano Roque Alonso, Paraguay. Reúne as mais tradicionais associações rurais dos países membro do Mercosul. São elas: Confederaciones Rurales Argentinas (CRA), Sociedad Rural Argentina (SRA), Confederación Nacional de Agricultura de Bolívia (CONFEAGRO), Confederación de Ganadores de Bolívia (CONGABOL), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedad Nacional de Agricultura de Chile, (SNA), Asociación Rural de Paraguay (ARP), Asociación Rural de Uruguay (ARU), Federación Rural de Uruguay (FR). O adjetivo “mais tradicionais”

se justifica pelo fato da federação reunir as representações mais antigas do patronato rural da região, excluindo as associações de novo tipo, como a ABAG, a AAPRESID e as associações por produto, multi-produto ou nicho temático. Esta exclusão, para além de denotar certo distanciamento entre velhas e novas representações de proprietários e empresários rurais nos países do Mercosul, que se expressaria inclusive no campo das articulações internacionais entre elas, também pode ter sido resultado do fato de que no momento de fundação da FARM, associações como a ABAG e a AAPRESID ainda estivessem em um processo de afirmação e reconhecimento de suas respectivas condições de porta-vozes e anunciadoras do paradigma sócio-produtivo do modelo do agronegócio, somente adquirindo maior protagonismo nos anos subsequentes.

Outras importantes razões para este recorte específico de organizações nacionais também parece se dar em função dos propósitos de ação da FARM. Neste sentido, em primeiro lugar, destaca-se o fato desta federação estar expressamente vinculada aos objetivos de articulação econômica que o bloco regional do Mercosul representa desde a sua formação. Por essa razão, sua sede está justamente localizada no Edifício Mercosul, em Montevideu, sede do Parlasul, demonstrando a materialidade da imbricação política desta associação junto à institucionalidade oficial do bloco de comércio regional. Segundo a própria apresentação da FARM, “após a conclusão do projeto de integração regional do Mercosul, as agremiações rurais mais antigas da região procuraram se organizar em uma instituição supranacional” (FARM, 2020). Segundo nota na ocasião de comemoração de dez anos da entidade:

A FARM nasceu da necessidade de se criar no âmbito regional um organismo que pudesse ser o porta voz dos interesses dos produtores agrícolas do Mercosul (MS). Desde o início a entidade tem atuado junto aos governos do MS e suas instâncias decisórias, bem como junto aos organismos regionais, no sentido de preservar os interesses do setor rural a nível geral, promover integração regional do setor, promover a melhora permanente da competitividade da cadeia produtiva regional, fomentar o relacionamento e facilitar a cooperação entre as instituições, empresas e pessoas do setor agropecuário dos países do MS. Além disso, tem sido um objetivo declarado da FARM criar e manter um sistema de informação que permita aos agentes econômicos e suas respectivas autoridades contar com dados e demais elementos necessários para uma adequada tomada de decisões (FARM, 2007).

Em segundo lugar, foi possível perceber que a FARM representa – não só, mas especialmente – um setor ligado à produção e exportação de carne bovina. O que sugere isso é, além da leitura da documentação da entidade acessada, o fato de que ela reúne a confederação de pecuaristas bolivianos e as mais antigas representações de produtores e proprietários rurais dos países de Mercosul; o que, segundo os estudos sobre os casos do Brasil e da Argentina (MENDONÇA, 2010; LATTUADA, 2006; PANERO, 2013), poderia reforçar a ideia de uma maior influência de produtores e proprietários atuantes na produção de carne bovina. De igual forma, o mercado do trigo também parece ser uma preocupação recorrente na agenda política da entidade (lembrando que este é um produto importante na pauta de comércio entre os países membro do Mercosul). Por outro lado, chama atenção nas atividades e discursos da FARM o fato de haver poucas referências ao mercado da soja, estrela da produção e das exportações agrícolas de quase todos os países do bloco regional (FARM, 2020a).

Neste sentido, os objetivos da FARM foram definidos e apresentados da seguinte maneira. O objetivo geral é: “Defender os interesses comuns dos produtores rurais dos países do Mercosul e contribuir para o desenvolvimento agrícola, econômico, social e cultural do Mercosul ampliado”. Os objetivos específicos são: “Preservar os interesses do setor rural regional; Promover a integração regional do setor”; “Promover a melhoria contínua da competitividade da cadeia agrícola regional”; “Fomentar as relações e facilitar a cooperação entre as instituições, empresas e indivíduos do setor agrícola dos países do Mercosul”; “Criar e manter um sistema de informação que permite aos agentes e atores e suas autoridades ter os dados e informações necessários para a correta tomada de decisões” (FARM, 2022a).

Os temas de maior preocupação da FARM, que ganharam institucionalmente comissões de trabalho, tratam de: saúde, sustentabilidade, relacionamento institucional,



comércio e mercados e resolução de conflitos de interesse. Na pauta da saúde, concentra-se a preocupação com a saúde animal, particularmente o combate e a certificação internacional contra a febre aftosa na produção de gado bovino. Isto inclui uma ativa participação da FARM no acompanhamento das reuniões do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul, instância formada por representantes dos ministérios da agricultura dos países do Mercosul especializados na área de saúde animal e vigilância sanitária.

No que tange ao tema da sustentabilidade, a atuação da entidade se inscreve no procedimento tradicional de defender e propagandear a responsabilidade social e ambiental da produção agropecuária dos países do bloco. Reivindicando a condição de maiores produtores de alimentos do mundo, as lideranças da FARM buscam atestar adequação às exigências do mercado internacional, principalmente em relação às negociações com a União Europeia em torno de um acordo de livre comércio entre as duas partes. No que se refere à sustentabilidade também foi possível identificar preocupações relacionadas ao melhoramento da produtividade, como a promoção de técnicas de conservação da fertilidade do solo e de manejo da água.

As tarefas de relacionamento institucional se dirigem a diferentes esferas de organização política. Em primeiro lugar, se referem ao relacionamento entre as associações filiadas da FARM, que se desenvolve para além das reuniões formais da federação, através de diversas formas de contato, como, por exemplo: em encontros multi e bilaterais, na participação de representantes das demais associações em eventos promovidos por uma delas e por meio do fomento à organização de suas juventudes em uma subseção intitulada “FARM Jovem”, destinada a promover iniciativas direcionadas para este público particular.

Há também o engajamento da FARM no relacionamento institucional junto a outras associações rurais para além do Cone Sul. A mais destacada destas iniciativas tem sido a sua

participação na construção do Cairns Group Farm Leaders (CGFL), fundado em 1998, na cidade australiana de Cairns. Além da associação anfitriã, a Australian National Farmer's Federation (NFF), e das associações reunidas na FARM, o CGFL também reúne as associações de produtores rurais dos seguintes países: Colômbia, Canadá, África do Sul, Fiji, Indonésia, Malasya, Nova Zelândia, Filipinas e Tailândia.: Este grupo foi formado como contraponto ao Cairns Group of Fair Trading Nations, fundado em 1986, que reúne representações oficiais dos ministérios das relações exteriores de um grupo semelhante de países<sup>46</sup>. Neste sentido, ao reunir associações de grandes países exportadores de produtos agrícolas, um dos principais focos de atuação do CGFL tem sido o acompanhamento das negociações estabelecidas no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Assim, a FARM apresenta um ativo protagonismo neste grupo, elaborando documentos e relatórios que são apresentados em assíduas participações nas reuniões do CGFL (CGFL, 2022).

Além do relacionamento entre associações rurais, a tarefa que talvez seja a mais relevante da FARM é o seu assento cativo no Conselho Agropecuário do Sul (CAS) conformada pela reunião dos ministros da agricultura de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia. Fundado em 2003, como resultado das coordenações na política de vigilância sanitária para o combate à febre aftosa, o CAS tem funcionado ativamente desde então, fortalecendo os laços institucionais de cooperação técnica e econômica. Portanto, seu objetivo fundamental é “definir las prioridades de la agenda agropecuaria y tomar posiciones sobre temas de interés regional con el fin de articular el desarrollo de las acciones acordadas” (CAS, 2022).

Por último, a FARM também se ocupa de atuar junto a organismos multilaterais diversos, destacando-se três instituições em particular. A Organização Mundial do Comércio,

---

<sup>46</sup> Países membro do Cairns Group of Fair Trading: Argentina, Austrália Canadá, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tailândia, Uruguai e Vietnam. A Ucrânia participa como membro observador.

que é foco da atenção da FARM através de articulações como o CGFL e da elaboração de documentos de subsidio e posicionamento junto aos negociadores representantes dos governos nacionais. Ainda no âmbito da OMC, a FARM participa ativamente da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, na sigla em inglês), um braço temático da mesma. Por fim, a Organização Mundial da Saúde, na mesma lógica, recebe especial atenção pelas preocupações da entidade com os controles sanitários no comércio internacional de produtos de origem agropecuária.

Deste modo, a maior parte da agenda política da FARM está direcionada à disputa e influência nas negociações que dizem respeito ao bloco regional do Mercosul no sentido de favorecer as políticas públicas e acordos internacionais relativos à exportação de produtos de origem agropecuária e importação de insumos estratégicos. A construção do acordo do bloco com a União Europeia foi a pauta mais importante desde a sua fundação<sup>47</sup>. Apesar das expectativas que o acordo já tivesse sido assinado, a eleição de Jaír Bolsonaro no Brasil em 2018, fez o bloco europeu recuar da oficialização do acordo final. Além disso, também é possível identificar uma preocupação com o compartilhamento técnico de metodologias de análise dos custos de produção em cada país e o desenvolvimento de programas de infraestrutura (em termos de energia, comunicação, água, portos, etc) na região, como a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana (IRSA). Assim, a FARM entende que é “necessária a realização de estudos para conhecer as necessidades da produção na região e propor medidas para corrigir as deficiências em infra-estrutura existentes e possibilidades de complementação” (FARM, 2010).

---

<sup>47</sup> Segundo a entidade: “A FARM reafirmou a alta prioridade que dá para a realização do acordo Mercosul-União Europeia (UE), que pode representar um crescimento significativo do comércio exterior de produtos agrícolas da região, contribuindo para a consolidação do bloco como um importante fornecedor de alimentos para o mundo” (FARM, 2010).

Em relação às tarefas de resolução de conflitos de interesses, encontram-se, de maneira geral, as principais tensões internas e externas ao bloco. Ou seja, divergências e negociações entre os países membro do Mercosul e do bloco em seu conjunto com os demais países. Particularmente chamou atenção três questões. Primeiro, a emissão de comunicados de defesa e solidariedade em relação a alegadas violações dos direitos de propriedade por ação do Estado e de movimentos sociais. No primeiro caso, destaca-se, por exemplo, a reação “ante la usurpación de la propiedad privada rural” com a tentativa de expropriação da empresa argentina Vicentin pelo governo de Alberto Fernandez em 2020 (FARM, 2020b). No segundo caso, chamou atenção a reação ao sequestro do produtor rural Oscar Denis, um “conotado” membro da Associação Rural do Paraguai, pelo Exercito Popular Paraguayo (EPP) (ARP, 2020). Na ocasião, em nota, a entidade afirmou que:

La FARM lamenta la presencia y el accionar de grupos terroristas movidos por ideologías que han demostrado ser un rotundo fracaso y que no hacen otra cosa que generar violencia, lucha de clases, destrucción de los sistemas productivos y el retroceso del desarrollo y las oportunidades de nuestros pueblos (FARM, 2020b).

A FARM também tem se manifestado no caso de instabilidades políticas nos países membro. Por exemplo, após o golpe parlamentar de 2012 que destituiu o presidente Fernando Lugo, o Paraguai foi suspenso do Mercosul. Neste cenário, a FARM atuou ativamente pela revogação da suspensão do país no bloco. Em relação à política venezuelana, a federação se posicionou abertamente contrária aos governos de Hugo Chavez e Nicolás Maduro, sugerindo e apoiando, por exemplo, a proibição de que o país assumisse a presidência pró tempore do Mercosul. Em uma manifestação em Julho de 2013 – que poderia soar como reação às massivas manifestações populares ocorridas no Brasil no final do mês anterior – a FARM resume as reivindicações sobre a estabilidade política e democrática dos países do bloco em três pontos: defesa das instituições; defesa da livre iniciativa e da propriedade da terra; e denúncia de espionagem contra as suas associações filiadas.

- Su apoyo a la consolidación de las democracias en nuestras Naciones garantizada en la división e independencia genuina de los poderes ejecutivo, legislativo y judicial; el respeto de las instituciones y el cumplimiento de las garantías y derechos individuales.
- Asimismo consideramos fundamental los principios de la libre iniciativa, la libertad de comercio y el respeto de la propiedad privada, como garantía del desarrollo de los ciudadanos.
- Su profunda preocupación por el deterioro institucional en algunos países miembro, a través de denuncias de espionaje a entidades asociadas a la Federación, impactando negativamente en el sistema de garantías individuales y atentando contra la libertad de funcionamiento de las instituciones (FARM, 2013).

Finalmente, mais recentemente, têm sido feitos alguns balanços sobre os limites do Mercosul em relação aos propósitos fundadores e ao atendimento das necessidades atuais do empresariado rural da região, promovendo “el desarrollo agrícola, económico, social y cultural de los Estados partes” (FARM, 2010).

Dessa maneira, a FARM tem construído sua atuação como articulação das associações rurais dos países membros do Mercosul junto a questões relativas ao bloco e à dinâmica política de cada país, a partir de uma estrutura institucional enxuta. Possuindo três categorias de associação (Entidades sócias Fundadoras; Entidades Sócias Ativas; e Entidades Sócias Aderentes e Sócias Honorárias), se organiza em três níveis político-administrativos: Conselho Diretivo (composto pelas entidades sócias fundadoras e pelas entidades sócias ativas), órgão permanente, responsável pela direção executiva da federação onde se escolhe o presidente; O Conselho institucional (composto por todas as associações filiadas), por sua vez, é de caráter consultivo e se reúne mais esporadicamente, auxiliando o Conselho Deliberativo. Por ultimo, há uma Secretária Geral que coordena um corpo técnico de assessores organizados nas diferentes comissões de trabalho (de saúde, sustentabilidade, relacionamento institucional, comércio e mercados e resolução de conflitos de interesse) (FARM, 2022b).

#### 4.4. Grupo de Países Produtores do Sul (GPS)

A partir de uma iniciativa gestada no Conselho Argentino de Relações Internacionais (CARI)<sup>48</sup> em dezembro de 2011, os setores econômicos mais dinâmicos do agronegócio sul-americano procuraram dar um salto qualitativo nos seus espaços de articulação e organização regional, fundando outra organização política de produtores e empresários do Cone Sul: O Grupo de Países Produtores do Sul (GPS). Lançado em cinco eventos sucessivos ocorridos no final de 2013 em Buenos Aires, São Paulo, Assunção, Montevidéu e Londres (através da Canning House<sup>49</sup>, instituição empresarial britânica destinada a fortalecer laços comerciais, culturais e políticos com países iberoamericanos), o GPS conta com a participação de associações privadas de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Seu principal objetivo é “contribuir na integração dos países da região e na sua projeção internacional” através de três linhas de ação: “articulando a agroindústria regional com uma perspectiva estratégica da

---

<sup>48</sup> O CARI foi fundado em 1978, durante a última ditadura militar argentina para fortalecer os laços comerciais com a economia mundial. No entanto foi no Governo de Carlos Menem que o conselho ganhou maior notoriedade subsidiando o debate sobre a reforma do Estado. Segundo Sauerbronn: Definindo-se como uma instituição privada sem fins lucrativos e com orientação acadêmica, o CARI busca estimular o estudo e o debate de problemas internacionais a partir de um enfoque nacional. Segundo Carlos Manuel Muñiz (2004), idealizador e presidente da instituição desde sua criação, em 1978, até 2007<sup>1</sup>, pretendia-se estabelecer, com o CARI, uma instituição capaz de desenvolver um trabalho acadêmico à margem de qualquer posição partidária na Argentina. Felix Peña (2006) ressalta que não havia nenhum espaço, no país, que pudesse reunir personalidades de diferentes vertentes partidárias e opiniões divergentes para discutir sua inserção internacional. A instituição propõe-se a analisar os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais das relações internacionais, tendo como princípios básicos: 1) pluralismo nas idéias e nas atividades de seus integrantes; 2) liberdade de opinião de seus membros e dos órgãos de estudo, comitês e seminários; 3) objetividade na condução da instituição que, como tal, não emite opiniões e 4) colaboração com organismos públicos e instituições privadas mediante o aporte de estudos e debates que possam ser utilizados para a tomada de decisões. O Council for Foreign Relations (CFR) de Nova Iorque e de Chicago e o Royal Institute of International Affairs (Chatham House)<sup>3</sup> de Londres serviram de modelo para a criação do CARI. O embaixador Carlos Manuel Muñiz, a quem é atribuída a idéia de sua criação, assumiu a importância de sua experiência como embaixador nos Estados Unidos (1971-1973), para conhecer o trabalho realizado pelo CFR e criar um centro de reflexão que projetasse a Argentina no mundo. Ainda hoje, o Council on Foreign Relations atua como parceiro em várias atividades do Conselho, incluindo a Reunião Hemisférica dos Conselhos de Relações Internacionais (SAUERBRONN, 2009, p 69).

<sup>49</sup> A Canning House se apresenta da seguinte forma: “For over 75 years, Canning House’s Mission has been to build understanding and relationships between the UK, Latin America & Iberia. Canning House is the UK’s leading think tank on Latin America. We are a global forum for thought-leadership and pragmatic debate on the region’s political, economic, social, health and environmental trends and issues - and their implications for business risks and opportunities”. Possui diversos tipos de instituições membro, classificadas segundo os seguintes campos de atuação: setor público, diplomático, lideranças formadoras de opinião, sociedade civil, academia e educação. Além do GPS, figura entre seus membros instituições como a America’s Society / Council of the Americas (AS/COA), dentre muitos outros de relevância nacional e internacional (CANNING HOUSE, 2022).

região e do mundo”; “gerando conteúdo para fornecer informação e análise no fortalecimento do diálogo público-particular nas (...) áreas de interesse dentro de cada país e entre si”; e “divulgando a informação e as ideias através da promoção, organização e participação em foros nacionais, regionais e internacionais” (GPS, 2020a, 2020b).

A composição do grupo na ocasião de seu lançamento era formada principalmente por instituições fundadas nas últimas décadas, não incluindo inicialmente as tradicionais associações rurais da FARM. Assim, do Brasil, participam a ABAG, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) através de seu Centro de Agronegócios (GV-Agro). Da Argentina, estiveram a AAPRESID, a Associação Argentina de Consórcios Agrícolas Experimentais (AACREA), a Associação de Câmaras de Tecnologia Agropecuária (ACTA), a Associação da Cadeia da Soja Argentina (ACSOJA), a Associação Argentina de Trigo (Argent trigo), a Associação Argentina de Girassol (ASAGIR), o Conselho Argentino para as Relações Internacionais (CARI), a Associação de Milho e Sorgo Argentino (MAIZAR) e o Instituto para as Negociações Agrícolas Internacionais (Fundação INAI). No caso do Paraguai, estiveram representados o Instituto de Biotecnologia Agrícola (INBIO), o DENDE – Desarrollo en Democracia e a União de Grêmios da Produção (UGP). Finalmente, do Uruguay, participaram a Câmara Mercantil de Produtos do País (CMPP) e o Conselho Uruguaio para as Relações Internacionais (CURI)<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Após 2020, a composição do GPS já apresentava algumas modificações, com a entrada e saída de algumas instituições filiadas. No caso da Argentina, somou-se um considerável conjunto de organizações: Fundación Barbechando, Bolsa de Cereales – Alimentación y nutrición saludables, Camara Argentina de Biocombustibles (CARBIO), Camara de Sanidad Agropecuaria y Fertilizantes (CASAFE), Camara de la Industria Aceitera de la Republica Argentina (CIARA), Camara de la Industria Argentina de Fertilizantes y Agroquimicos (CIAFA), Fundación Agropecuária para el Desarrollo de Argentina (FADA), Federación Argentina del Citrus (FEDERCITRUS), Fundación Producir Conservando, Fundación para la Promoción y el Desarrollo de la Cadena Lactea Argentina (FunPel), Fundación Irradia – Inspiración para el Desarrollo, e as tradicionais Confederación Intercooperativa Agropecuária (Coninagro) e a SRA. No caso do Paraguay, o Dende não aparece mais como sócio. No Uruguay, somaram-se a Associação Rural do Uruguay (ARU), União de Exportadores do Uruguay (UEU), Associação de Cultivadores de Arroz (ACA). No caso do Brasil não houve alterações. Apesar da maioria das organizações serem associações por produto ou nicho temático fundadas mais recentemente, destaca-se a adesão mais recente da SRA e da ARU, duas tradicionais associações fundadas na década de 1860, na Argentina e no Uruguai, respectivamente, que foram fundadoras da FARM, permanecendo até hoje como uma das principais associações desta federação (CABALLERO, 2011)

A estrutura institucional do grupo está organizada em três níveis, um “comitê de gestão” (que conta com um “*head*”), um “grupo coordenador”, um “conselho consultivo” e um grupo de “membros” assessores. Dos nomes que recentemente participavam de alguma dessas instancias organizativas<sup>51</sup>, vale destacar as seguintes lideranças brasileiras e argentinas: Horacio Sanchez Caballero, Gustavo Idigoras, Marcelo Regúnaga, Maria Beatriz “Pilu” Giraudo, Roberto Rodrigues e Eduardo Daher. Também destacamos Eduardo Soares Camargo que foi o representante do Brasil no momento de lançamento do grupo em Buenos Aires, na qualidade de diretor da ABAG e membro do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP (Cosag/FIESP). Assim, como é possível perceber, estes nomes possuem notáveis trajetórias sociais por suas origens familiares, sua formação escolar, seu desempenho profissional, sua organização política na sociedade civil e/ou sua presença em estratégicos postos da sociedade política nacional e internacional:

- Horacio Sanchez Caballero: Empresário argentino, dirigiu a iniciativa durante a sua fundação e nos primeiros anos do GPS.
- Gustavo Idigoras: Argentino, formado em Ciencia Política na Universidad de Belgrano, Mestre em Relações Internacionais pela Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales e Mestre em International Business na Universidade de Bruxelas. Foi gerente regional da Monsanto Argentina e diretor da Business Issue Management. Além disso, é professor do PAA/FAUBA e da Universidad Nacional Tres de Febrero. No âmbito das associações empresariais, além de integrar o GPS, preside a CIARA. Também passou por distintos cargos na sociedade política argentina, como: Cônsul do Ministério da Agricultura na embaixada da Argentina em Bruxelas, diretor geral do Ministério da Agricultura argentino e diretor do Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (SENASA).
- Marcelo Regúnaga: Argentino, formado em Agornomia pela FAUBA, mestre em economia agrária pela UNLP. Atua como consultor e administrador em estabelecimentos agropecuários. Também foi consultor de diversos organismos internacionais (CFI, PNUD, OEA, CEPAL, IICA, BID, Banco Mundial, FIDA, Comissão Europeia, FAO, USAID, CIMMYT e CIAT). Além de ser membro do GPS e da CARI, foi vicepresidente do International Food and Agricultural Trade Policy Council

---

<sup>51</sup> Em 2022, constavam como parte do comitê de gestão do GPS, as seguintes lideranças: Marcelo Regunaga (Argentina), Eduardo Daher, Lucas Ribeiro (Brasil), Lilian Cabrera, Hector Cristaldo (Paraguai), Juan de la Fuente, Francisco Lezama, Victoria Carballo e Patricia Damiani (Uruguai). No grupo coordenador estão: Eduardo Serantes, Pablo Elverdin, Paloma Ochoa, Carla Antonelli. No Conselho Consultivo encontram-se: Horacio Sanchez Caballero, Sergio Abreu, Luis Bameule, Ciro Echesortu, Martin Piñeiro, Roberto Rodrigues, Guillermo V. Galmes, Finalmente, na qualidade de membros do grupo, constam as seguintes lideranças: Teresa Aisehmborg, Eduardo Bianchi, Rosario Campos, Ricardo Carciofi, Maria Cassarino, Marcelo Elizondo, Martin Fraguio, Maria Beatriz “Pilu” Giraudo, Francisco Iguerabide, Gustavo Idigoras, Sabine Papendieck, Valeria Piñeiro, Norberto Potiroli, Florencia Ricard, Francisco Rosas, Carlos Sersale di Cerisano, Silvia Taruozzi, Ernesto Viglizzo, Paula Marra (GPS, 2022a).



2006-2011(sede em Washington D.C.), membro do Conselho Científico da Fondation pour l'Agriculture et la Ruralité dans le Monde (com sede em Paris), presidente da Associação Argentina de Economia Agrária e presidente da Associação da América Latina e do Caribe de Economistas Agrícolas. Na sociedade política, foi ministro da agricultura na Argentina em duas oportunidades, entre 1990 e 1993 e em 2001; secretário de Indústria, Comércio e Mineração em 1996; representante econômico comercial da Argentina e negociador alterno pela Argentina na Rodada do Uruguai do GATT; integrante do Conselho Diretivo do INTA; gerente da Junta Nacional de Grãos; membro da equipe econômica e da Junta Nacional de Carnes. Na universidade, foi coordenador acadêmico e professor no Centro de Educação Empresaria da Universidade de San Andrés e professor no mestrado do PAA/FAUBA. Também foi professor de pós-graduação na Universidad Nacional de Entre Rios (UNER), na Universidad Nacional del Sur e no Programa de Agronegócios Frutícolas em Rio Negro.

- Maria Beatriz “Pilu” Giraudo: Argentina, engenheira agrônoma pela Universidad Nacional de Rosario, com especialização em Alta Direção de Agronegócios no PAA/FAUBA. É filha de um dos “pioneiros” da AAPRESID, Luis Giraudo, sendo produtora de Soja, Milho, Trigo, Cevada, Sorgo, Pecuária, Cultura Privada. Também trabalhou no Banco de Alimentos de Venado Tuerto. Além de ter sido presidenta da AAPRESID e ser membro do GPS, compôs a Fundación Darse Cuenta, Fundación CONIN, Red #Mujeres Rurales, Global Conservation Agricultural Network. Na sociedade política argentina foi Coordenadora de Políticas Públicas para el Desarrollo Sustentable del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca.
- Roberto Rodrigues: Brasileiro, filho de liderança política de produtores rurais e cooperativistas do Estado de São Paulo, é engenheiro agrônomo pela ESALQ/USP. Produtor rural, proprietário da Fazenda Santa Izabel, presidente da Coplana (Cooperativa de Produtores de Cana de Guariba) e presidente e fundador da Cooperativa de Crédito Rural dos Produtores de Cana de Guariba. Na universidade, foi professor da UNESP e da FGV. Atualmente é coordenador da GV Agro. Como liderança de proprietários e produtores rurais foi presidente da OCB, da SRB, do Consagro-Fiesp, do LIDE Agronegócios, da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), da FAAB, do Centro Acadêmico da ELSAQ/USP (CALQ). Além disso, foi conselheiro da Sociedade dos Técnicos Açucareiros do Brasil, da Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias e do próprio GPS. Também liderou a Associação de Fornecedores de Cana de Guariba. Na sociedade política, para além dos laços familiares com a política em São Paulo, seus cargos de maior destaque foram a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura.
- Eduardo Daher: Brasileiro, é economista pela FEA/USP e Administrador pela FGV e realizou pós-graduação em Marketing. Passou pela Companhia Paulista de Fertilizantes, Norton Publicidade, CFO e Macrosector Consultoria. Também ministra aulas na ESALQ e na FGV. No âmbito das associações empresariais, além da ABAG e do GPS, teve passagem na direção das seguintes organizações: ANDA, ANDEF, Cosagro/fiesp, Conselheiro ABMR&A. Pertence a tradicional família de exportadores de Café do Vale do Paraíba.
- Eduardo Soares Camargo: Brasileiro, trabalhou no Grupo Pão de Açúcar e no Frigorífico Minerva. Foi membro do GPS, diretor da ABAG, da SRB e do Cosag/FIESP. Na sociedade política foi coordenador da Defesa Agropecuária na Secretaria Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; Fundação Florestal - Secretaria do Meio Ambiente (GPS, 2022a).

Reivindicando contar com um time de instituições e personalidades do mundo empresarial e acadêmico, o GPS recicla o mote da segurança alimentar, fazendo o seguinte questionamento: “puede el mundo generar alimentos para todos sus habitantes a precios razonables y sin agotar sus recursos naturales? (...) qué rol tienen los países sudamericanos en este desafío?”. Para responder a este problema, o grupo foi lançado se apresentando com

um espaço de consenso, coordenação e cooperação, fortalecendo principalmente a resolução de desafios como o desenvolvimento de ciência e tecnologia, de infra-estrutura de transporte e armazenamento e da revisão de barreiras comerciais entre os países membro:

Há um polo norte, um polo sul e um polo destinado a ocupar um lugar privilegiado. (...) Os desafios apenas começam. A região requer mais investimento em pesquisa, desenvolvimento e infra-estrutura. E a revisão de barreiras comerciais que redundam em preços altos e menor competitividade. GPS é consenso, coordenação, cooperação para que o nosso potencial se transforme em potência. Grupo de países produtores do sul, alimentando um novo futuro (GPS, 2013).

Neste sentido, o primeiro coordenador do comitê de gestão do GPS, Horacio Sanchez Caballero, defende que a articulação destes interesses privados entre os quatro países do grupo, em termos de investimentos, difusão de tecnologia e conhecimento (como é o caso dos transgênicos, do plantio direto e do uso de agrotóxicos), de comunicação e de práticas de gestão dos negócios, era significativa, mesmo que ainda estivesse aquém do necessário no âmbito oficial e estatal:

El potencial que tiene la región no es algo que solamente esté basado en proyecciones de futuro, si no, como les decía antes, por tener una historia de 20 años de haber aplicado una tecnología, un sistema de gerenciamiento y una capacidad de comunicación entre los cuatro países que da sustento a las proyecciones de futuro. (...) Aquí ha habido inversiones entre los cuatro países, ha habido difusión de tecnología entre los cuatro países, hay un sistema de gerenciamiento que ha sido aplicado entre los cuatro países (CABALLERO, 2013).

Por isso, para Caballero, há quatro questões a serem fortalecidas no relacionamento entre estes países em termos de investimento privado e políticas públicas: investimento em pesquisa e desenvolvimento; melhoramento da infraestrutura em perspectiva regional, revisão de regulações comerciais e uma “mudança de paradigmas”, bem ao tom aapresidista e abaguiano. No que se refere ao primeiro ponto, a preocupação esta direcionada para “incrementar la transferencia de los países desarrollados en este tema respecto de los países en desarrollo como son los nuestros”, garantindo uma rápida aplicação de novas tecnologias nos países do grupo. Em relação à infratestrutura, por sua vez, a liderança do GPS realizou a seguinte comparação entre a situação brasileira e argentina:

En Producir Conservando, el trabajo que hizo Gustavo Lopez muestra con claridad cuáles son las serias deficiencias que tenemos en la Argentina respecto de la infraestructura. Pero también, participé no hace mucho en el congreso de ABAG que me llamo mucho la atención el logo que tenían, que era un gran embudo con muchos granos arriba y por la boca de abajo del embudo salía un solo grano para demostrar simbólicamente que la capacidad de producción, lo mismo que nosotros, lo mismo que pasa en Paraguay, está allí. Pero si no hay una infraestructura, esa producción, es inútil tenerla porque no hay capacidad de almacenarla, no hay capacidad de transportarla. Pero acá, hay que agregar otro punto más. Esta infraestructura no es la infraestructura individual de cada país, es la infraestructura que permita a los cuatro países un desarrollo armónico. El mercado está sobredemandado. Nosotros tenemos que aprovechar esa diferencia para poder conversar como lo hemos hecho en privados para que la infraestructura sea para beneficio del conjunto (CABALLERO, 2013).

Nesta perspectiva, o grupo teria um claro foco no melhoramento da infraestrutura para a integração regional, defendendo o investimento estatal – sem dizê-lo explicitamente - para fortalecer os laços “privados” que se constituíram historicamente entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, especialmente a partir da última década do século XX, com a afirmação social, econômica, política e simbólica do modelo do agronegócio.

A respeito das regulações comerciais dos quatro países do grupo, há um amplo leque de questões abordadas e formatos institucionais, desde legislações nacionais, estaduais/provinciais/departamentais e municipais até outras formas de regulamentação estatal, tanto dentro da esfera política nacional, como na construção de acordos internacionais. Segundo Sanchez, em relação a este último aspecto, por exemplo, o problema que mais se destaca na produção agropecuária são as formas de definição daquilo que é adequado ou não para a saúde humana, animal e do meio ambiente. Mais uma vez, este debate é visto como uma forma de bloquear o acesso ao mercado internacional pelos produtos dos países membro do grupo. Este bloqueio seria fundamentado por posições ideológicas e não acadêmicas e/ou interesse privados escusos – que não os interesses “privados” dos “países produtores do sul”:

hay una serie de regulaciones comerciales de nivel internacional que están bloqueando la capacidad de llegar nuestros productos a los mercados internacionales. Esto no son regulaciones basadas en informaciones serias, académicas, si no también en intereses particulares que ponen a través de los productores de alimentos finales una serie de connotaciones acerca de lo que es

sano y de lo que no es sano. Muchas veces sin ningún fundamento y además no teniendo en cuenta la comprobabilidad de lo que están diciendo (CABALLERO, 2013).

Portanto, o GPS também teria o objetivo de fazer o embate no campo político e científico sobre a definição de quais produtos e formas de produzir seriam mais adequados em termos sanitários e de sustentabilidade ambiental.

Finalmente, mobilizando a ideia do “cambio de paradigmas”, o GPS defende a atividade agrícola não só pela produção de alimentos, mas pelo que se convencionou chamar de “Bioeconomia”. Para Caballero, através deste conceito, já é possível (embora não muito praticado), realizar a modernização da produção industrial a jusante para evitar a competição por espaço entre a produção de alimentos e a produção de biomassa. Segundo ele:

Cuando uno piensa en temas agrícolas en general lo liga directamente a alimentos, pero si nosotros en lugar de pensar en alimentos, pensamos en bioeconomía, es decir, si en vez de la actividad agrícola ser alimentos, nosotros pensamos a partir de la Biomasa y cómo transformar la Biomasa. Por supuesto que se puede transformar en alimentos, pero también se puede transformar en productos farmacéuticos, energía, en productos químicos de alto valor, en polímeros (CABALLERO, 2013).

Dessa maneira, o porta-voz do GPS rebate uma das principais constatações e questionamentos a respeito das consequências sociais e econômicas do modelo: o aumento no preço dos alimentos e das terras em razão justamente da maior concorrência pelos meios de produção agropecuários, em face de sua destinação como insumo biotecnológico para outros ramos da produção industrial.

Pensemos que con la fotosíntesis, que el sol, produce biomasa. Y esa biomasa tiene una capacidad muy grande de aplicaciones. Muchas de las cuales pueden ser importantes para suplir los requerimientos energéticos, bioquímicos, etc. Y en los requerimientos energéticos no nos quedemos en las refinerías de primera generación, de los que compite con alimentos. Pensemos en refinerías de segunda y tercera generación, de lo que pueden elaborar de biomasa no compite en absoluto con productos alimenticios (CABALLERO, 2013a).

Fundado com este arsenal retórico, o GPS orientou sua atuação em três principais frentes. Primeiro, participando e organizando congressos e eventos em conjunto e a convite das diferentes organizações associadas. Por exemplo, é possível identificar a participação do

grupo nos congresos da ABAG e da AAPRESID, bem como nas grandes feiras de exposição de tecnologia agropecuária ESALQShow (Brasil), ExpoAgro (Argentina) e ExproPrado (Uruguai). Segundo, no acompanhamento de fóruns e organismos internacionais, buscando articular una agenda pública e empresarial para os países membro. Terceiro, a elaboração de estudos e relatórios temáticos para fundamentar, sistematizar e difundir esta agenda política. Somando um total de 44 documentos, a relação de títulos e autores produzidos até 2020 consta a seguir (GPS, 2020c):

- Cambio climático, agricultura y compromisos ambientales regionales en la COP. Elverdin, Pablo. s/d.
- Geopolítica de los alimentos I. Galmes, Guillermo Valles. s/d.
- Estados Unidos: Producción, comercio y negociaciones agrícolas. Illescas, Nelson. s/d.
- El acuerdo Mercosur – UE. Un cambio de matriz para el bloque. Elizondo, Marcelo. s/d.
- El mercado Japonés. Oportunidades para las exportaciones agroindustriales argentinas. Polski, Daniel D.s/d.
- El conflicto económico EUA – China. Rosales, Osvaldo. s/d. v
- La geopolítica de los alimentos ante un contexto de incertidumbre en el comercio global. Un análisis sobre la política comercial de EEUU. Albertoni, Nicolás. s/d.
- Seguridad alimentaria global y recursos naturales agrícolas. Papel y visión de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Regúnaga, Marcelo. Septiembre de 2013.
- Huella de carbono e intensificación sustentable en la región de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Viglizzo, Ernesto F. Mayo de 2014.
- O Brasil acabou? Miranda, Evaristo Eduardo. Julho de 2014.
- Coordinación macroeconómica en el Mercosur. Hoy no existe. La habrá algún día? Rozenwurcel, Guillermo. Julio de 2014.
- Políticas comerciales y de inversiones en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay: Hacia demandas de coordinación flexibles. Pontirolli, Noberto; Ochoa, Paloma. Julio de 2014.
- Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay y su participación en la agricultura mundial. Elverdin, Pablo. Agosto de 2014.
- Estado de la integración agroalimentaria en reglamentos técnicos, sanidad, y calidad en el Mercosur. Idigoras, Gustavo. Noviembre de 2014.
- Las principales acciones para construir la integración regional en el sector agroindustrial. Piñeiro, Martín. GPS. Diciembre de 2014.
- Propuestas de políticas agroindustriales y de desarrollo rural. GPS. Enero de 2015.

- Las políticas agrícolas de Argentina y los objetivos de desarrollo sustentable. Regúnaga, Marcelo; Rodríguez, Augustin Tejada. Enero de 2015.
- Objetivos y políticas para la agroindustria Argentina 2015-2020. GPS. Enero de 2015.
- Cambio climático en la región ABPU (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay): Amenazas y oportunidades. Viglizzo, Ernesto F. Marzo de 2015.
- Food security and international agricultural trade. Castillo, Carlos Perez del. March 2015.
- Participación de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay (ABPU) en el mercado agroalimentario y gobernanza global: La implicancia de los “mega acuerdos”. Elverdin, Pablo. Abril de 2015.
- Países productores del sur: Composición y evolución del PIB y la balanza comercial. Elverdin, Pablo. Junio de 2015.
- Países productores del sur: composición y evolución del PIB y la balanza comercial. Elverdin, Pablo. Junio de 2015.
- Hacia una agenda colaborativa de promoción comercial agroindustrial entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Pontirolli, Noberto. GPS. Julio de 2015.
- Greenhouse gases (GHG) mitigation in the rural sector of Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay and its potencial impact on global food and water security. Viglizzo, Ernesto F; Ricard, M. Florencia. July 2015.
- Priorizando estrategias frente al cambio climático: adaptación y mitigación en el cono sur de sudamérica. Viglizzo, Ernesto F. Agosto de 2015.
- Propuesta para la creación de una unidad regional de análisis de riesgo para sanidad animal, protección vegetal e inocuidad de los alimentos en el Mercosur ampliado (CAS). Idigoras, Gustavo. Octubre de 2015.
- Mercados de exportación de productos agroindustriales actuales y futuros. Bianchi, Eduardo; Szpak, Carolina. Diciembre de 2015.
- Oportunidades para relanzar las negociaciones económicas internacionales del Mercosur. Hacia una agenda agresiva de relacionamiento externo. Papendieck, Sabine; Idigoras, Gustavo. GPS. Marzo de 2016.
- Alianza del pacífico – Mercosur: Comercio agroindustrial y los acuerdos comerciales. Campos, Rosario; Carciofi, Ricardo. Noviembre de 2016.
- Evaluación del comercio agroindustrial actual y potencial entre el Mercosur y la alianza del pacífico. Bianchi, Eduardo. Szpak, Carolina. Enero de 2017.
- Food Security, Water Scarcity, the G20 agenda and strategic role of southern cone countries (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay). GPS. January 2017.
- La agricultura en el Cono Sur, una construcción global. Piñeiro, Valeria; Elverdin, Pablo. Abril de 2017.
- La reunión ministerial de la OMC en Buenos Aires: Los posibles temas de agenda desde una perspectiva agroindustrial del cono sur. Piñeiro, Martin. Mayo de 2017.
- Mercosur: algunas reflexiones sobre su presente y futuro. Ochoa, Raúl; Peña, Felix; Piñeiro, Martin. Mayo de 2017.

- La reunión ministerial del G20 en Buenos Aires: las interrelaciones entre la seguridad alimentaria, el comercio internacional y el cambio climático como tema de agenda. Piñeiro, Martín. Junio de 2017.
- Secuestro de carbono en tierras rurales: un “eslabon perdido” en los inventarios? Viglizzo, Ernesto F; Ricard, M. Florencia. Noviembre de 2017.
- Mercosur – Reino Unido. Analisis de inteligencia comercial para el caso de bienes agroindustriales. Elverdin, Pablo. Diciembre de 2017.
- Las dos caras de Jano: seguridad alimentaria en tiempos de tensión ambiental. Viglizzo, Ernesto F. Tigre: De Yeug, 2017.
- Analisis de inteligencia comercial ante una negociación de un acuerdo de libre comercio. Caso bienes agroindustriales. Papendieck, Sabine; Idigoras, Gustavo; Septiembre de 2017.
- Agricultural trade interests and challenges at the WTO ministerial conference in Buenos Aires. A southern cone perspective. Piñeiro, Valeria; Piñeiro, Martín. December 2017.
- Definiciones estratégicas para fortalecer el Mercosur agroalimentario exportador. Idigoras, Gustavo; Papendieck, Sabine. Marzo de 2018.
- Linking climate change, carbón and trade in the Mercosur food system: Do we need a common regional strategy? Viglizzo, Ernesto F; Piñeiro, Martín. March 2018.
- Cambio climático, agricultura y compromisos ambientales regionales en la COP. Elverdín, Pablo. Junio de 2018.
- Comercio internacional y cambio climático. Una relación compleja. Fraquío, Martín. Diciembre de 2018.
- Hacia una priorización de las negociaciones comerciales del Mercosur. Elverdin, Pablo. Diciembre de 2018.
- Perfeccionando las relaciones agro-industriales entre el cono sur y China. Recomendaciones para los sectores público y privado. Ochoa, Paloma; Myers Margaret y Everdin, Pablo. Diciembre de 2019.

Abrangendo um amplo leque de temas, as publicações do GPS são produzidas por empresários, técnicos e acadêmicos que são interlocutores próximos ou membros do grupo. Partindo do mote malthusiano de que há um risco de segurança alimentar para o futuro, a “geopolítica dos alimentos” foi abordada de forma recorrente por seus autores. Neste enquadramento se inserem temas como o papel e os desafios do Mercosul na coordenação e acomodação das tensões internas ao bloco, os desafios contemporâneos em relação à Organização Mundial do Comércio, as relações dos países membro com os seus principais compradores internacionais (a saber com a União Europeia e, mais recentemente, com a

região da Ásia/Pacífico) e a ascensão da China como potencia econômica global. No âmbito das negociações internacionais, as publicações do GPS conferem especial relevância às regulamentações sanitárias relativas ao uso de agrotóxicos, transgênicos e hormônios na produção agropecuária. Nesta mesma linha e englobando a pauta sanitária, se insere uma ampla gama de preocupações com as garantias relativas à sustentabilidade da produção verificada nos países do grupo. O foco no convencimento de determinados nichos nacionais de consumo urbano e do mercado internacional, particularmente europeu, levou algumas publicações a defender a existência de medidas de mitigação de impacto ambiental na produção e na difusão de tecnologias supostamente sustentáveis (a pesar de muitas delas serem questionadas por outros setores da ciência e do movimento ambientalista).

Dentro da problemática ambiental, também se destaca a escassez de recurso naturais, particularmente da disponibilidade de terras para a expansão da produção. É aqui que a questão agrária mais se evidencia na agenda do GPS, mesmo que não colocada desta maneira. Ao contrário, ela é sutilmente deslocada para a agenda difusa da sustentabilidade ambiental. Assim, Caballero articula o problema da fome, que seria ocasionado pelo encarecimento do preço dos alimentos, com o problema da disponibilidade de terras, apontando para os riscos sociais desta combinação explosiva. Segundo ele:

En virtud del encarecimiento de los productos por el exceso de demanda frente a la oferta, el tema alimentación pasó a ser un tema crítico. Si uno repasa estas situaciones en la historia, la revolución francesa, la revolución rusa, la primavera árabe, tienen que ver con que el precio de los alimentos había aumentado. Por lo cual, en el año 2007 y 2008, frente al incremento de los precios, hubo una consciencia de parte de los gobiernos de poner este tema en primer lugar. Desde la revolución Verde, Bourlag, en los años 1960, el tema había sido superado. Se podía ampliar fácilmente la superficie. Era un problema de la cantidad y no de la calidad del sistema en que se estaba produciendo. La situación cambió y cambió por varios factores. Como ya dije por el aumento de la población mundial, segundo por la nueva característica de la clase media que accede a otros tipos de alimentos, tercero por la competencia que hay por tierras aptas por parte de las ciudades que ocupan grandes espacios, por parte de los otros usos de la tierra y también porque la tierra no es un bien reproducible, entonces la preocupación es donde esta la capacidad de producción a nivel mundial, quienes son los países que pueden brindarla y quienes son los países deficitarios. (...) Esto hace de la zona, una zona privilegiada, que debe tomar conciencia del lugar que ocupa y hacerlo sentir en las mesas donde a



nivel internacional se discute los temas sobre seguridad alimentaria (CABALLERO, 2013b).

Portanto, para Caballero, o aumento dos alimentos implica nada mais, nada menos, que na elevação dos riscos de que se desenvolvam revoluções populares da magnitude dos processos verificados na França de 1789, na Rússia de 1917 e na Primavera Árabe de 2011. Neste sentido, evidencia-se o problema histórico da especificidade da terra como mercadoria (POLANYI, 2000): a sua finitude e a sua não reprodutibilidade. Isso conduz a uma percepção de que há uma situação de escassez de terras que seria acentuada pelo aumento da demanda global por alimentos das últimas décadas, determinado, em grande medida, pelos novos usos (produtivos e especulativos) da terra e pela sua crescente indisponibilidade nos quatro cantos do planeta. Por isso, o Cone Sul passou a ser visto como região do mundo com maior potencial de expansão da produção de commodities agrícolas, sendo um espaço privilegiado e estratégico para a redução no preço dos alimentos e, conseqüentemente, para a prevenção contra-revolucionária.

Finalmente, o GPS também mira sua ação coletiva no sentido de ocupar postos estratégicos do Estado e influenciar direta e indiretamente na formulação de políticas públicas. Esta relação é vista pelo grupo da seguinte maneira:

Precisamos reconhecer desde já a diferença básica existente entre estas duas figuras institucionais: ao governo cumpre o papel de discutir, analisar e fixar as condições adequadas do jogo; e à iniciativa privada cabe fundamentalmente gerar riqueza, criar trabalho e promover bem-estar para a sociedade. Para esse mecanismo funcionar de forma correta, o Estado deve entender a proposta do setor privado e mirar o longo prazo e o setor privado deve colaborar com o Governo para que a legislação seja justa e aplicada com rigor. Nada correrá bem se a situação estiver incerta dos pontos de vista político, econômico e social (CABALLERO, 2017, p. 9).

Caberia ao Estado arbitrar o “jogo” e fazer o planejamento e investimento de longo prazo a partir de um entendimento das propostas da iniciativa privada. Nesta perspectiva, internamente, o grupo busca acompanhar algumas instancias legislativas, executivas e, em menor medida, do judiciário dos quatro países, como os ministérios da agricultura e, especialmente, os espaços destinados à decisões e negociações relativas ao comercio

internacional (ministério das relações exteriores, representações diplomáticas, organismos multilaterais). Externamente, além de acompanhar a agenda de debates em torno de organismos como a OMC, a FAO, e o Mercosul, o GPS também se dedica a acompanhar as atividades do Conselho Agropecuário do Sul (CAS). Como vimos, esta instância reúne os ministros da agricultura do Mercosul e seus respectivos corpos técnicos na elaboração de políticas agrícolas coordenadas entre os países membro do bloco. Embora o GPS não anuncie ter representação formal neste conselho, como é o caso da FARM, seus representantes e respectivas associações, por meios indiretos, acompanham assiduamente as suas atividades.

Portanto, o GPS é a iniciativa que mais se assemelha a um espaço de articulação entre as duas associações que se construíram como anunciadoras do paradigma do agronegócio no Brasil e na Argentina, a ABAG e a AAPRESID, apresentando significativas relações com importantes instituições do campo de estudos em agronegócios, como o próprio PAA/FAUBA, na Argentina, e a ESALQ e a GV-Agro, no Brasil. Neste sentido, é muito significativa a cisão entre a reunião de associações “tradicionais” na FARM e a reunião de associações de “novo tipo” no GPS. Além disso, reproduzindo o núcleo central dos discursos promovidos pelas lideranças das duas associações e de suas empresas sócias, o GPS destaca especialmente aqueles voltados para a política de comércio exterior. Dessa maneira, o grupo se dedica mais frequentemente a disseminar a preocupação com os riscos potenciais da segurança alimentar mundial para as próximas décadas, as necessidades de uma produção moderna tecnologicamente para o enfrentamento dos desafios sócio-ambientais do futuro, a importância de um novo paradigma produtivo para a produção agroindustrial, a oportunidade histórica dos países membro de “alimentar o mundo” e ao fato de que este paradigma serviria para todos, grandes ou pequenos. Dentro de uma agenda mais voltada para a política de comércio exterior, as pautas que mais se sobressaem são a geopolítica dos alimentos, as barreiras comerciais aos produtos do grupo, o papel dos blocos regionais, regulamentações

sanitárias, a ascensão da China e a gestão política dos recursos naturais. Como alvos preferenciais dessas preocupações, encontram-se agências da sociedade política direcionadas para as políticas de comércio exterior de cada Estado e/ou bloco regional.

#### **4.5. LIDE – Grupo de Líderes Empresariais**

Outra organização que tem tido alguma relevância na atuação internacional entre as direções políticas do agronegócio brasileiro e argentino é o LIDE – Grupo de Líderes Empresariais. Fundado em 2003 por um grupo de empresários paulistas liderados pelo ex-governador de São Paulo, João Doria, esta organização se tornou uma importante referência política nacional e internacional. Seu objetivo é “fortalecer a livre iniciativa do desenvolvimento econômico e social, assim como a defesa dos princípios éticos de governança corporativa nas esferas pública e privada” (LIDE, 2020). Apesar de sua inegável importância para relevantes lideranças empresariais brasileiras ao longo das duas últimas décadas, o LIDE segue como uma iniciativa explicitamente vinculada ao Grupo Doria, estando atualmente sob a presidência de João Doria Neto.

Neste sentido, buscando “potencializar a atuação do empresariado na construção de uma sociedade ética, desenvolvida e competitiva globalmente”, o LIDE visa transcender as fronteiras brasileiras, já tendo possuído representações relativamente autônomas em outros 18 países ou regiões. São eles: Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Chile, China, Colômbia, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Marrocos, Moçambique, Mônaco, Oriente Médio, Paraguai, Portugal, Suíça Uruguai (LIDE, 2022a). Estas seções, portanto, funcionam como verdadeiras “embaixadas” de negócios e estruturação de relações econômicas bilaterais” entre o empresariado brasileiro e seus sócios no mercado global (CASEMIRO, 2016, p. 365). Em 2016, Casemiro contabilizou 14 seções formalmente existentes à época.

Atualmente o número de representações internacionais do LIDE diminuiu para a seguinte composição de países: Alemanha, Argentina, Austrália, China, Estados Unidos (Flórida e Nova York), Inglaterra, Itália, Paraguai e Suíça. Considerando o levantamento realizado por este autor e a atual composição de presidentes de cada unidade que verifiquei, é possível perceber que a maioria de seus presidentes possui um perfil de altos executivos brasileiros ou estrangeiros com fortes vínculos sociais e econômicos com o Brasil e que possuem negócios diretos entre este país e o país sede de cada seção. Em nível nacional, também há diversas seções estaduais e locais, abrangendo todas as regiões do país (LIDE, 2022b).

Além disso, o LIDE também se organiza por seções temáticas, por ramo de atividade econômica, que são presididas por personalidades de determinados nichos empresariais. Atualmente existem as seguintes seções temáticas: Agronegócio, Comércio, Conteúdo, Cidadania, Comunicação, Cultura, Economia, Educação, Empreendedorismo Social, Energia, Esporte, Indústria, Infraestrutura, Inovação, Internacional, Justiça, Logística, Master, Mulher, Saúde, Segurança, Solidariedade, Sustentabilidade, Tecnologia e Terceiro Setor.

Dos países com representação do LIDE com mais protagonismo e autonomia, a Argentina se destaca. Fundado em 2010 em cerimônia que contou com a participação de João Doria, o LIDE Argentina reúne grandes empresas nacionais e multinacionais que atuam no país. Segundo o presidente desta seção do LIDE, Rodolfo de Felipe, sua criação se deveu justamente ao empresário e ex-governador de São Paulo. Nas palavras dele:

O LIDE Argentina significou uma grande aposta de João Doria para internacionalizar a ideia. No começo foi difícil, ainda mais em razão das permanentes crises econômicas e políticas do país. Mas hoje somos reconhecidos e respeitados. Estamos com 150 membros e mais de 30 ações ao longo do ano e queremos continuar crescendo. Nosso objetivo de médio prazo é, após a abertura do LIDE Uruguai, criar o LIDE Mercosul e oferecê-lo como uma rede e plataforma no âmbito regional (LIDE, 2018).

Neste sentido, ambas as seções, do Brasil e da Argentina, possuem entre suas áreas de atuação mais ativas grupos de trabalho temáticos voltados para a economia rural, chamados de LIDE Agronegócios. No caso brasileiro, esta área de atuação foi inicialmente representada por Roberto Rodrigues e atualmente se encontra sob responsabilidade de Monika Bergamaschi, como vimos, dois reconhecidos dirigentes da ABAG. Sua principal iniciativa tem sido a organização do Fórum Nacional do Agronegócio, que ocorre anualmente desde 2011 em diferentes cidades do interior de São Paulo. Este encontro, a semelhança dos congressos da ABAG, consiste em painéis temáticos que contam com representantes diversos do empresariado, de outros setores da sociedade civil aliados e de representantes estratégicos da sociedade política, abordando e reproduzindo as bandeiras e discursos promovidos entre as grandes empresas do agronegócio, suas associações empresariais e seu respectivo campo de estudos e pesquisas científicas. No caso argentino, o LIDE Agronegócio é dirigido desde a sua fundação por Gustavo Grobocopatel, também como vimos, o “rei da soja” “sem terra”, presidente do grupo Los Grobo e dirigente da AAPRESID e de outras associações empresariais do agronegócio argentino.

Dessa maneira, como é possível perceber, a plataforma política do LIDE, além de conferir destaque ao tema do agronegócio, tem promovido um intenso contato entre importantes lideranças empresariais do Brasil e da Argentina e outros interesses privados internacionais. Funcionando como um misto de “diplomacia privada”, espaço de socialização do mundo do alto empresariado brasileiro junto a seus associados internacionais e outros setores da sociedade civil e política, esta iniciativa produz tradicionais almoços temáticos em diferentes lugares do país e do mundo, uma revista de divulgação de suas atividades e eventos, canais nas redes sociais, bem como promove eventos diversos sobre temas relativos a diferentes lugares e ramos da economia, como: Almoço-debate Lide, Fórum Lide de Energia e Infraestrutura, Plataforma LideESG, Fórum Lide do Varejo, Seminário Mulheres

Líderes, Lide Business Trip, Forum Lide Educação, Forum Lide do Esporte, Premio Líderes do Brasil, Forum Lide da Saúde e Bem Estar, Live Brazilian Investment Forum, Lide Business Dinner (LIDE, 2022a).

#### **4.6. Round Table on Responsible Soy (RTRS)**

Segundo já apontado no início do capítulo Renné Dreifuss pesquisou sobre uma série de organizações que contribuíram para moldar a hegemonia capitalista ao longo do século XX e identificou o que seriam as organizações pioneiras do “planejamento” das elites do Reino Unido e dos Estados Unidos logo após a primeira guerra mundial: as primeiras *round tables groups* e o *Council of Foreign Relations* (CFR). Passado quase um século, na virada do novo milênio, é possível identificar a criação de novas organizações chamadas de *round table*. Nestes casos, especificamente, as novas organizações foram fundadas com o objetivo de promover e propagandear práticas “sustentáveis” de produção agroindustrial por grandes empresas transnacionais e ong’s internacionais (boa parte delas financiadas por estas mesmas empresas, pelos governos dos países de origem dessas empresas e/ou por organismos multilaterais diversos, mantidos e influenciados por esses mesmos governos e empresas).

A respeito do contexto de surgimento de ditas iniciativas, Jun Borras sugere que este fenômeno se situa no contexto de financeirização da atividade produtiva no campo e corrida mundial por terras, elevando os preços das commodities e da propriedade. Neste sentido as novas *round tables* seriam parte da construção da narrativa hegemônica global para justificar a expansão das fronteiras agropecuárias para novos territórios tidos como inexplorados e desocupados ou subaproveitados:

A key element of the current mainstream narratives about the food, energy, and climate change crises claims that there are too many of these problems, and the solution lies in the existence of marginal, under-utilized, empty, and available lands. The idea is to put these types of land to efficient productive use. This can be done

without displacing local communities because these lands are assumed to be empty or under-utilized. This assumption and call to action ushered in the era of contemporary global land grabbing. While acknowledging that there are many problems in terms of processes and outcomes in large-scale land deals, mainstream thinkers believe these issues can be managed by applying fashionable win-win ideas promoting 'business and human rights' and 'corporate social responsibility' as middle ground strategies to expand business while respecting human rights and promoting poor people's livelihoods. Hence, there has been a proliferation of voluntary corporate self regulating initiatives such as the Roundtable for Responsible Palm Oil (RSPO) and others. Such initiatives have legitimized ongoing corporate and nation-state land grabbing, and have opened the door for others to follow suit in the current global land rush (BORRAS, 2016, p. 7).

Portanto, o objetivo destas novas organizações tem sido o de legitimar a expansão das cadeias globais de produção agroindustrial para novos territórios sob o argumento da necessidade de combate à crise climática, alimentar e energética. Sua principal função tem sido “certificar” simbolicamente a sustentabilidade e a responsabilidade social e ambiental do modelo produtivo do agronegócio. No entanto, Borrás chama atenção para como o discurso promovido por essas iniciativas desconsidera ou escamoteia as graves consequências sofridas pelos povos que habitam (costumeiramente ou legalmente) os territórios alvos da expansão produtiva e especulativa sobre as últimas fronteiras disponíveis no globo, concentradas majoritariamente na América do Sul, na África subsaariana e no Sudeste asiático. Ao contrário, as *round tables* do agronegócio procuram difundir “*fashionable win-win ideas*”, promovendo formas de gestão empresarial, segundo determinados padrões de responsabilidade social e ambiental que seriam aplicáveis a todos os territórios e atores sociais envolvidos, apagando, ignorando ou minimizando a existência de toda sorte de conflito social.

Entre as principais iniciativas do gênero podemos destacar um conjunto de organizações lançadas entre 1994 e 2012 no setor florestal, de supermercados, do óleo de palma, da soja, da cana de açúcar, do algodão e da carne bovina. São elas, respectivamente: Forest Stewardship Council (FSC), GlobalGap (antiga EuroGap), Round Table on Responsible Palm Oil (RSPO), Round Table on Responsible Soy (RTRS), Bonsucro, Better Cotton

Iniciative e Global Round Table for Sustainable Beef (GRSB). A maioria delas se reúne na ISEAL Alliance, articulação lançada em 2002, com sede em Londres, que organiza as chamadas *Standard Settings Organizations* (LACERDA, 2009; RAASCH, 2020).

No caso do Brasil e da Argentina, alguns estudos têm indicado o protagonismo da *round table* da soja, a RTRS, também chamada em português de Associação Internacional da Soja Responsável (LACERDA, 2009; ELGERT, 2011; COSTA 2012; LIAUDAT, 2018; RAASCH, 2020). Por isso, o comentário específico sobre esta experiência.

A fundação da RTRS se liga diretamente ao aumento da preocupação internacional com a preservação da floresta amazônica ao longo dos anos 2000. Em face do crescente desmatamento na região proporcionado pelo avanço da extração ilegal de madeira, do garimpo, da pecuária, do plantio de soja e da realização de grandes projetos hidroelétricos e de infra-estrutura, esta preocupação foi se expandindo em diferentes setores da sociedade civil e política dos principais países compradores de commodities brasileiras. Para além da atuação de grandes organizações ambientalistas internacionais, a denúncia de cientistas, movimentos sociais regionais e de organizações de consumidores preocupadas com a qualidade sanitária e a origem dos alimentos, conquistou cada vez mais espaço na agenda política de governos, organismos internacionais, instituições financeiras e grandes empresas transnacionais das cadeias globais de produção agroindustrial, impulsionando o desenvolvimento de novos padrões de produção e comunicação no intuito de defender e garantir para seus públicos consumidores a “sustentabilidade” social e ambiental do cultivo de commodities como a soja. Assim, a consolidação do plantio da soja no norte do Mato Grosso e sua posterior expansão para a região do baixo Amazonas, no oeste do Pará, no início dos anos 2000, intensificou os conflitos entre movimentos sociais e ambientalistas, de um lado, e produtores de soja e grandes empresas transnacionais, de outro, levando à articulação de um pacto de governança corporativa que pudesse oferecer garantias de que a soja que



estava sendo vendida pelo Brasil no mercado internacional não estaria associada – principalmente – ao desmatamento da floresta amazônica (COSTA, 2012; RAASCH, 2020).

A resposta da indústria a jusante da produção de soja foi o lançamento de uma série de iniciativas que buscassem mitigar os danos à floresta e comunicar este cuidado publicamente de forma eficiente. A primeira resposta significativa foi a construção de um acordo privado entre os grandes atores da exportação de soja, em articulação com ong's internacionais e o governo brasileiro, comprometendo-se em não adquirir soja oriunda de áreas de desmatamento na Amazônia Legal. Resultado do acúmulo do Fórum pela Soja Sustentável, realizado em 2004, em Foz do Iguaçu, Paraná, o acordo foi concretizado em 2006 através da representação da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE) e da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), envolvendo diretamente as principais tradings atuantes na região: Cargill, ADM, Bunge, Louis Dreyfus e AMAGGI. Após seu anúncio, foi constituído o Grupo de Trabalho da Soja (GTS) que também contou com a participação de Conservação Internacional Brasil, Greenpeace, IPAM, TNC, WWF Brasil, Ministério do Meio Ambiente e Banco do Brasil, principal instituição de financiamento da produção rural no país. Estes dois últimos somente se incorporaram ao GTS em 2008, quando o governo brasileiro se comprometeu oficialmente com a moratória da soja. (COSTA, 2012; RAASCH, 2020).

Em segundo lugar, em 2006, como consequência destas iniciativas, a RTRS foi lançada oficialmente visando institucionalizar o acúmulo político da moratória da soja em uma forma de fiscalizar, incentivar e divulgar o cumprimento do desmatamento zero e de outros compromissos de ordem sócio-ambiental. Sua sede foi estabelecida em Zurique, na Suíça.

Para além dos atores envolvidos na moratória da soja brasileira, a iniciativa reúne atores chave da produção de soja no Cone Sul e de seu processamento e comercialização em países desenvolvidos. O **anexo 7** apresenta a relação de instituições associadas. A partir desta relação é possível perceber que aqueles países que possuem a maioria dos sócios da RTRS são: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, no Cone Sul; e Reino Unido, França, Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Suíça, Suécia e Dinamarca, na Europa. Além destes países, também foram identificadas instituições associadas com as seguintes origens nacionais: Bolívia, Chile, Peru, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Espanha, Noruega, Finlândia, Itália, Japão, China, Índia e Cingapura. A maioria dos associados são empresas que atuam em algum (ou alguns) segmento da cadeia global da soja. Entre os ramos empresariais que mais chamam atenção se encontram produtores, processadores e exportadores de Soja no Cone Sul; empresas de consultoria, auditoria e certificação em responsabilidade social e ambiental no Cone Sul e na Europa; as grandes empresas transnacionais de insumos, processamento e comercialização da produção com sede em diferentes países do centro capitalista (Estados Unidos, Europa, Ásia/Pacífico); grandes redes europeias de atacado e varejo; as indústrias europeias de óleos vegetais; indústrias europeias de alimentação humana e animal; empresas de piscicultura na Europa e no Chile; e instituições financeiras. Além disso, também podem ser identificadas associações de produtores e empresários rurais do Cone Sul e ONG's com sede e origem nos países do Cone Sul e da Europa.

Dessa forma, a RTRS reproduz o discurso sobre a emergência alimentar, climática e energética para 2050, alegando haver uma expectativa de crescimento exponencial da demanda mundial por alimentos e fontes energéticas alternativas. Buscando ir além da definição e fiscalização de padrões de produção social e ambientalmente responsáveis, a RTRS alega ter como principal missão a promoção do uso de soja responsável “em um diálogo aberto com os participantes, incluindo produtores, fornecedores, fabricantes,

varejistas, instituições financeiras, organizações da sociedade civil e outros atores relevantes”

(RTRS, 2022). Seu objetivo tem sido funcionar da seguinte maneira:

Como um fórum para discutir e desenvolver soluções, com o objetivo de gerar consenso sobre os principais impactos econômicos, sociais e ambientais da soja para as várias partes interessadas;

Comunicando questões relativas à produção, processamento, comercialização e uso de soja responsável em produtos comerciais (além de seu consumo) a uma ampla gama de partes interessadas do mundo inteiro;

Como um fórum para elaborar e promover definições relativas à produção, processamento, comércio e consumo de soja responsável.

Como fórum internacional e reconhecido de monitoramento do status da produção, processamento, comercialização e consumo de soja responsável, com critérios que tratam de questões econômicas, sociais e ambientais incorporadas aos Padrões RTRS por meio de seus Princípios, Critérios, Indicadores e Sistema de Verificação e Credenciamento;

Mobilizando os participantes em um processo multipartes;

Organizando conferências em formato de mesa redonda e oficinas técnicas (RTRS, 2022);

Com estas finalidades, a RTRS apresenta cinco princípios que fundamentam seu padrão de soja responsável: Cumprimento da legislação e boas práticas de negócios; condições de trabalho responsáveis; relações responsáveis com a comunidade; responsabilidade ambiental; boas práticas agrícolas.

Analisando estes temas e considerando os objetivos de curto, médio e longo prazo definidos pela RTRS (ver **anexo 8**) é possível constatar a preocupação com os aspectos mais conflituosos presentes na produção de soja, alvo dos principais questionamentos das comunidades locais, movimentos sociais e agências do próprio Estado ao seu modelo produtivo. Portanto, quando se fala no cumprimento da legislação, refere-se a toda sorte de violações às leis ambientais e trabalhistas cometidas por produtores e empresas agroindustriais, assim como à posse legal da terra em que se está produzindo e ao uso da violência privada como prática cotidiana nos territórios por onde a produção de soja tem se expandido. Ao mesmo tempo, quando se mencionam condições de trabalho e relações com a comunidade, a referência é ao trabalho escravo; ao valor do trabalho abaixo do salário mínimo; à condições dignas de vida; à liberdade de expressão e organização de trabalhadores

e comunidades do território; e às ameaças à posse costumeira das terras, à saúde, à segurança e aos direitos humanos. Por sua vez, a responsabilidade com o meio ambiente, além de obviamente se referir aos impactos ambientais proporcionados pelo cultivo da soja, também aborda as relações conflituosas com comunidades locais que tem sofrido diversas consequências desta ordem, levando-as a serem deslocadas de seus lugares e modos de vida tradicionais. Para tanto, isto tem envolvido a reeducação de produtores e empresários no sentido de promover uma adaptação aos pacotes tecnológicos e aos métodos de gestão apregoados pelos grandes atores da cadeia global da soja, organizados justamente em iniciativas como a RTRS.

Embora a ambição original da RTRS tenha sido uma atuação mais ampla, funcionando como fórum de reunião de diferentes atores para legitimar e difundir o modelo produtivo do agronegócio, a certificação se consolidou como principal razão de ser da organização. O primeiro selo RTRS foi lançado em 2011, após um longo processo de debate sobre o padrão de soja responsável a ser adotado. Sua principal marca e ponto de maior controvérsia com os produtores rurais é a definição de desmatamento zero, norma privada mais rígida que o próprio Código Florestal brasileiro. Mas, inclui também outras normatizações sócio-ambientais relacionadas ao cumprimento dos cinco princípios da RTRS já mencionados.

O fato da RTRS ter adotado a política de desmatamento zero em um momento em que era discutido e aprovado um novo código florestal, flexibilizando as regras até então existentes como resultado de uma ofensiva ruralista em favor da regularização de áreas desmatadas, revela a contradição que, segundo Florestan Fernandes (2009; 2022), seria justamente o “busilis” da questão do desenvolvimento do capitalismo dependente: a imbricação entre o moderno e o arcaico no processo de constituição da ordem social competitiva. Pois, ao observarmos o comportamento de algumas associações empresariais em

relação à RTRS, revela-se o outro lado da moeda da soja responsável: os mesmo que produzem a soja certificada são os que produzem a soja não certificada. O que nos fala de uma estratégia que é muito mais complementar, de conquista de “nichos de mercado”, do que de superação de um modelo em favor do funcionamento ideal de “auto-regulações” sócio-ambientais privadas que atuam em nome do benefício público.

As relações da ABAG e da AAPRESID com a RTRS, por exemplo, se mostram bem próximas. Embora a primeira não seja vinculada formalmente à *round table* da soja, Carlo Lovatelli, ex-presidente e ex-diretor da ABAG, na qualidade de presidente da ABIOVE, acompanhou de perto a construção da RTRS. Ao mesmo tempo, outro ex-presidente da ABAG, Marcello Britto, em palestra apresentada no VII Congresso Brasileiro do Argibusiness, demonstrava a importância de iniciativas como a RTRS, RSPO, RSB, FSC e Better Cotton como formas de enfrentar os “contrangimentos sócio-ambientais” do agronegócio (LACERDA, 2009, p. 223). No caso da AAPRESID, a associação se posicionou como principal porta-voz da RTRS na Argentina, se apresentando como responsável pela emissão oficial das certificações da soja responsável junto aos produtores e empresas locais, através do programa “Agricultura Certificada”, lançado em 2008 (AAPRESID, 2008c).

Apesar do padrão RTRS ter um grande potencial de complexificar o processo produtivo, demandando novas tecnologias e formas de gestão e aumentando os custos de transação, como nicho de mercado, a certificação da soja responsável apresenta algumas vantagens para aqueles que aderem a ela. As que parecem ser mais significativas são: o fato da certificação agregar valor à produção, permitindo que esta seja direcionada a mercados que paguem melhor; auxilia na gestão do risco, a partir do respeito à legislação e da incorporação de determinadas práticas e normas de gestão; e, finalmente, zela pela imagem da empresa, inibindo o fechamento de portas em determinados mercados (RAASCH, 2020).

Na contra-face da moeda da certificação, em 2011, a ABIOVE e a Associação de Produtores de Soja de Mato Grosso (APROSOJA), depois de participarem dos primeiros anos de articulação da RTRS, se retiraram da iniciativa, divergindo da política de desmatamento zero que se consolidou na moratória da soja e no selo da soja responsável emitido pela organização. O argumento era de que não haveria necessidade de um padrão mais rígido do que o estabelecido no código florestal brasileiro. Além disso, vale lembrar que àquela altura as duas entidades eram associadas da ABAG. Porém, recentemente, a APROSOJA também se desfilou da ABAG, justamente em função de divergências relacionadas à política ambiental do governo Bolsonaro para a Amazônia<sup>52</sup>. Apesar de compartilharem interesses em comum na cadeia da soja, as três entidades possuem propósitos e escopos distintos, mirando bases sociais relativamente diferentes. Por isso, cada uma delas atua de maneira relativamente autônoma, por vezes convergindo, por vezes divergindo (mesmo que elas compartilhem de diretores e presidentes em comum e sejam financiadas pelas mesmas grandes empresas nacionais e transnacionais). Assim, a APROSOJA, voltada mais diretamente para o atendimento dos anseios daqueles que produzem “dentro da porteira”, tem apresentado uma posição mais agressiva e sectária contra a agenda ambientalista, respondendo à sua base de produtores rurais, principalmente das regiões de Cerrado e de transição para a Amazônia, no estado do Mato Grosso (COSTA, 2012; RAASCH, 2020).

Deste modo, o que se percebe é o fato de haver uma convivência complementar entre a soja responsável e aquela que está fora dos padrões de certificação, podendo estar sujeita à violação dos compromissos sociais e ambientais pregados pela RTRS. Mais que isso, os mesmos atores econômicos que fomentam iniciativas como a RTRS, valem-se de soja

---

<sup>52</sup> Sobre o recente racha entre ABAG e Aprosoja no governo Bolsonaro, ver: CASADO, JOSÉ. Conflito no STF e no Congresso racha redutos eleitorais de Bolsonaro. Revista Veja, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/conflito-com-stf-e-congresso-racha-redutos-eleitorais-de-bolsonaro/> Acesso em: 20, jan, 2022.

produzida segundo os métodos que a política de certificação visa combater. Esta contradição é apontada pelos próprios membros da RTRS, como bem ilustra esta fala do registro de campo de Raasch (2020), a respeito do papel das tradings na regulação da demanda por soja certificada:

Quem faz o elo principal entre produção e o consumo, seja animal ou seja humano, é a trading. Todas as tradings são membros da RTRS. Assim, não lembro alguma que não seja, todas são. Bunge, Cargill, ADM, ... Amaggi, Dreyfus ... COFCO. ... Ok, daí se fala... se elas são membros, então elas devem comprar só soja certificada? Não, o volume que elas compram de soja certificada é mínimo. Daí a gente fala pra elas ... vocês são membro, concordam com tudo, participam, porque vocês não aumentam a demanda né, de soja. Aí eles falam: se meu cliente não pede, eu não vou comprar. Eu sei que o produto RTRS é mais caro né. Tem um custo maior. Porque eu vou ter esse custo se a Nestlé, a Unilever, o Carrefour, o Walmart, ninguém tá me pedindo. Então, as tradings..., 100 % do volume está na mão dela. Ela deveria ser o driver disso aí, mas ela não é. Porque ela ... trabalha com escala; ela diz que não tem poder nenhum de convencer (Representante RTRS apud RAASCH, 2020, p. 129).

Ou seja, a produção de soja certificada é em grande medida determinada pelo poder de mercado das grandes empresas transnacionais a jusante da cadeia, particularmente as grandes companhias comercializadoras (tradigs), a indústria processadora e as grandes redes do varejo, as mesmas que se apresentam como principais patrocinadoras da certificação RTRS. Sendo assim, são elas as principais responsáveis por ditar o ritmo de expansão da adoção dos padrões de sustentabilidade propostos pela associação, como desmatamento zero e respeito à legislação trabalhista. No entanto, conforme atesta o representante da RTRS, estas companhias possuem um interesse limitado na produção e comercialização da soja responsável, conservando a maior parte do volume de seus negócios junto à produção de soja não certificada. Isso se explica pela percepção da certificação como um nicho de mercado e não como um padrão geral de produção a ser perseguido e praticado integralmente. Esta perspectiva é muito bem verificada em outro registro de campo de Raasch (2020), em que o autor destaca a fala de uma representante da AMMAGI sobre o potencial de crescimento do mercado de soja certificada.

Eu acho que ainda tem potencial de crescimento, principalmente que 2020 tá aí né, um monte de empresa consumidora final com suas metas pra atender né. A maioria tem meta pra 2020 pra responder principalmente desmatamento zero. E a certificação é a resposta mais rápida dentro da cadeia dele que ele poderia fazer. Então, assim, as empresas consumidoras finais tão cada vez mais precisando mostrar pros consumidores, pros seus clientes, de que elas têm feito alguma coisa né. Então Eu acho que ainda tem sim um potencial de expansão do mercado de certificação. Mas ele é limitado. Também não acho que isso vai virar uma escala 100% da soja. Eu acho que vai sempre ser um nicho (Representante AMMAGI apud RAASCH, 2020, p. 139).

Em suma, a certificação da soja tem potencial de crescimento, mas somente como um nicho de mercado para atender demandas particulares de alguns países compradores no mercado internacional e como uma estratégia de construção de uma imagem palatável para determinados setores sociais. Para além disso, na percepção da representante da AMMAGI, a certificação “vai sempre ser um nicho”.

Outro forte indicativo da limitação da certificação da soja responsável no Brasil, bem como de sua motivação de defender a cadeia de produção da soja como um todo em relação aos questionamentos sociais e ambientais de sua produção no Cerrado e na Amazônia, é a constatação de Raasch (2020) de que os estabelecimentos agropecuários certificados com o padrão RTRS estão todos concentrados na região Centro-Oeste e Norte do país, não havendo nenhuma fazenda certificada nas regiões Sul e Sudeste. Isto sugere uma maior preocupação em demonstrar práticas de sustentabilidade sócio-ambiental por parte dos produtores e empresas que atuam no Cerrado e, especialmente, na Amazônia Legal, onde tem havido uma maior visibilidade nacional e internacional deste tema, pressionando-os a construir iniciativas que dissipem qualquer tipo de questionamento, crítica ou boicote à produção de soja dessas regiões como um todo.

Por isso, a experiência da RTRS dá conta de que, apesar de resultados promissores com a moratória da soja, o volume de soja certificada segue sendo muito menor do que a produção realizada de forma convencional – e muitas vezes ilegal. Aceitas como parte de um mesmo portfólio de investimentos, as duas modalidades de produção (certificada/não



certificada) são aceitas e reproduzidas pelas mesmas empresas e produtores, segundo seus próprios critérios e conveniências de mercado. Neste sentido, os atores organizados na RTRS atuam de forma ambivalente em relação aos seus próprios princípios, jogando nos dois “times”: o time da soja responsável e o time da violação das leis ambientais, trabalhistas e de respeito às comunidades do entorno; o time que atua no plano do legal/racional e o time da tradição da violência e do poder de mando como prática de classe, moldando o desenvolvimento político e econômico do capitalismo nos países dependentes.

Assim, estamos diante de uma das diversas iniciativas lançadas nas últimas décadas para conferir legitimidade ao modelo produtivo do agronegócio e responder aos questionamentos relativos aos seus impactos sociais e ambientais. Constituindo-se em uma aliança de produtores, processadores e exportadores do Cone Sul, junto com importadores, processadores, comercializadores e instituições financeiras estrangeiras (principalmente de origem européia), a RTRS reúne uma miríade de atores estratégicos da cadeia de produção global da soja, que atuam tanto no “nicho” de mercado da produção certificada, quanto negociando os grandes volumes de soja não certificada, comercializados no mercado internacional, estabelecendo, assim, uma lógica muito mais complementar do que contraditória em relação ao referencial tradicional da produção dominante no modelo do agronegócio e o padrão RTRS de responsabilidade social e ambiental, conservando as oportunidades de ganhos extraordinários com a primeira e abrindo novos espaços de valorização com a segunda, através da própria certificação – ou melhor, mercantilização – das práticas de sustentabilidade.

#### **4.7. International Food and Agribusiness Management Association (IFAMA)**

A International Food and Agribusiness Management Association (IFAMA) é o mais antigo espaço de articulação internacional que analisei, criado com o objetivo explícito de difundir mundialmente o modelo do agronegócio. Apesar de sua importância, essa associação tem sido citada apenas de forma passageira e pontual pelos estudos sobre as principais organizações de promoção do agronegócio no Brasil e na Argentina (LACERDA, 2009; GRZYNSZPAN, 2012; GRAS E HERNANDEZ, 2016; LIAUDAT, 2018. POMPEIA, 2018). Fundada em 1990, a associação se apresenta como uma “organização internacional de gestão que reúne os atuais e futuros líderes empresariais, acadêmicos e governamentais, junto com outras partes interessadas, para melhorar o enfoque estratégico, a transparência, a sustentabilidade e a capacidade de resposta do sistema global de alimentos e agronegócios”. Nesta perspectiva, ela busca ser um espaço “catalisador de novas ideias e talentos”, que deve contribuir para a construção de uma agenda de pesquisas que tenha como horizonte levar “o sistema global de alimentos e agronegócios a responder de maneira inovadora, rápida e eficaz às necessidades em constante transformação no mundo”. Assim, a IFAMA se considera “uma ponte entre a indústria do agribusiness, pesquisadores, educadores, governos, grupos de consumidores e demais ong’s”, que conectaria em sua rede “todo o espectro do sistema global de alimentos” (IFAMA, 2019).

A International Agribusiness Management Association (IAMA), nome com o qual a IFAMA foi fundada, foi uma iniciativa envolvendo Ray Goldberg, que liderou a organização da sua primeira conferência em 1991 (realizada nos Estados Unidos, na Harvard Business School) e foi seu primeiro presidente, figurando desde então como principal patrono da instituição. Nesta ocasião, o lema do evento foi “Global Agribusiness for the 90’s”. Seu comitê organizador foi enxuto (em comparação com conferências posteriores), sendo

composto majoritariamente por acadêmicos de universidades dos EUA. Mas também contou com líderes de algumas empresas de mesma nacionalidade, com um representante do setor de pesquisa em cooperativismo do USDA e com um representante de uma universidade australiana<sup>53</sup>. Embora de início não houvesse representantes europeus e sul-americanos, com o tempo, estes se tornaram os mais assíduos participantes depois dos norte-americanos. Neste sentido, chama atenção o destaque conferido à Ney Bittencourt de Araújo, que participou da seção de encerramento da primeira conferência, compartilhando com Goldberg a mesa intitulada “Where do we go from here?” (IFAMA, 1991)

Ao longo de sua história de mais de trinta anos a IFAMA ampliou seu escopo social e internacional, o que se revela, por exemplo, na coleção de empresas transnacionais que patrocinaram e participaram de suas atividades, seja como dirigentes, seja como debatedores convidados. Entre elas, podemos citar: Bayer/Monsanto, ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfuss, Dow, Dupont, Basf, Pioneer, Syngenta, John Deere, General Mills, Sysco, Nestle, Danone, Credit Agricole, Rabobank, Wells Fargo, PwC, Novartis, Coca-Cola, Mc Donald’s, Shell, Carrefour, Unilever, Barilla, DCM, CHS, AGCO Novus, Harris Nesbitt, BMO Financial Group, Tesco, Maple Leaf Foods, COFCO, Agrocere, Algar, Aracruz, Unica, McLaren Holdings S.A., Arcor, Los Grobo, MSU, Aceitera General Daheza, Quickfood, Alimentos Polar, Citrus South Africa, Africa Atlantic Holdings (IFAMA, 2019a).

Com esta retaguarda, a IFAMA possui diferentes categorias de associação divididas nos seguintes tipos: indústria; academia; governos; ong’s e grupos de consumidores; e estudantes. Possui um conselho diretor, um conselho consultivo e, mais recentemente, um

---

<sup>53</sup> Symposium Planning Committee: William D. Gorman (Co-chairman; Professor New Mexico State University), Max S. Wortman (Co-chairman; Pioneer Hi-Bred International; Chair in Agribusiness Iowa State University) Michael L. Cook (Robert D. Patridge Professor University of Missouri – Columbia), Ian Fairnie (Executive Vice-president, Curtin University, Western Australia), Charles E. French (President, Charles E. French & Associates), Clarence Davan (President Davan Consulting International, Inc.), Ray A. Goldberg (Moffett Professor of Agriculture and Business Harvard University), Roland Robinson (Agricultural Economist, Cooperative State Research Service, U.S. Department of Agriculture) (IFAMA, 1991).

conselho de juventude. Além de realizar conferências anuais, a IFAMA edita desde 1998 uma prestigiada revista acadêmica (IFAMA Review), onde pesquisadores em agribusiness publicam alguns dos resultados dos trabalhos por eles desenvolvidos. Além de Goldberg, as seguintes lideranças presidiram a associação (IFAMA, 2021):

**Tabela 6. Histórico de Presidentes da IFAMA**

<b>Período</b>	<b>Nome</b>
1990 – 1991	Ray Goldberg
1991 – 1992	Jonathan Taylor
1992 – 1993	Dwayne Andreas
1993 – 1994	Vernon Schneider
1994 – 1996	Thomas Urban
1996 – 1997	Herman Wiffels
1997 – 1998	Clayton Yeutter
1998 – 1999	Luiz Kaufmann
1999 – 2000	Joseph Sullivan
2000 – 2001	Ross McLaren
2001 – 2002	Heinz Imhof
2002 – 2003	William Whipple
2003 – 2004	Hans Johr
2004 – 2005	Walter Armbruster
2005 – 2006	Hector Laurence
2006 – 2007	Gianluigi Zenti
2007 – 2007	Lynn White
2007 – 2009	Laszlo Vajda
2009 – 2011	Paul "Tuck" Jasper
2011 – 2013	Mary Shelman
2013 – 2015	Thad Simons
2015 – 2018	Johan van Rooyen
2018 – 2021	Hector Laurence

Dessa maneira, busquei realizar uma caracterização geral da associação e de suas conexões específicas com o Brasil e a Argentina. Para tanto, a análise da memória sobre as conferências disponíveis na internet ajudou a compreender melhor as características da

IFAMA e o seu papel estratégico na construção da trama política da hegemonia internacional do modelo do agronegócio.

Desde 1991 as conferências da IFAMA têm sido organizadas anualmente em diferentes cidades do mundo por comitês compostos por representantes dos principais países engajados na associação. Consistem na realização de painéis de debate com convidados da sociedade civil e da sociedade política dos países participantes, em um simpósio acadêmico em que são apresentadas pesquisas desenvolvidas recentemente e em reuniões organizativas da associação e de sua revista. A relação dos eventos, seus locais de realização e temas de discussão é a que segue (IFAMA, 2019b):

**Tabela 7. Conferências IFAMA**

Ano	Lugar	Tema da conferência
1991	Boston	Global Agribusiness for the '90s
1992	Oxford	The Evolution of the Food Chain in a Changing International Environment
1993	San Francisco	Managing in a Global Economy
1994	Caracas	Global Partnering in Agribusiness
1995	Paris	The New International Trade Environment for the Agri-Food Business

1996	Cancun	Emerging Challenges for the Agri-Food Business in the 21st Century
1997	Jakarta	A Global Vision for Food and Fibre 2020
1998	Punta del Este	Building Relationships to Feed the World
1999	Florence	Building Trust in the Agro-Food System: Trade, Technology, and Competitiveness
2000	Chicago	Consumers, Technology & Environment: Creating Opportunity and Managing Risk
2001	Sydney	Integrity-the weakest link in the global food chain
2002	The Neaderlands	Food Chains - Connecting Value with Values
2003	Cancun	Strategy Development in Turbulent Times

2004	Montreux	Sustainable Value Creation in the Food Chain
2005	Chicago	Re-inventing the Food Chain: New Products, Consumers and Markets
2006	Buenos Aires	Agribusiness, Food, Health and Nutrition
2007	Parma	Food Culture, Tradition, Innovation and Trust . A positive force for modern Agribusiness
2008	Monterrey	Meeting Food System Challenges Through Entrepreneurship and Innovation
2009	Budapest	Global Challenges Local Solutions
2010	Boston	Navigating the Global Food System in a New Era
2011	Frankfurt	The Road to 2050: Sustainability as a Business Opportunity
2012	Shanghai	The Road to 2050: The China Factor
2013	Atlanta	The Road to 2050: The Talent Factor
2014	Cape Town	Meeting Future Global Needs of Food & Agriculture
2015	Saint Paul	People Feed The Word

---

2016	Aarhus	Become the Solution: Food Security 2050
2017	Miami:	Become the Solution: Food Security 2050
2018	Buenos Aires	Technology, Investment and People: Business Solutions for Food Security

---

Considerando os países em que aconteceram (Estados Unidos, Inglaterra, Venezuela, França, México, Indonésia, Uruguai, Itália, Austrália, Holanda, Suíça, Argentina, Hungria, Alemanha, China, África do Sul e Dinamarca), as sedes das conferências da IFAMA revelam o mapa de sua presença mundial. Como núcleo central das empresas patrocinadoras da IFAMA, destaca-se a América do Norte e países mais ricos da Europa Ocidental. Como fronteira de investimentos, destaca-se, além do Cone Sul, os mercados abertos no Leste Europeu pelo fim do pacto de Varsóvia e da URSS. Mais recentemente, despontaram a China, como emergente centro consumidor, e outras regiões de fronteira agrícola na África e no Sudeste Asiático. A este respeito vale destacar ainda que, embora o Brasil não esteja entre os países sede das conferências da IFAMA, isso não significa que sua participação não seja significativa, especialmente nas ocasiões em que o evento ocorreu na Argentina e no Uruguai. Neste último caso, por exemplo, a conferência, ocorrida em 1998, em Punta del Este, contou com a cooperação oficial do PENSA e da ABAG, o que incluiu a participação na cerimônia de abertura do evento do então presidente da entidade, Roberto Rodrigues. Também chama a atenção a participação venezuelana em 1994, portanto, antes da primeira eleição de Hugo Chaves no país. Após este fato, os representantes da Venezuela parecem ter



perdido protagonismo na participação das atividades da IFAMA. Além disso, ao se observar mais especificamente a programação do evento e de seus participantes, nota-se que as sedes escolhidas mais que privilegiarem a interlocução com lideranças do país anfitrião, elas tendem a reunir um público mais regional/continental. Portanto, ao se realizarem na América do Norte, na América do Sul, na África, no sudeste asiático, na Europa ocidental ou do leste, os eventos buscaram dialogar com as possibilidades dos mercados regionais, focando em temas e questões relativas a estes contextos específicos. Finalmente, destaca-se também a opção por destinos com forte apelo turístico, com a inclusão na programação dos congressos de atividades culturais e turísticas que podem ser feitas nas cidades sede e em suas proximidades.

Analisando as três décadas de conferências da IFAMA, é possível perceber as transformações das prioridades temáticas da associação. A primeira edição esteve focada em três questões fundamentais: o desenvolvimento do campo acadêmico da educação em agribusiness, a defesa do uso das novas biotecnologias na produção agropecuária e a justificativa e planejamento da ação coletiva da IFAMA. Em relação ao primeiro ponto, foram diversos os painéis dedicados a tratar da questão para dentro e para fora dos EUA. Por exemplo, a conferência foi inaugurada por uma seção cujo tema foi: “The Academic Challenge – Agribusiness Management Research and Educational Needs in the 90’s: Concepts and Content”. A mesa contou com Kerry K. Litzenberg (professor de Economia Agrícola da Texas A&M University), com Michael Mazzocco e Steve Sonka (professores de Agribusiness da University of Illinois) e Bruce Gardner (Assistant Secretary U.S. Department of Agriculture). Em relação ao segundo ponto, foi realizado o seguinte painel: Development and Global Marketing of Biotechnology Products for Agriculture. Esta mesa contou com James P Topbin (executivo da Monsanto), Roger H. Salquist (CEO Calgene Inc.), Charles J. Arntzen (Texas A&M University) e John Patrick Jordan (Cooperative State Research Service,

U.S. Department of Agriculture). Por fim, duas mesas contaram com a participação de Ray Goldberg: “Why the International Agribusiness Management Association?”, dividida com Tony Webster, da Agribusiness Association of Australia and New Zealand; e “where do we go from here?”, como já mencionado, compartilhada com Ney Bitencourt Araújo (IFAMA, 1991).

Nas edições seguintes da década 1990 as questões chave que mais mobilizaram as discussões nas conferências da IFAMA estiveram relacionadas às estratégias de inserção no mercado global, às novas metodologias de gestão do negócio agropecuário, ao uso de novas tecnologias e formas de gestão como estratégia de competitividade e à alegação *ad nauseam* da necessidade de “alimentar o mundo”. Na década de 2000, por sua vez, embora estas primeiras questões não tenham desaparecido da pauta, novos temas emergiram, especialmente voltados a responder aos crescentes questionamentos ao modelo produtivo do agronegócio. Neste sentido, não apenas a ideia de sustentabilidade ganhou força e protagonismo, como a preocupação com as demandas dos consumidores e com os impactos locais das cadeias globais trouxeram para a ordem do dia da IFAMA temas como saúde, tradição e cultura alimentar como formas de: “conecting value with values”. A partir de 2010, consolidaram-se as preocupações em legitimar a expansão produtiva através da difusão, para diversas organizações e lideranças acadêmicas, políticas e empresariais, de um discurso sobre a necessidade de uma política de segurança alimentar para 2050. Além disso, como motor do aumento da demanda e da produtividade, a formação de recursos humanos e o peso do mercado chinês para as cadeias globais de produção agroindustrial também foram pautas importantes das últimas conferências da IFAMA. Por fim, também podemos citar alguns outros temas que atravessam as questões anteriormente mencionadas ao longo do tempo, como: investimento estrangeiro na produção agroindustrial, a gestão financeira do risco, o papel dos blocos de comércio regional e da OMC, gestão dos recursos naturais, as relações e

diferenças entre padrões públicos e privados de regulação da produção e de seus impactos e conflitos sócio-ambientais, os requerimentos dos importadores públicos e privados (principalmente europeus) dos produtos de origem agropecuária, a insegurança jurídica dos direitos de propriedade como fator de aumento dos custos de transação, a eficiência das associações de interesse privado e as potencialidades do mercado de agrocombustíveis.

Estes temas são debatidos por um mix de representantes da sociedade política, do mundo empresarial e de outros campos da sociedade civil dos países que mais possuem participação na vida cotidiana da IFAMA. Portanto, para além de contarem com representantes de diversas empresas transnacionais – anteriormente elencadas aqui – os painéis de debate e apresentação de trabalho de suas conferências incluem altos representantes governamentais. Por exemplo, em todas as edições o evento contou com ao menos um representante do USDA. Além dos EUA, também identificamos representantes oficiais da Comissão Europeia e de governos da Suíça, França, Itália, Alemanha, Áustria, Hungria, Indonésia, Austrália, República Dominicana, África do Sul, México, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai.

Em outros campos da sociedade civil são diversas as associações de produtores e empresários rurais destes países. Entre elas podemos citar: National Food Processors Association, Rockefeller Foundation, American Agricultural Economics Association, National Farmers Union, National Meat Association, National Council of Farmers Cooperatives (Estados Unidos), Swiss Food Industry Federation (Suíça), German Agriculture Society (Alemanha), The Federation of Food and Drinks Industrie (Rep. Tcheca), Wine Growers Union (Eslovaquia), Agribusiness Association of Australia and New Zealand, ABAG, ABIA, UNICA (Brasil), AAPRESID, AACREA, SRA e CRA (Argentina).

Vale mencionar ainda outras três instituições que marcam uma forte presença nas conferências da IFAMA. Primeiro, desde o início e em praticamente todas as edições, o evento contou com altos representantes do Banco Mundial, denotando os laços estreitos entre a associação e a instituição de desenvolvimento econômico sediada em Washington. Em segundo lugar, da mesma maneira, há uma alta frequência de representantes da ONG internacional WWF. Em terceiro, em anos mais recentes, a participação da plataforma europeia de certificações Global GAP também tem chamado atenção.

Finalmente, no campo acadêmico, são inúmeros os professores e pesquisadores de diversas universidades. Ao analisar suas procedências institucionais, identifica-se uma clara maioria de universidades norte-americanas com reconhecidos centros de estudos em agribusiness, como: Harvard Business School, Texas A&M University, Perdue University, New Mexico State University, Missouri University, Santa Clara University Business School, entre outras. Além disso, também são protagonistas da IFAMA representantes da Wageningen University, na Holanda.

Ao nos debruçarmos mais especificamente sobre a participação brasileira e argentina na IFAMA é possível constatar a relevância estratégica dos dois países para a associação, uma vez que empresários, associações, pesquisadores, programas de pós-graduação e/ou representantes governamentais participaram assídua e ativamente de todas as suas conferências. Em primeiro lugar, destaca-se a participação dos seguintes brasileiros e argentinos nos comitês organizadores dos eventos. Do lado do Brasil: Ney Bittencourt de Araújo, Decio Zylbersztajn, Luiz Kauffman, Elizabeth Farina e Marcos Fava Neves. Do lado da Argentina: Hector Laurence, Hector Ordoñez, Gustavo Grobocopatel, Ana Galiano.

Neste sentido, no Brasil, conforme apontado anteriormente, no que se refere às empresas, além da participação ativa de Ney Bittencourt de Araújo desde o momento

inaugural da IFAMA, identificamos em outras edições a participação relativamente assídua da Agrocere, Algar, Aracruz, Única e Sadia. Em relação às associações, como igualmente já indicado, encontramos a ABAG, ABIA, ÚNICA e SRB. Já no campo acadêmico a referência do PENSA/USP é incontestável, com a participação de professores, pesquisadores e estudantes associados ao programa em muitos dos comitês organizadores das conferências; como debatedores e moderadores dos seus fóruns; e como autores de trabalhos apresentados nos simpósios e publicados na IFAMA Review. Mais recentemente a participação de representantes de outras universidades brasileiras tem aumentado. Alguns exemplos da origem institucional destes participantes são: ESALQ/USP, UFRP, UFRGS, UFMS, FGV, Unicamp, Unesp, UFSCAR, UFRJ, INSPER, ESPM, UFRN. Da sociedade política, destacou-se a presença de Roberto Rodrigues na conferência de 2006, na condição de ministro da agricultura do Brasil em mesa com seus congêneres do Cone Sul.

Na Argentina, também há uma expressiva passagem de representantes da sociedade civil e da sociedade política. Das empresas já citamos algumas delas, como: Arcor, Cirio Agribusiness Consultant, BioSidus, Los Grobo, HL Parters SA, MC Laren Holdigs, AGD, MSU, Quickfood. No campo acadêmico se destaca, além do PAA, a Universidad Austral que também foi pioneira na construção de um programa de estudos e pesquisas em agribusiness no país. Entre as associações empresariais do agronegócio, a AAPRESID se destaca junto com a AACREA e as CRA. Além disso, na última conferência da IFAMA em Buenos Aires, em 2018, foi realizada uma mesa com representantes do GPS e da RTRS. Finalmente, encontrei a participação de diversos representantes da sociedade política argentina, especialmente nas edições realizadas no país, mas não somente. Entre eles, pude identificar a presença de Maria Eugenia Vidal e Daniel Scioli na qualidade de governadora da Província de Buenos Aires e vice-presidente da república, respectivamente, bem como outros representantes do INTA e da pasta da agricultura.

Portanto, embora este comentário sobre a IFAMA tenha ficado para o final da tese, trata-se de um dos mais importantes instrumentos de difusão teórica sobre a concepção do modelo do agronegócio, conectando, através do campo científico internacional, as principais lideranças políticas das cadeias globais de produção agroindustrial nos principais países produtores, exportadores e compradores de alimentos, fibras e biocombustíveis do mundo. Contando com o patrocínio e a participação de grandes empresas transnacionais, a IFAMA tem buscado se posicionar como espaço de conexão e formulação privilegiada entre o setor privado e diferentes lideranças governamentais e universitárias. Conforme foi possível apontar, o rol de temas priorizados nas conferências e publicações da IFAMA está em estreita correlação com a agenda política e científica predominante nas principais associações e programas de pós-graduação anunciadores do paradigma do agronegócio no Brasil, na Argentina e em outros países do norte e do sul global. Além disso, especialmente no caso destes dois países, ficou evidenciada a participação de distintos e relevantes atores da sociedade civil e política nacional nas publicações e conferências da IFAMA, contribuindo, de forma determinante para um salto qualitativo no processo de construção e difusão política, social, econômica e simbólica do modelo do agronegócio no Cone Sul.

#### **4.8. Conclusões do Capítulo**

O objetivo deste capítulo foi desenvolver as seguintes questões: De que forma os interesses sociais representados e organizados pela ABAG e pela AAPRESID se articulam internacionalmente? Qual o papel das redes acadêmicas neste processo? Quais seriam as principais organizações responsáveis por promover esta articulação? Qual seu perfil institucional, social e político? Qual o seu papel político e importância social?

Neste sentido, a partir da análise das diferentes formas de organização aqui destacadas foi possível perceber que a articulação internacional entre as lideranças nacionais das cadeias globais de produção e comercialização agroindustrial se dá em diferentes frentes de atuação, a partir de distintas formas de associação, contendo diversos escopos sociais, com o campo científico revelando um grande protagonismo, visto que foi através de redes acadêmicas que circulou a primeira concepção de agronegócio compartilhada hegemonicamente no Brasil e na Argentina.

A relevância social de cada uma dessas organizações varia de acordo com seus respectivos papéis e objetivos. Neste sentido, foi possível identificar três características fundamentais que qualificam cada uma dessas experiências: foco na articulação internacional do campo científico, travar o debate da sustentabilidade e, finalmente, estratégias de negociação política para o comércio internacional.

No primeiro caso, destacou-se a experiência da IFAMA, promovendo o relacionamento entre representantes do campo científico de diferentes países, bem como delegados de governos, organismos multilaterais e empresas transnacionais. Em segundo lugar, destacaram-se aquelas organizações mais dedicadas à promoção de um discurso de sustentabilidade, seja para refutar críticos a respeito dos impactos sócio-ambientais do modelo (Round Tables do agronegócio), preservando mercados, seja para promover entre produtores rurais de diferentes países a utilização de determinadas técnicas e tecnologias de produção, como o uso do Plantio Direto e de insumos bioquímicos (CAAPAS). Em terceiro lugar, foram identificadas associações com um objetivo mais explícito e específico de acompanhar e influir nas negociações internacionais (públicas e privadas) para a preservação e abertura de mercados. Entre elas, a FARM e o GPS se destacaram pelo seu foco específico na produção da agroindústria no âmbito do Mercosul, atuando para assessorar a busca pela eliminação de possíveis barreiras políticas e comerciais à produção dos países do bloco no

mercado mundial, assim como para resolver possíveis divergências internas entre eles. No entanto, chama atenção como que enquanto a primeira funciona como articulação das organizações mais tradicionais de produtores e proprietários rurais dos países do Mercosul, o segundo grupo se caracteriza exatamente pela presença de associações de novo tipo, incluindo ABAG e AAPRESID. Por último, a reunião de Gustavo Grobocopatel com Roberto Rodrigues e Monika Bergamaschi na direção da seção de agronegócios do LIDE na Argentina e no Brasil, além de agregar valor simbólico a esta iniciativa de promoção dos negócios do empresariado brasileiro no exterior, constituiu mais um fórum de ideias e socialização entre lideranças empresariais ligadas ao setor nos dois países.

Portanto, é certo que esta trama é muito mais extensa e abarca outras redes de articulação internacional que não pude citar aqui, mas também é certo o protagonismo e a importância de cada uma dessas organizações, cumprindo diferenciados papéis entre si, mas tendo em comum, além do patrocínio de grandes empresas transnacionais, o objetivo e a capacidade de promoverem a articulação e difusão política, econômica, social e simbólica do “paradigma do agronegócio”, conectando as principais lideranças brasileiras e argentinas entre si, junto aos demais países do Cone Sul e na sua relação mais ampla com os diferentes mercados da economia global.



## CONCLUSÕES

O objetivo geral desta tese foi responder à indagação sobre de que forma, a partir da década de 1990, as frações das classes dominantes nacionais que monopolizam a produção agropecuária e a propriedade da terra no Brasil e na Argentina, em associação com capitais transnacionais do mercado global de alimentos, fibras e biocombustíveis, transformaram suas estratégias políticas de disputa por hegemonia, no sentido de difundir econômica, social, política e simbolicamente o modelo do agronegócio em seus países?

Após o estudo da referida miríade de aparelhos privados de hegemonia associados ao agronegócio, foi possível concluir que, a fim de que este modelo produtivo pudesse se constituir e expandir suas fronteiras econômicas, sociais e geográficas, foi necessário um conjunto de transformações em diversos campos de disputa e produção simbólica sobre a representação do mundo social. Dessa maneira, foram identificadas profundas e simultâneas transformações políticas e institucionais no campo da representação política de grandes proprietários, produtores e empresários rurais; no campo científico dos estudos sobre a produção agropecuária (das escolas de agronomia e dos novos cursos de agribusiness); e com a proliferação de uma série de redes de articulação internacional com os mais diferentes escopos sociais e objetivos políticos, guardando em comum a intenção de justificar e promover a expansão do modelo do agronegócio mundialmente. Estas diferentes formas de ação e organização compartilham entre si significativas lideranças políticas, científicas e empresariais, que atuam para difundir um mesmo arcabouço teórico responsável por

fundamentar semelhantes discursos, visões de mundo e agendas de reivindicação política e econômica junto ao Estado e à sociedade civil, constituindo uma mesma trama dedicada à afirmação econômica, social, política e simbólica da hegemonia do agronegócio.

Neste sentido, também busquei avançar no entendimento da relação entre estes atores, desenvolvendo as seguintes questões específicas:

a) Quais as semelhanças e particularidades das principais associações empresariais porta-vozes do agronegócio made in Brasil e made in Argentina? De que forma elas se construíram como anunciadoras de um novo paradigma?

b) Qual o papel cumprido pela academia a partir de determinados programas de pós-graduação na construção da associação econômica, social e simbólica entre as frações nacionais das classes dominantes agrárias e capitais transnacionais associados? Quais as diferenças, semelhanças e interconexões entre o campo de estudos científicos do agronegócio do Brasil e da Argentina?

c) De que forma os interesses sociais representados e organizados pela ABAG e AAPRESID se articulam internacionalmente? Qual o papel das redes acadêmicas neste processo? Quais seriam as principais organizações responsáveis por promover esta articulação? Qual seu papel e importância?

Portanto, a partir do estudo da ABAG, da AAPRESID, do PENSA, do PAA e de algumas redes de articulação internacional que interconectam estas instituições e suas lideranças, foi possível chegar às seguintes conclusões. Em primeiro lugar, a pesar das associações brasileira e argentina serem parte e expressão da multi-representatividade política de grandes proprietários, produtores e empresários rurais que é marca do tempo do agronegócio – se diferenciando de um tempo em que o campo de representação política destes setores era mais unificado e menos diversificado – não há dúvidas que as duas “anunciadoras” deste paradigma produtivo aqui destacadas tiveram um expressivo

protagonismo no seu processo de afirmação social, política, econômica e simbólica junto ao Estado – ampliado – brasileiro e argentino.

Conforme discutido no capítulo 2, tanto a ABAG como a AAPRESID foram espaços estratégicos na construção de uma coordenação – termo caro ao marco teórico dos estudos em agribusiness – política e econômica entre os diferentes atores organizados nas principais cadeias globais de produção agroindustrial presentes no Brasil e na Argentina, fornecendo e difundindo seus principais elementos simbólicos e discursivos no esforço de justificação ideológica do modelo produtivo, disseminando culturalmente técnicas e tecnologias associadas ao mesmo, refutando os argumentos críticos e promovendo um determinado programa político e econômico de desenvolvimento nacional, disputando através de diferentes espaços organizativos o conjunto da sociedade política e da sociedade civil em âmbito local, nacional e internacional, a fim de afirmar uma determinada visão de mundo que legitima o modelo do agronegócio como sustentável em termos sociais, econômicos e ambientais.

Embora suas estruturas organizativas e propósitos fundadores tenham sido consideravelmente diferentes, o perfil das organizações associadas da ABAG e da AAPRESID (empresas, associações e demais instituições públicas ou privadas) e as trajetórias sociais de seus dirigentes guardam significativos paralelos. Em primeiro lugar, trata-se de grandes empresas nacionais e multi-nacionais de insumos, produção, processamento e exportação agroindustrial, instituições financeiras nacionais e internacionais, consultorias (agronômica, administrativa e financeira), empresas de tecnologia da informação, comunicação e propaganda. Em segundo lugar, também foi muito significativo o perfil em comum dos dirigentes brasileiros e argentinos enquanto representantes do capital funcionante (como seus proprietários ou gestores mais graduados) em associação com o capital monetário nacional e internacional e com as companhias transnacionais de insumos e

comercialização agroindustrial no mercado global. Estes quadros foram majoritariamente formados nas mais prestigiadas escolas de agronomia de seus países e se especializaram para uma atuação política e administrativa em diversas etapas das cadeias de produção agroindustrial. Além disso, originários dos centros mais dinâmicos da economia nacional, possuem claros vínculos com a produção das principais áreas de fronteira agrícola do Brasil e da Argentina. Na sociedade civil, respondendo ao caráter multi representativo do mundo contemporâneo, participam de diversos outros espaços de organização política, principalmente aqueles mais dedicados a uma representação por cadeia produtiva ou nicho temático, em plataformas de divulgação científica de novas técnicas e tecnologias de produção, iniciativas de difusão de práticas de responsabilidade social e ambiental e em contato significativo com as tradicionais representações de empresários, produtores e proprietários rurais. Por sua vez, na sociedade política, os espaços privilegiados pelos dirigentes das duas associações foram alguns postos estratégicos dos respectivos ministérios da agricultura, especialmente aqueles dedicados à questão das biotecnologias, da política agrícola e da certificação da produção. Também se destacaram o cumprimento de funções de assessoria técnica na elaboração de políticas públicas de governos locais e regionais, bem como em importantes instituições nacionais de pesquisa, como a EMBRAPA e o INTA.

Neste sentido, lançando mão de estratégias de organização e ação coletivas semelhantes (grandes congressos, fóruns e feiras; ações de comunicação; e iniciativas de formação e educação), estes dirigentes foram protagonistas na difusão de um mesmo discurso e concepção sobre o agronegócio, buscando se apropriar da noção de sustentabilidade, apresentando-se como representante unilateral da técnica e da ciência, afirmando uma nova imagem para o “homem – e a mulher – do campo”, reproduzindo a permanente e histórica desqualificação do outro e de seus modos de vida e de produção e defendendo um lugar subordinado para o próprio país na economia global, seja pelas limitações “naturais” de suas

vantagens competitivas, seja pelas excepcionais vantagens comparativas “de sua natureza” e de seu capital humano. Além disso, a agenda de reivindicação de políticas públicas promovidas pela ABAG e pela AAPRESID também apresenta significativos pontos de contato, girando em torno de questões como: a defesa e o incentivo do uso de biotecnologias dirigidas à produção de larga escala; a defesa da continuidade do monopólio sobre o acesso e a propriedade da terra; a disputa por recursos públicos de subsídio à grande produção agroindustrial; uma política de comércio internacional voltada à defesa e abertura de novos mercados, a defesa de investimentos públicos e privados em infraestrutura logística, a promoção do biodiesel, da terceirização e especialização da força de trabalho, a promoção de assistência técnica e pesquisa agropecuária; e a promoção do turismo rural.

Em segundo lugar, no capítulo 3, foi problematizado o papel que a criação de um novo campo de estudos científicos identificados com o agronegócio cumpriu na afirmação hegemônica de seu paradigma produtivo. A fundação do PENSA e do PAA não só contribuiu no processo de apropriação nacional do termo na esfera do debate público, como reforçou o processo de reforma “moral e intelectual” do “novo homem do campo”, especializando tecnicamente dirigentes políticos e empresariais, articulando a estrutura material do sistema público de pesquisa e ensino com demandas privadas de grandes empresas, desenvolvendo estratégias de gestão da produção voltadas para uma ação coletiva junto a diversos espaços da sociedade civil e da sociedade política e contribuindo na elaboração e difusão do mesmo discurso e da mesma visão de mundo promovida pela ABAG e pela AAPRESID em seus esforços de legitimar socialmente o modelo do agronegócio.

Estabelecidos na Universidade de São Paulo e na Universidade de Buenos Aires, o PENSA e o PAA foram fundamentais na construção de uma intelectualidade do agronegócio no Brasil, na Argentina e em outros países sul-americanos. As trajetórias sociais de seus professores, embora evidenciem as especificidades políticas do trabalho científico, que

demanda frequentemente dedicação exclusiva de tempo e distanciamento simbólico dos demais campos da política (além de uma maior abertura à mobilidade social de classe e de gênero), guardam profundos paralelos e interseções com a trajetória social dos dirigentes da ABAG e da AAPRESID, compartilhando de espaços semelhantes no mundo empresarial, associativo e governamental.

Além disso, compartilhando o mesmo marco teórico que articula a Nova Economia Institucional com a metodologia de Harvard dos estudos de caso sobre os sistemas agroindustriais, os dois programas realizam diversos cursos e pesquisas direcionadas a atender a demanda de associações como a ABAG e a AAPRESID e grandes atores empresariais do agronegócio nacional, sócios dessas mesmas organizações. Através destes cursos e pesquisas o referencial teórico mobilizado não apenas tem se mostrado útil para a mensuração e gestão dos riscos sociais, políticos e naturais da produção agroindustrial, como também tem sido fundamento de naturalização, universalização e justificação de determinadas visões de mundo destinadas a reforçar a hegemonia do agronegócio, como: a ideia do mercado enquanto instituição “antediluviana” e mais eficiente da humanidade; a primazia da ação racional dos indivíduos sobre as estruturas sociais e históricas; a primazia da mentalidade oportunista do “auto interesse com avidez”; e a desqualificação do direito comunitário em face de uma suposta superioridade natural do monopólio empresarial e da propriedade privada.

Assim, foi possível explicitar de que maneira o campo científico cumpriu um papel estratégico na construção da trama política da hegemonia do agronegócio no Cone Sul, atuando como fator de melhoramento da eficiência econômica, de formação de recursos humanos, de articulação internacional, e de disputa política e ideológica sobre a importância e a legitimidade social deste modelo produtivo para o Brasil, a Argentina e os demais países da região.

Finalmente, no quarto capítulo da tese, foi identificada uma série de redes de articulação internacional que tem em comum o objetivo de defender o modelo produtivo do agronegócio e o fato de que as mesmas possuem significativas conexões com a ABAG, a AAPRESID, o PENSA e o PAA. Estas redes puderam ser classificadas segundo três objetivos gerais diferentes. Primeiramente, o estudo da IFAMA confirmou a centralidade que esta rede internacional de professores e pesquisadores do agribusiness cumpriu, através do campo científico e de seu lugar de fala, na estruturação da trama política da hegemonia do agronegócio. Segundo, estiveram iniciativas como a CAAPAS e a RTRS, que, segundo seus próprios objetivos específicos, buscaram travar no plano internacional o debate sobre a sustentabilidade do paradigma produtivo do agronegócio. Terceiro, foram abordadas organizações como a FARM, o GPS e o LIDE, mais diretamente voltadas para a socialização entre empresários de diferentes países e para o acompanhamento e mediação dos seus respectivos interesses no plano das relações de comércio exterior do Brasil, da Argentina e de outros países da região, com seus principais mercados consumidores.

Espero, portanto, ter sido possível contribuir para um entendimento maior não só das transformações e conexões econômicas do modelo do Agronegócio a partir de países como o Brasil e a Argentina, mas principalmente destacar algumas das simultâneas e indissociáveis dimensões sociais, políticas e simbólicas de sua expansão territorial no Cone Sul. Como vimos com Florestan Fernandes, o habitus das classes dominantes nacionais do capitalismo de tipo dependente tem como centro de sua estratégia de acumulação capitalista a combinação da incorporação dos mais modernos procedimentos e relações sociais de produção, com a manutenção – no plano econômico, político, social e simbólico – de aspectos e relações sociais do mundo colonial-escravista como forma de intensificar a extração do mais valor junto às maiorias nacionais, de forma a tornar seus interesses econômicos imediatos e autônomos em negócios mais competitivos e atrativos para os sócios

maiores dos imperialismos da vez, perpetuando a negação histórica da concessão dos direitos sociais e políticos e desqualificando-os como “custos de transação” desnecessários ou excessivos. Deste modo, nos três diferentes campos de produção simbólica da hegemonia do modelo do agronegócio estudados aqui (a representação associativa, o campo científico e as iniciativas de articulação internacional), foi possível evidenciar a forma com que cada um contribui e influencia nas estruturações, reforços e permanentes recombinações da trama política da hegemonia do agronegócio, afirmando valores conservadores de defesa da propriedade privada e da superioridade de seu modo de vida e de produção sobre os demais modos de vida e de produção do mundo; e negando permanentemente, em diferentes frentes políticas, legais e ideológicas, qualquer tipo de democratização que ameace o “equilíbrio de compromisso” da hegemonia do consórcio entre grandes proprietários, produtores e empresários rurais nacionais, com o monopólio das cadeias globais de produção agroindustrial.

Por fim, como um segundo resultado do processo desta pesquisa, elenco a seguir algumas das questões que para este autor ainda devem ser aprofundadas pelo mesmo ou pelos demais pesquisadores comprometidos com uma compreensão crítica sobre os significados políticos, econômicos, sociais e simbólicos do modelo do agronegócio no tempo presente:

- 1) Ao optar por estudar duas associações e dois programas de pós-graduação em específico, posso ter dado a entender que estes são os únicos atores que tiveram protagonismo no campo da representação política de proprietários, produtores e empresários rurais e no campo de estudos científicos do agribusiness. Há uma considerável variedade de associações, programas de pós-graduação e outras modalidades de ensino formal e não formal sobre o agronegócio que, embora não tenham sido citados ou abordados em profundidade, certamente mereceriam um estudo específico no sentido de elucidar melhor seus respectivos papéis, bem



como a complexidade de atores e relações sociais não contempladas aqui, mas que são componentes da trama política da hegemonia do agronegócio.

- 2) No caso específico dos cursos de pós-graduação, uma importante questão que praticamente não foi trabalhada nos estudos que compuseram minha revisão bibliográfica, e que tampouco tive oportunidade de problematizar, é a diversidade teórica e política existente no interior do próprio campo de estudos científicos do agronegócio. Uma vez que muitos deles estão vinculados a universidades públicas, foi possível perceber a constituição ao longo do tempo de outras linhas teóricas e de pesquisa, mais suscetíveis a dialogar e influenciar perspectivas contra-hegemônicas sobre a concepção de agronegócio originalmente propagada pelas lideranças políticas e científicas que foram objeto desta tese. Portanto, problematizar essa provável pluralidade política existente no campo de estudos científicos do agribusiness certamente contribuiria para uma melhor caracterização dos “equilíbrios de compromisso” que a disputa por hegemonia a partir de instituições de ensino e pesquisa supôs.
- 3) O breve exercício de crítica do uso da Nova Economia Institucional para o estudo dos sistemas agroindustriais também merece ser aprofundado, pois despertou uma curiosidade acerca de uma análise mais sistemática de suas origens, significados e funções, para além do caso específico do campo de estudos científicos sobre o agronegócio. Conhecer melhor seu papel no tempo presente, difundindo e reforçando uma determinada visão de mundo presidida pelo imperativo do lucro e da máxima eficiência econômica e exploração do trabalho, permitirá destrinchar de que maneira estas lideranças seguem desqualificando qualquer outra forma de vida e de produção em sociedade, naturalizando e legitimando as relações sociais de exploração capitalista e defendendo modelos produtivos que monopolizam a

propriedade e a produção, como tem sido o caso histórico do “paradigma” do agronegócio.

- 4) Ao seguir prioritariamente o rastro econômico, político e social da “república da soja”, não adentrei de forma mais significativa nas particularidades – políticas, econômicas e sociais – da diversidade de cadeias produtivas que protagonizam a economia do agronegócio no Brasil e na Argentina. Considerar esta diversidade é fundamental para que não se reproduza o equívoco de se considerar o modelo produtivo do agronegócio como algo homogêneo nas suas formas de organização social e produtiva. Tampouco foi possível abordar em profundidade as diferenças e tensões existentes entre as diferentes etapas de uma determinada cadeia produtiva. Neste caso, limitei-me em indicar a primazia da indústria de insumos e de comercialização agroindustrial no financiamento e na direção política da ABAG e da AAPRESID. No caso específico das pós-graduações, destacaram-se especialmente as atividades de consultoria técnica para a gestão administrativa e política da produção. Mesmo assim, com a predominância da sua atuação em segmentos a montante e a jusante da produção agropecuária, a reivindicação simbólica da identidade de produtor rural se mostrou presente (e resiliente) em muitos dos dirigentes e professores do agribusiness.
- 5) A interação das lideranças associativas e acadêmicas estudadas na tese com setores da sociedade política, embora muito significativas no Ministério da Agricultura e outros conselhos do poder executivo, não puderam ser trabalhadas e discutidas a contento no caso do legislativo e do judiciário, bem como no âmbito estadual e local. No caso específico do Congresso Nacional brasileiro, vale lembrar do papel cada vez mais relevante da chamada “bancada ruralista”, fenômeno que logrou se constituir a partir do processo de redemocratização no

final dos anos 1980 e que, ao longo das últimas décadas, ganhou crescente importância na influência sobre a tramitação das pautas de interesse das principais cadeias de produção agroindustrial do país. A relação da ABAG com a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) parece guardar uma relação de permanente aproximação e autonomia política, com a primeira priorizando uma ação coletiva junto a sua base social e ao conjunto da sociedade civil a partir da promoção de determinados eventos e campanhas públicas. Mesmo assim, Mendonça (2020) tem chamado atenção para o fato de que a ABAG é uma das entidades financiadoras do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), organização que está em funcionamento desde 2011, em uma mansão no lago Paranoá, em Brasília, onde ela compartilha do mesmo “aparelho” que apoia os trabalhos da FPA, sediada no mesmo endereço. Por outro lado, Pompeia (2020) tem defendido que nos últimos anos a ABAG já não possui mais tanto peso nesta relação de representação junto ao Congresso Nacional, apontando para o protagonismo de outras lideranças e associações no lobby parlamentar, como a “boa e velha” CNA e outras organizações mais recentes, como a Associação Mato Grossense do Algodão e a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso, representante de sojicultores e que era filiada da ABAG, mas rompeu recentemente por divergências em relação à política ambiental do governo Bolsonaro para a Amazônia (CASADO, 2021). Já no caso da Argentina, o fenômeno de uma “bancada ruralista” parece ser inexistente, o que evidentemente não significa que os interesses das principais cadeias de produção agroindustrial do país não tenham suas próprias estratégias de organização do lobby parlamentar. No entanto, mesmo que seus dirigentes estejam atentos a isto nos bastidores, tampouco a AAPRESID parece ter como seu objetivo principal (ou oficial) a condução direta do lobby

parlamentar do agronegócio, mantendo-se pública e institucionalmente mais distanciada destas tarefas, dedicando-se prioritariamente à defesa e propaganda pública da “boa nova” do sistema do Plantio Direto. A qualidade destas relações com o poder legislativo (e também judiciário) merece ser melhor compreendida em futuras agendas de pesquisa.

- 6) Também será importante avançar na indagação a respeito das relações das lideranças do agronegócio com outros segmentos da sociedade civil, para além de programas de pós-graduação e associações explicitamente identificadas com o agronegócio, como com a grande imprensa (uma vez que veículos como Globo, Folha de São Paulo, Estadão, Clarin e La Nación se mostraram extremamente engajados na agenda política destes representantes), demais canais de comunicação especializados (Canal Rural, revistas, páginas na internet, redes sociais, canais de You Tube diversos) e o mundo da produção cultural, onde, no Brasil, por exemplo, tem se destacado a indústria fonográfica do “sertanejo universitário”, contribuindo na construção e difusão de um mesmo horizonte simbólico associado ao agronegócio, a ser almejado e partilhado por “todos”.
- 7) Uma outra questão que surgiu ao longo do processo de pesquisa é o tratamento da questão de gênero entre as lideranças do agronegócio. Além da reprodução da primazia masculina na direção de associações e pós-graduações do agronegócio, já foi destacada a presença mínima na direção dos espaços associativos e a presença um pouco maior (mas ainda assim minoritária) de mulheres nos espaços da academia. Além disso, foi constatado na documentação mais recente das duas associações uma preocupação por discutir o papel e o perfil da “mulher do agro” em um claro processo de assimilação e captura para uma perspectiva liberal dos debates pautados pelo feminismo no século XXI. Portanto, estudar sobre como a

mulher do agronegócio vem sendo pensada e representada por essas associações, também pode ser uma questão para uma futura agenda de pesquisa.

- 8) Outra questão relevante a ser discutida é o crescente lugar da China e do sudeste asiático, não só como parceiros comerciais do Brasil e da Argentina, mas também como referenciais políticos, econômicos e culturais. Na documentação da ABAG e da AAPRESID estudada, conforme mais recente é a fonte, com mais destaque essa questão se apresenta. Para ilustrar uma das dimensões disso, Marcos Jank, empresário e ex-aluno e professor do PENSA, após retornar de sua experiência de quatro anos como CEO da Azia-Brasil Agro Alliance (associação dedicada a promover as exportações agroindustriais do Brasil na região), em Cingapura, revela sua opinião sobre o persistente desconhecimento do empresariado brasileiro sobre o novo centro dinâmico do capitalismo mundial (ao mesmo tempo em que demonstra ciência da necessidade de superar esta ignorância) Ao ser perguntado se “as elites cultural, política, empresarial, intelectual” do Brasil estão sensíveis à “questão asiática”, Jank responde categoricamente:

Eu acho que não. Eu acho que nós temos uma cultura ocidental muito forte. Nós nos amarramos historicamente com a Europa e os Estados Unidos, em todos os sentidos, culturalmente, religião, forma de fazer negócios, a maior parte dos nossos filhos quando saem aqui do Brasil vão estudar na Europa e nos Estados Unidos. Raros são aqueles que se aventuram pela Ásia. Quando eu andei pela Ásia nesses quatro anos eu vi gente do mundo inteiro, em Cingapura principalmente, é uma cidade altamente cosmopolita, e muito poucos brasileiros lá! Tem vários que trabalham para empresas multi-nacionais, mas tem pouca gente ligada ao Brasil, com perspectiva de voltar para cá. Isso realmente é uma pena, porque é uma região que tem muitas oportunidades. (...) Hoje mesmo eu estava comentando que eu era o único representante de associações exportadoras brasileiras do Agro na Ásia! Quer dizer, é uma absoluta ausência de gente (JANK, 2019).

- 9) Finalmente, um melhor entendimento sobre os vínculos efetivos das lideranças aqui estudadas com a propriedade do capital permanece como uma agenda de pesquisa teórica e empírica. No entanto, se não pude indicar a real forma com que estes vínculos estão estabelecidos, sua existência parece ser difícil de ser refutada,

estabelecendo-se de diferentes maneiras, segundo diferentes “arranjos institucionais” – leia-se, contratos – na divisão do trabalho político da direção moral e intelectual do agronegócio. Neste sentido, entre professores e dirigentes do agribusiness foi possível encontrar tanto representantes – nacionais - diretos do capital funcionante e monetário (nacional ou internacional), quanto gestores graduados dos mesmos que são sócios majoritários ou minoritários de diferentes empreendimentos produtivos e/ou financeiros.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia

ACSELRAD, VITOR. **A Economia Política do Agronegócio no Brasil. O legado desenvolvimentista no contexto da democratização com liberalização.** Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IESP). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2012.

ALAPIN, HELENA. **Rastrojos y algo más. Historia de la Siembra Directa en la Argentina.** Buenos Aires: Teseo, 2008.

ANKARLOO, DANIEL E PALERMO, GIULIO. Anti-Williamson: a marxian critique of New Institutional Economics. **Cambridge Journal of Economics**, n 28, 2004.

AZCUY AMEGHINO, EDUARDO. De La Lucha por las Libertades Capitalistas a la Concentración Económica: Historia y actualidad de la cuestión agraria pampeana. **Realidad Económica**, n. 285, 2015.

BALSA, JAVIER. **EL desvanecimiento del mundo chacarero: Transformaciones sociales en la agricultura bonarense (1937 - 1988).** 1 edición. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2006.

\_\_\_\_\_. Las três lógicas de construcción de la hegemonía. **Revista theomai**, n 14, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Formaciones discursivas y disputas por la hegemonía en torno a los modelos de desarrollo agrario.** En: BALSA, JAVIER E LÁZZARO, SILVIA. Agro y política en Argentina. Buenos Aires, CICCUS, 2012.

BISANG, ROBERTO; ANLLÓ, GUILLERMO E CAMPI, MERCEDES. Una revolución (no tan) silenciosa. Claves para pensar el agro en Argentina. **Desarrollo Economico**, vol. 48, N° 190-191, julio-diciembre. Buenos Aires, 2008.

BOCCHICCHIO, ANA e CATTÁNEO, CARLOS. **Transformaciones en la Agricultura e Innovación Organizacional en Asociaciones de Productores: Los casos de AAPRESID e ASAGIR.** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, III Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales, 2003.

BOURDIEU, PIERRE. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **O Campo Científico.** In: ORTIZ, Renato (org.). 1983. Bourdieu – Sociologia. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, p. 122-155, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia.** Lisboa: Editora Fim de Século, 2003.

\_\_\_\_\_. A delegação e o fetichismo político. Em: **Coisas Ditas.** São Paulo:

Brasiliense, 2004.

BORRAS, SATURNINO M. **Land politics, agrarian movements and scholar activism.** Inaugural lecture. International Institute of Social Science, 2016.

BORRAS, SATURNINO M.; HALL, RUTH; SCOONES, IAN; *et al.* Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. Vol. 2, n. n. 38, p. 209–216, 2011.

BORRAS, SATURNINO M.; FRANCO, JENNIFER C.; ISAKSON, S. RYAN; *et al.* The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. Vol 1., n. 43, p. 93–115, 2016.

BOSETTI, CLEBER JOSÉ. Ciência e política nas decisões da CTNBio. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, v. V. 19, n. n. 2, p. 29–50, 2012.

BRUNO, REGINA. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária Edur, 1997.

\_\_\_\_\_. **Monopólio da Terra e Violência na Nova República.** Tese de Doutorado, ICHF/UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder.** Seropédica - RJ: Mauad X, Edur UFRRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos, Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, vol 24, n 1, 2016.

\_\_\_\_\_. Agricultura empresarial, povos e comunidades tradicionais: lutas simbólicas e negação de direitos. **Revista Raízes**, n. 2, 2017.

BRUNO, REGINA, SEVA, JANAINA e CARNEIRO, OLAVO. Grupos de solidariedade, Frentes Parlamentares, Pactos e Unidade e Ação. Em Pauta o fortalecimento e disputa pela representação no campo. **Relatório de Pesquisa.** NEAD/MDA-IICA. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário-Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura.2008.

BUCCI-GLUCKSMANN, CHRISTINE. **Gramsci y el Estado (hacia una teoría materialista de la filosofía).** Madrid: Siglo Veinte Uno, 1978.

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE; FALETTO, ENZO. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARINI, GABRIEL FERNANDO. Agronegócio, asociaciones agrárias y redefinición de perfiles institucionales en la pampa cordobesa (fines del siglo XX). **Revista Pilquem. Sección de Ciencias Sociales**, n. 2, 2018.

CLAPP, JENNIFER. Financialization, distance and global food politics. **The Journal of Peasant Studies**, v. Vol. 14, n. n. 5, p. 797–814, 2014.

CETRÁNGOLO, HUGO; VILELLA, Fernando e ORDOÑEZ, Hector. Distance Executive



Education Food and Agribusiness Advanced Management Program. Buenos Aires: FAUBA, 2000.

COASE, RONALD. **The Nature of the Firm**, *Economica*, reprinted in Coase, 1988, *The Firm, the Market and the Law*. Chicago: University of Chicago Press, 1937.

COMELLI, MAERIA ET AL. **La Trama de um Conflicto Extendido: El conflicto agrario marzo – julio del 2008**. En: GIARRACA, Norma e TEUBAL, Miguel. *Del Paro Agraria a las Elecciones del 2009: Tramas, reflexiones y debates*. Buenos Aires: Antropofagia, 2010.

CONEJERO, MARCO ANTONIO. **Planejamento e Gestão Estratégica de Associações de Interesse Privado do Agronegócio: uma contribuição empírica**. Tese de Doutorado FEA/USP, São Paulo, 2011.

COSTA, SOLANGE. **Grãos da floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

CUELLAR, JUANITA. **Neoliberalismo e transformações na agricultura colombiana: Rumo à construção hegemônica do agronegócio?** Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

SAUERBRONN, CHRISTIANE. O Conselho Argentino das Relações Internacionais (CARI) nos anos 1990 e a virada neoliberal argentina. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 33, jun, 2009.

DE MARTINELLI, GUILLERMO Y MORENO, MANUELA (Comp.). **Agronegócios en la región pampeana. Tensiones por la imposición de un modelo concentrador**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

DELGADO, GUILHERME. **Capital Financeiro na Agricultura: 1965-1985**. São Paulo: Icone, Unicamp, 1985.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. 2003.

\_\_\_\_\_. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DOUGNAC, GABRIELA MARTÍNEZ. **Monocultivo Sojero, Concentración Económica, Acaparamiento y Despojo de Tierras: Formas actuales de la expansión del capital en la agricultura argentina**. Rosario: Legem; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Centro Interdisciplinario de Estudios Agrarios, 2016.

DREIFUSS, RENÉ. **A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Editora Espaço & Tempo, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Jogo da Direita na Nova República**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

EDELMAN, MARK E BORRAS, JUN. **Political Dynamics of Transnational Agrarian Movements**. *Agrarian Change and Peasant Studies*. Little Books on Big Issues.

Warwickshire, UK: Pratical Action Publishing, 2021.

ELGERT, LAUREEN. Certified discourse? The politics of developing certification standarts. **Geoforum**, n 43, 2012.

FAUBA. **Historia de la Facultad de Agronomía de la UBA (1904 – 2004). Cién Años de Educación, Ciencia y Tecnología para el desarrollo.** VILELLA, FERNANDO (coord.). Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Agronomía. Universidad de Buenos Aires, 2005.

FAUSTO, BORIS e DEVOTO, FERNANDO. **Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002).** São Paulo: Editora 34, 2004.

FERNANDES, AFONSO. **A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: Transição Política e Classes Dominantes Agrárias na Nova República (1986 – 1991).** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

FERNANDES, BERNARDO. **Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Em: STÉDILE, JOÃO PEDRO (org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, FLORESTAN. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica.** 6 ed. Curitiba; São Paulo: Kottter Editorial; Editora Contracorrente, 2020.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** IV. São Paulo: Global Editora, 2009.

FONSECA, PAULO F. C.; GUIVANT, JULIA S. A dramaturgia dos peritos na ciência regulatória brasileira: o caso da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. v. 26, n. n. 1, p. 123–144, 2019.

FONTES, VIRGINIA. Marx, expropriações e capital monetário – notas para o estudo do imperialismo tardio. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.26, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** 1 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_. Gramsci, Estado e Sociedade Civil: anjos, demônios ou luta de classes? **Revista Outubro**, n. 31, 2018.

FRANK, ANDRÉ GUNDER. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina.** [s.l.]: Libro 39, 1964.

FURTADO, CELSO. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GERMANI, GINO; DI TELLA, TORQUATO; IANNI, OTÁVIO. **Populismo y contradicciones de clase en lationamérica.** 1 ed. México: Ediciones Era, [s.d.].

GIARRACA, Norma. La Argentina y la democratización de la tierra. **Revista Lavboratorio. Estudios sobre Cambio Estructural y Desigualdad Social**, n. 22, 2008.

GIARRACA, NORMA E TEUBAL, MIGUEL. Las actividades extractivas en la Argentina. Publicado na **Revista do Alasru.**, n. 5, 2010. Versão atualizada de 2013.

GIRBAL-BLACHA, NOEMI. **Tradicón y modernización en la agricultura cerealera argentina, 1910-1930. Comportamiento y propuestas de los ingenieros agrónomos.** Jahrbuch Fur Geschichte Von Staat Wirtschaft Und Gesellschaft Latinamerika; Berlín; 1992 p. 369 - 395

\_\_\_\_\_. El poder de la tierra en la Argentina. De la cultura agrícola al agronegocio. **Estudios Rurales**, n. 4, 2013.

\_\_\_\_\_. **Historia económica y políticas públicas en la Argentina (1930-2003).** 1 ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2014.

GÓMEZ, Marcelo. La Soja de la Discordia. Los sentidos y estrategias en la movilización de la pequeña burguesía. **Laboratorio**, n. 22, 2008.

GRAMSCI, ANTONIO. **Cadernos do Carcer, 6 vol.** Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; 2007.

GRAS, CARLA. Agronegocios en el Cono Sur. Actores sociales, desigualdades y entrelazamientos transregionales. *In:* Berlin: desiguALdades.net, 2013. (Working Paper Series 50).

GRAS, CARLA; HERNANDEZ, VALERIA. **Radiografía del nuevo campo argentino: del terrateniente al empresario transnacional.** 1 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Las Organizaciones Profesionales en la Moderna Agricultura Brasileña.** Cordoba, España: Seminario de Políticas Agrarias y Grupos Sociales en Procesos de Transición Democrática, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, JOSÉ. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas-SP: Unicamp, 1996.

GRYNSZPAN, MARIO. A Afirmação do Agronegócio: novos agentes e representações do rural. ANPOCS, 2009.

GRYNSZPAN, MARIO. Origens e Conexões Norte-Americanas do Agribusiness no Brasil. **Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais:** v. 9, n. 17, jan/jun, 2012.

HARVEY, DAVID. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HEREDIA, BEATRIZ; PALMEIRA, MOACIR; LEITE, SÉRGIO. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. Vol. 25, n. n. 74, 2010.

HERRERA, JUAN JOSÉ E MOYANO, EDUARDO. Acción colectiva y representación de intereses en la agricultura mexicana: el caso del sector ejidal. **Agricultura y Sociedad**, n 82, 1997.

HERNANDEZ, VALERIA. El Boom Económico y Cultural de la Soja y El Empresariado Innovador. **Desarrollo Económico**, v. 47, n. 187, 2007.

\_\_\_\_\_. Genealogía de una elite rural: elucidación antropológica de una práctica de poder. **Mundo Agrario**, vol.13, Nº 26, junio, 2013.

JARA, CRISTIAN ET AL. Desarrollo Rural y Agricultura Familiar en Argentina: Una aproximación a la conjuntura desde las políticas estatales. **Revista de Economía e Sociología Rural**, n. 57, 2019.

KUHN, THOMAS. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LACERDA, ELAINE. **Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do Agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

\_\_\_\_\_. A Associação Brasileira do Agronegócio e a Institucionalização de Interesses do Empresariado Rural no Brasil. **Revista Ruris**, v. 5, n.1, 2011.

LAMARÃO, SERGIO E PINTO, SIMONE. **Confederação Nacional da Agricultura (CNA)**. Verbetes. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-de-agricultura-cna> (acesso: 13/10/2022).

LAMOSA, Rodrigo. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil: Uma análise crítica da Associação Brasileira do Agronegócio**. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

LATTUADA, MARIO. **Acción colectiva y corporaciones agrarias en la Argentina. Transformaciones institucionales a fines del siglo XX**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2006.

LEITE, SERGIO. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: Por uma sociologia das transformações agrárias. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. Vol. 4, n. n. 7, p. 302–323, 2019.

LERRER, DEBORA. **A Revista Agroanalysis e o Processo de Institucionalização do Agronegócio**. XL Encontro Anual da ANPOCS, 2016.

LIAUDAT, DOLORES. **Hegemonía, discursos e identificaciones en el agro pampeano. Análisis de los agronegocios y su eficacia interpelativa en los actores agropecuarios**. Doctorado en Ciencias Sociales y Humanas, Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, 2018.

\_\_\_\_\_. Las Universidades como Territorios de la Disputa Hegemonica de los Agronegocios en la Argentina: Un estudio exploratorio. **Estudios Socio-territoriales**, n. 26, 2019.

LIAUDAT, DOLORES E FERNANDES, AFONSO. Agronegocios y nuevas relaciones de representación empresarial en el Cono Sur. Un estudio exploratorio sobre ABAG (Brasil) y AAPRESID (Argentina). **Marx e o Marxismo** v.9, n.16, jan/jun, 2021.

LOPEZ CASTRO, Natalia. **Agricultura Familiar (Argentina, 2000-2019)**. Em: SALOMÓN, Alejandra; MUZLERA, José (comp). Diccionario del Agro Iberoamericano.

Ciudad Autónoma de Buenos Aires: José Muzlera, 2020.

MACKINLAY, HORACIO. Los empresarios agrícolas y ganaderos y su relación con el Estado en la época del Partido Institucional Revolucionario. México: **Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial**, núm. 4, 2004.

MAKLER, CARLOS. **Confederación de Asociaciones Rurales de Buenos Aires y La Pampa (CARBAP). (Buenos Aires y La Pampa, Argentina, 1932-1983)**. En: SALOMÓN, ALEJANDRA E MUZLERA, JOSÉ. Diccionario del Agro Iberoamericano. Buenos Aires: TeseoPress, 2019.

MARINI, RUY MAURO. Dialética da dependência. **Germinal marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 1, p. 325–356, 2017.

MARTINELLI, GUILLERMO. Pools de Siembra y Contratistas de Labores: Nuevos y viejos actores sociales en la expansión productiva pampeana reciente. In: BALSÁ, Javier; MATEO, Graciela; OSPITAL, María Silvia. **Passado y Presente en el Agro Argentino**. Buenos Aires: Lumiere, 2008.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. **A política do Brasil lúmpen e místico**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, KARL. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCMICHAEL, PHILIP. **Regimes alimentares e questões agrárias**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp e UFRGS, 2016.

MEDEIROS, LEONILDE. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, Vol. 4, 2021.

MENDES, KRISLEY; FIGUEIREDO, JEOVAN; MICHELS, IDO. A Nova Economia Institucional e sua aplicação no estudo do agronegócio brasileiro. **Revista de Economia e Agronegócio**, n 3, 2008.

MENDONÇA, SONIA. Entidades patronais agroindustriais e a política de pesquisa agropecuária no Brasil (1963-2003). **Revista Raízes**, Vol. 32, n. n. 2, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Agronomia e Poder**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_. Sociedade Civil, Sociedade Política e Agricultura no Brasil (1910 – 1945). **História e Perspectivas**: Uberlândia-MG, 43-80, jan/jun, 2013.

\_\_\_\_\_. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Revista**

**Marx e o Marxismo NIEP/UFF**, v. 2, n. 2, 2014

\_\_\_\_\_. **Dominação Burguesa e Reprodução de Classe no Brasil (1990 – 2016)**. In: BADARÓ, MARCELO (org.). Estado e Formas de Dominação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

\_\_\_\_\_. **O “Sistema ABAG” e a supremacia burguesa no Brasil**. In: CAMPOS, PEDRO e BRANDÃO, RAFAEL. Dimensões do Empresariado Brasileiro: História, organizações e ação política. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

\_\_\_\_\_. **Classes dominantes agroindustriais e ascensão conservadora**. Em: MEIRELES, ANGELA; SILVA, CARLA E PAZIANI, RODRIGO (org). Direitos, democracia e lutas sociais em tempos de crise. Porto Alegre: FCM, 2020.

MENDONÇA, SONIA e OLIVEIRA, PEDRO. **ABAG: Origens históricas e consolidação hegemônica**. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 2, 2015.

MORENO, MANUELA. Organización del trabajo en el agro pampeano: análisis sobre la tercerización de labores en empresas de distinto perfil en tres partidos en la provincia de Buenos Aires. En: **Pampa**, n 16, 2017.

MORRE, BARRINGTON. **As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Edições Cosmos. Livraria Martins Fontes. Lisboa: [s.n.], 1967.

NEVES, MARCOS FAVA. **Vai Agronegócio! 25 anos cumprindo missão vitoriosa**. Ribeirão Preto: Editora Canoaeste, 2016.

NORTH, DOUGLAS. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, 1990.

NUNES LEAL, VITOR. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil**. 7 ed. [s.l.]: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, FRANCISCO DE. **O Ornitorrinco. Crítica à Razão Dualista**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, NELSON. **Reforma Agrária na Transição Democrática: A abertura de novos caminhos à submissão institucional**. Salvador: CEAS / São Paulo: Edições Loyola, 2001.

OLSON, MANCUR. **A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Tradutor: Fabio Fernandez. São Paulo: Edusp, 1999.

ORDOÑEZ, Hector. **La Nueva Economía y Negocios Alimentares. Buenos Aires: Programa de Agronegocios y Alimentos**, FAUBA, 2000.

PANERO, MARCELO. **La representación de los sectores dominantes en el Agro: La Sociedad Rural Argentina**. En: GRAS, CARLA E HERNANDEZ, VALERIA. El Agro como negocio: Producción, sociedad y territorios en la globalización. Buenos Aires, Biblos, 2013.

PANERO, MARCELO. **Sociedad Rural Argentina (SRA). (Argentina, 1866-2019)**. En: SALOMÓN, ALEJANDRA E MUZLERA, JOSÉ. *Diccionario del Agro Iberoamericano*. Buenos Aires: TeseoPress, 2019.

PEREIRA, JOÃO MARCIO. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PINTO, RAPHAELA. **O Novo Empresariado Rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2010.

POLANYI, KARL. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POMPEIA, CAIO. **Formação Política do Agronegócio**. Tese de Doutorado, Campinas-SP: Unicamp, 2018.

\_\_\_\_\_. Concertação e poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n 104, 2020.

PREBICH, RAÚL. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. 1948. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767>>.

RAASCH, WERLEN. **A rede de produção de soja certificada de Mato Grosso e Goiás**. Dissertação de Mestrado. Brasília-DF: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, 2020.

RAMOS, CAROLINA. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

RODRIGUES, ROBERTO. O agronegócio brasileiro é um caso de sucesso. **Revista de Política Agrícola**. Embrapa: v. 15, 2006.

SAMPAIO JR, PLINIO. Desenvolvimento e Neodesenvolvimento: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, 2012.

SAUER, SERGIO. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. 2008.

SAUER, SERGIO; LEITE, SÉRGIO. Expansão agrícola, preços e apropriação da terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. Vol. 50, n. n. 3, p. 503–524, 2012.

SAUER, SERGIO E BORRAS, SATURNINO. “Land Grabing” e “Green Grabing”: uma leitura da corrida na produção acadêmica sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, n. 23, 2016.

SENESI, SEBASTIÁN e NEYRA, FACUNDO. El Programa de Agronegocios y Alimentos de la Facultad de Agronomía de la Universidad de Buenos Aires (FAUBA). **Revista Mexicana de Agronegocios**. México: Cuarta Época. Año XIII. Volumen 24. enero-junio del

2009.

SILVA, OSVALDO HIDALGO E MOYANO, EDUARDO. Ação coletiva y asociacionismo agrário en Brasil. **Agricultura y Sociedad**, n. 68-69, 1993.

SOSA, ANDREA. **Agricultura y finanzas. Los vericuetos del capital financiero en el sector agropecuario del Mercosur en el siglo XXI**. 1 ed. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Literaria Ediciones, 2020.

SVAMPA, MARISTELLA. **Consenso de los Commodities, Giro Ecoterritorial y Pensamiento crítico en América Latina**. Disponível em: <https://maristellasvampa.net/archivos/ensayo59.pdf> (acesso em 13/10/2022), 2016.

TROTSKY, LEON. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TURCO, CLAUDIA SANTOS; PAIVA, EDUARDO NAZARETH. **Liberações comerciais de Organismos Geneticamente Modificados no Brasil**. Scientiarum História XX UFRJ, 2019.

WEFFORT, FRANCISCO. **O Populismo na Política Brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VILELLA, FERNANDO. Prólogo. En: VILELLA, Fernando; NEVES, Marco Fava; SENESI Sebastián e PALAU, Hernan. **Agronegócios en Argentina y Brasil: Una estratégia conjunta y una visión de futuro**. Buenos Aires: Editorial FAUBA, 2007.

VILULLA, JUAN MANUEL. Intermediación laboral en la agricultura pampeana argentina: trabajadores asalariados y contratistas. En: **Eutopia**, n 9, 2016.

WEBER, MAX. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

WESZ JR, VALDEMAR JOÃO. Cruzando Fronteiras: O mercado da soja no Cone Sul. **Teoria e Cultura**, v. 10, n. 2, 2015.

\_\_\_\_\_. **O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

WILLIAMSON, OLIVER. **Markets and Hierarchies**. New York Free Press, 1975.

\_\_\_\_\_. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. The Free Press, New York, 1985.

\_\_\_\_\_. **Transaction Cost Economics**. in Handbook of Industrial Organization, Vol I ed. R. Schmalensee e R. D. Willig. Elsevier Science Publ, 1989.

ZYLBERSZTAJN, DECIO e GIORDANO, SAMUEL RIBEIRO. A educação em agribusiness no Brasil. **Conjuntura Alimentos**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 22-26, 1992.

ZYLBERSZTAJN, DECIO. **Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma aplicação da Nova Economia das Instituições**. Tese de Livre Docência. São Paulo:



Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1995.

### **Fontes primárias**

AAPRESID. Gacetilla Informativa Siembra Directa. Rosario, n 4, jun, 1990.

AAPRESID. Gacetilla Informativa Siembra Directa. Rosario, n 13, ene-feb, 1992a.

AAPRESID. Gacetilla Informativa Siembra Directa. Rosario, n 14, abr, 1992b.

AAPRESID. Nueva comisión directiva de AAPRESID. Gacetilla Informativa Siembra Directa. Rosario, n 23, mar-abr, 1994a.

AAPRESID. Plan Prosuelo en Provincia de Cordoba. Gacetilla Informativa. Siembra Directa. Rosario: n. 24, mai-jun, 1994b.

AAPRESID. Siembra Directa, Agricultura de fin de siglo. Gacetilla Informativa Siembra Directa. Rosario, n 28, jan-fev, 1995a.

AAPRESID. Norman Bourlag con AAPRESID. Gacetilla Informativa Siembra Directa. Rosario, n 31, nov, 1995b.

AAPRESID. Programa Suelo 2000. Gacetilla Informativa. Siembra Directa. Rosario: n. 30, sep-oct, 1995c.

AAPRESID. Ley de Promoción de la Siembra Directa en Buenos Aires. Gacetilla Informativa. Siembra Directa. Rosario: n. 35, jul-ago, 1996.

AAPRESID. Los americanos quieren saber lo que hacemos. Gacetilla Informativa. Siembra Directa. Rosario: n. 37, abr, 1997a.

AAPRESID. Por qué AAPRESID dice sí a la Biotecnología? Gacetilla Informativa. Siembra Directa. Rosario: AAPRESID, n. 40, nov, 1997b.

AAPRESID. Hacer Siembra Directa tiene sus beneficios. Gacetilla Informativa. Siembra Directa. Rosario, n. 38, jun, 1997c.

AAPRESID. La desgravación impositiva. Gacetilla Informativa. Siembra Directa. Rosario n. 39, ago, 1997d.

AAPRESID. Nueva comisión de AAPRESID. Gacetilla Informativa Siembra Directa. Rosario, n 46, dic, 1998.

AAPRESID. Comenzaron los Cursos del Instituto de Capacitación. Gacetilla Informativa. Siembra Directa. Rosario: n. 42, abr, 1998b.

AAPRESID. Pioneros en Plantio Direto. Red de Innovadores Siembra Directa, n. 47, 1999.

AAPRESID. Biotecnología, una oportunidad estratégica para Argentina. Red de Innovadores. Siembra Directa. Rosario: n. 55, dic, 2000.

AAPRESID. Los “sin tierra” y la “red de redes”, claves de la agricultura actual. Gacetilla Informativa Siembra Directa. Rosario, n 59, Nov, 2001.

AAPRESID. Chaco en Acción. Red de Innovadores. Siembra Directa. Rosario, n. 67, jul, 2003.

AAPRESID. Siembra Sirecta en el Norte y el Sur. Red de Innovadores. Siembra Directa. Rosario: n. 67, jul, 2003.

AAPRESID. La sustentabilidad según Solbrig. Red de Innovadores Siembra Directa. Rosario, n 77, jun, 2005a.

AAPRESID. El Protocolo de Kyoto y la Agricultura. Red de Innovadores. Siembra Directa, n. 77, jun, 2005b.

AAPRESID. Empresas Familiares. La Sucesión. Red de Innovadores Siembra Directa, n 93, oct, 2008a.

AAPRESID. La visión sobre el conflicto desde la comunicación. Red de Innovadores. Siembra Directa, n. 93, oct, 2008b.

AAPRESID. Agricultura Certificada, n 93, oct, 2008c.

AAPRESID. AAPRESID crece y se renueva. Red de Innovadores Siembra Directa. Rosario, n 10, jun, 2009.

AAPRESID. Visita del Ministro de Agricultura de China. Red de Innovadores. Siembra Directa. Rosario: n. 104, dic, 2010.

AAPRESID. Memoria, balance y revisión de la directiva. Red de Innovadores Siembra Directa. Rosario, n 105, ene, 2011.

AAPRESID. INTA-AAPRESID una relación que crece dia-a-dia. Disponível em: <https://www.aapresid.org.ar/blog/inta-aapresid-una-relacion-que-crece-dia-a-dia/>, 2013. Acesso em: 18 de Setembro 2021.

AAPRESID. AAPRESID en Expoagro, 2014. Disponível em: <https://www.aapresid.org.ar/blog/tag/expoagro/>. Acesso em: 02, dez, 2020.

AAPRESID. Nos agrandamos, 2017. Disponível em: <https://www.aapresid.org.ar/blog/nos-agrandamos/>. Acesso em: 02, mar, 2021.

AAPRESID. Quienes Somos. Disponível em: [https://www.aapresid.org.ar/quienes\\_somos](https://www.aapresid.org.ar/quienes_somos). Acesso: 05, mai, 2018.

ABAG. Caderno ABAG 20 Anos; 2013.

ABAG. Embrapa completa 40 anos e homenageia parceiros. Informativo ABAG, n. 85, 2013b.

ABAG. História. Disponível em: <https://abag.com.br/institucional-abag-historia/>. Acesso 05, mai, 2018.

AGUIAR, ALICE E ALBUQUERQUE CAIO. Caminhos rurais. Em: Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto, n 130, dez, 2009.

AMAVET, Alejo. Siembra Directa en Pequeñas Propiedades. En: AAPRESID. Red de Innovadores. Siembra Directa, n. 56, feb, 2001.

ARANDA, DARIO. Funcionários transgenicos. La Vaca, 28, 03, 2015. Disponível em: <https://lavaca.org/mu86/funcionarios-transgenicos/>

ARANDA, DARIO. La corrupción transgenica. La Vaca, 02, jun, 2017a. Disponível em: <https://lavaca.org/mu112/la-corrupcion-transgenica/>

ARANDA, DARIO. El cuento de lo apolítico para hacer lobby. Pagina 12, 06, abr, 2017b. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/30126-el-cuento-de-lo-apolitico-para-hacer-lobby>

ARAÚJO, NEY BITTENCOURT. A quebra de paradigmas. Em: ABAG. Caderno ABAG 20 anos, 2013.  
ARP. Por la paz y por la vida. Revista La Rural. Asunción: ARP, ed 368, sep, 2020. Disponível em: <https://www.arp.org.py/files/REVISTA-RURAL-EDICION-SETIEMBRE-2020.pdf> . Acesso em 20, out, 2022.

BANCO MUNDIAL. Agricultura y Desarrollo Rural en Argentina. Temas Claves. Informe N. 32763 – AR, jun, 2006.

BEGNIS, ANDRÉS SYLVESTRE. La hora del empowerment, una actitud de vida. Disponível em: [http://www.produccion.com.ar/2004/04ago\\_06.htm](http://www.produccion.com.ar/2004/04ago_06.htm). Acesso: 15, out, 2021.

BOURLAG, NORMAN. Los productores pueden alimentar el mundo. En: AAPRESID. Red de Innovadores Siembra Directa. Rosario, n 101, abr, 2010.

CABALLERO, SANCHEZ. Entrevista. Canal Agrositio, 2011. Disponível em: <https://www.agrositio.com.ar/canal-agrositio/entrevistas/150279-tv-que-vision-en-comun-tienen-las-asociaciones-de-argentina-brasil-paraguay-y-uruguay-hacia-2050-con-h-a-m-sanchez-caballero>. Acesso em 20,jul, 2022.

CABALLERO, SANCHEZ. Grupo de Países Productores del Sur. CARI, 2013a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5kZYUu-iCfY>. Acesso em: 20, jul, 2020.

CABALLERO, SANCHEZ. Entrevista. CARI, 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cMdm1NNC8cA>. Acesso: 20, jul , 2020.

CABALLERO, SANCHÉZ. Entrevista. Agroanalysis, mai, 2017.

CANAL RURAL. Agronegócio apoia a terceirização da mão de obra, 2015. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/agronegocio-apoia-terceirizacao-mao-obra-56102/>. Acesso em 06, jun, 2022.

CANAL RURAL. Primeiros grãos de soja transgênica chegaram ao Brasil de forma ilegal na década de 90, 2013. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/primeiros-graos-soja-transgenica-chegaram-brasil-forma-ilegal-decada-25321>. Acesso em: 15 de dezembro 2020.

CANNING HOUSE. About us. Disponível em: <https://www.canninghouse.org/> Acesso em: 15,jul,2020.

CANO, JOSÉ. AAPRESID comparte sus experiencias con los productores del mundo. Gacetilla Informativa, Siembra Directa. Rosario: n. 49, jun, 1999.

CARVALHO. LUIZ CARLOS CORRÊA. A força da narrativa. Em: ABAG. Caderno 20 anos, 2013.

CARVALHO, LUIZ CARLOS CORRÊA. Luiz Carlos Corrêa Carvalho (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2013.

CAS. Consejo Agropecuario del Sur. Disponível em: <http://consejocas.org/consejo-agropecuario-del-sur/> . Acesso em: 15, jul, 2022.

CASADO, JOSÉ. Conflito no STF e no Congresso racha redutos eleitorais de Bolsonaro. Revista Veja, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/conflito-com-stf-e-congresso-racha-redutos-eleitorais-de-bolsonaro/> Acesso em: 20, jan, 2022.

CEBALLOS, CARLOS. Agricultura sin agricultores. Pagina 12. 10, jun, 2012. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/cash/40-6055-2012-06-10.html>

CETRÁNGOLO, HUGO. Argentina: Alimentos em vias de extinción. En: Página 12: Buenos Aires, 26, set, 2014.

CGFL. About us. Disponível em: <https://www.cairnsgroupfarmers.org/about.html>. Acesso em: 15, jul, 2022.

CLARIN RURAL. Los pioneros de la Directa, 2014. Disponível em: [https://www.clarin.com/rural/pioneros-directa\\_0\\_Sk-7U5ccwmx.html](https://www.clarin.com/rural/pioneros-directa_0_Sk-7U5ccwmx.html). Acesso: 20, out, 2020.

DAHER, EDUARDO. Entrevista: Rumo à Segunda Revolução. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto: n. 175, set, 2013.

FARM. A FARM completa 10 anos, 2007.

FARM. A FARM se reuniu em Chile e participou da XIX Reunião Ordinário do Conselho Agropecuario do Sul, 2010. Disponível em: <https://www.farmercosur.org/index.php/pt/novedades/noticias-anteriores/85-a-farm-se-reuniu-em-chile-e-participou-nxix-reuniao-ordinaria-do-conselho-agropecuario-do-sul-cas-22-de-outubre-2010> . Acesso em: 15, jul, 2022.

FARM. Manifiesto Mariano R. Alonso, 2013.

FARM. Historia de la Institución. Disponível em: <http://www.farmercosur.org/index.php/pt/institucional/historia-de-la-institucion>. Acesso em: 09, mai, 2020a.

FARM. Declaración ante la usurpación de la propiedad privada, 2020b.

FARM. Objetivos, 2022a. Disponível em: <https://www.farmercosur.org/index.php/pt/institucional/objetivos>. Acesso em: 20, out, 2022.

FARM. Estrutura Institucional, 2022b. Disponível em <https://www.farmercosur.org/index.php/pt/institucional/estrutura-institucional>. Acesso em, 20, out, 2022.

FAUBA. IV posgrado en Agronegocios Convenio FAUBA-AAPRESID. Em: Agrofy News, 2006. Disponível em: <https://news.agrofy.com.ar/noticia/59058/iv-posgrado-en-agronegocios-y-alimentos-convenio-fauba-aapresid>. Acesso em: 10, out, 2020.

FEBRAPDP. Museu do Plantio Direto. Boletim Informativo FEBRAPDP, n 50, out-dez, 2012.

FEBRAPDP. CAAPAS. Disponível em: <https://febrapdp.org.br/caapas>. Acesso em: 09, mai, 2020.

FEBRAPDP. CAAPAS: A força do bloco, 2021. Disponível em: <https://febrapdp.org.br/noticias/1125/caapas-a-forca-do-bloco>. Acesso em: 07, jul, 2022.

FEBRAPDP. Histórico, 2022a. Disponível em: <https://febrapdp.org.br/historico>. Acesso em: 07, jul, 2022.

FEBRAPDP. Diretoria Atual, 2022b. Disponível em: <https://febrapdp.org.br/diretoria-atual>. Acesso em: 07, jul, 2022.

FERREYRA, NORMA. Más de 30 políticos argentinos vinculados al negocio del agrotóxico. ALIANZA BIODIVERSIDAD, 12, oct, 2017. Disponível em: [https://www.biodiversidadla.org/Noticias/Mas\\_de\\_30\\_politicos\\_argentinos\\_vinculados\\_al\\_negocio\\_del\\_agrotoxico](https://www.biodiversidadla.org/Noticias/Mas_de_30_politicos_argentinos_vinculados_al_negocio_del_agrotoxico).

FIA. MBA Gestão de agronegócios, estratégia, transformação e tecnologia. Disponível em: <https://www.fiaonline.com.br/mba/gestao-de-agronegocios-estrategia-transformacao-e-tecnologia> Acesso: 10, nov, 2020.  
G1. Em São Paulo, irmão de Bush prega fim da tarifa ao Etanol brasileiro. Disponível em: [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL22578-9356,00-EM+SP+IRMAO+DE+BUSH+PREGA+FIM+DA+TARIFA+AO+ETANOL+BRASILEIRO.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL22578-9356,00-EM+SP+IRMAO+DE+BUSH+PREGA+FIM+DA+TARIFA+AO+ETANOL+BRASILEIRO.html), 2007. Acesso em: 03 de março 2020.

G1. Com alta de 6,4%, Agrishow 2019 encerra com R\$ 2,9 bilhões em volume de negócios, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/05/03/com-alta-de-64percent-agrishow-2019-encerra-com-r-29-bilhoes-em-volume-de-negocios.ghtml>. Acesso em: 07, jul, 2022.

GIORDANO, Samuel Ribeiro e REZENDE, Christiane Leles. Cadernos da Universidade Illy do Café. Volume 1. São Paulo: Edição: PENSA (FEA/USP) / FIA / Illy Café, 2003.

GPS. Grupo de Países Produtores del Sur, 2013. Disponível em: <https://vimeo.com/78256338>. Acesso em: 20, jul, 2022.

GPS. Quiénes Somos. Disponível em: <https://grupogpps.org/web/>. Acesso em 11, mai, 2020a:

GPS. Misión y visión. Disponível em: <https://grupogpps.org/web/mision-yvision/>. Acesso em 11, mai, 2020b.

GPS. Publicações do GPS. Disponível em: <https://grupogpps.org/pt/documentos-institucionales/>. Acesso em: 28, jan, 2020c.

GROBOCOPATEL, GUSTAVO. Yo soy un “sin tierra”. Entrevista. Pagina 12, 25, abr, 2004. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/cash/17-1282-2004-04-25.html>

GROBOCOPATEL, Gustavo. O que vem na agricultura segundo Gustavo Grobocopatel. Disponível em: <https://www.grupolosgrobo.com/por/ideias-para-transformar/midia/o-que-vem-na-agricultura-segundo-gustavo-grobocopatel>, 2018. Acesso em: 18 de setembro 2021.

GRUPO IDEA. Marcos Fava Neves é um dos nomes indicados para ministro da agricultura. Disponível em: <http://www.ideaonline.com.br/conteudo/marcos-fava-neves-e-um-dos-nomes-indicados-para-ministro-da-agricultura.html>. Acesso em: 20, nov, 2020.

HARVARD UNIVERSITY, DRCLAS. Annual Report 2001, 2001. Disponível em: <<https://drclas.harvard.edu/files/drclas/files/annualreport2001.pdf>. Acesso em: 14, dez, 2020.

IFAMA. Inaugural Symposium: Global Agribusiness for the 90’s. Boston, Massachusetts, 1991.

IFAMA. About IFAMA. Disponível em: <https://www.ifama.org/about>. Acesso em: 05, mai, 2019a.

IFAMA. IFAMA World Conferences, 2019. Disponível em: <https://www.ifama.org/IFAMA-Conferences>. Acesso em: 05, mai, 2019b.

IFAMA. Board of Members, 2021. Disponível em: <https://www.ifama.org/board-of-directors>. Acesso em: 12, dez, 2021.

JANK, MARCOS. Brasil e Ásia: o caminho para uma integração inteligente. Canal Um Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yItJtgGUYx8> Acesso em: 15, ago, 2022.

KOSSMAN, INGRID. Argentina: Alerta sobre el plan “soja solidária”. Alianza Biodiversidad, 8, jul, 2002. Disponível em: <https://www.biodiversidadla.org/Documentos/Argentina-Alerta-sobre-el-Plan-Soja-Solidaria>.

LEDUC, Eduardo. Logística brasileira em descompasso com a modernização da agricultura. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto, n 145, mar, 2011.

LIDE. LIDE 15 Anos, 2018.

LIDE. Sobre o LIDE, 2022a. Disponível em: <https://www.lideglobal.com/>. Acesso em: 15, mai, 2020.

LIDE. Unidades, 2022b. Disponível em: <https://lide.com.br/#unidades>. Acesso em: 20, out, 2022.

LOS GROBO. Ordem do Rio Branco. Gustavo Grobocopatel condecorado no Brasil. Disponível em: <https://www.gruposgrobobrasil.com/por/ideias-para-transformar/midia/ordem-do-rio-branco-gustavo-grobocopatel-produtor-decorado-do-brasil>. Acesso em: 11, nov, 2019.

LOVATELLI, Carlo. ABAG rejeita propostas para a reforma agrária. Disponível em: <https://www.suinculturaindustrial.com.br/imprensa/abag-rejeita-propostas-para-a-reforma-agraria/20070614-060207-2526>, 2007. Acesso em: 18, set, 2021.

MAPA. Agricultura Sustentável e Irrigação, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/camaras-tematicas-1/agricultura-sustentavel-e-irrigacao>. Acesso em: 07, jul, 2022.

MESQUITA, ARIOSTO. Trem dos Grãos. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto: n. 124, jun, 2009a.

MESQUITA, ARIOSTO. Turismo Rural em Rede. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto: n. 130, dic, 2009b.

MESQUITA, ARIOSTO. Reféns da Logística. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto, n. 157, mar, 2012.

METIFFOGO, JUAN CARLOS. Visita de productores españoles. Gacetilla Informativa. Siembra Directa. Rosario: n. 29, mar-abr, 1995.

MICHAELIS. Exótico. Editora Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/exotico>. Acesso: 15, ago, 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/camaras-setoriais-e-tematicas-do-mapa>. Acesso em: 10, jan, 2020.

NASTARI, PLINIO. Bagaço: Energia próxima ao mercado consumidor. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto, n. 130, dez, 2009.

O GLOBO. Justiça condena fabricantes de suco de laranja a pagar indenização trabalhista de R\$ 455 milhões, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/justica-condena-fabricantes-de-suco-de-laranja-pagar-indenizacao-trabalhista-de-455-milhoes-7948453>. Acesso em: 06, jun, 2022.

PAA. Carreras de especialización. Agronegocios y Alimentos. FAUBA. Disponível em: <http://epg.agro.uba.ar/carreras/carreras-de-especializacion/agronegocios-y-alimentos/>. Acesso em: 18, mai, 2019.

PALMA, GASTÓN FERNANDEZ. Biocombustibles: Visión desde los rastrojos. Red de Innovadores. Siembra Directa. Rosario: n. 78, ago, 2005.



PALMA, GÁSTON FERNANDEZ. Quo Vadis. Red de Innovadores. Siembra Directa. Rosario: n. 93, oct, 2008.

PARAGUAÇU, CELSO. Sucessão bem sucedida. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto, n 124, jun, 2009.

PAOLINELLI, ALYSSON. Entrevista. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio, Ribeirão Preto, n 152, out, 2011.

PENSA. Institucional. Disponível em <http://pensa.org.br/>. Acesso em: 02, mai, 2019.

PENSA. PENSA 30 anos, 2020. Disponível em: <http://pensa.org.br/pensa-30-anos/> Acesso em 25, nov, 2020.

PURDUE UNIVERSITY. Marcos Fava Neves. Disponível em: <https://agribusiness.purdue.edu/people/marcos-fava-neves/>. Acesso em: 10, mai, 2019.

REGÚNAGA, MARCELO ET AL. Food Security, Water Scarcity, the G-20 Agenda and the Strategic Role of Southern Cone Countries (Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay). Publicações GPS. Tigre: De Yeug, 2017.

RICCI, André. O Desafio do Escoamento. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto: n. 160, jun, 2012.

RODRIGUES, Roberto. Oportunidades para o Mercosul. Em: LOS GROBO. Grupo Los Grobo (1984 – 2009): 25 Anos Imaginando o Futuro. Disponível em: [https://www.grupolosgrobo.com/uploads/documents/LosGrobo\\_25anos\\_1.pdf](https://www.grupolosgrobo.com/uploads/documents/LosGrobo_25anos_1.pdf), 2009b. Acesso: 04, maio, 2019.

RODRIGUES, Roberto. “Defensivo Agrícola é Remédio”, diz ex-ministro da agricultura. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/videos/paginas-amarelas/defensivo-agricola-e-remedio-diz-o-ex-ministro-roberto-rodrigues/>>, 2019. Acesso em: 06, set, 2021.

RODRIGUES, ROBERTO. Entrevista. JCMaschietto, s/d. Disponível em: [http://www.jcmaschietto.com.br/index.php?link=entrevistas&sublink=entrevista\\_1](http://www.jcmaschietto.com.br/index.php?link=entrevistas&sublink=entrevista_1). Acesso: 13, out, 2021.

ROSENFELD, DENIS. Nosso agronegócio sob a tutela do Greenpeace, 2010. Disponível em: <https://sistemafaep.org.br/nosso-agronegocio-sob-a-tutela-do-greenpeace/>. Acesso em: 13, out, 2022.

RTRS. Objetivos. Disponível em: <https://responsiblesoy.org/sobre-la-rtrs?lang=pt-br#que-es>. Acesso em 15, jul, 2022.

RUIZ, Leonardo. Empresa a Céu Aberto. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto, n 175, set, 2013.

SAVENHAGO, Igor. Setor Pedre Atenção. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto: n. 175, set, 2013.

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA (SRB). História. Disponível em: <https://www.srb.org.br/historia/>. Acesso em: 12, out, 2022.



SOBCZAK, ADAIR. Antecipando os lucros. Panorama Rural. A Revista do Agronegócio. Ribeirão Preto, n 155, jan, 2012.

SOLBRIG, OTTO. Reflexiones en relación a la crisis. En: AAPRESID. Siembra Directa. Revista de AAPRESID. Rosario, n. 63, nov, 2022.

SOLBRIG, OTTO. La historia del concepto de paradigma en la ciencia y la agricultura. En: AAPRESID. Red de Innovadores Siembra Directa. Rosario, n 79, oct, 2005.

TRUCCO, VICTOR. Palabras del Presidente. En: AAPRESID. Gacetilla Informativa, n. 1, dic, 1989.

TRUCCO, VICTOR. Siembra Directa y Cambio Climático. En: AAPRESID. Red de Innovadores Siembra Directa. Rosario, n. 46, dic, 1998.

TRUCCO, VICTOR. Biodisel, una oportunidad para la Argentina. Red de Innovadores. Siembra Directa. Rosario n. 59, nov, 2001.

VILELLA, FERNANDO. El capital humano define la competitividad de una organización. Newsletter PAA, n. 9, ano 2, 2008. Disponível em: <https://mobile.sites.google.com/a/agro.uba.ar/newsletter-paa/newsletter-9/capital-humano>. Acesso em: 08, ago, 2022.

VILELLA, FERNANDO. Entrevista. TV Pública, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DCw7JZ2XHLw>. Acesso em: 15, ago, 2022.

VILELLA, FERNANDO. Generar una marca país, con eje en la producción sostenible de alimentos. En: CLARIN RURAL, 2019. Disponível em: [https://www.clarin.com/rural/generar-marca-pais-eje-produccion-sostenible-alimentos\\_0\\_5CsGMsx-m.html](https://www.clarin.com/rural/generar-marca-pais-eje-produccion-sostenible-alimentos_0_5CsGMsx-m.html). Acesso em: 08, ago, 2022.

VITTA, JAVIER E TUESCA, DANIEL. Sojas resistentes al glifosato. En: AAPRESID. Red de Innovadores. Siembra Sirecta. Rosario, n 67, jul, 2003.

WEDEKIN, Ivan. Ivan Wedekin (depoimento, 2012). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012.

ZYLBERSZTAJN, DECIO. Professor Decio Zylbersztajn é homenageado com o prêmio Deusa Ceres na ESALQShow. Em: CANAL RURAL. Fala Carlão. Disponível em: <https://blogs.canalrural.com.br/falacarlao/2018/10/09/professor-decio-zylbersztajn-e-homenageado-com-o-premio-deusa-ceres-no-esalq-show/> Acesso em: 10, dez, 2020.

## Anexo 1: Diretores da ABAG

**Nota Metodológica:** A presente relação de lideranças da ABAG compreende a totalidade daqueles que foram seus diretores entre 1993 e 2013 (ABAG, 2013).

<b>Nome</b>	<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>
<b>Ney Bittecourt de Araújo</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo Universidade Federal de Viçosa, Seminários de Agribusiness de Harvard, especialização na American Management Association
	Atuação empresarial	Agroceres
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	ABRASSEM , Membro da Associação Paulistas de Engenheiros Agrônomos
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Arturo José Furlong</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Wilson Sons SA, Dupont do Brasil, Grupo Bunge, SAMRIG Moinhos Riograndense
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Presidente da ABIOVE, Vice-Presidente da ABIA, Vice-Presidente da International Association of Seed Crushers (IASC), Associação Brasileira de Golfe Sênior
	Sociedade Política	
	Obs:	Nascido na Argentina, radicado no Brasil
<b>Alex Fontana</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Sadia
	Atuação acadêmica	

	Associações e Organizações da Sociedade Civil	ABEF
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Rui Polidoro Pinto</b>	Formação	
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	FARSUL, Federação das Cooperativas Agrícolas do RS (FECOAGRO)
	Sociedade Política	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva das Culturas de Inverno
	Obs:	
<b>Ubaldo Dantas Machado</b>	Formação	Agrônomo (ESAL/UFLA)
	Atuação empresarial	Sócio diretor da Brazilian Meat Business S/A
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	CEPLAC - Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira, CNIPEA (Centro Nacional de Inovação, Pesquisa, Extensão Rural, Equídeos e Agronegócios), Assessor da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp)
	Sociedade Política	Diretor da Embrapa
	Obs:	
<b>Antonio Herminio Pinazza</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo ESALQ, Doutor em Ciências Agrárias
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	Professor na UFSCAR e Universidade Metodista de Piracicaba
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Luiz Alberto Garcia</b>	Formação	Engenharia Eletrônica pela Escola Federal de Itajubá (EFEI). Especialização em universidades internacionais como: Global Business Leadership, Georgetown University (Washington-DC/

		USA), Insead (França), IMD (Lausanne/Suíça) e Harvard University (USA).
	Atuação empresarial	Presidente do Grupo Algar; Estágio na sede da Ericsson na Suécia
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	ACEL (Associação Nacional dos Prestadores de Serviço Móvel Celular), conselheiro da Fundação Orsa, FIEMG, IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) e da Fundap (Fundação de Pesquisas da Universidade Federal de Uberlândia).
	Sociedade Política	
	Obs:	Algar e família: sede e origem Mineira, sede em Uberlândia
<b>Nelson Mamede</b>	Formação	Administração Universidade Bennet
	Atuação empresarial	Presidente Ligo Brasil, Diretor Unipar Commerce, Sadia, Petrobras
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Produtos Orgânicos, Jornada Mundial de Juventude (Rio de Janeiro)
	Sociedade Política	
	Obs:	Origem: Rio de Janeiro
<b>Roberto Rodrigues</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo ESALQ
	Atuação empresarial	Produtor rural, proprietário Fazenda Santa Izabel, presidente da Coplana (Cooperativa de Produtores de Cana de Guariba), Presidente e fundador da Cooperativa de Crédito Rural dos Produtores de Cana de Guariba
	Atuação acadêmica	Professor da UNESP e FGV, Coordenador da GV Agro
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Presidente da OCB, Presidente da SRB, Consagro-Fiesp, LIDE Agronegócios, Presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), FAAB, CALQ, Conselheiro da Sociedade dos Técnicos Açucareiros do Brasil, da Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias. Associação de Fornecedores de Cana de Guariba.
	Sociedade Política	Ministro da Agricultura, Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo

	Obs:	Filho de liderança política de produtores rurais e cooperativistas do Estado de São Paulo
<b>Pedro Carlos de Brito</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Pecuarista
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Petrus A. Henricus Hermans</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Sócio-administrador da Escola de Negócios Alphaville
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Cesar Borges de Souza</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Caramuru Alimentos
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Associação Brasileira de Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados (Abrange)
	Sociedade Política	
	Obs:	Origem: Empresa familiar, Itumbiara, GO
<b>Cristiano Walter Simon</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo ESALQ; Pós-graduação em administração na FGV e na Escola Superior de Guerra
	Atuação empresarial	Membro do Conselho de Administração da Iharabras - Indústria Química S/A, Dow Química Brasil e América Latina, Hoescht do Brasil
	Atuação acadêmica	membro suplente na Congregação da ESALQ/USP, representando os antigos alunos (2000/2002)

	Associações e Organizações da Sociedade Civil	CEALQ, ADEF, AEASP (Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo), FICASUR - Federação da Indústria e Comércio de Agroquímicos do Cone Sul, vice-presidente da Associação de Ex-Alunos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Adealq) (2007-2009); membro titular do Conselho Curador da FEALQ - Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (1996/99) e (2002/2005); membro do Comitê Permanente dos Congressos Internacionais de Proteção de Plantas (1988/99); membro do Conselho Editorial da Revista "Panorama Rural" (2004/2008); coordenador do Sub-Grupo de Produtos Fitossanitários do Fórum Nacional de Agricultura (1995/98); membro fundador do WWF (Fundo Mundial para Natureza) - Brasil (1999); membro do Conselho Deliberativo da AEASP - Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (1995/2009). Membro do Conselho Curador da FEALQ (Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz); membro do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP; membro suplente do Conselho Diretor do INPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias); membro do Conselho Deliberativo do ARES - Instituto para o Agronegócio Responsável.
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Francisco Matturo</b>	Formação	FEFIARA
	Atuação empresarial	Jumil
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Luiz Carlos Correa</b>	Formação	ESALQ (1973)
	Atuação empresarial	Diretor da Consultoria Canaplan, Fundador da Bioagência, Diretor

<b>Carvalho</b>		do Grupo Alto Alegre. Diretor da ÚNICA e da AIAA Indústria de Açúcar e do Alcool do Estado de São Paulo, Usina Alto Alegre
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Membro do conselho do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq). Conselho da União dos Produtores de Açúcar e Alcool (UDOP), Presidente da Academia Nacional da Agricultura. Conselho Superior do Agronegócio (FIESP)
	Sociedade Política	Funcionário da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora, Programa Nacional da Cana de Açúcar (Planalsucar) e Comissão Executiva Nacional do Alcool do IAA. Presidente da Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool
	Obs:	Origem: São Paulo, primo de Roberto Rodrigues
<b>Mario Barbosa</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Bunge Fertilizantes, Vale Fertilizantes
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Associação Brasileira de Criadores de Cavalos da Raça Mangalarga (ABCCRM), ANDA
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Raul Gilberto Corte</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Agribusiness Comunicação, Assessoria e Consultoria, Companhia Brasileira de Marketing. ASK Comercial e Produções, RDS Restaurante e Eventos EIRELI
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	

<b>Carlo Lovatteli</b>	Formação	Físico pela USP. Especialização em Física Nuclear. Pós-graduação em Administração pela FGV
	Atuação empresarial	Bunge
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Abiove, membro da COSAG – Conselho Superior do Agronegócio – FIESP, do Fórum Nacional da Indústria da CNI – Confederação Nacional da Indústria e do Conselho de Competitividade Setorial de Agroindústria – Plano Brasil Maior (MDIC). É Vice-Presidente do Conselho e Diretor do Mozarteum Brasileiro e coordena o projeto Música em Trancoso. É membro do conselho do MASP – Museu de Arte de São Paulo.
	Sociedade Política	Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel, Câmara Temática de Infraestrutura e Logística; Câmara Temática de Insumos Agropecuários.
	Obs:	Mãe inglesa, pai Conde italiano, esposa Alemã
<b>Evaristo Camara Machado Netto</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Agropecuária
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Ocesp
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Felix Schouchana</b>	Formação	Economista
	Atuação empresarial	BM&F , Diretor na Market FS Consultoria e Treinamento Ltda
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
	Formação	Engenheira Agrônoma Unesp, Mestra em Engenharia de Produção



<b>Monika Bergamaschi</b>		Agroindustrial Ufscar, MBA Gestão de Empresas (USP)
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	LIDE, ARES, SRB, Consagro/Fiesp, IBISA (Instituto Brasileiro para a Inovação e Sustentabilidade no Agronegócio),
	Sociedade Política	Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e Secretaria Executiva do Conselho do Agronegócio do MAPA, Câmaras Setoriais do MAPA sobre Biodiesel, das Oleaginosas e da Citricultura e na Câmara Temática do MAPA sobre Negociações Agrícolas Internacionais, Câmara Temática sobre Insumos Agropecuários
	Obs:	De família de médicos e professores. Ingressou no mundo do agronegócio através de sua formação. Foi aluna de Roberto Rodrigues na graduação.
<b>Shiro Nishimurax</b>	Formação	Agronomia pela UNESP
	Atuação empresarial	Grupo Jacto e Fazenda Araponga (Gado Nelore)
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Conselho Superior do Agronegócio (FIESP), ABIMAQ, Incentivador e responsável pela participação de diversas empresas da CSMIA nas Feiras de Guanajuato (México), Expochacra (Argentina) e Nampo Show (África do Sul)
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Urbano Campos Ribeiral</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo, PhD em genética e melhoramento de plantas pela Universidade de Purdue,
	Atuação empresarial	Fazenda Jumari 3, Pecuarista, Presidente da Agrocere, Fertibras AS Adubos e Inseticidas
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	

	Obs:	Cunhado de Ney Bittecourt
<b>Alexandre Vieira Abbud</b>	Formação	Formação secundário no Instituto Adventista de Ensino (São Paulo - SP), Engenheiro Agrônomo ESALQ
	Atuação empresarial	Dow Química, Customer House Consultoria Avançada LTDA
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, SRB
	Sociedade Política	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja, Câmara Setorial da Carne Bovina
	Obs:	
<b>Alexandre Enrico Figliolino</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo ESALQ
	Atuação empresarial	Presidente e Diretor do ITAU BBA, Consultoria MB Agro, Consultoria para Odebrecht Agroindustrial, Figliolino & Piza Neto Consultoria Empresarial
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Fundador do Partido NOVO
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Ingo Ploger</b>	Formação	Graduado em Engenharia Mecânica na Alemanha pela Universidade Tecnológica de Darmstadt com pós-graduação em Ciências Econômicas e do Trabalho realizada na Universidade Tecnológica de Munique
	Atuação empresarial	Companhia Melhoramentos, Consultoria IPDES, Varig, Kaiowa, Hamburg SUD, EMBRAER, Bosh
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Conselho Empresarial da América Latina
	Sociedade Política	
	Obs:	

<b>Jorge Oliveira Rodrigues</b>	Formação	
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Luiz Lourenço</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Presidente Cocamar
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Ocepar
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Mario Fiortti</b>	Formação	
	Atuação empresarial	AGCO Massey Ferguson
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Presidente da ANFAVEA (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores)
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Pérsio Luis Pastre</b>	Formação	Engenheiro Metalúrgico
	Atuação empresarial	Case New Holland (CNH)
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Anfavea
	Sociedade Política	
	Obs:	
	Formação	Graduação em Engenharia Química na FEI - Centro Universitário

<b>Weber Porto</b>	Atuação empresarial	Degusa/Matacril, Presidente da Degusa Brasil, América Latina, Grupo Evonik
	Atuação acadêmica	Conselho curador da Fundação Dom Cabral
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim)
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Eduardo Soares de Camargo</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Trabalhou no Grupo Pão de Açúcar e Frigorífico Minerva
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Diretor da SRB, Membro COSAG/FIESP
	Sociedade Política	Coordenador da Defesa Agropecuária na Secretaria Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; Fundação Florestal - Secretaria do Meio Ambiente; Câmara Temática de Infraestrutura e Logística
Obs:		
<b>André Pessoa</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo UFV, Mestre em Economia Aplicada ESALQ
	Atuação empresarial	Grupo Agroconsult, Conselheiro de Administração da SLC Agrícola SA, da Coplana Cooperativa Agroindustrial e da IHARA SA e membro do Conselho Consultivo da Agroterenas SA, Agrifirma Brasil Agropecuária, BBM (Bolsa Brasileira de Mercadorias), AMATA SA, Consultor AMB Associados
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Consagro/Fiesp, Conselho consultivo ABIMAQ, membro do Conselho do CIB (Conselho de Informações de Biotecnologia), membro do Conselho de Administração do OEmp - Observatório do Empreendedor e membro suplente do Conselho Curador da Fundação CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras.

	Sociedade Política	
	Obs:	Sócio de Marcos Jank e André Nassar (PENSA)
<b>Christian Lohbauer</b>	Formação	Bacharel em Comunicação Social ESPM, Mestre e Doutor em Ciência Política USP, Pós-graduação na Universidade de Bonn, Alemanha
	Atuação empresarial	Diretor da Bayer
	Atuação acadêmica	Ministrou cursos nas Universidades Mackenzie e no curso de pós-graduação Santiago Dantas, membro do Grupo de Análise Internacional da Universidade de São Paulo (GACINT/IRI/USP)
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Presidente da Crop Life Brasil, Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), Associação Brasileira de Proteína (ABPA), Associação Brasileira de Empresas de Engenharia de Fundações e Geotecnia (ABEF), gerente de Relações Internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Partido Novo (candidato a vice na chapa com João Amoedo). Membro do Conselho Empresarial para a América Latina
	Sociedade Política	Secretário Adjunto de Relações Internacionais do Município de São Paulo
	Obs:	
<b>Eduardo Daher</b>	Formação	Graduação Economia USP e Administração FGV. Pós-graduação em Marketing.
	Atuação empresarial	Companhia Paulista de Fertilizantes, Norton Publicidade, CFO, Macrosector Consultoria
	Atuação acadêmica	Ministra aulas na ESALQ e na FGV
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	ANDA, ANDEF, Cosagro/fiesp, Conselheiro ABMR&A
	Sociedade Política	Câmara Temática de Insumos Agropecuários
	Obs:	origens: São Paulo, família de tradicionais exportadores de café do vale do Paraíba
<b>Glauber Silveira da Silva</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo UFMS, Pós-graduação em Agronegócio FGV e Engenharia de Segurança do Trabalho

	Atuação empresarial	Apresentador do Canal Rural
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Aprosoja, Abramilho, Arefloresta, ARES, Aliança Internacional dos Produtores de Soja (ISGA)
	Sociedade Política	Câmara Setorial da Soja , Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (Imea), Movimento Pró-logística em Mato Grosso, Secretário de Agricultura de Campos de Júlio (MT)
	Obs:	
<b>Marcello Britto</b>	Formação	Engenheiro de Alimentos do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos, Mestrado em Estratégia e Ciência da Administração na Université Pierre Mensdès-France, Grenoble. Specializations from the Palm Oil Research Institute of Malaysia in Kuala Lumpur - Malaysia and Federation of Oils, Fats and Seeds Association of London – England
	Atuação empresarial	CEO Agropalma
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Aprosoja, Abramilho, Arefloresta, ARES, Aliança Internacional dos Produtores de Soja (ISGA)
	Sociedade Política	Consultor da EMPRABA para Óleo de Palma, Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Óleo de Palma
	Obs:	
<b>Luiz Antonio Pinazza</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo ESALQ, Mestrado Economia Rural ESALQ, Seminários de Agribusiness de Harvard
	Atuação empresarial	Banespa, Companhia Paulista de Fertilizantes (Copas), Agroceres, Consultoria Correnteza Gestão e Investimentos Rurais
	Atuação acadêmica	Professor da FGV e Editora Executivo da Revista Agroanalysis
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Conselho Científico para a Agricultura Sustentável, IEAG
	Sociedade Política	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel; Câmara Temática de Insumos Agropecuários do MAPA

	Obs:	Cursou o ensino fundamental e médio nos Colégio presbiteriano Piracicabano e Colégio Monsenhor Jerônimo Galo
<b>Ivan Wedeckin</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo ESALQ, Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola FGV
	Atuação empresarial	Diretor da Agrocere, Diretor de Commodities da BM&F Bovespa, Comentarista do Canal Rural, CEO da Bolsa Brasileira de Mercadorias, RCW Consultores, Banco Bandeirantes
	Atuação acadêmica	Engenheiro Agrônomo da FGV
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Diretor da Sociedade Rural Brasileira
	Sociedade Política	Secretário Nacional de Política Agrícola do MAPA, Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio, Câmara Setorial da Carne Bovina
	Obs:	

## Anexo 2: Diretores da AAPRESID

**Nota metodológica:** O universo de dirigentes aqui pesquisados compreende os nomes presentes em três gestões diferentes da diretoria da AAPRESID, relativos aos anos de 1998, 2008, 2011 (AAPRESID, 1998; 2008; 2011), acrescido do nome de Gustavo Grobocopatel, que foi diretor da entidade entre 2000 e 2008 (LIAUDAT, 2018).

<b>NOME</b>	<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>
<b>Victor Trucco</b>	Formação	Bioquímico pela Universidad Nacional de Rosario (UNR)
	Atuação empresarial	Produtor de Soja, milho e trigo; Fundador e Presidente da Empresa de Biotecnologia Bioceres
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Confederación de Asociaciones Americanas para la Producción de la Agricultura Sustentable (CAAPAS)
	Sociedade Política	Subsecretario de Recursos Naturales de la Provincia de Santa Fe; membro do Consejo Agro Exportador (Fundación ExportAR de la Cancillería Argentina); premiado pelo Ministério da Economia da Argentina e da Agricultura do Paraguai pelo trabalho de desenvolvimento da agricultura e difusão da Siembra Directa; participou de diversos eventos nacionais e internacionais sobre agricultura de conservação e biotecnologia promovidos por diferentes entidades públicas e privadas, bem como organismos multilaterais. Destaque para o seminário promovido pelo David Rockefeller Center for Latin American Studies, da Universidade de Harvard.
	Obs:	Origem: Família de produtores de Santa Fé
<b>Heri Rosso</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Produtor da região de Marcos Juarez
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	



	Obs:	Família de produtores. Um dos pioneiros que ajudaram na transferência da S.D para a Argentina
<b>Luis Giraudo</b>	Formação	Escribano (notário)
	Atuação empresarial	Produtor agropecuário, Presidente La Segunda Coop. Ltda. de Seguros Generales
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Diretor da Sociedade Rural Argentina, Membro do Conselho da Confederación Interooperativa Agropecuária Cooperativa Limitada (CONINAGRO)
	Sociedade Política	
	Obs:	Origens: departamento de Catellon, Santa Fé. Primário e Secundário em Rosaário. Pai proprietário e corretor de imóveis rurais. Amizade escolar com Victor Trucco durante a adolescência.
<b>Mario Chesta</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo
	Atuação empresarial	Trabalhou em uma cooperativa de Marcos Juarez , Herdou terras da família e passou a se dedicar à produção agropecuária em Entre Rios
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	Nascido em Marco Juarez
<b>José Araya</b>	Formação	
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
	Formação	

<b>Pablo Spelazón</b>	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Rogelio Fogante</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo pela Universidad Nacional de Rosario, Mestre em Genética Vegetal
	Atuação empresarial	Presidente da Empresa Agro Sudeste, trabalhou com Norman Bourlag, Sócio-fundador de Bioceres
	Atuação acadêmica	Professor e Decano da Facultad de Agronomía de la UNR
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	Pesquisador e Extensionista do INTA
	Obs:	Nascido em Santa Fé mas com origens como produtor rural em Marcos Juárez
<b>Hugo Ghio</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo
	Atuação empresarial	Diretor de Bioceres, Produtor e proprietário dos estabelecimentos Don Osvaldo e Los Chañaritos, Córdoba
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Socio Fundador Fundación Campo
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Nicolás Milatichi</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo Universidad Nacional de La Plata
	Atuação empresarial	Presidente de empresa familiar em produção agrícola
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	

	Obs:	Vive em Arequito, Santa Fé. Se considera um pequeno produtor (em comparação com alguns membros de AAPRESID).
<b>Gastón Fernandez Palma</b>	Formação	Médico Universidad de Tucumán
	Atuação empresarial	Produtor na zona de Necochea, sul da província de Buenos Aires
	Atuação acadêmica	Conselho Consultivo MBA Agronegócios Universidad Austral
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	MAIZAR, MAIZALL
	Sociedade Política	
	Obs:	Nascido em Tucumán
<b>Roberto Peiretti</b>	Formação	Engenehiro Agrônomo, Doutor Honoris Causa Universidad Nacional de Córdoba, Master in Science Oklahoma State University.
	Atuação empresarial	Produtor Agropecuário ( milho, soja, trigo, cevada, aveia, sorgo e girassol) de quarta geração de sua família, CEO Roberto Peiretti and Associates, Consultor. Sócio-fundador de Bioceres. Propriedade em Cruz Alta, Córdoba.
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	CAAPAS, Global Farmer Network, Word Association of Soil and Water Conservation (WASWAC)
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Jorge Romagnoli</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Grupo Romagnoli, Sócio fundador de Bioceres, Produtor na região de Monte Buey, Córdoba
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
	Formação	

<b>Horacio Agüero</b>	Atuação empresarial	Com origem produtiva em Marco Juárez, é um grande produtor no Norte da Argentina, na região de fronteira agrícola de El Chaco
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>César Belloso</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo UBA
	Atuação empresarial	Produtor agropecuário em Pergamino (Província de Buenos Aires), Fundador da Don Mario Semillas, Presidente Agritest, Sócio-fundador de Bioceres
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	Origem: Chacabuco, sede da Don Mario
<b>Alberto Marchioni</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Produtora de Sementes ALM (Alberto Lujan Marchioni)
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Horacio Scuriatti</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo
	Atuação empresarial	Proprietário, prestador de serviços agropecuários, Produtor de Soja, Milho, Trigo, Cevada em Bombal, Santa Fé. Sócio-fundador de Molino Marol SRL, Consultora SD
	Atuação acadêmica	Comisión del Centro Universitario de Firmat
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	

	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>José Marull</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Produtor de Soja, Milho e Trigo em La Beba
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	Proveniente de tradicional família de pecuaristas, Parentes na ASA, ACTA e Escola de Negócios da Universidad Austral
<b>Telmo Trossero</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo
	Atuação empresarial	Produtor Agropecuário. Referência na AAPRESID para rotação de culturas com pecuária.
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	Origem: Sul de Santa Fé. Vive e produz em San Martin, Entre Rios. Filho e neto de pequenos produtores agropecuários.
<b>Miguel Lucero</b>	Formação	Doutor em Medicina e Biologia Molecular. Estudou e pesquisou nas seguintes instituições: CONICET, Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (INSERM), Medical Research Council (MRC), Centre National de la Recherche Scientifique, Universidad Nacional de Rosario (UNR), Institut Curie, Oxford University, Institut Pasteur. Consultor em Biotecnologia da Université de Technologie de Compiègne.
	Atuação empresarial	Bioceres
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	

	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Martin Ambrogio</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo da Uiveridad Nacional de Rosario
	Atuação empresarial	Produtor Agropecuário do Sul de Santa Fé
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Delegado da Sociedade Rural Argentina, Vice presidente da ACSOJA, Membro da Subcomisión Forraje de MAIZAR
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>María Beatriz Giraudó</b>	Formação	Engenheira Agrônoma Universidad Nacional de Rosario, Especialização em Alta Direção de Agronegócios PAA/FAUBA
	Atuação empresarial	Produtora Soja, Milho, Trigo, Cevada, Sorgo, Pecuária, Cultura Privada, Banco de Alimentos de Venado Tuerto
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Fundación Darse Cuenta, Fundación CONIN Membro da Rede #Mujeres Rurales, Global Conservation Agricultural Network
	Sociedade Política	Coordinadora de Políticas Públicas para el Desarrollo Sustentable del Ministerio de Agricultura, Ganaderia y Pesca, membro Conabia
	Obs:	
<b>Pablo López Anido</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo Universidad Nacional de Rosario
	Atuação empresarial	Produtor da Região de Bandera, Santiago del Estero
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Diretor adjunto da Red de Conocimiento de Malezas Resistentes (REM)
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Javier Amuchastégui</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Produtor rural, Presidente de Tecnocampo
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da	Comunidad Agroalimentaria de Córdoba

	Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Gabriel Pelizzon</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo da Universidad Nacional de Córdoba, Pós-graduação em alta direção de agronegócios PAA/FAUBA
	Atuação empresarial	Produtor, Bioceres
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Juntos Por El Cambio
	Sociedade Política	Se candidatou a deputado federal
	Obs:	
<b>German Fogante</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo
	Atuação empresarial	Produtor rural, Agrosudeste
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	ACSOJA
	Sociedade Política	
	Obs:	Filho de Rogelio Fogante
<b>Ronald Kuhlmann</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo pela Universidad Nacional de Mar del Plata
	Atuação empresarial	Proprietário e administrador da empresa Ronaldo G. Kuhlmann, Las Araucarias, Semillero Andino, Biocombustibles TA, Banco Wells Fargo
	Atuação acadêmica	Comisión Directiva de la Escuela Agropecuária de Tres Aroyos
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	Comitê coordenador do convenio de Trigo INTA-Bioceres, Colaborador del Plan Ganadero de la Provincia de Neuquen
	Obs:	Origens: Neuquen
<b>German Di Bella</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo Universidad Nacional de La Plata
	Atuação empresarial	Presidente da Biolétrica SA, Diretor Bioethanol Rio Cuarto (Bio4),

		FocSeed Isumos Agropecuários, Produtor agropecuário (Etanol e Biogas em Rio Cuarto, Olivos em San Juan, Ganadera en Formosa, funcionário da Pioneer Semillas
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Fundación Agropecuaria para el Desarrollo de Argentina (FADA)
	Sociedade Política	Eleito vereador de Rio Cuarto por Hacemos por Córdoba
	Obs:	
<b>Santiago Lorenzatti</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo, Mestre em Agronegócios PAA/FAUBA
	Atuação empresarial	Diretor Okandu SA, Consultor em Socio-Diretor AXOD/IKATU, Socio-Fundador Bioceres AS
	Atuação acadêmica	Docente do PAA/FAUBA
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>José A. Bruzio</b>	Formação	
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Diego Heirich</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo da Universidad Nacional de Mar del Plata, MBA Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires
	Atuação empresarial	CEO Carnes Validas, Sócio DMH Agrosolutions, Consultor Sobek, Frontera Sustentable AS, Altos Cruces, Consultor Compañía General de Proyectos, Sempio & Heinrich. Aprogan Necochea
	Atuação acadêmica	



	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Vice-presidente MAIZAR, Comisión Directiva ASAGIR
	Sociedade Política	Colaborador do Plano Rosario Metropolitana da Prefeitura de Rosario
	Obs:	Familia de pecuaristas
<b>Juan Carlos Mettifogo</b>	Formação	
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Pedro Vigneau</b>	Formação	Economia Agropecuária Universidad de Belgrano
	Atuação empresarial	Produtor Agropecuário em Bolívar
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Global Farmer Network, Sociedad Rural de Bolívar
	Sociedade Política	Sub-secretario de mercados agropecuarios del Ministerio de Producción y Trabajo
	Obs:	
<b>Daniel Canova</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo UBA, Mestre em Ciencias del Suelo
	Atuação empresarial	Diretor técnico e assessor de estabelecimentos agropecuários no sul de Santa Fe, norte de Buenos Aires e Uruguai. Coordenador e assessor de um grupo de SD em General Pinto – Ameghino (Buenos Aires) desde 1993, Estudio Vollert Wilken y asociados.
	Atuação acadêmica	Universidad Nacional de Lomas de Zamora, Conselho de Assessores do Programa de Agronegócios da Universidad Austral
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	MAIZAR, Asociación Argentina de la Ciencia del Suelo, Asociación de Ingenieros Agrónomos del Norte de Buenos Aires, Colegio de Ingenieros Agrónomos del Sur de Santa Fe.

	Sociedade Política	Gabinete Técnico Asesor de la Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de La Nación
	Obs:	Origem/nascimento: La Plata
<b>Gustavo Grobocopatel</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo FAUBA, estudou European Production Systems and Agriculture na Iowa State University.
	Atuação empresarial	Los Grobo, Bioceres
	Atuação acadêmica	Presidente da Fundação FAUBA, Professor da FAUBA, Conselho da Escola de Graduados em Administração e Direção de Empresas - EGADE (México), Conselho da Fundação Dom Cabral (Brasil), Conselho Econômico da Universidade Torquato Di Tella
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Diretor AAPRESID, AACREA, Asociación Empresaria Argentina. Presidente ASAGIR. Capítulo Argentino IFAMA. Presidente do LIDE Agronegócios Argentina. Fundación Avina.
	Sociedade Política	Conselho do Ministério da Educação e Comissão assessora de especialistas do Ministério das Ciências, Tecnologia e Inovação Produtiva. Recebeu o prêmio "Ordem do Rio Branco" do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Câmara Argentina de Biotecnologia. Conselho de Diretores de Escolas do Bicentenário. Conselho Assessor da Fundação ExportAR
	Obs:	Origem: Carlos Casares; Família de origem Ucrâniana
<b>Edmundo Nolan</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo FAUBA
	Atuação empresarial	Gerente de produção Adecoagro
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Bernardo Romano</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo
	Atuação empresarial	Família de produtores em SD de Chivilcoy, Norte de Buenos Aires.
	Atuação acadêmica	

	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Edgar Ramirez</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>David Roggero</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo
	Atuação empresarial	Produtor na província de Córdoba
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Miguel Angel Alvarez</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo
	Atuação empresarial	Produtor da região de Lincon, no norte de Buenos Aires. Proprietário da empresa engorde La Loma. Diretor de Suelos del Sur, Desinagro e Estagro.
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Alejandro O'Donell</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo e MBA em Direção de Empresas pela Universidad Católica de Córdoba
	Atuação empresarial	Proprietário de Frontera Agropecuária e de Siembras y Cosechas,

		empresas de prestação de serviços agropecuárias em terras arrendadas. Também foi assessor da Saraelal S.A. e da Fidesur S.A.
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>José Galvano</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Produtor na região de Marco Juarez, Inriville e Los Sugentes
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Charlie Vander Straten</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Tem campo e produz em Lincon, Província de Buenos Aires; Administrador de Frontera Oeste S/A.
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Mesa Argentina de Carne Sustentable (Seção Argentina da Global Round Table For Sustainable Beef)
	Sociedade Política	
	Obs:	Origem: Lincon, Província de Buenos Aires
<b>Alejandro Petek</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo FAUBA
	Atuação empresarial	Estudio Agronômico Petek; Gerente Técnico Consultora del Oeste; Representante técnico regional Agra Cross S/A
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	Conabia
	Obs:	

<b>Andrés Garciarena</b>	Formação	
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	Origem: Regional 25 de Mayo. Irmão de Ignacio de Garciarena, Diretor Nacional de Agricultura no Ministério de Agroindustria
<b>Santiago Marini</b>	Formação	
	Atuação empresarial	Produtor na região de Mar del Plata. Estabelecimento La Marieta com + de 1000 ha
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	

### Anexo 3: Professores do PENSA

**Nota Metodológica:** A presente relação de professores se refere ao conjunto de pesquisadores indicados como parte da equipe do PENSA em sua página na internet, além de alguns outros nomes reconhecidos pelo próprio programa<sup>54</sup> e pelos estudos existentes como membros históricos (PINTO, 2010; MENDONÇA, 2017).

Nome	Categoria	Descrição
<b>Decio Zylbesrtajn</b>	Formação	Estudou em escola pública. Engenheiro Agrônomo pela ESALQ/USP. Mestre em Economia Agrária pela FEA/USP, Mestre em Economia pela Universidade da Carolina do Norte e Doutorado em Economia pela Universidade da Carolina do Norte. Livre Docente pela FEA/USP.
	Atuação empresarial	Agroceres
	Atuação acadêmica	Foi professor visitante nas Universidades da Califórnia (USA), Wageningen (Holanda), Perugia e Benevento (Italia). É professor titular na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. Professor Visitante no PAA/FAUBA
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Conselho Científico do Agro Sustentável (CCAS), IFAMA
	Sociedade Política	
	Obs:	Nasceu no Bairro do Bom Retiro, São Paulo-SP. Filho de imigrantes

<sup>54</sup> Disponível em: <http://pensa.org.br/pensa-30-anos/> (acesso em: 10/10/2020).

		judeus vindos da Europa durante a Segunda Guerra Mundial.
<b>Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo ESALQ/USP, Especialização em Administração pela FGV, Mestrado em Administração pela FEA/USP, Doutorado em Administração pela FEA/USP, Pós-Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas FEA/USP.
	Atuação empresarial	Consultor de Empresas do IBGC e Coordenador do Curso da FIA Governança em Empresas de Controle Familiar.
	Atuação acadêmica	Professor da FEA/USP
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Conselheiro e Diretor do IBGC
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Marcos Fava Neves</b>	Formação	Curso secundário no Colégio Luis de Queiroz, Piracicaba. Engenheiro Agrônomo pela ESALQ/USP, Mestre em Administração pela FEA/USP, Doutor em Administração pela FEA/USP, Livre-Docente pela FEA-USP. Diversos cursos de formação complementar - Perdue University (EUA), Florida International University (EUA), Harvard Business School (EUA), INALDE Business School (Colombia), Syngenta Foundation South East Asia (India), Wageningen University (Holanda), Instituto de Gestão Agroalimentar (França).
	Atuação empresarial	Fundador e Presidente da Markestrat. CEO Inova Biofuels. Foi membro de conselhos de organizações tais como Lagoa da

		Serra/CRV, Renk Zanini, Inova, Láctea Brasil, Associação Mundial de Agronegócios e da Cooperativa Coplana. Assessoria e consultoria para Vallé S.A., Botucatu Citrus, Zilor, SEBRAE, Vittia, Ouro Fino Agrociência.
	Atuação acadêmica	Professor Titular de Planejamento e Estratégia da FEA/USP em Ribeirão Preto, lecionando mais de 80 disciplinas de graduação e 15 de pós-graduação. Coordenou 35 turmas de MBA na USP, ministrando mais de 300 aulas nos principais MBA's do Brasil. É também professor visitante internacional da Universidade de Buenos Aires (desde 2006) e da Purdue University, EUA (desde 2013). Participou de mais de 70 Congressos no exterior. Coordenador do PENSA – Programa de Agronegócios da USP – (de 2005 a 2007). Chefe de Departamento de Administração da FEA-RP. Professor na FGV. Professor na FUNDACE - Fundação para o Desenvolvimento da Administração Contabilidade e Economia.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Diretor da SNA. Assessor e conselheiro da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), Fundecitrus - Fundo de Defesa da Citricultura, ORPLANA - Organização das Associações de Produtores de Cana do Brasil, Citrus BR - Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos, Associação Brasileira de Criadores de Súinos (ABCS), CanaOeste (Associação dos Produtores de Cana do Oeste de São Paulo), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), União das Indústrias de Cana de Açúcar (UNICA), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), SEBRAE; IFAMA.



	Sociedade Política	Consultoria Embrapa
	Obs:	Pertence a uma família de engenheiros agrônomos e empresários rurais do interior de São Paulo. Seu pai, Evaristo Marzabal Neves, foi professor da ESALQ, de onde saiu para cursar um pós-doutorado na Perdue University, em West Laffayette, Indiana, EUA.
<b>Marcos Sawaya Jank</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo pela ESALQ. Fez mestrado no Centro Internacional de Altos Estudos Agronômicos Mediterrâneos no Instituto Agrônomo de Montpellier sobre política agrícola europeia. Fez doutorado em administração na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da USP, encerrado em 1996. Foi para os Estados Unidos fazer um pós-doutorado sobre política agrícola americana na Universidade de Georgetown, em Washington, e na Universidade de Missouri, na cidade de Colúmbia, onde ficou por quase quatro anos.
	Atuação empresarial	Saiu do Icone para assumir a presidência da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), cargo que ocupou até 2012, quando criou em sociedade a Plataforma Agro, consultoria dedicada ao agronegócio. Em setembro de 2013, Jank assumiu o cargo de diretor global de assuntos corporativos da BRF, empresa resultante da fusão entre Sadia e Perdigão.
	Atuação acadêmica	Em 1989, começou a dar aulas na Esalq sobre gestão do agronegócio. Após 13 anos na Esalq, foi convidado pela FEA para dar aulas no Instituto de Relações Internacionais, também da USP, onde ficou por outros sete anos, período em que atuou ainda como coordenador de pesquisa e pós-graduação. Também deu aulas como

		professor visitante na Universidade de Georgetown, em Washington, e na Universidade de Missouri, na cidade de Colúmbia e trabalhou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Fundador e presidente do Icone. Presidente da Única entre 2007 e 2012. Colunista do Instituto Milenium. Entre 2015 e 2019 foi presidente da Aliança Agro Ásia-Brasil (Asia-Brazil Agro Alliance – ABAA), iniciativa que reuniu três entidades exportadoras do agronegócio brasileiro (ABPA, ABIEC e UNICA). Serviço de Informação da Carne. IFAMA ARES.
	Sociedade Política	Em 1999, a convite do então ministro Celso Lafer, ocupou o cargo de assessor especial no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, durante oito meses.
	Obs:	Nascido e criado na fazenda da família em Descalvado-SP, onde se produz leite, laranja, gado de corte, milho e frango com irrigação e tecnologias de ponta. Seu pai, Roberto Hugo Jank, é fundador da Agroindus, atualmente dirigida por seu irmão, Roberto Hugo Jank Jr (reconhecido como um dos maiores produtores individuais de leite do país).
<b>Elizabeth Farina</b>	Formação	Possui graduação em Economia pela Universidade de São Paulo (1976), doutorado em Economia (1983) e Livre-Docência (1996) pela mesma Universidade.
	Atuação empresarial	Diretora Presidente da Tendências Consultoria Integrada desde 2019. Foi Diretora Presidente da UNICA - União da Indústria de Cana de Açúcar de 2012 a 2019

	Atuação acadêmica	É professora titular aposentada da Faculdade de Economia, Administração e Contábeis da Universidade de São Paulo. Foi Chefe do Departamento de Economia de 2002 a 2004 e de 2011-2012. É o membro CORS- Center for Organization Studies da USP, aprovado como um Núcleo de Pesquisa da estrutura USP em 2012. . Foi Vice Coordenadora do PENSA - Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial da FEA-USP, por mais de 10 anos.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Presidente da Única. Coselheira da Bonsucro. Foi membro do Conselho de Economia e do Conselho do Agronegócio, ambos da FIESP de 2013 a 2019. É membro da Academia Nacional de Agricultura.
	Sociedade Política	De 2004 a 2008 foi Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Ministério da Justiça. Foi membro da Diretoria da International Competition Network, representando o CADE.
	Obs:	
<b>Maria Sylvia Macchione Saes</b>	Formação	Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (1979), mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (1983), doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo (1995).
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	Fundadora e coordenadora do grupo de pesquisa NAP - CORS (Centro de Estudos das Organizações) da Universidade de São Paulo. Presidiu a Comissão de Pesquisa da FEAUSP e coordenou o

		Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), da USP. Atualmente é Titular da Universidade de São Paulo (2016). Foi editora Chefe da RAUSP - Management Journal.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Samuel Ribeiro Giordano</b>	Formação	Agrônomo pela ESALQ/USP, Especialização em Administração de Empresas pela FGV (Bolsista pelo Banco Itaú S.A.), Especialização em Engenharia de Fontes Renováveis na Società Di Gestione i Studi Di Tecnologia Avanzata Di Università Di Urbino, SOGESTA-ENI (Bolsista do Ministero Degli Affari Esteri, MAE, Itália), Doutorado em Geografia Humana pela FFLCH/USP (Bolsita CNPq), Pós-Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas FEA/USP.
	Atuação empresarial	Stracta Consultoria, Toriuá Serviços de Engenharia Agrônoma, Consultoria para National Wildlife Federation, Instituto Centro de Vida, Worley (projetos hidroelétricos), Assessoria Técnica Banco Itaú, Ferrovia Paulista S.A., Consultoria Técnica Syngenta.
	Atuação acadêmica	Pesquisador Senior do PENSA, Supervisor de Projetos da FIA e Especialista em Sustentabilidade e gestão Ambiental nos Agronegócios. Coordenador da Universidade do Café Brasil. Professor na Universidade do Café de Trieste (Itália). Professor na

		Mackenzie.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Grupo de Trabalho da Soja
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Christiane Leles</b>	Formação	Graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (1998), mestrado em Nutrição Humana Aplicada pela Universidade de São Paulo (2003) e doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo(2008).
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	Professora e Pesquisadora do PENSA, FIPE, FECAP, FIA. Professora e Coordenadora da Universidade do Illy Café do Brasil. Toriuva Serviços de Engenharia Agrônoma Ltda.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Luciana Florencio</b>	Formação	Ensino Médio/Técnico no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), Graduação em Administração de Empresas na ESPM, Mestrado em Administração na UFLA, Doutorado em Administração na USP, Pós-Doutorado

		em Ciências Sociais Aplicadas na Technische Universität München, TUM, Alemanha.
	Atuação empresarial	Trigonet Assessoria de Comunicação e Editora Ltda, Cybiz S.A., Nestlé, Almeida Associados Consultoria Estratégica, Stracta Consultoria.
	Atuação acadêmica	Professora ESPM, Pesquisadora do PENSA, Faculdade Cenecista de Varginha, Faculdades Integradas da Zona Oeste, Centro Universitário FIEO, Mackenzie, Missouri University, Technische Universität München, University of Macerata (Italy).
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Diretora Executiva do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Marco Antonio Conejero</b>	Formação	Economista pela FEA/USP (Bolsista CNPq), Mestre em Administração FEA-RP/USP (Bolsista Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund), Doutorado em Administração FEA-RP/USP (Bolsista CAPES). Período Sandúiche em Howard University e PAA/FAUBA
	Atuação empresarial	Pricewaterhouse Coopers (PWC), Centro de Pesquisa e Projetos em Marketing e Estratégia (MARKESTRAT), Stracta Consultoria.

	Atuação acadêmica	Professor e Pesquisador em: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – US, Universidade Federal do Maranhão, Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, Universidade Federal Fluminense, Faculdade Campo Limpo Paulista - Pesquisa, FACCAMP-Pesquisa, Fundação Instituto de Administração, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo, SESCOOP/SP. Thunderbird School of Global Management, THUNDERBIRD, Estados Unidos, Trevisan Escola Superior de Negócios, TREVISAN, Fundação Armando Álvares Penteado, FAAP, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais IBMEC, Fundação Dom Cabral, PECEGE – Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas, Fundação Para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração Contabilidade FUNDACE, Centro Universitário de Rio Preto UNIRP, Faculdades Integradas Fafibe, Faculdade Jaboticabal FAJAB, Centro Universitário Newton Paiva CNP.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Silvia de Morales</b>	Formação	Engenheira Agrônoma da ESALQ, Especialização em Administração Rural ABEAS/UFV, Especialização em Gestão Empresarial FGV, Mestrado em Agronegócios pela UFMS,

<b>Caleman</b>		Doutorado em Administração FEA/USP.
	Atuação empresarial	Agricon Consultoria S/C Ltda (AGRICON), Cooperativa Agrária de Cafeicultores do Sul de São Paulo (CASUL), Biotech Pesquisa, Fazendas: São Bom Jesus, São Vicente, Tangará, Santo Antônio de Lisboa, AGROPECUÁRIAS e Arbore Agrícola Ltda.
	Atuação acadêmica	Professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, da FGV Management e do SEBRAE MS. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Cooperativismo.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Eduardo Eugênio Spers</b>	Formação	Graduação em Engenharia Agronomica (UNESP), Mestrado em Economia (USP), Doutorado em Administração, Livre-Docencia ESALQ/USP, Pós-Doutorado na Wageningen University (Holanda).
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	Professor da ESALQ/USP, ESPM, UNIMEP (Piracicaba), IBMEC, Pesquisador do PENSA
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	



	Sociedade Política	
	Obs:	Pais imigrantes, nasceram na Letônia. Pai professor, acadêmico, professor da UNESP de Botucatu em Veterinária, esteve na Alemanha fazendo pesquisa dois anos.
<b>Antonio Carlos Lima Nogueira</b>	Formação	Graduação em Engenharia Agrícola UNICAMP, Mestrado em Engenharia Agrícola UNICAMP, Mestrado em Administração FEA/USP, Doutorado em Administração de Empresas Mackenzie, Pós-doutorado em Ciências Sociais Aplicadas FEAC/USP
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	Professor e Pesquisador do PENSA, SAINT PAUL EDUCACIONAL LTDA, Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), MACKENZIE, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Faculdade Anhanguera de Osasco, Faculdade FIA de Administração e Negócios (FIA), Centro Universitário Senac (SENAC/SP), Faculdade Integração Zona Oeste (FIZO), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Centro Universitário Fundação Álvares Penteado (UNIFECAP), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN), Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Universidade Anhanguera.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	

	Obs:	Carteira Assinada pela Companhia Paulista de Força e Luz e pelo BANESPA.
<b>Uriel Superti Rotta</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo pela ESALQ/USP, Mestre em Administração de Empresas FECAP.
	Atuação empresarial	Sócio-consultor da Stracta Consultoria. Consultor na área de Finanças Corporativas, inclusive operações de fusões e aquisições (M&A). Atua em projetos de estratégia financeira, governança e gestão estratégica de empresas, cooperativas, associações empresariais, arranjos produtivos locais (APLs), clusters e regiões geográficas (IGs).
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Tobias Coutinho Parente</b>	Formação	Graduação em Administração de Empresas pela UFC, Mestre e Doutor em Administração FEA/USP. Período Sanduíche Northeastern University (Estados Unidos)
	Atuação empresarial	Norsa/Coca-Cola, Stracta Consultoria
	Atuação acadêmica	Universidade Ibirapuera (UNIB), Faculdade FIA de Administração e Negócios, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Universidade Paulista (UNIP),, Universidade Federal do Ceará

		(UFC)
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Consultor e Pesquisador do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
	Sociedade Política	
	Obs:	De Fortaleza, Ceará.
<b>Thiago Goes</b>	Formação	Graduação em Administração UNIPAR, Especialização em Controladoria, Gestão Financeira e Empresarial UNIPAR, Mestre Desenvolvimento Regional e Agronegócio UNIOESTE, Doutorado em Administração FEA-USP.
	Atuação empresarial	Consultor Stracta Consultoria
	Atuação acadêmica	Universidade Federal do Paraná (UFPR), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (USP, FEAC/USP), PENSA, Universidade São Judas Tadeu (USJT), Universidade de Santo Amaro (UNISA), Faculdade Paulista de Pesquisa e Ensino Superior (FAPPES), Faculdade FIA de Administração e Negócios, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Consultoria e Assessoria IBGC
	Sociedade Política	
	Obs:	
	Formação	Graduação em Administração UFPR, Mestrado em Administração

<b>Pedro Braga Sotomaior Kharam</b>		UFPR, Doutorado em Administração FEA/USP. Período Sandúiche na Jönköping University (Suécia).
	Atuação empresarial	Consultoria Better Governance, MRO Logistics S.A., Cargolift Logística e Transportes S.A.
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Camila Banatti Mourad</b>	Formação	Graduação em Administração pela UFMS, Mestrado em Administração USP, Doutorado em Administração USP
	Atuação empresarial	Stracta Consultoria
	Atuação acadêmica	Trevisan Escola Superior de Negócios, Insper Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), Fundação Instituto de Administração (FIA), Instituto Federal de São Paulo (IFSP).
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	

<b>Antonio Carlos Barbosa Ortiz</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo pela USP, Mestrado em Economia Agrícola pela Perdue University West Lafayette
	Atuação empresarial	CENTREC (Estados Unidos), BANCO ITAU BBA,CIE BENJAMIN ROTHCHILD MORINGA FUND (França), AGRIFIRMA AGROPASTO. Diretor do Rabobank.
	Atuação acadêmica	Professor visitante na ESALQ
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>André Nassar</b>	Formação	Graduação na ESALQ e Mestrado e Doutorado na FEA/USP
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	Professor visitante na Georgetow University (EUA)
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Presidente da ABIOVE, Fundador e Diretor do ICONE, Pesquisador da ABAG, ARES
	Sociedade Política	Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura
	Obs:	
	Formação	Graduação ESALQ, Mestrado FEA/USP, Doutorado Administração Whashington University

<b>Sergio Lazarini</b>	Atuação empresarial	Consultor Rabobank, Sdf Administração, Participação e Consultoria
	Atuação acadêmica	Professor do INSPER, Professor IBMEC, PENSA/FIA, Professor Vistiane na Ecole Hautes Etudes Commerciales de Paris e na Harvard University
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Colunista Instituto Milenium
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Roberto Waack</b>	Formação	Biologo pela USP. Mestrado na FEA/USP
	Atuação empresarial	CEO AMATA, Diretor Grupo Orsa, Boehringer Ingelheim, Vallée e Pasteur Mérieux, membro dos conselhos da Marfrig, Wise Plasticos. Participação no Conselho da CHS Agroindustrial. Indice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. Global Reporting Initiative – GRI
	Atuação acadêmica	
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Fundação Renova,, WWF Brasil, Ethos, Instituto Ipe e Instituto Arapyau. Conselho Consultivo do Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares).Presidente do Conselho Internacional do Forest Stewardship Council (FSC). Conselho do IBCG. FUNBIO - Fundo Brasileiro de Biodiversidade. Grupo Orientador da Coalizão Brasil - Clima, Florestas e Agricultura. IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental sobre a Amazonia. ARES

	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Fabio Chaddad</b>	Formação	Graduação ESALQ, Mestre em Economia FEA/USP. Doutorado em Economia Aplicada na University of Missouri
	Atuação empresarial	Consultor de projeto USDA
	Atuação acadêmica	Professor no INSPER, no IBEMEC, na University of Missouri, Whashington State University FIA/PENSA
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade Política	
	Obs:	
<b>Luiz Tejon Mejido</b>	Formação	Doutor em Educação na Universidad de la Empresa - UDE (Uruguai), Mestre em Educação, Arte e História da Cultura na Universidade Mackenzie. Especializações na Pace University, MIT, Harvard e INSEAD na França.
	Atuação empresarial	Socio-Diretor da Agência de Consultoria e Publicidade Biomarketing, Tejon Communication and Action, Comentarista do Agronegócio na Radio Jovem Pan e Rede Estadão ESPN. Diretor Geral OESP Mídia / O Estado de São Paulo, Diretor Sementes Agroceres, Diretor Jacto.
	Atuação acadêmica	Membro do conselho do PENSA, Professor da ESPM, da FGV in

		Company, Professor MBA em Nantes/França
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Conselho Científico para o Agro Sustentável (CCAS), Fundador e Presidnete da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A)
	Sociedade Política	
	Obs:	



#### Anexo 4: Professores do PAA

**Nota metodológica:** A presente relação de professores foi construída a partir da equipe docente disponível na página da internet do PAA<sup>55</sup> e de alguns membros históricos reconhecidos pelos estudos existentes sobre o programa.

Nome	Categoria	Descrição
<b>Alejandro Artopoulos</b>	Formação	Licenciado em Sociologia pela UBA, mestre em Política e Gestão da Ciência e da Tecnologia (UBA) e mestre em Sociedade da Informação e do Conhecimento. Doutor em Sociedade da Informação e do Conhecimento pela Universidade Oberta da Catalunya.
	Atuação empresarial	Possui ampla experiência profissional, havendo participado em diversas consultorias (na Argentina y no exterior). consultor da Microsoft Argentina y Entornos Educativos. Consultor PNUD.
	Atuação acadêmica	Professor e pesquisador no Departamento de Administração da Universidade de San Andrés, no mestrado em estudos organizacionais. Professor da Universidade de Buenos Aires.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Consultor em Gestão do Conhecimento AACREA
	Sociedade política	Consultor Especialista TIC, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva. Consultor da Agencia Prosperar.
	Obs:	
<b>Carlos Torrico</b>	Formação	Engenheiro Industrial e bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de Buenos Aires.

<sup>55</sup> Consultado em: FAUBA. Agronegocios y alimentos. Disponível em: <http://epg.agro.uba.ar/carreras/carreras-de-especializacion/agronegocios-y-alimentos/>. Acesso em: 12, mai, 2019.

	Atuação empresarial	Foi Diretor da Bolsa de Cereais de Buenos Aires (1989-1991), Presidente da Câmara Arbitral de Buenos Aires (1988-1990), Diretor Executivo da Terminal 6 SA – Porto Privado (1984-1989) e ex Gerente Regional da AGD (1998–2002). Palestrante em temas de marketing e estratégias de Comercialização na Bolívia, Brasil, Chile, Israel e Suíza.
	Atuação acadêmica	Participou em diversos seminários e Congressos internacionais relacionados com comercialização, negociação internacional, transporte e logística. Atualmente é professor titular de Logística e Distribuição dos Agroalimentos da especialização em Agronegócios e Alimentos.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade política	Capacitador da Fundação Export-Ar nas áreas de Meios de pagamento Internacional; Transportes e Seguros; Logística e Distribuição física internacional (desde 2003).
	Obs:	
<b>Claudia Altieri</b>	Formação	Graduada em Administração pela Universidade de Buenos Aires. Realizou um MBA na Universidade de Lleida (Espanha) e atualmente encontra-se realizando estudos de Doutorado.
	Atuação empresarial	Diretora de CTM Logistics. Já realizou consultoria e capacitação em mais de 120 empresas.
	Atuação acadêmica	Diretora do Departamento Acadêmico de Marketing -MBA- Escola de Negócios U. de Belgrano. Ex presidenta da Comissão para o Ensino das Ciências Econômicas –Conselho Profissional de Ciências Econômicas, Diretora do Programa de Mentores (UBA). Coordenadora da primeira Cátedra de Comercialização – Universidade de Buenos Aires. É membro do Tribunal de Especialistas da CONEAU - Comissão Nacional de Avaliação Universitária. Avaliou mais de 10 mestrados no país. É Professora do curso de mestrado em Marketing da Universidade de San Andrés.

		Professora de Marketing e Comunicação do mestrado e da especialización em Agronegócios e Alimentos (UBA). Foi professora convidada das principais universidades Latino-americanas. Especialista em Marketing. Membro do Conselho Acadêmico da Associação Argentina de Marketing.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Foi Diretora do Centro de Pesquisa Aplicada em Marketing do IDEA (Instituto para o desenvolvimento empresarial da Argentina)
	Sociedade política	
	Obs:	
<b>Daniel Lema</b>	Formação	Graduado em Economia pela Universidade Nacional de Mar del Plata. Realizou uma pós-graduação em Teoria Econômica no Instituto Torcuato Di Tella. Doutor em Economia pela Universidade do CEMA.
	Atuação empresarial	Membro do Comitê Consultivo do Common Fund for Commodities (CFC) Foi consultor da FAO e do BID.
	Atuação acadêmica	Foi professor da Universidade do CEMA. Foi docente de mestrado na Universidade Nacional del Sur, na UBA e na Católica Argentina. Participou em diversos projetos de pesquisa e publicações para diferentes programas, congressos e revistas nacionais e internacionais.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Foi Diretor Titular da Associação Argentina de Economia Agrária (AAEA) em 2001 e 2002 e Presidente entre 2004 e 2006
	Sociedade política	Desde 1995 trabalha no Instituto de Economia e Sociologia do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA). Possui ampla experiência como economista em entidades públicas.
	Obs:	

<b>Daniel Pérez</b>	Formação	Engenheiro Industrial pela faculdade de Engenharia da UBA. Especializou-se em Política Econômica. É doutor em Economia pela Western Pacific University (WPU), Califórnia, Estados Unidos (2002), Mestre e com pos-graduação em Política Econômica pela Harvard University, Cambridge, Estados Unidos (1982). Aprovou todas as áreas de conhecimento do Doutorado em Economia na Faculdade de Ciências Econômicas da UBA (1990-1994), Pos-graduação intensiva em Economia e Finanças pelo CEMA (Centro de Estudos Macroeconômicos da Argentina) (1992), Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Belgrano (1977). Bolsa Fulbright, Humphrey American University de um ano de duração em nível PhD. Especialização em Economia, Washington D.C. (1984-1985), Curso de pós-graduação regular intensivo em Orçamento e Políticas Públicas (Budgeting), Universidade de Harvard (1994). Curso Intensivo em Política Econômica para o Desenvolvimento, Korean Development Institute, Ministério de Planejamento, Seul, Coreia do Sul (1982), Seminário de Desenvolvimento Econômico com John K. Galbraith, Universidade de Harvard (1981), Curso de Pós-graduação em Macroeconomia em uma Economia Aberta com Robert Solow -Prêmio Nobel de Economia- no Instituto Tecnológico de Massachusetts (M.I.T.) (1982).
	Atuação empresarial	Foi consultor para organismos como BID, Banco Nacional de Desenvolvimento e empresas do setor privado na Argentina e no exterior.
	Atuação acadêmica	Docente do MBA da Universidade de Palermo em Política Econômica Internacional e Professor Titular Regular da graduação e da pós-graduação em Economia na UBA. Foi docente durante mais de 30 anos em instituições privadas e nacionais. É autor de vários livros, trabalhos de pesquisa e artigos.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Consultor Confederação Geral da Indústria

	Sociedade política	
	Obs:	
<b>Diego de la Puente</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo pela Universidade Nacional de La Plata. Estudou no curso de pós-graduação em Futuros e Opções na Iowa State University, Estados Unidos.
	Atuação empresarial	Foi Coordenador do Convênio entre Nóvitas S.A. e a Iowa State University “International Agribusiness School” em 2003. Atualmente é analista e Assessor do Mercado de Granos em Nóvitas S.A.
	Atuação acadêmica	Desde 1999 é professor convidado da Catedra de Economia e Agronegócios nas Universidades de Buenos Aires e La Plata e em cursos de pós-graduação na Universidade do CEMA. É autor de diversas publicações em reconhecidos meios de comunicação.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Publicação do “Manual de Futuros y Opciones” (Convênio AACREA/Banco Río, 1998)
	Sociedade política	Participou no Programa COMERCIAL (Sagpya, 1997)
	Obs:	
<b>Enrique Erize</b>	Formação	Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Católica Argentina. Especializou-se em mercados de grãos.
	Atuação empresarial	Presidente de Nóvitas S.A e consultor. Foi vice-presidente da Bolsa de Cereais de Buenos Aires. Palestrante de seminários organizados pela Bolsa de Cereais e a Federação de Acopiadores em diversos lugares do país
	Atuação acadêmica	Professor em Cursos de Pós-graduação na Universidade de Buenos Aires.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Vice presidente do Centro de Acopiadores de Cereais de Buenos Aires. Foi presidente da Federação de Acopiadores (armazenadores) de Grão. É coautor do “Manual de Futuros y Opciones en la Empresa Agropecuaria II” editado pelo departamento técnico da AACREA em 1998.

	Sociedade política	Foi diretor do Banco da Nação Argentina. Foi representante do setor privado nas reuniões do GATT.
	Obs:	
<b>Evangelina Dulce</b>	Formação	Engenheira Agrônoma pela FAUBA, Especialista (UBA) y Mestre em Agronegócios e Alimentos (UBA).
	Atuação empresarial	Foi consultora em áreas de intervenção de sistemas de agronegócios, formulação de projetos, estudos de mercado, estudos diagnósticos, tanto nos âmbitos público como privado. Participou na formulação de projetos apícolas, setor leiteiro, carnes. Organizou jornadas e oficinas com produtores. Possui experiência em avaliação de diferentes projetos produtivos relacionados com o sector agropecuário e agroindustrial.
	Atuação acadêmica	Foi subdiretora dos programas de mestrado e de especialização em Agronegócios e Alimentos. Desde 1998 é professora da graduação na Faculdade de Agronomia. Docente da graduação na disciplina de Mercados Agropecuários da FAUBA e docente de pós-graduação nos módulos de Desenho de tese e Negócios de Especialidades do Mestrado em Agronegócios.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	TEARFUND
	Sociedade política	Possui experiência em avaliação de diferentes projetos productivos relacionados com o setor agropecuário e agroindustrial (PROSAP-PROCODAS).
	Obs:	
<b>Ezequiel Ramos</b>	Formação	Graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires. Fez mestrado em Geração e análise Estatístico na Universidade Nacional de Tres de Febrero.
	Atuação empresarial	Consultor estatístico em empresas multinacionais
	Atuação acadêmica	Desde 2007 é Professor de Estatística Geral e Estatística em Controle de Qualidade na UBA.

	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade política	Desde 2004 é consultor de Planejamento Estatístico e Educativo do Ministério de Educação da Nação
	Obs:	
<b>Fernando Biganzoli</b>	Formação	Bacharel em Biologia pela Universidade de La Plata, Doutor pela Universidade de Buenos Aires, com ênfase em Ciências Agropecuárias.
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	É chefe de trabalhos práticos na disciplina de Fitogeografia (UNLP), chefe de trabalhos práticos no Departamento de Métodos quantitativos e Sistemas de Informação (FAUBA). Docente responsável da disciplina da pós-graduação “Desenho e análise de experimentos de laboratório”, da Faculdade de Ciências Exatas (UNLP). Docente do curso de pós-graduação “Dados hierárquicos em ciências ambientais: coleta e análise com R” do programa de Biometria e Melhoramento (EPG-FAUBA). Docente do curso de pós-graduação em “Estatística Aplicada” do Mestrado em Agronegócios (EPGFAUBA). Docente do curso de pós-graduação “Estatística” da Especialização em Produção Leiteira (EPG-FAUBA).
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade política	
	Obs:	
<b>Fernando Vilella</b>	Formação	Engenheiro agrônomo pela Universidade de Buenos Aires (UBA).
	Atuação empresarial	Atuação como consultor privado.

	Atuação acadêmica	Diretor do Programa de Agronegócios e Alimentos e Professor da Cátedra de Agronegócios da Faculdade de Agronomia da UBA. Foi Decano da Faculdade de Agronomia da UBA desde 1998 até 2006; coautor das novas carreiras de Licenciatura em Ciências Ambientais, Gestão de Agroalimentos e Produção Vegetal Orgânica. Professor de disciplinas nos cursos de mestrado de: Agronegócios, Produção Vegetal, Saúde Pública e Agrometeorologia, todas da UBA, y do Mestrado em Melhoramento Vegetal da Universidade de Rosario. Coordenou 44 projetos de pesquisa, de consultoria e convênios de cooperação científico tecnológicos.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Membro das Comissões Diretivas de MAIZAR, ETICAGRO, Associação Argentina de Biocombustíveis e Hidrogênio e a Fundação Pro-Antártida. Presidente da Fundação Alimentos Argentinos. Membro do Diretório do IAMA (International Food and Agribusiness Management Association Board of Directors) de 2007 a 2010.
	Sociedade política	Sub secretário de Assuntos Agrários da Província de Buenos Aires, no governo de Felipe Solá (2007-2008). Criou o Observatório de Bioeconomia y Datos Estratégicos del Ministério de Agroindustria do governo Macri. Assessorou o gabinete do governo de Maria Eugenia Vidal na província de Buenos Aires.
	Obs:	Nasceu em Morón, província de Buenos Aires
<b>Fidel Poehls</b>	Formação	Bacharel em Economia e Administração Agrária pela Universidade de Buenos Aires.
	Atuação empresarial	Trabalhou no Estabelecimento Agropecuário “San Luis” realizando tarefas administrativas relacionadas com o cultivo, manejo de feed-lots, cria e engorda de animais. Desde 2010 é Analista y Consultor de Mercado de Grãos e Manejo de Estatísticas em Nóvitas S.A. Escreve também em vários meios de comunicação.



	Atuação acadêmica	Foi professor de disciplinas de Negócios de Commodities e Futuros e Opções no curso de mestrado em Agronegocios, na pós-graduação em Alta Direção Agronegócios e na pós-graduação em Alta Direção em Comércio Exterior da UBA (desde 2012). Foi também professor convidado na pós-graduação em Agronegocios da UNTREF, 2015. Participa como professor dos seminários de Futuros e Opções.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade política	
	Obs:	
<b>Francisco Oscar Faranda</b>	Formação	Contador Público pela Universidade de Belgrano. Realizou cursos de pós-graduação no programa em Business Administration em Henley, Inglaterra; Marketing de Exportação, A.O.T.S, no Japão e concluiu todas as disciplinas do curso de Doutorado em Administração na Universidade de Belgrano. Também participou de diversos cursos e seminários.
	Atuação empresarial	Possui ampla experiência no setor privado, com ênfase na direção e desenvolvimento de negócios em empresas industriais de consumo masivo, principalmente na agroindústria. Foi responsável pelas Gerências Gerais e Direções Comerciais. É consultor de fusões, vendas e aquisições de projetos e empresas nacionais e do Mercosul. Foi consultor do BID para turismo rural.
	Atuação acadêmica	Professor de cursos de graduação e pósgraduação nas principais universidades do país em temas de Planejamento estratégico, Controle de Gestão, Plano de Negócios, Avaliação de Projetos e Risco empresarial, Custos, Sistemas para a medição da gestão, Tablero de Comando estratégico e Gestão, Fusões e Aquisições; Contabilidade Gerencial, Formulação de Negócios e Risco empresarial. Professor do módulo de custos agroalimentares na disciplina de contabilidade para os Agronegócios. É autor de vários livros, trabalhos de pesquisa e artigos de difusão.

	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Atualmente é Presidente da Câmara de Fabricantes de Envases Metálicos e Afins, membro da comissão diretora da Câmara da Indústria de Produtos Alimentares e da Federação Industrial de Produtos Alimentares. É membro da Comissão Diretora de ADIMRA (Associação de industriais metalúrgicos da República Argentina) e membro da Comissão Diretora da UIPBA (União Industrial da Província de Buenos Aires). Foi vicepresidente da Câmara Argentina do Aerosol (1986 – 1992), Vicepresidente da Câmara do Arroz y Vicepresidente da Câmara de Yerba mate.
	Sociedade política	
	Obs:	
<b>Guillermo Toranzos Torino</b>	Formação	Graduado em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas (UBA) e doutorado pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Possui ampla formação nas áreas de Gestão Estratégica, Marketing e Finanças adquirida nas Universidades da Califórnia (Berkeley) e Pensilvânia (Wharton) (1993 e 1994). "ABC La Revolución de los Costos" Universidade Northwesterb Kellogg (1993). Just in Time -Fundação Okita e Associação de ex alunos da ABK e AOTS (1993). "Uso de mercado futuro".
	Atuação empresarial	É consultor de negócios privados. Avaliação de Projetos de Investimento e Avaliação de ativos. Diretor da EXPORTANDO, exportação de tecnologia agropecuária. Sócio Diretor da Toranzos Torino, Vallejos y Asociados - Planejamento e Desenvolvimento de Negócios (1985 a 2001). Consultor da Fundação Okita (de 1994 até o presente); , Consultor do Banco Mundial (1989-1993). Consultor FAO (1985-1987), Economista do Estudo Cazenave y Asociados (1985-1987), , Consultor BID-INTAL (1984-1985). Palestrante em Congressos Internacionais do Sistema Agroindustrial e do Crescimento da Economia Argentina.

	Atuação acadêmica	<p>Professor e coordenador do Mestrado em Agronegócio e Alimentos, em Gestão Estratégica - Faculdade de Agronomia, Universidade Nacional de Buenos Aires (UBA) (2000 até o presente). Professor de Pós-graduação em Gestão Estratégica - Faculdade de Agronomia, Universidade Nacional de Buenos Aires (UBA) (de 2000 até o presente). Professor em Técnicas de Negociação Internacional e Ética em Comércio Internacional no Mestrado em Gestão Empresarial do Comércio e Integração, da Faculdade de Ciências Econômicas da UBA. Membro do grupo de trabalho “Argentina 2050”, nas Oficinas de Alimentos, Tecnologia e Trabalho da UBA. Professor do Centro de Estudos Macroeconômicos (CEMA) do Mestrado em Agronegócio - Cátedra de Gestão Estratégica do Agronegócio (1997 a 2015), do Diploma em Agroindústria (2014-2015), e professor da disciplina Blocos Econômicos e Alimentares. Professor de “Plano de Negócios” no Mestrado em Gestão da Micro, Pequena e Média Empresa. Universidade Nacional de Lanús. (De 2011 até o presente). Professor de Ética Empresarial (2014). Diretor de Pesquisa: "O Novo Paradigma e PMEs", "Gestão do Conhecimento e Inovação em Pequenas e Médias Empresas: Casos na Zona Sul do segundo cordão conurbano da Província de Buenos Aires, e codiretor da investigação sobre “A cidade-porto latino-americana no cenário da globalização. O caso do corredor portuário Zárate-Buenos Aires-La Plata. Professor e ministrador de Seminários em Formulação e Avaliação de Projetos de Investimento do Mestrado em Administração de Empresas - Universidad Católica de Salta (1996 até o presente). Professor de Planejamento Financeiro, Custos e Orçamento na Especialização em Finanças - Universidad Católica de Salta (2014). Professor do Mestrado em Agronegócio, na disciplina de Cenários Internacionais e Regionais do Setor Agroalimentar (UCASAL). Professor de Negociações no mestrado em negócios da Universidade Tecnológica Nacional (UTN), região de Bahía Blanca (2011 até o presente) e de gestão do conhecimento e</p>
--	-------------------	--

		<p>inovação tecnológica. Professor do mestrado da Universidade Nacional do Sul de Economia Agrária e Administração Rural, denominado comercialização de Produtos Agroindustriais (2018).</p>
	<p>Associações e Organizações da Sociedade Civil</p>	<p>Diretor Executivo do Common Fund for Commodities (UNCTAD) (1997-1999); Diretor Executivo da Unidade de Coordenação de Políticas de Promoção de Exportações (1995-1997). Foi Chefe dos Economistas do Instituto de Estudos Econômicos da Sociedade Rural Argentina (1984-1994), Consultor da Confederação Interamericana de Pecuáristas e Agricultores (1993-1996). Consultor FUNDAPAZ (1985-1987)</p>

	Sociedade política	Coordenador Geral e de Planejamento do Instituto de Moradia da Província de Buenos Aires (2002-2004). Exerceu funções como especialista para a Argentina para a Resolução de Controvérsas no Mercosul de 1993 até hoje, de acordo com o Protocolo de Brasília (Mercosul). Assessor da Subsecretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentação (2000-2001); Coordenador Geral da Subsecretaria de Comércio Exterior (1995-1999). Diretor Executivo da Unidade de Coordenação de Políticas de Promoção de Exportações (1995-1997). Coordenador para o Ministério da Economia - JICA do Segundo Estudo de Desenvolvimento Econômico da República Argentina (Okita II) (1995-1996). Chefe do Escritório de Economia Florestal Nacional (1984-1985), Supervisor Técnico da Secretaria de Agricultura, Serviço Agrário Internacional, Negociações Bilaterais e Multilaterais (1980-1984)
	Obs:	
<b>Gustavo Idígoras</b>	Formação	Graduado em Ciências Políticas pela Universidade de Belgrano. Mestre em Relações Internacionais.
	Atuação empresarial	Atualmente é Consultor Internacional para a Comunidade Europeia, como Chefe de Assistência Técnica Internacional para o Projeto de Harmonização Sanitária Mercosul-UE. Trajetória em negociações internacionais, com ênfase em agronegócios e bioenergias.
	Atuação acadêmica	Diretor do Centro de Estudos Agroalimentares (CEAGRO), Universidade Nacional de Lomas de Zamora, Argentina. Coordenador da Especialização de Agroindústria e Negociações Internacionais- FAUBA. É docente dos mestrados em Agronegócios na FAUBA, FVUBA, UNTREF e UB.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Atuou como Presidente do Departamento de Agricultura da Fundação Rioplatense. Presidente da Ciara-CEC (Câmara da Indústria Azeiteira da República Argentina e do Centro de Exportadores de Cereiais. É sócio-gerente do BIM. Diretoria da

		Fundação de Gestão e Estratégia Agrária (GEA).
	Sociedade política	Entre 2004 e 2009 foi Ministro Conselheiro Agrícola da República Argentina perante a União Europeia.
	Obs:	
<b>Gustavo Napolitano</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo pela Faculdade de Ciências Agrárias de Mar del Plata. Pós-graduação em Agronegócios e Alimentos da FAUBA, Especialista em Organizações e candidato a mestre em Administração de Negócios.
	Atuação empresarial	Consultor em Agronegócios no âmbito privado (Fundes, Plusagro, Bioceres, etc). Possui ampla experiência em direção e coordenação de capacitações.
	Atuação acadêmica	Foi coordenador e Professor do mestrado em Agronegócios, da pós-graduação em Alta Direção em Agronegócios desde 2006 até o presente e da pós-graduação em Alta Direção em Comercio Exterior desde 2012 na FAUBA. Participou do Concurso de Projetos Produtivos da Fundação Bolsa de Comercio de Mar del Plata, obtendo a Primeira menção para o projeto de Mel Orgânico do CO.PRO.SAL como Diretor Técnico.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade política	Consultor em Agronegócios no âmbito público (SAGPyA) y do Consejo Federal de Inversiones (CFI).
	Obs:	
<b>Hector Ordoñez</b>	Formação	Agrônomo pela UBA. Pós-Graduação em Negócios Internacionais pela Universidade de Belgrano.
	Atuação empresarial	Trabalhou com gestão e assessoria de multi-nacionais e mega-empresas do agronegócio argentino: Pioneer, Agrolatina, Novartis, Grupo el Tejar, Aceite Fino, Ser Beef, dentre outras. Foi proprietário e diretor técnico do Semillero Las Lomas e em 2006 (ano em que

		faleceu) era parte do diretório de Los Grobo Agropecuaria e de Bioceres.
	Atuação acadêmica	Professor da FAUBA. Fundador do PAA em 1999.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Diretor e membro honorário do IFAMA
	Sociedade política	No âmbito estatal, assessorou, nos anos 1990 a Secretaria de Agricultura da Nação (durante o processo de liberalização dos transgênicos). Em sua atuação na secretaria também se destacou como negociador internacional da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e na Associação Latino-americana de Integração (ALADI). Ainda dentro de sua atuação na secretaria, criou a Unidad de Agronegocios y Alimentos, desenvolvendo o marco legal sobre propriedade intelectual e denominações de origem. Foi fundador, em 1991, do Instituto Nacional de Sementes (INASE).
	Obs:	Desde a universidade, laços de amizade e negócios com Hector Huergo e Felipe Solá
<b>Hernán Palau</b>	Formação	Engenheiro em Produção Agropecuária pela Universidade Católica Argentina. Mestre em Agronegócios e Alimentos pela Universidade de Buenos Aires.
	Atuação empresarial	Atuou no âmbito empresarial na administração de estabelecimientos agropecuarios e na comercialização de produtos agrícolas em empresas multinacionais –sementes, herbicidas, insecticidas–. Foi consultor do IICA, e participou em diversos projetos agroindustriais como o Consórcio de Produtores Pampas del Salado, PACPYMES Uruguai em quesería artesanal y hortalizas, Global Food Network, Programa Competitividad del Norte Grande (setor hortícola de Santiago del Estero e Corrientes), entre outros.
	Atuação acadêmica	Coordenador da área de Pesquisa e docente do Programa de Agronegócios e Alimentos da FAUBA. Professor da Cátedra de Agronegócios da mesma Faculdade. Realizou pesquisas em Agronegócios e Alimentos em diferentes campos de aplicação

		(cadeias, redes, distritos) e diferentes sistemas (gado e carne vacuna, lácteo, hortaliças, caprinos, etc.), tanto na Argentina como no Uruguai. Autor de diversos trabalhos de pesquisa e artigos. Autor de capítulos de livros e editor de alguns livros.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	IPCVA - Instituto de Promoción de la Carne Vacuna Argentina
	Sociedade política	Consultor do PROSAP, SAGPyA, MECON, PROCAL. Estudio de la Competitividad del Sistema de Ganados y Carne Vacuna de la provincia de Neuquén.
	Obs:	Nasceu em Buenos Aires.
<b>Hugo Cetrángolo</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo pela UBA. Mestre em Política e Gestão da Ciência e da Tecnologia pela UBA e Doutor em Economia Agrária e dos Recursos Naturais pela Universidad Politecnica de Madrid.
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	Foi professor da Universidade Luterana do Brasil, da Univeridade de Bologna, Universidad Blas Pascal (Córdoba, Argentina), da Universidad de San Adres (Buenos Aires) e professor titular da FAUBA.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade política	Foi presidente do INTA (2001-2002), diretor nacional de produção agropecuária e diretor nacional de planejamento e avaliação da Secretaria de Ciencia y Tecnología do governo nacional.
	Obs:	
<b>Hugo Ojeda</b>	Formação	Doutor em Ciências Sociais (Universidad Nacional General Sarmiento), mestre em Ciências Políticas e Sociologia (FLACSO) e graduado em sociologia (Universidad del Salvador). Especialista em sociologia das Organizações e recursos humanos, em temas relacionados com estrutura, cultura organizacional, talento e liderança.



	Atuação empresarial	Titular da firma de assessoria “Arquitectura Organizacional y Talento”. Foi diretor de RRHH em UDV -DIAGEO PLC e consultor para empresas como Unilever, Cadbury, Pillsbury, Banco Hipotecario, Irsa, Alto Palermo, Cresud, Siemens, Ericsson, Quilmes, Arcor, Musimundo, Blaisten, Carrefour, Disco Ahold, Kimberly Clark, Grupo Clarín, La Nación, Museo de los Niños, Banco Galicia, Citibank, Shell, Loma Negra, Grupo Los Grobo, Don Mario, Procisur, entre outros.
	Atuação acadêmica	Professor há mais de 15 anos na Universidade de Buenos Aires, Universidade Nacional del Litoral, Universidade Nacional de Tucumán y Universidade Nacional de Río Cuarto. É professor do mestrado em Estudos Organizacionais da Universidade Nacional de General Sarmiento.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Consutoria para AAPRESID
	Sociedade política	Foi consultor do INTA.
	Obs:	
<b>Juan Carlos Viegas</b>	Formação	Mestre em Contabilidade Internacional pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires.
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	Professor de disciplinas na área de teoria da contabilidade na Faculdade de Ciências Econômicas. Professor titular convidado no mestrado em Agronegócios e Alimentos e na Especialização em Agronegócios e Alimentos, Faculdade de Agronomia da UBA, desde 1998. Professor convidado no mestrado em Gestão Estratégica de Desenho da Faculdade de Arquitetura da UBA (2001-2005). Foi Vicedecano da Faculdade de Ciências Econômicas da UBA (dezembro de 1999- março 2006).
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	

	Sociedade política	
	Obs:	
<b>Luis Mogni</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Mestre em Agronegócios e Alimentos (UBA).
	Atuação empresarial	Possui ampla trajetória em agronegócios, tanto na produção como na gerência de empresas de primeiro nível. Foi Gerente de Vendas e Gerente de Marketing da Bayer CropScience. Sócio fundador-consultor em Gestão e Estratégia de Negócios de Somera S.A. Atualmente está dedicado à consultoria independente e à docência.
	Atuação acadêmica	Atualmente está dedicado à consultoria independente e à docência.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade política	
	Obs:	
<b>Marcelo Regúnaga</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo pela Faculdade de Agronomia da UBA, mestre em Economia Agrária (Universidade de La Plata) e realizou estudos de especialização nos EEUU e Paris, incluindo os cursos de Doutorado do Terceiro Ciclo em Economia Agrícola na Universidade de Paris-Sorbonne (1969-70).
	Atuação empresarial	É consultor independente e administrador de estabelecimientos agropecuários. Foi consultor de organismos nacionais e internacionais (CFI, PNUD, OEA, CEPAL, IICA, BID, Banco Mundial, FIDA, Comissão Europeia, FAO, USAID, CIMMYT e CIAT).
	Atuação acadêmica	Coordenador Acadêmico e professor no Centro de Educação Empresaria da Universidade de San Andrés e Professor no mestrado em Agronegócios e Alimentos da UBA. Foi professor de pós-graduação na UNER, a Universidade Nacional del Sur e no Programa de Agronegócios Frutícolas em Rio Negro.

	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Foi vicepresidente do International Food and Agricultural Trade Policy Council 2006-2011(sede em Washington D.C.). Membro do Conselho Argentino para as Relações Internacionais. Membro do Conselho Científico da Fondation pour l'Agriculture et la Ruralité dans le Monde (FARM com sede em Paris). Foi Presidente da Associação Argentina de Economia Agrária e Presidente da Associação de Latino-americana e o Caribe de Economistas Agrícolas.
	Sociedade política	Foi Secretário de Agricultura da Argentina em duas oportunidades, entre 1990 e 1993 e em 2001; e foi Secretário de Indústria, Comércio e Mineração em 1996. Foi Representante Econômico Comercial da Argentina e Negociador Alternativo pela Argentina na Ronda Uruguai do GATT. Foi integrante do Conselho Diretivo do INTA e Gerente da Junta Nacional de Grãos. Membro da equipe econômica e da Junta Nacional de Carnes, entre outros.
	Obs:	
<b>Marisa Bircher</b>	Formação	Graduada em Comércio Internacional (Universidade Marina Mercante, Buenos Aires). Técnica em comércio internacional (Fundación Bank Boston). Pós-graduação em Marketing Internacional e Comércio Exterior (Universidade de Belgrano).
	Atuação empresarial	Participou no setor privado, na empresa multinacional SGS Group (empresa de origem francês) na coordenação da "Valoración Aduanera" de 2000- 2002.
	Atuação acadêmica	Professora de disciplinas de Comércio Exterior, Marketing Internacional e Relações Econômicas Internacionais em diversas universidades privadas (UB/UCES/UADE). Em 2008 vinculou-se ao Programa de Agronegócios e Alimentos da FAUBA como professora da disciplina de Comércio Exterior do Mestrado e da pós-graduação em Agronegócios. Professora dos cursos In House: Bayer, YPF, Grupo Romagnoli, entre outros. Co-Diretora Acadêmica da pós-graduação em Alta Direção em Comércio Exterior Agroalimentar.

	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade política	Trabalhou no Ministério de Relações Exteriores da Argentina (área Mercosul) de 1997-1998, na Fundação Exportar (organismo de promoção das exportações do Ministério de Relações Exteriores) na coordenação Geral de Atenção a Empresas e Capacitação a empresários exportadores. Em 2008 vinculou-se ao Governo da Cidade de Buenos Aires, primeiro como Coordenadora Geral de Indústrias Criativas e Comércio Exterior e depois como Diretora Geral, até 2014. Atualmente é secretária de Mercados Agroindustriais do MAGyP.
	Obs:	
<b>Martín Oesterheld</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo (UBA), PhD em Biologia (Syracuse University, Estados Unidos).
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	Professor de Ecologia (FAUBA), pesquisador Conicet, Diretor do Laboratório de Análise Regional e Teledeteção (FAUBA) e Membro da Academia Nacional de Agronomia e Veterinária. Foi Diretor da Escola para Graduados “Ing. Agr. Alberto Soriano” da Faculdade de Agronomia (2005-2009), Membro pela comunidade científico-universitaria e científico-técnica do Conselho do Centro de Pesquisa de Recursos Naturais (CIRN) do INTA Castelar (2009-presente), Vicediretor Substituto do IFEVA (2009-presente), Atualmente é professor da disciplina de Ecologia, Facultad de Agronomia, UBA e pesquisador CONICET no IFEVA.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Vicepresidente da Associação Argentina de Ecologia (2013-presente).
	Sociedade política	
	Obs:	

<b>Mónica Erpen</b>	Formação	Graduada em Comércio Internacional pela UADE, com pós-graduação em Mercado de Capitais da Universidade de Buenos Aires e com estudos de mestrado em Sociologia Econômica do IDAES da Universidade Nacional de San Martín. Realizou capacitação sobre Mercados de Futuros y opções no CBOT de Chicago.
	Atuação empresarial	Desde 2003 é Diretora Executiva do Instituto Argentino de Mercado de Capitais (IAMC), do Mercado de Valores de Buenos Aires S.A. Diretora Geral, em conjunto com o Dr.Fanelli, do livro Mercado de Capitais, manual para não especialistas (2010). Em 1988 vinculou-se ao Mercado de Valores de Buenos Aires ocupando diferentes cargos relacionados com pesquisa e desenvolvimento de produtos incluindo sua participação no projeto conjunto com CBOT para a criação de um mercado de futuros y opções. Em 2003 e 2011 foi assessora do BID em temas associados com o financiamento de empresas em países da região.
	Atuação acadêmica	Professora da disciplina “Experiências Práticas com Carteiras de Investimento” no Programa de Especialização em Mercado de Capitais da Faculdade de Ciências Econômicas da UBA. Professora da disciplina “Mercado de Capitais e Engenharia Financeira “, na pós-graduação e no mestrado de Agroalimentos da Faculdade de Agronomia da UBA. Professora da Fundação Alta Dirección Business School (ADEN) de Mendoza, e da Universidade Nacional del Sur. Professora de seminários especiais no IAMC, IAE, Universidad Austral, Universidad de San Andrés e na Escola de Negócios da UB. Participa ativamente como expositora em Seminários e palestras no mercado local e internacional, alguns deles organizados pelo Conselho Profissional e o Colégio de Graduados de Ciências Económicas da UBA, FIAV, MAE, BCBA, CNV, entre outros. Como pesquisadora do IAMC publicou diferentes papers, artigos y notas de pesquisa sobre temas relacionados com o mercado de capitais doméstico.

	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade política	
	Obs:	
<b>Raúl Perez San Martin</b>	Formação	Engenheiro Agrônomo, mestrado em Alimentos e Agronegócios.
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	Coordenador acadêmico do programa de Alimentos e Agronegócios da Faculdade de Agronomia (UBA).
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade política	
	Obs:	
<b>Roberto Bloch</b>	Formação	Advogado pela Universidade de Buenos Aires. Fez pós-graduação em Direito Comunitário na Universidade de Salamanca, Espanha. Mestre em Cultura Argentina (Instituto Nacional da Administração Pública, Argentina). É especialista em Comércio Exterior, logística empresarial, Integração Regional y Geopolítica.
	Atuação empresarial	Possui ampla experiência no setor privado.
	Atuação acadêmica	Especializou-se em Logística Empresarial, Integração Regional, Transporte Internacional e Multimodal, Seguros de Comércio Exterior, Alianças e Contratos Empresariais, Aspectos Legais do Comércio Exterior. Tem escrito uma série de artigos em publicações de prestígio, é autor de numerosas obras literárias e dirige a série de publicações "Comércio Internacional e Integração" (CIEI) da Editorial Ad Hoc de Buenos Aires. É professor universitário da UBA e de outras universidades do país. Foi convidado como professor em prestigiosas Universidades do Brasil, Uruguai, Alemanha e Espanha.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	

	Sociedade política	
	Obs:	
<b>Sebastian Senesi</b>	Formação	Engenheiro agrônomo e Mestre em Agronegócios e Alimentos pela Universidade de Buenos Aires.
	Atuação empresarial	No âmbito empresarial esteve vinculado com mais de 20 empresas (Horst S.A, CREA, Advanta Semillas S.A., Embaixada dos Países Baixos, Quickfood, ADP S.A, Grupo Romagnoli, Bioceres, Bayer Crop Science, YPF, Los Grobo, Nutrisun, Banco BST, Associação Colombiana de Exportadores de Flores, Monsanto, Cooperativa Alfa Ltda, Cooperativa Unión Ltda, Rizobacter, Agrofina, Nufarm etc.), reconhecidas no sistema agroalimentar. Trabalhou em diversos processos produtivos agrícola-pecuários e agro-energéticos, bem como na administração de estabelecimentos agropecuários e empresas vinculadas a produtos de especialidades, com ênfase na análise das oportunidades de negócio, redesenhos organizacionais e desenho de planos estratégicos sustentáveis.
	Atuação acadêmica	Desde 2013 é Diretor do Mestrado e da Especialização em Agronegócios e Diretor da Pós-Graduação em Comércio Exterior Agroalimentar (FAUBA). Desde 2014 é Diretor do Departamento de Instituições, Organizações e Estratégias do Programa do Agronegócio (FAUBA). Foi Professor Auxiliar do Departamento de Produção Animal e Professor Responsável do Departamento de Produção Animal. Entre 2003-2008 lecionou "Negócios de Especialidade" nos Programas de Mestrado e Pós-Graduação em Agronegócios e Alimentos da FAUBA. É professor nas carreiras de graduação: Engenharia Agrônoma, Graduação em Economia e Administração Agrária e Graduação em Gestão de Agroalimentos. É chefe dos Trabalhos Práticos do Departamento de Economia Agrícola, Desenvolvimento e Planejamento do Departamento de Agronegócios da FAUBA. Atua no ensino de turmas de Pós-Graduação como responsável pelas disciplinas "Economia e

		Estratégia no Agronegócios” e “Competitividade no Agronegócio” no Mestrado, Especialização e Pós-Graduação em Agronegócio e Alimentação da FAUBA. Trabalhou na formação empresarial a cargo da disciplina “Economia e Estratégia nos Agronegócios” no âmbito de convênios In-House. Ao longo dos anos, a sua experiência acadêmica foi enriquecida com a tarefa de professor-pesquisador desenvolvendo mais de 80 artigos de discussão e trabalhos de investigação que procuram principalmente compreender e promover a melhoria contínua da rede de interações que determinam a Desempenho do agronegócio. Também participou como autor e co-autor de livros e capítulos de livros. Atua como Diretor de Teses de Graduação e Pós-Graduação, comprometendo-se com a formação, desenvolvimento e consolidação de recursos humanos. Da mesma forma, participou como júri de reconhecidas premiações e eventos transcendentales no campo agroalimentar.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	Consultoria e pesquisa com AAPRESID, Associação Colombiana de Exportadores de Flores, Cámara de Tabaco Jujuy, ACSOJA, ADAMA, Fertilizar, Solidaridad.
	Sociedade política	Paralelamente, como consultor/ assessor/ conselheiro, participou em diversos projetos públicos, privados y público-privados de intervenção em torno ao desenvolvimento coletivo de modelos superadores de negócios nos Agronegócios e Alimentos. Especificamente, no âmbito público (IICA, SAGPYA, PNUD, PROSAP, PACPYMES, BID, Governo de Neuquen, Governo de Misiones), participou em 24 projetos vinculados ao desenvolvimento de clusters, diagnóstico e planejamento estratégico de setores produtivos, empresas e/ou cooperativas, sistemas de aseguramiento de origem e qualidade, desenvolvimento de conglomerados (redes) produtivos e análise sistémico de setores agroindustriais.
	Obs:	Nasceu em Buenos Aires. Estudou no Colégio Nacional de Buenos Aires.
<b>Susana Garat</b>	Formação	Graduada em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires.



		Especializou-se em negociação e Resolução de conflitos pela Escola do Governo John F. Kennedy, Harvard University (Estados Unidos) e na Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires.
	Atuação empresarial	
	Atuação acadêmica	Professora do Programa de Atualização em Negociação e Mediação da Faculdade de Psicologia da UBA, do Programa de Pós-Graduação em Negociação e Mudança da Faculdade de Agronomia da UBA, da Especialização em Planejamento Paisagístico e Meio Ambiente da Faculdade de Ciências Agrárias da UNLP e no Centro Escolar de Mediação da Associação dos Magistrados do Departamento Judicial Morón, entre outros. Ofereceu numerosos treinamentos em organizações e colaborou em programas de gestão e assessoria, bem como em publicações sobre diversos temas.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	É membro da Área Acadêmica da Associação Respuesta (Associação Civil sem fins lucrativos), que se dedica desde 1994 à resolução de conflitos e cultura de paz; Coordenadora e Professora das Oficinas de Formação Comunitária da Associação dos Magistrados e Funcionários da Magistratura Judicial de Morón (2000/2015), Mediador n.º 21 do Registo de Mediadores do Ministério da Justiça da Nação e Membro da Sociedade dos Profissionais de Resolução de Disputas (Society of Professionals in Dispute Resolution).
	Sociedade política	
	Obs:	
<b>Susana Perelman</b>	Formação	Engenheira Agrônoma com ênfase em Fitotecnia (1980), Faculdade de Agronomia, Universidade de Buenos Aires. Mestre Scientiae área Biometria, Escola de Pós-graduação, Faculdade de Agronomia, Universidade de Buenos Aires (1996).
	Atuação empresarial	

	Atuação acadêmica	Atua como Professora Associada, Diretora do Departamento de Métodos Quantitativos e Sistemas de Informação da FAUBA, como Pesquisadora e Membro do Conselho do IFEVA: Instituto FAUBA / CONICET de 2008 até a presente data. Desde 1984 atua como professora de graduação na Faculdade de Agronomia da UBA, nas disciplinas de Fisiologia e Ecologia Vegetal (1984-1986), Ecologia (1987-2003), Modelos Estatísticos (2003-atual), Estatística Geral (2003- 2010), entre outros. Ministrou e dirigiu os cursos de Álgebra Linear II (1996-1998), Estatística Aplicada à Pesquisa Biológica (1998-2010), Análise Descritiva Multivariada em Pesquisa Biológica e Social (2005-2010), entre outros, na Escola "Alberto Soriano" FAUBA. Publicou vários artigos e trabalhos em revistas científicas revisadas por pares bem como capítulos de livros. Áreas de pesquisa de interesse: Ecologia Quantitativa. Análise descritiva multivariada. Ecologia da comunidade.
	Associações e Organizações da Sociedade Civil	
	Sociedade política	
	Obs:	

## **Anexo 5: Teses e dissertações do PENSA**

**Nota metodológica:** A relação a seguir de teses e dissertações refere-se aos resumos dos trabalhos realizados no âmbito do PENSA sob orientação de seis dos principais professores do programa vinculados à pós-graduação da FEA/USP e que estão disponíveis para consulta no repositório digital da USP, abrangendo pesquisas publicadas entre os anos de 1995 e 2020. São eles: Decio Zylbersztajn, Elizabeth Farina, Marcos Fava Neves, Marcos Jank, Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho e Maria Sylvia Machione Saes.

Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma Aplicação da Nova Economia das Instituições – Decio Zylbersztajn – Tese de Livre Docencia (1995)

Teoria dos Contratos Econômicos e a Firma – Nelson Fontes Siffert Filho – Orientadora: Elizabeth Farina (1966)

Integração Vertical e Barganha – Paulo Furquim de Azevedo – Orientador: Elizabeth Farina (1996)

Competitividade do Agribusiness Brasileiro: discussão teórica e evidências do sistema carnes – Marcos Sawaya Jank – Orientador: Decio Zylbersztajn (1999)

Rastreabilidade, tecnologia da informação e coordenação de sistemas agroindustriais – Rosa Tereza Machado – Orientador: Decio Zylbersztajn (2000)

Implementação de Estratégias de Governança: Estudo de múltiplas firmas de distribuição de defensivos agrícolas no Brasil – Matheus Kfourri Marino – Orientador: Decio Zylbersztajn (2002)

Responsabilidade Social Corporativa e Criação de Valor para as Organizações: Um estudo multi-casos – Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho – Orientador Decio Zylbersztajn (2002)

O Papel da Reputação na Coordenação Agroindustrial da Cadeia Produtiva de Frutas, Legumes e Verduras Frescos – Eduardo Luiz Machado – Orientadora: Elizabeth Farina (2002)

Pacta Sunt Servanda? Quebra dos Contratos de Soja Verde – Christiane Leles Rezende – Orientador: Decio Zylberstajn (2003)

Mecanismos de Regulação de Qualidade e Segurança em Alimentos – Eduardo Eugenio Spers – Orientador: Decio Zylbersztajn (2003)

Incentivos em Programas de Fomento Florestal na Indústria da Celulose – Augusto Fischer – Orientador: Decio Zylbersztajn (2003).

Estratégias de Concorrência da Indústria Alimentícia e seus Desdobramentos na Dimensão Nutricional – Flavia Mori Sarti Machado – Orientadora: Elizabeth Farina (2003)

Barreiras comerciais sobre os produtos agroindustriais brasileiros na União Européia - Rogério Edivaldo de Freitas – Orientador: Marcos Jank (2004)

Ambiente Institucional e Contratos de Crédito Agrícola – Luciana Florêncio de Almeida – Orientador: Decio Zylbersztajn (2005)

Estrutura, Concorrência, e Performace do Setor Bancário em um Mercado Heterogêneo – Caio Fonseca Ferreira – Orientadora: Elizabeth Farina (2005)

Custos de Medida, Estratégia e Integração Vertical – Emerson Rildo Araújo de Carvalho – Orientadora: Elizabeth Farina (2006)

Falhas de Coordenação em Sistemas Agroindustriais Complexos: Uma aplicação na agroindústria da carne bovina – Orientador: Decio Zylberztajn (2007)

Three studies on farmer cooperatives: heterogeneity, member participation and democratic decision making – Daniela Maria Pozzobon – Orientador: Decio Zylbersztajn (2007)

Direitos de Propriedade, Estratégia e Ambiente Institucional – Guilherme Fowler de Ávila Monteiro – Orientador: Decio Zylbersztajn (2008).

Incentivos em Canais de Distribuição: Um Estudo Comparativo entre Brasil e EUA no Setor de Defensivos Agrícolas - Luciano Thomé e Castro – Orientador: Marcos Fava Neves (2008)

Estratégia e Ação Empreendedora em Empresas Familiares: Uma análise sobre capital humano e capital social – Fabio Matuoka Mizumoto - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2009)

Poder na Formação do Arranjo Institucional do Sistema Agroindustrial Citrícola Paulista - Nobuiki C. Ito – Orientador: Decio Zylberstajn (2010)

Criação e Apropriação de Valor no Sistema Agroindustrial do Vinho do Vale dos Vinhedos – Carla Maria Schimit - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2010)

Mercado para Serviços Ambientais sob a Ótica da Nova Economia Institucional - Otília Denise Jesus Ribeiro – Orientador: Decio Zylbersztajn (2011)

Comportamento do Consumidor de Alimentos no Brasil: Um Estudo sobre a Carne Suína – Maria Stella Saab – Orientador: Marcos Fava Neves (2011).

Planejamento e Gestão Estratégica de Associações de Interesse Privado do Agronegócio: Uma Contribuição Empírica – Marco Antonio Conejero – Orientador: Marcos Fava Neves (2011).

Proposta de um Método Para a Análise dos Efeitos das Atividades de Marketing e Alocação de Recursos em um Ambiente Multicanal – Leandro Angotti Guissoni – Orientador: Marcos Fava Neves (2011)

Custos de Transação e Mensuração na Relações Contratuais entre Supermercados e Produtores Agrícolas Convencionais e Organicos no Brasil e nos EUA – Christiano França da Cunha - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2011).

As Contribuições das Ouvidorias para a Gestão Corporativa: Estudo em instituições bancárias baseado na regulamentação brasileira – Carlos André de Melo Alves – Orientador: Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho. (2012)

Coordenação e governança de subsistemas agroindustriais: uma aplicação na agroindústria da carne bovina voltada ao mercado internacional – Fernanda Kesrouani Lemos – Orientador: Decio Zylbersztajn (2013)

Sociedade Cooperativa de Produção Agropecuária: Estudos dos ganhos indiretos dos cooperados – Pedro Einstein dos Santos Anceles – Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho (2014)

Formas Híbridas e Food Service: Uma Análise da Alocação de Autoridade em Franquias de Alimentação no Brasil – Fabio Dolnikoff - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2015)

Business History e agricultura: Contratos e Instituições ao longo do tempo – Caroline Gonçalves (2016) – Orientador Decio Zylbersztajn (2016)

Estratégias de Crescimento e Reestruturação da Indústria da Carne Bovina no Brasil: O papel de políticas públicas discricionárias – Thiago Bernardino de Carvalho – Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2016)

Heterogeneidade de Formas Plurais: Uma abordagem de custos de transação revisada – Paula Sarita Bigio Schnaider - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2016)

Governança, Características das Organizações e Desempenho dos Investimentos: Evidências em Fundos de Pensão no Brasil – Arlete de Araújo Silva Nesse – Orientador: Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho (2017)

Multas, Externalidades e Custos de Transação: Ensaios sobre gerenciamento de recursos – Matheus Albergaria Magalhães - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2017)

A Lógica nas Escolhas dos Mecanismos de Governança: A influência da identidade social – Caroline Foschaches de Oliveira Quevedo - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2017)

Implementação de planos estratégicos em associações de interesses privado do agronegócio: principais desafios e uma proposta de método – Rafael Bordonal Kalaki – Orientador: Marcos Fava Neves (2018)

Efetividade das Decisões em Conselhos de Administração de Empresas Familiares: Uma abordagem configuracional – Tobias Coutinho Parente – Orientador: Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho (2018)

Como Empresas Familiares Investem: Uma análise dos condicionantes e das características dos investimentos das empresas familiares brasileiras entre (2006 – 2016) – Thiago Henrique Moreira Goes - Orientador: Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho (2018)

Uma Proposta de Método de Inteligência Competitiva para Empresas de Insumos de Agronegócio – Lourival Carmo Monaco Neto - Orientador: Marcos Fava Neves (2019)

Interferências do ambiente institucional nas estruturas de governança de cadeias do agronegócio – Ana Luiza Camargo Mascarin Cunha - Orientador: Marcos Fava Neves (2019).

Uma proposta de análise dos efeitos de diferentes métricas de desempenho de canais de distribuição na participação de mercado sob flutuações econômicas em um mercado emergente – Jhonny Mateus Rodrigues – Orientador: Marcos Fava Neves (2019)

Canais de distribuição de produtores de hortícolas: uma proposta de gestão – Júlio Kyosen Nakatani – Orientador: Marcos Fava Neves (2019)

Conflitos em Conselhos de Empresas Familiares: Investigação sobre os antecedentes e consequências no processo decisório estratégico – Pedro Braga Sotomaior Karam – Orientador: Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho (2019).

Ensaio sobre Meso-instituições: Evidências dos laticínios – Gustavo Magalhães de Oliveira - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2019)

Estratégias de Apropriação de Valor: Conectando a visão baseada em recursos à teoria dos direitos de propriedade – Camila Dias de Sá - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2019)

### **Dissertações do PENSA**

Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira de Alimentos – Claudia Assunção dos Santos Viegas – Orientadora: Elizabeth Farina (2002)

Impactos das barreiras comerciais dos Estados Unidos e União Européia sobre a pauta de exportações agrícolas brasileiras.- Isabel Fernandes Pinto Viégas – Orientador: Marcos Jank (2002)

Escassez de Água e Mudança Institucional: Análise da Regulação de Recursos Hídricos no Brasil – Roberto Fava Scare – Orientador: Decio Zylbersztajn (2003)

A Coordenação do Sistema Agroindustrial do Tomate Orgânico no Estado de São Paulo e o Comportamento do Consumidor – Christiane Leles Rezende – Orientadora: Elizabeth Farina (2003)

As quotas tarifárias e o acesso dos produtos agroindustriais brasileiros ao mercado internacional – Joaquim H. da Cunha Filho – Orientador: Marcos Jank (2003)

Estratégias nos Canais de Distribuição de Ovos: Análise dos arranjos institucionais simultâneos – Fabio Matuoka Mizumoto – Orientador: Decio Zylbersztajn (2004)

Proposição de Etapas para o Planejamento e Gestão de Vendas para o Setor de Insumos Agropecuários – Luciano Thomé e Castro – Orientador: Marcos Fava Neves (2004)

Caracterização e Coordenação de Sistemas Produtivos: O Caso do Trigo no Brasil. – Ricardo Messias Rossi – Orientador: Marcos Fava Neves (2004)

Caracterização e Quantificação do Sistema Citrícola Brasileiro. – Frederico Fonseca Lopes – Orientador: Marcos Fava Neves (2005)

Proposta de um Sistema de Análise de Captura de Valor nos Canais de Distribuição com Base nos Fluxos de Marketing – Mathues Alberto Cónsoli – Orientador: Marcos Fava Neves (2005)

O Valor de Reservas nas Negociações: Evidências empíricas do comportamento oportunista - José Roberto Moraes Antiqueira - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2005)

Dinâmica do Desenvolvimento de Associações de Interesse Privado: O caso da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) – Reginaldo dos Santos Silva - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2005)

Coordenação do Sistema Agroindustrial da Carne Bovina: Determinantes dos arranjos contratuais entre produtores e processadores no Uruguai – Mario Mondelli – Orientador: Decio Zylberztajn (2006)

Marketing de Créditos de Carbono: Um Estudo Exploratório. – Marco Antonio Conejero – Orientador: Marcos Fava Neves (2006)

Adoção de Padrões em Produtos Agrícolas no Brasil: Uma abordagem da teoria dos custos de mensuração – Cintia Lucci – Orientador: Decio Zylbersztajn (2007)

Estrutura de mercado e concorrência no varejo de alimentos: o mercado de consumo integrado – Guilherme Fowler de Ávila Monteiro – Orientadora: Elizabeth Farina (2007)

Proposição de um Método para Analisar a Viabilidade da Implantação de uma Cadeia Produtiva em um Novo Local: o Caso da Citricultura no Pólo Petrolina-Juazeiro. – Vinicius Gustavo Trombin – Orientador: Marcos Fava Neves (2007)

Estruturação de uma Organização Vertical para o Sistema Agroindustrial do Leite no Estado de São Paulo – Everton Molina Campos – Orientador: Marcos Fava Neves (2007)

Direitos de Propriedade e Conflitos de Terra no Brasil: Uma análise da experiência paranaense – Vvian Ester de Souza Nascimento - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2007)

Arranjos Institucionais na Agricultura Brasileira: Um estudo sobre o uso de contratos no sistema agroindustrial sucroalcooleiro da região centro sul – Roberto Pedroso Junior – Orientador Decio Zylbersztajn (2008)

Condicionantes da Viabilidade de Produção do Biodiesel a partir do Dendê e do Pinhão-manso no Semi-árido Brasileiro – José Carlos de Lime Nogueira – Orientador: Marcos Fava Neves (2008)

Proposta de Método de Planejamento e Gestão Estratégica de Marketing para Empresas Organizadoras de Eventos em Redes de Turismo. – Helio Alonso Braga de Paiva – Orientador: Marcos Fava Neves (2008)

Descrição do Ambiente de Marketing Internacional para a Carne Bovina Brasileira com Foco na União Européia, Rússia e Países Africanos. – Maria Gabriela de Oliveira Tonini – Orientador: Marcos Fava Neves (2008)

Análise Prospectiva do Padrão de Expansão do Setor Sucroenergético Brasileiro: Uma aplicação de modelos probabilísticos com dados georeferenciados – Marcelo Melo Ramalho Moreira – Orientador: Marcos Jank (2008)

Contratos de Etanol Carburante e a Racionalidade Econômica entre Usinas e Distribuidoras de Combustíveis no Brasil – Fabio Dolnikoff - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2008)

Análise da Transação de Suprimento de Cana-de-açúcar e os Relacionamentos Inter-organizacionais – Rafael Oliveira Amaral – Orientador: Marcos Fava Neves (2009)

Proposta de Metodologia para a Avaliação das Comunicações Integradas de Marketing: Uma Abordagem Focada na Gestão Baseada em Valor. – Leandro Angotti Guissoni – Orientador: Marcos Fava Neves (2009)

Diferenciação e Geração de Renda nos Sistemas Agroindustriais – Bruno Varella Miranda - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2009)

Efeito da Regulação sobre Sistemas Agroindustriais de Produção de Biodiesel – Camila Benatti Mourad – Orientador: Decio Zylbersztajn (2010)

Influência do Movimento Verde na Seleção de Fornecedores de Alimentos dos Grandes Varejistas – Mariana Darahem Mafud – Orientador: Marcos Fava Neves (2010)

Proposição de Um Método de Planejamento e Gestão Estratégica de Clusters. – Rodrigo Alvim Afonso – Orientador: Marcos Fava Neves (2010)

Alternativas Encontradas para Superação das Principais Dificuldades no Processo de Certificação Fair Trade: Um Estudo Multicasos de Organizações de Pequenos Produtores no Brasil. – Carla Cristina Martoni Pereira – Orientador: Marcos Fava Neves

Processo de Sucessão no Controle de Empresas Rurais Brasileiras: Um estudo Multicasos – Nádia de Barros Alcântara – Orientador: Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho (2010)

Propriedade Intelectual na Cadeia de Flores e Plantas Ornamentais: Uma análise da legislação brasileira de cultivares – Camila Dias de Sá - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2010)

Investimentos Diretos Estrangeiros no Setor Sucroenergético. – Mairun Junqueira Alves Pinto – Orientador: Marcos Fava Neves (2011)



Proposta de Plano Estratégico para Ampliar a Competitividade do Setor de Frutas Brasileiras no Mercado Internacional – José Guilherme Ambrosio Nogueira – Orientador: Marcos Fava Neves (2011)

Simulação de Cenários para o Setor Sucroenergético Brasileiro a partir do Método de Mapeamento e Quantificação de Sistemas Agroindustriais – Brian Manoel Julca Briceno – Orientador: Marcos Fava Neves (2011)

Formas Plurais e Assimetrias e Informação – Paula Sarita Bigio Schnaider - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2011)

Organização Familiar Agrícola: O caso da produção de soja no sul do Brasil – Raquel Silvestrin Zanon - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2011)

Percepção de risco e escolha dos contratos nas transações de venda do café – Renan Grassi F. de Menezes – Orientador: Decio Zylbersztajn (2012)

Planejamento e gestão de programas de relacionamento ao pequeno varejo: um estudo de caso com uma empresa do setor alimentício. – Jessica Paezani Sanches – Orientador: Marcos Fava Neves (2012)

Comunicação nos Processos de Gestão de Risco Corporativo na BM&F BOVESPA – Flavio de Moraes – Orientador: Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho (2012)

Estruturas de Governança e Capacidade de Inovação em Pequenas Empresas: Caso da indústria brasileira de torrefação e moagem de café – Gabriela Feresin Jardim - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2012)

Análise de Incentivos para o cumprimento de leis em sistemas agroindustriais – Bruna Lirla Avelhan – Orientador: Decio Zylbersztajn (2013)

Proposta de um método para o planejamento e gestão da cadeia de suprimento de empresas compradoras de frutas. – Julio Kyosen Nakatani – Orientador: Marcos Fava Neves (2013)

Governança e Responsabilidade Social Corporativa: perspectivas dos conselheiros de administração no Brasil – Tobias Coutinho Parente – Orientador: Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho (2013)

Determinantes do Investimento Externo Direto em Terras nos Países em Desenvolvimento – Leandro Simões Pongeluppe - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2013)

Serviços Agrícolas no Brasil: Uma Análise sobre a Mecanização Agrícola – Ana Luiza Camargo Mascarin – Orientador: Decio Zylbersztajn (2014)

Uma proposta de plano estratégico para o setor citrícola brasileiro – Rafael Bordonal Kalaki – Orientador: Marcos Fava Neves (2014)

Uma proposta de método para gestão estratégica de cadeias produtivas em um recorte estadual – Tassia Gerbasi – Orientador: Marcos Fava Neves (2014)

Proposta de projetos estratégicos para canais de distribuição de insumos agrícolas em função do nível de gestão do canal. – Eduardo Sandrini Simprini – Orientador: Marcos Fava Neves (2014)

Mudanças Institucionais e as Relações entre Produtores Rurais e o Segmento Processador de Leite no Brasil – Éder de Carvalho Januário - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2014)

Práticas de marketing de relacionamento entre fabricantes e distribuidores de defensivos agrícolas - Flavio Ruhnke Valerio – Orientador: Marcos Fava Neves (2015)

A relação entre a implementação de mecanismos de governança corporativa e a evolução do processo sucessório em empresas de controle familiar: estudo de casos múltiplos. – Livia Paulucci de Freitas – Orientador: Claudio Antonio Pinheiro Filho (2015)

Luta Pela Sobrevivência: Um modelo de estratégia competitiva para a recuperação de empresas – Fernando Cesare Kolya - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2015)

Instituições e Empreendedorismo: Diferentes regras para o mesmo jogo – Caroline Raiz Moron - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2015)

Investimento em Infraestrutura no Brasil: Políticas Públicas, agronegócio e desenvolvimento econômico – Fernando Vinicius da Rocha - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2016)

A profissionalização em empresas familiares: estudo de casos múltiplos. – Maria das Neves Alves de Souza - Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho (2016)

Da Cooperação à Terra: Experiências associativas em Pirituba II – Yasser Hassan Saleh - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2017)

Desverticalização na colheita mecanizada na cafeicultura – Gustavo Magalhães de Oliveira – Orientador: Decio Zylbersztajn (2017)

Governança Corporativa em Empresas de Controle Familiar: Compreendendo a dinamica do conselho de familia – Camila Cristina da Silva – Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho (2017)

Diagnóstico da experiência de produtores de cana-de-açúcar do interior de São Paulo na perspectiva do ecossistema do cliente. – Larissa Mayer Munhos – Orientador: Marcos Fava Neves (2019)

A Competitividade das Firms de Suco de Laranja de Pequeno Porte no Estado de São Paulo – Fernanda Geraldini Palmieri - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2018)

O papel das mídias sociais na reputação: um estudo no setor da construção civil com aplicação de Big Data. – Barbara Grings – Orientador: Claudio Antonio Pinheiro Machado Filho (2018)

Teoria da Agencia e o Contrato de PPP da Rodovia MG-050 – Erica Ferreira de Andrade - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2019)

Instituições e Meso-instituições no Financiamento de Startups – Helder Marcos Freitas Pereira - Orientadora: Maria Sylvia Machione Saes (2019)

Uma proposta de ampliação do método de planejamento estratégico no agronegócio (ChainPlan) a partir de uma abordagem de sustentabilidade – Leticia Franco Martinez – Orientador: Marcos Fava Neves (2020)

## Anexo 6: Dissertações do PAA

**Nota Metodológica:** A presente relação de dissertações do PAA/FAUBA são relativas à lista de dissertações de mestrado defendidas segundo a página da internet do programa, disponível em: <http://epg.agro.uba.ar/carreras/carreras-de-especializacion/agronegocios-y-alimentos/> (acesso: 10/05/2019), cujos resumos encontram-se disponíveis no repositório digital da UBA, compreendendo o período de 2002 a 2018.

Desempeño del subsistema de agronegocios de palta Hass peruana – Anael de los Milagros Flores Calle – Orientador: Sebastian Senesi (2018)

Nuevos diseños organizacionales en el subsistema de agronegocios de la palta orgánica en la Región La Libertad – Perú. Estudio de caso múltiple

Estrategias para aumentar el consumo de Quinoa (*Chenopodium quinoa* W.) en la ciudad de Puno y Lima Metropolitana basado en las percepciones de los consumidores – Karina Érica Eduardo Palomino – Orientador: Sebastian Senesi (2018)

Subsistema de agronegocios de pimientos frescos del Perú. Identificación de restricciones del subsistema para mejorar la inserción de los productos en el mercado de Estados Unidos – William Sánchez Chávez – Orientador: Hernan Paulau (2018).

Posicionamiento de la palta peruana en el mercado de los Estados Unidos, a través de la visión focalizada. – Almer Ventura Román. Orientador: Guillermo Toranzos Torino (2018)

Certificación de comercio justo. Alcance y limitaciones en el banano ecuatoriano. – Evelyn Paola Cabanilla Garcia – Orientador: Evangelina Gabriela Dulce (2017)

Competividad del Sistema de Agronegocios del Tabaco Virginia en Argentina – Jorge Enrique Jacobs – Orientador: Sebastian Senesi (2017)

Rol de las Cooperativas Agropecuarias pampeanas ante los cambios estructurales del sector agropecuario – Raúl Mazzola Walter – Orientador: Hector Juan D’Adam (2017)

Biotecnología y propiedad intelectual. Escenario nacional actual desde la óptica del científico hasta la del gestor de políticas públicas – Fabián Ariel Shalom – Orientadora: Sandra Elizabeth Sharry (2017)

Viabilidad de implementación de un modelo de coordinación vertical en el sistema de agronegocios porcino de la zona Austro de Ecuador – Tania Valeria Solís Sala – Orientador: Sebastian Senesi (2017)

Subsistema de agronegocios del mango fresco peruano de exportación. Fortalezas y debilidades para su consolidación en el mercado estadounidense. – Ilse Anai Villarreal Carrillo – Orientador: Sebastian Senesi (2017)

El caballo como industria: Descripción del subsistema de la carne équidos en la Argentina. – Eduardo Esteban Barbero – Orientador: Hernan Palau (2016)

Diagnóstico del sistema de ganados y carnes vacuna de la Argentina frente a las exigencias internacionales sobre bienestar animal. – Juan Pedro Bergaglio – Orientador: Hernan Palau (2016)

Alianza público-privada como una alternativa de desarrollo de agronegocios en la Región de San Martín – Perú. Estudio de caso múltiple. – Christel Lucero Choque Yarasca – Orientador: Gustavo Idigoras (2016)

Innovación organizacional en la producción de cacao orgánico en Perú. Estudio de caso de la cooperativa agraria Oro Verde. – Julio Santiago Chumacero Acosta – Orientadora: Evangelina Dulce (2016)

Toma de decisiones para el uso de herramientas de gestión comercial en la empresa agrícola del Sur de Santa Fe – Mariana Sabrina De Emilio – Orientador: Fernando Livio Botta (2016)

Inserción de alimentos funcionales al mercado de la Unión Europea: Oportunidades y desafíos para la exportación del yacón de Amazonas – Perú. – Lili Diaz Manosalva – Orientador: Sebastian Senesi (2016)

Estructuras de gobernanza y gobernanza corporativa en la producción colectiva de aguaymanto. Estudio de caso APPEC. – Gustavo Adolfo Espinoza Calderón – Orientador: Hernan Palau (2016)

Tecnología, costos agrícolas y su relación con la estructura agraria : un estudio sobre la evolución de las explotaciones agrícolas en el partido de Pergamino, provincia de Buenos Aires – Guilherme José Hanickel – Orientador: Marcela Eloísa Román (2016)

Análisis e importancia de la motivación laboral en la productividad de los agronegocios: Caso empresa agropecuaria La Escondida – Ruth Huamani Torres – Orientador: Hugo Ojeda (2016)

Grupos Asociativos de Turismo Rural en Argentina. El Caso de los Grupos Cambio Rural del Centro Regional Buenos Aires Sur del INTA. – Raúl Cristian Mendivil – Orientadora: Evangelina Dulce (2016)

Márgenes de comercialización de la carne bovina en Medellín, Colombia durante los últimos años (2009-2013) – Laura Moreno Gomez - Orientador: Rolando Daniel Lema (2016)

Alcances y limitaciones de la acción colectiva y subsistemas estrictamente coordinados en la panela granulada de Piura – Perú. Estudio de caso múltiple – José Feliz Pingo Lozada – Orientador: Hernan Palau (2016)

Competitividad dinámica en el sistema agroindustrial de la palta en Perú – Marco Antonio Riojas Sandoval – Orientador: Guillermo Toranzos Torino (2016)

Variables de desarrollo interno de empresas y su relación con la capacidad de internacionalización. Una aproximación desde el estudio de caso APROPALen Perú. – Martha Ruíz Perez = Orientador: Gustavo Héctor Napolitano (2016)

Herramientas de marketing digital como estrategia de adaptación frente a las nuevas perturbaciones del mercado para las Micro y pequeñas empresas de muebles de madera en Villa el Salvador – Perú – Yuan Zulay Salinas Ramos - Orientadora: Claudia Altieri (2016)

Director de tesis: Inversión tecnológica, demanda externa y competitividad del sistema de agronegocios de quinua en el Perú - Efraín Amador Tarapa Chagua – Orientador: Guillermo Toranzos Torino (2016)

Fuerzas impulsoras de una organización colectiva exitosa. El caso de pequeños productores de banano orgánico en Perú – Ruben Iván Marchena Chanduvi – Oriendadora: Evangelina Gabriela Dulce (2015)

Competitividad del sistema agroindustrial de café peruano, en el período 1961-2011. – Carlos Salas Peña – Orientador: Guillermo Nicanor Toranzos Torino (2015)

Identificación de los posibles riesgos contractuales en el desarrollo de franquicias de la empresa Bon Pan – Diana Carolina Vanegas Jimenez - Orientador: Sebastián Senesi (2015)

Estudio de las restricciones al diseño e implementación de proyectos de mecanismo de desarrollo limpio forestales en la Argentina. – Jonatan Javier Armijos Cervoni – Orientador: Inés García Fronti (2014)

El desarrollo tecnológico y la evolución de la frontera agrícola en el período 1961-2009 – Luciano Martin Casal – Orientador: Guilherme Toranzos Torino (2014)

Estudio del sistema de agronegocios del jabalí en Argentina: Antecedentes y situación actual desde la perspectiva de los negocios agroalimentarios. – Ernestina Oliva - Orientador: Carlos Vieites (2014)

Las certificaciones responsables como mecanismo para la reducción de la pobreza en la población rural de Ecuador : estudio de caso múltiple – Marco Geovanny Santamaria Lema – Orientador: Hernan Palau (2014)

Impacto de la inversión tecnológica y de la demanda externa sobre la producción y competitividad de la uva en el Perú: período 1961-2011. – Manuel Elias Valle Colchao - Orientador: Guillermo Toranzos Torino (2014)

Análisis de las transacciones industria-distribución y producción-industria del SAG lácteo argentino: estructuras de gobernanza y conflictos en contexto de políticas de intervención. – Maria Mercedes Barilatti - Orientador: Raúl Pérez San Martín. (2013)

Estudio del sistema de agronegocios lechero de la Región Sierra del Ecuador: identificación de restricciones y oportunidades para mejorar su competitividad. – Jorge Julio De La Calle Pasquel - Orientador: Bolívar Ricaurte (2013)

Sistema agroindustrial del cacao fino o de aroma del Ecuador. Identificación de oportunidades y restricciones del sistema para la mejora de la inserción del producto en el mercado externo. – Lady Diana González Apolo - Orientadora: Evangelina Gabriela Dulce (2013)

El precio de la tierra en Pradera Pampeana y su relación con los commodities agropecuarios. Período 1998-2008. – Augustin De Notta - Orientador: Guillermo Toranzos Torino (2012)

Lechería ovina en Argentina. Identificación y análisis de los puntos de conflicto en las transacciones productor – industria e industria- distribución y su impacto sobre la sostenibilidad del negocio en Argentina. – Evangelina Gabriela Dulce - Orientador: Raúl Pérez San Martín (2012)

Diagnóstico de la cadena de la nuez de nogal de las provincias de La Rioja y Catamarca. Estrategias y tácticas para mejorar su inserción en el comercio internacional. – Valeria Beatriz Errecart - Orientador: Christian Eugenio Martínez (2012)

Integración vertical en las empresas yerbateras y tealaras argentinas: variables que afectan el comportamiento de las firmas en sus decisiones de integración vertical. – Emiliano Lysiak - Orientador: Daniel Lema (2012)

Logística y modelización de la Cadena de Vinos finos en la Argentina. – Javier Carlos Quagliano Amado - Orientado: Roberto Bloch (2012)

El capital social como factor de producción en los sistemas de Agronegocios en Argentina. Un análisis comparado de los sistemas aviar, vitivinícola y vacuno. – Sebastian Senesi – Orientador: Raúl Pérez San Martín (2011)

Sistemas de gestión de calidad. Implementación y evaluación de la performance mediante un estudio de caso múltiple en INTA. – Cristina Alejandra Slepatis – Orientador: Raúl Pérez San Martín (2011)

Calidad y Competitividad en Empresas Agroalimentarias Argentinas. Un enfoque desde la Nueva Economía Institucional. – Maria Bernadette - Orientador: Gustavo Napolitano (2010)

Análisis de factibilidad, para la implementación de una empresa nacional especializada en certificación orgánica de calidad para productos agropecuarios, en Ecuador – Juan Carlos Galarza Oleas - Orientador: Raúl Pérez San Martín (2010)

El consumo de hortalizas en el Gran San Juan. Un estudio exploratorio. – Ana Noemi Kuliehevsky – Orientador: Omar Alberto Miranda (2010)

Acciones colectivas de pequeñas y medianas empresas para superar las barreras del comercio exterior: consorcios de exportación de alimentos en Argentina. – Monica Maria Trujillo Becerra - Orientadora: Marisa Delia Bircher (2010)

Incidencia de los contratos de abastecimiento de papa para la industria de chips sobre el diseño de las empresas proveedoras. El caso Pepsico Argentina – Danilo Rodrigo Lalaleo Jácome - Orientador: Gustavo Hector Napolitano (2009)

Estrategias y tácticas de marketing de guerra implementadas por las principales empresas cerveceras en Argentina. Identificación a través de un estudio comparativo multicaso. – Graciela Beatriz González - Orientador: Ing. Agr. Raúl Pérez San Martín (2008)

Diferenciación de alimentos por medio de certificaciones religiosas: Un acercamiento desde la nueva economía y los negocios agroalimentarios. – Juan Manuel Alderete – Orientador: Ing. Agr. Hugo Cetrángolo (2007)

Lechería ovina: tesis sobre Cuadro de mando integral como herramienta para crear una actividad sustentable. – Marcelo Bettinotti – Orientador:: Lic. Francisco Oscar Faranda (2007)

Red de productores de trigos segregados por calidad panadera: su viabilidad en la zona Mar y Sierras del Quequén – Mario Francisco Cappi – Orientadora: Ing. Agr. María Inés Jatib (2007)

Sustentabilidad de la producción ganadera bovina ¿Es posible internalizar los costos ambientales? Un estudio en la pampa húmeda – Hugo Teodoro Von Bernarndo – Orientador: Rolando Quiroz (2006)

Agronegocios de ganados y carnes en la Argentina: restricciones y limitaciones al diseño e implementación de sistemas de aseguramiento de origen y calidad. Estudio de caso múltiple – Hernan Palau – Orientador: Profesor Héctor Ordóñez (2005)

Impacto de la pérdida de la cuasi renta en el mercado del champignon fresco: El caso Horst. – Raúl Guillermo Pérez San Martín – Profesor Héctor Ordóñez (2003)

Fideicomisos Agropecuarios. Una alternativa para financiar al sector – Horacio Carlos Mackeprang – Orientadora: Lic. Mónica Erpen (2002)



## Anexo 7: Membros RTRS

**Nota metodológica:** A relação de empresas e organizações a seguir se referem aos dados disponibilizados pela RTRS em janeiro de 2022, através de seu endereço eletrônico. As descrições foram elaboradas e traduzidas pela RTRS ou pelas próprias organizações e empresas<sup>56</sup>.

Organização	País	Site	Setor	Descrição
Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (Aapresid)	Argentina	<a href="http://www.aapresid.org.ar">http://www.aapresid.org.ar</a>	Produtores	A Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (Aapresid) é uma organização não governamental sem fins lucrativos. Está integrada por uma rede de produtores agropecuários que, a fim de conservar seu principal recurso, o solo, adotaram e promoveram a divulgação de um novo paradigma agrícola baseado no Plantio Direto.
ACT Commodities	Países Baixos		Indústria, Comércio e Finanças	Fornece liquidez para ajudar as empresas do mundo a comprar e vender commodities ambientais, por vontade própria ou para dar cumprimento às normas. É membro da RTRS desde 2014 e desenvolve a Soy4Brands, uma iniciativa que facilita as transações entre os produtores e os compradores mediante contratos a termo sobre créditos RTRS com uma abordagem regional.
AGRAVIS Raiffeisen AG	Alemanha	<a href="http://www.agravis.de">http://www.agravis.de</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A AGRAVIS Raiffeisen AG é uma das principais cooperativas agrícolas da Europa e a maior produtora de ração para animais na Alemanha. Ela opera mais de 30 unidades de produção de ração, incluindo empresas associadas, com uma capacidade de 4,9 milhões de toneladas para todas as espécies animais, em conformidade com os requisitos dos regimes de certificação REDcert-EU e REDcert-2.

<sup>56</sup> Consultado em: RTRS. Membros. Disponível em: <https://responsiblesoy.org/membros?lang=pt-br>. Acesso em: 25, jan, 2022.

Agrex	Brasil	<a href="http://www.agrex.com.br">http://www.agrex.com.br</a>	Produtores	A Agrex é uma produtora, certificada pela RTRS, que conta com 51 unidades entre oficinas de entrada, unidades receptoras, espaço para estocagem de grãos, processamento de soja e sementes para produção de farinha de soja integral e uma divisão dedicada à produção agrícola
Royal Agrifirm Group	Países Baixos	<a href="http://www.agrifirm.com">http://www.agrifirm.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Royal Agrifirm Group contribui para o desenvolvimento responsável da cadeia alimentar em benefício das gerações futuras. Oferece uma ampla variedade de alimentos balanceados, pré-misturas, concentrados, misturas minerais e aditivos para a indústria da alimentação animal, produtos para cultivos, soluções digitais específicas e serviços de assistência a pecuaristas, integradores, fabricantes de rações, distribuidores e produtores. A Agrifirm é uma cooperativa agrícola líder nos Países Baixos, com uma rede internacional de subsidiárias na Europa, América do Sul, Estados Unidos, Ásia, além de uma rede mundial de distribuição.
Ahold Delhaize	Países Baixos		Indústria, Comércio e Finanças	A Ahold Delhaize é um grupo varejista internacional. Todas as marcas da empresa compartilham a paixão de fornecer bons alimentos, valor e inovação, além de criar locais de trabalho inclusivos e que proporcionem boas oportunidades profissionais. Nossas marcas também firmaram compromissos importantes e duradouros para fortalecer as comunidades locais, comprar com responsabilidade e ajudar os seus clientes a fazer escolhas saudáveis.
ALDI SOUTH Group	Alemanha	<a href="https://www.aldi.com/">https://www.aldi.com/</a>		O ALDI SOUTH Group é um dos principais varejistas internacionais de alimentos, com mais de 5.950 lojas em 11 países. Um dos princípios básicos da ALDI é trabalhar com altos padrões de qualidade em todas as suas áreas de operação, oferecendo aos clientes qualidade, valor e bons preços. A responsabilidade corporativa é parte integrante do processo decisório do Grupo. Embora a ALDI seja, antes de mais nada, uma varejista de alimentos, as nossas lojas também oferecem uma ampla gama de mantimentos, utensílios domésticos e Compras Especiais. A carteira de produtos da ALDI é composta, principalmente, por produtos exclusivos da marca ALDI. Dessa forma, é possível controlar a alta qualidade do produto.

Aliança da Terra	Brasil	<a href="http://www.aliancadaterra.org.br">http://www.aliancadaterra.org.br</a>	Organizações da Sociedade Civil	A Aliança da Terra trabalha junto com os produtores rurais fornecendo soluções inovadoras que integram boas práticas de produção, com respeito às pessoas e aos recursos naturais, gerando confiança para novas oportunidades de negócio nas cadeias produtivas.
AMAGGI	Brasil	<a href="http://www.amaggi.com.br">http://www.amaggi.com.br</a>	Produtores	A AMAGGI atua em toda a cadeia do agronegócio e possui sede em Cuiabá (MT). Na área de produção agrícola, trabalha com soja, milho e algodão, além da produção e melhoria de sementes de soja
ANAPO	Bolivia	<a href="http://www.anapobolivia.org">http://www.anapobolivia.org</a>	Produtores	A ANAPO é uma organização sindical que reúne produtores de oleaginosas (soja e girassol) e trigo do departamento de Santa Cruz da Bolívia, fundado em 1974. Entre seus objetivos estão: exercer a representação sindical dos produtores de oleaginosas e de trigo; defender os direitos e interesses dos produtores e cooperar com seus parceiros na produção e comercialização de oleaginosas; e fortalecer, apoiar e realizar pesquisas, transferência de tecnologia e treinamento para melhorar o desempenho e reduzir os custos de produção.
Archer Daniels Midland Company (ADM)	Alemanha	<a href="https://www.adm.com">https://www.adm.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Há mais de um século, a Archer Daniels Midland Company (NYSE: ADM) vem transformando culturas agrícolas em produtos que atendem às necessidades vitais de um mundo em crescimento. Hoje, a empresa é uma das maiores processadoras e fornecedoras de ingredientes alimentícios do mundo, com aproximadamente 40.000 funcionários e clientes em quase 200 países. Com uma cadeia de valor global que inclui aproximadamente 450 locais de aquisição de produtos agrícolas, mais de 330 centros de produção de alimentos e ingredientes alimentícios, 62 centros de inovação e a principal rede de transporte agrícola do mundo, eles conectam a colheita às casas dos consumidores, oferecendo produtos usados em alimentos e ração animal e para fins industriais e energéticos.

Asda	Reino Unido		Indústria, Comércio e Finanças	Fundada na década de 1960 em Yorkshire, no Reino Unido, a Asda é uma das principais varejistas da Grã-Bretanha e ajuda seus clientes a economizar dinheiro e viver melhor por meio de suas lojas, serviços on-line e dispositivos móveis. A cada semana, mais de 18 milhões de clientes visitam as 645 lojas da Asda. Parte da família Walmart, a Asda está trabalhando para atingir a meta de desmatamento líquido zero até 2020. Como membro ativo da Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS) e signatária da Moratória da Soja, a Asda vem trabalhando em parceria com o setor para resolver a questão da produção insustentável de soja. Em 2018, a Asda anunciou que toda a soja proveniente de países de alto risco e usada em produtos de sua própria marca deverá apresentar uma certificação de sustentabilidade. Essa medida está alinhada aos compromissos da empresa com a sustentabilidade nos setores de palma, madeira, cacau e viscoso.
Atria Sweden	Suécia	<a href="http://www.atria.se">http://www.atria.se</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Atria Sweden elabora produtos derivados da carne e delicatessen. Faz parte do grupo finlandês Atria Abp, que tem 4700 funcionários espalhados em quatro áreas geográficas de negócios: Finlândia, Escandinávia, Rússia e região do Báltico.
Avena Nordic Grain Oy	Finlândia	<a href="http://www.avena.fi">http://www.avena.fi</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Avena Nordic Grain Oy é uma empresa finlandesa fundada em 1995 que comercializa grãos e alimento animal. Sua atividade principal é a exportação de grãos, a moagem de colza e a importação de matérias-primas proteicas.
Axfood	Suécia	<a href="http://www.axfood.se">http://www.axfood.se</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Axfood é uma empresa atuante no comércio de alimentos na Suécia, tanto no atacado quanto no varejo.
Bakkavor	Reino Unido	<a href="https://www.bakkavor.com/">https://www.bakkavor.com/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Bakkavor é a fabricante líder de alimentos frescos elaborados do Reino Unido, com crescente presença internacional nos Estados Unidos e na China. No Reino Unido e nos EUA, a empresa trabalha com os principais supermercados, ajudando-os a diferenciar sua oferta de produtos com foco nas marcas próprias e nos seus

				compromissos em termos de políticas, por exemplo, desmatamento zero. Na China, a companhia abastece os operadores gastronômicos. A sustentabilidade ambiental é um dos pilares básicos de sua estratégia de abastecimento responsável, a fim de garantir a sustentabilidade no longo prazo e a resiliência na sua cadeia de abastecimento. Com materiais e ingredientes provenientes de mais de 50 países, a companhia reconhece sua responsabilidade relativa ao uso de ingredientes e materiais compatíveis com o meio ambiente na maior medida possível e com o compromisso dos principais supermercados do Reino Unido. A soja e seus derivados são utilizados como ingredientes diretos em alguns produtos da Bakkavor, porém, o mais relevante é o conteúdo indireto de soja (embedded soy) nos produtos derivados de animais, como laticínios, carne de boi, aves de curral e peixes.
BASF	Brasil	<a href="https://www.basf.com/ar/es.html">https://www.basf.com/ar/es.html</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A BASF combina o êxito econômico com a proteção do meio ambiente e a responsabilidade social. Os aproximadamente 122.000 empregados do Grupo BASF trabalham para contribuir ao êxito de seus clientes em quase todos os segmentos e em quase todos os países do mundo. Seu portfólio está organizado em seis áreas: produtos químicos, materiais, soluções industriais, tecnologias de superfície, nutrição e cuidado e soluções agrícolas.
Bayer	Alemanha	<a href="https://www.bayer.com/">https://www.bayer.com/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Bayer é uma empresa global com competências chave nas ciências da vida, da saúde e da nutrição. Seus produtos e serviços foram desenhados em benefício das pessoas, apoiando as iniciativas que permitem superar os grandes desafios derivados do aumento e envelhecimento da população mundial. A Bayer tem um compromisso com os princípios de desenvolvimento sustentável e a marca Bayer representa confiança, confiabilidade e qualidade no mundo inteiro
BioMar Group	Dinamarca	<a href="http://www.biomar.com">http://www.biomar.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O BioMar Group é o fornecedor líder de alimento para peixes de alto rendimento no mercado aquícola. Hoje, opera 14 plantas de alimento para peixes e está construindo outras duas. As plantas estão localizadas em diversos lugares do mundo: Noruega, Chile, Dinamarca, Escócia, Espanha, França, Grécia, Turquia, China, Costa Rica,

				Equador e, em breve, também na Austrália. O BioMar fornece alimento para 45 espécies de peixes em 80 países. O BioMar é propriedade exclusiva do grupo industrial dinamarquês Schouw & Co, cujas ações são negociadas na NASDAQ de Copenhague.
Bunge	Estados Unidos	<a href="http://www.bunge.com">http://www.bunge.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Limited é uma companhia global de agronegócios e alimentos. Produz e vende fertilizantes, compra, transporta e vende oleaginosas e grãos no mundo inteiro; processa oleaginosas para a produção de farinha proteica para a indústria pecuária; produz óleos comestíveis e produtos afins para processadores de alimentos, e processa trigo e milho para a elaboração de alimentos e bebidas. Sua missão é alcançar a melhora contínua da produção de alimentos e da cadeia de valor dos agronegócios.
Veritas	Argentina	<a href="https://www.bureauveritas.com.ar/">https://www.bureauveritas.com.ar/</a>	Observadores	O Bureau Veritas é líder em provisão ambiental de terceiros, certificação de sustentabilidade e qualidade de alimentos, auditoria, testes e desenvolvimento de padrões. Desde a sua fundação em 1828, o Bureau Veritas Group constrói consistentemente sua reconhecida capacidade de ajudar os clientes a cumprir os padrões e regulamentos relacionados à Qualidade, Saúde e Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social.
BVRio	Brasil	<a href="http://www.bvrio.org">http://www.bvrio.org</a>	Observadores	A BVRio (Instituto BVRio e Bolsa de Valores Ambientais) tem como missão de promover o uso de mecanismos de mercado para facilitar o cumprimento de leis ambientais e apoiar a economia verde. Inicialmente criada no Brasil, a BVRio está expandindo suas atividades, conceitos e mecanismos internacionalmente. Atualmente, com operações na China, Ásia do sudeste, África e Europa. BVRio criou uma spin-off para financiar soja sustentável, chamada Sustainable Investment Management
Superunie	Países	<a href="http://www.superunie.nl">http://www.superunie.nl</a>	Indústria,	A Superunie é uma organização de compras que representa 13 organizações

	Baixos		Comércio e Finanças	independentes de varejo dos Países Baixos, com mais de 1.500 lojas e quase 30% de participação de mercado. A Superunie opera com sucesso há 60 anos.
Caldenes Agropecuaria	Brasil	<a href="http://www.caldenes.com.ar">http://www.caldenes.com.ar</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Caldenes Agropecuaria é uma empresa privada com mais de 70 anos de trajetória no setor agropecuário, líder na raça Hereford e na Agricultura Certificada, na Argentina. Aplica as melhores práticas de gestão, as Boas Práticas Agrícolas e as Boas Práticas Pecuárias, de acordo ao protocolo ASC da AAPRESID e ao Padrão de Produção da RTRS.
Canadian Seed Institute (CSI)	Canadá	<a href="http://www.csi-ics.com">http://www.csi-ics.com</a>	Observadores	O Canadian Seed Institute (CSI) é uma organização sem fins lucrativos, de Ontário, Canadá. Sua missão é prestar serviços de auditoria e inspeção custo-efetivas a empresas agrícolas, de acordo com diversos padrões para produtos agrícolas e plantas. O CSI é também um órgão de certificação de produtos orgânicos que presta o serviço de certificação a seus clientes, conforme o regime canadense para produtos orgânicos, o padrão agrícola do Japão para a certificação de orgânicos e a certificação para orgânicos equivalente ao programa nacional para orgânicos
Cargill	Brasil	<a href="http://www.cargill.com.br">http://www.cargill.com.br</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Cargill oferece serviços e produtos alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais ao mundo. Juntamente com produtores rurais, clientes, governos e comunidades, a companhia ajuda as pessoas a prosperar mediante a aplicação de suas ideias e mais de 150 anos de experiência. Tem 155.000 funcionários em 70 países, que estão comprometidos a fornecer alimentos ao mundo de uma forma responsável, reduzindo o impacto ambiental e melhorando as comunidades onde atua.
Carrefour	França	<a href="http://www.carrefour.com">http://www.carrefour.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O Carrefour é um grupo varejista multilocal, multiformato e onicanal. A abordagem mundial de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo tem base em três pilares: lutar contra os resíduos em todas suas formas, proteger a biodiversidade e trabalhar junto aos parceiros da empresa.

CAT Sorriso	Brasil	<a href="http://www.catsorriso.com.br">http://www.catsorriso.com.br</a>	Produtores	A CAT Sorriso é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que reúne os produtores rurais, engenheiros agrônomos, mulheres do agronegócio, estudante, lideranças agrícolas e sociedade civil, e busca o desenvolvimento tecnológico em harmonia com o ambiente. Atualmente, opera em quatro áreas de trabalho: promove eventos tecnológicos para grandes, médios e pequenos produtores; oferece suporte para a agricultura familiar e desenvolve também a valorização da participação das mulheres e a educação ambiental no sistema escolar e na comunidade.
CDP	Reino Unido	<a href="https://www.cdp.net/en">https://www.cdp.net/en</a>	Organizações da Sociedade Civil	O CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos que promove a redução das emissões de gases de efeito estufa, o cuidado dos recursos hídricos e a proteção dos bosques frente a empresas e governos. Reconhecido como o melhor fornecedor de pesquisa sobre o clima, o CDP trabalha com investidores institucionais movendo ativos de USD \$ 96 bilhões, potencializando seu poder aquisitivo e sua capacidade de investimento para motivar as empresas a revelarem e gerenciarem seus impactos ambientais. Em 2019, mais de 8.400 empresas com mais de 50% de capitalização de mercado global divulgaram dados ambientais através do CDP. Isto se soma às mais de 920 cidades, estados e regiões que divulgaram sua informação, o que torna a plataforma do CDP uma das fontes de dados mundiais mais ricas acerca de como as empresas e os governos promovem a mudança ambiental. O CDP é membro fundador da We Mean Business Coalition.
Cefetra	Países Baixos	<a href="http://www.cefetra.com">http://www.cefetra.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Cefetra é um dos maiores fornecedores de matérias-primas agrícolas para a Europa e fornece produtos para as indústrias de rações, alimentos e combustíveis. A Cefetra importa um grande volume anual de farelo de soja da América do Sul. Como tal, reconhece seu papel importante no que diz respeito à soja sustentável e, em 2004, deu início ao desenvolvimento do padrão Certified Responsible Soya (CRS). A Cefetra entende que a RTRS é o padrão ouro, mas sabe também que as exigências desse padrão às vezes são difíceis demais para os agricultores, começando com a certificação de sua produção de soja. Portanto, a Cefetra aplica a abordagem por etapas, oferecendo aos agricultores um padrão de certificação viável (um padrão de



				alto nível: CRS) e trabalhando juntos em parcerias de longo prazo para possibilitar melhorias contínuas e alcançar o nível exigido para a certificação RTRS. Esta metodologia tem sido eficaz ao longo dos anos, visto que muitos agricultores progrediram gradualmente para o nível exigido para certificação RTRS e agora já conseguiram a certificação. A Cefetra também participa de várias discussões para promover a soja sustentável no mercado europeu.
Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Avançado (CARD)	Índia	<a href="http://www.cardindia.org">http://www.cardindia.org</a>	Organizações da Sociedade Civil	O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Avançado (CARD) é uma agência não-governamental sem alinhamento político e sem fins lucrativos. A agência busca representar seus produtores na RTRS e, assim, lhes proporcionar a oportunidade de participar da cadeia de valor global, compreender metodologias avançadas de produção e processamento de soja e facilitar a formação de vínculos com o mercado.
CERQUALITY	Brasil	<a href="https://www.cerquality.com.br">https://www.cerquality.com.br</a>	Observadores	A CERQUALITY é uma companhia dedicada a apoiar os produtores que desejam obter algum tipo de certificação. Sua meta é implementar e fornecer o apoio necessário para poder obter a Certificação RTRS. Oferece também apoio à gestão da segurança no trabalho e ambiental para que as propriedades possam ser parte da RTRS.
CHS Agronegócio – Indústria e Comércio Ltda	Brasil	<a href="https://www.chsinc.com/">https://www.chsinc.com/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Presente no Brasil desde 2003, a CHS Agronegócio – Indústria e Comércio Ltda é companhia líder no setor do agronegócio, realizando armazenamento e comercialização de grãos, sementes oleaginosas e fertilizantes, sempre buscando realizar negócios sustentáveis e com integridade, enquanto desenvolve parcerias confiáveis e duradouras.
CJ Selecta	Brasil	<a href="http://www.cjselecta.com.br">http://www.cjselecta.com.br</a>	Indústria, Comércio e Finanças	É uma companhia com mais de trinta anos de experiência no agronegócio, dedicada a fabricação de produtos derivados de soja para diversos segmentos. Desde 2017 a empresa é parte do grupo Sul coreano CJ CheilJedang. Através de projetos inovadores, a CJ Selecta é reconhecida como uma das principais fabricantes de

				<p>proteínas vegetais sustentáveis para a indústria de ração animal no Brasil e Exterior. Comprometida na condução de seus negócios contando com os mais altos padrões de qualidade para os seus produtos e sustentabilidade máxima em toda a sua cadeia.</p>
COFCO INTERNATIONAL	Suíça	<a href="http://www.cofcointernational.com">http://www.cofcointernational.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	<p>A COFCO INTERNATIONAL é um agronegócio global. Suas principais atividades incluem a aquisição, processamento e comercialização de grãos, oleaginosas, açúcar, café e algodão.</p>
Colruyt	Bélgica	<a href="http://www.colruytgroup.com">http://www.colruytgroup.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	<p>A Colruyt é uma empresa que reúne diversas companhias no Colruyt Group. Seus produtos são sustentáveis, saudáveis e seguros. Incentiva e ajuda os pequenos produtores do Brasil a obter a Certificação RTRS, já que a palma e a soja são commodities que apresentam desafios em matéria de sustentabilidade ambiental e social.</p>
Compass Group	Reino Unido		Indústria, Comércio e Finanças	<p>O Compass Group é líder de mercado no setor de alimentos e em uma variedade de serviços seletos de suporte para clientes no local de trabalho, em escolas e faculdades, hospitais, em atividades de lazer e ambientes remotos. Eles reúnem um alcance global, conhecimentos sobre o setor e o mercado local e um atendimento individualizado para seus clientes, com a reputação de pôr a segurança sempre em primeiro lugar. Eles geram valor para seus clientes e consumidores, fornecendo uma gama de refeições inovadoras, saudáveis e sustentáveis. Temos o respaldo de um Grupo que atua em cerca de 50 países, com mais de 600.000 funcionários, para oferecer os mesmos padrões de alto nível em todos os nossos serviços globais. Milhões de pessoas do mundo inteiro nos confiam diariamente os seus cafés da manhã, almoços e jantares. Também servimos seus sanduíches, lattes e cappuccinos, vendemos suas bebidas e oferecemos serviços de hospitalidade: no trabalho, em escolas e faculdades, em hospitais e casas de repouso, em grandes eventos esportivos e de entretenimento, em locais remotos de mineração e em plataformas offshore.</p>

Conservation International	Estados Unidos	<a href="http://www.conservation.org">http://www.conservation.org</a>	Organizações da Sociedade Civil	Com sólida base científica, colaboração e experiência comprovada no campo, a Conservation International delega nas sociedades o cuidado responsável e sustentável da natureza, da nossa biodiversidade global, visando ao bem-estar da humanidade. Seus escritórios estão localizados em mais de 30 países e tem antecedentes de êxito na conservação e sustentabilidade em diversos lugares, das águas do Pacífico às areias da África subsaariana.
Control Union Certifications (CUC)	Brasil	<a href="http://www.controlunion.com">http://www.controlunion.com</a>	Observadores	A Control Union Certifications (CUC) é uma organização independente que realiza inspeções e certifica métodos de produção sustentáveis. A CUC fomenta a adequada designação dos produtos elaborados ou processados, de acordo com métodos de produção sustentável.
Coop Danmark A / S	Dinamarca	<a href="https://www.coop.dk/">https://www.coop.dk/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Coop Danmark A / S é uma cooperativa com 1,7 milhões de membros que remonta a 1866. É uma das maiores varejistas de bens de grande consumo na Dinamarca. A Coop opera as redes de varejo Kvickly, SuperBrugsen, Dagli'Brugsen, sua loja virtual coop.dk e as subsidiárias fakta A/S e Irma A/S. Juntamente com as cooperativas, seu volume anual de negócios é de aproximadamente 50 mil milhões de DKK, com 1.200 lojas em toda a Dinamarca. Ao todo, a Coop tem aproximadamente 36.000 funcionários.
Coop Sverige Ltd	Suécia	<a href="http://www.coop.se">http://www.coop.se</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O Coop Sverige Ltd. é um grupo supermercadista do KF Group. Suas cadeias de supermercados são a Coop e a Stora Coop, com um total de 650 lojas na Suécia. A companhia opera também de forma online, através da coop.se, com entregas em domicílio.
Grupo Coop	Suíça	<a href="https://www.coop.ch/de.html">https://www.coop.ch/de.html</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O Grupo Coop é uma cooperativa suíça com foco em seus sócios e clientes. Com 90.000 funcionários, em 2018 teve um faturamento total de 30,7 bilhões. Sua atividade comercial atacadista, varejista e de produção está fundamentada em princípios ecológicos e éticos de mercado que lhe permitem manter a base de seu

				êxito. A sustentabilidade é parte integral do dia a dia de suas atividades comerciais. A partir de 2004, o Coop Group assumiu o compromisso com a soja produzida de maneira responsável.
Cooperl	França	<a href="http://www.cooperl.com">http://www.cooperl.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Cooperl é a principal empresa francesa a oferecer uma solução global para o setor de carne suína. A abordagem única de 360° no setor garante rastreabilidade, segurança alimentar, bem-estar animal e respeito ao meio ambiente.
Cotecna Inspeccion Argentina S.A.	Argentina	<a href="http://www.cotecna.com">http://www.cotecna.com</a>	Observadores	A Cotecna Inspeccion Argentina S.A. é uma empresa multinacional com sede na Suíça. Oferece um amplo leque de serviços de supervisão de operações comerciais
Grupo Tragsa	Paraguai	<a href="https://www.tragsa.es/es/Paginas/default.aspx">https://www.tragsa.es/es/Paginas/default.aspx</a>	Produtores	O Grupo Tragsa, com capital social totalmente público, é constituído pelas empresas comerciais Tragsa e Tragsatec. Faz parte da Sociedade Estatal de Participações Industriais (SEPI) e do Setor Institucional Público, com status de autoridade contratante e personificada pelas Administrações Públicas que participam de sua participação acionária. Sua atividade está focada na realização de obras, obras e prestação de serviços relacionados ao desenvolvimento do meio rural e à conservação da natureza, bem como em todos os tipos de emergência social, catástrofe natural ou acidente climático, oferecendo resposta imediata.
Saputo Dairy UK	Reino Unido	<a href="http://www.uk.saputo.com">http://www.uk.saputo.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Saputo Dairy UK é uma produtora líder de marcas de alimentos e ingredientes de valor agregado no Reino Unido. Embora a empresa não utilize ingredientes com soja em seus produtos, a soja está presente em nossa cadeia de suprimentos porque é usada na alimentação das vacas que produzem o leite adquirido pela empresa. Eles têm o compromisso em nossa atual política de RC de atingir a meta de 100% de aquisições sustentáveis em seus principais ingredientes até 2021. A adoção de uma política sustentável de soja ajudará a empresa a cumprir esse compromisso. Seu objetivo é concluir o scorecard do WWF este ano (2019) para a soja com a pontuação verde, como já fizeram com o scorecard da palma. Eles estão interessados em aderir à

				RTRS para desempenhar um papel ativo no apoio à organização e seu objetivo de promover o aumento da produção, do comércio e do uso de soja responsável.
Danone	França	<a href="http://www.danone.com/en/">http://www.danone.com/en/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Dedicada a levar a saúde para o maior número de pessoas por meio de alimentos, a Danone é uma empresa global líder em alimentos e bebidas e opera em três linhas de negócios: Lácteos Essenciais e Produtos à Base de Plantas, Águas, Nutrição Especializada. A Danone visa inspirar práticas alimentares mais saudáveis e sustentáveis, de acordo com sua visão "Danone, One Planet. One Health", com a firme crença de que a saúde das pessoas está entrelaçada à saúde do planeta. Com base em categorias voltadas para a saúde, a Danone se compromete a operar de maneira eficiente e responsável para criar e compartilhar valor sustentável. A Danone age de acordo com os mais altos padrões de negócios, refletidos em sua ambição de se tornar uma das primeiras multinacionais certificadas pela B Corp.
Royal De Heus	Países Baixos	<a href="http://www.deheus.com">http://www.deheus.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Royal De Heus é uma organização internacional que comercializa produtos para a alimentação animal. Sua missão é crescer internacionalmente e promover o desenvolvimento e o progresso agrícola. A De Heus oferece um amplo leque de produtos para a nutrição.
Denofa	Noruega	<a href="http://www.denofa.com">http://www.denofa.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Denofa é uma empresa processadora de soja e fornecedora de farelo de soja, óleo de soja e lecitina de soja, fundada em 1912 e situada em Fredrikstad, na Noruega. Todos os produtos de soja da Denofa são adquiridos de acordo com um rigoroso e exaustivo programa (hard) de PI para garantir produtos não-OGM com o mais alto nível de pureza. A Denofa apoia os objetivos e iniciativas da RTRS para garantir que a soja seja produzida de forma sustentável e sem desmatamento. Além disso, a Denofa é signatária da Declaração de Nova York sobre Florestas, adquire soja certificada por meio da ProTerra e colabora com o Earth Innovation Institute, a Estratégia PCI de Mato Grosso e a Governors Climate and Forests Task Force.

Grupo DAP	Paraguai	<a href="http://www.dap.com.py">http://www.dap.com.py</a>	Produtores	O Grupo DAP é um empreendimento agropecuário paraguaio que conta com investimento internacional. Desde sua fundação, em 2005, opera com uma tríplice linha de resultados: rentabilidade no longo prazo, cuidado ambiental e inclusão social para a produção sustentável de matérias primas para alimentos e energia.
DuPont Nutrition & Biosciences	Dinamarca	<a href="http://www.dupontnutritionandhealth.com">http://www.dupontnutritionandhealth.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A DuPont Nutrition & Biosciences é uma empresa que lança mão de metodologias científicas para fornecer inovações essenciais e sustentáveis que ajudam as empresas, comunidades e pessoas a prosperar. A DuPont Nutrition & Biosciences é líder no setor e oferece uma ampla gama de ingredientes e soluções para os setores de alimentos, bebidas, saúde, biociências e farmacêutica. A DuPont Nutrition & Biosciences é líder global de inovação em matéria de proteína vegetal. Há mais de 50 anos, ajuda as empresas de alimentos a aplicar as soluções de proteína vegetal da empresa para aumentar a lucratividade de suas marcas, possibilitando novos produtos inovadores, aumentando a qualidade do produto e reduzindo custos. Suas proteínas proporcionam benefícios nutricionais, funcionais, econômicos e de sustentabilidade em uma ampla variedade de aplicações (alimentos e bebidas).
Dutch Protein & Services	Países Baixos	<a href="http://www.dpsfood.nl">http://www.dpsfood.nl</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Sediada nos Países Baixos, a Dutch Protein & Services é uma empresa familiar que fornece ingredientes funcionais para o setor alimentício. Os 5 pilares da DP&S são: Produto, Serviço, Qualidade, Inovação e Confiabilidade. A DP&S assume a responsabilidade de oferecer e fornecer ingredientes seguros e controlados, do campo até o produto. Queremos garantir a sustentabilidade da soja que adquirimos, já que ela é um ingrediente presente em muitos de nossos produtos.
Earth Innovation Institute	Brasil	<a href="http://www.earthinnovation.org">http://www.earthinnovation.org</a>	Organizações da Sociedade Civil	O Earth Innovation Institute é uma organização não governamental, sem fins lucrativos que age através de experiências demonstrativas e produção de conhecimentos científicos, para promover o desenvolvimento rural favorável ao clima através de abordagens inovadoras para agricultura sustentável, silvicultura e pesca em regiões tropicais ao redor do mundo.

AcuaChile	Chile	<a href="http://www.aquachile.com">http://www.aquachile.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	AcuaChile é uma empresa chilena dedicada à produção de salmão. Está fortemente comprometida com seus trabalhadores, com as comunidades vizinhas e com o cuidado do meio ambiente; está à vanguarda da certificação ASC no Chile, com 21 centros de cultivo e uma planta de processos certificados.
EUVEPRO	Bélgica		Observadores	A EUVEPRO é a associação europeia de fabricantes e distribuidores de proteína vegetal para consumo humano e representa os interesses do setor. Promovem o reconhecimento de produtos proteicos vegetais como gêneros alimentícios e ingredientes em seu próprio direito, uma parte integrante da dieta típica dos consumidores da UE.
FAPCEN	Brasil	<a href="http://www.fapcen.agr.br">http://www.fapcen.agr.br</a>	Produtores	A FAPCEN é uma Fundação de Pesquisa que tem como missão o desenvolvimento sustentável da região do corredor de exportação norte, abrangendo os estados, Maranhão Piauí e Tocantins, formada por empresários rurais, sem fins lucrativos, localizada na cidade de Balsas, estado do Maranhão, Brasil. Seus trabalhos consistem em transferir e adaptar novos conhecimentos, tecnologias sustentáveis e inovadoras, através da realização do maior evento do agronegócio no Maranhão, direcionando aos estudantes, Associação de produtores e mulheres do Agronegócio, comunidades, do pequeno ao grande produtor, com as autoridades governamentais, com foco aos princípios e critérios RTRS, como sendo a principal ferramenta para minimizar riscos agropecuários em uma região considerada fronteira agrícola do Brasil
Fazendas Bartira	Brasil	<a href="https://www.fazendasbartira.com.br/">https://www.fazendasbartira.com.br/</a>	Produtores	As Fazendas Bartira opera e investe em ativos agropecuários há quase 40 anos no Brasil. O portfólio atual conta com aproximadamente 270.000 hectares de terras agrícolas localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Maranhão. Atualmente essas operações respeitam os mais altos padrões de produção responsável e estão focadas em soja, milho, cana de açúcar e pecuária. As operações das Fazendas Bartira visam agregar valor as propriedades rurais na transformação de pastagens em usos mais produtivos, como áreas para

				grãos, principalmente soja.
Fazer	Finlândia	<a href="http://www.fazer.com">http://www.fazer.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Fazer é uma companhia internacional que produz alimentos na Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca, Países Bálticos, Reino Unido e Rússia. Em 2017, a Fazer se uniu ao Swedish Soy Dialogue buscando assegurar que a soja utilizada na sua produção e na cadeia de suprimento seja certificada responsavelmente, conforme os princípios da RTRS e da ProTerra. Além disso, a companhia assumiu o compromisso de utilizar exclusivamente soja certificada até 2020
FEDIOL	Bélgica	<a href="http://www.fediol.be">http://www.fediol.be</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A EU Oil and Proteinmeal Industry, conhecida também como a FEDIOL, é uma federação industrial europeia com sede em Bruxelas. Representa os interesses das plantas de moagem de sementes e grãos, dos produtores de farinhas, dos produtores e processadores de óleos e gorduras de origem vegetal da Europa.
Feed Alliance	França	<a href="https://www.feed-alliance.fr">https://www.feed-alliance.fr</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Feed Alliance é uma companhia compradora de conta aberta de matérias-primas para o segmento de alimentos para animais e também para o consumo humano. Quanto ao mercado da soja, a Feed Alliance é compradora ativa de 300 mil tn de farinha de soja por ano, e, portanto, seu compromisso com a RTRS tem muita importância e concorda com a sua estratégia de compras sustentáveis.
FoodChain ID	Brasil	<a href="https://www.foodchainid.com">https://www.foodchainid.com</a>	Observadores	A FoodChain ID é uma empresa global que oferece soluções completas nos campos de Sustentabilidade e Não-OGM, dentre outras áreas. Com um amplo portfólio de serviços de testes, certificação e verificação, a FoodChain ID auxilia as empresas a gerenciar riscos, demonstrar transparência e atender aos requisitos regulatórios em todo o mundo, atendendo aos desafios e oportunidades da indústria de alimentos e rações. A FoodChain ID Certificação atua no mercado há 15 anos, realizando serviços de auditorias e certificações em diversas normas de sustentabilidade, incluindo os Padrões RTRS de Produção e de Cadeia de Custódia, e de preservação de identidade Não-OGM. Com um time de auditores altamente competente, a



				FoodChain ID Certificação oferece um trabalho extremamente qualificado e a garantia de suporte contínuo aos clientes.
ForFarmers	Países Baixos	<a href="http://www.forfarmers.eu">http://www.forfarmers.eu</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A ForFarmers é uma empresa de alimentos com atuação internacional e que oferece soluções Total Feed para a pecuária convencional e orgânica. A ForFarmers se dedica ao máximo ao "Futuro da Agricultura": para garantir a continuidade e a segurança financeira do setor agrícola, para que este possa continuar a servir as próximas gerações com sustentabilidade.
Federation of Oils, Seeds and Fats Associations Ltd (FOSFA)	Reino Unido	<a href="http://www.fosfa.org">http://www.fosfa.org</a>	Observadores	A Federation of Oils, Seeds and Fats Associations Ltd (FOSFA) é um órgão profissional de emissão e arbitragem de contratos internacionais, dedicado exclusivamente ao comércio mundial de sementes oleaginosas, óleos e gorduras, com 1.150 membros em 89 países. Seus membros incluem produtores e processadores, transportadores e revendedores, comerciantes, corretores e agentes, superintendentes, analistas, armadores, corretores de navios, empresas de armazenamento em tanques, árbitros, consultores, advogados, seguradoras e outros, fornecendo serviços para o comércio global.
Foyle Food Group	Irlanda	<a href="https://www.foylefoodgroup.com/">https://www.foylefoodgroup.com/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O Foyle Food Group é um dos maiores processadores de carne vermelha do Reino Unido e da Irlanda. Opera 8 unidades de processamento em 5 locais e emprega 1.300 pessoas. O Foyle Food Group fornece produtos globalmente para os principais varejistas e clientes de serviços alimentícios do Reino Unido, Europa e do resto do mundo. São 3 divisões principais: 1. Processamento primário; 2. Processamento adicional; 3. Renderização e Eco.
FrieslandCampina	Países Baixos	<a href="http://www.frieslandcampina.com">http://www.frieslandcampina.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A FrieslandCampina é uma companhia que produz bebidas à base de leite, para a nutrição de bebês e crianças, e também queijo, manteiga, creme, sobremesas

Grupo Bel	Países Baixos	<a href="https://www.groupe-bel.com">https://www.groupe-bel.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O Grupo Bel é uma empresa de comercialização de queijos. A sustentabilidade está profundamente ancorada no seu negócio através de atividades contínuas que levam em conta toda a cadeia de valor, inclusive a repercussão entre os stakeholders. A incorporação na RTRS faz com que a Bel trabalhe na melhoria contínua da produção de soja, e leve em consideração o impacto nas áreas e nas populações vizinhas dos estabelecimentos de produção.
Fuji Oil Holdings Inc.	Japão	<a href="https://www.fujioilholdings.com/en/index.html">https://www.fujioilholdings.com/en/index.html</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Fuji Oil Holdings Inc. se dedica principalmente ao desenvolvimento, produção e venda de óleos e gorduras vegetais, chocolate industrial, ingredientes emulsionados e fermentados e ingredientes à base de soja. A organização construiu um sistema de pesquisa e desenvolvimento baseado na coordenação entre atividades básicas de pesquisa, desenvolvimento de materiais, desenvolvimento aplicado e desenvolvimento de tecnologia de fabricação. Além da busca por segurança e qualidade, a Fuji Oil Holdings Inc. também tem por foco atividades ambientais alinhadas com sua responsabilidade como fabricante de produtos alimentícios.
Fundação Moisés Bertoni	Paraguai	<a href="http://www.mbertoni.org.py">http://www.mbertoni.org.py</a>	Organizações da Sociedade Civil	A Fundação Moisés Bertoni é uma associação privada sem fins lucrativos que desenvolve programas e projetos em cooperação com organizações nacionais e internacionais. Em 2006, a Fundação formou uma aliança estratégica de 10 anos de duração com uma grande empresa agrícola multinacional do ramo da soja, trabalhando em aspectos sociais e ambientais para elaborar um modelo que agregasse valor econômico, social e ambiental.
Fundación ProYungas	Argentina	<a href="http://www.proyungas.org.ar">http://www.proyungas.org.ar</a>	Organizações da Sociedade Civil	A Fundación ProYungas desenvolve atividades de pesquisa, monitoramento e gestão para o manejo sustentável de ecossistemas prioritários da área subtropical da Argentina (Yungas, Chaco, Selva Misionera, Andes, etc.). Seu propósito é promover o desenvolvimento social de modo a ser compatível com a conservação da riqueza ambiental e cultural do território, alcançando uma integração acordada entre a conservação da biodiversidade e o aproveitamento sustentável dos recursos

				naturais.
Fundación Vida Silvestre Argentina	Argentina	<a href="https://www.vidasilvestre.org.ar/">https://www.vidasilvestre.org.ar/</a>	Organizações da Sociedade Civil	A Fundación Vida Silvestre Argentina é uma organização não governamental, de bem público e sem fins lucrativos, criada em 1977. Sua missão é oferecer e implementar soluções para a conservação da natureza, promover o uso sustentável dos recursos naturais e o comportamento responsável no contexto de mudança climática. Desde 1988 está associada e é representante na Argentina da WWF, uma das maiores organizações do mundo, independentes, focadas na conservação, com atuação em 100 países.
Gebr	Países Baixos	<a href="http://www.gebrvanbeek.nl">http://www.gebrvanbeek.nl</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O Gebr. Van Beek Group é um conglomerado de companhias que trabalham na produção de ovos, com mais de 80 anos de trajetória.
Genesis Certificações – IGCert	Brasil	<a href="http://www.genesisgroup.com.br">http://www.genesisgroup.com.br</a>	Observadores	A Genesis Certificações – IGCert – é responsável por todas as certificações feitas pelo GenesisGroup e tem acreditação ABNT NBR ISSO/IEC 17065:2013 como OCP- Organismo de Certificação de Produtos-, concedido pela Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO, que no Brasil corresponde ao IAF- International Accreditation Forum. O IGCert foi o primeiro organismo acreditado pelo MAPA/Conab para certificação de Unidades Armazenadoras no Brasil, em 2008. A credibilidade e a transparência trouxeram reconhecimento internacional à Genesis Certificações que recebeu, também, as creditações: Utz Certified; Programa Feed&FoodSafety – Sindirações; BCI – Better Cotton Initiative e 4C Association.
Geofarm Precision Agriculture	Brasil	<a href="https://www.geogroup.com.br/">https://www.geogroup.com.br/</a>	Observadores	A Geofarm Precision Agriculture é uma empresa brasileira de consultoria em agronomia, especializada em parâmetros químicos, físicos e biológicos dos solos agrícolas; implementação, gestão e monitoramento de cultivos; telemetria agrícola e monitoramento climático. Suas ações estão focalizadas no uso racional dos insumos agrícolas. Os clientes recebem orientações sobre a adoção de modelos de gestão

				voltados para a sustentabilidade de seus negócios. Suas diretrizes visam obter resultados financeiramente viáveis, sem descuidar da responsabilidade pelos impactos nos públicos interno e externo.
Amadori	Itália	<a href="https://www.amadori.it/">https://www.amadori.it/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Amadori é uma companhia italiana de alimentos.
GMP	Países Baixos	<a href="https://www.gmpplus.org">https://www.gmpplus.org</a>	Observadores	Com mais de 17.700 empresas com certificação GMP+ em mais de 85 países, a GMP+ International é uma empresa líder global no mercado de certificação de garantia de segurança alimentar. A GMP+ International administra a estrutura de certificação de rações, incluindo os módulos Feed Safety Assurance (GMP+ FSA) e Feed Responsibility Assurance (GMP+ FRA), relevantes para o mercado de rações. Um dos padrões publicados é o padrão GMP+ para a cadeia de custódia da soja RTRS, que é considerado equivalente ao padrão de cadeia de custódia da RTRS.
GROAN	Países Baixos	<a href="http://www.groan.nl">http://www.groan.nl</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A GROAN é uma empresa que comercializa matérias-primas para alimentação animal. Eles fornecem matérias-primas para alimentação animal a pequenos e médios produtores de ração composta, além de cuidar das lacunas e diferenças de tempo e local para seus clientes.
HAMLET PROTEIN	Dinamarca	<a href="http://www.hamletproteinn.dk">http://www.hamletproteinn.dk</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A HAMLET PROTEIN promove a saúde, o bem-estar e o alto desempenho da pecuária por meio de proteínas especiais à base de soja usadas na alimentação de animais jovens. Todos os nossos produtos inovadores são baseados em um processo patenteado de bio-conversão. Os resultados são soluções baseadas em proteínas, ricas em nutrientes essenciais para o crescimento saudável dos animais. Nossos produtos são conhecidos no mundo inteiro como uma fonte eficiente e de alta qualidade de proteína vegetal, com alto retorno sobre o investimento. Nossa sede, centro de P&D e unidades-piloto ficam em Horsens, na Dinamarca. A empresa também tem unidades

				de produção na Dinamarca e nos EUA.
Hankkija Oy	Finlândia	<a href="http://www.hankkija.fi">http://www.hankkija.fi</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Hankkija Oy é uma empresa líder no setor de alimentação animal da Finlândia. Eles operam 4 fábricas que produzem ração para bovinos, suínos e aves. A Hankkija é membro da FEFAC, GAFTA e outras organizações. Os produtos de soja são adquiridos sob condições contratuais sustentáveis.
Hilton Foods Holland	Países Baixos	<a href="http://www.hiltonfoodgroup.com">http://www.hiltonfoodgroup.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O Hilton Foods Holland é uma das principais empresas especializadas em embalagem de carnes que abastece os principais varejistas internacionais de alimentos - Tesco, Ahold, Albert Heijn, ICA, Rimi e Coop Danmark - com suas instalações de ponta localizadas no Reino Unido, Irlanda, Holanda, Suécia, Polônia e Dinamarca. Em 2013, eles formaram uma joint venture com a Woolworths na Austrália para operar uma fábrica de processamento de carne na Austrália Ocidental e construir uma nova fábrica de processamento de carne em Victoria.
HKScan	Finlândia	<a href="http://www.hkscan.com">http://www.hkscan.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A HKScan produz, comercializa e vende produtos de carne de porco, bovina, de aves e de cordeiro, bem como carnes processadas e alimentos de conveniência de alta qualidade e produzidos de forma responsável, sob marcas fortes. A HKScan se associou à Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS) e, ao fazê-lo, se comprometeu a promover, de forma contínua, mais responsabilidade e ética na cadeia de suprimento da soja usada na alimentação animal.
ICA Sverige AB	Suécia	<a href="https://www.ica.se/">https://www.ica.se/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O principal negócio da ICA Sverige AB é o varejo de supermercado. O Grupo inclui a ICA Suécia e a Rimi Baltic, que realizam principalmente varejo de alimentos, a ICA Real Estate, proprietária e administradora de propriedades, o ICA Bank, que oferece serviços financeiros e, desde janeiro de 2015, a Apotek Hjärtat, que opera operações farmacêuticas. O grupo também inclui Hemtex.

IDH	Países Baixos	<a href="http://www.idhsustainabletrade.com">http://www.idhsustainabletrade.com</a>	Observadores	A IDH reúne empresas, organizações da sociedade civil, governos e outras entidades em parcerias público-privadas. De forma conjunta, é realizado o desenho, cofinanciamento e desenvolvimento de protótipos de novas abordagens economicamente viáveis para levar à escala um crescimento inclusivo e compatível com o meio ambiente nos segmentos das commodities e em zonas de abastecimento.
Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola	Brasil	<a href="https://www.imaflora.org/">https://www.imaflora.org/</a>	Observadores	O Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - é uma organização brasileira sem fins lucrativos, que teve início em 1995, com o propósito de conservar os bosques e cuidar que seu aproveitamento econômico seja efetuado mediante o uso responsável dos recursos naturais. O instituto promove ações que contribuam para a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais e florestais, comunidades tradicionais, indígenas e agricultores familiares. Além disso, estimula o desenvolvimento de modelos de uso da terra e de desenvolvimento sustentável que possam ser replicados em outros municípios, regiões ou biomas do Brasil.
Corporação Financeira Internacional	Estados Unidos	<a href="http://www.ifc.org">http://www.ifc.org</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Corporação Financeira Internacional (International Finance Corporation ou IFC) é uma instituição filiada ao Grupo do Banco Mundial que se ocupa do setor privado. A IFC financia investimentos do setor privado, movimenta capital nos mercados de financiamento internacionais, facilita o comércio, ajuda os clientes a alcançar o crescimento social e ambiental sustentável, e dá assistência técnica e assessoramento a governos e empresas.
Jerónimo Martins SGPS	Portugal	<a href="http://www.jeronimomartins.com">http://www.jeronimomartins.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Jerónimo Martins SGPS, S.A. é um grupo internacional com mais de 225 anos de experiência acumulada no setor de alimentos. Mais de 5 milhões de clientes visitam as lojas de varejo e atacado do Grupo em 3 países. Na Polónia, a cadeia de lojas de alimentos Biedronka é líder indiscutível do mercado, com mais de 2.900 pontos de venda. Com a cadeia Hebe, o Grupo é dono de lojas especializadas em saúde e beleza no mercado polonês. Em Portugal, o Grupo lidera o segmento de supermercados com a Pingo Doce e o segmento de "atacarejo" com a Recheio; ao todo, são 520 lojas.

				Desde 2013, o Grupo também atua na Colômbia através da Ara, uma rede de lojas de proximidade no setor de alimentos, presente em mais de 500 localidades.
Jumbo	Países Baixos		Indústria, Comércio e Finanças	A Jumbo é uma empresa familiar com histórico de empreendedorismo. A Jumbo possui mais de 650 pontos de venda, sete Foodmarkets, sete lojas City e também oferece serviços online pelo site Jumbo.com. O motivo do sucesso da empresa é a fórmula Jumbo: o menor preço, a mais ampla gama de produtos e o melhor serviço. A Jumbo é a única organização de varejo que reúne todos esses elementos. Além disso, a Jumbo trabalha com sete convicções, que são as garantias que ajudam a empresa a cumprir suas promessas. Ao longo dos anos, os consumidores elegeram (repetidamente) a Jumbo como o melhor supermercado dos Países Baixos. A empresa também já recebeu vários outros prêmios e reconhecimento nas áreas de sustentabilidade, marketing e GfK. A Jumbo adquiriu a Super de Boer em 2019 e a C1000 (uma empresa ainda maior) em 2012. No início de 2016, a Jumbo também adquiriu a rede de restaurantes La Place. Em 2018, adquiriu parte da empresa EMTÉ. A Jumbo cresceu muito nos últimos anos, passando de uma cadeia de supermercados regional para uma empresa de varejo omnicanal líder nos Países Baixos.
KellyDeli	Reino Unido	<a href="https://kellydeli.com/gb-en">https://kellydeli.com/gb-en</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A KellyDeli é uma empresa inovadora dedicada à produção de alimentos, que teve rápido crescimento. A companhia assumiu o compromisso de levar para o resto do mundo o melhor da Ásia, através de seus restaurantes e lanchonetes de sushi com estilo asiático, localizados em diversos países da Europa. Levar para o resto do mundo o melhor da Ásia exige compromisso nos detalhes: os melhores ingredientes, os melhores produtos artesanais, os mais altos níveis de higiene dos alimentos, as últimas e mais atraentes tendências. A KellyDeli observa os valores da Kelly Choi: promover o bem, mudar o jogo e restabelecer o equilíbrio na vida das pessoas.
Kesko Corporation	Finlândia	<a href="https://kesko.fi/en/">https://kesko.fi/en/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Kesko Corporation é uma empresa finlandesa pioneira no setor de comércio, com sede em Helsinque. Atua nos setores de mercearia, de construção, técnico e de automóveis. Suas cadeias de operações compreendem cerca de 1.800 lojas na

				Finlândia, Suécia, Noruega, Estônia, Letônia, Lituânia, Belarus e Polônia.
KLM Royal Dutch Airlines	Países Baixos	<a href="http://www.klm.com">http://www.klm.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A KLM Royal Dutch Airlines desenvolveu uma política alimentar sustentável. O principal objetivo da KLM é focar a preservação da natureza; uma política que engloba o uso sustentável de peixe, óleo de palma e soja. A KLM aderiu à iniciativa de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no setor aéreo.
Koppert Biological Systems	Países Baixos	<a href="https://www.koppert.com.br/">https://www.koppert.com.br/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Koppert Biological Systems é uma empresa holandesa e produz há 52 anos soluções sustentáveis para agricultura. Juntamente com os agricultores, e em parceria com a natureza, trabalha para tornar a agricultura mais saudável, segura e produtiva. No Brasil, a Koppert conta com duas modernas instalações fabris: a unidade de microbiológicos, localizada na cidade de Piracicaba, e a de macrobiológicos na vizinha Charqueada, ambas no estado de São Paulo. A empresa possui infraestrutura completa para atender à crescente demanda do mercado agrícola por defensivos biológicos. Em processos produtivos padronizados, seguros e altamente tecnificados, garante confiabilidade e qualidade dos seus mais de 15 produtos. A empresa conta ainda com departamento próprio de Pesquisa & Desenvolvimento para aperfeiçoamento de tecnologias de Controle Biológico para a agricultura tropical. Os produtos Koppert são certificados pela IBD, maior certificadora da América Latina, e estão presentes na maioria das regiões agrícolas do país, atendendo desde o pequeno ao grande produtor, em parceria com distribuidores regionais.
Lantmännen	Suécia	<a href="http://www.lantmannen.com">http://www.lantmannen.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Lantmännen é uma cooperativa da indústria que pertence a 25.000 agricultores suecos e atua em mais de 20 países. Sua política de governança lança mão das melhores práticas disponíveis na administração de terras aráveis e culturas agrícolas. A agricultura é seu principal negócio; utiliza cerca de 125.000 toneladas de farelo de soja em rações para bovinos, suínos e aves.
Lidl	Alemanha	<a href="https://www.info.lidl/en-">https://www.info.lidl/en-</a>	Indústria,	A Lidl opera uma cadeia de mercearias de sucesso e vem se expandido rapidamente



		<a href="#">gb/</a>	Comércio e Finanças	por toda a Europa há mais de 40 anos. Atualmente, a Lidl atua em 30 países em todo o mundo e oferece produtos alimentícios e não alimentícios da mais alta qualidade pelos menores preços possíveis, em mais de 10.000 lojas distribuídas em 29 países.
Lotus Bakeries	Bélgica	<a href="http://www.lotusbakeries.com">http://www.lotusbakeries.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Lotus Bakeries opera nos mercados de biscoitos, pão de gengibre, waffles e pastelaria especial. A empresa busca basear seu crescimento e rentabilidade sustentáveis na satisfação das necessidades das gerações atuais, sem por isso comprometer as oportunidades das gerações futuras.
Louis Dreyfus Company	Suíça	<a href="http://www.ldcommodities.com">http://www.ldcommodities.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Fundada em 1851, a Louis Dreyfus Company está no coração do setor agrícola, com um portfólio diversificado cobrindo toda a cadeia de valor, desde a origem até a distribuição. Seu portfólio inclui grãos e oleaginosas, café, algodão, suco, arroz, açúcar, frete e mercados globais.
LSQA	Uruguai	<a href="http://lsqa.com.uy/">http://lsqa.com.uy/</a>	Observadores	É uma rede latino-americana fundada em 1995, produto da associação do Laboratório Tecnológico do Uruguai (LATU) e da Quality Austria dedicada à transformação de negócios, orientada para a melhoria sistemática do desempenho organizacional através da incorporação de alto valor agregado em treinamento. Certificação baseada em sistemas internacionais de gestão de reconhecimento. Ele é especialista em Avaliação e certificação de Sistemas de Gestão (Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional, Responsabilidade Social, Segurança de Alimentos, outros); Avaliação e certificação de Produtos e Processos (GlobalG.A.P., Certificação Orgânica, Nutrição TESCO, Ethical Trading Initiative, outros) e Treinamento e Certificação de Pessoal.
Marfo	Países Baixos	<a href="http://www.marfo.com">http://www.marfo.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Marfo é uma empresa que produz refeições frescas congeladas para companhias aéreas, clientes militares ou remotos, do segmento de saúde, e outros, em grande escala. Trabalha em conjunto com linhas aéreas e empresas de catering do mundo inteiro para desenvolver ciclos de cardápios feitos sob medida e soluções de

				alimentação que atendam os requerimentos e necessidades específicos dos usuários.
Marks & Spencer	Reino Unido	<a href="http://www.markandspencer.com">http://www.markandspencer.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Marks & Spencer é uma das principais varejistas do Reino Unido, especializada na venda de roupas e produtos domésticos de alta qualidade, além de alimentos de qualidade excepcional. É responsável por cerca de 2.000 fornecedores em todo o mundo.
Mars	Bélgica	<a href="https://www.mars.com">https://www.mars.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Não há dúvida: os animais de estimação fazem do mundo um lugar melhor. Por isso, com A Better World For Pets™ aspiramos a ter um mundo melhor para os animais de estimação, onde eles vivam de forma saudável e feliz, e se sintam bem tratados. A Mars Pet Nutrition oferece muitas marcas preferidas e conhecidas e mais de 75 anos de experiência fornecendo nutrição para animais de estimação. Os 85.000 associados da Petcare passam o dia - e às vezes a noite também - pensando como melhorar a vida dos 400 milhões de animais de estimação que há no mundo. Esse objetivo vai da nutrição - com alimentos como PEDIGREE®, WHISKAS® e ROYAL CANIN® - à atenção veterinária de alta qualidade, graças a BANFIELD® Pet Hospitals, VCA® e AniCura. Além disso, nossos associados têm uma visão mais ampla, buscando acabar com o problema do abandono de animais e ajudando os veterinários a devolverem os empréstimos que eles solicitaram para poder completar sua formação profissional. Nosso Waltham Petcare Science Center incorpora também as inovações necessárias para melhorar a saúde por meio da nutrição, dos dados e da atenção veterinária.
Martin & Servera	Suécia	<a href="http://www.martinservera.se">http://www.martinservera.se</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Martin & Servera é uma companhia atacadista que vende a restaurantes e companhias de catering comercial. É uma empresa familiar sueca, de propriedade conjunta com a Axel Johnson AB e com a família Oldmark. Fornece uma ampla variedade de produtos ecológicos, orgânicos e regionais. Essa área representa, atualmente, 12% de suas vendas.
MEGA	Alemanha	<a href="https://mega-">https://mega-</a>	Indústria,	A MEGA Tierernährung é uma empresa privada de alimentos com sede em Visbek,

Tiernahrung		<a href="http://tierernaehrung.com/">tierernaehrung.com/</a>	Comércio e Finanças	na Alemanha. A MEGA possui e opera cinco fábricas de ração na Alemanha e é a maior produtora de ração para aves do país.
MENKEN ORLANDO	Países Baixos	<a href="http://www.menkenorlando.nl">http://www.menkenorlando.nl</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A MENKEN ORLANDO é uma empresa familiar que elabora e fornece alimentos aos supermercados e serviços de alimentação em toda a Europa. A soja é um dos ingredientes de muitos dos produtos fornecidos pela empresa, portanto, ser membro da RTRS é mais um modo de criar uma cadeia de suprimentos sustentável, demonstrando assim seu compromisso com o meio ambiente.
METRO	Alemanha	<a href="https://www.metroag.de/en/company/responsibility/procurement">https://www.metroag.de/en/company/responsibility/procurement</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A METRO é uma empresa internacional líder no setor de atacado que oferece produtos alimentícios e não alimentícios e se especializa em atender às necessidades de hotéis, restaurantes e fornecedores, bem como comerciantes independentes. A sustentabilidade é um pilar fundamental dos negócios da METRO. O objetivo da METRO é fornecer produtos de forma sustentável, tendo adotado (por exemplo) políticas de aquisição de soja, peixe, óleo de palma, papel e madeira. Nos últimos quatro anos, a METRO figurou como líder do setor no Índice de Sustentabilidade da Dow Jones. A empresa atua em 36 países e emprega mais de 150.000 pessoas em todo o mundo.
Migros	Suíça	<a href="http://www.migros.ch">http://www.migros.ch</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Migros é uma varejista e introduziu, em seus produtos à base de soja, as diretrizes da Soja Netzwerk, onde os princípios RTRS figuram como um dos padrões aceitos.
Mills	Noruega	<a href="http://www.mills.no">http://www.mills.no</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Mills AS produz e comercializa diversos produtos alimentícios sob as marcas Delikat, Mills, Vita hjertego, Soft Flora, Melange e Plantego. Sua missão principal é facilitar o acesso a alimentos saudáveis e de boa qualidade para as gerações atuais e futuras.

Molinos agro S.A.	Argentina	<a href="http://www.molinosagro.com.ar">http://www.molinosagro.com.ar</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Molinos agro S.A. é uma companhia do Grupo Perez Companc, líder em exportação e agregação de valor às produções agrícolas argentinas. Tem 600 colaboradores, uma planta de moagem de soja na cidade de San Lorenzo (Santa Fé), um porto e 4 centros de estocagem espalhados pela região agrícola. Exporta sua produção de cereal
Morrisons Supermarkets	Reino Unido	<a href="http://www.morrisons.com">http://www.morrisons.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Morrisons Supermarkets é um varejista e produtor de alimentos com sede no Reino Unido. No começo, a empresa era apenas uma quitanda; com o tempo, cresceu e se tornou o quarto maior grupo de supermercados do Reino Unido, com 494 lojas. A Morrisons fez uma avaliação de suas cadeias de suprimentos para definir o volume de soja embutida em seus produtos. Por meio de seu programa de Agricultura, eles também trabalham diretamente com os produtores de rações do Reino Unido e com o setor agrícola para ajudar a entender as barreiras e soluções para atualizar o mercado de soja sustentável.
Moy Park	França	<a href="http://www.moypark.com">http://www.moypark.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Moy Park elabora produtos derivados do frango. A empresa estabeleceu um programa de sustentabilidade visando reduzir a pegada ambiental de suas plantas processadoras no norte da França. Como parte do programa, a Moy Park ocupa-se de assegurar a sustentabilidade da cadeia de suprimentos da carne de frango, que inclui principalmente a soja.
MVO	Países Baixos	<a href="http://www.mvo.nl">http://www.mvo.nl</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Indústria Holandesa de Óleos e Gorduras (MVO) representa todas as empresas de comércio e produção da cadeia holandesa de óleos e gorduras. A MVO reconhece a importância da produção sustentável e quer facilitar a produção sustentável por parte das empresas.
Nestlé	Suíça	<a href="https://www.nestle.com">https://www.nestle.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Nestlé é a maior empresa de alimentos e bebidas do mundo. Tem mais de 2000 marcas - ícones globais e favoritos locais - e está presente em 189 países do mundo. O objetivo da empresa é melhorar a qualidade de vida e contribuir para um futuro mais saudável. Visa ajudar a criar um mundo melhor e mais saudável. Busca também

				inspirar as pessoas a terem uma vida mais saudável. Desta forma, a Nestlé faz uma contribuição para a sociedade, assegurando ao mesmo tempo o êxito da empresa no longo prazo.
NEVEDI	Países Baixos	<a href="http://www.nevedi.nl">http://www.nevedi.nl</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A NEVEDI representa os interesses do setor de rações dos Países Baixos. Ao todo, a Nevedi conta com 150 empresas e fornecedores associados.
NORDEX FOOD	Dinamarca	<a href="http://www.nordexfood.dk">http://www.nordexfood.dk</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A NORDEX FOOD A/S é uma empresa de laticínios de propriedade privada, com base no idílico ambiente rural de Dronninglund, a 20 minutos de Aalborg, pela rodovia. Produz e vende produtos lácteos, especialmente queijos brancos elaborados nas suas plantas da Dinamarca, Áustria e Romênia. Possui também vários escritórios para venda internacional. Com um faturamento anual de aproximadamente DKK 1,5 bilhões, tem 340 empregados, 75 dos quais trabalham no escritório central de Dronninglund.
NORDIC SOYA	Finlândia	<a href="http://www.nordicsoya.com">http://www.nordicsoya.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A NORDIC SOYA é uma empresa processadora de proteínas. Seu objetivo é se tornar a principal produtora e comerciante europeia de soja refinada de alta qualidade, além de outras matérias-primas baseadas em proteína nos setores de ração animal, ração para peixes e alimentos para animais de estimação. Sua carteira de clientes é composta, principalmente, por empresas de alimentos. A empresa compra soja responsável principalmente do Brasil, Canadá e Ucrânia.
NORVIDA	Suécia	<a href="http://www.norvida.se">http://www.norvida.se</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A NORVIDA é uma empresa importadora de produtos com carne. Tem requerimentos quanto à qualidade, ética e segurança, que constituem a base para produzir e fornecer produtos de qualidade de carne moída e carne preparada para produtores de todo o mundo: o setor supermercadista, de catering e o setor de alimentos norueguês. A companhia é signatária do Swedish Soy Dialogue, em consequência, cumpre o mandato de certificar a soja que utiliza nos seus produtos.

Nutreco N.V	Países Baixos	<a href="http://www.nutreco.com">http://www.nutreco.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Nutreco N.V. é líder global em nutrição animal e ração para peixes. Sua missão é Alimentar o Futuro; a empresa deseja cumprir seu papel e garantir a disponibilidade de proteínas sustentáveis
Grupo OSI	Alemanha	<a href="http://www.osigroup.com">http://www.osigroup.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Como grande fornecedor global de alimentos, o Grupo OSI forma parcerias com as principais marcas mundiais de alimentos e de varejo de alimentos para fornecer soluções "do-conceito-à-mesa" que encantam consumidores do mundo todo. A OSI é especialista global em cadeia de suprimentos, desde a aquisição de matérias-primas, passando pelo desenvolvimento dos produtos, até a chegada ao mercado. Segurança alimentar, garantia de qualidade e sustentabilidade são seus princípios norteadores.
OVID	Alemanha	<a href="http://www.ovid-verband.de">http://www.ovid-verband.de</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A OVID representa os interesses da indústria processadora de oleaginosas e de refino de óleo da Alemanha. As 19 empresas membros da OVID se dedicam principalmente ao processamento de oleaginosas e óleos vegetais para sua transformação em produtos para a indústria alimentar, a oleoquímica, para usos técnicos e de bioenergia. Como associação, a OVID é a interface entre suas empresas- membro, os tomadores de decisões políticas, as empresas, o âmbito científico, a mídia e o público. A Ovid tem base em Berlim e é representada em Bruxelas através da associação europeia FEDIOL
Premier Foods	Reino Unido		Indústria, Comércio e Finanças	Uma das maiores empresas de alimentos de capital aberto no Reino Unido, a Premier Foods é comprometida com o Reino Unido e emprega mais de 4.000 colaboradores dedicados em 15 fábricas e escritórios ao redor do país. Cerca de 96% do material vendido é produzido no Reino Unido, com ingredientes de qualidade adquiridos de forma sustentável de fornecedores e agricultores britânicos. A empresa atua principalmente no ramo de alimentos que não precisam de refrigeração, que continua sendo o maior setor de todo o mercado de alimentos do Reino Unido. O portfólio de marcas de seu negócio de produtos alimentícios é dividido em quatro categorias principais: aromatizantes e temperos; molhos e acompanhamentos de cozinha;

				refeições rápidas, lanches & sopas e sobremesas que não precisam de refrigeração. O negócio de doces da empresa foi responsável pelo crescimento das marcas na categoria de bolos não refrigerados. Além disso, o grupo possui um portfólio de outros produtos alimentícios de marca e um negócio de alimentos sem marca, que fabrica produtos - como bolos e sobremesas - para diversos varejistas de alimentos do Reino Unido. A Knighton Foods, uma de suas áreas de negócios, produz e vende bebidas e sobremesas de marca.
Proforest	Reino Unido	<a href="http://www.proforest.net">http://www.proforest.net</a>	Observadores	A Proforest é uma companhia independente que desenvolve, implanta e apoia os procedimentos práticos para o manejo sustentável e o uso dos recursos naturais. Trabalha em todas as fases do sistema: da produção responsável e o manejo da cadeia de suprimentos ao investimento e a compra responsável.
Quorn Foods	Reino Unido	<a href="http://www.quorn.co.uk">http://www.quorn.co.uk</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Quorn Foods é uma marca internacional líder em produtos sem carne. A organização é a proprietária das marcas vegetarianas Quorn e Cauldron. Os produtos Quorn são elaborados com uma micoproteína e nos alimentos vegetarianos da marca Cauldron a soja é o principal ingrediente.
Rabobank	Países Baixos	<a href="http://www.rabobank.com">http://www.rabobank.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Rabobank é uma companhia internacional de serviços financeiros que opera com base em princípios de cooperação. Oferece serviços bancários de varejo, atacado, banca privada, leasing e serviços imobiliários. Está formada pela Coöperatieve Rabobank U.A. (Rabobank) e suas subsidiárias, na Holanda e no exterior. O banco assumiu o compromisso de fazer uma importante contribuição para o bem-estar e a prosperidade da Holanda e para a alimentação mundial sustentável
Raisio	Finlândia	<a href="http://www.raisio.com">http://www.raisio.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Raisio é uma empresa internacional especializada em alimentos saudáveis e produzidos de forma responsável. Nossas marcas mais conhecidas incluem, por exemplo, Benecol, Elovena, Nalle e Sunnuntai. Nos produtos da Raisio, o foco está no bem-estar, saúde, bom gosto e desenvolvimento sustentável.

Remia	Reino Unido	<a href="https://www.remia.com/en/home/">https://www.remia.com/en/home/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Remia C.V. é uma empresa líder na produção de molhos, margarinas e gorduras. Seus produtos são utilizados diariamente por consumidores, serviços de alimentação e clientes industriais nos Países Baixos e no exterior. A Remia é muito consciente de sua responsabilidade. Nesse sentido, a empresa segue uma política ativa em termos de Responsabilidade Social Corporativa. A Remia entende o conceito de Responsabilidade Social Corporativa como: uma atitude ética adotada pela empresa, com ações em busca de um equilíbrio entre os interesses da empresa e os de suas partes interessadas e a integração disso em seus processos operacionais.
RBI	Canadá	<a href="https://www.rbi.com/">https://www.rbi.com/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A RBI é uma das maiores cadeias de comida rápida do mundo, com vendas que superam os US \$32 bilhões e aproximadamente 26.000 restaurantes localizados em mais de 100 países e em diversas cidades dos EUA. A RBI é proprietária de três das mais conhecidas e icônicas marcas de comida rápida do mundo: BURGER KING®, TIM HORTONS® e POPEYES®. Estas marcas, que operam de forma independente, atendem seus clientes, franquias e comunidades há várias décadas
Sainsbury's	Reino Unido	<a href="http://www.sainsburys.co.uk">http://www.sainsburys.co.uk</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O compromisso da Sainsbury's de ajudar seus clientes a viver bem e gastar menos está no cerne do nosso negócio desde a fundação da empresa, em 1869. Hoje, isso significa tornar a vida de nossos clientes melhor e mais fácil a cada dia, oferecendo serviços excelentes e de alta qualidade a preços justos - nos setores de alimentos, roupas, mercadorias em geral e serviços financeiros - quando e onde quer que façam suas compras.
Santander Brasil	Brasil	<a href="http://www.santander.com.br">http://www.santander.com.br</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O Santander Brasil iniciou suas atividades no País em 1982 e, entre fusões e aquisições de mais de 50 bancos, criou estruturas competitivas nas áreas de Banco Comercial e de Atacado. É parte do Grupo Santander, maior banco da Zona do Euro e 11º maior conglomerado financeiro do mundo. Único banco internacional com forte presença no País, conta com aproximadamente 49 mil funcionários, mais de 3.700 agências e Postos de Atendimento Bancários (PABs), cerca de 36 mil equipamentos



				de autoatendimento, além de escritórios regionais para atender mais de 25 milhões de clientes ativos. O banco está comprometido com a sustentabilidade e busca promover, cada vez mais, negócios inclusivos e ambientalmente responsáveis.
SBC	Brasil	<a href="http://sbcert.com.br/es/">http://sbcert.com.br/es/</a>	Observadores	A SBC é uma certificadora que nasceu em 2002 e tem como principal objetivo auditar protocolos do setor agropecuário para promover a sua melhoria contínua e, também, permitir aos produtores agregar valor ao seu produto e conquistar mercados mais exigentes. Líder no protocolo SISBOV, a SBC atua em 30% do mercado brasileiro de fazendas certificadas, incluindo tanto grandes projetos pecuários como renomadas empresas do setor. A SBC também é acreditada ISO/IEC 17065 para o protocolo GLOBAL G.A.P. para os escopos de frutas, vegetais e grãos, e realiza auditorias internas de rebanhos bovinos e de protocolos particulares, como o uso de energia renovável em indústrias e frigoríficos. A busca por novos mercados e novos protocolos para os produtores e consumidores é constante na SBC, pois acreditamos que a certificação possibilita ao produtor agregar valor à sua produção.
Danpo	Dinamarca	<a href="http://www.danpo.dk">http://www.danpo.dk</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Danpo A/S faz parte do grupo Scandi Standard de empresas produtoras de frango, com frigoríficos e plantas de processamento na Dinamarca, Suécia e Noruega.
Schouten Europe BV	Países Baixos	<a href="https://www.schoutenfood.com/">https://www.schoutenfood.com/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Schouten Europe BV desenvolve, produz e vende substitutos de carne à base de vegetais. Visto que seu ingrediente principal (fonte de proteína) é a soja, a empresa quer produzir de maneira justa e transparente, respeitando as pessoas, os animais e o meio ambiente. As culturas não são geneticamente modificadas e a empresa tem acordos claros com seus fornecedores.
SGS	Argentina	<a href="http://www.sgs.com">http://www.sgs.com</a>	Observadores	A SGS é uma empresa líder em serviços de inspeção, certificação e análise.

Royal Dutch Shell		<a href="http://www.shell.com">http://www.shell.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Royal Dutch Shell plc é incorporada na Inglaterra e no País de Gales, tem sede em Haia e é negociada nas bolsas de valores de Londres, Amsterdã e Nova York. As empresas da Shell atuam em mais de 70 países e territórios, com negócios que incluem a exploração e a produção de petróleo e gás; produção e comercialização de gás natural liquefeito e conversão de gás em líquidos (GTL, gas-to-liquids); fabricação, comercialização e transporte de produtos químicos e petrolíferos e projetos de energia renovável.
SLC Agrícola	Brasil	<a href="http://www.slcagricola.com.br">http://www.slcagricola.com.br</a>	Produtores	A SLC Agrícola, fundada em 1977 pelo Grupo SLC, é uma das maiores produtoras mundiais de grãos e fibras, focada na produção de algodão, soja e milho. Foi uma das primeiras empresas do setor a ter ações negociadas em Bolsa de Valores no mundo, tornando-se uma referência no seu segmento. São 16 Unidades de Produção estrategicamente localizadas em 6 estados brasileiros que totalizaram 457.699 hectares no ano-safra 2018/19. O modelo de negócio é baseado em um sistema de produção moderno, com alta escala, padronização das unidades de produção, tecnologia de ponta, controle rigoroso dos custos e responsabilidade socioambiental.
Sligro Food Group	Países Baixos	<a href="http://www.sligrofoodgroup.nl">http://www.sligrofoodgroup.nl</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Sligro Food Group engloba empresas de serviços alimentícios nos Países Baixos e na Bélgica, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços alimentícios e não alimentícios (mas ligados ao mercado de alimentos) ao mercado atacadista de alimentos e bebidas. A organização é líder no mercado holandês de serviços alimentícios e, com uma rede nacional de atacado de autosserviço ("atacarejo") e de entrega, atende organizações de hospitalidade, instalações de lazer, usuários de grande volume, empresas e outros fornecedores, varejistas de pátio (forecourt), pequenas e médias empresas, empresas de varejo e o mercado institucional. A Java Foodservice é uma das cinco principais empresas do mercado de serviços de alimentação na Bélgica, concentrando-se nos segmentos institucional, de catering corporativo e cadeias hoteleiras.
S Group	Finlândia	<a href="https://www.s-">https://www.s-</a>	Indústria,	O S Group é uma rede finlandesa que pertence a seus clientes e atua nos setores de

		<a href="http://kanava.fi/web/s/en/s-ryhma-lyhyesti">kanava.fi/web/s/en/s-ryhma-lyhyesti</a>	Comércio e Finanças	varejo e serviços, com mais de 1.800 pontos de venda na Finlândia. O Grupo S é composto por cooperativas e pela SOK com suas subsidiárias, que se dedicam aos negócios de viagens e hospitalidade na Estônia e na Rússia, dentre outras operações. Oferecem seus serviços nos setores de supermercados, lojas de departamentos e lojas especializadas, lojas em postos de gasolina e venda de combustíveis, viagens e hospitalidade e comércio de hardware, além de oferecerem serviços bancários através do S-Bank. Sua missão é oferecer benefícios e serviços que geram bem-estar para seus proprietários - em outras palavras, nossos clientes. O conceito de bem-estar, no entanto, é muito mais do que o simples bem-estar econômico. Juntamente com os nossos membros da cooperativa, trabalhamos pelo bem da sociedade, por uma economia circular e contra a mudança climática, além de trabalhar para melhorar nossa cultura operacional, proteger os direitos humanos e promover a saúde e o bem-estar.
Rede Solidaridad	Países Baixos	<a href="https://www.solidaridadnetwork.org/">https://www.solidaridadnetwork.org/</a>	Organizações da Sociedade Civil	A Rede Solidaridad é uma organização internacional da sociedade civil, sem fins lucrativos, que reúne atores das cadeias produtivas de alimentos, têxteis e minerais para gerar soluções inovadoras com vistas a melhorar a produção, garantindo a transição para uma economia sustentável e inclusiva de forma a maximizar os benefícios para todos. A Solidaridad foca as cadeias de valor de produção onde as mudanças têm grande impacto -café, chá, cacau, frutas, têxteis, algodão, soja, óleo de palma, cana-de-açúcar, ouro e pecuária- e utiliza diversas abordagens para catalisar as mudanças necessárias.
Solina Group	França	<a href="http://www.solina-group.com">http://www.solina-group.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O Solina Group é um dos principais fornecedores da indústria de alimentos da Europa. O objetivo da empresa é lançar mão de sua incomparável experiência e paixão e criar soluções alimentícias que proporcionem experiências sensoriais. Queremos contribuir para a produção de comida boa, deliciosa, saudável e ambientalmente correta. A empresa aderiu à RTRS para orientar seus clientes e lhes oferecer a possibilidade de optar por matérias-primas à base de soja proveniente de fontes sustentáveis.

Storteboom Group	Países Baixos	<a href="http://www.2sistersstorteboom.com">http://www.2sistersstorteboom.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Storteboom Group é uma empresa agroalimentar que atua em diversos locais de produção nos Países Baixos e na Polónia. O Grupo emprega 2.500 pessoas.
Supercargo	Portugal	<a href="http://www.supercargo.pt">http://www.supercargo.pt</a>	Observadores	A Supercargo é uma empresa de Controlo portuguesa comprometida com a promoção da sustentabilidade da produção da soja. Para isso, para além de ter promovido em 2011 a preparação de alguns dos seus quadros, como Auditores do Padrão RTRS de Cadeia de Custódia, está mobilizada na sensibilização dos seus parceiros e Clientes para a sustentabilidade dos diferentes processos que constituem o nosso cotidiano.
Syngenta	Brasil	<a href="http://www.syngenta.com.br">http://www.syngenta.com.br</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Syngenta é uma empresa líder no segmento agrícola. Sua ambição é ajudar a nutrir o mundo e cuidar do nosso planeta. Seu objetivo é melhorar a sustentabilidade, qualidade e segurança da agricultura por meio de ciência de ponta e soluções inovadoras para os cultivos. Suas tecnologias permitem que milhões de agricultores em todo o mundo façam melhor uso dos recursos agrícolas disponíveis. Eles têm 28 mil funcionários em mais de 90 países trabalhando para transformar a forma como os cultivos são plantados e manejados.
Tesco	Reino Unido	<a href="http://www.tescopl.com">http://www.tescopl.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Tesco é um importante varejista de alimentos e, como membro do Consumers Goods Forum, comprometeu-se a atingir a meta de desmatamento líquido zero em suas compras de soja até 2020. Para tal, a Tesco está implementando seu Plano de Transição para a Soja de Desmatamento Zero no Reino Unido. Além de sua cadeia de suprimentos, a Tesco trabalha coletivamente com o setor e outras partes interessadas, incluindo ONGs e governos, pois entende que as condições propícias para um mercado de soja sustentável exigem uma colaboração efetiva.
Co-op	Reino Unido	<a href="https://www.coop.co.uk">https://www.coop.co.uk</a>	Indústria, Comércio e	A Co-op é uma cooperativa de consumidores fundada em 1844 com o objetivo de se tornar a principal varejista de conveniência no Reino Unido. A Co-op vai garantir a

	Unido		Finanças	cobertura da sua pegada de soja por meio de créditos da Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS) em 2018, 2019 e 2020. Eles estão trabalhando com os nossos fornecedores para garantir que 100% da soja usada para alimentar os animais em todos os nossos produtos alimentícios seja de desmatamento zero e sustentável até 2025.
The Nature Conservancy (TNC)	Brasil	<a href="https://www.tnc.org.br">https://www.tnc.org.br</a>	Organizações da Sociedade Civil	A The Nature Conservancy (TNC) é uma organização global de conservação ambiental dedicada à proteção em grande escala das terras e água das quais a vida depende. Guiada pela ciência, a TNC cria soluções inovadoras e práticas para que a natureza e as pessoas possam prosperar juntas. Trabalhando em 72 países, a organização utiliza uma abordagem colaborativa, que envolve comunidades locais, governos, setor privado e outros parceiros. No Brasil, há 30 anos, a TNC promove iniciativas para compatibilizar o desenvolvimento econômico e social dessas regiões com a conservação dos ecossistemas naturais.
Tyson Foods	Estados Unidos	<a href="https://www.tysonfoods.com/">https://www.tysonfoods.com/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Tudo o que a Tyson Foods faz busca “elevar as expectativas do mundo em relação ao que os bons alimentos podem fazer”. Por ser a maior empresa de alimentos dos EUA, a Tyson Foods tem a oportunidade e a responsabilidade de criar um sistema alimentar mais sustentável. Isso significa favorecer o impacto social, ambiental e econômico positivo e fazer o correto para seus principais grupos de interesse, como clientes, consumidores, fornecedores, membros de equipes, comunidades, planeta e acionistas.
Unilever	Países Baixos	<a href="http://www.unilever.com">http://www.unilever.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Unilever é uma produtora global de bens de grande consumo. Com marcas disponíveis em mais de 190 países, a empresa está bem posicionada para causar um impacto positivo na vida de pessoas do mundo inteiro. Certificar-se de que as matérias-primas agrícolas vêm fontes sustentáveis é fundamental para o objetivo da Unilever de promover uma vida sustentável em todos os locais ("Making Sustainable Living Commonplace").

Vall Companys	Espanha	<a href="http://www.vallcompany.es">http://www.vallcompany.es</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O Vall Companys é um grupo agroalimentar de carácter familiar e líder na Espanha, fundado em 1956. O modelo operacional do Grupo Vall Companys está baseado na integração de todas as fases do processo produtivo, bem como no trabalho de profissionais engajados e altamente formados nos respectivos campos de atividade. O Vall Companys garante a completa traçabilidade de todos os processos, além da segurança alimentar e a qualidade excelente e constante no produto.
Vandemoortel e	Bélgica	<a href="http://www.vandemoortel.com">http://www.vandemoortel.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Vandemoortel é uma empresa familiar belga que opera em 12 países da UE. Nossa paixão pela comida remonta a 1899. A Vandemoortel tem duas linhas de negócios; produtos congelados para panificação e margarinas, gorduras e óleos culinários.
Vanden Avenne Commodities	Bélgica	<a href="http://www.vda.be">http://www.vda.be</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Vanden Avenne Commodities é uma empresa familiar ativa em diversos segmentos da agroindústria. Fornece aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de matérias-primas agrícolas por ano. Os principais mercados são: Bélgica, França, os Países Baixos, Alemanha, o Reino Unido, Suíça, Hungria e Espanha. As matérias-primas são importadas do Brasil, Argentina, Estados Unidos, Canadá, Tailândia, Malásia, Indonésia, Ucrânia e da UE.
Varteco	Argentina	<a href="http://www.varteco.com.ar/">http://www.varteco.com.ar/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	
VION	Países Baixos	<a href="http://www.vionfoodgroup.com">http://www.vionfoodgroup.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	O VION N.V. é um grupo internacional que produz alimentos e ingredientes de alta qualidade, tanto para o consumo humano quanto animal. Possui três divisões que operam em nível internacional: ingredientes, carne fresca e conveniência. O volume de negócios do VION é de 7,4 bilhões de euros e dá emprego a 15.150 pessoas no mundo. A sede do VION se encontra em Best, nos Países Baixos.

VITAPRO	Peru	<a href="http://www.nicovita.com">http://www.nicovita.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A VITAPRO é uma companhia que comercializa alimento balanceado para camarões e peixes. Oferece soluções personalizadas custo-efetivas e um programa de assessoria técnica altamente especializada. Tem o apoio da Alicorp e mais de 30 anos de experiência na indústria aquícola.
Viterra B.V	Países Baixos	<a href="https://www.viterra.com/">https://www.viterra.com/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Viterra B.V. é líder global em matéria de originação, manuseio, processamento e comercialização de commodities agrícolas, incluindo grãos, oleaginosas, leguminosas, açúcar, arroz, algodão, óleos vegetais, farinhas proteicas e biodiesel. A Viterra B.V. tem forte presença em todos os principais mercados de importação e exportação. A empresa tem escritórios operacionais e comerciais em mais de 35 países no mundo inteiro. Seus negócios de originação e comercialização têm por base uma rede de ativos de alta qualidade, compreendendo 246 unidades de armazenamento, 35 unidades de processamento e 23 portos em pontos estratégicos espalhados por todo o planeta. Além disso, sua frota de transporte global e seus ativos ferroviários possibilitam a entrega de produtos para os clientes com eficiência e pontualidade.
Vivera	Países Baixos	<a href="http://www.vivera.com">http://www.vivera.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	Há mais de 25 anos, a Vivera elabora deliciosos produtos vegetarianos e veganos. Isso significa que você pode desfrutar todos os dias de uma deliciosa variedade. Quase todos os ingredientes provêm de suas próprias terras, como por exemplo, suas plantações de lupino, perto de Vivera, em Holten.
W&R Barnett	Irlanda	<a href="http://www.wrbarnett.com">http://www.wrbarnett.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A W&R Barnett é uma empresa de agronegócios que comercializa commodities, com sede na Irlanda. Suas operações incluem uma ampla variedade de empresas, a saber, de produtos secos a granel, derivados, melaço, óleos, fábricas de ração animal, laboratórios e depósitos. Trabalha também com outras organizações e esquemas de certificação, como GAFTA, Coceral GTP, Femas, ISO 9001, TASCC, IOFGA, NIGTA, IGFA e FOSFA.

Waitrose & Partners	Reino Unido	<a href="http://www.waitrose.com">http://www.waitrose.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Waitrose & Partners oferece alimentos de excelente qualidade e origem responsável; nossos parceiros prestam um serviço de atendimento ao cliente que é inigualável em termos de qualidade. As dez primeiras lojas da Waitrose aderiram à John Lewis Partnership em 1937; hoje são 349 ao todo, incluindo lojas de conveniência, lojas nas estações de serviço Welcome Break, waitrose.com e a fazenda da Waitrose & Partners.
Wilmar International	Cingapura	<a href="http://www.wilmar-international.com">http://www.wilmar-international.com</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Wilmar International é o principal grupo de agronegócio da Ásia e líder global em processamento e comercialização de óleos comestíveis; esmagamento de sementes oleaginosas; comercialização de açúcar, moagem e refinação; produção de oleoquímicos, gorduras especiais e biodiesel de palma; moagem de farinha e arroz; e óleos de consumo.
Woolworths Holdings Limited	África do Sul	<a href="http://www.woolworthsholdings.co.za">http://www.woolworthsholdings.co.za</a>	: Indústria, Comércio e Finanças	A Woolworths Holdings Limited (WHL) é um grupo varejista da África do Sul. É composta por três subsidiárias operacionais: A Woolworths Proprietary Limited (Woolworths), a Country Road Limited (Country Road Group) e a David Jones Limited (David Jones). A Woolworths trabalha com compras éticas ao longo de toda a sua cadeia de suprimento, incluindo commodities sustentáveis como a soja.
WRI	Estados Unidos	<a href="http://www.wri.org">http://www.wri.org</a>	Organizações da Sociedade Civil	O WRI é uma organização internacional de pesquisa com atuação em mais de 50 países
WWF	Brasil	<a href="http://wwf.panda.org/">http://wwf.panda.org/</a>	Organizações da Sociedade Civil	O WWF, ou Fundo Mundial para a Natureza, é uma das organizações de conservação mais respeitadas e independentes do mundo. Conta com uma rede global ativa em 90 países. A participação do WWF na RTRS tem origem na Iniciativa de Conversão do Bosque, um esforço global para deter a conversão de bosques em campos de soja, e para realizar uma produção de soja mais sustentável.



Young's Seafood	Reino Unido	<a href="http://youngsseafood.co.uk/">http://youngsseafood.co.uk/</a>	Indústria, Comércio e Finanças	A Young's Seafood é a principal empresa de peixes e frutos do mar do Reino Unido, incentivando o gosto dos consumidores por pescados com seus produtos frescos e congelados, de marca própria e de outras marcas. Orgulhosa de seus deliciosos pratos à base de peixe há mais de 200 anos, a empresa é dona da marca Young's - hoje famosa por seus produtos que agradam a toda a família, como a Chip Shop e a Gastro, a marca número 1 de frutos do mar no Reino Unido. A Young's acredita em fazer a coisa certa para a população, o planeta e seus parceiros. Por meio de seu programa Fish for Life, a empresa faz isso de maneira responsável e sustentável, protegendo o setor e o meio ambiente.

# Anexo 8: Objetivos RTRS

